



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 152 - QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 165ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES* – Conquistas obtidas junto ao Governo Lula em prol do Amapá, dentre elas, a pavimentação das BR-156 e BR-210. 32793

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Comentários sobre o alerta feito pelo Presidente Lula na ONU, acerca da urgência para o combate às mudanças climáticas..... 32795

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR* – Comentário à reportagem do **Correio Braziliense**, de autoria da jornalista Edma Cristina de Góis, com o título “Entre as drogas e a mendicância”. Considerações sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI..... 32796

SENADOR *PAULO PAIM* – Louvor ao Senado pela desobstrução da pauta de votações. Apoio à manifestação das centrais sindicais e confederações de trabalhadores em favor da aprovação do projeto que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Aplausos à aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto da autoria de S.Exa., que garante adicional de periculosidade aos carteiros. Solidariedade ao povo dos municípios gaúchos atingidos pelas fortes chuvas. 32800

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Necessidade de retomada da pauta de votações pelo Senado. Preocupação com a crise na prestação de serviços de saúde e de assistência à população mais carente, pelo SUS..... 32801

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.093, de 2007, de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Efraim Morais e José Maranhão, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito do Município de Pombal, no Estado da Paraíba, Sr. Jairo Vieira Feitosa. 32801

Nº 1.094, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para ausentar-se do País, no período de 7 a 10 de outubro próximo, para desempenho de missão parlamentar junto à Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, no Uruguai..... 32801

Nº 1.095, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando autorização para ausentar-se do País, no período de 6 a 11 de outubro próximo, para desempenho de missão parlamentar junto à Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, no Uruguai..... 32805

Nº 1.096, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando autorização para ausentar-se do País, nos dias 8 e 9 de outubro de próximo, para desempenho de missão parlamentar junto à Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, no Uruguai..... 32805

Nº 1.097, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando autorização para ausentar-se do País, nos dias 8 e 9 de outubro próximo, para desempenho de missão parlamentar junto à Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevideu, no Uruguai..... 32805

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ALVARO DIAS* – Apoio ao pleito de entidades representativas do Paraná, que solicitam a liberação de medicamentos excepcionais de alto custo. Destaque ao *ranking* da corrupção, divulgado pela Transparência Internacional, que atribui ao Brasil a nota 3,5..... 32806

1.2.4 – Ofícios

Nº 106/2007, de 26 do corrente, do Senador Eptácio Cafeteira, comunicando sua renúncia ao cargo de titular do Conselho de Ética do Senado Federal. 32807

Nº 237/2007, de 25 do corrente, do Senador Gerson Camata, solicitando registro de sua presença nas sessões deliberativas ordinárias dos dias 18 e 19 do corrente..... 32807

Nº 154/2007, de 26 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituições de membros na Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 401, de 2007. 32807

Nº 155/2007, de 26 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação. *Designação do Senador*

Sibá Machado para integrar a Comissão de Educação, na condição de suplente. 32808

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR VALTER PEREIRA – Posicionamento contrário à prorrogação da CPMF. A crise do setor de saúde no País. 32808

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR, como Líder – Denúncia do caos por que passa o Sistema Único de Saúde no Estado da Bahia. 32810

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.098, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso ao Prefeito de Nova Santa Bárbara, Júlio Bittencourt, pela implantação naquele município paranaense do sistema de licitação *online*, que confere absoluta transparência às relações da comunidade com a administração nas contratações de serviços e compras. 32812

Nº 1.099, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando autorização para ausentar-se do país no período de 4 a 14 de outubro próximo, para desempenho de missões parlamentares junto à Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, no Uruguai; e da reunião da União de Nações Sul-Americanas que decidirá sobre a criação de fórum parlamentar que a represente no Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Cochabamba, Bolívia. 32813

1.2.7 – Leitura de projetos de lei do Congresso Nacional

Nº 33, de 2007–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 130, de 2007–CN – nº 681/2007, na origem). 32814

Nº 34, de 2007–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 131, de 2007–CN – nº 689/2007, na origem). 32823

Nº 35, de 2007–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 2.350.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 132, de 2007–CN – nº 693/2007, na origem). 32829

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a tramitação dos Projetos de Lei nºs 33 a 35, de 2007, lidos anteriormente. 32835

1.2.9 – Mensagens do Presidente da República

Nº 153, de 2007 (nº 1.129/2006, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2006 – CN (nº 875/2006, na origem), que abre ao

Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de sessenta e um milhões, novecentos e dois mil, novecentos e noventa e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.404, de 15 de dezembro de 2006. 32835

Nº 154, de 2007 (nº 1.130/2006, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2006 – CN (nº 876/2006, na origem), que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, crédito suplementar no valor total de duzentos e quarenta e três milhões, duzentos e trinta e um mil e dezesseis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.405, de 15 de dezembro de 2006. 32835

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 155, de 2007 (nº 698/2007, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do art. 77 da Lei nº 11.439, de 2006, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. 32835

1.2.11 – Mensagem do Presidente da República

Nº 156, de 2007 (nº 688/2007, na origem), de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela. 32835

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 157, de 2007 (nº 690/2007, na origem), de 18 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da Administração Indireta possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais de *Fixed-Rate Single Currency Loan – SLC* (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para *Fixed-Spread Loan – FSL* (Empréstimo com Margem Fixa) baseado na Libor. 32886

Recebimento do Aviso Nº 91, de 2007 (nº 333/2007, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto de 2007, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 32886

Lembrando às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo, de acordo com o Requerimento nº 544, de 2007, da Senadora Lúcia Vânia e outros Senhores Senadores. Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem. 32886

1.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 567, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que estabelece limites para a Dívida Pública Mobiliária Federal.... 32886

Projeto de Lei do Senado nº 568, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que reduz a zero a alíquota das Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS na importação e na comercialização no mercado interno de cadeiras de rodas, motorizadas ou não..... 32891

Projeto de Resolução nº 58, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado. 32892

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOÃO PEDRO – Registro da visita do Presidente Lula no Amazonas, na última quinta e sexta-feira. 32894

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Considerações sobre o caso da usina de álcool Pagrisa, no Pará, visitada por Comissão Externa do Senado e acusada por fiscais do trabalho de promover trabalho degradante. Defesa do Ministro do Trabalho. 32895

SENADOR MÃO SANTA – Comentários sobre a entrega do relatório do TCU apontando irregularidades graves em 77 obras do Governo Federal.. 32896

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Relatório da sessão realizada na Assembléia Legislativa do Mato Grosso, que debateu o Orçamento Geral da União e aspectos importantes para a Região Centro-Oeste. Registro da participação de S. Exa. em vários eventos no Estado do Mato Grosso. 32897

SENADORA MARISA SERRANO – Comemoração, amanhã, do Dia Mundial do Turismo, com destaque para o lançamento do programa “Turismo Abre as Portas para as Mulheres”..... 32899

SENADOR NEUTO DE CONTO – Reflexões sobre o tema “energia”. 32901

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Considerações sobre o Profuncionário, programa do Ministério da Educação. Apelo para a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007, que trata da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, criando Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em todo o País..... 32902

SENADOR SIBÁ MACHADO – Transcrição, nos Anais da Casa, da Declaração dos Povos das Florestas..... 32904

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Considerações sobre a visita do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao Estado do Ceará, quando anunciou a correção das tabelas do SUS e o aumento do teto..... 32908

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 9 (Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007). **Aprovado com emenda**, após Parecer nº 832, de 2007 – PLEN, proferido pelo Sr. Cícero Lucena, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá, Arthur Virgílio, José Agripino e Mão Santa. À Comissão Diretora para redação final..... 32909

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (**Parecer nº 833, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 32910

Item 10 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 375, de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Aprovada**, após Parecer nº 834, de 2007 – PLEN, proferido pelo Sr. Paulo Duque, tendo usado da palavra os Srs. Arthur Virgílio e Valdir Raupp. À promulgação. 32913

Item 11 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 376, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a

Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após Parecer nº 835, de 2007 – PLEN, proferido pela Sra. Lúcia Vânia, tendo usado da palavra os Srs. Marconi Perillo, Romero Jucá, Arthur Virgílio, José Agripino, Mário Couto e Flexa Ribeiro. À promulgação. 32932

Item 12 (Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007). **Rejeitados os pressupostos de urgência, relevância, adequação financeira e orçamentária da medida provisória**, após Parecer nº 836, de 2007 – PLEN, proferido pelo Sr. Valter Pereira, tendo usado da palavra os Srs. Arthur Virgílio, Mário Couto, Marconi Perillo, Romero Jucá, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, José Agripino, Aloizio Mercadante, Sibá Machado e Valter Pereira (Relator). À Comissão Mista para elaboração do projeto de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas sobre a vigência da Medida Provisória. **(Votação nominal)**. 32943

Item 13 (Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados (proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007). **Aprovada a medida provisória**, ficando prejudicado o projeto de lei de conversão, após Parecer nº 837, de 2007 – PLEN, proferido pelo Sr. Romero Jucá. À Câmara dos Deputados. 32961

Item 14 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio;

altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Aprovada a retirada da urgência**. (Mensagem do Presidente da República nº 713/07, na origem), tendo usado da palavra o Sr. Raimundo Colombo, a Sra. Ideli Salvatti, e os Srs. Osmar Dias e Arthur Virgílio. 32963

Item 15

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências. **Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007**. 32974

Item extrapauta (Inclusão na pauta nos termos do Requerimento nº 1.101, de 2007, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal. (Retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador). **Aprovado com emendas**, após Parecer nº 838, de 2007, proferido pelo Sr. Romero Jucá, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Parecer nº 839, de 2007, proferido pelo Sr. Papaléo Paes, em substituição à Comissão Diretora, tendo usado da palavra os Srs. Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Demóstenes Torres, José Agripino, Heráclito Fortes, Mão Santa, Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante, Valdir Raupp, Inácio Arruda, Marconi Perillo, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, Wellington Salgado de Oliveira, Cristovam Buarque, Cícero Lucena, Mário Couto, a Sra. Marisa Serrano, e os Srs. Flexa Ribeiro, José Nery, Sibá Machado, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Azeredo. À Comissão Diretora para redação final. 32976

Redação final ao Projeto de Resolução nº 55, de 2007 **(Parecer nº 840, de 2007 – CDIR). Aprovada**. À promulgação.

1.3.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.102, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Educação. **Aprovado**. 32993

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item extrapauta

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal. (Determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno..... 32995

Item extrapauta

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 32996

Item extrapauta

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer os votos nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno..... 32996

Item extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. **Aprovado**, após Parecer nº 841, de 2007-PLen, proferido pelo Senador Valter Pereira, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação. À sanção..... 32996

Item extrapauta

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão, a ser comemorado no dia 11 de maio. **Aprovada**. À Comissão Diretora para redação final..... 33003

Redação final da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (**Parecer nº 841-A, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À sanção..... 33003

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 48, de 2007, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 692, de 2007, que autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP). **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 33003

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2007 (**Parecer nº 842, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 33004

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 49, de 2007, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 704, de 2007, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – (FONPLATA), no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América). **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 33005

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2007 (**Parecer nº 843, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 33005

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 46, de 2007, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 690, de 2007, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 33007

Redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 2007 (**Parecer nº 844, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 33007

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 47, de 2007, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 691, de 2007, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 16,100,000.00 (dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 33008

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2007 (**Parecer nº 845, de 2007 – CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 33009

Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 55, de 2006, apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 1.210, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final..... 33010

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2007 (**Parecer nº 846, de 2007 – CDIR**). **Aprovada.** À promulgação..... 33010

São os seguintes os itens transferidos:

Item 1

Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 33011

Item 2

Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 33011

Item 3

Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 33011

Item 4

Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 33012

Item 5

Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN... 33012

Item 6

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria..... 33012

Item 7

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar..... 33012

Item 8

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia..... 33012

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007..... 33012

Item 17 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 33012

Item 18 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). 33013

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação

pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

33013

Item 20 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

33013

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

33013

Item 22

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

33013

Item 23

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

33014

Item 24

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

33014

Item 25

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

33014

Item 26

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municí-

pios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

33014

Item 27

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

33014

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

33015

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.

33015

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso.

33015

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

33015

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

33015

Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

33015

Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre

Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003..... 33015

Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004..... 33016

Item 36

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994... 33016

Item 37

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004..... 33016

Item 38

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993..... 33016

Item 39

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos..... 33016

Item 40

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961..... 33016

Item 41

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD. 33017

Item 42

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural

entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002..... 33017

Item 43

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003..... 33017

Item 44

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003..... 33017

Item 45

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003..... 33017

Item 46

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002..... 33017

Item 47

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004. 33017

1.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.103, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do período do Expediente da sessão do dia 22 de novembro próximo, seja destinado a celebrar os oitenta anos da chegada no Brasil dos missionários norte-americanos de Utah. **Aprovado.** 33018

Nº 1.104, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra-Chefe da Casa Civil as informações que menciona. 33019

Nº 1.105, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, solicitando voto de pesar pelo fa-

lecimento do índio Avelino Nunes de Macedo, em 16 do corrente. 33019

Nº 1.106, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. 33019

Nº 1.107, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de repúdio a declaração do Presidente da Venezuela Hugo Chávez. 33020

Nº 1.108, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa para promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno. 33020

Nº 1.109, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constantes do despacho inicial. 33022

1.3.4 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 207, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Presidente do Banco Central informações sobre todas as operações de câmbio realizadas pelos clubes brasileiros de futebol, bem como por seu parceiros ou patrocinadores, nos anos de 2002 a 2007. **Aprovado.**.... 33022

Requerimento nº 955, de 2007, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 33022

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Transcrição nos Anais do Senado do artigo da autoria de Alexandre Vidal Porto, intitulado “O Congresso e os homossexuais”. 33022

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentário sobre o artigo intitulado “Sem culpa e sem vergonha”, publicado na revista **Veja**, edição de 15 de agosto último. 33024

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada “FHC cobra crítica de Lula a mensaleiros”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 30 de agosto último. 33027

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo intitulado “Um futuro 100% garantido”, publicado na revista **Exame**, edição de 29 de agosto último. 33028

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Transcurso, no dia 23 de setembro último, do Dia do Rádio. 33029

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 27, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 33030

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 3, apresentadas à Medida Provisória nº 392, de 2007. 33037

3 – ATAS DE COMISSÃO

Atas da 28ª a 31ª Reuniões, realizadas em 28 e 29 de agosto e 3 e 18 de setembro de 2007 (**Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo**). 33046

4 – RECIBO E ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA E DE RENÚNCIA DE RECEITAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – COMISSÃO

Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN (**Projeto de Lei Orçamentária para 2008**) 33193

5 – RECIBO E ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA E DE RENÚNCIA DE RECEITAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – INDIVIDUAL

Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN (**Projeto de Lei Orçamentária para 2008**) 33196

6 – TERMOS DE REUNIÕES

Referentes às Medidas Provisórias nºs 390 e 391, de 2007. 33223

7 – COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Termo de Eliminação de Documentos nº 1, de 2007. 33224

8 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 64, de 2007. 33225

9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.759 e 4.760, de 2007. 33226

SENADO FEDERAL

10 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

14 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

15 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

16 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

19 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

20 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 165ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de setembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias,
Efraim Morais, da Srª Serys Slhessarenko e do Sr. Sibá Machado*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/9/2007 07:40:18 até 26/9/2007 23:30:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISSA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se eu puder me inscrever para uma comunicação inadiável, eu me apresento como candidato a essa possibilidade. Mas, se pela lista de oradores inscritos, eu for chamado antes, sinto-me contemplado também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Gilvam Borges. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Vinte?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Dez minutos. Hoje a sessão é deliberativa.

Em seguida, o Senador Paulo Paim falará para uma comunicação inadiável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres e queridos colegas de ambos os sexos que integram esta augusta Casa, ontem, tivemos a grata satisfação de receber uma notícia alvissareira. A BR– 156, do meu Estado, que é a espinha dorsal que integra todo o Amapá, de norte a sul, estava interrompida por um problema de ordem ambiental. A notícia da liberação do trecho onde havia inúmeros homens e máquinas paradas foi anunciada e deliberada pelo Ibama.

Quero saudar o Governador do Estado, toda a equipe técnica e toda a Bancada federal, porque todos estiveram atentos à tão importante obra no Estado do Amapá.

Sr. Presidente, o que me motiva sempre à causa pública e ao trabalho dos mais altos interesses do Estado do Amapá e do Brasil é o desejo renovado e forte de trabalhar em várias frentes nessa complexa atividade parlamentar. Não são somente as idéias, não são somente os discursos, mas o desejo de caminhar com firmeza nas entranhas do poder, nos caminhos dos Ministérios, nos porões onde possamos buscar os recursos mais distantes, para que eles se tornem realidade, e que essa realidade se transforme em obras importantes para o meu querido Estado do Amapá.

No ano passado, destinamos recursos para a BR– 210, uma estrada importante que estava parada há mais de 10 anos. Estamos retomando as obras desde Porto Grande, Pedra Branca, Serra do Navio, e pretendemos chegar, daqui a uns oito anos, ao Estado de Roraima. Vamos integrar todos os platôs da Guiana.

Sr. Presidente, o Amapá há muito discute e eu também sempre sonho com uma obra importante, que é a Transmarajó, uma hidrovía que encurtará a distância entre o Estado do Amapá e o Estado do Pará em quase 14 horas de viagem de barco ou de navio. Sabemos da importância dessa obra, tão estratégica e relevante, mas ainda não conseguimos alavancar o interesse maior por parte do Executivo no sentido de encampá-la.

Quando falamos de BRs, falamos de pontes, como aquelas sobre os Rios Vila Nova, Matapi, Jari, que já inicia os trabalhos, e Oiapoque, que faz fronteira com a Guiana Francesa. Falamos de pontes e de estradas, mas não podemos deixar de falar de um outro fator de desenvolvimento decisivo em qualquer Estado, que é a energia. Já existem estudos sendo elaborados para que também chegue ao Amapá a energia de Tucuruí.

Há perspectivas excelentes do gás também já trabalhado pela Petrobras com pesquisa de mais de 20 anos na costa do Amapá – o gás que se transforma em energia. Há, ainda, as perspectivas das estradas que, em todos os anos, a Bancada federal toca, colocando recursos no orçamento da União e nas obras importantes de infra-estrutura no Estado, como a duplicação da Duque de Caxias, que dá acesso ao grande Porto de Santana, um dos maiores da Amazônia, para não dizer que é o maior.

Pelo próprio mapa do Brasil, pode-se observar a posição estratégica do Amapá, que está no portal da Amazônia, é o portal da Amazônia, também com o Oceano Atlântico na cabeceira, os países do Caribe mais próximos e a América do Norte.

E nós temos consciência do nosso destino de construir um Estado pujante, não só rico na infra-estrutura, no subsolo, no extrativismo, mas também nos outros setores da economia que se fazem necessários. O Amapá está abrindo as suas portas para que o progresso possa chegar definitivamente ao Estado.

Desde 1988, Sr. Presidente, sempre foi necessário – e garantido pela própria promulgação da Carta Magna, que guindou o Amapá a Estado – que as

terras já estivessem fazendo parte e sendo o próprio Estado. Lamentavelmente, não há uma regulamentação para que o Estado possa trabalhar a titularização das terras a fim de que possamos ter acesso às linhas de crédito oficial dos bancos, para podermos financiar não só indústrias, mas também o importante setor primário.

O País começa a despontar – e já desponta – como um celeiro não só de terras, mas de tecnologia para produção do biodiesel, do etanol.

Nós acreditamos nesse grande potencial e cremos que grande parte das áreas de campo do Estado do Amapá, brevemente, serão campos verdejantes de culturas que possam gerar riquezas. E riquezas não são o resultado do produto, mas a oportunidade do trabalho, dos postos de trabalho criados e toda a economia que é alavancada.

Portanto, sempre que venho à tribuna, tento focalizar, Sr. Presidente, as atividades inúmeras de um Estado jovem nas quais todos nos mobilizamos.

Reitero a nossa expectativa, com a chegada do Presidente Lula dos Estados Unidos – onde foi defender o País no que tange a interesses maiores da nossa economia –, para organizar sua ida destinada à fiscalização das obras do PAC no Estado do Amapá e o mais importante de tudo: Sua Excelência, o Presidente Lula, que tem feito um grande trabalho, tem defendido grandes projetos nesta Nação, irá, sem sombra de dúvida, levar o que não pôde levar no período eleitoral em virtude do processo acelerado, das turbulências, quando Sua Excelência ainda chegou a ter o esboço da medida provisória que poderia regulamentar as terras do Amapá, passando-as para o Estado. Para nós, isso é decisivo.

Estamos construindo as pontes. Estamos construindo as estradas gradativamente. A BR- 156 já está bem avançada. Eu mesmo tive oportunidade de, há dez anos, fazer uma longa caminhada. Grandes passos foram dados, lá e aqui, com trabalhos feitos todos os anos para que os recursos fossem garantidos.

O Presidente Lula, além de ter o nosso apoio político e o respeito do nosso Estado, tem também a confiança plena de que a sua ida ao Amapá vai gerar desenvolvimento. Acredito que, com o documento que o Presidente levará, transferindo as terras da União para o Estado, que são do Estado, sem sombra de dúvida, teremos grandes avanços.

Sr. Presidente, quero comunicar ao Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária – dinheiro na

conta – nº 2007. Emitente: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Instituição financeira: Banco do Brasil, agência nº3575, conta nº 58289. Valor liberado: R\$350.963,00. Integração e Operacionalização de Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Portanto, são recursos importantes que estão chegando ao meu Estado. Não só propusemos essa verba no Orçamento como também acompanhamos a chegada de cada centavo, de cada moeda aos cofres tanto das Prefeituras Municipais, como do Governo do Estado, para que possamos dar a oportunidade de que as nossas autoridades, a fiscalização e a execução estejam bem complementadas.

Ordem Bancária, para o Governo do Estado. Banco do Brasil, agência 3575, conta 55654. Valor liberado: R\$173.284,00. Programa Pioneiro de Alfabetização e Escolarização de Jovens e Adultos. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dinheiro na conta. É muito importante a execução desses projetos.

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço um minuto para encerrar, cumprindo a determinação.

Outros recursos chegando ao Amapá: R\$1.197.274,70, também para o Governo do Estado do Amapá. O dinheiro já está no Banco do Brasil, agência 3575, conta 273880. Recursos liberados, repetindo: R\$1.197.274,70. Refere-se ao Programa de Reforma da Educação Profissional.

Portanto, sempre atento e vigilante...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Gilvam Borges, antes de parabenizá-lo, gostaria de perguntar se V. Ex^a tem idéia, do início do ano até hoje, de quanto já foi liberado para o Estado do Amapá?

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Podemos fazer uma estimativa: só em recursos federais de BR, já chegamos a quase R\$60 milhões.

Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero parabenizá-lo...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Com esses recursos que estão indo para a Prefeitura e

para o próprio Governo, para programas específicos do Governo Federal – é aí que também entramos na funcionalidade dos recursos que chegam ao Amapá –, acho que estamos totalizando uns R\$100 milhões, numa estimativa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero parabenizá-lo, Senador Gilvam Borges. Com certeza, V. Ex^a é o Senador que maior quantidade de recursos tem conseguido neste Senado para o Estado. O Estado do Amapá está de parabéns por essa atuação de V. Ex^a. Devo dizer que, como piauiense, sinto inveja da disposição que tem V. Ex^a e, acima de tudo, do prestígio. Porque não basta, Senador Expedito, ter disposição, é preciso ter prestígio e acesso. Portanto, V. Ex^a está de parabéns, quero fazer este registro.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O Amapá, realmente, sente-se muito honrado, prestigiado e, por esse motivo, sempre retribui o apoio político ao Presidente Lula, porque os recursos sempre estão chegando com os vários programas sociais. Os recursos que colocamos no Orçamento estamos acompanhando *pari passu*.

Para encerrar, quero agradecer a compreensão pelo tempo e dizer que sempre estaremos aqui, firmes e fortes, levantando a bandeira do Estado do Amapá, da Amazônia e do Brasil, trabalhando não só no campo das idéias, mas também na prática da liberação de recursos para viabilizar obras de interesse do Estado e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parabéns, Senador Gilvam Borges.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Sérgio Zambiasi. Em seguida, Senador Expedito Júnior, por permuta com o Senador Tião Viana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Alvaro Dias.

Colegas Senadoras e Senadores, aproveito a oportunidade para fazer uma breve comunicação sobre tema da maior relevância, que ocupou espaço significativo na mídia internacional por ocasião do discurso do Senhor Presidente da República na ONU, quando fez referência à urgência para o combate às mudanças climáticas.

O Presidente Lula alertou as lideranças mundiais para a importância da questão climática e a iminência de uma catástrofe sem precedentes e de consequên-

cias imprevisíveis, se não for revertida a problemática ambiental, favorecendo o Planeta como um todo.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, chamou a atenção para a questão, propondo, objetivamente, a realização, em 2012, de uma nova conferência das Nações Unidas com foco em meio ambiente e desenvolvimento, a Rio+20.

Segundo as próprias palavras do Presidente, o Chefe do Executivo brasileiro, no mais importante fórum internacional: “Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe mundial e humana sem precedentes.”

O Presidente Lula ressaltou que os países industrializados precisam dar o exemplo imediatamente. E afirmou: “É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto. Precisamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com rigor para que se universalize a adesão ao Protocolo.”

Convém lembrar, Sr. Presidente Alvaro Dias, caros Senadoras e Senadores, que o Protocolo, em vigor desde 2005, foi assinado por 175 países. Os países industrializados que o assinam se comprometem com metas de redução de emissões de gases até 2012, mas alguns dos principais poluidores, como os Estados Unidos, não estão entre os signatários.

Ainda no discurso, o Presidente Lula anunciou o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Um dos pontos centrais, disse o Presidente, será a ampliação do combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia.

Foram palavras do Presidente Lula na ONU: “O Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades na Amazônia. Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado brasileiro na região.”

Aproveito o ensejo para lembrar ao Senado que a primeira iniciativa de cunho parlamentar propondo a realização da Rio+20 foi de um Senador do PTB, o ex-Presidente da República Fernando Collor, quando foi recebido pelo Presidente Lula, no início deste ano.

A preocupação do PTB com questões ambientais é patente. O Senador Fernando Collor, quando Presidente da República, patrocinou a realização da ECO- 92, evento de grande magnitude e que

trouxo à baila a questão ambiental na fase final do século XX.

O século XXI exigirá dos governantes atenção especial para as diversas questões ambientais e seus impactos sociais, econômicos e, claro, políticos, pois prevêem analistas estratégicos que, se a crise ambiental se agravar, poderá gerar mais guerras do que as desencadeadas pela disputa pelo petróleo e pelas questões ideológicas. É grave, sim, a situação ambiental no mundo, caros colegas.

Portanto, uso este breve espaço de tempo para destacar o posicionamento do Presidente Lula, enaltecer a iniciativa do Senador Fernando Collor, um ambientalista convicto, e também para parabenizar o Senado da República por trazer tão relevante questão para o debate parlamentar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Presidente Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Zambiasi, pelo respeito ao Regimento.

O Senador Mão Santa pediu a palavra para uma breve comunicação...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero pedir a V. Ex^a que me inscreva, como orador normal ou para uma comunicação inadiável. V. Ex^a tem muita sensibilidade e sabedoria para ver como terei mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar. Em primeiro lugar está o Senador Paulo Paim, em segundo lugar estou eu e V. Ex^a está em terceiro, pela ordem de solicitação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Medalha de ouro para o Paim, de prata para V. Ex^a e de bronze para mim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Medalha de bronze.

Com a palavra, intercalando os oradores, o Senador Expedito Júnior, por cessão do Senador Tião Viana.

Em seguida, falará o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável, se desejar usar este horário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia após dia, nesta Casa, nós, Senadores, estamos aqui, como diz o querido Senador Mão Santa, para fazer leis justas e boas. E é muito difícil, Srs. Senadores, chegarmos a um conceito adequado do que seja uma lei justa e boa.

Desde que cheguei aqui no Senado, atendendo à vontade majoritária dos eleitores do meu Estado de Rondônia, tenho procurado trilhar sempre este caminho, tentando produzir aqui, como sempre diz o Senador Mão Santa, leis justas e boas.

Apresentei, desde então, 26 projetos de lei, todos com o objetivo de levar à população uma qualidade de vida melhor nas áreas da educação universitária, do ensino técnico, da ética na política, da segurança pública, da saúde pública, da economia, na área ambiental, dos direitos do consumidor, da geração de emprego e renda, entre tantos outros projetos que já apresentei nesta Casa.

Mas fiquei muito tocado com uma reportagem do jornal **Correio Braziliense** publicada há pouco mais de um mês, assinada pela jornalista Edma Cristina de Góis, com o título “Entre as drogas e a mendicância”.

A matéria registra que aqui, ao lado desses monumentais palácios dos Poderes Executivo e Legislativo e do STF, onde as maiores autoridades do País têm o poder para resolver os problemas nacionais, esses problemas existem debaixo do nosso nariz. Mais de oitenta jovens moram na rodoviária.

Entendi, como Senador da República, que não posso passar o meu mandato sem tentar contribuir com uma solução legislativa para diminuir essa mazela social. Conheço de perto as dificuldades da pobreza, pois ajudei no sustento da minha família desde os oito anos de idade. Fui engraxate, sapateiro, entregador do jornal **Folha de S Paulo** no interior de São Paulo, fui batedor de estaca, também no Estado de São Paulo, fui carregador de caminhão no Estado de Rondônia e tenho orgulho de minhas origens, no trabalho humilde e, em geral, mal remunerado.

Se Deus me deu oportunidade de estar aqui hoje com o poder de legislar, não posso deixar de tentar ajudar esses menos favorecidos pela sorte. Afinal, estamos falando de moradores de rua, crianças e jovens, carregando a mesma história de pobreza, desagregação familiar, violência e drogas, vivendo da mendicância no mesmo semáforo onde passamos todos os dias e não os vemos por trás dos vidros fechados dos automóveis.

Essa matéria do **Correio Braziliense** me tocou muito, Sr. Presidente, e gostaria de requerer que ela conste integralmente dos Anais desta Casa.

Não pude falar antes sobre essa mazela social porque o Senado estava aprofundado numa crise,

envolvido com assuntos do Conselho de Ética, mas também não fiquei parado. Depois que li a matéria, que, certamente, sensibiliza qualquer um que a ler, na mesma semana me reuni com a minha assessoria para pensarmos juntos em como resolver esse problema, essa mazela social. Já apresentei algumas proposições sobre as quais falarei adiante.

Quero, antes, ler dois trechos que me chamaram a atenção na matéria publicada pelo **Correio Brasileiro**:

Durante todo o dia, Brasília assiste a uma das suas maiores contradições: a pobreza a céu aberto, diante dos três Poderes que deveriam trabalhar a serviço da garantia dos direitos de todos os cidadãos.

O segundo trecho da matéria diz que uma criança de 12 anos está há pelo menos quatro anos na Rodoviária. Não sabe o ano exato que chegou lá, mas não esquece que aos 8 anos um ônibus passou em cima do seu pé direito. Ela disse que já a levaram para um abrigo, mas ela fugiu porque acha que na rua consegue fazer o que quiser. E diz que não brinca, não quer voltar a estudar e nem ter uma casa novamente.

Ou seja, perdeu totalmente a auto-estima.

Mas sabemos também que esse problema não existe somente aqui em Brasília. O problema das crianças de rua está em muitos Estados brasileiros, no seu, no meu, no Estado de São Paulo e em tantos outros Estados de muitos Senadores desta Casa.

E por trás do conceito do que sejam as “crianças de rua” estão trabalhadores de rua que têm base familiar – representam cerca de 21% do grupo –, trabalhadores de rua que rompem vínculos familiares – representam cerca de 51% –, crianças de rua que não possuem referência familiar – cerca de 15% – e também crianças de famílias que vivem nas ruas – cerca de 13%.

A verdade é que não há como precisar o número de crianças em situação de rua no Brasil. Algumas estão nas ruas por um período eventual, retornando para casa em alguns momentos do dia; outras não querem sequer a volta para casa.

Constatei que alguns estudos afirmam que a faixa etária dos 10 aos 14 anos concentra maior número de crianças em situação de rua e que 12 anos é a idade mais frequente entre elas.

Isso se justifica porque, a essa altura da vida, as crianças das camadas mais pobres da sociedade

já são consideradas co-participantes do sustento da família.

Esses estudos apontam que a menor média de idade está nos Estados do Sudeste (9 anos de idade), Senador Paulo Paim; em seguida, aparecem os Estados do Nordeste (11 anos); do Sul (12 anos); do Centro-Oeste (13 anos); e do Norte (quase 14 anos de idade).

Pretendo falar de forma mais aprofundada sobre as crianças de rua em outras oportunidades nesta tribuna, pois quero ainda usar o meu tempo para falar das proposições que apresentei para tentar diminuir esse problema e pedir o apoio desta Casa para a aprovação delas.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Expedito, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Gilvam.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Expedito, em primeiro lugar, quero me congratular com V. Exª e me associar às suas preocupações e também dizer que esse é um dos temas mais vitais da sociedade.

Esse grave problema que temos, não só do desemprego, mas também das milhares de crianças abandonadas no País, é o primeiro sinal da falência do Estado. Não conseguimos gerenciar uma política de planejamento familiar; não conseguimos gerenciar uma política de responsabilidade de atendimento, realmente, às mães adolescentes, que são milhares no País. Por esse motivo, parabeno V. Exª pelo discurso de hoje à tarde, pela forma como assume a tribuna e aborda um tema de mais alta importância. Portanto, meus parabéns e as minhas congratulações pelo tema que V. Exª aborda nesta tarde.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado, Senador Gilvam.

Quero falar da Medida Provisória nº 384, de 2007, que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci. A MP do Pronasci institui dois projetos que quero aqui destacar: o projeto “Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo)” e o projeto “Mães da Paz”.

O Protejo é um projeto que visa à formação e inclusão social de jovens e adolescentes que se encontrem em situação infracional ou em conflito com a lei e expostos à violência doméstica ou urbana.

O foco do Protejo é a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais

e educacionais que visem resgatar a auto-estima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação para sua inclusão em uma vida saudável.

Além disso, cada participante do Protejo receberá um auxílio financeiro no valor de R\$100,00 mensais.

Já o projeto Mães da Paz é destinado à capacitação de mulheres líderes comunitárias, tendo como foco a articulação, das mães que se cadastrarem, com jovens e adolescentes em situação infracional ou em conflito com a lei, para que eles participem dos programas sociais de promoção da cidadania. As participantes do Mães da Paz receberão um auxílio financeiro no valor de R\$190 mensais.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim que li essa MP e o teor desses programas, vislumbrei a possibilidade de inserir as crianças e adolescentes de rua dentro do Protejo. Foi assim que apresentei a Emenda nº 1 a essa medida provisória, de um total de quatro emendas que apresentei e sobre as quais gostaria de contar também com a sensibilidade e o apoio dos Deputados, dos Senadores e do Presidente da República, para que essas emendas de minha autoria sejam acolhidas.

Afinal, se o Protejo tem por objetivo socorrer as crianças e adolescentes em situação infracional ou em conflito com a lei e expostos à violência doméstica ou urbana, por que não socorrer também as crianças de rua antes que elas caiam em situação infracional?

Tenho a convicção absoluta de que a formação cidadã dessas crianças e adolescentes de rua, a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a sua auto-estima, vai contribuir de forma inestimável para o seu resgate e para a sua reintegração às famílias, e também para evitar que, amanhã, elas caiam em situação infracional para só então terem direito a se beneficiarem do Protejo.

Nesse sentido, não vejo como serem rejeitadas as quatro emendas que apresentei e, insisto, peço apoio de V. Ex^{as} para que possamos ajudar a tirar as crianças das ruas.

Em razão do pouco tempo que me resta neste pronunciamento, quero encerrar informando que estamos também apresentando uma PEC para oferecer o respaldo constitucional para que as Forças Armadas, em tempo de paz, possam ser incumbidas de atividades civis para o desenvolvimento social.

Assim, as Forças Armadas poderão contribuir com a sociedade por meio de sua grande estrutura,

em todos os Estados, oferecendo cursos profissionalizantes, assistência à saúde e psicológica, alimentação e alojamento, práticas desportivas e tudo a que o jovem tem direito para que possamos tirá-lo das ruas. Mas, sobre essa proposta de emenda à Constituição, eu falarei numa outra oportunidade.

Quero aqui, Sr. Presidente...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, eu quero crer que nós estamos andando para trás. As Forças Armadas – aliás, Olavo Bilac é o patrono do reservista – tinham aqueles serviços: o Tiro de Guerra, para quem não tinha formação universitária, e CPOR e NPOR para quem a tinha. Era a verdadeira formação de educação, de civismo. Lá, eu fiz o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva). Os universitários faziam o CPOR, o NPOR, e os que não tinham grau universitário faziam o Tiro de Guerra. Mas não tem mais fardamento, não tem botina. Acabou! Por isso está havendo essa violência. Na mocidade, eles eram recrutados para aprender, nas Forças Armadas, civismo, patriotismo, liderança, chefia, disciplina, hierarquia. Enfim, carregar a bandeira entender o que era “Ordem e Progresso”. Está tudo acabando neste País. O MST, hoje, é mais forte do que o Exército. As ONGs, que o Senador Heráclito Fortes denuncia todo dia, recebem mais dinheiro do que o Exército Brasileiro.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Para concluir, Sr. Presidente, agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte, até porque o citei aqui, durante o meu pronunciamento, duas ou três vezes, é possível abrir um porta para que o Governo Federal possa criar um único programa de duração continuada por meio de lei complementar com o objetivo de promover a assistência aos desamparados e aos moradores de rua, sobretudo visando a resgatar jovens e adolescentes e promover a reintegração deste público a seus familiares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INFÂNCIA

Mais de 80 jovens moram na Rodoviária. Carregam a mesma história de pobreza, desagregação familiar, violência e passagem por abrigos. Drogados, vivem de pedir trocados nos cinco semáforos da região

Entre as drogas e a mendicância

EDMA CRISTINA DE GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

O cenário diante do Congresso Nacional é acidentado. Adolescentes e crianças se amontoam nas proximidades da Rodoviária do Plano Piloto. Durante todo o dia, Brasília assiste a uma das suas maiores contradições: a pobreza a céu aberto, diante dos três poderes que deveriam trabalhar a serviço da garantia dos direitos de todos os cidadãos. De acordo com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, mais de 80 jovens vivem hoje na Rodoviária. Pela manhã, os adolescentes pedintes parecem imperceptíveis, porque se dividem entre os cinco semáforos da região. Por volta das 17h, é possível ver as primeiras formações de grupos. O frio bate e eles fazem fogueiras improvisadas no gramado em frente ao Conic.

A maioria dos jovens carrega a mesma história de pobreza, desestruturação familiar, violência e passagem por abrigos provisórios de atendimento a crianças e adolescentes. Usuário de articular as palavras. Por isso são arredios e é difícil conseguir falar com eles. João*, 12 anos, está há pelo menos quatro anos na Rodoviária. Não sabe o ano exato em que chegou lá. Mas não esquece que aos 8 anos, quando já perambulava pelo lugar, um ônibus passou em cima do seu pé direito. As cicatrizes do atropelamento e da vida de exclusão são indissociáveis. João não está sozinho, porque tem a companhia do irmão de 18 anos e dos amigos que conheceu na rua. Ele é pedinte em um dos semáforos nas proximidades da Rodoviária. "Já me levaram para um abrigo, mas eu fugi. Aqui eu consigo fazer o que eu quiser",

explica com a voz embargada. O menino conta que morou com a avó em Planaltina de Goiás e estudou até a 3ª série. Não fala do pai nem da mãe. Diz que não brinca, não quer voltar a estudar nem ter uma casa novamente.

Às 19h, João e os outros meninos descem do gramado e invadem os sinais. Não estão sóbrios e por isso também não se intimidam em bater nos vidros dos carros enquanto pedem algum trocado. Eles escondem os litros com cola de sapateiro por debaixo da blusa ou do coberter, mas quando o sinal verde aparece, cheiram o produto sem constrangimento. Alguns vivem em companhia de crianças bem pequenas. Se o semáforo está vermelho, eles correm de uma ponta a outra das avenidas, provocando medo nos motoristas que precisam fazer aquele trajeto. A dentista A.M., 29, diz que só pára nos semáforos próximos à Rodoviária porque não quer ser multada pelos radares de trânsito. "O único jeito é mudar o caminho, mas nem sempre isso é possível", explicou, com uma pequena brecha do vidro do carro aberta.

O taxista V.S., 32, há 5 anos trabalhando na Rodoviária, também não esconde o cuidado extra. Ele espera os clientes de vidros fechados e afirma que o local é ponto de tráfico de drogas. "Esses meninos não pedem dinheiro para sobreviver. Pedem para comprar drogas e se matar", afirmou. O motorista pediu para não ser identificado porque teme ser reconhecido. Segundo ele, há um "pacto velado no território". Os taxistas não denunciavam nem repreendem os meninos, enquanto estes respeitam

quem trabalha no local. Outro dia, o taxista viu dois jovens agredindo um travesti, mas não pôde fazer nada. "Não tem policiamento aqui. Eles (policiais) passam rapidamente e quando chegam, normalmente, o tumulto já terminou", revelou.

A coordenadora do projeto "Giração", do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Eliana Barros, afirma que 100% dos jovens do lugar são usuários de drogas, falam com dificuldades sobre família e expectativas, e muitos nunca tiveram casa. "Eles são filhos de filhas da rua. Eles não têm para onde voltar", avalia. O projeto tenta reintegrar jovens e crianças às suas famílias, tirando-os das ruas.

A secretária de Ação Social do Governo do Distrito Federal, Eliana Pedrosa, reconhece que a situação da Rodoviária é crítica, mas afirma que as soluções não podem surgir a curto prazo. Há duas semanas, agentes do GDF começaram um projeto-piloto na estação de ônibus para ganhar a confiança dos adolescentes e entender por que estão na rua. "Mas não é um trabalho rápido. Se o jovem tem um vínculo familiar, tentaremos recuperá-lo.", explicou. A partir de 1º de setembro, a Rodoviária terá uma equipe fixa para abordar os jovens pedintes. A secretaria ainda não tem um diagnóstico da situação da Rodoviária, mas pretende lançar uma campanha contra a compra de produtos e doação de dinheiro a adolescentes e crianças que ficam nos semáforos.

Pai balano

Os personagens da Rodoviária carregam uma estranha solidariedade entre si. Ismael dos Santos,

45, chegou ao local há cinco meses, vindo de Mossoró (RN). "Eles me chamam de 'o pai balano', porque sou negro e divido o que como com todos", conta, referindo-se aos jovens moradores da rua como ele. À hora do descanso acontece próximo a um ponto de ônibus na W3 Sul. "Mas tem de ser escondidinho, pra ninguém bater ou tocar fogo na gente", acrescenta. Santos conta que alguns dos meninos da Rodoviária dormem nesse lugar. Chegam de madrugada e se acomodam de qualquer jeito. É difícil arrecadarem dinheiro porque os motoristas temem a violência e vêem facilmente que estão drogados. "Eles nem entendem porque estão aqui. Alguns eu nunca vi sóbrios", disse.

Júlio César Ferreira, 32, está há 20 anos num dos semáforos da Rodoviária. Diz que viu crescer a pobreza ao redor da área e a chegada de novos pedintes. "Esses meninos me conhecem e se alguém vier mexer comigo, me defendem", afirmou. Ferreira tem um passado semelhante ao deles. Começou a trabalhar como engraxate na infância, forçado pelo padrasto, que maltratava a ele e seus irmãos, deixou os estudos na 4ª série e depois passou a usar drogas. Só se regenerou depois de ser baleado num assalto e ficar paraplégico. A rua continua sendo seu local de trabalho, porque sobrevive como pedinte. Antes das 20h, ele pega o ônibus para Planaltina. Só dorme no lugar quando fica tarde. "É perigoso atravessar onde eu moro, por isso me cubro e durmo aqui".

* NOME FICTÍCIO EM RESPEITO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador César Borges, como orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a. Ontem, da tribuna, eu disse que V. Ex^a era como um “capa preta”, mas eu pensei em usar o termo Cardeal, e pedi que V. Ex^a trabalhasse junto aos Líderes para que a pauta fosse desobstruída e pudessemos votar.

Felizmente, fomos informados ontem de que houve o acordo.

Assim, vamos votar as MPs, vamos votar a escolha de autoridades, vamos votar, também, a PEC que termina com o voto secreto, de minha autoria e também de V. Ex^a. É importante que a Casa volte a deliberar, porque a obstrução passa para a opinião pública a impressão de que o Senado é contra o País. V. Ex^a explicou bem, ontem, que não é nada disso. Mas, a melhor forma de responder à opinião pública é votarmos, porque, votando, mostramos efetivamente que estamos debatendo e atendendo aquilo que quer a maioria da população: o trabalho dos Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, eu queria aqui fazer rápidos registros nesses meus quatro minutos. O primeiro deles é para cumprimentar as centrais sindicais e as confederações de trabalhadores, que farão uma grande marcha a Brasília, no dia 5 de dezembro, buscando a aprovação de um projeto de nossa autoria e do Senador Inácio Arruda, que propõe a redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, que, depois desse primeiro momento, seria reduzida a uma hora por ano, até chegar às 36 horas. Com esse processo, nós geraríamos mais de 8 milhões de empregos no País em dois momentos.

Também, Sr. Presidente, eu, que às vezes critico aqui a morosidade da Câmara dos Deputados, quero cumprimentar aquela Casa por ter aprovado no dia de hoje o Projeto de Lei nº 7.362, de 2006, de nossa autoria, que vai agora à sanção do Presidente. O Projeto vai garantir adicional de periculosidade aos carteiros, uma antiga reivindicação dos milhares e milhares de carteiros do nosso País. Uma vez sancionado pelo Presidente da República, o Projeto garantirá aos carteiros acréscimo de 30% nos vencimentos.

Senador Mão Santa, sou muito da verdade, como V. Ex^a diz. Está aqui registrado que V. Ex^a foi o Re-

lator do projeto dos carteiros no Senado. Tal projeto foi aprovado por unanimidade nesta Casa e encaminhado à Câmara, onde também foi aprovado. Agora, será remetido à sanção do Presidente da República. Cumprimento todos os Senadores e também V. Ex^a por ter relatado esse projeto tão importante para os carteiros.

Sr. Presidente, como fiz ontem, quero, mais uma vez, demonstrar toda a minha solidariedade ao povo gaúcho.

Chega a 14 o número de Municípios que estão em situação de emergência. As principais regiões atingidas foram o norte e noroeste do Estado, além de São Sebastião do Caí, devido à inundação e às chuvas. O rio Caí inundou 70% daquela cidade, pois subiu mais de 15 metros, atingindo também, com a extensão das chuvas, as cidades de Montenegro, Aratiba, Barra do Rio Azul, Cruz Alta e Itatiba do Sul.

Em São Sebastião do Caí, os moradores desabrigados foram levados ao parque da cidade. O estado é, de fato, assustador, Sr. Presidente. Houve, também, deslizamento de terra em Itati. A Rota do Sol foi interrompida no caminho que leva a Caxias do Sul.

Sr. Presidente, a chuva e o vento, no fim de semana, deixaram mais de 40 mil companheiros sem energia elétrica, uma situação da maior gravidade em todo o Estado. A interrupção do fornecimento de energia elétrica pelas três concessionárias que abastecem grande parte do Rio Grande acabaram prejudicando totalmente a população. Por isso, solicitamos, mais uma vez, ajuda do Governo Estadual e do Governo Federal para essa grave situação no nosso Rio Grande do Sul.

Concluo, Sr. Presidente, mais uma vez, falando da importância da pauta desobstruída para que votemos o projeto das escolas técnicas e também o projeto da Universidade da Campanha, que atinge muito o Rio Grande do Sul, tendo como sede a Cidade de Bagé. O das escolas técnicas, como eu dizia ontem, é um benefício destinado a 14 Estados.

Evidentemente, esperamos que, nessa linha de entendimento e acordo, façamos um bom debate sobre o fim do voto secreto.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluirei em um minuto, Sr. Presidente.

Todos sabem que sou a favor, desde a época da Constituinte, como Deputado, e também como Senador, de que não haja nenhuma situação para

o voto secreto: autoridades, Embaixadores, Ministros do Supremo Tribunal Federal, representantes das Agências e vetos. Os vetos são fundamentais e, infelizmente, não são apreciados no Congresso Nacional há algumas décadas. Não me lembro, nestes 20 anos, uma única vez, de que, por voto secreto, tenhamos derrubado um veto. Naturalmente, também tenho essa opinião quando se tratar de mandato de Deputado, de Senador e mesmo do Presidente da República.

Estou animado com o encaminhamento e espero que façamos um bom debate, qualificado e de altíssimo nível, que não será contra alguém, mas a favor da tese da instituição.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente me congratular com o Senador Paulo Paim pelas palavras que ouvi aqui, com as quais concordo plenamente. Em primeiro lugar, concordo com a retomada da pauta de votações pelo Senado a partir de negociação entre as Lideranças. Não podemos ficar com a pauta suspensa, porque a leitura feita seria a de que o Senado não está produzindo o necessário.

Independentemente das questões relacionadas aos processos que enfrenta o Presidente Renan Calheiros, temos necessidade de retomar a pauta de votações nesta Casa. Isso é imprescindível.

Em segundo lugar, concordo com outra questão abordada rapidamente pelo Senador Paim, que quero abordar da mesma forma, com relação à sessão. No Congresso, a sessão deve ser sempre aberta, pois não há necessidade, nos tempos modernos, de haver sessão fechada, sessão secreta, até porque ela nunca é secreta, é um teatro do absurdo que se pratica.

Também concordo que o voto seja aberto. Hoje, independentemente das questões, o que a sociedade deseja é transparência e que cada um assuma a sua responsabilidade. Se for o seu voto um condicionante diante do Governo Federal, que assuma a responsabilidade. E que o voto seja aberto em todas as questões, para não fomentar a desconfiança da população, que, muitas vezes, verifica no voto secreto a possibilidade

da traição e do acobertamento de posição pouco nobre de alguns dos Srs. Senadores.

Mas o que me traz hoje aqui, Sr^a Presidente, Senadora Serys...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite só uma frase?

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente como V. Ex^a está dizendo, como o voto é secreto, há um ou outro – vou dizer “sujeito” – que se dá o direito de votar por qualquer Senador, porque começa a dizer como é que o Senador votou. O pior é que a dúvida fica. V. Ex^a tem toda a razão.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Foi o que aconteceu agora nessa votação lamentável. Não há quem possa assegurar seu voto. Sempre haverá a suspeição do voto “sim” ou “não”. Então, com ingerência ou não do Executivo, cada um deve assumir a responsabilidade do voto.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, o que me traz hoje aqui é uma preocupação com o que, lamentavelmente, acontece em vários Estados brasileiros, em particular, nos Estados do Nordeste brasileiro e, de forma mais específica, na Bahia, na cidade de Salvador. Falo da saúde e do SUS.

Os principais jornais do Estado da Bahia trouxeram ontem manchetes sobre o problema da assistência de saúde à população mais carente da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

O jornal **A Tarde** publica na primeira página: “Meningite deixa menino em coma”.

Há um surto de meningite no Estado da Bahia. Em uma matéria, publica que, hoje, há uma crise na oferta de serviços em saúde nos postos municipais da cidade de Salvador. Não sou eu que estou falando, é o jornal **A Tarde**.

“Oferta de serviços em saúde piora nos postos municipais. Falta de materiais básicos, como luvas e filmes de raios– X, atraso de dois meses no salário de mais de 100 médicos e uma suposta dívida de mais de R\$ 7 milhões afetam o atendimento à população.” Isso está colocado no jornal **A Tarde**. Começou a faltar há dois meses, passou um tempo normalizado e depois parou o repasse de verbas para os postos municipais de saúde.

Conta o administrador desse posto de saúde que uma unidade socorre a outra quando falta material: “O aparelho de raio– X do consultório odontológico está há um ano sem funcionar por falta de filme. Temos o revelador, o fixador, mas falta o principal”.

O jornal **Correio da Bahia** estampa, assim como o jornal **A Tarde**, na primeira página: “Hospitais vão parar de atender pelo SUS”.

Vejam bem, falei primeiro sobre a rede pública, dos postos municipais, agora é sobre a rede privada. “A rede privada de saúde em Salvador vai suspender o atendimento aos usuários do SUS a partir da próxima terça-feira. Com isso, cerca de dez mil procedimentos médicos diários deixarão de ser realizados nos mais de 300 hospitais e clínicas credenciadas do SUS”. Ainda coloca, Sr^a Presidente: “Entre as causas está o corte de 25% feito pela Prefeitura de Salvador no teto dos atendimentos, além da defasagem na tabela de repasse, reajustada em apenas 37% nos últimos 13 anos”.

Senador Mão Santa, permita-me aqui plagiá-lo: atentai bem! Atentai bem ao que está acontecendo com a saúde no Estado da Bahia, em Salvador, no Nordeste brasileiro, V. Ex^a que conhece bem essa questão.

Hoje a rede privada também não vai mais atender. Imaginem como será o atendimento à população mais carente da cidade.

Vejam a manchete do **Correio da Bahia**: “Boicote ao SUS”. Ou seja, o SUS, como disse o Ministro José Gomes Temporão, é um paciente em estado terminal. Lamentavelmente, é preciso que se faça algo com urgência. São vidas humanas que estão sendo perdidas e colocadas em risco, por falta de um atendimento que a população brasileira merece e que deve ser digno.

Ouçoo o aparte do Senador Alvaro Dias e, logo em seguida, o do Senador Mão Santa.

Senador Heráclito Fortes, quer também fazer uso da palavra?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador César Borges, V. Ex^a, com competência, aborda essa questão essencial. Não há dúvida de que o brasileiro coloca, em primeiro lugar, como dificuldade maior do dia-a-dia, o seu acesso à saúde pública de boa qualidade. E o Presidente Lula, contrastando com essa realidade, afirma que “a saúde, no Brasil, está quase chegando à perfeição”. Incrível essa afirmação do Presidente Lula! A impressão que fica é que ele vive em outro País – na ilha da fantasia. Enfim, não dá para aceitar mais esse tipo de afirmação, que chega às raias da irresponsabilidade. Chega a ser uma afronta ao sofrimento das pessoas desassistidas, aquelas que morrem nas filas dos hospitais sem assistência. E o Presidente não precisa sair da ilha da fantasia, não. Aqui, mesmo, na ilha da fantasia, em Brasília, a televisão mostra, em hospitais locais, filas enormes de pessoas não atendidas. Isso acontece na frente

do Presidente da República. Por isso, este tema tem de estar todo dia, sim, na tribuna do Senado Federal, chamando a atenção do Governo. Não é só falta de recursos, é desorganização. O atual Governo desorganizou o sistema de saúde no Brasil. E não quero tomar muito o tempo de V. Ex^a. Muito obrigado, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Acho que é uma questão de gestão, de competência. O Ministro José Gomes Temporão tem condições de realizar um trabalho efetivo, mas precisa convencer e sensibilizar outras autoridades do Governo Federal, no sentido de que esse clima não pode persistir no atendimento à saúde do Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex^a já governou a Bahia, e muito bem. Além do que se vê, o essencial é invisível aos olhos. Todo mundo vê que os hospitais estão sucateados. Há filas, falta de atendimento; a Medicina resolutive só é dos poderosos, dos ricos, que têm dinheiro, ou dos que têm plano de saúde. Citaria três dramas. Um deles é a dengue; o mosquitinho – Oswaldo Cruz se tornou célebre por vencê-lo – é o mesmo da febre amarela e está aí zombando, aumentando. Há uma dengue hemorrágica que está matando muita gente, no Piauí inclusive. O nosso Alberto Silva, gente boa, Senador Heráclito Fortes, outro dia perguntei a ele: você não vai ao Piauí? “Não, porque tenho medo de pegar dengue”. Está desse jeito, não foi ao Piauí com medo de pegar dengue. E a malária? Senador Tião Viana é professor. Senador Tião Viana, isso é uma vergonha! A malária aumentou. Olha que fui médico durante 40 anos. No início da minha profissão, César Borges, havia alguns que depois desapareceram. Nunca mais eu tinha visto. E a tuberculose? Quando fiz vestibular de Medicina, detectaram uma mancha em meu pulmão. O Governo tomou conta de mim, pagou faculdade, e estou aqui. Aumentou em todo o País o número de casos de tuberculose. Esse é um Governo irresponsável. Eu tive. Quando ia entrar na faculdade, disseram: “Há uma mancha; não entra, entra”. E estou aqui. O Governo era responsável, Luiz Inácio! Este é o Governo mais irresponsável da História do Brasil! Iludiu o povo com esse negócio do dinheirinho para o mais pobre, que é uma caridade – não sou contra caridade. São Paulo apregooou: “Fé, esperança e caridade, que é amor”. Está tudo certo. Enganou os velhinhos com o dinheiro mais imoral que há, nem o Meirelles defendeu – o ontem na reunião da CAE, que

foi a enganação com esses empréstimos consignados. Velhinhos dignos e honrados, iludidos e enganados: ganhavam o salário mínimo, e hoje descontam mais de R\$100,00. Foram enganados pela própria Nação. Hoje existe mais financeira enganando os velhinhos do que existia cabaré no tempo da minha infância. E muitos deles estão com dificuldade de comprar o remédio, porque, de um velho que ganha um salário mínimo, estão descontando mais de R\$100,00. Enganaram. Esse é o Governo que está aí, a meu ver, o pior Presidente da República; aliás, o pior governante dos 507 anos de Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Senador Mão Santa, neste momento, todos temos de procurar uma solução, porque este é um assunto extremamente grave que afeta a população brasileira.

É preciso reajustar a tabela do SUS. Veja o caso específico na cidade de Salvador: a rede pública com deficiências, com carências, com atrasos, sem receber o pagamento, e a rede privada que não atenderá mais pelo SUS. Então, a população ficará totalmente desprotegida. É preciso reajustar urgentemente a tabela do SUS, alocar mais recursos na saúde.

Entretanto, o Ministro da Saúde vinculou o reajuste do SUS à prorrogação da CPMF. Quer dizer, é difícil aceitar uma posição dessa, Senador Heráclito Fortes – a seguir concederei um aparte a V. Ex^a. O jornal **A Tarde** noticia “Ministro vincula reajuste do SUS à prorrogação da CPMF”, e o **Correio da Bahia** diz: “Ministro condiciona nova tabela do SUS à prorrogação da CPMF”.

Ora, o Ministro deveria estar procurando mais recursos dentro do próprio Orçamento Geral da União, porque a CPMF já está contribuindo com 0,38% dos cheques. E pergunto: a Saúde está bem? Não está resolvendo. Existe a CPMF, e o setor de saúde está nessa situação.

Então o que queremos é uma solução. Aqui não há crítica pela crítica. O que se deseja é que a população mais carente seja atendida, e não é condicionando o reajuste à aprovação da CPMF que vamos aprová-la ou resolver a situação da Saúde, lamentavelmente. Isso é escapismo; não é o correto a fazer neste momento. É preciso assumir a responsabilidade de que não está havendo recurso suficiente do próprio Orçamento Geral da União e colocar mais esse recurso.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador César Borges, o Governo está usando de todos os tipos de chantagem para tentar aprovar esse re-

curso. Mas é bom lembrar, Senadora Serys, que o Governo, ao longo destes cinco anos, recebeu uma quantia considerável, levando-se em conta que a CPMF gera, por ano, R\$46 bilhões. Por que tiveram de dar agora um reforço de mais R\$2 bilhões à Previdência? Ou o dinheiro foi mal gasto ou não chegou ao seu destino. Lembro que um Ministro que habita no Palácio do Planalto, há cerca de um mês, disse: “Se não votar a CPMF, metade da Esplanada pára”. Se parar, ninguém vai sentir, porque parada a Esplanada já está. Ontem mesmo, ou anteontem, foi apresentado um novo Ministro, se não me engano, é o Ministro da Pesca – o 39º a ir à televisão. Senador César Borges, no seu gabinete deve ter, assim como no gabinete do Senador Alvaro Dias e no de todos os Senadores, uma publicação da Funasa, em papel couchê, mostrando não as atividades da Funasa em si, mas as do seu presidente. Nela há cerca de dez fotografias do presidente. Uma provocação à inteligência brasileira. Senador Alvaro Dias, veja a revista em seu gabinete, se é que ainda não a viu. Na capa, está lá o presidente da Funasa posando. Uma revista sem nenhuma utilidade e que custou uma fortuna! Eu quero fazer um apelo aos Senadores, para que, no dia da votação da CPMF, tragam os seus exemplares e os coloquem aqui, em cima das mesas, para mostrar a que serve o dinheiro da Saúde. Já basta a Funasa querer criar a sua própria televisão. Para quê? Para que a televisão da Funasa se existe a Radiobrás, se há várias emissoras à disposição dela?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há também a “Voz do Brasil”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Há também a “Voz do Brasil”, como lembra o Senador Mão Santa. E o dinheiro? De onde vem? É da CPMF. Não podemos aceitar isso, Sr^a Presidente. O problema dos recursos da Saúde é mais de gerência do que de falta. Faço esse alerta a respeito dessa publicação da Funasa, porque me revoltou. Quero crer até que o Ministro Temporão, que se mostra um homem sensível a essas questões, tomará providência, porque é uma verdadeira agressão ao Brasil o que foi feito com os recursos públicos para mostrar as atividades do presidente que, segundo me cochichou um correligionário seu, pretende ser candidato a um cargo parlamentar daqui a dois anos. À custa do povo brasileiro não, meu caro Senador! Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço– lhe o aparte, Senador Heráclito Fortes.

Sr^a Presidente, conceda-me mais um minuto para concluir meu discurso.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Em um minuto vou concluir. O âmago do discurso é o seguinte: não podemos confundir a problemática da Saúde, que é grave, que precisa de recursos vindos do Orçamento Geral da União, com a da CPMF. É preciso desonerar a produção brasileira, diminuindo a carga tributária que existe sobre ela. A problemática da Saúde envolve gestão e necessidade de mais recursos, mas que venham do Governo e não do ombro do contribuinte.

Antes de encerrar, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, que me pede um aparte neste momento.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador César Borges, o tema que V. Ex^a está abordando é da mais alta importância. Eu também, daqui a algum tempo, ainda hoje, vou abordar essa questão da Saúde na Bahia, que é de extrema gravidade. A deterioração é extremamente grande e a questão é gerencial. Dinheiro não falta; o que falta é gestão.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Agradeço— lhe, Sr^a. Presidente, a tolerância. O que nós queremos é uma Saúde que atenda bem à população. Não é a crítica pela crítica e não podemos confundir gestão na Saúde com CPMF, que é outra coisa, porque a CPMF existe há muito tempo e até hoje não resolveu o problema.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Senador, desculpe— me mas vim correndo porque V. Ex^a está tratando de um assunto bastante sério. Outro dia fiquei profundamente amargurado e explicarei por quê. O Ministro Temporão disse que ia receber do Governo – o Presidente Lula confirmou – R\$2 bilhões para salvar a Saúde no Nordeste. Fui a Maceió e fiquei assustadíssimo com o que estava acontecendo lá. Desgraça total! Uma senhora foi à televisão e disse que não tinha vaga para ser operada do coração e ela sabia que ia morrer. Três dias depois, ela faleceu. De repente, o Ministro Mantega, que é a maior inteligência do País, disse que os valores ainda têm de ser discutidos. Então, um Ministro recebe a palavra do Presidente e quem controla o dinheiro diz que não vai dar porque ainda não se discutiu o valor exato!? Morra, então, a população inteira do Nordeste por falta de assistência médica? Isso é inaceitável, Senador César Borges! Por isso, digo que não tem nada com CPMF, mas sim

com verba para a Saúde, para melhorar a situação que infelizmente o País está atravessando. Há maior densidade e gravidade do problema no Nordeste. Quem foi lá e viu sentiu, até por uma questão cristã, que precisa realmente investimento para que os Governadores possam dar um pouco de assistência à Saúde, àquela população sofrida.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tuma.

O Sindicato dos Médicos já disse que o aumento da tabela que está sendo proposto é irrisório. Por exemplo, uma consulta passará de R\$7,55 para R\$10,00, quando o valor ideal seria equiparar à tabela da classificação brasileira de procedimentos médicos de R\$42,00. Enquanto ficamos nos iludindo, porque essa correção poderá chegar a lugar nenhum, infelizmente, o SUS vai ser desativado pela rede privada e, isso somado aos problemas da rede pública, vamos ficar sem assistência à saúde.

É esse o reclamo, e não vamos misturá— lo com a discussão da CPMF, que é outra.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quero apenas lamentar o que aconteceu em Pombal e solidarizar— me com os familiares do prefeito e o povo daquela cidade do meu Estado.

Nesta madrugada ocorreu o falecimento do jovem prefeito – tinha apenas 34 anos – do PT, que vinha fazendo uma belíssima administração, compromissada com as causas sociais daquele Município.

Apresentei um requerimento para que esta Casa possa aprová— lo em nome da família e do povo de Pombal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

O requerimento está na mesa, e os encaminhamentos regimentais serão dados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:



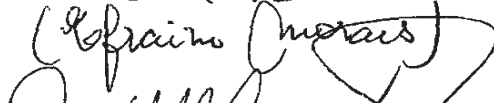
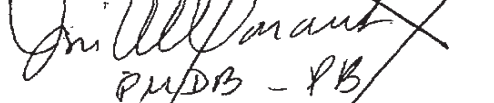
REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2007

Requeremos, nos termos dos art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Jairo Vieira Feitosa, Prefeito do Município de Pombal, no Estado da Paraíba.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.


Senador **CÍCERO LUCENA**
(PSDB/PB)

DEM - PB

(Efraim Moraes)

PMDB - PB
(José Maranhão)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 8 e 9 de outubro da Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, que se realizara na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Estarei ausente do País para participar do referido evento no período de 7 a 10 de outubro de 2007.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 1.095, DE 2007

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 6 a 11 de outubro de 2007, para fins de participar da Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevidéu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das 26 setembro de 2007. – Senador **Ro-meu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 1.096 DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja considerada “desempenho de Missão Política e Cultural de interesse parlamentar no exterior”, minha ausência dos trabalhos desta Casa, nos dias de 8 a 9 de outubro do corrente ano, quando fui designado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para participar da 6ª Reunião Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu – Uruguai, conforme cópia do documento que encaminho em anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período para esse fim.

Sala das sessões, 26 de setembro de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 1.097, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação nos dias 8 e 9 de outubro de 2007, por ocasião da VI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno de Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 7 a 10 de outubro, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Inácio Arruda**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Anuncio agora os próximos oradores. O próximo é o Senador Alvaro Dias, para uma comu-

nicação inadiável, por cinco minutos; a seguir, o Senador Valter Pereira, como orador inscrito; e logo de imediato, o Senador Antonio Carlos Júnior, pela Liderança da Minoria.

Peço aos Srs. Senadores que se restrinjam ao prazo. Quando um Senador ocupa o dobro do tempo previsto, retira o tempo inteiro do próximo orador.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr^a Presidente, sei que V. Ex^a dirigiu-se especificamente a mim e não quis dizer meu nome por causa de nossa amizade, mas sei também que me permitiu mais tempo pela tolerância a mim e aos seus Colegas que queriam participar da discussão de um assunto muito importante.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Não me referi diretamente a V. Ex^a, mas a todos aqueles que usam muito mais tempo do que o devido.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, este assunto continua na pauta, afinal, a saúde do povo deveria ser a suprema lei.

Trago o que recebi ontem à noite, em meu gabinete, do representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção de Londrina, Paraná, Dr. Jorge Custódio, para encaminhar documento subscrito por inúmeras entidades representativas, solicitando apoio no sentido de assegurar a imediata liberação dos medicamentos excepcionais de alto custo, comprovadamente eficazes e necessários para a preservação da vida de muitos pacientes, que estão, lamentavelmente, sendo levados à morte em razão dessa pendência com o Estado brasileiro.

O documento assinala que a OAB, Subseção de Londrina, acompanha o sofrimento dos pacientes portadores de doenças graves pela falta de distribuição de medicamentos excepcionais de alto custo por parte do Estado, bem como a posição do Tribunal de Justiça do Paraná, que vem suspendendo as liminares favoráveis concedidas pelos Juízes da Comarca de Londrina, por iniciativa do Ministério Público, alegando grave lesão à ordem e à economia do Estado, em flagrante desrespeito ao que preceitua o art. 196 da Carta Magna: *A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à*

redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O documento é subscrito pela Câmara de Vereadores de Londrina, pelo Ministério Público do Paraná, bem como por representantes das Igrejas Católica e Evangélica, das Associações de Moradores de Londrina, da Associação de Pacientes Graves, dos Conselhos Regionais de Saúde, entre outras entidades representativas da sociedade organizada.

Segundo matéria jornalística assinada por Marcelo Frazão, do **Jornal de Londrina**, edição de 25 de setembro, os integrantes do Governo do Paraná afirmaram que o Estado só fornecerá medicamentos excepcionais – mais caros e para tratamento de doenças raras – caso estejam incluídos em protocolos do Ministério da Saúde e haja determinação federal.

Esses protocolos do Ministério da Saúde contendo a relação de medicamentos excepcionais e caros, destinados aos portadores de doenças graves, não podem ser restritivos, sob pena de se transformarem numa verdadeira “Lista de Shindler”.

Eu já tive oportunidade, Sr^a Presidente, de abordar da tribuna desta Casa esta questão, e lamentavelmente o impasse perdura.

O representante da OAB de Londrina, Dr. Jorge Custódio, será recebido hoje pela Ministra Ellen Gracie e tentará ainda entregar um abaixo assinado com mais de duas mil assinaturas ao Ministério da Saúde e ao Presidente Lula.

Reitero o apelo que já fiz desta tribuna ao Ministro da Saúde e ao Presidente Lula para que adotem as medidas administrativas necessárias para solucionar esse impasse.

Sr^a Presidente, antes de concluir o meu tempo, eu gostaria de dar destaque ao *ranking* da corrupção, mais uma vez divulgado pela Transparência Internacional, que dá ao Brasil a medíocre nota 3,5. No ano passado, a nota atribuída ao Brasil foi 3,3, o pior nível da nossa história. Agora, o Brasil caminha para o lado. Não caminhou para trás, mas não caminhou para a frente, porque a pesquisa se mantém exatamente no ponto percentual de 0,2 para cima ou para baixo, que é sua margem de erro. Portanto, o Brasil não caminhou para a frente nem para trás; continua ostentando este título lamentável de um dos países onde há maior corrupção no mundo.

O destaque entre os países fica com a Dinamarca, novamente, a Finlândia e a Nova Zelândia, com a nota 9,4, no topo desse *ranking*. Aqui na América do Sul, o Chile, com nota 7,0, e o Uruguai, com nota 6,7, estão entre os países com melhor desempenho.

É exatamente a corrupção que acaba abrindo rombos nos cofres públicos e impedindo que o Poder Executivo possa investir em setores fundamentais como o da saúde.

O canadense Huguette Labelle, personalidade de notória reputação internacional, atual Presidente da Transparência Internacional, assinala: “A corrupção continua sendo um enorme ralo de recursos tão necessários para a educação, a saúde e a infra-estrutura”. Esse é o discurso de todos os dias.

É bom lembrar que, na leitura analítica da Transparência, o Poder Executivo no Brasil deveria facilitar o acesso do cidadão ao Estado e reduzir os intermediários na prestação de serviços.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi citado de forma elogiosa o Projeto Poupatempo, criado na gestão de Mário Covas em São Paulo.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, como sempre, apresenta brilhante pronunciamento, dá um quadro que vale por dez mil palavras, como disse Confúcio. Mas eu queria lembrar a V. Ex^a Ulysses Guimarães, reviver a frase dele, de que a corrupção é o cupim que destrói a democracia. Esse cupim está cultivado aí, pelo Governo de Luiz Inácio, e está destruindo a nossa democracia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Para encerrar, a corrupção é uma praga; a outra é a incompetência administrativa. Duas pragas que assolam o Brasil e maltratam o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, inclusive pelo respeito ao tempo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço, Sr^a Presidente, a minha inscrição, pela Liderança do PDT, tão logo possa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Está inscrito, Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, solicito a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do Bloco, devidamente concedida pela nossa Líder Ideli Salvatti.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Feita a inscrição do Senador Sibá Machado, pela liderança do Bloco.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 106/2007 – GSECAF

Brasília, 26 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a minha renúncia ao cargo de Titular do Conselho de Ética do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Epitácio Cafeteira**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício número GSGC – 237/2007

Brasília, 25 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho a presença de Vossa Excelência explicar acerca do ocorrido nas sessões deliberativas dos dias 18 e 19 próximo passado.

O Regimento Interno do Senado Federal em seu artigo 162, dispõe que a Ordem do Dia terá início, impreterivelmente, as dezesseis horas. Todavia, nas sessões supracitadas, o início deu-se, respectivamente, as dezessete horas e quarenta e cinco minutos e as dezenove horas e vinte e cinco minutos.

Vista que a determinação regimental foi descumprida, considere-me desobrigado de participar da votação.

Assim, diante do exposto, solicito a Vossa Excelência que seja concedida minha presença nas referidas sessões.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 154/2007 – GLDBAG

Brasília, 26 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Pedro, como membro titular na Comissão Parlamentar

de Inquérito criada através do Requerimento nº 401, de 2007 para “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007”, em substituição ao Senador Sibá Machado, que passará a integrar a referida comissão, como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 155/2007 – GLDBAG

Brasília, 26 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Sibá Machado como membro suplente na Comissão de Educação.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência designa o Sr. Sibá Machado para integrar a Comissão de Educação, na condição de suplente, nos termos do expediente lido.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Valter Pereira, por dez minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Sr^{as} e Srs. Senadores, o médico Adib Jatene recebeu a CPMF para tratar a saúde pública. E, de fato, ela sofria de grave enfermidade financeira.

O então Presidente Fernando Henrique descobriu que o remédio era a vitamina ideal, mas para engordar o superávit primário. E passou a apropriar-se da maior parte de suas receitas.

Assim, Sr^a Presidente, o tributo que era apenas para salvar vidas humanas foi destinado também para a saúde das contas públicas do nosso País.

As consequências estão amargando até hoje. São hospitais sucateados, filas degradantes, macas substituindo camas, corredores substituindo leitos. Há poucos dias, a televisão noticiou atendimento médico no jardim de um hospital, sem falar, Senador Mão Santa, daquela paciente que anteviu, em declaração feita a uma emissora de televisão, que, se não fosse atendida, pereceria. E, de fato, acabou falecendo.

Os maus tratos e a omissão de socorro habituais estão provocando mortes plenamente evitáveis, Sr. Presidente, e espalhando o luto e a dor. Estou falando sobre fatos que estão nas páginas dos jornais, nos noticiários das rádios e da televisão, fatos que nem comoção pública acarretam mais, já que se incorporam a uma rotina mórbida, a uma resignação humilhante e à banalização da própria vida. E, mais grave, a vítima de tais mazelas é o pobre, aquele que não tem plano de saúde, aquele que é dependente exclusivo do Sistema Único de Saúde, o SUS.

As manifestações e paralisações de médicos da rede pública de Alagoas, da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará e de Sergipe não esgotam as áreas onde o descaso faz as suas vítimas

Em todo o território nacional, a rede pública vem mostrando claros sinais de exaustão. Em alguns pontos, Estados e Municípios vêm assumindo obrigações que seriam da União e gastando mais do que lhes caberia, sacrificando, assim, outras prioridades.

Com tais atitudes, governadores e prefeitos acabam contornando defasagens que comprometem a prestação de serviços médico-hospitalares.

Há casos em que são os médicos e hospitais que se submetem a condições degradantes para não interromper o atendimento a quem procura socorro para enfrentar a dor e a doença.

São os profissionais mais leais à causa e mais fiéis ao juramento que fazem na colação de grau. No entanto, Sr. Presidente, essas atitudes voluntaristas que têm conseguido contornar uma maior disseminação desse verdadeiro apagão que ocorre na saúde pública não podem servir de biombo para esconder o descaso do Governo com área tão delicada: a área que trata da vida humana.

E o maior pouco caso, Sr. Presidente, ocorre quando o Governo tranca os seus cofres para a saúde pública! Basta atentar para alguns valores da tabela de remuneração do SUS. Por uma consulta, o Sistema paga R\$7,55. Com esse valor, é difícil comprar um pacote de arroz com cinco quilos. Na hipótese de

um parto normal, o hospital recebe R\$186,05. Além da maternidade, o trabalho da equipe médico-hospitalar que faz o acompanhamento recebe R\$125,84. A hemodiálise, tratamento extremamente delicado e indispensável para os renais crônicos, é remunerada com o valor de R\$130,51.

É bem verdade, Sr. Presidente, que o Presidente Lula não é o precursor desse apagão, nem o Ministro José Gomes Temporão pode ser responsabilizado pelas mazelas que contaminam a saúde pública. Têm eles a responsabilidade pelo que acontece no atual Governo, mas é preciso ficar claro que essas mazelas vieram antes dos dois.

Foi por isso que o Congresso Nacional, já em 1996, aprovava a CPMF. Rendia-se aos apelos de um respeitável médico, o então Ministro Adib Jatene, que advertia duramente para as consequências da falta de recursos e postulava um tratamento de choque que exigiria grande soma de dinheiro para viabilizá-lo.

No ano 2000, a Câmara e o Senado dão um novo e importante passo para enfrentar esse grave problema: aprovam a Emenda Constitucional nº 29. Essa emenda determinou a vinculação de recursos à saúde no orçamento das três esferas do Poder. Estados ficaram compelidos a gastar 12%; municípios, 15% de suas receitas. A União obrigava-se a aplicar o orçamento do ano anterior acrescido da variação do PIB nacional.

Para frustração de quantos acreditavam no inspirador da CPMF, o festejado Dr. Adib Jatene deixou o Ministério. Parte do dinheiro novo foi parar nos cofres da Fazenda Pública. O que era da saúde foi para o superávit primário. A contabilidade pública foi mais importante, tanto na avaliação do governo anterior como do atual, que o ser humano. E o povo continuou e continua desassistido.

O que se esperava é que o Presidente Lula, em cujo passado desferira tantas críticas a esse menoscabo com a saúde e à própria criação e cobrança da CPMF, ousasse interromper esse nefasto desvio de finalidade da CPMF. No entanto, não foi isso que aconteceu.

Hoje, ele aposta todas as suas fichas na renovação desse tributo. E mais grave: quer renovar o tributo, mas não quer renovar o compromisso de aplicá-lo integralmente na saúde.

Presenciar a crise em todos os hospitais e ambulatórios, testemunhar a indigência das tabelas do SUS para consultas, exames, cirurgias e não ouvir nenhum compromisso do Governo no sentido de destinar esse imposto disfarçado de contribuição para sua finalidade original é compartilhar com a avidez perniciosa do Fisco e avalizar a indiferença do Governo com o sofrimento do povo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valter Pereira?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honra-me, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É muito mais triste a tabela do que o que V. Ex^a está apresentando. Isso daí ainda é descontado. A mesma consulta que o médico, teoricamente, receberia, ele a recebe a R\$2,50 líquido, porque é descontado por 76 impostos. Há aqueles que fazem, por exemplo, citologia oncológica e, como V. Ex^a falou, hemodiálise, cuja medicação é importada. E isso não pára: o instrumental e o material são gastos em uma consulta médica. Ainda há mais um agravante: eles saem credenciando, e muitos desses médicos recebem quase seis meses depois. Esse Governo está acabando com a classe médica, que está desesperada. Nunca se via médico em greve. Eles estão lutando pela sobrevivência. Uma manchete do jornal de Fortaleza, cuja Prefeita é do PT, diz que lá se pagam R\$720 a um médico do melhor pronto-socorro municipal que existe, que é o José Frota. Fui interno lá, ganhava quase esse salário no tempo da ditadura – o prefeito era Muriilo Borges – como acadêmico, universitário bolsista. Então, hoje se vê usualmente médico com 94 anos trabalhando, porque as aposentadorias são ridículas. Muitos desses credenciamentos, essas consultas... Esse Governo é velhaco! Só faz cobrar os impostos. Não estão pagando médico, não. Ele atrasa de quatro a seis meses.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, tenho certeza, enriquece sobremaneira a nossa fala sobre esse assunto, que é a fala do Congresso. O Congresso hoje fala sobre saúde...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado. Já estamos concluindo o nosso pronunciamento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, de nada adianta um sanitarista do porte do Ministro José Gomes Temporão, tão festejado por seus conhecimentos científicos, por sua visão racional e por sua indômita vontade de enfrentar os problemas da saúde e de fazer uma verdadeira revolução nessa área, se as suas armas ficam presas nos cofres da Fazenda e a prioridade do Governo é sempre o superávit primário, e não a saúde da população.

Com uma das maiores cargas tributárias do planeta, só justificaria seguir sangrando o contribuinte se fosse para tirar a saúde pública da UTI e se o Governo estivesse contendo os gastos públicos. Sabendo

que a ganância segue crescendo e que a renovação do tributo não vai pôr fim ao desvio de sua finalidade, não é coerente aprovar a prorrogação da CPMF nos termos em que foi proposta. Se for para manter a saúde pública nessa situação de penúria, o Congresso deve avaliar muito bem antes de dar mais uma prorrogação à CPMF.

O meu Partido, o PMDB, faz parte da Base do Governo, como V.Exª sabe, como todos os Senadores têm conhecimento, e tem contribuído decisivamente para a governabilidade do País. Esse é o nosso compromisso.

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Peço mais um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Com histórico arraigado de fidelidade partidária, tenho observado, disciplinadamente, o compromisso com a governabilidade que o meu Partido assumiu, e vou continuar observando. Todavia, é preciso ficar claro: esse pacto não pode transformar a mim nem a outro parlamentar do meu Partido num robô que obedece comandos, mesmo que incoerentes e inconseqüentes. E não existe incoerência maior do que prorrogar a drenagem de um imposto que veio para salvar a saúde pública exatamente no momento em que toda essa rede de assistência se agoniza, semeando a dor e o sofrimento.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem nenhum rompimento com o Governo, quero anunciar a minha posição contrária à CPMF, nos termos em que está proposta e que fora aprovada na Câmara dos Deputados. Se o Governo, aqui no Senado, partir para uma negociação que coloque a saúde pública como prioridade e que inclua na proposta instrumentos eficazes para garantir a aplicação desses recursos – e, entre esses instrumentos, é preciso ficar muito claro que é necessária uma sanção, uma penalidade para o administrador responsável pelo seu descumprimento –, estarei plenamente à vontade para votar a CPMF. Mas, nos termos em que está posta a renovação da CPMF, devo anunciar a V. Exª que não posso concordar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o que nós esperamos, Senador Valter Pereira.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, pela Liderança da Minoria. S. Exª dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falarão o Senador João Pedro, inscrito regularmente; o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável; e o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é novidade para ninguém que o Governo usa a execução do Orçamento Geral da União como moeda de troca. Sempre foi assim e continuará sendo até que implanremos o Orçamento Impositivo no País.

Também não é novidade o loteamento de cargos federais que vem acontecendo, também com o objetivo de garantir que o Governo aprove matérias de seu interesse no Congresso Nacional.

Com a tentativa do Governo de prorrogar a CPMF, essas práticas, entre outras que a imprensa vem apontando, tornaram-se ainda mais freqüentes e intensas.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não pretendo hoje discutir, no mérito, a iniciativa de prorrogação da CPMF, muito embora seja pública a minha posição absolutamente contrária à medida.

Na verdade, decidi vir à tribuna para denunciar o caos por que passa o Sistema Único de Saúde no Estado da Bahia. Entretanto, os jornais baianos de ontem me surpreenderam ao mostrar como o Governo Federal vem pretendendo que esses dois assuntos – a prorrogação da CPMF e o caos na saúde – permaneçam relacionados.

Vejam esta manchete do Jornal **A Tarde**, de Salvador: “*Ministro vincula reajuste do SUS à prorrogação da CPMF*”.

Repito que não era meu objetivo discutir hoje a prorrogação da CPMF, mas não há como ignorar essa inacreditável ameaça ministerial. É inadmissível que o Governo, para aprovar a CPMF, chegue a ameaçar a população usuária do Sistema Único de Saúde. Lamentavelmente, esse procedimento expõe algumas das razões por que alguns problemas sociais, neste País, costumam se arrastar, aparentemente sem solução, pois é dessas mazelas sociais que maus governantes muitas vezes se valem para arrecadar mais, para exercer poder, ou até mesmo para transgredir.

Sr. Presidente, a situação da saúde na Bahia, como de resto no Brasil, é gravíssima, e uma afirmação dessas não colabora para resolvê-la. Por isso, ao tratar a saúde com moeda de troca, o Ministro ultrapassa os limites do aceitável!

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em Salvador, o caos está instalado. Trago comigo alguns dados que mostram o quão dramático é o cenário na capital baiana.

O SUS entrou em colapso e a semana que vem deve começar com a interrupção de aproximadamente dez mil procedimentos médicos, hoje executados diariamente em mais de trezentas clínicas e hospitais de Salvador. Na rede pública faltam médicos para atender à população. Os postos de saúde funcionam precariamente. Alguns estão fechados por falta de pessoal médico, equipamentos e medicamentos. Há casos incríveis de postos funcionando em locais insalubres, como é o caso do Posto de Saúde do Alto do Cruzeiro, no subúrbio ferroviário, que divide espaço com um bar.

Faltam medicamentos os mais básicos: para o tratamento de hipertensão, diabetes, inclusive para o combate a viroses! Até mesmo as periódicas campanhas de vacinação encontram-se suspensas por falta de recursos.

Agentes comunitários de saúde não recebem salários desde agosto. Nem salário, nem tíquetes— alimentação, nem vale— transportes. Vários deles estão trabalhando sem contrato.

Mais de uma centena de médicos estão, também, sem receber salários há dois meses. Consultas odontológicas estão sendo canceladas por falta de luvas; exames de Raios X não são feitos por falta de filme para a revelação. Pelo menos 120 carros da Secretaria Municipal de Saúde estão parados. Vinte das 39 ambulâncias do SAMU estão quebradas. Carros utilizados no combate à dengue encontram-se sucateados.

Esses são problemas que se eternizam e se agravam na medida em que não há repasses de recursos para a Secretaria Municipal de Saúde.

Sr. Presidente, se a nossa capital vive o caos, no interior a situação é pior. É desesperadora. Os hospitais não dispõem de leitos de UTI suficientes, não estão aparelhados para prestar serviços de média e alta complexidade, sequer estão preparados para proceder ao atendimento primário.

Por essas razões, pacientes que deveriam ser atendidos localmente são sistematicamente removidos para Salvador, contribuindo para congestionar cada vez mais o Hospital Roberto Santos e Hospital Geral do Estado.

No interior, faltam desde carros e sofisticados equipamentos até suprimentos os mais comecinhos, como luvas, fios e agulhas cirúrgicas. Faltam leitos. Não há profissionais na quantidade e qualificação necessárias.

Senhores, essa situação não pode continuar! O Governo Federal, o Governo baiano e as administrações municipais, em especial a Prefeitura de Salvador, precisam se entender.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos, queria participar. Acho que, daqui a pouco, poderemos dizer, como Afrânio Peixoto, primeiro professor de higiene, que a saúde pública do Brasil está sendo feita pelo sol, a chuva e os urubus, porque o Governo não está presente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Obrigado, Senador Mão Santa, pela intervenção.

Urge buscar uma saída para essa crise, cujas principais causas são conhecidas. Antes de tudo, a crise da saúde reside na falta de recursos. Isto é, na falta ou na retenção ilegítima, quase criminosa, de recursos. Disponibilizados, esses recursos permitiriam contratar, capacitar e remunerar dignamente os profissionais de saúde.

Não há como imaginar um bom atendimento da população sem que esses profissionais sejam remunerados com dignidade.

Esses recursos financeiros, se chegassem ao destino previsto em vez de serem contingenciados, permitiriam recuperar instalações, abrir novos postos de atendimento, dotados de equipamentos e abastecidos de medicamentos.

Para que isso aconteça, o Governo Federal não poderia – porque não tem esse direito! – sonegar recursos federais ou liberá-los apenas sob condições como essa, absurda, ilegítima, estabelecida pelo Ministro Temporão.

Repito: S. Ex^a teria estabelecido a prorrogação da CPMF como condição prévia para o Governo reajustar a tabela do SUS.

Confesso minha dificuldade em aceitar que o Ministro Temporão pudesse ter feito tal afirmação. Certamente S. Ex^a, que tem demonstrado elogiável competência técnica, sabe que mesmo um único real que fosse negado ou regateado poderia custar a vida de um baiano, de um brasileiro.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe, com a sensibilidade política que o caracteriza, que o que digo não é mera retórica ou demagogia, é a mais pura e cruel realidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é forçoso reconhecer que a crise que assola a saúde e castiga o povo baiano tem também outras causas. Entre elas não vejo como não apontar a má gestão e a incapacidade administrativa.

Além disso, salta aos olhos a evidente falta de coordenação entre os três estamentos da administração

pública: União, Estados e Municípios parecem não se entender. Não se percebe planejamento.

As ações acontecem pela pressão da urgência. Por isso, os recursos, já escassos, são mal utilizados. Há um claro desencontro entre políticas, e quem sofre com isso tudo é o cidadão.

Insisto lembrar que não basta haver recursos financeiros. Eles devem ser utilizados com qualidade. Há de haver planejamento e coordenação entre as ações.

Os Municípios do interior precisam passar a prestar atendimento primário às suas populações. Para tanto, precisam estar capacitados e aparelhados. Somente com uma infra-estrutura hospitalar minimamente razoável esses Municípios deixarão de transferir seus pacientes para Salvador, superlotando os hospitais da capital.

Para que isso aconteça, para que as pequenas e médias cidades do interior baiano possam, elas próprias, cuidar de seus cidadãos, é preciso que os recursos orçamentários previstos para a saúde cheguem até elas.

Mas, vejam bem, esses recursos devem vir não como resultado de barganhas políticas, mas como desdobramento do estrito cumprimento de um dever constitucional da União. Sim, porque ninguém ignora como agem alguns setores do Governo Federal, movidos por interesses político-partidários ou até mesmo por motivações pessoais.

Eles ameaçam prefeituras, aliciam lideranças, acenam com a concessão de verbas ou, pior, ameaçam com cortes de recursos.

O Governo estadual, por sua vez, tem de fazer a sua parte. Precisa modernizar sua capacidade de gestão no setor da saúde. Deve, por exemplo, aperfeiçoar os mecanismos atuais de regulação do atendimento hospitalar, flagrantemente ineficientes.

Também a administração da capital baiana precisaria agir e, afinal, sair da paralisia que a tem caracterizado, muito embora, creio, não lhe reste mais muito tempo.

De nada valem campanhas publicitárias que procuram vender uma imagem de eficiência, de resultados na área da saúde, se o que o cidadão vê ao redor, nos hospitais, nos postos de saúde, uma realidade totalmente diferente.

De pouco vale uma propaganda se o produto anunciado não é bom. E, no caso, o serviço oferecido pela Prefeitura é da pior qualidade.

Enfim, o Governo da Bahia e a Prefeitura de Salvador precisam se acertar e compreender que não podem seguir com políticas de saúde que se mostra-

ram ineficientes, incompetentes e que, por isso, estão falidas.

Eu pediria que fosse dado como lido o resto do discurso.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a jornalista Miriam Leitão, arguta como sempre, escreveu o seguinte, em sua coluna Panorama Econômico:

“Pergunte a qualquer especialista o que se deve exigir de uma empresa e a resposta será ‘governança’: transparência na gestão, critérios técnicos de tomada de decisão, escolha de dirigentes pelo mérito, permanente prestação de contas a acionistas, credores, fornecedores, investidores e clientes.”

Feitas as devidas adaptações ao caso presente, o que parece faltar na Bahia e, principalmente, em Salvador, em síntese, é isso: governança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Antonio Carlos, a Mesa defere a solicitação de V. Ex^a.

Anunciamos o próximo orador inscrito, Senador João Pedro, que falará por dez minutos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.098, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, seja consignado Voto de Aplauso ao prefeito de Nova Santa Bárbara, Júlio Bittencourt, pela implantação naquele município paranaense do sistema de licitação **online**, que confere absoluta transparência as relações da comunidade com a administração nas contratações de serviços e compras.

Justificação

O Prefeito Júlio Bittencourt instituiu no Município de Nova Santa Bárbara, distante cerca de 350km de Curitiba, um sistema **online** de licitação, que possibilita inteira transparência nestas operações e com isso está a demonstrar que é possível a prática da honestidade com iniciativas simples, num momento em que o país vive um processo de descrédito da classe política face a sucessivos escândalos de corrupção. O jovem prefeito Júlio Bittencourt idealizou a iniciativa e iniciou a transmissão **online** de todas

as licitações realizadas pelo município. Os certames acontecem na Câmara dos Vereadores que, por mandamento legal, fiscaliza os atos do Executivo. Ali foram instalados equipamentos de áudio, câmeras de vídeo, enfim, os instrumentos necessários para a implementação do sistema. Desta forma, o cidadão acompanha as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, ou seja, as concorrências, as tomadas de preço, as cartas convites, os leilões, os pregões eletrônicos e etc., com acesso totalmente livre. A meta é proporcionar que, em qualquer lugar do mundo, as pessoas possam acompanhar em tempo real as licitações, e, se acharem necessário, questioná-las e ainda, em se tratando de interessado, interpor recurso também **online**.

A implantação dos equipamentos custou aos cofres de Nova Santa Bárbara – e aqui está a prova de que é possível ser honesto com simplicidade – cerca de R\$1 mil reais; um verdadeiro modelo a ser seguido no intuito de estancar, de maneira simples e competente, a corrupção na administração pública.

A iniciativa do prefeito Júlio Bittencourt, além de inédita no Brasil, é um exemplo de zelo na aplicação dos recursos públicos, de correção, de honestidade, de probidade administrativa.

Pelas razões expostas, submeto a aprovação de meus pares, nos termos regimentais, o presente Voto de Aplauso.

Sala das sessões, 26 de setembro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Vide texto Atualizado

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações a contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º São modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro, em títulos de dívida pública ou fidejussória;

II – (vetado).

III – fiança bancária.

§ 2º As garantias a que se referem os incisos I e II do parágrafo anterior, quando exigidas, não excederão a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

§ 3º (vetado).

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.099, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Sexta Sessão do Parlamento do Mercosul, nos próximos dias 8 e 9 de outubro, na cidade de Montevideu, Uruguai.

Requeiro igualmente autorização para participar de reunião da União de Nações Sul-Americanas que decidirá sobre a criação de fórum parlamentar que a represente no Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Cochabamba, Bolívia, no período de 4 a 6 do mesmo mês.

Informo-lhe ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 4 a 14 de outubro próximo.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador – PMDB-AC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 130, DE 2007-CN

(nº 681/2007, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00 (trezentos e onze milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	M P D	I O D	F U D	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								1.768.065
		ATIVIDADES						
14 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						1.768.065
14 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						1.768.065
			F	3	2	90	0 100	1.768.065
TOTAL - FISCAL								1.768.065
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.768.065

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO									20.279.191
		PROJETOS							
05 153	0628 3138	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO							20.279.191
05 153	0628 3138 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO - NACIONAL							20.279.191
			F	3	2	90	0	100	1.747.593
			F	4	2	90	0	100	18.531.598
TOTAL - FISCAL									20.279.191
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.279.191

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0623 SEGURANCA DE VOO E CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO									123.861.093
		ATIVIDADES							
05 151	0623 2923	OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO							94.151.852
05 151	0623 2923 0001	OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - NACIONAL							94.151.852
			F 3	4	2	90	0	100	34.834.765
			F 4	2	90	0	100		59.317.087
		PROJETOS							
05 151	0623 3133	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB							29.709.241
05 151	0623 3133 0001	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB - NACIONAL							29.709.241
			F 3	4	2	90	0	100	8.514.668
			F 4	2	90	0	100		21.194.573
TOTAL - FISCAL									123.861.093
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									123.861.093

Mensagem nº 681

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 14 de setembro de 2007.



EM nº 00207/2007 - MP

Brasília, 16 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 311.228.961,00 (trezentos e onze milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), conforme discriminado a seguir:

Órgão/Unidade	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	7.088.677	
- Ministério da Justiça (Administração direta)	1.768.065	
- Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	5.320.612	
MINISTÉRIO DA DEFESA	304.140.284	
- Comando da Aeronáutica	160.000.000	
- Comando do Exército	20.279.191	
- Fundo Aeronáutico	123.861.093	
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários		311.228.961
Total	311.228.961	311.228.961

2. De acordo com as informações do Ministério da Justiça, o presente crédito permitirá o atendimento de despesas de manutenção do órgão, no âmbito da Administração direta, e a concessão de auxílio-financeiro aos alunos da Polícia Federal durante os cursos de formação policial, ministrados pela Academia Nacional de Polícia, no FUNAPOL.
3. Segundo o Ministério da Defesa, a suplementação em pauta possibilitará o cumprimento 180 mil horas de voo, necessárias ao treinamento e formação de pilotos, a manutenção operacional da Força Aérea Brasileira - FAB, o transporte de autoridades, o apoio às missões brasileiras no exterior, o cumprimento da missão Constitucional de vigilância do espaço aéreo, no âmbito do Comando da Aeronáutica; a conclusão do processo de aquisição de bens e serviços inerentes às aeronaves Cougar, no que concerne ao Comando do Exército; e a manutenção, implantação, revitalização e modernização de equipamentos e de sistemas responsáveis pelo Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, de forma a garantir a fluidez e a segurança do tráfego aéreo, no que se refere ao Fundo Aeronáutico.
4. A abertura do presente crédito decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos e viabilizar-se-á à conta de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
5. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias. Além disso, o § 4º do art. 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
6. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007, o excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, utilizado parcialmente neste crédito.
7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO
 (Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO /
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
11100000 Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17400000 Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.212.784.260	885.851.597
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	244.273.767	186.518.453
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000 Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
Total	141.685.197.913	140.374.084.295	-1.311.113.618
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			1.449.392.200
- Abertos			310.284.647
- Em tramitação (1)			1.139.107.553
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.703.125.484
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			2.632.589.535

(1) Inclui o valor do presente crédito em 27.08.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, caput, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos
e Fiscalização)*

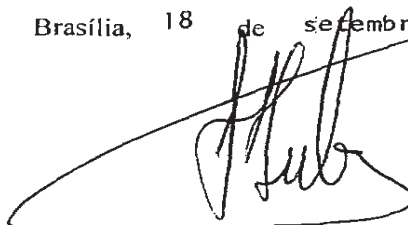
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	T U	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									6.000.000
PROJETOS									
15.453	1295.1110	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL - RN							2.000.000
15.453	1295.1110.0024	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL - RN - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	F	4	2	90	0	100	2.000.000
15.453	1295.111D	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO - AL							1.900.000
15.453	1295.111D.0027	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIO - AL - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	4	2	90	0	100	1.900.000
15.453	1295.111J9	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA - PB							2.100.000
15.453	1295.111J9.0025	RECUPERACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOAO PESSOA - PB - NO ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	90	0	100	2.100.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

Mensagem nº 689

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 18 de setembro de 2007.



EM nº 00132/2007/MP

Brasília, 20 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), em favor do Ministério das Cidades.
2. O crédito proposto possibilitará o restabelecimento das condições básicas operacionais dos sistemas de trens urbanos de Natal, de Maceió e de João Pessoa, mediante a recuperação de locomotivas e da superestrutura da via permanente, a construção de dois desvios ferroviários, reaparelhamento das oficinas de material rodante, entre outros, com vistas à melhoria do acesso e da mobilidade dos usuários e à redução da ocorrência de acidentes.
3. A presente solicitação será atendida com recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e o § 4º do art 1º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
5. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, o excesso de arrecadação das receitas utilizado parcialmente neste crédito.
6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00: Recursos Ordinários

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
11100000 Impostos	96.952.986.205	92.889.590.807	-4.063.395.398
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.964.529.036	-693.549.303
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.418.569.959	2.777.432
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.898.862	-32.319.586
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	40.658.793	21.201.297
17400000 Transferências do Exterior	35	613.433	613.398
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	54.419	23.739
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	3.212.784.260	885.851.597
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	244.273.767	186.518.453
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	854.163.293	588.797.017
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	2.517.853.507	1.787.705.880
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.247.218	4.352.501
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	441.625	441.625
25900000 Outras Receitas	1.537.586	1.405.316	-132.270
Total	141.685.197.913	140.374.084.295	-1.311.113.618
Créditos Extraordinários e Especiais Reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários Abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			1.045.105.168
Abertos			264.255.062
Em tramitação (1)			780.850.106
Outras Modificações Orçamentárias Efetivadas (G)			-6.703.125.484
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			3.036.876.567

(1) Inclui o valor do presente crédito em 03.08.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida; ou
- III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;
- III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, caput, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 76 e 77 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”;
- e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização)

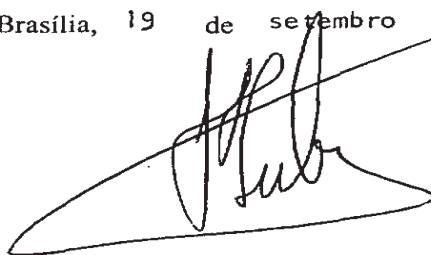
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GRND	MOD	U	FTE	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL								2.350.000
		ATIVIDADES						
02 122	0570 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						2.350.000
02 122	0570 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL						2.350.000
			F	3	2	90	0 150	2.350.000
TOTAL - FISCAL								2.350.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								2.350.000

Mensagem nº 693

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 2.350.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 19 de setembro de 2007.



EM nº 00210/2007/MP

Brasília, 11 de setembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais).

2. De acordo com a Justiça Eleitoral, a suplementação atenderá às despesas com a realização de concurso público para o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com vistas ao preenchimento de cargos autorizados pelas Leis nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, e nº 11.202, de 29 de novembro de 2005, em conformidade com o objetivo de substituir a mão-de-obra requisitada por servidores efetivos.

3. A proposição em questão decorre de solicitação da Justiça Eleitoral e foi formalizada nos termos do Parecer de Mérito nº 01, de 25 de abril de 2007, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça, cuja cópia acompanha o presente Projeto de Lei, em cumprimento ao disposto no art. 63, § 17, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 - LDO-2007.

4. O presente crédito viabilizar-se-á com recursos oriundos de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, estando em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se refere à suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias.

6. Adicionalmente, é demonstrado, no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da LDO-2007, o excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, utilizado, integralmente, neste crédito.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Unidade 14118 – Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO/ FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
16000000 Receitas de Serviços	0	2.350.000	2.350.000
Total	0	2.350.000	2.350.000
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			0
Créditos Suplementares e Especiais (F)			2.350.000
Abertos			0
Em tramitação (1)			2.350.000
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			0

(1) Inclui o valor do presente crédito em 04.09.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 10.842, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004.

Cria e transforma cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.

LEI Nº 11.202, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005.

Extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida; ou
- III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Executam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Leitura: 26-9-2007

até 1º-10 publicação e distribuição de avulsos;

até 9-10 prazo final para apresentação de emendas;

até 14-10 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 29-10 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 153, de 2007 (nº 1.129/2006, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2006 – CN (nº 875/2006, na origem), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de sessenta e um milhões, novecentos e dois mil, novecentos e noventa e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.404, de 15 de dezembro de 2006;

– Nº 154, de 2007 (nº 1.130/2006, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2006 – CN (nº 876/2006, na origem), que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, crédito suplementar no valor total de duzentos e quarenta e três milhões, duzentos e trinta e um mil e dezesseis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.405, de 15 de dezembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As matérias, anexadas aos respectivos Projetos de Lei, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 155, de 2007** (nº 698/2007, na origem), pela qual o Presidente da

República encaminha, nos termos do art. 77 da Lei nº 11.439, de 2006, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria vai à Primeira Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 156, DE 2007 (Nº 688/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 261 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G

Brasília 11 de setembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Antonio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Antonio José Ferreira Simões que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

I N F O R M A Ç Ã O
C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

CPF.: 54853940782

ID.: 8112/MRE

- 1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
- 1982 CPCD-IRBr
- 1982 Terceiro Secretário em 16 de dezembro
- 1983 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1985 Direito pela Universidade de Brasília (UnB)
- 1986 Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro Secretário
- 1986 Segundo Secretário, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1988 CAD-IRBr
- 1989 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
- 1990 Embaixada em Santiago, Segundo Secretário
- 1990 Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
- 1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
- 1993 Primeiro Secretário, por merecimento, em 24 de junho
- 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
- 1995 Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
- 1995 Missão do Brasil na ONU, Primeiro Secretário
- 1998 Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
- 1998 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
- 1999 II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação

- 1999 III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
- 2000 Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
- 2001 Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
- 2001 Medalha do Pacificador
- 2001 CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica
- 2001 O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
- 2002 A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
- 2002 Ordem do Rio Branco, Comendador
- 2002 Coordenação-Geral das Negociações da ALCA, Coordenador-Geral
- 2003 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
- 2003 Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
- 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, 25 de junho
- 2003 Ordem ao Mérito Aeronáutico, Comendador
- 2005 Secretário de Planejamento Diplomático
- 2006 Diretor do Departamento de Energia
- 2007 Ministro de Primeira Classe, merecimento, 28 de junho de 2007
- 2007 I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da Delegação brasileira


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL II**



VENEZUELA
Maço Básico, 05/07/2007



OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Caracas
ÁREA:	916.455 km ²
POPULAÇÃO:	27 milhões de habitantes
IDIOMA:	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Hugo Rafael Chávez Frías
CHANCELER:	Nicolás Maduro Moros
PIB (2006):	US\$ 172 bilhões (est. EIU)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 6.370
UNIDADE MONETÁRIA:	Bolívar (US\$ 1 = Bs 2.147,00)
EMBAIXADOR DA VENEZUELA NO BRASIL:	Embaixador Julio Garcia Montoya
EMBAIXADOR DO BRASIL NA VENEZUELA:	Embaixador João Carlos de Souza-Gomes

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ MIL):

BRASIL⇒ VENEZUELA	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (jan- julho)
Exportações	796.568	605.718	1.464.573	2.216.188	3.555.035	2.411.942
Importações	633.055	275.154	199.558	256.004	591.575	215.247
Superávit	163.513	330.564	1.265.015	1.960.184	2.963.460	2.196.695

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Caracas
ÁREA:	916.455 km ²
POPULAÇÃO:	27 milhões de habitantes
IDIOMA:	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Hugo Rafael Chávez Frías
CHANCELER:	Nicolás Maduro Moros
PIB (2006):	US\$ 172 bilhões (est. EIU)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 6.370
UNIDADE MONETÁRIA:	Bolívar (US\$ 1 = Bs 2.147,00)
EMBAIXADOR DA VENEZUELA NO BRASIL:	Embaixador Julio Garcia Montoya
EMBAIXADOR DO BRASIL NA VENEZUELA:	Embaixador João Carlos de Souza-Gomes

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ MIL):

BRASIL⇒ VENEZUELA	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (jan- julho)
Exportações	796.568	605.718	1.464.573	2.216.188	3.555.035	2.411.942
Importações	633.055	275.154	199.558	256.004	591.575	215.247
Superávit	163.513	330.564	1.265.015	1.960.184	2.963.460	2.196.695

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE HUGO RAFAEL CHÁVEZ FRÍAS

- Nascido em Sabaneta, Estado de Barinas, em 28 de julho de 1954;
- Terceiro de sete filhos de Hugo de los Reyes Chávez e de Elena Frías;
- Concluiu em 1975 seus estudos na Academia Militar da Venezuela, onde obteve o título de Licenciado em Ciências e Artes Militares (opção engenharia terrestre);
- Curso de especialização (“Guerras Políticas”) na Guatemala;
- Mestrado em Ciências Políticas na Universidade Simon Bolívar;
- Professor da Academia Militar (lecionou para grande parte do oficialato do exército venezuelano);
- Início da vida política em 1982, no Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (deu origem, em 1997, ao Movimento V República - MVR).
- Comandante do Batalhão de Paraquedistas António Nicolás Briceno;
- Líder de rebelião, em 1992, que tentou depor o Presidente Carlos Andrés Pérez;
- Processado por tribunal militar, Chávez cumpriu dois anos de prisão.
- Indulto concedido em 1994, pelo Presidente Rafael Caldera;
- Presidente da República pelo MVR, eleito em dezembro de 1998;
- Reconfirmado no cargo em 2000, sob nova consituição;
- Reeleito em 2006 (mandato 2007-2013);
- Pai de cinco filhos: Rosa Virginia, María Gabriela, Hugo Rafael, Raúl Alfonzo e Rosa Inés.

VICE-PRESIDENTE JORGE RODRÍGUEZ

- Nascido em Barquisimeto, Estado Lara, em 9 de novembro de 1965;
- Pós-graduação em psiquiatria pela Universidad Central da Venezuela (1996);
- Presidente do Conselho Nacional Eleitoral 2005-2006;
- Diretor Hospital Universitário de Caracas;
- Docente de pós-graduação de Psicologia Clínica Comunitária, Universidade Católica Andrés Bello;
- Docente de pós-graduação de Psiquiatria, Hospital Universitário de Caracas;
- Presidente da Federação de Centros Universitários, UCV, 1988;
- Presidente do Centro de Estudantes da Escola de Medicina Luis Razetti, UCV, 1987.

CHANCELER NICOLÁS MADURO MOROS

- Nascido em Caracas, em 1963. É Chanceler desde agosto de 2006.
- Dirigente estudantil nos anos 70 e 80. Delegado sindical e membro da Diretoria do metrô de Caracas. Fundador do Novo Sindicato do Metrô de Caracas e da Força Bolivariana de Trabalhadores.
- Membro do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 e de sua diretoria (1994-1997). Participou da fundação do Movimento Quinta República (MVR), do qual foi Diretor Nacional e Chefe da Equipe Parlamentar.
- Eleito para a Câmara dos Deputados, em 1998. No ano seguinte, eleito para a Assembléia Nacional Constituinte.
- Eleito Deputado da Assembléia Nacional em 2000 e reeleito em 2005. Entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006 foi Presidente da Assembléia Nacional, onde também esteve à frente da Comissão de Participação Cidadã e da Comissão Permanente do Desenvolvimento Social Integral.

GABINETE

Pedro Miguel Carreño Escobar
Ministério do Poder popular para
Relações Interiores e Justiça

**Rodrigo Eduardo Cabeza
Morales**
Ministério do Poder Popular para
as Finanças

María Cristina Iglesias
Ministério do Poder Popular para
as Indústrias Leves e o Comércio

Olga Cecilia Azuaje
Ministério do Poder Popular para
o Turismo

Luis Augusto Acuña Cedeño
Ministério do Poder Popular para
a Educação Superior

Jesús Mantilla Oliveros
Ministério do Poder Popular para
a Saúde

José David Cabello Rondón
Ministério do Poder Popular para
a Infra-estrutura

**Yubirí del Carmen Ortega
Lovera**
Ministério do Poder Popular do
Ambiente

Héctor Augusto Navarro Díaz
Ministério do Poder Popular para
a Ciência e a Tecnologia

Pedro Morejón
Ministério do Poder Popular para
a Economia Popular

Nicolás Maduro Moros
Ministério do Poder Popular para as
Relações Exteriores

EJ. Gustavo R. Rangel
Ministério do Poder Popular para a
Defesa

José Salamat Khan Fernández
Ministério do Poder Popular para as
Indústrias Básicas e a Mineralurgia

Elías Jaua Milano
Ministério do Poder Popular para a
Agricultura e Terras

Adán Chávez Frías
Ministério do Poder Popular para a
Educação

José Ramón Rivero González
Ministério do Poder Popular do
Trabalho e da Seguridade Social

Rafael Ramírez Carreño
Ministério do Poder Popular de Energia
e Petróleo

Jorge Giordani
Ministério do Poder Popular para o
Planejamento e o Desenvolvimento

William Lara
Ministério do Poder Popular para a
Comunicação e a Informação

Rafael Jose Oropeza
Ministério do Poder Popular para a
Alimentação

Francisco de Asís Sesto
Ministério do Poder Popular para
a Cultura

Ramón Alonzo Carrizales Rengifo
Ministério do Poder Popular para a
Moradia e o Hábitat

David Nieves Velásquez
Ministério do Poder Popular para
a Participação e o
Desenvolvimento Social

Hugo Cabezas Bracamonte
Ministério do Poder Popular para o
Despacho da Presidência

Eduardo Álvarez Camacho
Ministério do Poder Popular para
o Esporte

Jesse Chacón Escamillo
Ministério do Poder Popular para as
Telecomunicações e a Informática

Nicia Marina Maldonado
Ministério do Poder Popular para
os Povos Indígenas

Nota:

Em 9 de janeiro de 2007, tomaram posse o Vice-Presidente e o gabinete ministerial do novo mandato do Presidente Hugo Chávez. Foram mantidos no cargo 14 ministros e substituídos 13, além da Vice-Presidência, que também foi renovada. Todos os Ministérios incorporaram a denominação “Ministério do Poder Popular” a seus nomes. Foram criados 2 novos ministérios – Telecomunicações e Povos Indígenas – e foi extinto o Ministério de Comércio Exterior, ocupado por Gustavo Márquez. Foram substituídos, recentemente, os titulares das pastas da Saúde, Alimentação e Defesa.

POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2006, o Presidente Hugo Chávez foi reeleito, com o apoio de 63% do eleitorado (7,3 milhões de votos) e garantiu, assim, novo mandato, até 2013. O Presidente venceu em todos os 23 Estados e no Distrito correspondente à capital, Caracas. O candidato opositor, Manuel Rosales – Governador do Estado Zulia – alcançou 37% dos votos (4,2 milhões de votos). A abstenção ficou em 26%, a menor em eleições presidenciais desde 1998. Não foram constatados indícios de graves irregularidades na condução do pleito, havendo Manuel Rosales reconhecido a vitória de Chávez no próprio dia das eleições, que contou com o monitoramento de mais de mil observadores nacionais e internacionais – recorde histórico na Venezuela.

A ampliação das ações do Governo no plano social foi apontada como uma das principais razões do êxito do Presidente Chávez nas eleições de dezembro passado. Em 2006, houve aumento significativo dos investimentos em programas sociais, aos quais destinaram-se cerca 6,9 bilhões de dólares. As “Misiones”, conjunto de ações empreendidas pelo Governo em prol das populações mais carentes, foram ampliadas e fortalecidas, apresentando resultados reconhecidos internacionalmente.

Estatísticas governamentais indicam redução de 80,1% para 39,4 % dos níveis de pobreza do país nos últimos três anos. A melhora nos índices sociais é atestada também, embora de forma mais modesta, pelo Anuário Estatístico de 2006 da CEPAL, segundo o qual o percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza na Venezuela foi reduzido de 49,4%, em 1999, para 37,1% , em 2005.

Plano Nacional Simón Bolívar (2007-2021)

Ao tomar posse, em 10 de janeiro de 2007, o Presidente Chávez anunciou seu novo programa de Governo, o Plano Nacional Simón Bolívar (2007-2021). Nele são mencionados “cinco motores” que, segundo o mandatário, deverão conduzir a Venezuela ao socialismo pleno, a saber: 1) Lei Habilitante; 2) reforma constitucional; 3) “Jornada Nacional Moral y Luces” (educação popular); 4) “nova geometria do poder”; 5) conselhos comunitários.

1) Lei Habilitante

O recurso à **Lei Habilitante**, instrumento que outorga ao Presidente a faculdade de legislar por Decreto, é prática comum na Venezuela desde a década de 1960. Os Presidentes Rómulo Betancourt (1959-1964), Carlos Andrés Pérez (em seus dois mandatos, 1974-1979 e 1989-1993), Jaime

Lusinchi (1984 – 1989) e Rafael Caldera (em seu segundo mandato, 1994 – 1999) lançaram mão dessa prerrogativa. Originalmente, sua aplicação limitou-se aos âmbitos econômico e financeiro, restrição que foi derrubada pela Constituição Bolivariana, aprovada em dezembro de 1999.

O Presidente Chávez recorreu à Lei Habilitante pela primeira vez em março de 1999, para aprovar reforma na lei de imposto de renda. Em 2000, já sob a égide da Constituição Bolivariana, promulgou 49 leis nos 12 meses de vigência da medida, algumas delas polêmicas, disciplinando temas como propriedade rural e exploração dos recursos petrolíferos. A mobilização da oposição contra essas medidas desembocaria na fracassada tentativa de golpe que tirou Chávez do poder por menos de 48 horas em 2002.

A terceira edição da Lei Habilitante, aprovada no início de 2007, foi particularmente abrangente no que se refere às matérias sobre as quais o Presidente poderá emitir decretos, a saber: a) transformação das instituições do Estado; b) participação popular; c) valores essenciais ao exercício da função pública; d) esfera econômica e social; e) âmbito financeiro e tributário; f) segurança cidadã e jurídica; g) ciência e tecnologia; h) ordenamento territorial; i) segurança e defesa; j) infra-estrutura, transporte e serviços; e l) âmbito energético. No início deste ano, foram assinados decretos envolvendo as áreas de energia – nacionalização das empresas petrolíferas no Orinoco – e de economia – reforma monetária e controle de preços.

2) Reforma Constitucional

O Presidente Hugo Chávez apresentou, no dia 15 de agosto, projeto que altera 33 dos 350 artigos da atual Constituição, aprovada em 1999. As principais mudanças são:

a) Reeleição continuada (art. 230). Reeleições sem limites apenas para Presidente da República, que terá mandato de sete anos. A atual Constituição prevê a possibilidade de apenas uma reeleição e mandato de seis anos.

b) Reordenamento territorial (arts. 11, 16 e 23). Restabelecimento do Distrito Federal, em Caracas, e criação de territórios federais, como regiões marítimas, municípios federais e distritos insulares. Vice-Presidentes para administrar as novas unidades territoriais serão nomeados pelo Presidente.

c) Programas Sociais – Missões -- (art. 141). Atribuição de *status* constitucional às missões como figura alternativa de administração pública.

d) Conceito de propriedade e expropriações (115). Introdução de novas formas de propriedade dos meios de produção (pública, social direta, social indireta, cooperativa, mista e privada). De acordo com o projeto, “poderá ser declarada a expropriação de qualquer classe de

bem, sem prejudicar a faculdade dos órgãos do Estado de ocupar previamente, durante o processo judicial, os bens objeto da expropriação”.

e) Poderes públicos (art. 136). Criação de um novo Poder Popular, integrado “por las comunidades, comunas y las ciudades a través de los consejos comunales, obreros, campesinos, estudiantiles y otros”.

f) Jornada de Trabalho (art. 90). Redução de oito para seis horas diárias.

g) Proibição de Monopólios (art.113) e de latifúndios (art. 307).

h) Supressão da autonomia do Banco Central (BCV) (arts. 318 e 321). “El BCV es persona de derecho público sin autonomía y sus funciones están supeditadas a la política económica general y al plan nacional de desarrollo”.

i) Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN). Incorporação do FONDEN ao texto constitucional, criado com as divisas oriundas das exportações de petróleo.

O Artigo 343 da atual Constituição estipula que os deputados deverão considerar as propostas do Executivo em três etapas: uma primeira discussão quando da sua apresentação (já realizada), seguida por um debate por título ou capítulo, e uma terceira e última, em que se examinarão os artigos um a um. A aprovação da reforma requer o apoio de dois terços dos 167 deputados.

Prevê-se que os trabalhos legislativos estejam concluídos na última quinzena de outubro próximo. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) trabalha com a data de 9 de dezembro para a realização do consulta popular sobre o projeto de reforma.

3) Jornadas Nacionais de Formação Moral e Cívica (“Jornada Nacional Moral y Luces”)

O terceiro motor do programa de Governo – as jornadas nacionais de formação moral e cívica – tem por objetivo promover entre a população venezuelana, mediante “campanhas de educação”, princípios e valores socialistas em diferentes áreas, como política e economia.

4) Nova Geometria do Poder

A “nova geometria do poder”, tal como apresentada na reforma constitucional, traduz a intenção do Presidente Chávez de empreender nova divisão político-territorial do país, com a criação/supressão de Estados, Municípios e outras unidades político administrativas.

5) Conselhos Comunitários

As instâncias político administrativas tradicionais deverão coexistir com os “**consejos comunales**” – quinto motor –, entendidos como mecanismos de gestão coletivas, moldados na experiência cubana.

Os conselhos comunitários são apresentados como unidades administrativas locais, cujo objetivo seria estimular iniciativas de comunidades carentes, independentemente da ação das prefeituras, nas quais os problemas da coletividade sejam discutidos de forma participativa. Deverão ser constituídos, em 2007, mais de 32 mil conselhos, o que seria suficiente para atingir a meta governamental de apoiar financeiramente 50 mil.

Política interna: Outros desdobramentos recentes

Com o objetivo de fortalecer a base de sustentação do Governo e de aprofundar a Revolução Bolivariana nos próximos anos, o Presidente Hugo Chávez anunciou, em dezembro de 2006, a criação de um partido governista único, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Foram fundidos na nova agremiação, além do Movimento Quinta República (MVR), fundado pelo Presidente em 1997, outros 23 pequenos partidos. Em julho de 2007 deverá ser realizado “congresso fundacional”, do qual emergirão estatutos, programas e estratégias do novo partido.

O Governo espera que membros do PSUV conhecidos como ‘propulsores’ organizem bases regionais e atraiam outros filiados. Autoridades governamentais informaram que, até junho passado, cerca 5 milhões e 400 mil militantes se registraram no novo partido.

Caso RCTV

A decisão do Presidente Hugo Chávez de não renovar a licença da “Radio Caracas de Televisión” (RCTV) foi anunciada no final de 2006 e levada a cabo no dia 27 de maio deste ano. Era a emissora mais popular da Venezuela e detinha a maior capacidade de transmissão em sinal aberto (cobertura em 98% do país).

O Governo venezuelano baseou sua decisão em decreto de 1987, que estabeleceu prazo de 20 anos para duração de concessões públicas de TV. O encerramento das atividades da RCTV foi marcado por protestos populares contra a decisão do Governo e choque de manifestantes com a polícia, que se estenderam por vários dias.

A RCTV iniciou transmissões a cabo no dia 16 de julho com novo nome (RCTV Internacional). Apesar de a emissora ter, a partir de agora, sede em Miami, o “Consejo Nacional de Telecomunicaciones” (CONATEL) exige que a empresa se registre como “produtora nacional”, em função do conteúdo da programação que oferece.

O Supremo Tribunal de Justiça suspendeu, em 1º de agosto, ordem da CONATEL para que a RCTV Internacional e outros canais a cabo se registrem como “produtores nacionais”, até que essa expressão seja aclarada.

Nacionalizações

O Presidente Chávez procedeu, após sua reeleição, à nacionalização dos setores de telecomunicações, energia elétrica e hidrocarbonetos do país.

A empresa americana Verizon Communications – acionista majoritária da CANTV -- vendeu ao Estado, por US\$ 572,24 milhões, seus ativos. Em maio passado, o Presidente Chávez empossou o novo Conselho de Direção da CANTV, já estatizada. Informou, então, que as tarifas de telefonia fixa, de linhas móveis, e de celulares serão reduzidas em 20%, numa operação que começará nos próximos meses.

Avançaram rapidamente, também, tratativas referentes à nacionalização de empresas do setor elétrico. Foi concretizada a compra, em maio passado, diretamente pela PDVSA, da maioria acionária das empresas Elecar (Eletricidad de Caracas) e Seneca (Sistema Eléctrico de Nueva Esparta C.A.).

O Estado venezuelano assumiu, em 1º de maio, o controle operacional das quatro associações estratégicas de exploração e melhoramento de petróleo na Faixa do Orinoco (Ameriven, Cerro Negro, Petrozuata e Sincor-Sin Crudos de Oriente) e das explorações a risco e lucros compartilhados Sinovensa, “Desarrollo Corocoro-Golfo de Paria Oeste” e “Desarrollo Posa-Golfo de Paria Este”. O total de ativos das empresas envolvidas nos projetos nacionalizados é avaliado pelo Governo em US\$ 25 bilhões e por analistas privados em US\$ 30 bilhões.

As companhias petroleiras Chevron, British Petroleum, Statoil e Total concordaram com as condições do decreto presidencial que determinou a transferência do controle acionário e da operação dos projetos conjuntos para a estatal PDVSA e o estabelecimento de empresas mistas. As empresas ExxonMobil, ConocoPhillips e PetroCanada não chegaram, porém, a um acordo com Caracas e abandonaram as operações petrolíferas na Venezuela. O Governo venezuelano está, no momento, negociando as compensações a serem pagas a essas empresas para evitar eventual recurso à arbitragem internacional.

De acordo com o Presidente Chávez, as transnacionais exploravam o petróleo pesado e extrapesado da Faixa do Orinoco pagando um baixo valor ao Estado e o vendiam no mercado internacional, depois de melhorado e refinado, a um preço superior ao do West Texas Intermediate (WTI, um tipo de óleo cru), entre os mais altos do mundo.

Segundo a Petrobras, seus interesses no país não devem ser afetados pelas nacionalizações, pois a negociação e implementação dos seus

projetos na Venezuela já foram executadas em novo formato, que já levava em conta as mudanças na legislação.

Compra de Armamentos

A Venezuela tem realizado aquisições de grande monta e de avançada tecnologia: 25 caças-bombardeiros Sukhoi-30 (planeja adquirir outros 25), 53 helicópteros de combate, 66 lanchas-patrolha, além de 100.000 fuzis Kalashnikov AK-103 e 5.000 fuzis de franco-atirador, modelo Dragunov, destinados, segundo afirma o Governo, à eventual “guerra assimétrica” contra os Estados Unidos.

O Governo venezuelano está montando parque industrial bélico ambicioso: instalação de fábrica de fuzis de assalto AK-103, fábrica de peças para helicópteros, fábricas de pólvora, detonadores e munições, plantas de “repontencialização” de turbinas dos caças F5 em cooperação com o Irã, centro de treinamento especializado em helicópteros, entre outros.

POLÍTICA EXTERNA

Inspirada nos ideais bolivarianos, a diplomacia do Governo Chávez confere especial ênfase à integração regional latino-americana e caribenha. Nesse contexto, prioriza as relações Sul-Sul e esquemas de integração como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) e a União de Nações Sul-americanas (UNASUL). A política externa venezuelana está calcada, também, em princípios socialistas e em discurso radicalmente contrário ao Governo do Estados Unidos.

VENEZUELA-UNASUL

O processo de integração da América do Sul, anteriormente denominado “Comunidade Sul-americana de Nações -- CASA”, foi rebatizado de “União de Nações Sul-americanas -- UNASUL” durante a Cúpula Energética realizada em Ilha Margarita, na Venezuela, em abril de 2007. A alteração foi proposta pelo Presidente Chávez.

Decidiu-se, então, que o projeto de Acordo Constitutivo da UNASUL deverá ser apresentado à III Reunião de Chefes de Estado e de Governo (Cartagena, janeiro de 2008). Ficou igualmente acordada ainda a criação de uma Secretaria Permanente da UNASUL, que terá sede em Quito, e a transformação da atual Comissão de Altos Funcionários em Conselho de Delegados.

A Declaração de Margarita estabeleceu diretrizes para o aprofundamento da integração energética na região. A declaração também

instituiu o Conselho Energético da América do Sul, integrado pelos Ministros de Energia, e encarregado de preparar, para consideração dos Presidentes, proposta de Estratégia Energética Sul-americana, de Plano de Ação e de um Tratado Energético da América do Sul.

O Conselho de Delegados tem avançado na elaboração de um projeto de acordo constitutivo. O anteprojeto, preparado pela Secretaria Pro Tempore com base em contribuições apresentadas por Brasil e Chile, contém os seguintes capítulos: preâmbulo, constituição da UNASUL, objetivos, metodologia de construção, relacionamento com terceiros, institucionalidade, decisões por consenso, adoção de iniciativas, projetos e políticas comuns, financiamento, parlamento, tribunal (esses dois últimos pontos poderão ser considerados em protocolos adicionais ao Acordo), participação da sociedade civil, idiomas e entrada em vigor.

O ex-Presidente equatoriano Rodrigo Borja, indicado para o cargo de Secretário Permanente, afirmou recentemente que somente aceitaria o cargo se os Presidentes adotarem o projeto por ele proposto de Acordo Constitutivo da UNASUL.

BANCO DO SUL

Realizou-se em Caracas, em 30.07, reunião da Comissão Técnica para a criação do Banco do Sul. Foram revisados pontos pendentes da Ata de Fundação e do Estatuto. Analisou-se, também, a questão da definição do capital do Banco do Sul e sua composição.

Está prevista, tentativamente para o dia 17 de setembro, no Rio de Janeiro, reunião dos Ministros de Economia e Fazenda de todos os países da América do Sul, a convite do Ministro Guido Mantega.

Integração Regional e a ALBA

Ao mesmo tempo em que se compromete com o Mercosul e os esquemas de integração sul-americana traçados no âmbito da UNASUL, a política externa da Venezuela tem atribuído alta prioridade à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). O bloco é composto, atualmente, por Venezuela, Cuba e Bolívia e Nicarágua. Contempla, assim, 2,2 milhões de quilômetros quadrados, 53 milhões de habitantes e conta com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 234 milhões de dólares. Equador e Dominica manifestaram, recentemente, interesse em aderir à ALBA.

Em abril de 2007, foi realizada a V Reunião de Cúpula da ALBA, na Venezuela, que teve como ponto alto promessas de Caracas de suprimento energético em condições especiais aos países membros do bloco. Em 6 de junho, em Caracas, foi realizada a I Reunião do Conselho de Ministros da ALBA. Os trabalhos concentraram-se na avaliação do conjunto de projetos aprovados na V Cúpula, na estrutura institucional do bloco e na proposta de constituição de um Banco da ALBA. Foi

assinado Memorando de Entendimento com vistas à criação dessa instituição financeira.

A próxima Reunião do Conselho de Ministros está prevista para realizar-se nos dias 14 e 15 de setembro, na cidade de Havana.

“Diplomacia do Petróleo”

Dados apresentados recentemente pelo Presidente Chávez sobre o fornecimento venezuelano de petróleo bruto e derivados aos países da América Latina e Caribe em condições preferenciais revelam, na prática, a dimensão da chamada “diplomacia do petróleo”. Segundo o mandatário, a Venezuela vem fornecendo cerca de 200 mil barris diários à região, por meio de mecanismos de financiamento definidos em vários instrumentos internacionais. No total, estariam sendo financiados US\$ 4,8 milhões diários ou mais de US\$ 1,6 bilhão por ano.

Na V Reunião de Cúpula da Alba, o Presidente Chávez garantiu a seus homólogos de Bolívia, Nicarágua e Haiti (país convidado) que a Venezuela está em posição de suprir as necessidades energéticas dos países membros da organização em condições ainda mais vantajosas que as prometidas no marco da iniciativa Petrocaribe. Chávez ofereceu, ainda, o envio de 18 mil barris diários de petróleo ao Haiti e a construção de uma refinaria naquele país, além do fornecimento de 8,3 mil barris diários de diesel à Bolívia. Recentemente, o mandatário propôs a construção de plantas para a produção de gás no Haiti e na República Dominicana.

Além dos acordos plurilaterais, foram assinados acordos bilaterais, estabelecendo condições especiais de financiamento a países como Cuba e Equador. O Convênio Integral de Cooperação Cuba-Venezuela, assinado em 2001, prevê o envio de 53 mil b/d, em condições ainda mais favoráveis que as outorgadas aos demais parceiros da Petrocaribe ou do Acordo de Caracas. Cuba pode pagar o petróleo venezuelano com bens e serviços, o que tem permitido maciça participação de médicos e professores cubanos nas missões sociais na Venezuela. Segundo dados disponíveis, a quantidade de petróleo e derivados hoje enviada a Cuba é de 98 mil b/d.

O acordo com o Equador prevê o fornecimento de diesel venezuelano, o refino de petróleo bruto equatoriano na Venezuela, a preço de custo, e a modernização técnica e operativa da Petroecuador com assistência da PDVSA.

Durante a III Cúpula da Petrocaribe, realizada em Caracas, em 08/08, oito países caribenhos, além da Venezuela, assinaram um Tratado de Segurança Energética (Belize, Dominica, Haiti, Jamaica, Granada, São Vicente e Granadinas, Nicarágua e Suriname). O instrumento é semelhante àqueles firmados com Argentina e Uruguai, países recentemente visitados pelo Presidente Chávez.

Pelo Tratado, a Venezuela garante aos parceiros o fornecimento “seguro e estável” de óleo bruto, produtos refinados e gás de cozinha (GLP) em condições capazes de atender suas necessidades, garantindo, assim, a segurança energética da região. O acordo visa, em especial, criação ou ampliação da capacidade de refino nos vários países, a fim de consolidar um pólo de refino caribenho. A Venezuela oferece aos demais membros apoio nas atividades de exploração, produção, industrialização e comercialização, além da construção de infra-estrutura para transporte, armazenagem e distribuição de petróleo e seus derivados. O acordo prevê, ainda, a introdução ou o aumento da participação do gás natural nas matrizes energéticas dos países da região, por meio de várias iniciativas, entre as quais a construção de usinas de liquefação e regaseificação para expansão do mercado de GNL.

OPEP do Gás e OPPEGASUR

A Venezuela defende a criação de organização para regular a compra e venda de gás natural no plano internacional, a chamada “OPEP do gás”. Além da Venezuela, integrariam a nova instituição a Argélia, o Catar, o Irã e a Rússia, países com as maiores reservas gasíferas provadas do mundo.

No âmbito regional, Venezuela, Bolívia e Argentina defendem criação de uma Organização de Países Produtores e Exportadores de Gás na América do Sul, a OPPEGASUR.

VENEZUELA-ESTADOS UNIDOS

As exportações de petróleo da Venezuela para os EUA em 2006 mais alcançaram US\$ 30 bilhões: trata-se de 60% do total das vendas venezuelanas desse produto e, em contrapartida, de 12% das importações dos EUA. Os EUA figuram como o maior país investidor na Venezuela, tendo o comércio bilateral crescido 24% em 2006. Não obstante, as relações entre os dois países têm sido marcadas por desconfianças recíprocas e atritos constantes.

Dentre os principais pontos de tensão com os Estados Unidos mencionem-se: (i) a Lei de Responsabilidade em Rádio e Televisão (“Lei de Conteúdo”), a qual daria a Chávez, segundo os EUA, poder arbitrário de controle sobre a imprensa; (ii) o estreito relacionamento entre Chávez e Fidel Castro; (iii) o suposto relacionamento entre Chávez e as FARC; (iv) a crescente aproximação entre Caracas e Teerã; (v) a percepção norte-americana de que o Presidente Chávez estaria iniciando uma corrida armamentista e seria fator de desestabilização da região; (vi) a acusação de Washington de que o Governo venezuelano estaria veiculando propaganda anti-americana por meio da Telesul; (vii) o cancelamento unilateral da

colaboração venezuelana com a Agência Federal Antidrogas dos Estados Unidos (DEA); não renovação da licença da RCTV, em maio de 2007.

No ano passado, os EUA opuseram-se publicamente à candidatura da Venezuela para ocupar assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiando a Guatemala durante as eleições. Após impasse em numerosas votações, venezuelanos e guatemaltecos chegaram a um consenso para a indicação de um “tertius”, que levou à eleição do Panamá para assento não-permanente do GRULAC no Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2007-2008.

Após a vitória do Presidente Chávez nas eleições de 3 de dezembro passado, o Secretário Adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, Thomas Shannon, assinalou a disposição do Governo Bush em trabalhar e cooperar com o Governo venezuelano em temas de interesse mútuo e reconheceu o caráter democrático do processo eleitoral realizado.

Não obstante as declarações de Shannon, as relações entre Washington e Caracas voltaram a se deteriorar após o anúncio das nacionalizações na Venezuela, que atingiram empresas norte-americanas dos setores elétrico, de telecomunicações e de energia. Autoridades do DoS têm reiterado que, embora Chávez seja um “Presidente democraticamente eleito, este não governa de forma democrática”, razão pela qual a Venezuela estaria a meio-caminho entre países democráticos e não-democráticos.

Mais enfático, o Vice-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, John Negroponte, disse que o Presidente da Venezuela é uma “ameaça à democracia” de países da América Latina, para os quais tenta “exportar seu modelo de populismo radical”. A seu turno, Hugo Chávez denunciou supostos planos de “magnicídio” que estariam ganhando força desde a designação de John Negroponte para aquele cargo, em janeiro deste ano.

Novo Embaixador dos Estados Unidos em Caracas

No início de agosto, o Governo norte-americano indicou Patrick Duddy como novo Embaixador em Caracas, no lugar de Willian Brownfield. Em cerimônia realizada em Washington, a Secretária de Estado Condolezza Rice, assim como Patrick Duddy, referiram-se às relações bilaterais com a Venezuela como “complicadas e difíceis”. Rice recomendou que o novo Embaixador estabelecesse canais diretos com a sociedade venezuelana, tendo em conta a longa tradição de amizade desta com o povo norte-americano.

Relatórios do Departamento de Estado

Narcotráfico

O Departamento de Estado (DoS) divulgou relatório no final de fevereiro de 2007 indicando aumento do narcotráfico originado na Venezuela. O estudo afirma que forças de segurança venezuelanas estariam envolvidas no tráfico de drogas e aponta suposta debilidade do sistema judiciário, além de pouca cooperação internacional por parte de Caracas.

Direitos Humanos

Em março, foi publicado relatório dando conta de que a Venezuela é o país da América Sul no qual teriam sido cometidas mais violações de direitos humanos em 2006. O país foi incluído pelo Departamento de Estado na mesma lista que Síria e Rússia de lugares onde as liberdades teriam se deteriorado no ano passado.

Washington denunciou, em particular, supostos "ataques" a jornalistas venezuelanos. Em relação à "intimidação de grupos da sociedade civil", o Departamento de Estado destacou o exemplo da ONG de oposição Súmate, organização que, entre outras atividades, promoveu em 2004 referendo revogatório contra o Presidente Chávez. A organização foi indiciada pelo Ministério Público por conspiração contra o Estado e evasão de impostos, devido ao recebimento de US\$ 31 mil enviados pela NED (National Endowment for Democracy), órgão vinculado ao Departamento de Estado norte-americano. A Súmate também haveria recebido US\$ 300 mil do Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) dos EUA.

Terrorismo

A exemplo do que ocorrera em relatório do ano anterior, que resultou em proibição às vendas de armas ao país, o novo relatório do DoS, publicado em maio passado, incluiu a Venezuela entre os Estados que não "cooperam totalmente" na luta contra o terrorismo.

Tráfico Humano

O último relatório do Departamento de Estado sobre Tráfico Humano, publicado em junho passado, aponta a Venezuela como "fonte, trânsito e destino" de mulheres e crianças vítimas dessa atividade voltada para a exploração sexual.

Caso Posada Carilles

Nascido em Cuba e nacionalizado venezuelano, Posadas Carriles é acusado por Caracas e Havana de haver empreendido ações terroristas, entre as quais se destacam um atentado contra avião da Cubana de

Aviación, em 1976, que resultou na morte de 73 pessoas, e ataques com bombas contra hotéis em Havana, em 1997.

Posada Carriles foi preso na Venezuela em 1977, sob a acusação de envolvimento no atentado contra o avião cubano e enfrentou processo judicial que se arrastou por anos sem definição. Em 1985 escapou da prisão, em circunstâncias pouco claras e, em 2005, ingressou irregularmente em território norte-americano, onde solicitou asilo político. Caracas interpôs, então, pedido de extradição, amparada em Acordo Bilateral entre Venezuela e Estados Unidos, de 1922 (ainda em vigor). Baseou-se no fato de Posada Carriles ser fugitivo da Justiça venezuelana. Foi invocado, ainda, Convênio para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, de 1971.

Em maio de 2005, após entrevista concedida ao jornal Miami Herald, Posada Carriles foi preso na Flórida, acusado de fraudes migratórias. O Presidente Hugo Chávez, suspeitando que Posada não seria extraditado, ameaçou “cerrar la Embajada” nos Estados Unidos.

Finalmente, em janeiro de 2007, o Governo dos Estados Unidos anunciou a possibilidade de libertar Posada Carriles sob fiança, o que acabou ocorrendo, em 19 de abril. No mês seguinte, as acusações que pesavam contra o terrorista foram rejeitadas por Corte federal norte-americana.

VENEZUELA-CUBA

A cooperação entre Venezuela e Cuba vem ocorrendo no âmbito da ALBA. Cuba tem adquirido petróleo e outros combustíveis da Venezuela em condições especiais, em volumes médios de 98.000 barris ao dia (cerca de 75% de sua demanda). Em troca, além da conhecida participação de Cuba na implementação dos diversos projetos sociais em andamento na Venezuela em áreas básicas como saúde e educação, o país caribenho assessora as Forças Armadas venezuelanas. O impacto dessa política na economia cubana tem sido significativo e explica, em certa medida, o crescimento da economia do país caribenho em 2006, que chegou a 12,5%, o maior da América Latina.

O Presidente Chávez vem estimulando, por meio de planos de financiamento, exportações venezuelanas para Cuba. Os recursos têm sido disponibilizados pelo Banco de Comércio Exterior (Bancoex) e pelo Banco Industrial da Venezuela. Foram alocados, entre junho de 2005 e março de 2006, cerca de US\$ 210 milhões, beneficiando tanto exportadores venezuelanos, como importadores cubanos. Em contrapartida, esquema de importação implementado por Havana dá preferência a produtos adquiridos da Venezuela.

Durante a VII Reunião da Comissão Mista Intergovernamental Cuba-Venezuela, realizada em março, em Havana, os dois países avançaram as análises referentes à implementação de 355 projetos bilaterais, que

somados totalizariam investimentos de cerca 1,5 bilhão de dólares. Destaca-se, entre estes, o “programa alcoholero”, que prevê a instalação de 11 usinas de etanol na Venezuela, tendo como matéria-prima o bagaço da cana-de-açúcar produzida em Cuba.

VENEZUELA-BOLÍVIA

A eleição do Presidente Evo Morales elevou o relacionamento de La Paz com Caracas a patamar inédito. É crescente a influência exercida pelo Governo venezuelano nos negócios internos da Bolívia, em setores estratégicos da vida política, militar e econômica daquele país, conforme comprovam os exemplos a seguir:

- a) foi anunciada parceria entre a YPFB e a PDVSA para explorar campos de petróleo e gás na Bolívia;
- b) o Embaixador venezuelano Julio Montes conta com um gabinete de trabalho no Palácio Quemado;
- c) Caracas financia a implementação de rede de "emissoras de rádio comunitárias" (dez já em funcionamento e cem outras projetadas para 2008), e injetaria US\$ 2 milhões para ampliar o único canal estatal de televisão;
- d) a Venezuela concederá 5,000 bolsas de estudo para que bolivianos se formem em universidades daquele país;
- e) tanto em seus deslocamentos internos como nas viagens ao exterior, o Presidente Morales se utiliza geralmente de aeronaves cedidas pela Venezuela e operadas por tripulações venezuelanas;
- f) o Ministério da Defesa local confirmou o recebimento de 10 milhões de dólares do governo venezuelano para "melhora da infra-estrutura de quartéis";
- g) sob o patrocínio da PDVSA, e com as presenças dos ministros da cultura de Venezuela, Cuba e Equador, realizou-se reunião da "Rede de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade", que culminou seu trabalho com duras críticas aos meios de comunicação privados;
- h) 30 milhões de dólares recebidos do governo venezuelano foram distribuídos pessoalmente pelo Presidente Morales a municípios bolivianos governados pelo MAS;
- i) outros 7 milhões foram destinados à aceleração de um agressivo programa de distribuição de cédulas de identidade em zonas menos favorecidas (que a oposição acusa de ocultar interesses eleitorais);
- j) foi criada a "Liga Parlamentar Boliviano-Venezuelana", entidade que conta com senadores e deputados, todos do MAS, cujo presidente afirmou em entrevista: " pensé que Lula podía asumir el liderazgo latinoamericano, por la potencialidad que tiene Brasil, pero Lula perdió la oportunidad (...) de repente llegó

Chávez, con una economía menor, pero suficiente para cooperar a países menores";

- k) em 10 de março último, em seu périplo "anti-Bush", Chávez visitou a Bolívia e propôs a criação de organização de países produtores e exportadores de gás (OPPEGASUR), cartel ao qual a Bolívia tenciona aderir.

No plano da cooperação militar, a Bolívia e a Venezuela assinaram, em maio de 2006, o Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria de Defesa. O Acordo gerou críticas de alguns países vizinhos da Bolívia, especialmente do Paraguai e Peru, em função de artigo que estipula assistência militar em "gestão de crise". Internamente, a oposição ao Governo Morales também mostrou preocupação com o instrumento: senadores tentaram anulá-lo mediante recurso ao Tribunal Superior do país.

O instrumento prevê a construção de (a) um porto fluvial em Puerto Quijaro, na área de fronteira da Bolívia com o Paraguai e com o estado de Mato Grosso do Sul, e (b) de um forte militar na cidade boliviana de Riberalta, no departamento do Pando, a cerca de 150 km da fronteira com o estado de Rondônia. Segundo divulgado pelo Ministério da Defesa da Bolívia, o Forte Militar receberia cerca de 2.500 soldados. Há notícias de que parte do financiamento para a construção dessas obras adviria da compra pela Venezuela de US\$ 100 milhões de bônus emitidos pelo Governo boliviano.

O Presidente Chávez visitou a Bolívia no início de agosto. Foi anunciada, então, a criação da companhia PETROANDINA, para a exploração conjunta de hidrocarbonetos entre a PDVSA e a YPFB. Acordou-se a construção, em território boliviano, de uma planta petroquímica binacional para separar gases nobres.

Em 21/08, foram inaugurados trabalhos de construção de diques e estradas para prevenir a recorrência de inundações no Departamento boliviano de Beni. As obras serão realizadas com maquinaria doada pelo Governo venezuelano, que assegurou também o financiamento total dos custos. Os trabalhos estarão a cargo de um "Comando Binacional Amazônico", conformado por militares dos dois países.

VENEZUELA-EQUADOR

A vitória de Rafael Correa abriu novas perspectivas para o fortalecimento das relações entre o Equador e a Venezuela. O Presidente eleito, além de amigo pessoal de Hugo Chávez, demonstra ter grande afinidade ideológica com o líder venezuelano. O mandatário equatoriano prometeu incorporar o Equador ao "novo socialismo" da América Latina, integrado, segundo ele, por Governos de países como Venezuela, Argentina e Brasil.

O Presidente venezuelano participou da posse de Correa, em 15 de janeiro, ocasião em que firmou vários instrumentos, destacando-se um acordo na área petrolífera, além de Declaração Conjunta, na qual se anuncia nova etapa nas relações entre os dois países. Foi assinado, também, acordo de cooperação que visa ao aumento da capacidade de refino em território equatoriano. Enquanto esse objetivo não é plenamente alcançado, prevê-se que cerca de 100 mil barris diários de petróleo equatoriano sejam refinados na Venezuela. Não se tem notícia, até o momento, do início dessa operação.

Na área financeira, a Venezuela anunciou a decisão de abrir um escritório do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES) na capital equatoriana, bem como de criar um fundo de cooperação com uma quantia inicial de US\$ 25 milhões. Desse montante, US\$ 15 milhões deverão ser destinados à concessão de créditos de caráter reembolsável, para promover o desenvolvimento de projetos produtivos de cooperativas.

No final de fevereiro, o Governo venezuelano anunciou que abrirá seu mercado interno para a importação em grande volume de produtos equatorianos. O anúncio das medidas deu-se no contexto dos esforços da Venezuela para cumprir seu programa interno de venda de alimentos a preços baixos. Entre os produtos equatorianos que poderão ser beneficiados com a abertura do mercado venezuelano destacam-se o leite em pó, atum em conserva, óleo de palma, feijão, cebola, açúcar refinado, amendoim, batatas e flores ornamentais.

Na última visita do Presidente Chávez ao Equador, em 09/08, foram assinados dois memorandos de entendimento entre a PETROECUADOR e a PDVSA, um deles para estudar a viabilidade de construção de refinaria em Manabí, com capacidade para processar, diariamente, 300 mil barris de petróleo bruto (o custo do projeto é estimado em US\$ 5 bilhões), e outro para melhorar a produção do Campo Sacha, na Amazônia equatoriana. Também foi firmada Declaração Presidencial sobre Segurança Energética, que prevê a assinatura de um Acordo de Segurança Energética. Além disso, a Venezuela deverá emprestar ao Equador, a partir de outubro e novembro deste ano, duas das 13 perfuradoras de poços de petróleo que encomendou da China.

Com relação ao convite venezuelano para que o Equador integre a ALBA, o Presidente Rafael Correa declarou, durante a coletiva de imprensa, que "hemos conversado con el Presidente Chávez y le hemos dicho: tu regresas a la CAN y con mucho gusto enseguida entraremos a la ALBA". Chávez afirmou que o regresso da Venezuela à CAN "no es imposible".

VENEZUELA-NICARÁGUA

Venezuela e Nicarágua estabeleceram importante cooperação após a vitória de Daniel Ortega nas eleições presidenciais, que contou com o apoio

do Presidente Chávez. Os dois mandatários identificam-se ideologicamente e mantêm estreitos laços de amizade, relação que, na prática, traduz-se em forte apoio de Caracas a Manágua.

Foram firmados, em janeiro deste ano, convênios de cooperação entre Venezuela e Nicarágua em diferentes áreas, compondo um pacote de ajuda venezuelana ao país centro-americano da ordem de US\$ 600 milhões. Entre os convênios, destacam-se o que garante o fornecimento de petróleo e o de perdão da dívida nicaragüense com a Venezuela de US\$ 31,8 milhões. O mandatário venezuelano qualificou os convênios de “atos de solidariedade e integração latino-americana, cheios de conteúdo, com carne, osso e fogo”. A celebração desses instrumentos foi inserida no âmbito da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), à qual a Nicarágua aderiu, também em janeiro.

Entre as ações acordadas, cabe destacar o anúncio de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BANDES) da Venezuela pretende abrir um escritório de representação em Manágua. O governo venezuelano se propõe a oferecer créditos de até US\$ 20 milhões em condições favoráveis (com dois anos de carência e juros anuais de 2%) a pequenos produtores, com o objetivo de financiar a produção agrícola nicaragüense para convertê-la em “uma potência agro-exportadora”.

De acordo com cálculos feitos por uma comissão composta por representantes dos dois países, reunida em Manágua em abril passado, a cooperação venezuelana com a Nicarágua atinge um investimento de US\$430 milhões apenas em 2007, o que dobra o investimento estrangeiro registrado no país em 2006.

Em visita à Nicarágua, em 19/07, para participar das comemorações do 28º aniversário da revolução sandinista, o Presidente Chávez colocou a pedra fundamental do que poderá ser a maior refinaria (“Refinaria el Supremo Sueño de Bolívar”) da América Central, com capacidade para processar 150 mil barris de petróleo diariamente. O projeto envolverá investimento de três bilhões e novecentos milhões de dólares, a serem cobertos pela venda de duas das oito refinarias da PDVSA localizadas nos EUA.

Chávez prometeu, também, a construção de uma fábrica petroquímica, que produzirá sacos plásticos, luvas para médicos, seringas e uréia. Disse, ainda, que irá apoiar a construção de uma usina para gerar 400 MW de energia e de outra fábrica de regaseificação. Finalmente, o Presidente venezuelano formalizou o perdão de 33,2 milhões de dólares da dívida externa nicaragüense com a Venezuela.

VENEZUELA-ARGENTINA

As relações entre Venezuela e Argentina situam-se em seu mais alto nível histórico, como denota o expressivo número de acordos assinados

entre os dois países de 2003 para cá. Foram 39 no total, os quais representam 32% dos tratados firmados entre Buenos Aires e Caracas na história de suas relações bilaterais. A Venezuela tornou-se, assim, o país com o qual a Argentina firmou mais tratados durante o Governo Kirchner.

Durante a visita que realizou à Argentina, em 06/08, o Presidente Chávez anunciou nova aquisição de títulos argentinos (Bônus do Sul III), no valor nominal de US\$ 1 bilhão, divididos em duas operações de US\$ 500 milhões, mediante o sistema de subscrição direta ao Governo venezuelano, realizado a preços de mercado.

Em 16/08, o Ministro de Finanças, Rodrigo Cabezas, anunciou a suspensão da operação. Segundo Rodrigo Cabezas, a medida foi adotada como proteção aos investidores locais, em razão do recente momento de volatilidade no mercado bursátil internacional, relacionada a problemas no sistema hipotecário estadunidense. Com o aumento da aversão ao risco, o risco-soberano da Venezuela elevou-se 20 % nos últimos dois dias.

Essa modalidade de financiamento vem ocorrendo desde novembro de 2004, quando o Presidente venezuelano anunciou a primeira compra de títulos emitidos pela Argentina. Já foram emitidos cerca de US\$ 5 bilhões, dos quais US\$ 750 milhões foram adquiridos pelo Governo venezuelano em fevereiro último. O Governo venezuelano não costuma conservar por muito tempo esses papéis, que têm sido negociados após dois ou três meses no mercado financeiro venezuelano, em moeda local e levando em conta a cotação do dólar paralelo.

A taxa de juros implícita na nova aquisição direta, a preço de mercado, por parte da Venezuela, foi estimada em 10,9% ao ano. Analistas afirmam que essa taxa é mais alta do que a cobrada pelo FMI.

Caso da Maleta com dólares

No dia 4 de agosto, o empresário venezuelano Alejandro Antonini Wilson foi detido ao desembarcar em Buenos Aires com uma mala com US\$ 790 mil não-declarados, às vésperas da visita do Presidente Chávez à Argentina. O caso provocou polêmica nos dois países, com suspeitas de corrupção envolvendo ambos os lados. O ex-vice-presidente venezuelano José Vicente Rangel considera provável que o episódio esteja relacionado a operações com bônus da estatal PDVSA, realizadas por funcionários venezuelanos por meio de um pequeno banco argentino. Especula-se, também, que o dinheiro poderia ser uma contribuição do governo venezuelano à campanha presidencial da primeira-dama argentina, Cristina de Kirchner.

Em 09/08 de agosto, Claudio Uberti, um dos homens fortes da equipe do ministro argentino do Planejamento, Julio de Vido, foi demitido. Ele estava no mesmo avião de Wilson. Em 16/08, o Vice-Presidente da PDVSA, Diego Uzcategui Matheus, pediu demissão. O filho dele, Daniel

Uzcategui Spetch, 18 anos, é acusado de ter convidado Wilson a embarcar no avião.

Em 22/08, a Interpol emitiu uma ordem de captura internacional de Wilson, solicitada pela Justiça argentina.

Cooperação Energética

Ainda no contexto da última visita do Presidente Chávez a Buenos Aires, foi assinado Tratado de Segurança Energética prevendo, entre outras iniciativas, investimento venezuelano de US\$ 400 milhões na construção de uma planta de regaseificação na Argentina, que operará com GLP importado da Venezuela. A fábrica ficará pronta dentro de dois anos.

VENEZUELA-URUGUAI

O Presidente Chávez realizou, nos dias 6 e 7 de agosto, sua quinta visita ao Uruguai desde que o Presidente Tabaré Vázquez foi eleito. O objetivo, dessa vez, foi o de aprofundar a cooperação econômico-comercial entre os dois países, sobretudo na área de energia, bem como assegurar o apoio uruguaio para o ingresso da Venezuela no Mercosul. A visita também teve a finalidade de aproximar novamente o Governo uruguaio do venezuelano, ao atenuar os ressentimentos provocados pela ausência de Chávez à Cúpula Ibero-Americana, realizada em novembro de 2006.

Na qualidade de Presidente Pró-Tempore do Mercosul, o Presidente Tabaré Vázquez comprometeu-se publicamente a fazer tudo que estiver a seu alcance para que, antes de dezembro, o Congresso do Brasil e o do Paraguai concluam os trâmites para a votação do pedido de ingresso da Venezuela como sócio pleno do Mercosul.

Na área econômica, celebrou-se o Tratado de Segurança Energética que, por meio do desenvolvimento de uma série de projetos de cooperação, poderá levar a Venezuela à condição de principal parceiro estratégico do Uruguai em matéria de energia. Dentre as principais iniciativas, cumpre citar a assinatura de três memorandos de entendimento entre a ANCAP e a PDVSA nas seguintes áreas: a) a exploração, juntamente com a Energia Argentina Sociedade Anônima (ENARSA), das reservas de petróleo da Bacia do Orinoco e a implantação no Uruguai de uma refinaria de hidrocarburos pesados; b) a aquisição de 25% das ações da empresa estatal Alcoholes de Uruguay (ALUR); c) a criação de empresa mista com a função de promover a comercialização do coque venezuelano e do clínquer (principal componente do cimento) uruguaio. Outros acordos referem-se ao apoio financeiro e técnico da PDVSA para o desenvolvimento de empreendimentos produtivos, em cooperação com a ANCAP, para a ampliação e a modernização da refinaria de La Teja e a construção de uma usina de regaseificação com capacidade de produção diária de 10 milhões

de metros cúbicos de gás (projeto com custo avaliado em 400 milhões de dólares e que vai de encontro a plano semelhante aventado pela Petrobrás).

A Venezuela manteve o compromisso de continuar vendendo petróleo ao Uruguai em condições de financiamento vantajosas. Chávez também indicou o interesse em financiar a instalação no Uruguai de uma unidade de produção de insulina (avaliada em 600 milhões de dólares) e de uma fábrica de vidro.

VENEZUELA-PERU

Os Governos da Venezuela e do Peru decidiram, recentemente, normalizar as relações bilaterais, com o reenvio dos respectivos Embaixadores, retirados em 2006, em decorrência de troca de insultos entre os Presidentes Chávez e Alan García. O confronto começou em maio do ano passado, quando o Presidente venezuelano endossou publicamente a candidatura de Ollanta Humala à Presidência do Peru. Na ocasião, Chávez alcunhou García de "ladrão" e de "fantoche dos EUA"; o Presidente peruano, por sua vez, chamou seu colega de "perdedor histórico".

VENEZUELA-COLÔMBIA

As relações da Venezuela com a Colômbia são marcadas por rivalidades históricas e problemas decorrentes da atuação da guerrilha colombiana em território venezuelano. No Governo Chávez, alegações de sua eventual vinculação com a guerrilha vêm despertando suspeitas e causando mal-estar em Bogotá.

Nos setores militares venezuelanos, a Colômbia é tratada como fonte de preocupação. Caracas estaria muito atenta à deterioração da segurança na fronteira e ao risco de "spill-over" do conflito colombiano para o território venezuelano, especialmente no que concerne a ação dos paramilitares. Em segundo lugar, o Governo de Bogotá, que já teria atacado a Venezuela por três vezes em sua história, segundo os venezuelanos, encontrar-se-ia hoje "super-armado pelos EUA". A Colômbia seria uma plataforma para a ação dos EUA na região. Os EUA admitem reservadamente, conforme afirmações de seu Embaixador em Caracas, que Washington estaria disposto a "armar a Colômbia até os dentes", caso isso seja necessário para manter o equilíbrio na relação de forças entre a Colômbia e a Venezuela.

Permanece sem solução a questão do diferendo, na região do Golfo da Venezuela, em torno da delimitação da fronteira marítima entre os dois países. A questão teve origem em 1954, quando se iniciaram as negociações em torno do assunto. Ao longo dos anos não foi possível às Partes chegar a um acordo, em função, basicamente, de uma importante questão de natureza geoestratégica: devido à pouca profundidade do Golfo da Venezuela, ponto de escoamento de todo o petróleo produzido no Lago

de Maracaibo, e em áreas próximas, a projeção da linha da fronteira marítima inicialmente reivindicada pela Colômbia alcançaria a extremidade do canal utilizado para a navegação de petroleiros de porte no golfo, o que seria inaceitável para o estamento militar venezuelano. A indefinição da controvérsia levou, em 1987, os dois países à beira de um conflito armado, situação superada por gestões do Secretário-Geral da OEA.

As relações também têm sido marcadas por incidentes na fronteira comum, que se caracteriza como área de intenso comércio legal e ilegal nos dois sentidos. O tráfico de cocaína é a principal atividade ilícita, registrando-se ainda contrabando de armas, combustível e insumos para o processamento da pasta de coca. A região é objeto de precário controle, seja pelo baixo interesse das autoridades venezuelanas, seja pela dificuldade colombiana de preencher os vazios fronteiriços com efetivos militares.

Em fins de novembro de 2005, os Presidentes Uribe e Chávez encontraram-se na cidade de Puntofijo, na Venezuela, ocasião em que avançaram os entendimentos com vistas à construção de dois gasodutos: entre Paraguaná, na Venezuela, e La Guajira, na Colômbia, com 230 km de extensão e ao custo de US\$ 330 milhões; e entre Maracaibo, em território venezuelano, e Ballenas, no lado colombiano, com extensão de 205 km e custo aproximado de US\$ 200 milhões.

As obras para a construção do gasoduto Maracaibo-Ballenas, financiadas pela PDVSA, foram inauguradas no dia 8 de julho de 2006 pelos Presidentes Uribe e Chávez, na cidade de Maracaibo. A imprensa colombiana tem noticiado a possível utilização do gasoduto, no futuro, para o escoamento de petróleo venezuelano para a Colômbia. As atuais reservas petroleiras colombianas deverão estar esgotadas até 2011. Em relação ao segundo gasoduto -- Paraguaná-Guajira --, o Ministro de Energia da Venezuela, Rafael Ramirez, afirmou recentemente que será concluído até o final de 2007.

Em 6 de junho, o Ministro Nicolás Maduro manteve encontro com o Chanceler colombiano, Fernando Araújo, em Bogotá, ocasião em que foram tratados os seguintes pontos: a) contrabando de combustíveis na área de fronteira; b) gasoduto binacional, tema que estaria, segundo Maduro, avançando satisfatoriamente; c) cooperação entre ECOPETROL e PDVSA. Araújo comentou estarem em estudos a realização de projetos conjuntos e de investimentos e explorações da PDVSA na Colômbia e da ECOPETROL na Venezuela.

Intermediação do Presidente Chávez nas negociações com as FARC

No dia 15 de agosto, parentes de alguns dos 46 reféns políticos das FARC -- entre os quais se inclui a jornalista colombiana ex-senadora e ex-candidata à presidência da Colômbia Ingrid Betancourt -- mantiveram

encontro, em Caracas, com o Presidente Chávez. O mandatário prometeu ajudar na negociação envolvendo os rebeldes do país vizinho e o Governo de Álvaro Uribe. “Vamos tentar fazer contato com o alto comando das Farc”, anunciou Chávez após a reunião.

O Presidente Chávez ofereceu o território venezuelano para a realização das negociações e para possível intercâmbio dos reféns por membros das FARC detidos pelo Governo Uribe. Reiterou, ainda, que só aceitou colaborar em virtude do pedido que lhe foi feito pelo seu homólogo colombiano,

Em 31 de agosto passado, Chávez e Uribe mantiveram encontro na Colômbia. Chávez reiterou, na oportunidade, que pretende receber em Caracas um representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para discutir a libertação de reféns.

VENEZUELA-GUIANA

O contencioso fronteiriço sobre a região do Essequibo é capítulo fundamental das relações entre a Venezuela e a Guiana. Com a eleição do Presidente Chávez, o tema voltou a despertar temores no país vizinho, em função dos artigos da nova Constituição venezuelana sobre o território nacional. Comunicado oficial de Caracas, por ocasião do centenário do laudo arbitral de 1899, que outorgou a maior parte do território a oeste do Rio Essequibo ao então Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, considerou-o “nulo e írrito”. Houve também protesto contra concessões para exploração de petróleo por parte da Guiana em águas consideradas pela Venezuela como pertencentes à “zona em reclamação”. Em fevereiro de 2004, porém, o Presidente Chávez declarou, durante visita oficial à Guiana, que não se oporia à execução, por parte do país vizinho, de projetos de desenvolvimento na região do Essequibo.

Em entrevista publicada no início de 2007 no “El Nacional”, um dos jornais de maior circulação na Venezuela, o Embaixador da Guiana em Caracas lançou apelo ao Presidente Chávez para que abandonasse a reivindicação territorial referente ao Essequibo em nome da irmandade entre países socialistas e do combate ao imperialismo. Nem a Presidência, nem a Chancelaria venezuelana se pronunciaram a respeito.

VENEZUELA-IRÃ

Membros fundadores da OPEP em 1960, Venezuela e Irã intensificaram seu relacionamento nos últimos anos, encarado como estratégico por ambos os países. O Presidente Chávez realizou sua quinta visita oficial ao Irã em julho de 2006, quando se encontrou com o líder supremo iraniano, aiatolá Seyed Ali Jameni, e com o Presidente, Mahmoud

Ahmadinejad. Durante o encontro, assinou 12 acordos nas áreas de petróleo, indústria, aeronáutica, habitação e saúde; afirmou que a Revolução Bolivariana é “irmã” da Revolução Islâmica e que apoiará o Irã “em qualquer circunstância”; inaugurou nova Chancelaria da Embaixada venezuelana e recebeu a mais alta condecoração concedida pelo governo iraniano, a Ordem República Islâmica do Irã. Foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a receber essa distinção.

O Presidente Chávez disse estudar a possibilidade de apoiar iniciativa iraniana de exigir pagamento em euros pelas exportações de petróleo, o que poderá alterar o mercado para esse produto e prejudicar a cotação da moeda norte-americana.

O Irã anunciou recentemente que deverá investir 9 bilhões de dólares na Venezuela em projetos de desenvolvimento, além do US\$ 1 bilhão já investido. Em 2006, foi o segundo maior investidor estrangeiro no país, atrás apenas dos Estados Unidos. Três projetos estão em estágio avançado: a instalação de fábrica de tratores, a construção de 10.000 casas populares, em conexão com a instalação de duas fábricas iranianas de cimento, e a fabricação de automóveis populares.

No plano político, os Presidentes Chávez e Ahmadinejad comprometeram-se a apoiar-se mutuamente em fóruns internacionais. Esse respaldo pôde ser observado, por exemplo, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), onde a Venezuela votou contra, junto com as delegações de Cuba e Síria, resolução que encaminhou ao CSNU todos os relatórios e resoluções sobre a implementação de salvaguardas no Irã.

Em janeiro deste ano, Venezuela e Irã criaram um fundo binacional de US\$ 2 bilhões para “liberar os povos do imperialismo”. Parte deste montante pode ser destinada a países como Bolívia, Nicarágua e Equador, ampliando, desse modo, a presença iraniana na América Latina.

O Chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, visitou Teerã em março passado, no âmbito da quarta reunião anual da Comissão Mista Irã-Venezuela. Em abril, foi a vez do Chanceler iraniano, Manouchehr Mottaki, realizar visita de trabalho à Venezuela, onde manteve encontro com o Presidente Chávez e com o Ministro Nicolás Maduro. Foram analisados, então, avanços realizados na implementação de convênios de cooperação entre os dois países. O mandatário venezuelano aproveitou a visita para reiterar seu apoio ao programa nuclear do Irã e ressaltar seus fins pacíficos. Chávez advertiu, nesse contexto, que os Estados Unidos estariam cometendo um “erro” se tentassem “invadir o Irã” e que isso apenas aceleraria “a destruição do Império”.

Em julho deste ano, o Presidente Chávez realizou visita de dois dias ao Irã, na qual reafirmou a “aliança estratégica” entre os dois países no combate ao “imperialismo” e participou do lançamento de projeto binacional para a construção de usina de metanol, na região do Golfo Pérsico (prevê-se construção de usina semelhante na Venezuela). Foram

assinados 14 memorandos de entendimento nas áreas de petróleo, indústria petroquímica, minas e energia, construção civil, agricultura, pesca transporte, saúde, crédito e operações bancárias. Destaque especial foi dado ao projeto de construção pelo Irã de sete mil casas na Venezuela.

Recentemente, o Ministro da Energia e Petróleo e Presidente da PDVSA, Rafael Ramirez, anunciou a aceleração dos trabalhos conjuntos de exploração petrolífera no Bloco 7 do campo Ayacucho, na Faixa do Orinoco, o qual envolverá investimentos da ordem de US\$ 4 bilhões pelos dois países. A exploração conjunta será feita por meio de empresa binacional a ser criada entre a PDVSA e a Petropars iraniana, a qual poderá atuar também em terceiros países. Empresas mistas deverão ser formadas para construir infra-estrutura petroleira para uso “off-shore” na Plataforma Deltana e no Golfo da Venezuela.

VENEZUELA-RÚSSIA

Em julho de 2006, Chávez realizou visita à Rússia e assinou contratos no valor de mais de US\$ 1 bilhão para a aquisição de material bélico, apesar de protestos do Governo dos EUA. Foram assinados contratos referentes à compra de caças Sukhoi, helicópteros MI-17 e 100.000 fuzis Kalashnikov. Foi acordada também a construção de fábrica de fuzis Kalashnikov em território venezuelano, o que poderá levar a Venezuela a exportá-los no futuro. Com a conclusão desses acordos, a Rússia tornou-se um dos principais abastecedores de material bélico da Venezuela, criando a necessidade de manutenção e reposição desse equipamento no futuro e estabelecendo-se vínculo permanente nessa área entre os dois países.

Em junho de 2007, o Presidente Chávez retornou à Rússia para negociar a aquisição de submarinos de última geração (no mínimo cinco, segundo a imprensa russa) e compra adicional de 25 caças Sukhoi. A visita serviu, também, para obter do Presidente Putin apoio russo ao projeto de diversificação das exportações venezuelanas. Os dois países negociam a criação de uma comissão econômica bilateral e a fundação de um banco binacional.

Os Presidente Putin e Chávez acordaram a realização de investimentos russos na Venezuela, nas áreas de mineração, química, construção, alumínio, construção, indústrias de gás e petróleo, os quais deverão ocupar nichos abertos pela saída das empresas estrangeiras do país sul-americano, em razão das estatizações ocorridas nos últimos meses.

VENEZUELA-MERCOSUL

O Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL realizou cinco reuniões entre setembro de 2006 e fevereiro de 2007, para tratar das quatro vertentes do processo de

adesão da Venezuela ao MERCOSUL: i) adoção da normativa do MERCOSUL; ii) adoção da NCM e da TEC; iii) adoção de novo Programa de Liberalização Comercial (PLC); e iv) adesão da Venezuela aos acordos vigentes entre o Mercosul e terceiros países ou grupamentos de países.

O principal ponto ainda em aberto é o PLC da Venezuela com o Brasil e com a Argentina. Ao Brasil, a Venezuela solicitou a realocação de 1.499 produtos dos seus atuais cronogramas de desgravação no ACE-59 para cronogramas mais desfavoráveis. Deseja também excluir até 1.200 produtos (ainda não identificados) do processo de desgravação, a exemplo do ocorrido com as "Listas de Exceções" estabelecidas no artigo 6º do Tratado de Assunção de 1991.

Os temas ainda em aberto serão retomados em Grupo de Trabalho Ad Hoc criado pela Decisão CMC/12/07, a qual aprovou o Informe Final do GT criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão.

Foi marcada para o dia 21 de setembro reunião bilateral para tratar do programa de liberalização comercial Brasil-Venezuela.

RELAÇÕES BRASIL-VENEZUELA

O Governo brasileiro atribui importância estratégica às relações com a Venezuela. Com população de 26 milhões de habitantes e economia em contínua expansão – crescimento de 10%, em média, nos últimos anos – o país apresenta demanda interna crescente e já constitui o 10º destino das exportações brasileiras.

As relações bilaterais experimentaram desenvolvimento significativo ao longo dos últimos anos, fato que pode ser atribuído ao vínculo de amizade mantido entre os Presidentes Lula e Chávez e ao estímulo propiciado pela Aliança Estratégica firmada entre os dois Governos, em fevereiro de 2005.

COMISSÃO BINACIONAL DE ALTO NÍVEL (COBAN)

Brasil e Venezuela criaram, com a assinatura do "Protocolo de La Guzmania", em 1994, a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN). A Comissão é presidida pelos Ministros de Relações Exteriores. Possui, em sua estrutura, um Mecanismo Político de Consulta (MPC), que normalmente se reúne em nível de Vice-Chanceleres.

Foram estabelecidos Grupos de Trabalho (GTs) da COBAN nas seguintes áreas: política; energia; mineração; comércio; finanças; investimentos; agricultura; transportes; infra-estrutura; comunicações; cooperação militar e segurança; cooperação técnica; meio ambiente, e desenvolvimento fronteiriço.

As reuniões da COBAN ocorrem, alternadamente, no Brasil e na Venezuela. A mais recente teve lugar no Brasil, em fevereiro de 2005. A última reunião de um GT da COBAN ocorreu em julho de 2005, por ocasião da VII Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço, em Santa Helena do Uairén, na Venezuela.

O Chanceler Maduro sugeriu, durante sua visita ao Brasil (30.04.07), que os seguintes temas fossem tratados durante a próxima reunião de Vice-Ministros: política industrial, saúde e temas fronteiriços.

ENERGIA

Desde maio passado, a Petrobrás tem buscado agendar, sem êxito, reunião do “steering committee”, instância estabelecida no Memorando de Entendimento entre Petrobras e PDVSA e que regula as relações entre as suas empresas. Entre os projetos que as duas petrolíferas estão negociando destacam-se:

Refinaria Abreu e Lima e Carabobo I

A PDVSA sugeriu, recentemente, que o projeto de exploração de Carabobo I seja desvinculado da construção da refinaria binacional Refinaria Abreu e Lima. Assim, os 200 mil barris diários de petróleo de 9 graus API (extrapesado), a serem extraídos do campo Carabobo I pela empresa mista PDVSA-Petrobras, seriam melhorados até 32 graus API (petróleo leve) e destinados exclusivamente à exportação.

A Refinaria Abreu e Lima, que deverá processar 200 mil barris diários, receberia 100 mil barris de petróleo venezuelano provenientes de outros campos da PDVSA, já em produção, fornecidos com 16/17 graus API. Esse petróleo seria compatível com o petróleo de tipo “marlin” da Petrobras, a ser igualmente processado na Refinaria (outros 100 mil barris diários).

A proposta é melhor do que a original do ponto de vista empresarial, pois os petróleos de 32 graus API têm um valor de mercado substancialmente maior, o que torna o projeto de Carabobo I mais atraente economicamente para a Petrobras.

Apesar de não ter havido evolução nas negociações sobre os temas gerenciais entre as duas empresas nos últimos 60 dias, a obra da refinaria tem seguido seu curso normal, uma vez que está sendo totalmente conduzida pela equipe técnica da Petrobras.

Grande Gasoduto do Sul

Em reunião de junho passado, os grupos de apoio apresentaram à Comissão Binacional os resultados do trabalho efetuado na primeira fase do projeto (visualização). A Venezuela voltou a reiterar seu compromisso

de destinar 13 TCF (“trillion cubic feet”) para o Gasoduto. Por outro lado, informou que planeja construir dois ramais do GGS em território venezuelano, o que poderá ter implicações no volume de gás para o Brasil e aumento dos custos de construção do Gasoduto. O lado brasileiro reiterou a necessidade de contar com um plano de alocação das reservas de gás e de sua exploração para poder avançar para a segunda fase do projeto. Venezuela voltou a prometer que forneceria essas informações, até o dia 3 de julho, o que não ocorreu.

Nova reunião da Comissão Binacional, na qual deverá ser finalizado o Documento de Suporte à Decisão (DSD), que servirá de subsídio para que os Presidentes dos dois países possam decidir sobre a passagem para a próxima etapa, deverá ocorrer em Caracas, tão logo o lado venezuelano forneça as informações mencionadas.

Campo de Gás de Mariscal Sucre

Em dezembro de 2006, na Reunião dos Presidentes, foi acordado que haveria a aprovação de um calendário de reuniões e que os presidentes das companhias fariam um balanço em janeiro, o que de fato ocorreu. Depois disso, nada mais evoluiu e o acordo venceu no final de março. A Petrobras indica que não consegue interlocutores disponíveis na PDVSA para avançar. Segundo a empresa brasileira, desde o ano passado, foram solicitadas ao lado venezuelano informações que até o momento não foram respondidas, a exemplo da definição de preço do gás no mercado interno da Venezuela.

Campos Maduros

A possibilidade de exploração dos campos maduros foi apresentada, informalmente, à Petrobras como uma compensação oferecida na negociação de migração de contratos antigos, nos quais a Petrobras passou a ser minoritária e a PDVSA majoritária em suas atividades na Venezuela. A PDVSA apresentou como “bônus de assinatura” o montante de US\$ 149 milhões. Além disso, indicou que haveria um “fator de conversão” que aumentaria o valor do bônus. A Petrobras considera o valor muito elevado, o que inviabilizaria o negócio.

Comercialização de etanol

No último dia 30 de abril, o Ministro Celso Amorim manteve encontro com o Chanceler Nicolás Maduro. Na esteira da reunião, Brasil e Venezuela firmaram entendimento de assinar contrato, com duração, em princípio de um ano, pelo qual a PDVSA manifesta interesse em comprar cerca de 100 milhões de litros de álcool combustível da Petrobras.

A Petrobras continua interessada em assinar um contrato de longo prazo. A última carga de etanol foi enviada à Venezuela em outubro de

2006. Não houve avanços quanto ao tema. A Petrobras continua aguardando reação da Venezuela.

RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

O Brasil ocupa, atualmente, o 23º lugar nas exportações venezuelanas – já foi o quinto, em 2002 – e o 3º nas importações daquele país, atrás dos Estados Unidos e da Colômbia.

Em 2002 o intercâmbio entre Brasil e Venezuela havia caído para US\$ 1,4 bilhão, queda que foi acentuada no ano seguinte, quando registraram-se apenas US\$ 880 milhões. Em 2004, o comércio bilateral elevou-se para US\$ 1,6 bilhão e, no ano seguinte, alcançaria patamar de US\$ 2,4 bilhões. Em 2006, a curva manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras, como venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 3,5 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 591 milhões, o que representou aumento significativo nas exportações e nas importações em relação ao ano de 2005.

Entre janeiro e julho de 2007, as exportações brasileiras para a Venezuela chegaram a US\$ 2,4 bilhões, um aumento de 33% com relação ao mesmo período em 2006. No entanto, as vendas venezuelanas ao Brasil foram de apenas US\$ 215 milhões, o que representa queda de 36% em comparação com o primeiro semestre do ano passado.

A tendência de aumento das exportações do Brasil para a Venezuela tende a consolidar-se em razão da saída da Venezuela do Grupo dos Três (Venezuela, México e Colômbia) e da Comunidade Andina. A Colômbia estaria perdendo espaço comercial, em benefício do Brasil, no tocante a produtos tais como commodities, tecidos, manufaturas, couros e calçados. No caso do México, o deslocamento de mercado já ocorreu e haveria indícios de que o Brasil tem aumentado suas exportações de peças de reposição e produtos metalúrgicos e siderúrgicos para a Venezuela em detrimento de similares mexicanos.

A pauta de exportações do Brasil para a Venezuela é, em geral, de maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado do que a de importações. Entre os dez principais produtos exportados pelo Brasil, constam telefones celulares, automóveis, peças e acessórios para veículos automotores e tratores. A lista não inclui aviões super-tucanos em razão das restrições da venda desse produto impostas pelos EUA. De produtos agropecuários, apenas carne de frango e açúcar figuram no topo da lista de exportações. Inversamente, o item mais importante do setor alimentar na pauta de importações brasileiras da Venezuela é a sardinha. Cabe assinalar, também, que as exportações venezuelanas para o Brasil concentram-se no setor de derivados de petróleo, sendo as principais querosene de aviação, nafta para petroquímica e gasolina.

Desse modo, embora o volume do comércio bilateral tenha aumentado 370,7% entre 2003 e 2006 (sendo que o aumento das exportações brasileiras à Venezuela foi de 486,9% no mesmo período), os produtos brasileiros adquiridos pelos venezuelanos tendem a ser bens de consumo, pouco contribuindo para a formação de capital fixo e, por conseguinte, para o aperfeiçoamento do parque industrial e produtivo daquele país. Em 2006, a Venezuela comprou apenas US\$ 150 milhões de tratores, US\$ 20 milhões de máquinas para a indústria do açúcar e US\$ 18 milhões para máquinas e aparelhos para colheitas.

Ciente da necessidade de reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países, o Governo brasileiro encaminhou à Embaixada da Venezuela, em maio de 2006, cópia do estudo realizado pela Funcex, para a identificação de produtos prioritários para a importação por parte do Brasil. A iniciativa foi tomada no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Em maio de 2007, a Chancelaria venezuelana foi consultada a respeito do interesse em assinar Memorando de Entendimento bilateral, bem como em realizar, na Venezuela, seminário “Como Exportar para o Brasil”, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI). Não houve, até o momento, resposta do lado venezuelano.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2006, a Venezuela registrou crescimento econômico de +10,3%, dando continuidade ao excelente desempenho observado nos anos anteriores (+15,8% em 2004, +7,3% em 2005). Fatores peculiares a uma economia baseada no petróleo como a da Venezuela e, em especial, opções de natureza política do Governo Chávez convergem no sentido de prognosticar a continuidade de um cenário de crescimento e inflação razoavelmente elevados no país.

A Venezuela experimenta, desde os anos 20, quando se iniciaram as explorações de petróleo em grande escala no país, dificuldades para encorajar atividades produtivas não-petroleiras. O Governo Chávez promete combater esse fenômeno, incentivando o crescimento do país com base na industrialização, diversificação econômica e criação de poder nacional, liderada prioritariamente pelo Estado-empresendedor.

A política de industrialização, aliada ao compromisso do Governo com a implementação de políticas sociais abrangentes, estaria por trás do aumento significativo dos gastos públicos nos últimos anos e, por conseguinte, das dificuldades em reduzir os altos índices inflacionários venezuelanos. **Não deverá contribuir para o controle da alta dos preços, por outro lado, o aumento de 20% no salário mínimo -- que chegará ao equivalente a US\$ 286 -- anunciado recentemente pelo Governo.**

Entre 2003 e 2005, em contexto de elevação dos preços do petróleo, o gasto público da Venezuela passou de B\$ 17,28 tri para B\$ 33,11 tri

(+91%) e o consumo privado, de B\$ 73 tri para B\$ 138 tri (+89%). Entre 2005 e 2006, houve incremento de 50% nos gastos do Governo. A inflação alcançou cerca de 17% em 2006, o nível mais alto de todos os países latino-americanos, dando continuidade aos índices de dois dígitos registrados nos anos anteriores (21.7% em 2004 e 16% em 2005).

O Governo Chávez tem demonstrado preocupação com a taxa de inflação, que deverá superar 15% em 2007, mas não contempla adotar medidas recessivas e de maior controle do gasto público. A ênfase tem sido no controle de preços, o que tem gerado críticas entre analistas econômicos e representantes de determinados setores da economia. Associações agrícolas afirmam, por exemplo, que os preços impostos tornam suas atividades não-lucrativas, razão pela qual há desabastecimento de produtos básicos nos supermercados, como carne, leite, açúcar e feijão.

Instrumentos de política fiscal têm sido, também, utilizados para controlar a inflação. O combate à evasão de impostos, a redução do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), o reforço à tributação direta por meio do imposto sobre a renda estão entre as principais medidas fiscais adotadas pelo Governo.

No plano das finanças, deve-se mencionar a emissão conjunta, pela Venezuela e a Argentina, do chamado “Bônus do Sul”, e a colocação no mercado, em março de 2007, pela PDVSA, de bônus no montante de cerca de US\$ 7,5 bilhões. As operações teriam por objetivo, entre outros, financiar o serviço da dívida pública e recolher excedentes de liquidez que estão pressionando a inflação.

A Corporação Andina de Fomento (CAF) anunciou, no final de março, a colocação no mercado de capitais da Venezuela de nova emissão, em menos de um ano, de títulos denominados em bolívares, no montante de B\$ 127,5 bilhões (equivalentes a US\$ 59 milhões) e com vencimento em 2012. Esse lançamento constitui a terceira série da chamada “Emisión 2006”, aprovada pela Comissão Nacional de Valores (CNV) venezuelana no valor total de B\$ 450 bilhões (cerca de US\$ 209,8 milhões).

Ainda no plano das finanças, deve-se mencionar o fato de a Venezuela haver liquidado, em abril deste ano, todas as suas dívidas com o FMI e com o Banco Mundial. Os compromissos eram da ordem de 3 bilhões de dólares. **O Presidente Chávez anunciou, no mesmo mês, a intenção de abandonar ambos os organismos, por ele qualificados de “imperialistas” e acusados de defender os interesses dos EUA.**

Indústria e agricultura

Analistas econômicos assinalam reação positiva do setor industrial, que aumentou sua atividade em cerca de 13,4% em 2006. Nesse mesmo ano, porém, as rendas das exportações de petróleo caíram em 8,5%. Com efeito, na segregação por atividade econômica, o crescimento do PIB foi

impulsionado pelo setor não-petrolífero, que subiu 11,7%. O setor petrolífero registrou decréscimo de 1,8%, o que contrasta com o incremento de 3,1% alcançado no terceiro trimestre do ano passado e se explica por razões predominantemente conjunturais.

Dados revelados recentemente pelo Banco Central da Venezuela indicam que a expansão da indústria do país no primeiro trimestre de 2007 foi de 8 %. Analistas afirmam que esse crescimento não foi suficiente para acompanhar o aumento do consumo interno, das importações e dos setores de comércio e serviços.

As atividades agrícolas não têm demonstrado o mesmo desempenho. Atribui-se a falta de dinamismo do setor a três fatores: investimentos insuficientes em tecnologia, sobrevalorização cambial e intervencionismo estatal. O país apresenta déficit recorrente na produção agrícola e tradicionalmente se abastece nos mercados brasileiro, colombiano e norte-americano. Iniciou 2007 com grave crise de desabastecimento de feijão, açúcar e carne – quanto a este último item, cogita-se aumentar significativamente a importação do Brasil.

Reforma monetária

O Presidente Chávez assinou o decreto de reforma monetária, que vai eliminar três zeros do bolívar, criando o “Bolívar Forte”. A lei estabelece que, a partir de 1º de janeiro do próximo ano, mil bolívares serão transformados em um bolívar. A atual cotação oficial de 2.150 bolívares por dólar passará a 2,15 bolívares. No mercado paralelo, atualmente a moeda americana vale 4.000 bolívares.

A intenção do Governo é recuperar o sistema de pagamentos e a confiabilidade da moeda, ao mesmo tempo em que se produziriam efeitos psicológicos positivos na população, aumentando seu otimismo em relação à economia do país.

O Presidente Chávez também propôs, no final de março, a criação de um sistema monetário paralelo à moeda nacional, que circulará unicamente nas regiões mais pobres do país. O objetivo, segundo o Governo, é facilitar o comércio de produtos populares.

Para aprovar a medida, o Presidente poderá assinar um decreto presidencial, aproveitando os poderes especiais a ele conferidos pela Lei Habilitante.

Depósitos bancários

O Presidente Chávez anunciou, recentemente, que todos os ativos do Fundo de Garantia de Depósitos e Proteção Bancária da Venezuela (Fogade, na sigla em espanhol) serão transferidos para "os pobres". A medida deve afetar principalmente a autonomia das instituições financeiras

do país. Chávez garantiu que os depósitos bancários seguirão resguardados, mas não mencionou como.

O Fogade é parte da estrutura do Ministério das Finanças, mas sempre foi uma instituição autônoma. A decisão de eliminá-lo foi criticada por analistas financeiros, que temem a perda da autonomia de instituições financeiras encarregadas de manter a estabilidade econômica do país.

PROJETOS E ÁREAS DE COOPERAÇÃO

Pontes sobre o Rio Orinoco.

A Odebrecht construiu a segunda ponte sobre o Rio Orinoco. A obra custou US\$ 1,2 bilhão e foi inaugurada em 2006, pelos Presidentes Lula e Chávez. Foi assinado, recentemente, contrato para a construção, também pela Odebrecht, da terceira ponte sobre o Rio Orinoco. Seu custo estimado é de US\$990 milhões.

Casas populares.

Em 2006, a construtora brasileira Consilux, em contrato com o Ministério da Habitação no valor de US\$ 200 milhões, deu início à construção de 5.852 casas populares em diversas regiões da Venezuela (Ciudad Bolívar, Maturín, Barquisimeto, Acarigua e Barinas).

Linhas de metrô.

A Odebrecht está construindo as linhas 3 e 4 do metrô em Caracas. A mesma empresa construiu o metrô de Los Teques – inaugurado em outubro passado de 2006.

Hidrelétrica de La Vueltona.

A Assembléia Nacional da Venezuela está investigando suposta malversação de fundos destinados à construção da Central Elétrica La Vueltona pelo consórcio Alstom Power Hydro, composto, em parte, pela empresa brasileira Alstom Power Brasil. A obra deverá ser inaugurada em 2008.

O BNDES aprovou, em 2003, empréstimos de US\$ 121 milhões para o projeto.

Represa de El Guapo.

A empreiteira Camargo Corrêa está recuperando a barragem da represa de El Guapo, no Estado de Miranda. O custo da obra é de US\$ 60 milhões.

Projeto de Irrigação El Diluvio.

A Odebrecht deve concluir o projeto em outubro de 2008. As obras beneficiarão a região de Maracaibo, no noroeste venezuelano.

Plataformas e Navios.

Foi firmada, em 2006, carta de intenções entre a PDV Marina e os estaleiros brasileiros EISA e MAUÁ JURONG, no valor de US\$ 600 milhões, para a construção de oito navios-tanque no Brasil e dois na Venezuela. No início de agosto de 2007, as negociações foram concluídas com êxito.

Complexo agroindustrial açucareiro.

A Chancelaria venezuelana solicitou, em julho passado, gestões do Governo brasileiro para que sejam cumpridos compromissos contratuais do consórcio brasileiro Simisa Interunion, responsável pela montagem do “Complejo Agroindustrial Azucarero Ezequiel Zamora” (CAAEZ). O consórcio brasileiro não teria entregado quarenta e dois projetos encomendados pelo CAAEZ.

Siderúrgica (Aquisição).

Grupo Gerdau adquiriu, em junho de 2007, a totalidade do capital social da Siderúrgica Zuliana (Sizuca), terceira maior produtora de aço da Venezuela, por US\$ 92,5 milhões.

Siderúrgica (Construção).

A Andrade Gutierrez pretende participar da construção de uma nova siderúrgica venezuelana, no Estado Bolívar. O Governo venezuelano destinará US\$ 1,5 bilhão para a construção da obra, no prazo de três anos.

Geologia.

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Memorando sobre a Cooperação entre o Instituto Nacional de Geologia e Mineração (INGEOMIN) da Venezuela e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) do Brasil. O Memorando está em vigor mas ainda não houve ações concretas. A CPRM tem a impressão de que o interesse venezuelano nessa cooperação teria diminuído. A Assessoria Internacional da CPRM encaminhou, em setembro de 2005, ao INGEOMIN minuta de Acordo e Plano de Trabalho no qual estão discriminados todos os custos do Projeto de Integração Geológico-Geofísica Brasil e Venezuela (PIGG). Ainda não houve reação da parte venezuelana.

Carbosuramerica. Projeto Socuy.

A CVRD e a Carbones del Zulia assinaram em setembro de 2004 documento constitutivo da Carboamerica para exploração de carvão no Estado de Zulia, próximo à fronteira da Colômbia. O projeto, considerado prioritário pela CVRD na Venezuela, ainda não prosperou. Não há licença

ambiental e houve manifestações contrárias da população indígena na região. O acordo que garantia exclusividade na associação com a CVRD expirou em maio de 2005. A direção da CVRD acredita que, para ser implementado o projeto, seria necessário um “impulso político, em nível presidencial”.

Mineração (CVRD/CVG)

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre a Corporação Venezuelana da Guayana (CVG) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Foram contempladas três áreas de atuação conjunta: i) exploração de diamantes – não há mais interesse das partes em levar adiante a cooperação nessa área; ii) projeto de exploração de bauxita- a CVRD ainda aguarda formalização de proposta pela CVG; iii) complexo siderúrgico para a produção de semi-acabados- a CVRD não tem logrado obter manifestação da CVG sobre esse projeto.

Promoção do desenvolvimento dos meios de comunicação social

Foi assinado, em fevereiro de 2005, Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações. Submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Ciência e Tecnologia.

Memorando de entendimento no campo da Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em fevereiro de 2005, foi submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Cooperação nas áreas de Agricultura, Saúde e Pesca

O Governo venezuelano enviou, recentemente, missão de técnicos ao Brasil para reuniões na ABC, com o objetivo de discutir projetos de cooperação nas áreas de saúde e agricultura.

Com base nos projetos negociados, poderão ser assinados Memorandos de Entendimento durante o provável encontro com o Chanceler Nicolás Maduro na Venezuela, em 31/08.

Aqüicultura e Pesca

Assinado em fevereiro de 2005 Memorando de Entendimento entre o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Brasil (SEAP). Ainda não foram implementadas ações concretas.

Tributos

Assinado em fevereiro de 2005 Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda. Submetido a aprovação parlamentar no Brasil.

Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Protocolo de Intenção sobre Cooperação Técnica, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério da Agricultura e Terras da Venezuela, está sendo implementado. A Venezuela está interessada nos programas brasileiros de assentamento sustentável na Amazônia. Existe a possibilidade de realizar-se reunião na fronteira entre os dois países, mas a Venezuela ainda não apresentou formalmente proposta de data.

Missão da EMBRAPA

O Presidente Lula prometeu enviar missão da EMBRAPA à Venezuela para concretizar cooperação técnica nas áreas de agricultura e da pecuária. Contatado recentemente pelo Embaixador do Brasil em Caracas, o Presidente da EMBRAPA, Silvio Crestana, se dispôs a enviar a referida missão -- que também contemplaria a área pesqueira -- nos dias 17 e 18 de setembro próximo.

Criação de Zona Franca na Venezuela

O Governo venezuelano gostaria de conhecer a experiência brasileira com a Zona Franca de Manaus. Nesse sentido, manifestou interesse em promover intercâmbio entre a Superintendência e as empresas da Zona Franca de Manaus com autoridades de Puerto Ordaz (Estado Bolívar), onde há planos de instalar pólo industrial franco.

Acordo sobre facilitação de ingresso

O instrumento prevê o uso de carteiras de identidade emitidas em cada país como documentos de viagem válidos para o ingresso dos seus cidadãos nos respectivos territórios. A proposta brasileira encontra-se, desde 2003, sob exame da Chancelaria venezuelana.

DAM II, 05/09
MBG

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	31.780	32.984	4.571
Exportações	55.473	65.210	13.679
Importações	23.693	32.226	9.108
B. Serviços (líquido)	-3.866	-4.259	-1.115
Receita	1.356	1.459	394
Despesa	5.222	5.718	1.509
C. Renda (líquido)	-2.282	-1.512	245
Receita	4.159	7.532	1.662
Despesa	6.441	9.044	1.417
D. Transferências unilaterais (líquido)	-99	-46	-39
E. Transações correntes (A+B+C+D)	25.533	27.167	3.662
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	-16.874	-19.528	-8.226
Investimentos diretos (líquido)	1.400	-2.632	-1.055
Portfolio (líquido)	-788	-7.622	-2.507
Outros	-17.486	-9.274	-4.664
H. Erros e Omissões	-3.234	-2.964	-972
I. Saldo (E+F+G+H)	5.425	4.675	-5.536

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD July 2007.

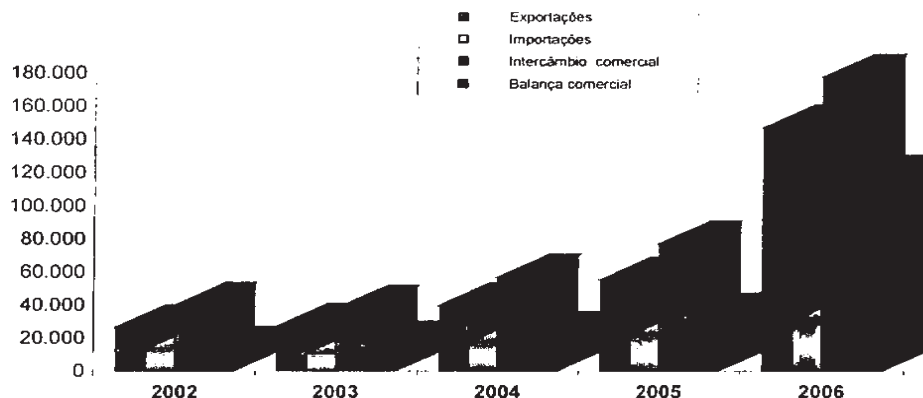
(1) janeiro - março.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	26.641	27.170	39.668	55.473	147.614
Importações	13.380	10.691	17.325	21.854	30.559
Intercâmbio comercial	40.021	37.861	56.993	77.327	178.173
Balança comercial	13.261	16.479	22.343	33.619	117.055

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

2002 - 2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% do total	2005	% do total	2006	% do total
EXPORTAÇÕES:						
Bermudas	0	0,0%	0	0,0%	73.002	49,5%
Estados Unidos	16.946	42,7%	26.975	48,6%	34.897	23,6%
Antilhas Holandesas	6.989	17,6%	8.099	14,6%	10.182	6,9%
China	277	0,7%	293	0,5%	2.410	1,6%
Cuba	1.081	2,7%	1.712	3,1%	2.153	1,5%
Espanha	292	0,7%	719	1,3%	1.987	1,3%
Colômbia	1.043	2,6%	1.087	2,0%	1.367	0,9%
Canadá	400	1,0%	984	1,8%	1.060	0,7%
Reino Unido	517	1,3%	651	1,2%	1.016	0,7%
República Dominicana	525	1,3%	765	1,4%	962	0,7%
Países Baixos	566	1,4%	1.510	2,7%	937	0,6%
Alemanha	183	0,5%	362	0,7%	673	0,5%
França	55	0,1%	256	0,5%	640	0,4%
México	616	1,6%	471	0,8%	592	0,4%
Bélgica	183	0,5%	264	0,5%	506	0,3%
Costa Rica	304	0,8%	399	0,7%	502	0,3%
Equador	381	1,0%	299	0,5%	376	0,3%
Trinidad e Tobago	133	0,3%	287	0,5%	361	0,2%
Itália	139	0,4%	314	0,6%	348	0,2%
Suécia	1	0,0%	3	0,0%	332	0,2%
Japão	204	0,5%	232	0,4%	319	0,2%
Jamaica	85	0,2%	249	0,4%	314	0,2%
Brasil	165	0,4%	237	0,4%	298	0,2%
Panamá	35	0,1%	235	0,4%	296	0,2%
Cingapura	500	1,3%	434	0,8%	255	0,2%
Portugal	13	0,0%	5	0,0%	245	0,2%
Peru	562	1,4%	164	0,3%	206	0,1%
SUBTOTAL	32.195	81,2%	47.006	84,7%	136.236	92,3%
DEMAIS PAÍSES	7.473	18,8%	8.467	15,3%	11.379	7,7%
TOTAL GERAL	39.668	100,0%	55.473	100,0%	147.614	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões, fob)	2 0 0 5⁽¹⁾	Part.% no total
EXPORTAÇÕES		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	49.206	88,7%
Ferro fundido, ferro e aço	2.265	4,1%
Alumínio e suas obras	1.061	1,9%
Produtos químicos orgânicos	401	0,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	347	0,6%
Subtotal	53.280	96,0%
Demais Produtos	2.207	4,0%
Total Geral	55.487	100,0%
IMPORTAÇÕES		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.948	18,1%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	3.327	15,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.858	13,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	788	3,6%
Produtos farmacêuticos	761	3,5%
Plásticos e suas obras	650	3,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	599	2,7%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	539	2,5%
Produtos químicos orgânicos	512	2,3%
Borracha e suas obras	417	1,9%
Embarcações e estruturas flutuantes	386	1,8%
Cereais	318	1,5%
Livros, jornais, gravuras	296	1,4%
Ferro fundido, ferro e aço	296	1,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	288	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	286	1,3%
Óleos essenciais e resinóides	283	1,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	243	1,1%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	232	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	214	1,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	214	1,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	213	1,0%
Subtotal	17.668	80,9%
Demais Produtos	4.180	19,1%
Total Geral	21.848	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicados pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% do total	2005	% do total	2006	% do total
IMPORTAÇÕES:						
Estados Unidos	4.986	28,8%	6.894	31,5%	9.351	
Colômbia	1.707	9,9%	2.409	11,0%	3.125	10,2%
Brasil	1.219	7,0%	1.989	9,1%	3.080	10,1%
México	714	4,1%	1.515	6,9%	1.816	5,9%
China	392	2,3%	808	3,7%	1.485	4,9%
Panamá	426	2,5%	847	3,9%	1.472	4,8%
Japão	496	2,9%	712	3,3%	1.035	3,4%
Argentina	444	2,6%	518	2,4%	846	2,8%
Alemanha	530	3,1%	611	2,8%	772	2,5%
Itália	430	2,5%	496	2,3%	669	2,2%
Espanha	381	2,2%	505	2,3%	599	2,0%
Chile	249	1,4%	339	1,6%	514	1,7%
Peru	172	1,0%	285	1,3%	450	1,5%
Canadá	345	2,0%	363	1,7%	448	1,5%
França	192	1,1%	271	1,2%	410	1,3%
Reino Unido	387	2,2%	256	1,2%	316	1,0%
Bélgica	198	1,1%	254	1,2%	309	1,0%
Equador	115	0,7%	157	0,7%	265	0,9%
Países Baixos	160	0,9%	255	1,2%	265	0,9%
Hong Kong	72	0,4%	146	0,7%	264	0,9%
Suiça	128	0,7%	169	0,8%	255	0,8%
Macau	103	0,6%	153	0,7%	167	0,5%
SUBTOTAL	13.848	79,9%	19.952	91,3%	27.913	91,3%
DEMAIS PAÍSES	3.477	20,1%	1.902	8,7%	2.643	8,7%
TOTAL GERAL	17.325	100,0%	21.854	100,0%	30.559	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	798.974	608.229	1.469.802	2.223.706	3.565.424
Variação em relação ao ano anterior	-27,1%	-23,9%	141,7%	51,3%	60,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	10,7%	6,0%	9,3%	10,5%	13,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,3%	0,8%	1,5%	1,9%	2,6%
Importações	633.060	275.154	199.083	255.605	591.513
Variação em relação ao ano anterior	-15,3%	-56,5%	-27,6%	28,4%	131,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	8,3%	3,6%	2,1%	2,4%	4,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,3%	0,6%	0,3%	0,3%	0,6%
Intercâmbio Comercial	1.432.034	883.383	1.668.885	2.479.311	4.156.937
Variação em relação ao ano anterior	-22,3%	-38,3%	88,9%	48,6%	67,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	9,5%	5,0%	6,7%	7,8%	10,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,3%	0,7%	1,0%	1,3%	1,8%
Balança Comercial	165.914	333.075	1.270.719	1.968.101	2.973.911

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MOX/SECEX/Sistema Alice

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração

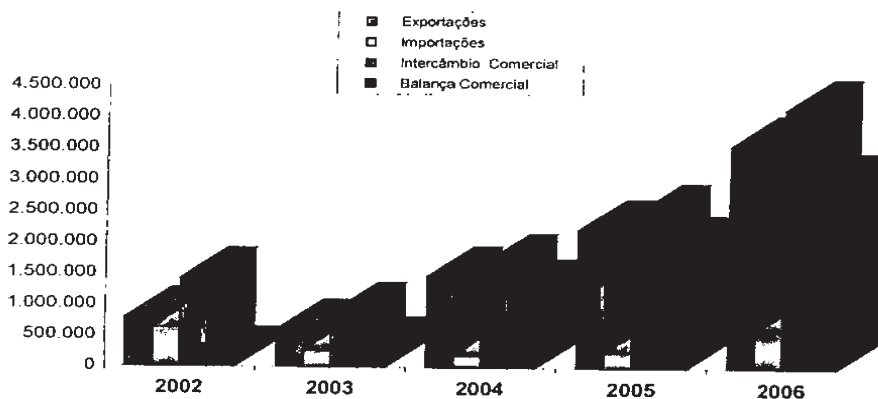
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2006 (jan-jul)	2007 (jan-jul)
Exportações	1.812.897	2.411.942
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	50,0%	33,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	12,6%	14,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	2,4%	2,8%
Importações	340.930	215.247
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	175,9%	-36,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	4,3%	2,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,7%	0,3%
Intercâmbio Comercial	2.153.827	2.627.189
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	61,7%	22,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul	9,7%	9,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,7%	1,7%
Balança Comercial	1.471.967	2.196.695

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MOX/SECEX/Sistema Alice

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-VENEZUELA 2002 - 2006

(US\$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS VENEZUELA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-VENEZUELA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	135.004	9,2%	444.282	20,0%	875.999	24,6%
Terminais portáteis de telefonia celular	61.539	4,2%	325.620	14,6%	699.532	19,6%
Apars.transm/recep.de telefonia celular, para estação base	6.165	0,4%	10.715	0,5%	27.078	0,8%
Veículos automotores, tratores, ciclos	348.237	23,7%	586.855	26,4%	872.932	24,5%
Automóveis c/ motor explosão, cilindradas entre 1500 e 3000 cm3	74.395	5,1%	159.514	7,2%	203.401	5,7%
Outras partes e acessórios p/ tratores e veículos automotores	56.824	3,9%	82.506	3,7%	109.412	3,1%
Automóveis c/ motor explosão, 1000	20.296	1,4%	42.408	1,9%	98.420	2,8%
Tratores rodoviários para semi-reboques	12.149	0,8%	47.721	2,1%	88.305	2,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	238.351	16,2%	256.975	11,6%	403.816	11,3%
Máquinas e aparelhos para ind. de açúcar	293	0,0%	374	0,0%	20.740	0,6%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	44.248	3,0%	15.212	0,7%	18.251	0,5%
Outros motores diesel/semidiesel, para veículos automotores	951	0,1%	3.221	0,1%	15.683	0,4%
Partes de máq e aparelhos para prepar.fabr.de alimentos, etc.	1.144	0,1%	1.428	0,1%	14.811	0,4%
Caixas de transmissão, redutores, etc.	4.003	0,3%	3.798	0,2%	12.327	0,3%
Partes de caldeiras de vapor e "de água superaquecida"	501	0,0%	874	0,0%	10.678	0,3%
Outros motores de explosão, p/ veículos automotores, cilindradas sup. 1000cm3	9.767	0,7%	10.439	0,5%	8.897	0,2%
Motocompressor hermético	10.190	0,7%	10.801	0,5%	8.804	0,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	75.574	5,1%	124.890	5,6%	168.992	4,7%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas, em pedaços, congeladas	53.156	3,6%	99.072	4,5%	128.273	3,6%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	21.569	1,5%	17.682	0,8%	33.724	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	31.217	2,1%	42.088	1,9%	123.892	3,5%
Borracha e suas obras	58.665	4,0%	73.430	3,3%	102.634	2,9%
Açúcares e produtos de confeitaria	14.302	1,0%	11.662	0,5%	85.884	2,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.913	0,1%	17.609	0,8%	66.656	1,9%
Produtos farmacêuticos	48.021	3,3%	53.919	2,4%	63.864	1,8%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	71.933	4,8%	88.437	4,0%	83.161	1,8%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	29.053	2,0%	48.071	2,2%	56.952	1,6%
Alumínio e suas obras	23.485	1,6%	35.475	1,6%	46.547	1,3%
Preparações alimentícias diversas	30.397	2,1%	28.563	1,3%	40.696	1,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	9.947	0,7%	12.852	0,6%	40.427	1,1%
Plásticos e suas obras	18.389	1,3%	23.710	1,1%	38.371	1,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	15.144	1,0%	22.799	1,0%	36.832	1,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	12.895	0,9%	18.976	0,9%	36.178	1,0%
Cobre e suas obras	188	0,0%	6.589	0,3%	26.905	0,8%
Produtos químicos orgânicos	13.054	0,9%	12.718	0,6%	22.600	0,6%
Subtotal	1.175.769	80,0%	1.909.900	85,9%	3.173.338	89,0%
Demais Produtos	294.033	20,0%	313.806	14,1%	392.086	11,0%
TOTAL GERAL	1.469.802	100,0%	2.223.706	100,0%	3.565.424	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
VENEZUELA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	71.229	35,6%	92.981	36,4%	445.847	75,4%
Querosenes de aviação	49	0,0%	25.355	9,9%	163.896	27,7%
Naftas para petroquímica	0	0,0%	0	0,0%	136.848	23,1%
Óleo diesel	27.367	13,7%	23.274	9,1%	64.777	11,0%
Outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomerada	16.196	8,1%	22.723	8,9%	29.331	5,0%
Energia elétrica	0	0,0%	0	0,0%	18.769	3,2%
Hulha betuminosa, não aglomerada	9.854	4,9%	2.809	1,1%	13.825	2,3%
Óleos lubrificantes sem aditivos	3.607	1,8%	4.150	1,6%	9.150	1,5%
Coque de petróleo não calcinado	5.944	3,0%	9.790	3,8%	5.082	0,9%
Adubos ou fertilizantes	24.849	12,5%	36.484	14,3%	33.160	5,6%
Uréia com teor de nitrogênio >45% em peso	22.994	11,5%	36.321	14,2%	33.145	5,6%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, etc.	5.477	2,8%	18.627	7,3%	21.171	3,6%
Enxofre a granel, exc. sublimado, precipitado ou coloidal	5.356	2,7%	18.551	7,3%	18.256	3,1%
Produtos químicos orgânicos	3.975	2,0%	5.125	2,0%	14.929	2,5%
Plásticos e suas obras	11.747	5,9%	15.936	6,2%	11.805	2,0%
Polidióxido de vinila, em formas primárias	4.993	2,5%	7.664	3,0%	4.440	0,8%
Outros poliestirenos em formas primárias	5.460	2,7%	3.680	1,4%	4.393	0,7%
Alumínio e suas obras	8.496	4,3%	21.439	8,4%	11.516	1,9%
Desperdícios e resíduos de alumínio	7.134	3,6%	12.337	4,8%	3.807	0,6%
Outras folhas e tiras, de alumínio, sem suporte, esp<=0,2mm	0	0,0%	346	0,1%	3.161	0,5%
Outs. folhas/tiras, de alumínio s/suporte, lamin. E<=0,2mm	48	0,0%	742	0,3%	1.902	0,3%
Vidro e suas obras	8.177	4,1%	9.279	3,6%	11.471	1,9%
Chumbo e suas obras	7.618	3,8%	7.590	3,0%	9.783	1,7%
Borracha e suas obras	7.159	3,6%	4.799	1,9%	6.630	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	18.788	9,4%	10.603	4,1%	4.407	0,7%
Dióxido de silício obtido por precipitação	1.585	0,8%	2.093	0,8%	2.318	0,4%
Outros corindos artificiais, quimicamente definido ou não	0	0,0%	0	0,0%	822	0,1%
Amoníaco anidro	16.345	8,2%	4.710	1,8%	0	0,0%
Subtotal	167.515	84,1%	222.863	87,2%	570.719	96,5%
Demais Produtos	31.568	15,9%	32.742	12,8%	20.794	3,5%
TOTAL GERAL	199.083	100,0%	255.605	100,0%	591.513	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Aice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
VENEZUELA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - VENEZUELA (US\$ mil - FOB)	2 0 0 6 (jan-jul)	% do total	2 0 0 7 (jan-jul)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automotivos, tratores, ciclos	437.172	24,1%	735.839	30,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	455.971	25,2%	428.979	17,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	165.489	9,1%	217.180	9,0%
Carnes e miudezas, comestíveis	114.757	6,3%	175.522	7,3%
Ferro fundido, ferro e aço	73.852	4,1%	73.963	3,1%
Borracha e suas obras	59.769	3,3%	69.242	2,9%
Produtos farmacêuticos	32.595	1,8%	53.467	2,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	37.497	2,1%	50.709	2,1%
Animais vivos	1.087	0,1%	42.473	1,8%
Alumínio e suas obras	21.806	1,2%	40.557	1,7%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	30.488	1,7%	37.816	1,6%
Preparações alimentícias diversas	21.689	1,2%	35.665	1,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	22.976	1,3%	34.783	1,4%
Plásticos e suas obras	20.785	1,1%	34.589	1,4%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	15.530	0,9%	33.279	1,4%
Subtotal	1.511.463	83,4%	2.064.063	85,6%
Demais Produtos	301.434	16,6%	347.879	14,4%
TOTAL GERAL	1.812.897	100,0%	2.411.942	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Combustíveis, óleos e ceras minerais	257.801	75,6%	124.010	57,6%
Alumínio e suas obras	4.744	1,4%	22.810	10,6%
Adubos ou fertilizantes	23.037	6,8%	21.304	9,9%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	12.485	3,7%	12.399	5,8%
Plásticos e suas obras	8.153	2,4%	8.174	3,8%
Vidro e suas obras	6.308	1,9%	5.707	2,7%
Borracha e suas obras	3.160	0,9%	4.065	1,9%
Produtos químicos inorgânicos	1.314	0,4%	3.194	1,5%
Subtotal	317.002	93,0%	201.663	93,7%
Demais Produtos	23.928	7,0%	13.584	6,3%
TOTAL GERAL	340.930	100,0%	215.247	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Aice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul-2007.

Aviso nº 942 - C. Civil.

Brasília, 18 de setembro de 2007.

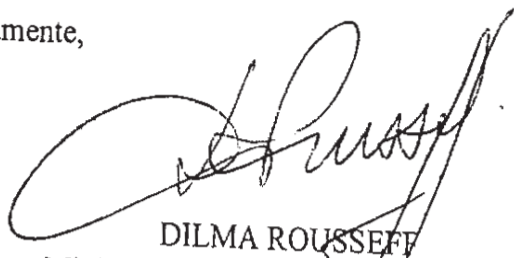
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 157, de 2007** (nº 690/2007, na origem), de 18 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da Administração Indireta possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais de **Fixed – Rate Single Currency Loan – SLC** (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para **Fixed– Spread Loan – FSL** (Empréstimo com Margem Fixa) baseado na Libor.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 91, de 2007** (nº 333/2007, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto de 2007, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar– se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo, de acordo com o Requerimento nº 544, de 2007, da Senadora Lúcia Vânia e outros Srs. Senadores.

Lembra, ainda, que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 3 de agosto de 2005, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Heráclito Fortes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 567, DE 2007

Estabelece limites para a Dívida Pública Mobiliária Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O montante de dívida pública mobiliária federal não poderá exceder a 5 (cinco) vezes a receita corrente líquida da União.

Art. 2º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I – União: a respectiva administração direta, seus fundos, autarquias e fundações e empresas estatais dependentes, estas últimas definidas conforme o art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

II – dívida pública mobiliária federal: dívida pública, interna e externa, representada por títulos de crédito emitidos pela União, inclusive pelo Banco Central do Brasil, colocados no mercado.

Parágrafo único. A receita corrente líquida será apurada conforme o disposto no art 2º, inciso IV, alíneas **a** e **c**, e §§ 1º e 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º A apuração do montante da dívida pública mobiliária federal e da receita corrente líquida da União será efetuada ao final de cada quadrimestre civil.

Art. 4º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LEI, representou um grande avanço institucional no Brasil ao estabelecer normas de responsabilidade de gestão fiscal que priorizam o controle dos desvios e riscos na execução orçamentária nos três níveis de governo: União, Estados e Municípios.

No entanto, há lacunas importantes na implementação da LRF, entre os quais destaco a não fixação de limite para a dívida mobiliária federal, conforme prevê o inciso II do seu art. 30. Convém notar, ainda, que o estabelecimento desse limite pode ser objeto de iniciativa de projeto de lei por membros de quaisquer das duas Casas do Poder Legislativo, já que o inciso XV do art. 48 da Constituição Federal estabelece que é competência do Congresso Nacional dispor sobre o montante da dívida em questão. O que estamos propondo, portanto, é o estabelecimento de uma regra que determine que a dívida mobiliária federal não poderá ultrapassar a cinco vezes a receita corrente líquida (RCL) da União.

A principal vantagem da aplicação de regras fiscais a entes públicos decorre do fato de que a que-

bra dessas regras, por serem explícitas, representa um custo para o governante. Esse custo é de suma importância porque, na sua ausência, o governante é incentivado a se endividar em excesso, já que não é necessariamente o administrador que tomou os recursos que incorrerá na obrigação de pagar o acréscimo nas despesas financeiras. O endividamento excessivo gera um comprometimento de grande parte da receita futura com pagamento do serviço da dívida, tendo efeitos perversos sobre a quantidade e a qualidade dos serviços públicos a serem prestados à sociedade.

Ademais, no presente, com mais recursos à disposição, a tendência é que haja um aumento dos gastos públicos, muitas vezes ineficaz e ineficiente. E, então, necessária a adoção de um mecanismo que incentive os governantes, os gestores públicos, a agir com responsabilidade; é necessário que fique claro para a sociedade que há limites para a discricionariedade dos governantes na gestão dos recursos públicos. Com isso, a política fiscal ganhará credibilidade.

Reconhecemos, entretanto, que essa maior credibilidade gera um ônus, qual seja, a perda de flexibilidade na condução da política fiscal. No caso da União, essa flexibilidade é necessária porque é ela a responsável pela condução da política macroeconômica. Por exemplo, pode ser que a União tenha que praticar uma política fiscal expansionista – com aumento dos gastos e/ou redução da carga tributária – em um período de queda do nível de atividade econômica.

Além disso, a dívida pública mobiliária pode crescer não em função de aumentos de gastos, mas sim da evolução de outras variáveis macroeconômicas, como a taxa de câmbio, a taxa de juros e a própria inflação, seus tradicionais indexadores.

É preciso reconhecer também que a União refinanciou dívidas de Estados e Municípios em condições de prazos e encargos favoráveis, o que contribuiu para o aumento de seu endividamento.

O reconhecimento de que alguma flexibilidade é necessária, contudo, não deve impedir a introdução de regras, que podem dar credibilidade à política fiscal, evitando que os governantes se comportem de maneira irresponsável. A solução que encontramos para esse problema foi a proposição de um limite realista, com uma certa folga em relação à situação atual, ainda que menos generosa do que aquela pleiteada pelo Governo Federal por intermédio do Projeto de Lei nº 3.431, de 2000, que limita a 650% da RCL o montante da dívida pública mobiliária federal.

Assim, propomos fixar um limite para o endividamento da União que garanta a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo, ao mesmo tempo em que garanta, em condições normais de manejo das contas públicas, flexibilidade para a política fiscal.

A Lei exige que o limite seja fixado como relação da RCL e que seja um único limite para cada esfera de governo. No entanto, faculta a adoção de limites diferenciados para cada uma das três esferas. Optamos, então, por estabelecer um limite de endividamento mais elevado para a União, de cinco vezes a receita corrente líquida, que o estabelecido para Estados e Municípios, que têm, respectivamente, limites de duas e de 1,2 vezes a respectiva RCL.

Em dezembro de 2006, a razão entre a dívida mobiliária da União – incluindo a de responsabilidade de todas as empresas estatais, dependentes e não-dependentes – e a sua RCL era de cerca de 4,5 vezes. Em dezembro de 2002, em um momento de forte estresse financeiro, essa razão chegou a 5,5 vezes. Desse modo, cremos que o limite aqui proposto, superior ao atual e inferior àquele observado em um momento de grave crise financeira, garantirá flexibilidade à política fiscal.

Nossa intenção não é eliminar a flexibilidade que a União deve ter para conduzir a política fiscal, mas mostrar à sociedade que há, para o setor público federal, um limite para a expansão do nível de endividamento, a exemplo do que já ocorre com os Estados e os Municípios. Trata-se de uma questão de equidade, até para evitar que a União tire proveito do ajuste das contas públicas estaduais e municipais para emitir mais títulos públicos.

Caso o Poder Executivo, em situações que esperamos excepcionabilíssimas, julgue que o limite fixado é insuficiente para fazer frente às demandas do setor público federal, ele poderá editar medidas provisórias ou propor projetos de lei estipulando novos limites, mas sempre dependendo da oportuna deliberação das duas Casas do Parlamento.

Caso aprovemos este projeto de lei, os cidadãos poderão ter certeza que o governante não tomará empréstimos em demasia, deixando a conta para futuros governos, que terão que cortar despesas fundamentais ou elevar receitas tributárias para fazer frente ao pagamento de juros.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Senadores para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Ofício nº 1.212 (SF)

Brasília, 3 de agosto de 2000

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ubiratan aguiar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputado
Vpl/pls99659

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2000, constante dos autógrafos em anexo, que "denomina 'Rodovia Governador Aquilino Mota Duarte' ao trecho da rodovia BR-210".

Atenciosamente, – Senador **Carlos Patrocínio**,
Primeiro-Secretário em exercício.

PROJETO DE LEI Nº 3.431, DE 2000

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 1.070/00

Estabelece limites para a dívida pública mobiliária federal.

(Às Comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) – Art. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta lei:

I – União: a respectiva administração direta, seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II – empresa estatal dependente: empresa controlada que recebeu da União, no exercício anterior e para a qual tenha a União, no corrente exercício, autorização orçamentária para transferência de recursos financeiros, para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

III – dívida pública mobiliária federal: dívida pública, interna e externa, representada por títulos de crédito emitidos pela União, inclusive pelo Banco Central do Brasil em mercado; e

IV – receita corrente líquida: o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) os valores transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios por determinação constitucional ou legal;

b) as contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social de que tratam a alínea a, do inciso I e o inciso II do art. 195 da Constituição, bem como a das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, de que trata o art. 239 da Constituição; e

c) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, serão considerados apenas os títulos públicos emitidos pelo Banco Central do Brasil e colocados no mercado.

Art. 2º O montante da dívida pública mobiliária federal não poderá exceder a seiscentos e cinquenta por cento da receita corrente líquida.

Art. 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no último mês de referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades, conforme a execução orçamentária e financeira da União.

Art. 4º A apuração do montante da dívida pública mobiliária federal e da receita corrente líquida será efetuada ao final de cada quadrimestre civil.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS –
CeDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes**

**CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 568, DE 2007**Reduz a zero a alíquota PIS/PASEP e Cofins comercialização no mercado motorizadas ou não.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12.

XIV – Cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão, classificáveis na posição 87.13 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

.....(NR)”

“Art. 28.

VIII – Cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão, classificáveis na Posição 87.13 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

.....(NR)”

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O benefício de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º

Justificação

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, quando a questão da deficiência foi investigada pela última vez, o Brasil tinha cerca de 1,5 milhão de deficientes físicos. Destes, mais de 930 mil eram usuários de cadeiras de rodas.

Mantida a mesma proporção da população total, pode-se estimar que, hoje, esse contingente de brasileiros seja de aproximadamente 1,9 milhão e 1,2 milhão, respectivamente.

Lamentavelmente, é possível até que o número seja maior, considerando que, nos últimos anos, observou-se uma perversa combinação de aumento de veículos automotores com rápida e quase completa deterioração da qualidade das estradas brasileiras. O decorrente aumento de acidentes rodoviários certamente terá influenciado na variação negativa dessa sinistra estatística, embora essa não seja a única causa de deficiência física.

A Organização das Nações Unidas preocupa-se com o problema, que é mundial. Em 1975, foi editada a Resolução nº 2.542/75, dispondo sobre a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências.

Da Declaração de Direitos, destacam-se:

(...)

5) As pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir dos meios destinados a desenvolver-lhes confiança em si mesmas.

6) As pessoas portadoras de deficiências têm direito a tratamento médico e psicológico apropriados, os quais incluem serviços de prótese e órtese, reabilitação, treinamento profissional, colocação no trabalho e outros recursos que lhes permitam desenvolver ao máximo suas capacidades e habilidades e que lhes assegurem um processo rápido e eficiente de integração social.

7) As pessoas portadoras de deficiências têm direito à segurança econômica e social, e, especialmente, a um padrão condigno de vida. Conforme suas possibilidades, também têm direito de realizar trabalho produtivo e remuneração, bem como participar de organizações de classe.

8) As pessoas portadoras de deficiências têm direito de que suas necessidades especiais sejam levadas em consideração, em todas as fases do planejamento econômico-social do país e de suas instituições.

(...)

11) As pessoas portadoras de deficiência têm direito de beneficiar-se da ajuda legal qualificada que for necessária, para proteção de seu bem-estar e de seus interesses.

(...)

Diversas leis vêm sendo editadas no objetivo de promover a integração dos portadores de deficiência física à vida social, dando cumprimento à Resolução da Organização das Nações Unidas.

Destacam-se, entre elas, as que dispõem sobre a acessibilidade, mediante a supressão de barreiras e

de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. A última delas é a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Todavia, deve-se convir que, embora indispensável e louvável, o esforço oficial para criar condições arquitetônicas para a livre movimentação dos portadores de deficiência cai no vazio se não lhes são proporcionadas condições para aquisição do equipamento individual destinado a suprir a sua deficiência. No caso, a cadeira de rodas, de preferência a dotada de propulsor.

Lamentavelmente, a cadeira de rodas fica distante do poder aquisitivo da maioria dos que dela necessitam. É freqüente assistir a programas nos meios de comunicação explorando a caridade pública para aquisição de cadeiras destinadas à doação aos necessitados pobres. Tais programas são meritórios, sem dúvida, mas são também humilhantes e representam o descaso que o Estado atribui a um problema que deveria ser prioritário, na busca de reabilitar e de integrar aquelas pessoas à plena vida econômica e social.

O benefício de alíquota zero nas Contribuições para o PIS/Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) que se pretende outorgar às cadeiras de rodas, motorizadas ou não, especificada no projeto que ora se coloca à discussão, tem o objetivo apenas de complementar a política já delineada pelo Governo Federal. O ideal seria proporcionar facilidades à própria aquisição do bem. Entretanto, estando isso distante da ação do legislador, muito já se avançará reduzindo o preço mediante a redução da carga tributária específica.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade

de das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

LEI Nº 10.865, DE 30 DE ABRIL DE 2004

Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:

§ 12. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições, nas hipóteses de importação de:

Art. 28. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a última – decisão terminativa.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2007

Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado reger-se-á pelo disposto nesta Resolução.

Art. 2º Na transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos, a TV Senado observará a seguinte ordem de prioridades:

I – sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional;

II – demais atividades legislativas.

§ 1º A escolha, entre as atividades mencionadas no inciso II deste artigo, da programação a ser exibida ao vivo incumbirá à TV Senado, de acordo com critérios jornalísticos que considerem os temas em debate e os interesses da audiência.

§ 2º A transmissão de eventos ao vivo deverá assegurar ainda, ao longo da Sessão Legislativa, relação de equilíbrio e proporcionalidade entre as comissões,

subcomissões, conselhos e outros órgãos do Senado Federal, de forma a dar transparência e visibilidade ao conjunto da atividade legislativa.

Art. 3º Os eventos que não forem transmitidos ao vivo serão gravados e exibidos oportunamente, preferencialmente no mesmo dia em que ocorrerem

Art. 4º A Secretaria-Geral da Mesa colocará à disposição da TV Senado informações referentes à atividade legislativa em curso no Senado Federal e no Congresso Nacional, de forma a permitir a montagem da grade de programação.

Art. 5º A Secretaria Especial de Comunicação Social expedirá diretrizes e orientações quanto aos critérios mencionados no § 1º do art. 2º desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Veículo de grande importância para a formação da cidadania, a TV Senado representa modelo de excelência na divulgação da atividade legislativa. Nesse mister, confere transparência e visibilidade aos trabalhos desenvolvidos nesta Casa, de modo a democratizar o acesso a informações relevantes sobre o funcionamento do Poder Legislativo.

Os desafios enfrentados pela emissora, todavia, avolumam-se a cada dia, em face da intensificação da atividade legislativa e parlamentar observada em tempos recentes. O número de comissões e subcomissões, permanentes ou temporárias, experimentou visível incremento nas últimas legislaturas. Diante desse fenômeno, aumenta também, inevitavelmente, o número de eventos a serem cobertos pela TV Senado.

A par da necessidade de dotação de estrutura e recursos suficientes para o aumento da demanda, a TV Senado também enfrenta outro desafio peculiar. Trata-se da montagem da grade de programação, especialmente das transmissões ao vivo, quando há vários eventos simultâneos, como duas ou mais comissões reunidas no mesmo horário.

Sobre o tema, as normas em vigor limitam-se a estabelecer a prioridade absoluta das sessões plenárias. Nesse sentido dispõem o art. 23, inciso I, alínea d, da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2002. Quanto às demais atividades legislativas, a emissora segue as orientações constantes de pronunciamento da Presidência, proferido na Sessão de 7 de junho de 2004, em função de questionamentos formulados no Ofício "S" nº 9, de 2004.

As diretrizes ali estabelecidas, entretanto, pecam por estabelecer ordem rígida de prioridades, que retira da emissora a necessária flexibilidade para a montagem da grade de programação. Nesse sentido, deve-

se reconhecer a qualificação e a competência técnica dos profissionais de comunicação social do Senado como pressuposto para a eles confiar a definição das transmissões ao vivo, com base em critérios jornalísticos. A isenção repetidamente demonstrada pelos veículos de comunicação da Casa recomenda que se delegue à própria emissora a tarefa aqui considerada, para que possa definir os eventos difundidos ao vivo, com base em ponderações acerca da relevância dos temas tratados e dos interesses da audiência.

A partir desse entendimento, o presente Projeto de Resolução tem por escopo estabelecer que, observada a prioridade absoluta das sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, caberá à TV Senado definir a grade de transmissões ao vivo, de acordo com critérios jornalísticos. Ressalvou-se, contudo, a necessidade de manter relativo equilíbrio no que tange à divulgação dos trabalhos dos diversos órgãos da Casa, de forma a dar transparência e visibilidade a todo o conjunto da atividade legislativa. De modo complementar, estabeleceu-se que os eventos que não forem veiculados ao vivo deverão ser gravados e transmitidos oportunamente, preferencialmente no mesmo dia em que ocorrerem.

Para facilitar o cumprimento das novas normas propostas, determina-se que a Secretaria-Gem da Mesa forneça à TV Senado informações a respeito da atividade legislativa em curso, de modo a permitir a montagem da grade da emissora. Por derradeiro, autORIZA-se a Secretaria Especial de Comunicação Social a regulamentar a proposição quanto aos critérios a serem adotados pela TV Senado.

O projeto, portanto, tem como objetivo aperfeiçoar o funcionamento da TV Senado, ao conceder-lhe maior flexibilidade para a estruturação de sua grade de programas. Estamos convictos de que, com a adoção das normas que ora apresentamos, a emissora será, cada vez mais, exemplo de veículo moderno, ágil e, sobretudo, eficaz em sua missão fundamental: promover a transparência dos trabalhos do Poder Legislativo.

Diante do exposto, submetemos a proposição ao exame de nossos nobres Pares, certos de sua aprovação e possível aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, 26 de Setembro de 2007.
– Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995

Art. 23. A operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações:

I – Canais Básicos de Utilização Gratuita:

.....
d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
.....

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 15,
DE 15 DE MAIO DE 2002

Disciplina os objetivos, a utilização e o funcionamento dos veículos de comunicação do Senado Federal.
.....

(À Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

Em seguida, como Líder do PDT, falará o Senador Jefferson Péres e, em seguida o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho nesta tarde à tribuna do Senado registrar a presença do Presidente Lula no Amazonas, em visita que fez nesta última quinta e sexta feira.

O Presidente visitou a nossa região nos dias 20 e 21 de setembro.

Em primeiro lugar, registro o simbolismo de um Presidente da República que viaja para a Amazônia, para o norte do País. A prática e a história da República, Senador Mão Santa, mostram que as visitas de Presidentes àquela região são muito esparsas, muito difíceis. E o Presidente Lula tem visitado a Amazônia constantemente.

Penso que esse é um grande gesto do Presidente da República com aquela região distante, com aquela região que, ao longo da nossa história, recebeu sempre as políticas de forma secundária. Pontualmente, a região foi lembrada, mas, na prática – é a análise que faço –, sempre foi deixada para depois.

O Presidente esteve, mais uma vez, no nosso Estado, na nossa região, e convênios foram assinados.

Além do Presidente Lula, estavam presentes o Ministro José Gomes Temporão; o Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes; o Ministro Tasso Genger, da Justiça; e o antropólogo Márcio Meira, Presidente da Funai. Foi muito importante a presença dos

Ministros, bem como as conversas e os convênios. Registro também a presença da Presidência da Caixa Econômica.

Ressalto aqui, Senador Jefferson Péres, os recursos destinados a Manaus e o significado desses recursos para a capital do nosso Estado.

Recursos, por exemplo, para a construção de casas populares. Foi assinado um convênio entre a Caixa Econômica e o Prefeito Serafim Corrêa, no valor de R\$35 milhões para a construção de casas populares, em torno de 1,5 mil moradias. Recursos para o saneamento do maior igarapé da nossa capital, o Igarapé do Mindu, que tem uma extensão de 24 quilômetros. Saneamento total do igarapé. Os recursos destinados foram em torno de R\$108 milhões. E o mais importante: o saneamento básico, água para a capital.

Por incrível que pareça, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, precisamos inclusive mudar este conceito. Quando se fala da Amazônia, não se imagina a dificuldade para se obter água de qualidade, água potável, água para o ser humano, para as crianças, para o dia-a-dia das famílias, das pessoas que moram, que vivem, que trabalham na Amazônia. Então, foi assinado documento destinando R\$60 milhões em recursos para a construção de poços e a extensão de saneamento e de rede para água, Senador Jefferson Péres.

Penso que foi muito importante a presença do Presidente Lula, com o Prefeito, com o Governador Eduardo Braga.

Quero registrar aqui, com muita satisfação, a visita do Presidente Lula à tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, uma região riquíssima, conhecida como Cabeça do Cachorro, em que predominam as populações indígenas.

Nessa região da tríplice fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia residem 22 etnias. O Presidente da Funai, que acompanhou a comitiva do Presidente Lula, lançou o PAC para os povos indígenas, o PAC Indígena. São R\$305,7 milhões para serem aplicados nos anos de 2008 a 2010. Penso que é uma conquista dos povos indígenas, desses brasileiros que vivem ali na fronteira distante do extremo-norte do nosso País.

É preciso registrar que o Brasil possui 615 terras indígenas e o PAC Indígena atenderá a 201 delas. Não é tudo, mas penso que é um avanço e um simbolismo do compromisso do Governo em fazer justiça com os povos indígenas do Brasil.

Então, quero registrar, com muita satisfação, a presença do Presidente Lula e dos Ministros. Enfatizou-se a importância de o Ministério da Saúde aplicar recursos e encarar as endemias, principalmente da malária, que alcança milhares de amazonenses, de

amazônidas, em toda aquela região. O Ministro Temporão se comprometeu a atacar de frente a questão da malária na nossa região.

Então, Presidente Tião Viana, é com satisfação que encerro esta minha fala registrando nos Anais do Senado da República a visita do Presidente Lula e dos seus Ministros aos povos da nossa região, do nosso Estado, abraçando, conversando com a população de São Gabriel da Cachoeira e com os povos indígenas que habitam aquela região do nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, que está inscrito para falar como Líder.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ida de um grupo de Senadores a uma empresa agrícola no Estado do Pará deu motivo a um incidente entre esse grupo de Senadores e funcionários do Ministério do Trabalho que, a meu ver, resulta de um grande mal–entendido.

Os Senadores lá estiveram, numa empresa que havia sido autuada, dois meses antes, pela fiscalização do Ministério do Trabalho, pela prática de trabalho análogo à escravidão, mais especificamente de trabalho degradante a que aquela empresa submeteria seus empregados.

Uma comitiva ilustre, da qual faziam parte os Senadores Jarbas Vasconcelos e Romeu Tuma, entre outros, esteve lá e, não constatando as ilegalidades apontadas no relatório, condenou os fiscais, como se eles tivessem cometido um grande erro ou praticado um ato de perseguição à empresa.

Creio que está havendo um mal–entendido. Por quê? Os Senadores foram lá e realmente nada constataram. Não há por que duvidar de uma comissão tão ilustre e de companheiros nossos. Mas, em primeiro lugar, Senador Cristovam Buarque, eles estiveram lá dois meses depois. Muitas daquelas falhas podem ter sido corrigidas pela empresa. Segundo, é claro que a visita não foi feita da mesma forma que fizeram não apenas os fiscais, pois eram treze agentes públicos, entre fiscais do trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal. Percorreram todas as instalações da empresa, examinaram documentos e constataram trabalho em condições degradantes.

Eu ouvi um dos Senadores ontem dizer que o Código Penal, quando fala em trabalho degradante, deixa margem grande de subjetividade. É possível, mas aí fica à discrição dos agentes públicos definir o que é ou não degradante.

Eles constataram, Senador Cristovam Buarque – estou – me dirigindo a V. Ex^a especificamente porque é do meu Partido, do PDT –, constataram condições sanitárias difíceis e jornada de trabalho extenuante, pois os trabalhadores saíam – ou continuam saindo, não sei – antes de o sol nascer, transportados em ônibus, e voltavam depois de o sol se pôr, diariamente. Doze horas entre a saída da casa e do retorno ao local de trabalho é, convenhamos, sim, de certa forma, degradante. Constataram contracheques zerados, por descontos em folha de medicamentos e mantimentos comprados no depósito da empresa. Isso me faz lembrar, Senador Tião Viana, que é da nossa região, o velho sistema de barracão dos seringais no ciclo da borracha. O seringueiro geralmente ficava no vermelho no fim da safra.

Muitas outras irregularidades foram constatadas por treze agentes públicos. Constam do relatório, cheio de anexos. No entanto, os Senadores foram lá e não constataram nada disso. Mas daí a dizer que o relatório é falso e que os fiscais mentiram há uma distância muito grande.

V. Ex^a quer me apartear? Ouço – o com prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jefferson Péres, fico muito feliz por V. Ex^a ter trazido esse assunto, porque também não tenho razão alguma para desmentir os Senadores que foram lá e viram o paraíso que é a empresa. Eles também não têm razão alguma para desmentir o que os fiscais do Ministério Público, da Polícia Federal, sobretudo, e também do Ministério do Trabalho viram, fotografaram e gravaram nas entrevistas com centenas de trabalhadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mil trabalhadores.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mil trabalhadores. Eles mostraram os documentos. Portanto, não há dúvida de que ali havia um trabalho muito degradante, que talvez a gente até possa chamar de escravidão. Havia. Se agora há ou não, é outro assunto. Devo dizer também que o Ministro Lupi esteve hoje na subcomissão temporária que luta contra o trabalho escravo e entregou dezoito volumes de um relatório, em que estão as fotos, os dados, os quadros. Ali estão gravadas as entrevistas com os trabalhadores. O Ministério Público já instaurou um processo que uma juíza já recebeu para analisar. Portanto, fico feliz com sua posição equilibrada. Não vamos desmentir os Senadores que ali foram, mas também não vamos desmentir

o relatório. O que a gente precisa é ter clareza de que foram equivocadas as formas como os Senadores, ontem, se referiram, em plenário, ao Ministro Carlos Lupi e ao trabalho do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal. Eles, sim, erraram na maneira como se dirigiram, durante os debates, a essas autoridades.

Foi uma falta de respeito, mesmo se o que eles viram lá tenha sido uma empresa paraíso.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Inclusive, Senador Cristovam Buarque, alguns fizeram referências ofensivas ao Ministro, injustamente. Os Fiscais do Trabalho têm ampla autonomia, e as empresas são escolhidas aleatoriamente por amostragem. O Ministro não determina, a não ser que receba uma denúncia, fiscalização em nenhuma empresa específica. Parece que os Senadores se melindraram, porque interpretaram mal o ato do Ministro que suspendeu temporariamente essas inspeções referentes a trabalho escravo. Entretanto, ele não agiu desse modo para afrontar o Senado. Foi uma medida de cautela, de prudência, Senador Tião Viana, para verificar se está havendo algum excesso da parte da fiscalização. Foi simplesmente uma pausa para meditação.

Mas o ambiente ficou tão tenso que até um Senador dos mais ilustres e eminentes, um dos que eu mais respeito nesta Casa, o ilustre Senador Jarbas Vasconcelos, se referiu ao Ministro Carlos Lupi, que nenhuma culpa tem disso, acusando— o e chamando— o de folclórico. Espanta— me que um Senador como Jarbas Vasconcelos seja tão agressivo e tenha feito uma referência tão deselegante ao Ministro e Presidente do meu Partido. Espero que ele reconheça que se excedeu ao ofender, sem nenhuma razão, o Ministro Carlos Lupi.

Era o que eu tinha a expor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. A seguir, a Senadora Serys Slhessarenko.

O Senador Mão Santa dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Cinco minutos. É o suficiente. Cristo fez o Pai Nosso em um.

Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação, este Senado, ô Jefferson Péres, é extraordinário. **O Jornal do Senado** merece o nosso apreço. Terminamos às vezes reuniões aqui, ô Casagrande, nas madrugadas, e, às 7 horas da manhã, o jornal já está no mundo.

Atentai bem: “TCU aponta irregularidades em 77 obras”.

Ô Luiz Inácio...

Tião Viana, V. Ex^a foi seminarista? Marco Maciel é cardeal aqui, homem de Deus. Aqui está o catecismo, aqui estão os Dez Mandamentos. Eu não vou exigir que Luiz Inácio aprenda os dez. Mas a desgraça do Brasil está aqui, no sétimo, ô Tião Viana: “Não furtar nem injustamente reter ou danificar os bens do próximo”. Casagrande, lá no décimo, Deus mandou lembrar: “Não cobiçar as coisas alheias”.

Mas a desgraça deste País é isto: a corrupção.

Atentai bem! Ô João Pedro, de 231 obras, 77 estão tachadas pelo Tribunal de Contas da União. Isso é de agora. É um terço. Ô João Pedro, sabe o que é um terço? São 33,3%. De cada três, há corrupção em uma.

Esse é o dinheiro que está faltando para a Saúde; esse é o dinheiro que está faltando para a Segurança; esse é o dinheiro que está faltando para a Educação.

Perguntaram ao Carlos Lacerda o que é governar, Luiz Inácio. Ele disse: “É não roubar e não deixar roubar”. Cristovam Buarque! Isso é fácil, Luiz Inácio. Se não quiser fazer regra de três porque é complicado, some 77, 77 e 77, e dará 231. Um terço das obras! Ô Marisa, não é o Senador Mão Santa que está dizendo, não. É o Tribunal de Contas da União. Está aqui. Filme este jornal, TV Senado.

Parabenizo a equipe do **Jornal do Senado**. Olhem a massaroca de documentos. Mandaram parar 77 obras, um terço. A cada três obras federais, há uma corrupção. Mas a maior incidência é no Dnit.

Então, antes desse relatório, saiu um do Tribunal de Contas da União – Ministro da Fazenda Rui Barbosa, que está ali debaixo de Cristo, ele que criou o Tribunal de Contas da União –, está aqui: “Ao lado de Cláudio Vignatti, Renan recebe de Walton Rodrigues e Guilherme Palmeira...” – todas comprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Eu estou, ô De Conto, no PMDB, o PMDB do bem, o PMDB que ouve ainda Ulysses falar: “A corrupção é o cupim que corrói a democracia”. Nunca se viu tanto cupim. Está aqui. Então, isso é uma vergonha.

E os nossos parabéns à Comunicação Social do **Jornal do Senado**; ao Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Weiller Diniz; ao jornalista Helival Rios; ao Diretor do **Jornal do Senado**, Eduardo Leão, e a toda a equipe de editores que está aqui, que circula na primeira página.

Então, isto aqui eu posso dizer aqui e agora: Isto é uma vergonha! Por isso, fala— se em fechar o Senado. O Boris Casoy que dizia: “Isto é uma vergonha”...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Tião é generoso e justo.

V. Ex^a fica bem aí na Presidência. Eu sempre o admirei.

Então, isto é a vergonha. E, nesse imbróglio todo, nesse mar de corrupção, o Dnit é o campeão: das 77, ele tem um terço. Aí a razão das estradas esburacadas, das pontes caídas, dos acidentes.

Então, o que nós queremos dizer aqui e agora: são válidas. Isso que imprimimos no PMDB. Esse PMDB é grandioso, é histórico. Ele que fez renascer a democracia, ele que fez Ulysses, encantado no fundo do mar, que disse: “Ouça a voz rouca das ruas” – é o povo. E o povo está insatisfeito por isso. O povo foi enganado, e estamos hoje no mar da corrupção. E Rui Barbosa, que está ali, Senadora Marisa, fez uma reflexão: “De tanto ver as nulidades assumirem o governo, de rir-se das honras, de campear a corrupção, vamos ter vergonha de ser honestos”. Então, esse dia chegou. É esse Governo que nós vivemos.

Perguntaram a Carlos Lacerda – ó Luiz Inácio! –, Carlos Werneck de Lacerda. Ele disse: “Governar é fácil; é não roubar e não deixar roubar”. Aqui está o Tribunal de Contas da União. O Piauí salta aos olhos; o PT domina. Heráclito Fortes, nós conhecemos. E quero dar um testemunho aqui.

Ô Jonas, quando aqui entrei, indaguei a um dos Senadores mais velhos se isso ia dar certo – ele não está neste mandato não. Indaguei porque votei, na primeira vez, em Lula. Eu fui enganado. Perguntei ao Senador: “Isso vai dar certo?” E o Senador me disse o seguinte: “Vai não. Não vai dar certo, porque são uns famintos, desempregados, malandros; eles vão é roubar muito”. E aqui está. Era aquele Senador que sentava bem ali, mais idoso, experimentado.

E essa gente, como diz a sabedoria popular, foi com muita sede ao pote. No nosso Piauí, nós os identificamos, é fácil, salta aos olhos: não tinham nada, nunca trabalharam, são os mais ricos,...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... e aqui está a denúncia no *Jornal do Senado*. Nas Leis de Deus, o 7º mandamento diz, Luiz Inácio: “Não furtar”.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, ocupo esta tribuna para falar um pouco do meu Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso, uma das 27 unidades federativas do nosso País, está localizado na Região Centro– Oeste e parte de seu território é ocupado pela Amazônia Legal, sendo o extremo sul do Estado pertencente ao Centro– Sul do País.

Tem como limites: Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Bolívia e ocupa uma área de 906.806,9km², pouco menor que a Venezuela. Tem como capital a nossa querida Cuiabá.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é neste Estado de dimensão continental que percorro os Municípios praticamente todos os finais de semana, de carro, sentindo na pele o que sentem milhares de brasileiros e brasileiras que por lá trafegam. A cada viagem de final de semana percorro de 2 mil quilômetros a 3 mil Km de estradas, muitas delas de trafegabilidade muito difícil.

Na semana anterior, entre os dias de 14, 15, 16 e 17 de setembro, estive nos Municípios de Diamantino, São José do Rio Claro, Ipiranga do Norte, União do Sul, Cláudia, Sinop.

Neste final de semana, de 21, 22, 23 e 24, visitei o Município de Jangada, onde estive no Vaquejador, nos Municípios de Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Barra dos Bugres, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa e muitos outros Municípios.

Estive ainda em Cuiabá, na segunda– feira, dia 24, onde participei – e isso está no ***Jornal do Senado*** de hoje e de ontem também –, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, de uma sessão para debater o Orçamento Geral da União e detalhar aspectos importantes para toda a Região Centro– Oeste.

Quero, nesta oportunidade, agradecer ao Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Deputado José Pimentel, Relator do Orçamento da União para 2008, ao Deputado Cláudio Vignatti, Relator do PPA, que lá estiveram.

A solenidade na Assembléia Legislativa de Mato Grosso foi extremamente importante e esclarecedora sobre o Orçamento da União para 2008.

É importante, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a descentralização da discussão do Orçamento da União, que ocorreu segunda– feira passada, na Assembléia Legislativa no nosso Estado de Mato Grosso.

Mais uma vez, digo da importância da presença do Senador José Maranhão, bem como a do Deputado José Pimentel, Relator do Orçamento, e do Deputado Cláudio Vignatti, Relator da PPA.

Mas voltando ao dia 15 de setembro, participei da inauguração do Parque de Exposição da nossa promissora Diamantina, juntamente com o Prefeito Chico Mendes, o Presidente da Câmara e diversos

Vereadores, produtos rurais, empresários e moradores. Participei ainda de reunião política com o Partido dos Trabalhadores de São José do Rio Claro, encontrei-me com posseiros da Fazenda Mercedes, em União do Sul, que estão ainda acampados em busca de um pedaço de terra da reforma agrária.

Sinop é uma cidade promissora, distante de Cuiabá 500km, e União do Sul fica a praticamente 200km de Sinop por estrada de chão, uma estrada de terra de mais de 100km, a qual se leva mais de 4 horas para percorrer.

Realmente, são desbravadores os que lá se encontram. Desbravadores da agropecuária, da agricultura. São os pequenos agricultores que lá produzem, que lá trabalham, que lá fazem um esforço gigantesco para sobreviver, mas que, de lá, têm muita dificuldade para retirar o que produzem.

Os senhores imaginem, nos dias de hoje, percorrer 100km em quatro horas, cinco horas na seca; na chuva, é muito mais tempo e, talvez, a estrada seja intransitável. Essa aqui é uma estrada estadual, cuja infra-estrutura é muito precária, o que nos traz muitas dificuldades.

Mas quero destacar, ainda, nessa viagem, dois eventos especiais. Num deles, fui homenageada com o título de Cidadã Ipiranguense, em Ipiranga do Norte, no outro, como Cidadã Claudiense, na cidade de Cláudia. Foram dois grandes momentos que guardarei para sempre em minha memória. Agradeço, sensibilizada, aos Vereadores tanto de Cláudia quanto de Ipiranga do Norte.

De Cláudia, senhores e senhoras, eu gostaria de falar um pouco. O Município de Cláudia passou, como a maioria dos Municípios do meu Estado de Mato Grosso, há dois anos, por uma grande crise na agricultura. E nós discutimos à época com esses produtores lá de Mato Grosso que vieram a Brasília em movimentos de protesto – todos nós ouvimos falar do “caminhonagem”, do “tratoação” –, pelas dificuldades que viviam na agricultura, que eles não podiam continuar plantando apenas soja no Estado de Mato Grosso, que havia a necessidade da diversificação da produção.

Quero registrar brevemente, porque tenho outros assuntos a tratar neste momento – voltarei ao assunto em outro momento –, que, no Município de Cláudia, sob a liderança de seu Prefeito, vimos a busca da diversificação da produção: a produção de frango caipira, o abatedouro, a produção de frutas, a fábrica de polpa de frutas e o resgate, a busca da restauração das nascentes, trabalho sob a liderança da Coordenadora do Gapa, mulher extremamente determinada que exerce uma liderança séria. Estão tentando não só diversificar a produção, mas também fazê-lo buscando o desen-

volvimento com sustentabilidade, ou seja, com proteção ao meio ambiente. É uma coisa fantástica!

O Município é novo, tem dificuldade de acesso por falta de estrada asfaltada, mas é grande a determinação de seu povo, uma sociedade organizada. Lá eles têm mais de dez projetos de produção absolutamente diversificada, ou seja, acredito que este é o caminho da melhoria da qualidade de vida do povo de Cláudia e de outros Municípios.

Em Ipiranga do Norte não é diferente. Estivemos lá em uma reunião, acompanhados do Presidente da Câmara, Chico Casarotto, em que todos os Vereadores estiveram presentes, buscando alternativas para aquele Município. Houve uma discussão aprofundada e grande, da qual participou também o Prefeito.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste ano de 2007, venho fazendo incursões ao interior do meu Estado, dedicando quase todo o meu tempo para viajar de carro a todos os Municípios de Mato Grosso.

Assim, poderemos ver realmente o estado em que se encontram nossas estradas, a necessidade de infra-estrutura logística, principalmente na área de transporte.

Felizmente, Sr. Presidente, estão previstas no PAC obras estruturantes que, uma vez concretizadas, farão diferença em nossa competitividade no Estado de Mato Grosso.

Queríamos ainda dizer – e já tive oportunidade de dizer várias vezes ao Brasil – que estamos buscando uma solução para a logística de Mato Grosso, que passa pelo transporte multimodal: boas ferrovias, hidrovias e estradas trafegáveis. A Ferronorte está chegando, já está em Alto Araguaia, encaminhando-se para Rondonópolis e terá de chegar até nossa Cuiabá.

Defendemos ainda que entre no PAC o Projeto Brasil Central, possibilitando a construção do ramal que chega a Lucas do Rio Verde. Acredito que, com essas obras estruturantes, nosso Mato Grosso dará o grande salto de qualidade.

Encerrando, gostaria de dizer que criticamos a situação das estradas no Brasil, não só em Mato Grosso. As chuvas estão chegando e, em determinadas regiões, faltam ferrovias, rodovias e hidrovias. No entanto, há bilhões praticamente semiparados no Dnit, a nível central, em nosso País. A gestão do Dnit está semiparalisada.

São bilhões que lá estão e, no entanto, estamos aqui há quatro, cinco meses, e não conseguimos votar a indicação do nome do Sr. Luiz Antônio Pagot, para gestor do Dnit.

Temos de votar o gestor do novo Dnit, sob pena de não termos mais o direito de dizer que nossas estradas estão com problemas, porque o recurso está

parado na Direção Central, em um Dnit com a gestão praticamente paralisada.

Portanto, faço o apelo aqui de que é chegado o momento, é chegada a hora de dizermos que queremos criticar, sim, que as estradas estão com problemas, mas estaremos viabilizando as condições com o gestor que deverá chegar lá com competência para usar os recursos que estão semiparalisados para que se toquem as obras neste País.

Infelizmente, não posso terminar a minha fala, mas voltarei em outro momento porque o meu tempo acabou.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a exemplar colaboração com o tempo na tribuna.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano por dez minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar hoje sobre o turismo. Amanhã, dia 27 de setembro, é o Dia Mundial do Turismo, e, no Brasil, foi lançado um programa chamado Turismo Abre as Portas para as Mulheres, uma idéia de celebrar esse dia pensando nas mulheres de todo o mundo.

A escolha foi da Organização Mundial de Turismo, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, com a finalidade de combater a desigualdade e de promover o melhor posicionamento da mulher também nesse campo de atividade.

Fico feliz por discutirmos mulheres e turismo, ou seja, a participação efetiva da mulher num segmento que hoje é importantíssimo, não só para o Brasil, mas para todo o mundo.

Quando falamos em turismo, pensamos em nosso País, que tem grandes proporções, um País continental que traz, no seu DNA, uma história e uma cultura que enfeixam junto com as nossas belezas naturais condições para recebermos turistas de todo o mundo e condições também de fazer com que o brasileiro possa conhecer o seu próprio País.

Por que não pensamos nas belezas do Nordeste brasileiro, não só das praias, mas de tudo aquilo que a Região tem de bom a oferecer aos turistas, seja por meio da gastronomia, da história, do artesanato ou da música?

Como não falarmos aqui do Norte do País, que é belíssimo e tem condições, não só de oferecer as belezas da Amazônia, do verde, da alegria que temos de uma imensidão de floresta? Existem lá grandes be-

lezas, consignadas principalmente em duas belíssimas capitais: Manaus e Belém do Pará.

Como não falarmos do Sul do País? Como não pensarmos no Rio Grande do Sul da minha Governadora Yeda Crusius, uma mulher brava e guerreira? E como não vamos falar do Paraná e de Santa Catarina, que trazem na cultura, vinda principalmente da Europa, todo o substrato de aculturação com o Brasil e que deu aquela beleza que vemos no turismo do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina mais especificamente?

Falar do Leste, de Minas, de São Paulo, é falar das belezas e da cultura, principalmente de Minas, que é o cadinho de uma cultura religiosa, de uma cultura histórica; falar de Ouro Preto, de Mariana, de Tiradentes, de Diamantina – meu Deus do céu, quanta beleza!

Quero falar muito do Centro– Oeste, que tem Brasília, que tem Mato Grosso, da Senadora Serys, que acabou de falar, que tem Goiás, do Marconi Perillo, da Lúcia Vânia, que está aqui nos assistindo, mas vou falar de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul tem um bioma maravilhoso. Como podemos falar de turismo neste País sem falar do Pantanal Sul– mato– grossense e do Pantanal Mato– grossense também. Quero falar de Bonito, que é uma região maravilhosa. Quem gosta de água não pode deixar de falar em Bonito, de falar em Jardim. E agora desponta a Serra da Bodoquena, que é próxima também, maravilhosa. Um Estado como o meu, que tem belezas naturais magníficas, mas também faz fronteira com dois países que podem e devem ter uma interface muito grande com o turismo brasileiro, o Paraguai e a Bolívia.

Mato Grosso do Sul faz neste ano 30 anos de vida, 30 anos de emancipação de Mato Grosso. Mato Grosso do Sul construiu a sua identidade nesses 30 anos. Hoje, sabemos quem somos e para aonde vamos. Então, Mato Grosso do Sul que faz, em outubro, 30 anos de emancipação, deu e dá a sua contribuição para o País, não só pela sua história, seu desenvolvimento, a riqueza da sua agricultura e da sua pecuária, mas principalmente pelo valor que tem no turismo, para o próprio local e o nosso País, bem como para o turismo internacional.

Quero oferecer a palavra à Senadora Serys Silhessarenko, que a está pedindo. É um prazer, Senadora, ouvi– la.

A Sra. Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora Marisa Serrano, parabéns pelo seu pronunciamento, por vários motivos. O nosso Mato Grosso tem o Pantanal. O meu Mato Grosso tem a Chapada. O seu Mato Grosso tem Bonito. Aliás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm muitos Bonitos, com certe-

za. Não tenho dúvida. Poderíamos fazer um discurso enorme. Mas parabéns a V. Ex^a por tal fala. Senadora, serei bastante breve porque o tempo é seu. Assim como em outras celebrações promovidas pela ONU, o Dia Mundial do Turismo, a cada ano, tem um tema norteador de suas ações. O tema que está em tela este ano é O Turismo Abre as Portas para as Mulheres. Isso é muito importante, Senadora. Tenho dados incríveis aqui – não poderei citá-los agora – de quão ainda nós, mulheres, somos discriminadas. Hoje de manhã foi promovido o café da manhã com a presença da nossa Ministra Marta Suplicy e da nossa Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Turismo, enfim, todas as mulheres ali presentes. Mas o que eu gostaria realmente de registrar é que a Organização Mundial do Turismo, mais uma vez, está presente na questão dos objetivos de desenvolvimento do milênio, principalmente no terceiro objetivo, que é a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a eliminação da discriminação. Por isso, a temática deste ano: “O Turismo abre Portas para as Mulheres”. Trata-se de um grande momento que a ONU está promovendo para toda a Organização das Nações Unidas. Parabéns, Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, que, junto com a Deputada Lídice da Mata, da Câmara dos Deputados, está organizando todo um trabalho para focar a questão não apenas do Dia Mundial do Turismo, mas principalmente da parceria com o tema “O Turismo abre Portas para as Mulheres”, fazendo com que as mulheres participem mais ativamente do turismo em todo o mundo.

Senadora Lúcia Vânia.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – A Senadora Rosalba Ciarlini está na frente, Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senadora Rosalba Ciarlini, é um prazer.

A Sra. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Marisa Serrano, parabéns. V. Ex^a, como sempre, com muita competência, traz a esta Casa um assunto da mais alta importância para a vida nacional: o turismo. O seu Mato Grosso, de Bonito, e o Mato Grosso da Senadora Serys Slhessarenko, que conheço, têm um potencial imenso para atrair cada vez mais visitantes, seja do próprio País ou de países vizinhos, do exterior de maneira geral. Sabemos que o turismo é uma indústria que gera muitos e muitos empregos. É aquela indústria silenciosa, sem chaminés, mas que deixa renda nas regiões, nos Estados. E falo em nome do Estado do Rio Grande do Norte, que tem também um

potencial imenso e vem desenvolvendo muitas atividades para engrandecer o País na questão do turismo. Não apenas pelas belezas, mas também pela receptividade que tem o nosso povo com o visitante, suas características, sua história. Tudo isso temos defendido sempre. Falo não apenas do turismo relacionado à beleza das praias, das serras, mas também do turismo que faz crescer a cidadania do nosso povo, valorizando suas festas tradicionais, dos mais diversos recantos do País, valorizando sua história. Minha cidade tem uma data histórica que marca a abolição da escravidão: 30 de setembro. Essa data sempre foi de grandes comemorações. Quando Prefeita, ouvindo a população, em sintonia com os artistas, criamos um grande espetáculo chamado *Auto da Liberdade*, que conta quatro fatos...

(Interrupção do som.)

A Sra. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Um minuto mais, Sr. Presidente. Que conta quatro fatos marcantes da nossa história: a abolição da escravidão; o primeiro voto feminino, que é um grito de liberdade; a resistência ao bando de Lampião; e o motim das mulheres. Veja a presença das mulheres, falando de liberdade. E agora o turismo chega com este lema em seu dia mundial: “O Turismo abre Portas para as Mulheres”. As mulheres já estão no turismo, mas elas precisam ser valorizadas, precisa ser compreendida a força do seu trabalho. E V. Ex^a, em seu pronunciamento, traz para nós, mulheres brasileiras, a certeza e a compreensão de que, juntas, vamos defender cada vez mais o turismo com a presença das mulheres, reconhecidas e tendo seu trabalho valorizado. Parabéns, Senadora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora.

Senadora Lúcia Vânia.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senadora Marisa Serrano, eu gostaria de cumprimentá-la pelo seu discurso e dizer que a fala de V. Ex^a vem colaborar enormemente para a Semana Nacional do Turismo. Estamos, como V. Ex^a bem registrou, realizando uma série de homenagens, de ações, para que o turismo brasileiro seja divulgado. V. Ex^a, em poucas palavras, resumiu a beleza, a riqueza que existe nessa área no País. Cumprimento V. Ex^a por conseguir sintetizar todas essas ações e, ao mesmo tempo, trazer ao conhecimento das pessoas que nos ouvem e que nos vêem a oportunidade de participar ativamente desta semana. Amanhã, vamos comemorar o Dia Mundial do Turismo com uma sessão solene nesta Casa, com a presença da Ministra e dos senhores representantes dessa atividade. E este ano, sem dúvida, temos uma condição melhor para comemorar tudo o que foi dito aqui, porque

o turismo homenageia as mulheres. É um momento muito importante, como foi na semana passada, para discutir a presença da mulher na atividade turística, bem como sua importância nessa atividade. Fizemos um retrospecto, mostramos o histórico da presença da mulher e, como disse a Senadora Rosalba Ciarlini, pudemos constatar que também nessa atividade, a exemplo de outras, a mulher ainda tem uma posição que precisa ser modificada. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo discurso, e gostaria muito que V. Ex^a estivesse presente à solenidade de amanhã, proferindo esse discurso tão bonito e tão sensível.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Ouç o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, evidentemente, tudo que V. Ex^a faz é bem– feito. Mas queria complementar. A dificuldade está na violência, que se expandiu no Brasil todo. Mas Deus foi bom. Eu queria lembrar o Piauí, e convidá– la. Sei que no Mato Grosso do Sul há mulheres bonitas, muito gado e muita riqueza, mas não praia. No Piauí, são 66 km. É o menor litoral do Brasil, mas é como perfume francês: o menor tem maior valor. E a capital do Piauí foi a primeira planejada deste País. É mesopotâmica. Foi ela que deu luz a Goiânia. Foi ela que fez nascer Brasília, Belo Horizonte e Palmas. Foi a primeira. É mesopotâmica. E, no sul do Piauí, está o berço do homem americano. É uma tese aceita na Sorbonne pela Prof^a Niède Guidon. Fernando Henrique Cardoso, nosso ex– Presidente, intelectual, que é do seu Partido, celebrando os 500 anos deste País, fez a primeira comemoração lá. Eu governava o Estado. No litoral, temos verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta, rio que nos abraça, cem lagoas no Piauí. Atentai bem: é o único delta em mar aberto das Américas. Só tem no Nilo, em mar aberto. Na Argentina, tem um delta, mas é no rio La Plata. Em mar aberto, só tem no Nilo e no Mekong, no Vietnã, onde tem muita guerra. O rio Parnaíba, diferente do rio Amazonas que se lança uno no mar, se abre, lembrando a letra grega delta. Mas o povo do Piauí e do Brasil não sabe grego. Delta. É mais como uma mão – com certeza, santa –, abrindo– se em cinco rios. Forma 78 ilhas. Entre elas, a ilha de Santa Isabel, onde nasceu Evandro Lins e Silva, único jurista que pode ser comparado a Rui Barbosa.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Ao encerrar minhas palavras, eu gostaria de dizer que o turismo precisa de muito apoio. O Plano Nacional de Turismo, lançado em 2003, foi contingenciado enormemente por este Governo. Precisamos de apoio e de

infra– estrutura – estradas, saneamento básico e energia –, que é fundamental para receber bem o turista. É fundamental também a qualificação da mão– de– obra. Precisamos do apoio do Sistema S e do Governo para promover o nosso povo e, assim, garantir emprego e renda suficiente para que a população receba bem o turista em todos os quadrantes do País.

Mas não é só isso. Além da infra– estrutura, além de se garantir a educação e a formação do nosso povo, é necessário também que haja uma política específica para o turismo, implementada para todos os Estados brasileiros.

O desenvolvimento regional é fundamental. Trata– se de garantir que cada Região brasileira tenha condições de implementar seu turismo de acordo com suas características. Mato Grosso do Sul, por exemplo, trabalha com o Prodetur Sul, assim como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul; cada Estado implementa o turismo, garantindo mais apoio àquilo que é fundamental. Que, juntos, Governo e empreendedorismo – aqueles que empreendem, aqueles que produzem – possam oferecer ao turista condições de usufruir da nossa cultura e das nossas belezas.

Portanto, ficam aqui as minhas palavras em comemoração ao dia 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo, que, neste ano, no mundo todo, beneficia e implementa o apoio das mulheres ao turismo.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso da Sra. Marisa Serrano, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, com muita satisfação, ao Senador Neuto de Conto. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

Peço aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Conforme acordo efetuado com as Lideranças partidárias, vamos iniciar a Ordem do Dia.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar buscar no tema “energia” o início da Revolução Industrial. Foi lá no século XVIII que a sociedade se preocupou e debateu, no mundo todo, o carvão, o vapor e a ferrovia.

Se pularmos um século, a energia voltou a estar presente no processo da evolução industrial: o petróleo, a energia elétrica, e aí se soma a Química. Se pularmos

mais um século, chegamos ao fim do século XX, ao início do século XXI e a nossos dias, quando, na ciência e na tecnologia, a inteligência e a competência se fazem cada dia mais necessárias, mais presentes.

Chamo esta de a era da rapidez, a era da velocidade. Podemos comprovar essa rapidez, essa velocidade, pela informação, pela imprensa que adentra nossos lares e, num lampejo, nos traz informação de qualquer fato que aconteça em qualquer parte do mundo. Podemos comprovar também que nosso vizinho de portão deixou de ser nosso vizinho, para termos o vizinho virtual, que adentra nossa sala, residindo em qualquer parte do mundo.

A velocidade e a inteligência se fazem presentes, principalmente quando se analisa a produção de um utensílio doméstico que utiliza 95% de material e somente 5% de inteligência. Mas, se analisarmos um *chip* de um teleguiado ou de uma televisão, vamos ver que 99,5% são inteligência e somente 0,5% é material.

Dito isso, eu chegaria à energia que se faz presente, mais uma vez, para o desenvolvimento, principalmente da nossa agricultura – essa agricultura que alimenta o País e que representa 36% da balança comercial; essa agricultura brasileira, que faz com que quase todo o superávit da balança comercial seja da exportação primária, da agroindústria e do agronegócio.

Falando da agricultura e da terra que alimenta o País também, gostaria de falar um pouco da energia da cana– de– açúcar, da energia que vem dessa planta mágica, que inicialmente seria para produzir o açúcar e que hoje produz o combustível.

E temos condição, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo estudos, de abastecer 10% do combustível do mundo, utilizando somente mais 10 milhões de hectares de terra. Essa agricultura, que neste momento está sendo vista pelo universo, pelo clima, pelas águas, pelo solo, pelo homem que trabalha neste País e, principalmente, pela qualidade que poderá produzir do biodiesel, oferece mais uma energia, que chega para desenvolver o País e para dar satisfação à sociedade como um todo.

O biodiesel o Brasil tem condição de produzir, utilizando– se da mamona, do pinhão manso e de uma série de outras atividades. Com ele se poderá, sim, não só abastecer a energia do Brasil, mas também participar da energia do universo.

E muitos de nós nos perguntamos: mas existe terra para tudo? Existe terra neste País, para manter a nossa agropecuária, o café, o cacau, o feijão, o arroz, o trigo, a soja? Existe, Sr. Presidente. Hoje, são 90 milhões de hectares de terras só no cerrado e no Nordeste. São mais 30 milhões de hectares de terras degradadas, abandonadas nos pastos e sem ocupa-

ção nenhuma, e mais 20 milhões de hectares de terras que poderão ser incorporadas ou cujo uso poderá ser consorciado com o da produção da bovinocultura, sem se perder nenhuma das produções, certamente as ampliando. .

Temos conhecimento de que a fruticultura quer mais espaço. O reflorestamento e a biomassa querem mais espaço, para produzir mais. Queremos mais espaço para o algodão, atividade quase recente em nosso cerrado – e o mundo está pedindo esse produto!

Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois temos terra, gente, clima, sol, qualidade: temos condições de abastecer o Brasil e de participar economicamente, elevando o PIB. Certamente, nos próximos anos, mais de 50% do PIB nacional sairá da terra, do agronegócio, da agricultura e da agroindústria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para falar de um programa inovador que o Ministério da Educação (MEC) está encaminhando, o Profuncionário. E o faço com muito orgulho, porque sou uma funcionária de escola que chegou ao Senado Federal – talvez a única neste País.

Criado em 2005, quando ofereceu formação a cinco mil trabalhadores em Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí e Tocantins, o Profuncionário se encontra em fase de expansão – em 2006, o Programa foi ampliado para outros 12 Estados.

Para isso, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação executou duas ações para a criação do Profuncionário. A primeira ação foi propor ao Conselho Nacional de Educação a criação da vigésima primeira área de Formação Técnica Profissional. A Resolução nº 5, de 2005, que foi homologada pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 26 de outubro de 2005, criou a área profissional de serviços de apoio escolar, com quatro habilitações iniciais: secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infra– estrutura material e ambiental.

Isso significa dizer que, a partir dessa Resolução, Sr. Presidente, não apenas os professores e os técnicos em educação são reconhecidos como profissionais da educação, mas também se abre a possibilidade de mais quatro profissões na área da educação.

A segunda ação foi constituir parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a oferta do curso de formação técnica.

Neste ano de 2007, o Profuncionário pretende chegar a todos os Municípios do País.

Como o programa usa as tecnologias de educação à distância para trabalhadores da educação básica, até o fim do ano deverão ser capacitados tutores e orientadores para os Estados do Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Sergipe, além do Distrito Federal. Com isso, o Profuncionário atenderá a 48 mil trabalhadores da educação básica em todo o Brasil, até o final do ano de 2007.

A capacitação é oferecida por uma equipe constituída por profissionais do Ministério da Educação e do Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília.

O primeiro módulo do curso, comum a todas as áreas, proporciona uma formação ampla sobre história e teorias da educação, informática, produção textual, direito administrativo e do trabalho. Os módulos seguintes são diferenciados conforme a área profissional.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, o reconhecimento profissional e a capacitação dos servidores de escola são fundamentais para a qualidade da educação básica em nosso País.

O avanço social, acompanhado de profundas mudanças na ciência e na tecnologia, exige que a escola assuma novas funções e tenha uma estrutura mais complexa, que se realiza pelo trabalho de profissionais nas secretarias, bibliotecas, laboratórios, pátios de recreação, cantinas, manutenção física dos prédios e equipamentos e também no transporte dos educandos, entre outros.

A formação continuada de funcionários de escolas vai ao encontro de uma luta histórica dos trabalhadores em educação, e é parte fundamental do compromisso com uma educação de qualidade para todos, contribuindo para a construção de uma gestão democrática e cidadã.

Na maioria das vezes, os trabalhadores em educação são enquadrados em planos de carreira de servidores públicos em geral, sem levar em conta as especificidades do setor educacional, que tem em si tanta diferenciação.

Quando apresentei o Projeto de Lei que nesta Casa recebeu o nº 507/2003 e que atualmente tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 6.206/2005, tinha em mente o reconhecimento e a legalização desse grupo de trabalhadores ao qual, repito, orgulhosamente pertenço.

O projeto de lei que apresentei propõe o reconhecimento e a inserção dos funcionários de escola no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo os marcos jurídicos necessários ao fortalecimento da política de valorização dos trabalhadores da educação.

A recuperação da memória histórica recente, que fiz nesta tribuna, tem como objetivo apelar para que a Câmara dos Deputados vote o Projeto de Lei nº 6.206/2005 com celeridade.

O relatório do Deputado Carlos Abicalil já está pronto e é favorável, aguardando apenas que nossa proposta entre em pauta na Comissão de Educação e Cultura daquela Casa Legislativa.

Quero, ainda, Sr. Presidente, ao finalizar o meu pronunciamento, cumprimentar a equipe do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que – com admirável dedicação – tem conseguindo superar as dificuldades para implementar o Profuncionário, atendendo às expectativas da sociedade e de milhões de trabalhadoras e trabalhadores das escolas públicas de nosso Brasil.

No dia 18 deste mês, fui recebida em audiência pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do Profuncionário. A finalidade daquela audiência foi simplesmente levar meus parabéns ao Ministério pelo sucesso desse Programa, bem como lembrar da urgência em utilizar os recursos previstos no Orçamento para ampliação dele, recursos esses que foram fruto de um amplo trabalho junto à Comissão de Orçamento deste Congresso Nacional.

As profundas mudanças que o Ministério da Educação está trabalhando, ao reestruturar seu organograma, deverão refletir, em um futuro próximo, na melhoria da qualidade da educação nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, as crises políticas e os interesses partidários não podem se sobrepor aos interesses nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo, reiterando desta tribuna o apelo feito pelo Senador Paulo Paim, para que agilizemos a tramitação do PLC nº 070/2007, que trata da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, criando Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em todo o País.

Estão contemplados, nesta etapa, os Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão e o Distrito Federal, além da transformação da Escola Técnica Federal de Porto Velho – da minha cidade –, que nunca saiu do papel, em Escola Técnica Federal de Rondônia.

Ouçó, com prazer, o aparte do Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentar V. Ex^a e só fazer um apelo a todos os Líderes para que a gente possa efetivamente votar todas as matérias que estão obstruindo a pauta e que a gente consiga votar o projeto das escolas técnicas. Quero dizer que o Senador Cristovam havia, no primeiro momento, apontado que eu poderia ser o relator. Não há problema nenhum de

ser ou não ser o relator. Entendo que V. Ex^a, com esse pronunciamento, se habilita inclusive para ser a relatora em plenário, se assim entender o Presidente. E que possamos, junto com o relatório do Valter Pereira, na CCJ, votar essa matéria ainda na noite de hoje, porque urge! É muito urgente que a gente vote, de uma vez por todas, esse projeto que vai garantir as tão clamadas, por todos nós, escolas técnicas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Paim. Concordo na íntegra com as suas preocupações e com a sua sugestão de que se traga esse projeto para o plenário da Casa, viabilizando efetivamente a criação dessas escolas técnicas ainda do primeiro plano de expansão e que depende do posicionamento do Senado Federal. Hoje já existe recurso no Orçamento e já estamos entrando no mês de outubro; corremos o risco de perder esse recurso, caso não tenhamos celeridade e agilidade na aprovação da referida matéria nesta Casa.

Quero deixar registrado, Senador Paim, que, longe de representar uma derrota para o Governo, o atraso e a não votação dessa medida que diz respeito à criação de escolas técnicas neste País, na realidade, representará um prejuízo imenso para a população brasileira, uma vez que essa matéria envolve cerca de doze Estados.

Portanto, faço um apelo para que esta Casa, para que os nossos Líderes tratem de aprovar o requerimento de urgência com relação ao PL nº 070/2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência se associa ao pedido que V. Ex^a faz, reforçado, aliás, pelo Senador Paulo Paim.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de começarmos a nossa Ordem do Dia, vou ouvir, pela ordem, o Senador Efraim. Em seguida, darei a palavra também a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para me acostar ao requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena pelo falecimento do Prefeito de Pombal, uma das cidades mais importantes do sertão paraibano e que se encontra de luto. O Prefeito Jairo Feitosa, médico veterinário, de apenas 34 anos de vida, era casado e pai de um filho. Peço, evidentemente, permissão ao Senador Cícero Lucena para também subscrever o requerimento. O Prefeito Jairo Feitosa era filiado ao PT e estava vindo da cidade de Campina Grande quando, entre as cidades de Condado e São Bentinho, faleceu em uma virada de automóvel. A Paraíba toda sente a perda do jovem médico veterinário, também maçom,

Dr. Jairo Feitosa. As nossas condolências à família, à Dr^a Poliana, sua esposa.

Era o que eu queria registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará, atendendo ao requerimento de V. Ex^a e do Senador Cícero Lucena, os votos de pesar e as homenagens devidas à família a que V. Ex^a se referiu.

Senador Sibá Machado, com a palavra V. Ex^a pela ordem. Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para fazer a leitura da “Declaração dos Povos das Florestas”, documento extraído do último encontro aqui em Brasília na segunda vez em que as populações tradicionais da Amazônia se encontram em caráter nacional, para que o País inteiro conheça também um pouco dos propósitos dessa gente.

Passo a ler:

Nós, os povos indígenas e populações tradicionais, retomamos a Aliança dos Povos das Florestas e a luta para permanecer em nossas regiões preservadas e em conservação da Amazônia, incluindo outros biomas (Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Pampas, e demais regiões do país).

Neste encontro, reafirmamos o papel estratégico que desempenhamos na proteção das florestas, dos recursos naturais e da biodiversidade a partir de nossos sistemas de vida que são base de nossas culturas e tradições.

Durante estes dias, refletimos sobre o modelo de desenvolvimento e civilizatório em curso no nosso país, caracterizado por grandes obras de infra-estrutura, e consideramos que ele ainda é predatório e ameaçador ao nosso patrimônio natural e cultural.

O que exige atitudes urgentes para criação de metas estratégicas em busca de soluções para as questões climáticas, em especial no que tange aos grandes projetos, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos.

Desejamos que o conteúdo do II do Encontro Nacional dos Povos das Florestas seja considerado uma referência para a construção de políticas públicas daqui em diante, começando pelo agendamento de uma audiência com o Presidente da República e todos os seus ministros.

Face a essa realidade, convergimos na necessidade de pensarmos com outros setores da sociedade em um modelo alternativo de desenvolvimento ambientalmente sustentável

e socialmente justo, no qual se estabeleçam com clareza os seguintes princípios:

1) Que os povos indígenas e comunidades tradicionais sejam remunerados dignamente pelos serviços ambientais prestados ao Brasil e ao mundo por nossas regiões preservadas, diante de um cenário de mudanças climáticas.

2) Que a biodiversidade e os produtos das florestas, rios, campos e manguezais sejam valorizados e apoiados em suas potencialidades.

3) Que sejam garantidas as condições de gestão e sustentabilidade das terras indígenas, reservas extrativistas e demais terras comunitárias.

4) Que sejam implantadas a educação ambiental no ensino formal, médio e superior e que sejam implementadas as políticas públicas de educação, saúde, justiça, assistência

técnica e direito ao uso sustentável da terra, de forma adequada às nossas especificidades.

Reafirmamos nossa vontade comum de fortalecermos esta aliança, respeitando as diferenças de nossa diversidade cultural e social, em torno de objetivos comuns para o futuro de todo o planeta.

Brasília, 21 de setembro de 2007.

Essa é a carta que peço a V. Ex^a faça parte dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

2º ENCONTRO NACIONAL DOS POVOS das Florestas

DECLARAÇÃO DOS POVOS DAS FLORESTAS

Nós, os povos indígenas e populações tradicionais, retomamos a Aliança dos Povos das Florestas e a luta para permanecer em nossas regiões preservadas e em conservação da Amazônia, incluindo outros biomas (Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica, Pampas, e demais regiões do país).

Neste encontro, reafirmamos o papel estratégico que desempenhamos na proteção das florestas, dos recursos naturais e da biodiversidade a partir de nossos sistemas de vida que são base de nossas culturas e tradições.

Durante estes dias, refletimos sobre o modelo de desenvolvimento e civilizatório em curso no nosso país, caracterizado por grandes obras de infra-estrutura, e consideramos que ele ainda é predatório e ameaçador ao nosso patrimônio natural e cultural.

O que exige atitudes urgentes para criação de metas e estratégias em busca de soluções para as questões climáticas, em especial no que tange aos grandes projetos, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos.

Desejamos que o conteúdo do II Encontro Nacional dos Povos das Florestas seja considerado uma referência para a construção de políticas públicas daqui em diante, começando pelo agendamento de uma audiência com o Presidente da República e todos os seus ministros.

Face a essa realidade, convergimos na necessidade de pensarmos com outros setores da sociedade em um modelo alternativo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo no qual se estabeleçam com clareza os seguintes princípios:

- 1) Que os povos indígenas e comunidades tradicionais sejam remunerados dignamente pelos serviços ambientais prestados ao Brasil e ao mundo por nossas regiões preservadas, diante um cenário de mudanças climáticas.
- 2) Que a biodiversidade e os produtos das florestas, rios, campos e manguezais sejam valorizados e apoiados em suas potencialidades.
- 3) Que sejam garantidas as condições de gestão e sustentabilidade das terras indígenas, reservas extrativistas e demais terras comunitárias.
- 4) Que sejam implantadas a educação ambiental no ensino formal, médio e superior e que sejam implementadas as políticas públicas de educação, saúde, justiça, assistência técnica e direito ao uso sustentável da terra, de forma adequada às nossas especificidades.

Reafirmamos nossa vontade comum de fortalecermos esta aliança, respeitando as diferenças de nossa diversidade cultural e social, em torno de objetivos comuns para o futuro de todo o planeta.

Brasília-DF, 21 de setembro de 2007

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos duas questões que foram anunciadas ontem. A primeira delas diz respeito ao entendimento para a instalação da CPI das ONGs. Estamos até esta hora – são 17 horas – sem definição alguma, não por parte dos democratas, nem dos tucanos, sobre a indicação do nome do Presidente – e nós pleiteamos a indicação do Presidente – e do Relator.

Anunciamos ontem que, se não houvesse, até a abertura dos trabalhos da Ordem do Dia, uma definição sobre este assunto, o nosso compromisso de desobstrução da pauta estava cessado. O Senador Heráclito Fortes colocou esse fato com o meu absoluto endosso. Quero dizer a V. Ex^a que os tucanos, os peessedebistas, endossam essa posição.

Então, gostaria de ouvir a manifestação dos Líderes com relação à instalação dessa CPI.

Ademais, são 17 horas, e não há definição alguma sobre a realização da reunião do Conselho de Ética. Estamos completamente sem informação com relação à reunião do Conselho de Ética. Alguns membros aqui estão inquietos com relação à convocação que foi feita, e até agora não há nada de confirmação.

Gostaria de um esclarecimento sobre a instalação da CPI das ONGs ou a indicação do nome do Presidente e do Relator – isso nos satisfaz, o anúncio oficial – e o estabelecimento de horário para a realização da reunião do Conselho de Ética.

É a palavra que coloco para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Dr^a Cláudia, Senador José Agripino, Secretária-Geral da Mesa, acaba de informar-me que o Presidente do Conselho de Ética convocou a reunião para imediatamente após a realização desta sessão, logo após a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com relação à outra questão suscitada por V. Ex^a, é importante que ouçamos todos os Líderes.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB está no aguardo dessa decisão sobre a CPI das

ONGs, conforme já explicitou aqui o Líder do DEM, Senador José Agripino, e o PSDB não acredita mesmo na realização dessa reunião do Conselho de Ética, por uma explicação muito óbvia. Temos hoje matérias nobilíssimas a votar. Há quatro medidas provisórias e um projeto de lei com urgência constitucional. Temos algo que, para mim, é simbólico, tem um peso simbólico muito grande na projeção do Senado para o seu futuro, que é o fim da sessão secreta. Temos ainda o início da tramitação de duas propostas de emenda à Constituição que tratam de algo que, para mim, também tem alcance civilizatório: a compreensão que a sociedade brasileira nos passa de que já há maturidade da democracia brasileira para se votar cassações de mandato de maneira aberta. São matérias relevantes.

Além disso, temos em contrapartida o acordo com o Senador Romero Jucá de votar as autoridades que pudermos votar, que consensualmente decidirmos votar neste momento. Empréstimos, enfim, e a matéria que a Senadora Ideli e o Senador Colombo defendem ardorosamente, assim como o Senador Neuto de Conto, aquela matéria dos estágios.

Estamos aqui para votar. Para nós, a grande recompensa é o símbolo do fim da sessão secreta e o avanço da discussão sobre o voto secreto.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Jarbas Vasconcelos proferiu um relatório bastante denso, que foi considerado satisfatório pelo PSDB e pelo DEM e sofreu alguns reparos por parte dos Líderes Romero Jucá e Valdir Raupp. Foram reparos de mérito na matéria que trata de afastamento de autoridades por projeto de resolução, se efetivamente processada no Conselho de Ética.

O Senador Valter Pereira deu uma notável demonstração de grandeza quando, após uma precipitação, pediu vista antes de ler o que pensava o Senador Jarbas Vasconcelos. Imediatamente S. Ex^a recobrou a imagem que temos dele aqui na Casa: figura ponderada, preparada, culta no plano da Ciência Jurídica e, ademais, com a responsabilidade de substituir, nesta Casa, o grande Presidente que foi o Senador Ramez Tebet.

Entendi que se avançou nessa outra questão. Entendi que se avançou. Temos agora oito dias para o Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, costurar, com o Senador Romero Jucá e com representantes dos Partidos que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um acordo que signifique nada parecido com aventura, um detrator, um inimigo que inventa um processo, nada disso, mas que signifique estabelecermos regras para os casos que, após uma admissibilidade razoável, configurem a necessidade de afastamento de alguém desse posto.

Ou seja, dentro dessas premissas, o PSDB está pronto para cumprir a sua parte, está pronto para votar, a depender, evidentemente, do entendimento que se passa entre PMDB, DEM e PT, a respeito de Relatoria e Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs.

O PSDB, no início, entendia que lhe cabia um dos dois postos— chave por direito e, quando nada, por rodízio. Ou seja, já que na Comissão Parlamentar de Inquérito da desgraça aérea, enfim, o PSDB ficou fora. Coube ao PT uma posição e ao DEM, outra. Dessa vez, entendia o meu Partido que deveria caber uma das posições ao PMDB e a outra posição deveria caber ao PSDB. No entanto, no entendimento intra— Oposição, cedemos a vaga para o DEM, que está agora acertando qual será o melhor nome, um nome que venha, com sobriedade, fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apure o papel das boas ONGs e das más ONGs.

Então, que não passe pela cabeça de ninguém nada parecido com vendetas, nada parecido com questões menores, nada parecido com questões das províncias, das nossas tão queridas províncias. Que surja uma luz para aprendermos a trabalhar com o Terceiro Setor e fazermos o Terceiro Setor trabalhar de maneira boa e efetiva para o País.

Portanto, a depender disso — meu Partido está solidário com o DEM —, estamos prontos para votar e ansiosos para chegar o momento em que estaremos aqui, marcando algo que é histórico. O PSDB entende que caducou e que é medieval a forma secreta de sessão. Isso será um passo civilizatório de enorme alcance. Por isso, o PSDB está aqui pronto para cumprir com os acordos que celebrou, de fio a pavio, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB — AL) — Somos nós que agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM — GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho uma proposta a fazer aos Líderes e à Casa, sobre a qual, ontem, chegamos mais ou menos a um consenso. A proposta é que V. Ex^a retarde a Ordem do Dia para que façamos agora a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ela já estava marcada para 17 horas e, aparentemente, a reunião hoje será rápida. Há um relatório que será apresentado pelo Senador João Pedro, que, ao que parece, é um relatório mais ou menos consensual dentro do Conselho de Ética, e uma designação de relator ou relatores por parte do Presidente do Conselho.

Penso que esse é um anseio dos Líderes. Assim, caso V. Ex^a concorde, poderíamos fazer primeiro

a reunião do Conselho de Ética e, depois, retornaríamos com a Ordem do Dia, até porque, com a quantidade de matérias que temos que apreciar, vamos até muito mais tarde.

É esse o apelo que faço a V. Ex^a e aos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não faço nenhuma objeção quanto a isso. Aguardo uma decisão com relação ao melhor encaminhamento dos Líderes partidários, inclusive de V. Ex^a.

Enquanto os Líderes conversam com relação à Ordem do Dia, concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveita esta oportunidade de busca de acordo entre as Lideranças do Senado para destacar a visita do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e praticamente toda sua equipe ao meu Estado do Ceará.

É algo muito significativo, que foi, inclusive, bastante debatido no dia de hoje aqui, no Senado, a situação crítica em que vive a saúde pública, aquele sistema de saúde que atende as pessoas mais carentes, mais pobres do nosso País. Se não fosse o Sistema Único de Saúde, essas pessoas não teriam onde ser atendidas, não teriam sequer uma porta aberta para recebê-las. São os hospitais públicos estaduais, municipais e alguns poucos federais que atendem o povo pobre do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, quero destacar a visita do Ministro Temporão, que anunciou não só a correção das tabelas do Sistema Único de Saúde, para melhorar os recursos destinados aos profissionais e ao conjunto dos hospitais conveniados com o SUS, mas também o aumento do teto.

O nosso Estado do Ceará era um dos mais defasados e saiu do teto de R\$ 86,00 **per capita** – para ver como é baixo em relação ao Brasil – e foi para R\$107,00. O objetivo do Ministério é alcançar o teto de R\$150,00, unificado, em todo o Brasil.

Hoje, contraditoriamente, para mostrar um problema paradoxal do Brasil, é exatamente nas regiões onde temos mais desenvolvimento, onde as famílias têm mais planos e seguros de saúde privados, que o teto é maior, ou seja, mais recebem do Sistema Único de Saúde. Então, São Paulo, Paraná, enfim, os Estados do Sul e Sudeste, em geral, recebem um teto muito maior do que os Estados do Norte e Nordeste, mostrando essa dissintonia, esse paradoxo que observamos no Sistema Único de Saúde.

O Ministro, em reunião com o Governador Cid Gomes, com a Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, com o Secretário de Saúde do Estado e com o Secretário

de Saúde do Município, anunciou essas importantes medidas, que geram um impacto para o Estado do Ceará de mais R\$ 100 milhões, de imediato, retroativos a 1º de setembro. Isso resolve, é claro, uma parte crítica, mas ainda estamos longe de equacionar o problema da saúde em nosso País.

Infelizmente, existe este paradoxo absurdo: os mais desenvolvidos recebem mais do que os menos desenvolvidos. É claro que o Estado do Ceará, tampouco nenhum Estado do Norte ou Nordeste do País, quer diminuir o teto das regiões que hoje são mais bem aquinhoadas com os recursos do Sistema Único de Saúde. Não. Jamais. Principalmente no que se refere a São Paulo, Paraná ou Rio Grande do Sul. O que queremos é equalizar, chegar ao patamar em que esses Estados se encontram. Esse é o dilema.

Também queremos ressaltar que um dos problemas centrais do Sistema Único de Saúde são as escolas de formação de profissionais – médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos –, que estão situadas nos hospitais universitários, que acumulam uma dívida hoje superior a R\$ 500 milhões. Assim, aproveitamos a oportunidade da presença do Ministro Temporão no Estado do Ceará para colocar em suas mãos esse dilema. Nós temos, na prática, dois grandes hospitais com emergência: o Hospital Geral de Fortaleza, que mantém a sua emergência aberta; e o Hospital Municipal Instituto José Frota, onde nosso Senador Mão Santa fez as suas primeiras experiências na área de saúde. É lá, no Instituto José Frota, que temos a emergência mais significativa do Estado do Ceará. Embora seja hospital municipal, não atende só Fortaleza, tem caráter regional; ele é do Estado, mas atende outros Estados que usam os serviços daquela unidade de emergência da cidade de Fortaleza.

Então, explicamos para o Ministro José Gomes Temporão que ali, no Hospital Walter Cantídio, na Universidade Federal do Ceará, ligado ao MEC...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arruda...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – É um problema: MEC e Ministério da Saúde. Quando entra a dívida, ninguém sabe de quem é, se do MEC ou do Ministério da Saúde. E queremos resolver esse impasse.

O nosso hospital, onde V. Ex^a se formou em Medicina, na Universidade Federal do Ceará, precisa resolver o problema de uma dívida de R\$ 12 milhões e abrir a sua emergência, porque não há como formar profissionais na área de saúde – médicos, enfermeiros, farmacêuticos, odontólogos –, se não há uma unidade de emergência para os profissionais médicos formados e, principalmente, para os que estão a se formar.

Ouçõ o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Inácio Arruda, tenho acompanhado o sofrimento e o drama dos profissionais da saúde, e um dos mais feios – como Boris Casoy diz “isto é uma vergonha” – foi detectar o salário de um médico do Instituto José Frota, antiga Assistência Municipal, onde eu, acadêmico, fui plantonista. Tirei o primeiro lugar no quinto ano de Medicina e ganhava um salário e meio, à época do Prefeito Murilo Borges, um general. O salário do médico hoje, pago pela Prefeita do PT – não sei como ela chegou a isso –, é de R\$ 720,00. Eu sei o que é aquela luta. Fui interno ali por concurso. Era o plantão da Assistência Municipal, procurado por todo o Ceará, pelo Piauí e pelo Maranhão. E, mais ainda, quando Governador do Piauí, fiz um pronto– socorro. Como lá já era um pronto– socorro grande, busquei– o como modelo. Mas o profissional de lá, pago por este PT, que é uma desgraça nacional, recebe R\$ 120,00. Isso é um absurdo! Foi a mais vergonhosa situação da classe médica. Não sei onde está o dragão do mar, o heróico povo do Ceará, que libertou os escravos em primeiro lugar e não liberta um médico que ganha R\$720,00 no pronto– socorro mais procurado do Nordeste. É uma vergonha essa Prefeita do PT!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E “pt saudações” para o aparte de V. Ex^a.

Os médicos estão mobilizados, discutindo, neste momento, com a Prefeita de Fortaleza, que esteve reunida com o Ministro. Ela recebeu essa herança, herdou também tudo isso.

Então, temos de resolver esse impasse dos profissionais da área de saúde, que estão mobilizados. Hoje, inclusive, é um dia de paralisação, bem cordata, aliás, porque não vão deixar que nenhum cearense, fortalezense ou pessoa de outro Estado deixe de receber o socorro. Mas é um protesto em relação aos salários pagos aos profissionais.

A Prefeita está buscando um acordo que permita que os profissionais saiam dessa situação vexatória – menos de um salário e meio, que era o que V. Ex^a recebia – e cheguem a um patamar de, pelo menos, três ou quatro salários mínimos como piso da categoria no Município de Fortaleza. É um esforço razoável do nosso Município, que tem uma população muito grande, a quarta do País, e é ainda muito pobre.

Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade de fazer o registro da presença do Ministro da Saúde, que não fez referência, no nosso Estado, à ligação da CPMF com o problema da saúde, mesmo porque a CPMF já não é mais um problema só da saúde, ela virou uma necessidade orçamentária da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço o registro de que foi concluído o restante das negociações. Acertamos aqui, pactuamos com todos os Líderes que, na próxima quarta– feira, será instalada a CPI das ONGs, cuja presidência será indicada pelo bloco de oposição, e a relatoria será indicação da base do Governo.

No tocante ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pactuamos também que vamos acelerar as votações e, às 21 horas, será iniciada a reunião do Conselho de Ética.

Portanto, anunciando o acordo, solicito a V. Ex^a a entrada da Ordem do Dia e agilidade nas votações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa– se à

ORDEM DO DIA

Item 9:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que *altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007).*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 5 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 13 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 7 de agosto;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado José Pimentel (PT– CE);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Con-

gresso Nacional nº 48, de 2007, e se esgotará no dia 11 de outubro;

- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena, Relator revisor da matéria. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Faço apenas um apelo: foi anunciada a reunião do Conselho de Ética às 21 horas, mas, se todos fizermos um esforço para votar a matéria e terminarmos a Ordem do Dia antes das 21 horas, que seja a reunião logo após a Ordem do Dia. É o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço o apelo de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 832, DE 2007 – PLEN

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita honra que me encontro nesta tribuna para relatar o Projeto Lei de Conversão nº 26/07, oriundo da Medida Provisória nº 374.

O PLV prorroga por três anos o prazo para a troca de informações entre os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e o regime geral de previdência social, com a finalidade de garantir a compensação financeira entre os regimes.

O prazo atual, prorrogado pela medida provisória, acabaria em maio de 2007 e foi estendido até maio de 2010. Essa prorrogação atinge somente os casos de compensação dos benefícios concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, e mantidos em 5 de maio de 1999.

O PLV aprovado na Câmara dos Deputados inclui alterações no inciso III do art. 4º da Lei nº 11.354/06, para tornar mais claro o direito do anistiado político, fazendo com que as condições e prazos contidos no termo de adesão sejam devidamente cumpridos pela administração pública.

O PLV altera, ainda, o art. 33 da Lei nº 11.457, de 2007, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2007, o prazo para opção pelo parcelamento dos débitos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, das suas autarquias e fundações, relativo às contribuições sociais das empresas e dos trabalhadores com vencimento até o mês anterior ao da entrada em vigor daquela lei.

Na linha de atender aos Estados brasileiros, aprovo também a Emenda nº 3, do Deputado Vanderlei Macris, que estabelece percentuais inferiores ao 1,5% da receita corrente líquida para o pagamento de débitos dos Estados junto ao INSS, acrescentando, ao final da emenda referida, a expressão “ou o menor valor”.

Desta forma, sou pela aprovação do PLV, na forma como veio da Câmara dos Deputados, e a Emenda nº 3, com a inclusão da expressão acima referida, e pela rejeição das demais emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 832, DE 2007 – PLEN

Senhor presidente, Senhoras e senhores senadores,

É com muita honra que venho a esta Tribuna para relatar o projeto de Lei de Conversão nº 26/07, oriundo da Medida Provisória nº 374.

O PLV prorroga por três anos o prazo para troca de informações entre os regimes próprios de previdência social da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal e o Regime Geral de Previdência Social, com a finalidade de garantir a compensação financeira entre os regimes. O prazo atual prorrogado pela MP acabaria em maio de 2007 e foi estendido até maio de 2010.

Essa prorrogação atinge somente os casos de compensação dos benefícios concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, e mantidos em 5 de maio de 1999.

O PLV aprovado na Câmara dos Deputados incluiu alteração no § 3º do artigo 40 da Lei nº 11.354/06, para tornar mais claro o direito do anistiado político, fazendo com que as condições e prazos contidos no Termo de Adesão sejam devidamente cumpridos pela administração pública.

O PLV altera, ainda, o artigo 33 da Lei nº 11.457/07, para prorrogar até 31 de dezembro de 2007, o prazo para opção pelo parcelamento dos débitos de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações, relativos às contribuições sociais das empresas e dos trabalhadores com vencimento até o mês anterior ao da entrada em vigor daquela Lei.

Na linha de atender aos estados brasileiros aprovo também a emenda de número três, do deputado Vanderlei Macris, que estabelece percentuais inferiores a 1,5% da Receita Corrente Líquida para o pagamento de débitos dos Estados junto ao INSS, acrescentado ao final da emenda referida, a expressão “ou o menor valor”.

Desta forma sou pela aprovação do PLV na forma como veio da Câmara e a emenda três com a inclu-

são da expressão acima referida e pela rejeição das demais emendas.

Sala das Sessões 26 de setembro de 2007. – Senador **Cícero Lucena**.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Cícero Lucena, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 1 de 2002, do Congresso Nacional.

No mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão.

Em votação...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o Senador Cícero Lucena apresenta uma emenda na questão de mérito que melhora a situação de Estados e Municípios porque amplia a condição de prazo de pagamento ou diminui o desembolso nos parcelamentos. Nós pactuamos. Não é um acordo com o Governo, mas um acordo comigo, que vou defender dentro do Governo. O prazo de parcelamento será de 240 meses ou 1,5% da receita, o que for menor.

Então, quero dizer que nós acompanhamos a posição, votamos a favor, tanto na constitucionalidade quanto no mérito, inclusive com essa emenda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Registro que, no mérito, pelo Projeto de Lei de Conversão com uma emenda, apresentada pelo Relator, Senador Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o relatório apresentado pelo Senador Cícero Lucena foi impecável do ponto de vista formal e do ponto de vista substantivo. Foi impecável, literalmente impecável. Evidente que o seu Partido se põe ao lado da lucidez, da percuciência, da clarividência que revelou o nobre Relator. A emenda proposta avança, ela é sensível, ela é boa para o País.

O Líder do Governo foi sincero ao dizer que vai lutar para que a decisão do Congresso seja acatada sem vetos pelo Presidente da República. Daqui, nós enfatizamos: é bom que o Presidente perceba que há aqui não algo que desautoriza a sua iniciativa, mas

algo que aperfeiçoa a sua iniciativa e que o ajudará a governar melhor.

Temos confiança de que a emenda proposta pelo Senador Cícero Lucena, que conta já com o aval da Liderança do Governo, não haverá de sofrer vetos presidenciais por uma razão bem simples: porque fica melhor para o País o projeto de conversão assim do que antes. Portanto, o PSDB, convencido de que não haverá o veto, encaminhará pela aprovação da matéria, que desse jeito retornará à Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se da adoção ou da admissão da Emenda nº 3, destacada por mim e pelo Senador Arthur Virgílio – o pedido de destaque está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Essa emenda melhora o texto. Conversei com o Senador Romero Jucá, que foi claro em dizer que apoiava, que não podia se responsabilizar por o Governo vetar ou não vetar, mas entendia que os Estados e Municípios tinham o direito de, em lhe sendo oferecida a oportunidade do alongamento para pagamento da dívida em 240 meses, não se estabelecer a trava do 1,5% previsto na lei original. Duzentos e quarenta meses ou 1,5%, o que for menor. É o texto adotado pelo Relator Cícero Lucena, que conta com o apoio integral dos membros do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria parabenizar V. Exª e também o Senador Arthur Virgílio pela feliz iniciativa, que conta integralmente com o apoio desta Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, o PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas cumprimentar o Relator, Senador Cícero Lucena. Isso traduz

a grandeza deste Senado. Ele é um homem que foi prefeitinho. Aliás, prefeitinho, não, ele foi um extraordinário Prefeito em João Pessoa, mas sensibilizou— se com as dificuldades do Prefeito, alongando para 240 meses essa dívida ou o percentual de 1,5%. Mostra a grandeza desta Casa, o relatório cair na mão de uma pessoa que tem experiência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E mostra, sobretudo, a sensibilidade do Senador Cícero Lucena, Relator da matéria, que, com o apoio do Líder do PSDB, do Líder do Democratas e do Líder do Governo, soube muito bem alongar esse prazo, que é fundamental para a sobrevivência dos Municípios brasileiros.

Parabéns a V. Ex^a.

Continua em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovados.

Passa— se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, ressalvada a emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da emenda apresentada pelo Relator, Senador Cícero Lucena.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Emenda.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 833, DE 2007

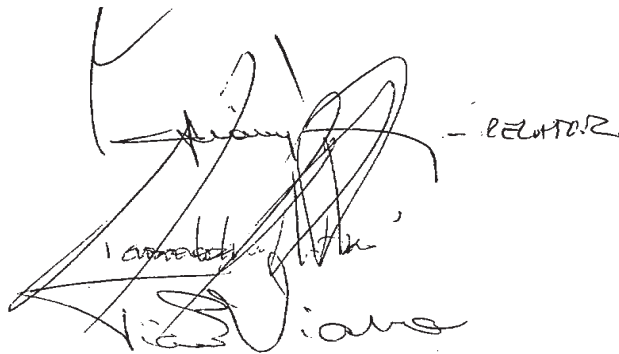
(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão

nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007), que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Sala de Reuniões da Comissão, em 26 de setembro de 2007.



ANEXO AO PARECER Nº 833, DE 2007

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007 (Medida Provisória nº 374, de 2007).

Altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 3, apresentada perante a Comissão Mista)

Acrescente-se ao Projeto o seguinte artigo:

“Art. O **caput** do art. 32 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. Os débitos de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações, relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas **a** e **c** do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com vencimento até o mês anterior da entrada em vigor desta lei, poderão ser parcelados em 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas.”

.....(NR”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da votação da segunda medida provisória, transmito a V. Ex^a que tenho um requerimento solicitando sessão conjunta do Senado, sessão solene do Senado, feito na Câmara dos Deputados pela Deputada Rebecca Garcia, do meu Estado, e aqui, no Senado, por mim, em homenagem ao Dia Internacional do Idoso, que será dia 1º. Nossa sugestão seria que fosse realizada nos dias 2, 3 ou 4 desse mês, no plenário do Senado Federal.

Qualquer dia que a Mesa Diretora julgue mais útil para nós é uma data expressiva e boa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou inverter somente o atendimento. Da última vez, atendi ao requerimento de V. Ex^a em função do seu pedido. Agora, duplamente, vou atender ao requerimento em função do pedido de V. Ex^a e do pedido da Deputada Rebecca Garcia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço em nome da Deputada também, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Renan Calheiros, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria dar um testemunho da competência do Senador Romero Jucá. Foi ele, quando Ministro da Previdência Social, em curto espaço de tempo, que começou a ser sensível a essa melhoria que sofrem os prefeitos nas dívidas da Previdência. Foi o Romero. Inclusive, fui convidado por ele para uma reunião com os prefeitos. Se estão conseguindo isso, deve-se ao Ministro da Previdência Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E eu queria fazer justiça a V. Ex^a pelo resgate que faz do papel do Senador Romero Jucá.

Parabéns, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 10:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 375, de 2007, que *fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229–43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 35 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 22 de agosto;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Eliene Lima (PP – MT);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 49, de 2007, e se esgotará em 29 de outubro;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Duque, como Relator revisor.

PARECER Nº 834, DE 2007 – PLEN

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a primeira vez que tenho a honra de relatar uma proposição em nome do Plenário desta Casa. Vejam V. Ex^{as}. a minha responsabilidade. Mas a matéria já foi devidamente estudada nas Comissões, analisada em profundidade, sofreu alterações e o pa-

recer adequado, no meu entendimento, é o seguinte, que vou passar a ler com bastante clareza, com bastante amplitude para que não haja nenhuma dúvida a respeito do que ora está sendo apresentado.

Chega ao exame desta Casa e, conseqüentemente, deste Plenário, a Medida Provisória nº 375, de junho de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

O ato altera, a partir de 1º junho de 2007 – com retroatividade, conseqüentemente –, a remuneração e a opção (valor que o titular de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública, quando ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, tem adicionado aos seus vencimentos, se optar pela percepção desses) dos cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo da União, em percentuais que variam de 7,93%, para Função Comissionada do Instituto Nacional de Seguro Social, nível 3, a 139,76%, para o cargo em comissão do Grupo– Direção e Assessoramento Superiores, nível 3.

Além disso, a Medida Provisória consolida a legislação existente sobre a matéria, procedendo, em decorrência, à revogação das normas vigentes sobre o tema.

Afirma a Exposição de Motivos nº 126, de 12 de junho de 2007, firmada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que a proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina pública, valorizando os servidores detentores de funções de direção e assessoramento, e constituir– se– á em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.

Outrossim, o mesmo documento aduz que o reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado esse índice pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e corrige distorções de amplitude de remuneração em determinados casos.

A Medida Provisória recebeu trinta e cinco emendas, que vão detalhadas no anexo do processo, e foi aprovada, com a rejeição de todas elas, pela Câmara dos Deputados e encaminhada à revisão desta Casa.

Análise

O pressuposto constitucional da relevância Encontra-se atendido, tendo em vista que a Medida Provisória trata, certamente, de matéria importante, qual

seja, a atualização da remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo da União.

Quanto à urgência, ela está presente, considerando a necessidade premente da concessão dos reajustes que são objeto do ato, com vistas ao bom funcionamento da Administração Pública.

Quanto à constitucionalidade da matéria, não nos parece haver qualquer tipo de vício. Trata– se de tema que deve ser veiculado por lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Além disso, o ato não trata de tema estranho ao seu escopo, cumprindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A proposição é também adequada do ponto de vista econômico– financeiro. Conforme assevera a respectiva Exposição de Motivos, o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade.

Vale observar ainda que a estimativa do impacto orçamentário é de cerca de R\$ 283 milhões, para o exercício de 2007, e de R\$ 484 milhões para os exercícios subseqüentes.

A aprovação da Medida Provisória nº 375, de 2007, desta forma, é fundamental para permitir a adequada ação do Governo, que se reflete na melhor prestação de serviços públicos para a população.

No que concerne às emendas apresentadas, votamos pela sua rejeição, conforme especificado no Anexo. Efetivamente, sua quase totalidade ou busca aumentar a despesa prevista na proposição, que é de iniciativa privativa do Presidente da República, ou trata de matéria estranha à presente proposição, o que contraria o § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002.

Assim, à vista do exposto, manifesto– me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 375 e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitadas as Emendas nºs 1 a nº 35 a ela oferecidas.

É o parecer.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 834, DE 2007

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 375, de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa a Medida Provisória (MPV) nº 375, de 15 de junho de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas

da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O ato altera, a partir de 1º de junho de 2007, a remuneração e a opção (valor que o titular de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública, quando ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, tem adicionado aos seus vencimentos, se optar pela percepção desses), dos cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo da União, em percentuais que variam de 7,93%, para a Função Comissionada do Instituto Nacional do Seguro Social nível 3, a 139,16%, para o cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores nível 3.

Além disso, a Medida Provisória consolida a legislação existente sobre a matéria, procedendo, em decorrência, à revogação das normas vigentes sobre o tema.

Afirma a Exposição de Motivos nº 126, de 12 de junho de 2007, firmada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão que a proposta tem por objetivo favorecer a retenção de competências na máquina pública, valorizando os servidores detentores de funções de direção e assessoramento, e constituir-se-a em fator de fortalecimento da burocracia federal e de continuidade na condução das políticas públicas. Além disso, a medida busca compatibilizar a remuneração dos cargos e funções comissionados ao recente reajuste sobre a alta administração do Poder Executivo Federal.

Outrossim, o mesmo documento aduz que o reajuste proposto recompõe as perdas acumuladas em função da inflação apurada entre janeiro de 2003 e fevereiro deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e corrige distorções de amplitude de remuneração em determinados casos.

A Medida Provisória recebeu trinta e cinco emendas, que vão detalhadas no anexo, e foi aprovada, com a rejeição de todas elas, pela Câmara dos Deputados e encaminhada à revisão desta Casa.

II – Análise

O pressuposto constitucional da relevância encontra-se atendido, tendo em vista que a Medida Provisória trata, certamente, de matéria importante, qual seja, a atualização da remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo da União.

Quanto à urgência, ela está presente considerando a necessidade premente da concessão dos reajustes que são objeto do ato, com vistas ao bom funcionamento da Administração Pública.

A Medida Provisória foi editada em conformidade com as normas previstas no art. 62 da Constituição Federal e no § 1º do art. 2º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002.

Quanto à constitucionalidade da matéria, não nos parece haver qualquer tipo de vício. Trata-se de tema que deve ser veiculado por lei ordinária, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, II, **a** e **c**, da Constituição Federal.

Adicionalmente, não dispõe o texto da Medida Provisória sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos no art. 62, § 1º, da Carta Magna.

Além disso, o ato não trata de tema estranho ao seu escopo, cumprindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A proposição é também adequada, do ponto de vista econômico-financeiro. Conforme assevera a respectiva Exposição de Motivos, o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 – Lei Orçamentária Anual para 2007.

Vale observar que a estimativa do impacto orçamentário da MPV é de cerca de duzentos e oitenta e três milhões de reais, para o exercício de 2007, e de quatrocentos e oitenta e quatro milhões de reais, para os exercícios subsequentes.

Quanto ao mérito, a proposição deve ser acolhida. Efetivamente, a correção dos valores da remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo Federal, cuja última atualização significativa, e, mesmo assim, parcial, teve lugar pela Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, já se mostra imprescindível e inadiável.

A situação anterior à edição da presente Medida Provisória já vinha trazendo grande dificuldade para a Administração Pública, praticamente impedindo o recrutamento de quadros competentes para a ocupação das funções de maior responsabilidade no seio da máquina do Estado, mesmo lembrando que essas, em sua esmagadora maioria, são preenchidas por servidores públicos titulares de cargos efetivos ou de empregos permanentes.

A aprovação da Medida Provisória nº 375, de 2007, desta forma, é fundamental para permitir a adequada ação do Governo, que se reflete na melhor prestação de serviços públicos para a população, que é o objetivo último da Administração Pública.

No que concerne às emendas apresentadas, votamos pela sua rejeição, conforme especificado no Anexo. Efetivamente, a sua quase totalidade ou busca aumentar a despesa prevista em proposição de inicia-

tiva privativa do Presidente da República, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição, ou trata

de matéria estranha à presente proposição, o que contraria o § 4º do art. 40 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 375, de 2006,

e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitadas as Emendas nºs 1 a 35 a ela oferecidas.

, Presidente

, Relator

ANEXO AO PARECER Nº , DE 2007 EMENDAS APRESENTADAS À MP Nº 375, DE 2007

Nº	Art.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer
1	2º	Dep. Moreira Mendes	M	Suprime a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição.
2	2º	Dep. Andreia Zito	M	Suprime a redução do percentual de opção de remuneração para os servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego público em qualquer dos entes federativos investidos nos cargos em comissão da administração pública federal.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição.
3	2º	Dep. Arnaldo Jardim	M	Aumenta a Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação e a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa, que compõem a remuneração dos servidores das Agências Reguladoras, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2008.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
4	novo	Dep. Andreia Zito	A	Concede ou atualiza as parcelas incorporadas pelo exercício de funções comissionadas (quintos), tendo como referência a data da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição.
5	5º	Dep. Edmilson Valentim	M	Suprime as revogações dos dispositivos legais explicitados no art. 5º e a data de referência para a produção de efeitos financeiros fixada no art. 6º.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição.
6	novo	Dep. Edmilson Valentim	A	Impede a transformação em VPNI das parcelas remuneratórias de Adicional por Tempo de Serviço, de Gratificação de Atividade Executiva e da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar as suas respectivas naturezas salariais.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
7	novo	Dep. Cezar Silvestri	A	Reduz gradualmente, entre 2007 e 2013, em termos percentuais, os valores globais destinados ao pagamento dos cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.	Pela rejeição. A matéria não pode ser disciplinada sem uma análise cuidadosa do seu impacto.
8	novo	Dep. Cezar Silvestri	A	Reduz gradualmente, entre 2008 e 2014, em termos percentuais, o quantitativo de cargos em comissão da União ocupados por servidores ou funcionários públicos não concursados.	Pela rejeição. A matéria não pode ser disciplinada sem uma análise cuidadosa do seu impacto.

Nº	Art.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer
9	novo	Dep. Cezar Silvestri	A	Fixa percentuais mínimos de ocupação de cargos em comissão por servidores públicos concursados, tendo como referência o ano de 2007 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2008.	Pela rejeição. A matéria não pode ser disciplinada sem uma análise cuidadosa do seu impacto.
10	novo	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	A	Impede que o aumento de remuneração dos cargos em comissão integre o cálculo de contribuição dos servidores ocupantes destes cargos em qualquer unidade federativa em favor de partidos políticos.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.
11	novo	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	A	Concede reajuste de 40% sobre as tabelas de vencimentos dos servidores ocupantes de cargos efetivos ou empregos de todos os entes federados.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.
12	novo	Dep. Luís Carlos Heinze	A	Faculta que nos municípios onde não houver Delegacia da Polícia Federal, a Polícia Civil da respectiva unidade da federação possa ter a prerrogativa de emitir o Certificado de Registro de Arma de Fogo.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.
13	novo	Dep. Arnaldo Jardim	A	Determina prazo de 180 dias para que o Poder Executivo equipare a remuneração das carreiras das Agências Reguladoras com as do Ciclo de Gestão.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.
14	novo	Dep. Arnaldo Jardim	A	Modifica a nomenclatura dos cargos de “Analista Administrativo” e de “Técnico Administrativo” das carreiras das Agências Reguladoras para os de “Analista em Gestão de Regulação” e de “Técnico em Gestão de Regulação”, respectivamente, bem como inclui entre as atribuições desses servidores as de “planejamento” e de “relacionamento institucional”.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.
15	novo	Dep. Luís Carlos Heinze	A	Determina que os registros de propriedade, expedidos pelos órgãos estaduais sejam renovados mediante o pertinente registro federal no prazo máximo de 6 anos contados da data de regulamentação da Lei nº 10.826/2003.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002–CN.

Nº	Art.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer
16	novo	Dep. Jovair Arantes	A	Incorpora a Gratificação de Atividade Tributária, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, aos vencimentos do cargo efetivo, em valor equivalente a setenta e cinco por cento do vencimento básico do servidor.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
17	novo	Dep. Leonardo Vilela	A	Estende aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
18	novo	Dep. Antônio Roberto	A	Estende aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
19	novo	Dep. Mauro Benevides	A	Estende aos servidores aposentados e pensionistas da extinta Secretaria de Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, a nova vinculação à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos moldes do que foi feito para os servidores ativos.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
20	novo	Dep. Leonardo Vilela	A	Redistribui, para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
21	novo	Dep. Antônio Roberto	A	Redistribui, para os quadros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os servidores que tinham efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
22	novo	Dep. Edmilson Valentim	A	Impede a transformação em vantagem de qualquer natureza da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS, de forma a preservar a sua natureza salarial.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Nº	Art.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer
23	novo	Dep. Arnaldo Faria de Sá	A	Altera as tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
24	novo	Dep. Jovair Arantes	A	Altera as tabelas de vencimentos aplicáveis aos auditores regidos pela Lei nº 10.593/2002, aproximando a relação remuneratória entre os novos e os antigos servidores.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
25	novo	Dep. Arnaldo Faria de Sá	A	Aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação (GIFA), devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
26	novo	Dep. Jovair Arantes	A	Aplica às aposentadorias e pensões concedidas antes do prazo mínimo de 60 meses de percepção da Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, o percentual máximo a que fizeram jus os servidores em atividade.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
27	novo	Dep. Valdir Colato	A	Estrutura a Carreira de Perito Federal Agrário, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
28	novo	Dep. Arnaldo Faria de Sá	A	Transpõe todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Nº	Art.	Autor	Tipo	Conteúdo	Parecer
29	novo	Dep. Jovair Arantes	A	Transpõe todos os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho que estiverem posicionados na Classe A para a Classe B, Padrão I.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
30	novo	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	A	Veda aos partidos políticos a possibilidade de recebimento, direto ou indireto, de contribuição de qualquer natureza, de servidor público ocupante de cargo em comissão.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
31	anexo III	Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto	M	Dobra os valores remuneratórios ora propostos para as funções gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 1991.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição.
32	novo	Dep. Edmilson Valentim	A	Impede que seja alterada a natureza salarial da diferença de vencimentos criada pelo art. 3º da Lei nº 8.270/1991, percebidas pelos servidores do DATASUS.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
33	novo	Dep. Edmilson Valentim	A	Prorroga até a data de 31 de dezembro de 2007 o prazo de opção dado aos servidores ativos, inativos e pensionistas para decidirem integrar os Planos de Carreiras e Cargos de que tratam os arts. 1º, 11, 49 e 89 da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, bem como aquele concedido aos servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, para requererem o reequacionamento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.	Pela rejeição. A emenda dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
34	novo	Dep. Luiz Carlos Hauly	A	Reajusta em 200% a remuneração total de todos os servidores públicos federais, ativos e inativos dos cargos e carreiras do extinto Instituto Brasileiro do Café, vinculados ao Ministério da Fazenda.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
35	novo	Dep. Geraldo Magela	A	Uniformiza os valores das bolsas de estágio oferecidas no âmbito da Administração Pública federal (mínimo de 20h de jornada semanal), fixando em R\$ 700,00 o valor da bolsa para estudantes de nível superior ou de educação profissional de nível médio e em R\$ 490,00 o valor da bolsa para os demais estudantes de nível médio.	Pela rejeição. A emenda provoca aumento de despesa, o que é vedado pelo art. 63, I, da Constituição e dispõe sobre matéria estranha à proposição, ao arripio do § 4º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Paulo Duque, em primeiro lugar, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº1, de 2002 – CN.

No mérito, pela sua aprovação.

Vou colocar em votação os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos constitucionais de urgência, relevância, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória. Depois, concederei a palavra a V. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Inscreverei V. Ex^a para discutir, Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 375, de 2007, concede um reajuste na remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Para os ocupantes de cargo efetivo ou emprego que optarem pela remuneração de seu cargo, o percentual de opção para CNE, DAS e CD passa de 75% e 65%, dependendo do cargo, para um percentual único de 60% do respectivo cargo.

Os percentuais de reajuste dos cargos e funções gratificadas variam da seguinte forma: CNE, de 28,52% a 37,92%; DAS, 30,57% a 139, 75%; CD e IFIS, 28,52% e CD Agências, 33%.

Os CNE, DAS e CD das agências são de livre nomeação, ou seja, não exigem concurso público para ingresso. O Governo do Presidente Lula criou, desde o primeiro mandato, mais de 4,1 mil cargos comissionados DAS. A Medida Provisória contempla mais de 74 mil cargos, sendo que os DAS somam mais de 22 mil cargos. Os DAS– 6, cargos destinados aos secretários e aos titulares de autarquias e de fundações, obtiveram aumento de 37,93%; os DAS– 3, de 139,75%. O DAS– 3 passou de R\$1.575,00 para R\$3.777,00. Esses cargos, que a princípio seriam utilizados exclusivamente por

servidores públicos, provavelmente serão utilizados pelo Governo para nomear por critério político. Isso é lamentável, tendo em vista que o valor do reajuste tornou-se considerável e, certamente, mais atrativo.

Sr. Presidente, ainda assim, entendo que o papel da Oposição é o de fiscalizar a eventual utilização política desses cargos, mas é papel de qualquer Parlamento sensato procurar estabelecer patamares justos de remuneração, para evitar que se perca quadro para a iniciativa privada e para atrair, até da iniciativa privada para o serviço público, pessoas que podem contribuir enormemente para uma prestação de serviços à população que esteja à altura daquilo que nossos impostos sugerem. Uma carga tributária desse porte, que faz o trabalhador comum trabalhar cinco meses, dos doze meses do ano, para pagar impostos – em sete meses, ele tem de cuidar da sua vida –, exige prestação de serviços públicos à altura dela própria.

Portanto, entre a cruz e a caldeirinha – e digo, com muita clareza, ao Governo que vou tomar conta, sim, como Líder de um Partido de Oposição, da nomeação para esses cargos, do provimento desses cargos, levando em conta que estão mais atrativos sob o ponto de vista financeiro –, ainda assim, julgo que meu Partido deve aprovar essa matéria, na esperança de que não haja o aparelhamento, na esperança de que haja a convocação de figuras tecnicamente preparadas, de figuras de absoluta probidade, de figuras que sintam que entram para militar no serviço público com perspectivas de remuneração digna para elas próprias e para suas famílias.

Vivi, por dentro, um governo durante oito anos, e não é diferente imaginar como seria a posição de quem faz a luta por dentro de um governo, hoje, que já dura mais de quatro anos e meio. Não é muito fácil convocar alguém para o Banco Central, Senador Sibá Machado; isso não é muito fácil. São sempre profissionais extremamente bem-dotados sob o ponto de vista intelectual e muito preparados no ramo da Ciência Econômica. São profissionais que, quando não estão no Banco Central, são remunerados regamente pelos fundos de investimento, pelos Bancos que os contratam, pois, afinal de contas, são eles o setor financeiro. São profissionais que, quando estão no Banco Central, trabalham absolutamente por amor ao País, porque seus rendimentos caem aos níveis irrisórios dos salários que lhes são oferecidos. Ou seja, eles passam a pagar para trabalhar pelo País, e tenho profundo respeito por isso. Outras pessoas dizem: “Não vou aceitar, porque tenho interesse na vida particular, na vida privada”. Aqueles que têm vocação pública terminam indo para o sacrifício, terminam indo para o prejuízo

pessoal e terminam indo, Sr. Presidente, para a remuneração menor.

Logo, dentro de critérios de ajuste fiscal, de responsabilidade fiscal, dentro dos limites estritos da Lei de Responsabilidade Fiscal, se se pode dar a eles a perspectiva de permanecerem no serviço público, ao invés de evadirem para a iniciativa privada, julgo que isso é justo.

Concedo um aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a faz uma reflexão acerca da Medida Provisória e quero concordar com seu papel de liderança de um Partido de Oposição. Eu gostaria de dar um testemunho a respeito dos DAS, pois estive à frente de uma autarquia, o Incra, no Estado do Amazonas. Um Superintendente do Incra é DAS– 4, que, nos quatro anos do primeiro Governo, não sofreu nenhum reajuste. Então, o reajuste que é dado para todas essas categorias – quero falar do DAS – está chegando no quinto ano de governo. Sinceramente, como passei pela autarquia e tive essa experiência, pude constatar que os salários estão defasados. A responsabilidade, por exemplo, de um Superintendente do Incra é grande no Brasil como um todo, mas particularmente na Amazônia, e ele precisa receber um salário compatível com o papel estratégico do Incra de fiscalizar e de gerenciar as terras públicas do nosso País. Então, V. Ex^a está correto, no papel de liderança de um Partido de oposição, em fiscalizar, mas quero dar este testemunho: o reajuste está acontecendo no quinto ano do Governo do Presidente Lula, e os DAS, no Brasil, estão defasados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador João Pedro, vejo que nossa democracia está amadurecendo, porque sinto que eu seria outra pessoa se não tivesse passado pela experiência de governo por que passei, como, amanhã, V. Ex^a e seus companheiros serão outras pessoas depois de terem passado pela experiência que estão vivenciando. É aquele milagre democrático da alternância de poder, que faz com que nunca mais se possa repetir o que era o arroubo passado.

V. Ex^a dá o exemplo do Incra, essa importante autarquia federal que dirigiu tão bem, com tanta lucidez, com tantos serviços prestados ao Estado do Amazonas. Pego o Incra, para fazer dois exemplos: um grande quadro administrativo capaz de organizar sua gestão ganharia mais trabalhando administrativamente para uma empresa que prestasse serviços aos Incra. Essa é a verdade. Se a defasagem é a que estamos aqui a reparar, o quadro sai do Incra para trabalhar em uma empresa privada que trabalha para o Incra e, lá,

dá– se muito melhor, sob o ponto de vista do sustento da sua família.

Um engenheiro de campo, alguém de quem o Incra necessita, uma figura preparada, no Incra, ganha menos do que ganharia na empresa que faz a terraplanagem para o Incra abrir suas estradas vicinais. Ou seja, é preciso mesmo uma noção de equilíbrio, de bom–senso, para que nós, dentro dos limites estritos da Lei de Responsabilidade Fiscal, possamos dizer que vale a pena, sim, majorarmos os salários dos DAS.

Eu dizia, ainda há pouco, para o Senador Romero Jucá e para meu assessor Walter Queiroz, que, aparentemente, poderia ser complicado eu chegar aqui para defender o tal reajuste, levando em conta a preocupação que revelo ao longo de todo o meu mandato com muito critério na hora dos gastos públicos. Entendo que existem gastos que são demasiados, mas, enfim, percebo que se devem defender os bons quadros dentro do serviço público, para que a população se queixe menos da altíssima carga tributária que paga.

Portanto, faço isso com a consciência completamente limpa. Estou seguro de que devemos dar, com a ressalva que fiz...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, eu até me havia inscrito para também discutir, mas vou declinar. Quero apenas dizer a V. Ex^a que alguns dados divulgados pela imprensa me preocupam, e são dados de que a população tem conhecimento. Na administração do Presidente Lula, já somamos 22.345 cargos comissionados; só em 2007, foram 1.258 cargos comissionados. Só ocupantes de cargos comissionados do Partido dos Trabalhadores são 5 mil petistas, dentro desses 22.345 mil cargos comissionados, o que é recorde em todos os governos da República Federativa do Brasil. É recorde! Isso me assusta. A **Folha de S. Paulo** publica que, em função do dízimo em relação a esses DAS, a receita petista, com esse tipo de contribuição, cresceu 545%, chegando, em 2006, a R\$2,88 milhões. Isso me preocupa, mas vou deixar para discutir essa matéria na próxima Medida Provisória. Temos ainda de votar a segunda Medida, a que aumenta o número de cargos comissionados. Por isso, estou, antecipadamente, fornecendo esses dados a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mário Couto, ao encerrar, digo que um projeto meu está tramitando na Casa, proibindo contribuição a Partidos, porque isso tira dos Partidos a motivação de pressionarem, no sentido do aparelhamento. As con-

tribuições devem ser feitas por outra via, a meu ver. E que a Casa julgue, que o Congresso julgue matéria que, se aprovada aqui, irá para a Câmara dos Deputados! Portanto, há um amplo debate aí pela frente.

Na próxima matéria – já concedo um aparte a V. Ex^a –, estaremos juntos, porque já avisei ao Líder Romero Jucá que, em uma das matérias, pediremos verificação de *quorum*. Não vamos fazer obstrução; temos o compromisso de não fazer obstrução. Vamos verificar o que pensa cada um sobre a criação dos novos cargos. Cada um ficará na sua cadeira, sem sair daqui, até porque, hoje, haverá uma votação de extremo peso simbólico: a votação, Senador Osmar Dias, que poderá decretar – e creio que assim será, Senadora Marisa Serrano – o fim da votação secreta quando estivermos discutindo fatos como, por exemplo, os das cassações de mandatos. Portanto, estaremos juntos na próxima vez.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, mais uma vez, o Governo erra. Estamos aqui é para ensinar o Luiz Inácio. Só há esta valia: são contrapoderes, que são feitos para frear. O Poder Judiciário nos freia, nós freamos o Poder Executivo e o Poder Judiciário, que freia os dois. Como digo, o Luiz Inácio não foi prefeitoinho. Há pouco, elogiei o Senador Cícero Lucena. Olhem que tenho muito, muito, muito mais experiência do que Luiz Inácio quanto a aumento! Essa é uma ignomínia! O aumento tem de ser igual para todos. Há igualdade na democracia. Está certo que está defasado, mas, Senador Arthur Virgílio, e os velhinhos aposentados? Fizemos uma lei boa e justa, dando 16,7% de aumento, e o Presidente Luiz Inácio a vetou e concedeu o aumento de 3,4%. Esse aumento aí, que sei que é defasado e tudo o mais, vai de 40% a 140%! E os velhinhos aposentados, Luiz Inácio? Isso está errado. Temos de nos mancar! Essa é uma medida provisória, e nada há de urgência e de relevância. Era o caso de, um dia, fazermos um mutirão para obtermos igualdade. Tenho muito, muito, muito, muito mais experiência do que Luiz Inácio, porque fui prefeitoinho, Senador Arthur Virgílio, na época em que havia inflação, e, todos os meses, fazia-se o reajuste. Então, o critério que aprendi com Petrônio e com Lucídio Portella era o de dar mais por menos e menos por mais. Aqui é o inverso: os que ganham mais dão mais, e os pequenos foram desgraçados mais uma vez. Está atrasado? Está. Mas este Congresso serve para frear o Luiz Inácio, para frear a incompetência do Poder Executivo, a injustiça e a indignidade! O salário tem de ser dado em igualdade para todo mundo: as professorinhas, os médicos. Por isso, há esse descabimento. Lembro-me de que, quando estava lá o da Justiça e quando se

fez aquela bandalheira, eles dispararam. E o resto do Brasil está aí. Está tudo errado. Isso é uma farsa! Isso é uma indignidade! Ele não sabe o que é isso. O Mitterrand – ô Luiz Inácio, aprenda! – disse para fortalecer os contrapoderes. Está nos desmoralizando. Fizemos uma lei. O Tasso Jereissati passou noites indormidas, estudando para dar 16,7% de aumento, numa lei boa e justa, e o Luiz Inácio a vetou. Então, nada há para comemorarmos aqui, não! Continuamos na mesma. Hoje, nós e o Brasil só dormiremos se tivermos coragem de derrubar aqui o “Sealopra”. São 600 que andam aí entrando pela porta larga para fortalecer este Partido, que está comprando Deputado, Senador e tudo. O homem que chamou Luiz Inácio de ladrão e de corrupto foi para os Estados Unidos, desaprendeu o Português, ganha seiscentas bocas. Aí faz um Partido grande! Aí enterra a democracia! O que está acabando é isso. Este Senado serve para frear os aloprados!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro, dizendo que a única coisa que discordo do Senador Mão Santa é quanto ao fato de V. Ex^a ter sido um “prefeitoinho”. Não o foi. Foi um notável Prefeito da sua tão amada cidade, assim como foi um eficaz Governador. Tive ocasião de visitá-lo quando estava no exercício do Poder Estadual e testemunhei seu amor pelo seu povo e, sobretudo, o trabalho muito eficaz que praticou no setor da Saúde, que é sua especialidade. Aliás, é da sua habilidade médica que vem esse apelido muito carinhoso que o povo lhe pespega de “Mão Santa”. V. Ex^a, com sua ênfase, com o seu ardor, contagia o Senado para a votação em que nós, aí, sim, mediremos forças com o Governo no voto aberto, sem obstrução, mas no voto aberto, para a matéria que cria os tais cargos novos desse Ministério que tem um nome, digamos assim, de *Diário Oficial*, mas que tem outro que lhe foi cunhado pelo povo brasileiro, que é o de “Sealopra”. Portanto, agradeço a V. Ex^a o aparte.

De minha parte, as considerações que tinham de ser feitas foram feitas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mario Couto, V. Ex^a vai discutir a matéria?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Discutirei a próxima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está certo.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para discutir a matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, com todo o respeito àqueles que se manifestaram contrariamente à matéria aqui discutida, a Medida Provisória nº 375, acredito que pior do que ela é a Medida Provisória nº 377, que cria uma quantidade enorme de cargos. A Medida Provisória nº 375 apenas reajusta salários de Ministros e de servidores com cargos comissionados, o que é importante, para manter os bons técnicos no Governo e para atrair, aos cargos vagados, bons técnicos.

Os salários não devem ficar muito defasados. Já fui Prefeito e Governador e, portanto, sei o quanto é difícil encontrar um bom Secretário Municipal ou um bom Secretário Estadual, um engenheiro, um advogado, um professor, e mantê-los no cargo com um salário irrisório. Então, é justo que esses servidores sejam mais bem remunerados, até para evitar, de certa forma, a corrupção.

Por isso, sou favorável. No entanto, repito: a Medida Provisória nº 377, que cria mais um batalhão de

cargos remunerados, esta, sim, talvez seja prejudicial ao País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 375, DE 2007

Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

§ 1º O docente da Carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao regime de dedicação exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput deste artigo.

§ 2º O docente a que se refere o § 1º deste artigo cedido para órgãos e entidades da União para o exercício de cargo em Comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS-4, DAS-5 ou DAS-6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

§ 3º O acréscimo previsto no § 2º deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS-3.

Art. 3º O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, e dos Cargos Comissionados Téc-

nicos das Agências Reguladoras - CCT passa a ser o constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela a do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A remuneração total das Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, das Gratificações de Representação - GR da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e dos órgãos que a integram, das Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino e das Gratificações pela Representação de Gabinete passa a ser a constante do Anexo III desta Lei.

Art. 5º Ficam revogados:

I - os arts. 1º, 2º e 4º e o Anexo da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002;

II - os §§ 2º e 3º do art. 58 e o Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - o art. 2º e a terceira coluna do Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IV - a terceira coluna do Anexo IV da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 3º e o Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

VI - o art. 155 e a terceira coluna do Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

VII - o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

VIII - o § 2º do art. 1º e os Anexos I e II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;

IX - o § 3º do art. 4º e a segunda coluna do Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;

X - a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995;

XI - o art. 73, o parágrafo único do art. 74 e as Tabelas V e VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XII - o art. 17 e o Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;

XIII - o art. 12 da Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o Anexo X da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992; e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2007.

ANEXO I

**CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E
ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE
ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO
GOVERNAMENTAL**

a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretários Especiais da Presidência da República	10.748,43
Comandante da Marinha	10.684,00
Comandante do Exército	10.684,00
Comandante da Aeronáutica	10.684,00
Secretário-Geral de Contencioso	10.684,00
Secretário-Geral de Consultoria	10.684,00
Subdefensor Público Geral da União	10.448,00
Presidente da Agência Espacial Brasileira	10.448,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	10.684,00

b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	10.448,00
DAS 101.5 e 102.5	8.400,00
DAS 101.4 e 102.4	6.396,04
DAS 101.3 e 102.3	3.777,63
DAS 101.2 e 102.2	2.518,42
DAS 101.1 e 102.1	1.977,31

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD-1	8.307,96
CD-2	6.944,94
CD-3	5.452,10
CD-4	3.959,26

d) CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD I	10.748,43
CD II	10.211,01
CGE I	9.673,58
CGE II	8.598,74
CGE III	8.061,32
CGE IV	5.374,21
CA I	8.598,74
CA II	8.061,32
CA III	2.418,40
CAS I	2.015,34
CAS II	1.746,63

e) Cargos Especiais de Transição Governamental - CETG

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CETG - VII	10.684,00
CETG - VI	10.448,00
CETG - V	8.400,00
CETG - IV	6.396,04
CETG - III	3.777,63
CETG - II	2.518,42
CETG - I	1.977,31

ANEXO II**FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO E CARGOS COMMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS****a) FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT**

FUNÇÃO COMMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	5.105,50	1.531,65
FCT 2	4.282,17	1.284,66
FCT 3	3.591,61	1.149,31
FCT 4	3.012,42	1.024,22
FCT 5	2.526,62	934,84
FCT 6	2.119,19	847,66
FCT 7	1.777,42	782,06
FCT 8	1.490,79	730,49
FCT 9	1.250,37	687,72
FCT 10	1.048,74	650,22
FCT 11	879,61	615,72
FCT 12	737,77	590,22
FCT 13	618,79	556,91
FCT 14	519,00	519,00
FCT 15	435,31	435,31

b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
GTS - 3	2.985,67
GTS - 2	2.336,61
GTS - 1	1.947,18

c) FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO INSS

NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FCINSS-1	1.186,39
FCINSS-2	1.511,05
FCINSS-3	2.266,58

d) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FDS-1/FDJ-1	6.265,67
FDE-1/FCA-1	5.314,58
FDE-2/FCA-2	4.092,29
FDT-1/FCA-3	2.922,70
FDO-1/FCA-4	2.313,48
FCA-5	1.028,21

SUPORTE

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
FST-1	706,90
FST-2	514,11
FST-3	385,58

e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Coordenador Técnico	GSE-1	969,54
Coordenador de Informática	GSE-2	969,54
Assistente Técnico	GSE-3	519,39
Coordenador de Área	GSE-4	727,14
Coordenador de Sub-Área	GSE-5	519,39
Agente de Coleta Municipal	GSE-6	311,64
Coordenador Administrativo	GSE-7	727,14
Assistente Administrativo	GSE-8	519,39

f) CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

CCT V	2.043,55
CCT IV	1.493,35
CCT III	899,51
CCT II	792,97
CCT I	702,14

ANEXO III

FUNÇÃO GRATIFICADA, GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS ÓRGÃOS QUE A INTEGRAM, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE E FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
FG-1	147,92	245,55	393,47
FG-2	113,79	188,89	302,68
FG-3	87,52	145,29	232,81

b) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Secretário	249,21	413,69	662,90
IV - Assistente	284,10	471,61	755,71
V - Supervisor	318,18	528,17	846,35

c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Auxiliar	123,26	204,60	327,86
Secretário/Especialista	147,92	245,55	393,47
Assistente	177,51	294,67	472,18
Supervisor	212,99	353,56	566,55

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DEVIDA AOS SERVIDORES MILITARES (art. 11 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992)

GRUPO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
A	1.269,66
B	1.134,10
C	1.048,43
D	952,81
E	867,26
F	788,41

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	TOTAL
Oficial de Gabinete	30,67	50,91	81,58
Auxiliar de Gabinete	31,16	51,72	82,88

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13/1992)	ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL	TOTAL
FG - 1	100,47	166,78	446,77	714,02
FG - 2	85,81	142,44	252,09	480,34
FG - 3	71,09	118,00	200,34	389,43
FG - 4	51,99	86,31	68,98	207,28
FG - 5	40,00	66,40	54,45	160,85
FG - 6	29,63	49,18	39,14	117,95
FG - 7	28,28	46,94	-	75,22
FG - 8	20,92	34,73	-	55,65
FG - 9	16,97	28,16	-	45,13

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 11:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 376, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 376, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, no valor de quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas duas emendas.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 3 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 29 de agosto;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Frank Aguiar (PTB – SP);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 50, de 2007, e se esgotará em 30 de outubro;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 835, DE 2007 – PLEN

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com fundamento nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica.

Sr. Presidente, vou ler o voto, uma vez que o material já está nas mãos de todos os Srs. Senadores.

Voto.

Atende os pressupostos constitucionais, atende a compatibilidade e a adequação financeira e orçamentária, atende o requisito de se expor a motivação da medida provisória.

Mérito.

O instituto de crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender as programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam de caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não podem se submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do Poder Público.

Tendo em vista os argumentos trazidos na Exposição de Motivos que demonstram a necessidade da edição da medida provisória, posicionamo-nos favoravelmente ao mérito da medida.

Emendas.

Tendo em conta que o instituto do crédito extraordinário objetiva atender a situações específicas, como recomenda o próprio mandamento constitucional do art. 167, § 3º, não vemos como atender as pretensões dos nobres Parlamentares, manifestadas por meio das emendas apresentadas.

Conclusão.

Em razão do exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade de despesas, constantes da Medida Provisória nº 376, de 2007, por sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 835, DE 2007

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator revisor: Senador

1 – Relatório

Com fundamento nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 376, de 18 de junho de 2007 (MP nº 376/07), que “Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

pios, no valor de R\$15.704.401.380,00, para os fins que especifica”.

Segundo os elementos contidos na Exposição de Motivos nº 108/2007-MP, de 4 de junho de 2007, formalizada pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instrui a proposição, o crédito visa adequar a programação orçamentária vigente. O crédito aloca recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, além de transferir dotações a Estados, Distrito Federal e Municípios para a compensação da isenção do ICMS aos Estados Exportadores.

No primeiro ano de implantação o Fundeb contará, entre outros recursos, com os seguintes: **a)** 16,66% do FPE, do FPM, da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI, além do montante de recursos transferidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme disposto na Lei Complementar nº 87/1996; e **b)** 6,66% da Transferência para Municípios do Imposto Territorial Rural.

A não inclusão de programação no Orçamento Geral da União no exercício de 2007, que retratasse a destinação dos tributos federais ao Fundeb, decorreu da incerteza quanto à aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, somente promulgada em 20 de dezembro de 2006. Além disso, a Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, só foi publicada no dia 29 de dezembro de 2006.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, o crédito relativo à Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para a Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores atende o disposto no Parecer da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/CAF/nº 806/2007, de 7 de março de 2007, que estabelece que a União tem a obrigação de entregar recursos aos entes federados, por força do § 3º do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, e, por essa razão, também tem a obrigação de incluir na Lei Orçamentária anual o montante a ser entregue aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a título do disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Segundo interpretação daquela Procuradoria, após o ano de 2006 e até ser editada a Lei Complementar mencionada no caput do art. 91 do ADCT, permanece vigente “o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002”.

Não consta da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, LOA-2007, dotações orçamentárias para essa finalidade, tendo em vista a dúvida a respeito do prazo de vigência de tal transferência segundo interpretação do mi. 31 e do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996. De maneira preventiva, foram alocados recursos adicionais na ação “Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das Exportações – Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações”, que serão remanejados para o atendimento deste crédito.

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 30, combinado com a alínea “a” do inciso 1 do § 1º do art. 31, todos da Medida Provisória nº 339, de 2006, faz-se necessária a concomitante destinação de recursos ao Fundeb.

No prazo regimental, foram apresentadas 2 emendas à Medida Provisória:

– Emenda nº 00001, de autoria do Deputado Reinaldo Nogueira – solicita que as transferências de que trata a MP seja realizada prioritariamente para os Municípios localizados nas Regiões Metropolitanas;

– Emenda nº 00002, de autoria do Deputado Osmar Serraglio – solicita que a União reveja e exclua a penalidade aplicada ao Estado do Paraná no Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas n. 11/98, por força do não pagamento dos títulos públicos adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná S.A.

2 – Voto

2.1 – Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que cumpre ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Dessa forma, confrontando as disposições constitucionais mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção de presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam

demonstradas a urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

2.2 – Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A proposição será atendida com anulação parcial de dotações orçamentárias. Cabe ressaltar que o crédito está em consonância com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subsequentes).

2.3 – Atendimento do Requisito de se Expor a Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos nº 108/2007/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

2.4 – Mérito

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender a programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não podem submeter-se ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público.

Tendo em vista os argumentos trazidos na Exposição de Motivos, que demonstraram a necessidade da edição da MP, posicionamo-nos favoravelmente ao mérito da Medida Provisória.

2.5 – Emendas

Tendo em conta que o instituto do crédito extraordinário objetiva a atender a situações específicas, como recomenda o próprio mandamento constitucional ao art. 167, § 3º, não vemos como atender as pretensões dos nobres parlamentares, manifestadas por meio das emendas apresentadas.

Ademais, o artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, dispõe que “somente serão admitidas emendas

a crédito extraordinário que tenham como finalidade modificar o texto da medida ou suprimir dotações, total ou parcialmente”. Por esse motivo, consideramos essas emendas inadmitidas, apesar dos nobres objetivos de sua apresentação.

2.6 – Da Conclusão

Em razão do exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade ou despesa constante da Medida Provisória nº 376, de 2007; por sua compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senadora **Lúcia Vânia**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar da Relatora revisora, Senadora Lúcia Vânia, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à discussão do mérito da matéria.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar ao Líder Romero Jucá que, durante a discussão do Fundo da Educação Básica, no dia 22 de maio de 2005, S. Ex^a assumiu o compromisso de que o Governo enviaria, em caráter de urgência urgentíssima, uma medida provisória contemplando o transporte escolar.

Senador José Agripino, V. Ex^a falou muito disso aqui, verberou, reverberou sobre a importância de as Prefeituras terem apoio para o transporte escolar. O Lí-

der Romero Jucá assumiu o compromisso com V. Ex^a e conosco, no dia 22 de maio de 2005, de que o Governo enviaria, em caráter de urgência urgentíssima, medida provisória contemplando essa matéria. Imaginávamos que na medida provisória que está sendo apreciada agora esse item já pudesse ser contemplado.

Além disso, durante a discussão do Fundeb, percebemos que o ensino médio perdeu muitas receitas em função de transferências a creches e a ONGs. V. Ex^a também se comprometeu conosco no sentido de que esse assunto seria tratado oportunamente por meio de edição de medida provisória.

Portanto, considero oportuno, Senadores, que o Líder Romero Jucá nos dê uma posição em relação ao compromisso firmado; ou seja, a questão do transporte escolar precisa ser imediatamente resolvida.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu queria... Creio que a Senadora Lúcia Vânia quer falar alguma coisa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Como Relatora. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de informar ao Senador Marconi Perillo que há uma nova medida do Fundeb um pouco à frente. A emenda de minha autoria, que trata da questão, está contemplada por essa medida provisória.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – É sobre transporte escolar?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Não é sobre transporte escolar,...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Eu estou falando com relação ao transporte escolar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É aquela questão da dívida, de colocar como parâmetro a receita líquida real.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Perfeitamente, Senadora.

Estou me referindo, Senadora, a receitas que o ensino médio perdeu, que foram destinadas a creches e ONGs.

Principalmente, estou cobrando, democrática e respeitosamente, do Líder do Governo o compromisso em relação ao transporte escolar. E é bom que o Senador José Agripino fique atento, já que foi um dos Líderes mais incisivos em relação a essa cobrança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao Senador Marconi Perillo, ao Senador José Agripino e ao Senador Mário

Couto, que também cobra bastante essa questão do transporte escolar.

Há um grupo concluindo uma medida do Ministério da Educação junto com as Prefeituras. Provavelmente, nem será necessária uma medida provisória. Está se construindo uma outra solução. A idéia é de que, pelo menos pela posição do Ministro, a quem tenho cobrado semanalmente, no máximo em 15 dias, teremos esse esqueleto de proposição, e trarei ao Plenário, para informar a todos que se interessam pela questão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 376, que foi muito clara e brilhantemente relatada pela Senadora Lúcia Vânia, do meu Partido, do Estado de Goiás, abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00, com o objetivo de ajustar as programações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, e da Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores (Lei Kandir).

Em relação ao Fundeb, a promulgação da Emenda Constitucional nº 53 e a regulamentação efetivada por meio da MP 339/2006, ambas ocorridas em dezembro de 2006, motivaram a não inclusão na Lei Orçamentária para 2007 da programação retratando a destinação dos tributos federais.

No que tange à Lei Kandir, a falta da lei complementar regulamentando o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, implica distribuição dos recursos destinados à compensação pela isenção do ICMS aos Estados exportadores, no formato estabelecido na Lei Complementar nº 87 (alterada pela Lei Complementar nº 115/2002). Esse, afinal, Sr. Presidente, é o entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme o Parecer nº 806/2007.

Diversamente de anos anteriores, em que se distinguem nas rubricas orçamentárias que importariam a distribuição conforme a Lei Kandir e as leis de fomento, na Lei Orçamentária de 2007, o montante de R\$3,9 bilhões, originário da proposta, está alocado em dotação única – “Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações” –, além de R\$1,3 bilhão, alocado em Reserva de Contingência específica para “Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”, com o

compromisso de execução conforme a verificação de excesso de arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal.

Desta forma, diante da citada falta de regulamentação do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, combinada à indefinição, ainda, no Confaz, acerca do critério de distribuição dos recursos alocados em dotação única na LOA (Lei Orgânica de Assistência Social) de 2007, é importante destacar que, com a edição desta medida provisória, juntamente com as de nºs 355, de 2007, e 368, de 2007, completa-se o ajuste do formato da transferência de R\$3,9 bilhões, a ser realizada no exercício de 2007, restando estabelecer o critério da reserva de R\$ 1,3 bilhão, vinculada à ocorrência de excesso de arrecadação no presente exercício. Do mesmo modo, a combinação dessas três medidas provisórias reflete o critério de distribuição aplicado em 2006, não se alterando, dessa forma, os valores a serem repassados a cada ente subnacional.

Em relação à admissibilidade da matéria, evidentemente, cabe destacar que os pressupostos constitucionais – isso já foi visto – estão respondidos.

Do ponto de vista do fundo, entendemos que a argumentação da Senadora Lúcia Vânia é irresponsável, absolutamente lúcida, pertinente e adequada. A posição da Senadora Lúcia Vânia, que encaminhará a votação pelo PSDB, condicionará a posição de todos os Senadores tucanos.

Vale o alerta feito pelo Senador por Goiás, Senador Marconi Perillo, sobre compromissos assumidos pelo Governo neste plenário, que precisam ser honrados, em relação ao transporte escolar. Valeu a advertência feita pelo Senador Marconi Perillo, porque o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, já deu conta de que o Governo está tratando – talvez ainda sem necessidade de medida provisória, talvez sem necessitar de recorrer a esse recurso – de responder à indagação que, em nome de todos nós, foi feita, com muita sensibilidade social, pelo Senador Marconi Perillo.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que o encaminhamento da votação – e isto condicionará o voto dos Senadores tucanos – será feito pela Senadora Lúcia Vânia, que foi a brilhante Relatora da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, normalmente o meu Partido tem votado e vota, sistematicamente, contra créditos

extraordinários. Ocorre que esse crédito extraordinário que está sendo objeto de medida provisória destina recursos ao Fundeb, Programa que foi aprovado este ano e não estava previsto, não estava quantificado. Então, vou recomendar o voto “sim”.

Vou ter a humildade de dizer: mesmo se tratando de um crédito extraordinário, vou votar “sim” e pedir aos meus companheiros que votem “sim”. Por uma razão muito simples: o Fundeb, que é uma coisa boa, que é o sucedâneo ou acréscimo ao Fundef, criado no Governo anterior, não estava previsto; foi objeto de discussões, debates, aperfeiçoamentos e foi votado e aprovado este ano.

Não poderia, portanto, haver provisão orçamentária, para fazer face às despesas do Fundeb. Crédito extraordinário, nesse caso, justifica-se, bem como a destinação de recursos da Lei Kandir – em ambos os casos. Por essa razão, o voto que vou encaminhar é “sim”.

Agora, muito bem lembrado pelo Senador Marconi Perillo, muito bem lembrado: aqui obtivemos o compromisso do Senador Romero Jucá – que é bom de compromisso, diga-se de passagem – de trabalhar o assunto da destinação de parte dos recursos do Fundeb para a utilização em transporte escolar. Na rubrica, não é permitido o uso em transporte escolar. Aqui todos nós sabemos que esse é um enorme ônus aos orçamentos municipais. É um pleito candente dos Prefeitos a possibilidade de uso dos recursos do Fundeb com o transporte escolar, que, repito, é um ônus, um peso, que esvazia os cofres municipais.

Continuo a confiar nas providências que anuncia aqui o Senador Romero Jucá. Agora, estamos no mês de setembro e gostaria que S. Ex^a, na semana que entra, trouxesse, como trouxemos...

Quero fazer um registro ao Senador Romero Jucá: hoje anunciei ao meu Estado a sanção da medida provisória que beneficiou os pescadores de lagosta.

A medida provisória foi sancionada hoje, entrou em vigor; foi uma luta nossa, da qual V. Ex^a participou. A partir de agora, os pescadores podem receber indenização pelas redes, pelos compressores e têm direito ao salário-desemprego no período de transição.

Da mesma forma como fomos parceiros em boas causas, gostaria que V. Ex^a, que tem, claro, como Líder do Governo, todo acesso ao MEC, trouxesse – nos informação precisa sobre a possibilidade de uso dos recursos do Fundeb para transporte escolar, atendendo a uma exigência dos Prefeitos, endossada pelo meu Partido, Democratas.

O voto do Democratas, Sr. Presidente, será “sim” à MP, com as explicações que ofereço.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Renan Calheiros, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador José Agripino, escutei atentamente a preocupação de V. Ex^a, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Marconi Perillo. Temos um compromisso assumido pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Tenho certeza de que S. Ex^a está preocupado também com o assunto e já me convenceu de que está tratando dele.

Não tenho, Sr. Presidente, a menor dúvida de que o Senador Romero Jucá vai trazer essa solução a curto prazo. É importante que essa solução seja a curto prazo em função do endividamento dos Prefeitos, que estão pagando transporte escolar, sem ter a obrigação de fazê-lo.

Fico muito satisfeito em ver o Líder do Governo preocupado com a solução desse problema. Tenho certeza de que V. Ex^a, Senador Romero Jucá, trará esse assunto resolvido na próxima semana ou na seguinte. Não tenho dúvida nenhuma de que V. Ex^a sabe que não podemos esperar muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, o assunto que foi trazido agora, a transferência dos recursos para o transporte escolar aos Municípios, é da maior gravidade.

Senado Romero Jucá, gostaria que V. Ex^a prestasse um minuto de atenção.

Quando discutimos a aprovação do Fundeb, V. Ex^a assumiu o compromisso de trazer, nos 15 dias seguintes, a solução para o transporte escolar dos Municípios.

Estive, no final de semana, em Itaituba e em Trairão, que ficam na Santarém–Cuiabá. O Prefeito de Trairão, Município pequeno, que enfrenta dificuldades, gasta por mês R\$50 mil no transporte escolar e não recebe, desde janeiro, nem a quantia pequena que é repassada para o Estado. A Governadora não a transfere para os Municípios.

Quer dizer, ele está sendo prejudicado duplamente: não recebe a quantia, que é insuficiente, de R\$5 mil a R\$6 mil, porque a Governadora deixou de fazer a transferência para os Municípios, e não tem a solução que ficamos de obter aqui, quando do Fundeb.

O que o Senador Mário Couto, o Senador José Agripino, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Marconi Perillo colocaram é que V. Ex^a, Senador Romero Jucá,

apesar de toda a relação de amizade que tem com todos nós, não consegue trazer do Governo a solução desse compromisso assumido com a Casa.

Senador Mário Couto, não posso aceitar que o Senador Romero Jucá não defina um prazo, para que, a partir daí, tomemos outras providências com relação ao transporte escolar. Queria ouvir do Senador Romero Jucá qual é o prazo que necessita para trazer do Governo a solução do problema.

Nós tínhamos a proposta da Confederação Nacional de Municípios de resolvê-lo na PEC do Fundeb. Então, gostaria que V. Ex^a, Senador Romero Jucá, desse-nos o prazo de uma semana, de duas semanas, de um mês, para que pudéssemos dizer aos Prefeitos que o Governo assumiu o compromisso de apresentar, a partir de dado momento, uma proposta para ser discutida.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Flexa Ribeiro, apenas para repetir o que disse antes: fiz aqui o entendimento, porque recebi a informação do Governo, quando da votação do Fundeb, de que estava sendo ultimada uma medida provisória, para tratar a questão do transporte escolar. Passaram-se mais de 15 dias, e tenho cobrado isso do Governo. Não vou marcar prazo, porque não cabe a mim definir essa questão. Estou cobrando do Governo. Há uma equipe hoje do Ministério da Educação, em conjunto com a Associação dos Prefeitos, definindo uma nova sistemática. A informação que eu tenho é que ela está sendo concluída. Mas eu não quero faltar novamente em relação à questão de prazo porque não está na minha alçada. Quero garantir que estou cobrando, que vou continuar cobrando e que o Governo irá tomar providências para enfrentar o desafio do transporte escolar. Agora, não me cabe marcar aqui 10, 15 ou 20 dias, porque eu ficarei inadimplente e não quero ficar inadimplente nem com V. Ex^a nem com qualquer outro Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas V. Ex^a, como Líder do Governo, com o prestígio que tem com o Presidente Lula, tenho absoluta certeza de que irá cumprir a sua palavra. Até porque, da forma como V. Ex^a está colocando, é muito vago. Os prefeitos dos mais de cinco mil municípios brasileiros esperaram quatro anos pelo compromisso do Presidente Lula de aprovação do aumento de um ponto percentual no rateio do Fundo de Participação dos Municípios. Como agora eles vão ter de esperar outros quatro anos, Senador Renan, para resolver o problema do transporte escolar?!

V. Ex^a que me desculpe, mas o Governo está “empurrando com a barriga” a questão do transporte escolar. Então, temos de estabelecer um prazo. Findo

esse prazo, vou pedir ao meu Presidente, Senador Tasso Jereissati, que o PSDB também passe a obstruir a pauta até que se resolva o problema dos prefeitos. Porque não é possível que prefeituras em dificuldades estejam...

E o que é pior, Senador, o Governo Federal, que diz dar prioridade ao ensino, está dando uma demonstração exatamente contrária, porque, como os prefeitos estão sem recursos, não estão indo buscar os alunos para as salas de aula. Ou os alunos têm de caminhar a pé – e na Amazônia e no Pará não podem fazê-lo porque são distâncias quilométricas – ou não vão para as aulas, não vão à escola.

Então, V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande com a educação do nosso País. Se o Governo está preparando um tal de plano não sei o quê da educação, com uma pirotecnia enorme, como todos os planos de aceleração do crescimento que não saem do papel, V. Ex^a tem a obrigação, sim, como Líder, com o prestígio que V. Ex^a tem, de dar um prazo aqui para o Senado Federal para que possamos resolver o problema dos municípios. Falo especialmente dos 143 municípios do Pará, mas também em nome de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Flexa, quero apenas dizer que não vou marcar data. V. Ex^a já está obstruindo, porque temos um acordo, precisamos votar, temos muita matéria para votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou em obstrução e vou continuar em obstrução.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Estamos discutindo sobre transporte escolar, que é uma matéria que não está no objeto da medida provisória. Eu gostaria de fazer um apelo para que nos centrássemos nas matérias, pois estamos no pacto de votação. Essa questão do transporte escolar o Governo está tratando, está encarando com responsabilidade. Nenhum governo fez o que se fez nessa questão do Fundeb. Portanto, estamos avançando. Agora, não vamos chegar lá aqui e agora, nem debater esse assunto. Não vou mais debater esse assunto com V. Ex^a. Na hora que eu tiver o resultado, vou trazê-lo. Agora, peço compreensão, porque temos uma vasta pauta, temos votações nominais, temos várias medidas a serem votadas, inclusive para a quebra das sessões secretas para apreciação e votação de cassação. Portanto, o registro foi feito e eu solicitaria a V. Ex^a que pudéssemos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vamos dar continuidade à votação, mas estou acertando aqui, Sr. Presidente, com o Presidente Tasso Jereissati. O PSDB aguardará, até o final de outubro, que o Governo encaminhe para o Senado Federal a solução do transporte escolar. A partir daí, nós vamos obstruir,

porque só se vota aqui aquilo que é de interesse do Governo. Então, nós temos de votar o que é de interesse da sociedade brasileira, e não somente aquilo que é do interesse do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB tem muito orgulho dos seus Senadores, e o Senador Flexa Ribeiro acabou de demonstrar, mais uma vez, o peso, a seriedade, a sobriedade das pessoas que compõem a nossa Bancada. Digo isso sem nenhum desdouro, sem nenhum demérito para as demais representações aqui na Casa.

No fundo, no substantivo, S. Ex^a está coberto de razão e fez uma advertência que será corroborada pelo PSDB no momento oportuno, e ele marcou a data: determinado momento do mês de outubro. Porém – e aí vem o mérito que quero aqui ressaltar, fazendo a homenagem que bem merece o Senador Flexa Ribeiro –, nós temos hoje um acordo formalizado, e este acordo prevê a votação de uma matéria de extremo peso simbólico, que é o fim da sessão secreta em sessões que se esteja discutindo cassação de mandatos. Do mesmo modo, faremos hoje o início da tramitação das propostas de emenda constitucional que tratarão do voto aberto para efeitos de cassação de mandato. Ou seja, o Senador Flexa Ribeiro, a quem agradeço de maneira penhorada, demonstrou grandeza, demonstrou bom senso, demonstrou espírito público e, ao mesmo tempo, deixou no ar, com clareza registrada, uma advertência que será corroborada pelo seu Partido em relação ao transporte escolar. S. Ex^a, portanto, está de parabéns, seja pela compreensão que teve ao retirar a declaração de obstrução, seja pela sensibilidade social que demonstrou, ajudando a viabilizarmos uma sessão que se revestirá de caráter histórico para o País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 376, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito extraordinário no valor de R\$ 15.704.401.380,00 (quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								1.625.130.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	0903 099B	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA ISENCAO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003)						1.625.130.000
28 845	0903 099B 0101	TRANSFERENCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DA ISENCAO DO ICMS AOS ESTADOS EXPORTADORES (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 1996 E LEI COMPLEMENTAR Nº 115, DE 2003) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	1	30	0	100	1.218.847.500
			F 3	1	40	0	100	406.282.500
TOTAL - FISCAL								1.625.130.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.625.130.000

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	I U	F T E	VALOR
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA								14.079.271.380
		OPERACOES ESPECIAIS						
28 845	0903 0C33	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB						14.079.271.380
28 845	0903 0C33 0101	FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	1	30	0	100	243.652.500
			F 3	1	30	0	101	6.978.218.613
			F 3	1	40	0	100	81.217.500
			F 3	1	40	0	101	6.764.888.551
			F 3	1	40	0	102	11.294.216

TOTAL - FISCAL**14.079.271,380****TOTAL - SEGURIDADE****0****TOTAL - GERAL****14.079.271,380****ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS****UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA****ANEXO II****CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M P D	I O D	M I D	I O D	F I D	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA**1.950.000.000**

FUNC	PROGRAMATICA	OPERACOES ESPECIAIS	E S F	O R D	M P D	I O D	M I D	I O D	F I D	VALOR
28 845	0903 0E25	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES								1.950.000.000
28 845	0903 0E25 0001	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSACAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES - NACIONAL	P	3	1	90	0	100		1.950.000.000

TOTAL - FISCAL**1.950.000.000****TOTAL - SEGURIDADE****0****TOTAL - GERAL****1.950.000.000**

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS

UNIDADE : 7316 - TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

			E	G	R	M	I	F	
			F	D		D		E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									13.754.401.330
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 845	0903 0044	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FFE (CF, ART.159)							6.464.226.838
28 845	0903 0044 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - FFE (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	30	0	101	6.464.226.838
28 845	0903 0045	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159)							6.764.888.551
28 845	0903 0045 0001	FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM (CF, ART.159) - NACIONAL	F	3	1	40	0	101	6.764.888.551
28 845	0903 0046	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR N° 61, DE 1989)							513.991.775
28 845	0903 0046 0001	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF EXPORTADORES NA ARRECADACAO DO IPI (LEI COMPLEMENTAR N° 61, DE 1989) - NACIONAL	F	3	1	30	0	101	513.991.775
28 845	0903 006M	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL							11.294.216
28 845	0903 006M 0001	TRANSFERENCIA PARA MUNICIPIOS - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - NACIONAL	F	3	1	40	0	102	11.294.216
TOTAL - FISCAL									13.754.401.330
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.754.401.330

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 12:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo– Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 21 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 2 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 5 de setembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Pedro Chaves (Bloco/PMDB – GO);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 51, de 2007, e se esgotará no dia 30 de outubro;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, como Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 836, DE 2007 – PLEN

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Parecer de Plenário sobre Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº

377, de 2007, que acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, cria cargos em comissão do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, e dá outras providências.

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 27, de 2007, proveniente da Medida Provisória (MPV) nº 377, de 18 junho de 2007, cuja ementa se encontra na epígrafe.

O referido PLV foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 5 de setembro de 2007, conforme parecer proferido em plenário pelo Relator, o eminente Deputado Pedro Chaves, que concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Medida Provisória e das Emendas nºs 1 a 8, 10 e 11; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 9, 12 a 21; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição de todas as emendas.

A Medida Provisória promove alterações na Lei nº 10.683, de 2003, que *dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*, para criar a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo como órgão da estrutura essencial da Presidência da República, dirigida por Ministro de Estado com assento no Conselho de Governo e no Conselho de Desenvolvimento Regional.

Essa Secretaria passa a responder pela assessoria “direta ao Presidente da República, no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo”.

A exposição de motivos que acompanha o ato legislativo esclarece que:

Também são competências da nova Secretaria a elaboração de projetos de natureza estratégica; a preparação e promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios na área de assuntos de natureza estratégica; e a gestão, análise e avaliação de assuntos de natureza estratégica de longo prazo, em articulação com o governo e a sociedade.

Para o funcionamento desse novo órgão, são criados os seguintes cargos em comissão do Grupo– Direção e Assessoramento Superiores (DAS): dois DAS– 6; dez DAS– 5; vinte e um DAS– 4; vinte e um DAS– 3; dezesseis DAS– 2; e nove DAS– 1.

Além disso, essa MPV modifica a estrutura de cargo em comissão da Secretaria de Relações Institucionais, do Gabinete de Segurança Institucional,

transformando o cargo de Subchefe Executivo em Secretário Executivo; faz ajustes na composição do Conselho de Governo, para incluir a nova Secretaria Especial de Portos e excluir a participação do Advogado-Geral da União; e altera uma das competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para explicitar a coordenação e critérios de governança corporativa das empresas estatais federais e acrescentar uma secretaria em sua estrutura básica.

A alteração realizada na Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, permite que seja realizada a cessão de servidores efetivos do quadro de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal para os órgãos centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, mas com o direito ao recebimento da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE).

Compõem esse sistema as unidades gestoras centrais de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de Informações Organizacionais do Governo Federal, de Gestão de Documentos de Arquivo de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais.

Por fim, a MPV cria 626 novos cargos em comissão e 34 Funções Gratificadas, sendo quatro DAS- 6, sessenta e cinco DAS- 5, cento e dezesseis DAS- 4, cento e noventa e dois DAS- 3, duzentos DAS- 2, quarenta e nove DAS- 1 e trinta e quatro FG- 1, com impacto orçamentário, segundo a exposição de motivos que acompanha o ato, de R\$25.612.211,26 para o atual exercício e de R\$43.906.647,88 para os anos seguintes.

O Poder Executivo informa que os impactos financeiros da Medida estão adequados aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

II – Análise

Verifica-se, ainda, que se trata de matéria não incluída entre aquelas assinaladas como de competência exclusiva do Congresso Nacional – art. 49 – ou do Senado Federal – art. 52 –, caracterizando-se como tema tipicamente enquadrado no art. 48 da nossa Carta Magna, que atribui ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a disposição sobre as matérias de competência da União, na forma de leis.

Adicionalmente, não dispõe o texto da MPV sobre matéria cuja deliberação ou tramitação esbarre nos limites materiais estabelecidos pelo art. 60, §4º, da Carta Magna.

Segundo a Exposição de Motivos, a criação dos cargos em comissão e funções gratificadas é necessária para se implementar um conjunto de medidas de reorganização administrativa relevantes e urgentes, com o objetivo de solucionar ou amenizar problemas verificados no campo da gestão, acompanhamento e supervisão de políticas públicas do Governo Federal, contribuindo, assim, para manter a eficiência e eficácia do Estado.

A MPV atende a demandas do Ministério do Turismo (Mtur), do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Defensoria Pública da União, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Previdência Social, da Advocacia-Geral da União e da Presidência da República.

Os cargos criados no Ministério do Turismo e na Embratur objetivam dotar essas unidades de estrutura organizacional compatível com a implementação da Política Nacional de Turismo, em especial nas ações de monitoramento, avaliação e pesquisa.

No MP, o reforço estrutural visa à criação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, encarregada do acompanhamento dos processos de desestatização, de coordenação de pessoal de órgãos extintos e condução de procedimentos e inventariança, assim como o fortalecimento da Secretaria do Patrimônio da União, de forma a permitir melhor desempenho em sua função de gestão de arrecadação das receitas patrimoniais; a implementação de políticas de ações de inclusão territorial, a articulação com Estados e Municípios; e a demarcação, o cadastramento, a avaliação e o acompanhamento da utilização de imóveis da União.

A MPV também visa ao aumento do quadro de cargos no nível estratégico da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para atendimento das metas estabelecidas, e o reforço da estrutura da Casa Civil da Presidência da República, para otimizar as ações de acompanhamento e coordenação da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pretende-se, também, o fortalecimento institucional da Sudam e da Sudene, criadas por meio das

Leis Complementares nºs 124 e 125, de 3 de janeiro de 2007, com a criação de 129 cargos em comissão e funções de confiança.

O aumento do número de cargos do Ministério da Fazenda é justificado pela necessidade de ampliar a capacidade de formulação, acompanhamento e ordenação da política econômica do País.

Da mesma forma, a criação de cargos no Ministério da Previdência Social, na Presidência da República, na Advocacia-Geral da União e na Defensoria Pública deve-se à necessidade de viabilizar o cumprimento de suas missões institucionais.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os cargos servirão à instituição do Centro de Formação Cooperativa para a Agricultura e, no caso da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, sua criação resulta da ampliação de suas competências em função do PAC.

Por fim, a criação da possibilidade de requisição de servidores para as Unidades Gestoras dos Órgãos Centrais dos Sistemas Estruturadores da Administração Federal, independentemente do exercício do cargo em comissão ou função de confiança, mas com a percepção da GSISTE, é justificada pela carência de pessoal nesses órgãos.

O PLV nº 27, de 2007, traz apenas duas alterações em relação ao texto original da Medida Provisória.

A primeira é a exclusão do art. 6º, do texto original, que previa que, até a aprovação da estrutura regimental da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, seriam mantidas as estruturas, competências e atribuições, denominação das unidades e especificação dos cargos do Núcleo de Assuntos Estratégicos(...)

A segunda alteração realizada foi a adequação da nomenclatura dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, que passam a ser denominados de Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Tal alteração visa atender à concepção de que a esses órgãos compete, também, preocupar-se com as chamadas drogas “lícitas”.

Em que pese a argumentação trazida pelo Senhor Presidente da República, consideramos que a forma exagerada com que este Governo vem criando órgãos públicos e cargos comissionados é a responsável pelo baixo crescimento econômico que o País apresenta, quando comparado a outras nações em desenvolvimento, como a Índia e a China.

Ademais, o conteúdo da presente medida provisória poderia perfeitamente ser vertida em projeto de lei, pois não vislumbramos a presença dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância para caracterizar essa opção adotada pelo Governo.

Assim, à vista do exposto e reiterando a ausência dos pressupostos constitucionais, manifestamo-nos pela inadmissibilidade da Medida Provisória nº 377, de 2006. Ademais, no mérito, devem ser rejeitados tanto o projeto de lei de conversão quanto a medida provisória.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda para discutir os pressupostos constitucionais.

O parecer preliminar do Relator revisor é contrário ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária e contrário também ao PLV e à Medida Provisória.

No mérito, pela rejeição.

Em votação os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária. (Pausa.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito, Senador Mário Couto.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Marconi Perillo e também o Senador Romero Jucá estão inscritos para encaminhar a votação dos pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu Presidente, Senador Tasso Jereissati, acabamos de presenciar um fato extremamente relevante nas relações do Congresso Nacional, do Senado Federal com o Governo da República.

Passamos aqui, durante tempos e mais tempos, a discutir que o Governo ia argüir, que o Governo usava e abusava da edição de medidas provisórias, sem observância dos preceitos de urgência e relevância e, portanto, sem respeito ao princípio da constitucionalidade.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi praticado um verdadeiro acinte na Câmara dos Deputados. No afã de apressar a aprovação da medida provisória e numa pixotada política sem limites, o Governo retira três medidas provisórias, uma delas em processo de discussão; retira– as pura e simples–

mente, deixando no ar uma indagação que vejo agora muito bem respondida pela lúcida intervenção, pelo lúcido relatório do Senador Valter Pereira.

Quando o Governo retira as medidas provisórias para facilitar a votação de uma matéria, ainda que uma matéria importante como a CPMF, ele deixa entrever, Senador Renato Casagrande, que não leva a sério a edição de medidas provisórias e que não leva a sério o princípio da constitucionalidade, até porque não julga relevante ou não julga urgente, ou não julga nem relevante nem urgente cada medida provisória que foi retirada de pauta naquele momento.

Eu próprio ansiava por este momento: o momento em que aparecesse uma medida provisória que nos desse vez o poderemos discutir—la do modo altivo como o fez o Senador Valter Pereira. Afinal de contas, Senador José Agripino, eu ia perguntar mesmo, em algum momento: essa medida provisória é urgente e relevante, senhores do Governo? Ou ela não é nem urgente nem relevante? Ou ela é só urgente e não é relevante? Ou ela é só relevante e não é urgente?

Sr. Presidente, temos algo de muito grave na proposta que nos faz o Governo: a criação de mais 600 cargos para um Ministério absolutamente expletivo, absolutamente inútil, absolutamente sobressalente! Trata—se de um Ministério que veio desarticular algo que funcionava muito bem na República brasileira, que era o Núcleo de Ação Estratégica, ligado ao Presidente da República, e que era, por sinal, muito bem dirigido no Governo do Presidente Lula pelo Coronel Oliva, irmão do nosso prezado e estimado Senador Aloizio Mercadante.

Praticamente, esvazia—se o NAE e literalmente se importa o professor Mangabeira Unger para, supostamente, trabalhar o Brasil do ano de 2080, do ano 3050, sei lá de que ano, ou de que década, ou de que milênio.

É injusto o que propõe o Governo: mais cargos. O Governo, com a mão direita, pede—nos a CPMF; com a mão esquerda, cria mais cargos, cria mais despesas. V. Ex^{as} sabem, tenho certeza, que, nos últimos quatro anos e meio, não importa qual tenha sido o crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro, os gastos correntes, Senador João Tenório, têm crescido 9% reais, em média, acima do Produto Interno Bruto Brasileiro, não importa qual seja o tamanho do crescimento do PIB. Não importa, Sr. Presidente, qual seja o tamanho do crescimento do PIB! Então, se o PIB cresce 2%, os gastos correntes se mostram, reais, 9% acima deles; se o PIB cresce 5%, os gastos correntes se mostram, reais, 9% acima deles.

Imaginava que o Governo poderia pedir a CPMF, propondo desonerações no valor da CPMF, propondo

desonerações, por exemplo, na folha de pagamentos da Previdência até somar o valor da CPMF, propondo a redução das alíquotas.

Não houve nenhuma proposta, nenhuma conversa. Nosso Partido não foi intransigente, e o Senador Flexa Ribeiro sabe disse muito bem, não fomos intransigentes em nenhum momento; ao contrário, dispusemo—nos a dialogar e a discutir.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a é testemunha de como sou eu uma pessoa de diálogo e de negociação quando a negociação é legítima e o diálogo é profícuo. E digo a V. Ex^a que o Governo perde credibilidade quando fala da importância da CPMF para ele próprio, Governo — Sr. Presidente, peço tempo para concluir —, diante de dois fatos: primeiro, percebemos que só em um semestre o Governo arrecada uma CPMF a mais. E pode o Senador Mercadante dizer, com a percuciência e com o seu conhecimento notável de economia, que há fontes sazonais de arrecadação, assim como há fontes, eu poderia redargüir, definitivas, duradouras.

Para ser bem simples, se alguém me deve R\$10 mil, Senador Demóstenes Torres, não vou fazer uma compra de longo prazo como se eu tivesse R\$10 mil todo mês, no momento em que aquela pessoa me paga, como prestação única, os R\$10 mil que me deve; mas se alguém me deve R\$10 mil durante 20 anos, eu posso projetar uma compra até o valor de R\$10 mil durante 20 anos, a cada mês, honrando o compromisso, desde que tenha a prestação honrada pelo meu devedor.

Se separarmos as fontes duradouras, as fontes permanentes, das fontes sazonais, vamos ver que temos metade disso arrecadado, mais ou menos, a título de fonte definitiva. Portanto, se o Governo fizer o sacrifício de diminuir os gastos, Sr. Presidente, poderá perfeitamente viver sem a CPMF.

O Governo — e peço um pouquinho mais de tempo para concluir — não quer é parar a gastança. Ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal impede o Governo de gastar mais do que pode, mas, se tem a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo não abre mão de gastar tudo o que pode, ele gasta exatamente tudo o que pode. Precisamos plantar algo melhor para o futuro.

Senador Valter Pereira, quero parabenizá-lo pela decisão que tomou, mas vejo um desastre fiscal de médio prazo aí anunciado. Gostaria muito de ouvir o Senador Aloizio Mercadante sobre isso. Tem um desastre fiscal anunciado, porque não se pode sustentar um País gastando 9% reais a mais do que o crescimento do PIB, seja qual for o crescimento do PIB, durante quatro anos e meio, indo para o quinto ano do Governo do Presidente Lula.

Portanto, a segunda razão que coloco é que o Governo nos pede que aprovemos a CPMF e, ao mesmo tempo, nos acena para o ano que vem com a contratação de mais de sessenta mil servidores. Paga mal aos servidores federais atuais e quer pagar bem aos outros que virão, sei lá contratados sob que critério, se critério político ou se critério meramente administrativo, como seria o desejável.

Mas, em outras palavras, Sr. Presidente, eu pensava que o Governo nos diria: vamos aprovar a CPMF e vamos reduzir a alíquota. Eu pensava que o Governo diria: vamos fazer um *fasing out* para todos os anos baixarmos um pouco e, até no quinto ano, termos apenas o tal 0,08% que tornariam a CPMF simbólica e meramente fiscalizadora, auxiliar da Receita Federal. Eu poderia pensar que o Governo nos diria assim: vamos aprovar a CPMF e vamos desonerar impostos para compensar e darmos um alívio de carga tributária no contribuinte brasileiro. Eu poderia pensar que o Governo poderia negociar conosco um redutor. O Prof. Raul Veloso propõe 0,2% do Orçamento, Ministro Eli-seu Resende, todos os anos. Parece pouco, mas não é, porque já estamos limitando. Um pequeno redutor já limita para o futuro e impede o aumento de gastos.

Nada disso foi observado. Nada disso nos foi dito. O que estamos vendo é o rolo compressor na Câmara dos Deputados. Lá, eles têm maioria, maioria esmagadora. Aqui, ensaiam um processo de cooptação. Não acredito em Senadores cooptáveis, não acredito em consciências cooptáveis. Acredito em consciências livres, em Senadores que honrem seu compromisso com a Federação e com o País.

Portanto, o PSDB encaminha a favor da aprovação do relatório do Senador Valter Pereira, por entender que esse relatório dá resposta àquele gesto adotado pelo Governo na Câmara dos Deputados recentemente: para facilitar uma votação, retirou três medidas provisórias, que não eram, portanto, nem urgentes nem relevantes. E esta não é urgente, não é relevante e, ao contrário, é nociva à economia do País, é nociva às contas públicas, é nociva ao futuro dos nossos filhos, é nociva à idéia de um crescimento sustentável pela economia brasileira, Sr. Presidente. Portanto, o PSDB encaminhará de maneira entusiasmada a favor da aprovação do relatório do Senador Valter Pereira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer

aos nobres Pares que temos hoje uma rara oportunidade de mostrar ao Governo Federal que basta de DAS, basta de cargos comissionados.

Por isso, Senador Valter Pereira, peço a V. Ex^a que olhe para mim. Quero parabenizá-lo pela sua postura. Se eu já lhe admirava, V. Ex^a ganha mais admiração nesta noite. Não podemos mais, Senador Valter Pereira, conviver com tantos cargos comissionados no Governo Lula. É um recorde absoluto em toda a história deste País, Senador Valter Pereira.

Hoje, temos aqui – acredito nas Senadoras e nos Senadores – uma rara oportunidade de dizer ao Governo Lula: “Basta! Estanque isso!”. Isso é uma imoralidade, é uma vergonha o que o Governo Lula propõe para esta Casa: mais cargos comissionados, Senador Demóstenes Torres! São 600 cargos no total, são 626 comissionados.

Senador Mão Santa, V. Ex^a que tanto já falou nesses cargos comissionados deve estar espantado. V. Ex^a deve estar se perguntando: quando isso vai parar? V. Ex^a sabe quando isso vai acontecer? Hoje! Hoje, o Governo vai saber que não deve mais enviar para esta Casa o pedido de cargos comissionados.

Tenho a certeza de que as Senadoras e os Senadores não vão decepcionar o povo brasileiro. O povo brasileiro clama, o povo brasileiro não quer, o povo brasileiro está atento, Senador João Tenório. O povo brasileiro sabe quantos DAS tem no Governo Federal hoje. São quase 23 mil, Senador João Tenório! Só petistas, desses 23 mil, sabe quantos há empregados no Governo? Não sou eu quem está dizendo isso, Senador João Pedro. V. Ex^a olhou para mim meio assustado. Não sou eu quem está dizendo isso, é a *Folha*, Senador. Olhe, está aqui uma reportagem da *Folha* que mostra tudo, e ainda diz mais, Senador. Vou ler para V. Ex^a o final da reportagem: “No ano passado, com o dízimo do PT, os cargos em comissão arrecadaram R\$ 2,88 milhões”. É por isso que o Governo Lula quer aumentar os cargos comissionados.

É, Senador, está aqui claramente. Não se aborreça comigo. Sei que o Líder do Governo está fazendo seu papel, e tenho certeza de que ele está preocupado, porque é o Líder do Governo, batalha nesta Casa para aprovar os projetos do Governo. Mas esse aí, não, Senador Romero Jucá, pelo amor de Nossa Senhora de Nazaré, a protetora dos paraenses! Chega! Isso é uma vergonha para o Senado.

Sei que V. Ex^a veio a esta tribuna para questionar, tentar fazer a cabeça de cada Senador, mostrar que é necessário ao Governo, mostrar que o Governo precisa dessa Secretaria de Longo Prazo. Pasmê, Sr. Presidente, Secretaria de Longo Prazo! Por que me-

dida provisória? Por que urgência, Sr. Presidente, se é uma Secretaria de Longo Prazo?

Ouçó, com prazer, o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador, sem dúvida, aqui no meu lugar, estou absolutamente convencido de que essa iniciativa não vai prosperar. Aliás, fala-se da criação de uma instituição, Ministério – seja lá o que for –, Secretaria...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – De longo prazo.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...com atribuições de projetar a longo prazo. Aqui entre nós, nem o curto prazo está planejado. O planejamento do curto prazo se dá no Orçamento. O Orçamento é descumprido em mais de 70% das suas estimativas de investimentos. Há um completo e total desacordo entre o que está no Orçamento e o que faz a execução orçamentária. Então, o curto prazo não está resolvido. Quando o Governo Lula assumiu, falou muitas vezes de planejamento de longo prazo ou de médio prazo – seja lá para que prazo fosse. Lembro-me de que o Ministro Ciro Gomes, num primeiro momento, percorreu o Brasil todo com o objetivo de planejar estratégias de médio e de longo prazo. Ora, desde que foi vencida a inflação, não há razão para que o Brasil não se estruture para planejar o futuro, para ter efetivamente planejamento. Um governo que não tem Orçamento... Nós aqui desmontamos aquela fraude, no Senado, até por medida provisória. Desmontamos aquela fraude todo tempo. Então, não tem curto prazo. Do ponto de vista de Plano Plurianual, não tem nada, é um compromisso gráfico, não tem a menor consistência macroeconômica. Então, vamos agora criar uma secretaria para o longo prazo? Sinceramente, não tem sentido técnico, é parte da ganância. E o que o Governo deveria fazer, se quisesse ter o apoio de todos nós, é não permitir o que acontece todo dia, como está nos jornais hoje, partidos e facções a se empurrarem publicamente para nomear diretor de estatal, com a seguinte ameaça: ou nomeia o meu ou não voto na CPMF. Porque, se deu na Câmara, tem que dar no Senado também. Porque o partido tal está levando isso; o Ministro Walfrido é do partido tal; o Ministro não é do PT; não sei quem foi nomeado para a Petrobras e é do PT; por que não vai não sei quem do PMDB, ou seja lá de onde for? Do PP, essa instituição, esse grande Partido brasileiro? Ou do Partido Republicano, também outro grande Partido? Hoje filiou-se um brasileiro notável, li nos jornais. Espero que não se filiem outros como ele, o Clodovil, que vai fortalecer a tradição republicana do Brasil. Espero que outros não entrem nessa fila, na fila do Clodovil. Aqui entre nós, falar em instituição para longo prazo no Brasil é brincadeira, num Governo que não tem a menor

responsabilidade de planejamento ou de orçamento. Não há sentido técnico, é ganância, e é só ganância o que há. Excesso de arrecadação é ganância. Controle da despesa, segurar a despesa corrente, melhorar a qualidade do investimento, fazer o investimento, disso não se tem notícia. Não acontece, não se resolve. Acho que nós, no Senado, se quisermos levantar um pouco o conceito desta instituição, que anda lá embaixo, devemos reagir a isso, com toda naturalidade, porque não é uma questão contra o Governo ou contra quem quer que seja, é uma questão a favor do País. Não dá para segurar essa precariedade dessa instituição criada para alojar alguém que pode ter inteligência, mas que pode ajudar, com a inteligência dele, ao Governo do Presidente Lula num outro lugar, não necessariamente nesse “Ministério do Vento”. Não dá. Então, quero dizer que a sua palavra, com a absoluta consistência que sempre permeia seu pronunciamento, é uma palavra objetiva e concreta.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigadoo.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Isso não dá para aprovarmos. Se aprovarmos isso, vamos, cada vez mais, assinar embaixo: este Senado não tem opinião, este negócio aqui é para aprovar qualquer coisa e o que vale é a pressão. O Legislativo, não. Com o Legislativo, a crise; com o Governo, a alegria. Com o Legislativo, as notícias negativas; com o Governo, o País crescendo, este País formidável. A pobreza acabou, não tem mais nada, tudo está resolvido. E as estradas estão cada dia piores, não há investimento nenhum na infra-estrutura, estamos crescendo a taxas muito modestas e daí para frente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – E o Nordeste continua pobre do mesmo jeito. Inventaram a Sudene, que nem os militares politizaram, partidaram, e agora vão entregar a gente que perdeu a eleição, de partido político. Esse que é o Governo Lula, o resto é fantasia. Qual é a leitura geral disso? Temos um Presidente lá que ajuda os pobres, e os políticos tratam de fazer a tarefa suja. O Governo é limpo, a política é suja. É isso que está acontecendo e é isso que nós temos que romper. Romper mesmo, porque prejudica a todos nós.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigadoo, Senador.

Sr. Presidente, só vou concluir meu pronunciamento. Eu não podia interromper o grande Senador, mesmo porque o aparte dele foi muito brilhante e enriqueceu, com certeza, a minha discussão. Quero agradecer o aparte do Senador Sérgio Guerra.

Terminando, Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que todos nós, Senadores e Senadoras, nesta tarde, vamos dizer à sociedade brasileira, ao Presidente Lula: “Basta de cargos comissionados”. Criar mais uma secretaria além das tantas que já foram criadas... Acho que o Lula não sabe nem o nome de todos os Ministros e Secretários que tem, Senador Demóstenes! São tantos, que ele nem sabe! Está nítido, está claro que o objetivo maior aqui não é a secretaria, o objetivo maior aqui são os 640 cargos comissionados, para colocar gente do PT lá, para pagar dízimo, para aumentar a arrecadação do Partido! Isso é uma vergonha, Senador José Agripino! O Senado tem que acabar com isso! O Senado tem que acabar com isso, e o dia é hoje! O dia é hoje. Quero rezar à minha Padroeira, Nossa Senhora de Nazaré, quando chegar à minha casa, e agradecer a ela, porque precisamos dizer basta ao Presidente Lula, que quer, sim, mais cargos comissionados para colocar os apadrinhados dele. Esse é o objetivo principal, Presidente Renan Calheiros.

Desço desta tribuna dizendo, para ficar claro aos Srs. Senadores, Senador Wellington Salgado: só em 2007, o Presidente Lula criou 1.258 cargos comissionados, chegando ao recorde...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Chegando ao recorde de 22.345 cargos comissionados. Recorde absoluto na História deste País. Precisamos dizer “basta” a isso.

Senador Romero Jucá, sei que V. Ex^a vem a esta tribuna. Pelo amor de Deus, Senador, não tente defender o indefensável. Chega, Senador! Já há muitos cargos comissionados. Basta!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao ilustre Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de mais uma excrescência do Governo Federal. Não há dúvida, é uma verdadeira aberração. A vantagem, Líder Agripino, é que hoje temos uma chance real de dar um basta a essa enxurrada de medidas provisórias que oneram cada vez mais o Tesouro Nacional, contribuindo para que o gasto público no País tenha cada vez mais uma qualidade discutível.

Mas eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores no sentido de que deveríamos, Senador Mário Couto, inverter a discussão. Acho que esta é a grande oportunidade que esta Casa tem de colaborar com o

Presidente Lula. Eu agora gostaria de contribuir com ele, porque ele teve de engolir o Sr. Mangabeira Unger.

O Vice-Presidente da República indicou o Sr. Mangabeira ao Governo Federal, e o Presidente Lula foi obrigado a engoli-lo porque, depois de anos largando o porrete no Presidente Lula, desqualificando o Presidente Lula em todos os sentidos, o Presidente acabou sendo obrigado, agora, a admitir sua nomeação. Mas, além dessa colaboração que devemos dar ao Governo Federal no sentido de reduzir o gasto público, o gasto corrente, as suas despesas correntes, que são cada vez de menor qualidade ou de pior qualidade, temos também uma oportunidade de dizer ao Brasil que esta Casa não concorda mais com esse tipo de aumento de receita aleatória.

Foi bem dito aqui pelo Senador Mário Couto que o Governo vai criar mais 626 DAS, mais 626 cargos comissionados, todos eles destinados ao apadrinhamento de políticos, de petistas, que vão transformar esses cargos em instrumentos eleitorais para o Partido do Presidente da República. Todos nós somos sabedores de que o Partido dos Trabalhadores desconta um percentual desses cargos comissionados para a “caixinha” do PT.

Não bastasse o “mensalão”, não bastassem tantos desvios, tanta incompetência, o Governo ainda se utiliza desse estratagema, criando dezenas de milhares de cargos comissionados para fazer engordar o caixa partidário, a fim de pelo menos tentar vencer as eleições próximas, de 2008 e de 2010. Dessa forma, Sr. Presidente, considero inadmissível que isso aconteça no momento em que o Brasil amarga, durante dois anos seguidos, 2005 e 2006, a vice-lanterninha na América Latina em termos de crescimento econômico, depois de ter passado quatro anos sem um plano plurianual, sem um planejamento estratégico de governo, sem ter investido praticamente nada em novos leilões na área de energia elétrica. O Governo do Presidente Fernando Henrique, nos seus últimos quatro anos, licitou quatro vezes mais obras na área de energia elétrica, hidrelétrica etc. do que o Presidente Lula nos seus primeiros quatro anos, porque, na verdade, os primeiros quatro anos do atual Governo foram marcados pelo improviso. Não houve planejamento estratégico, não houve nenhuma discussão relativamente ao plano plurianual, e o Brasil ficou à deriva nesse período todo, sobretudo no período do chamado mensalão. O Brasil não tinha um projeto, não tinha um plano.

Felizmente, agora, pelo menos existe o PAC, que, na minha opinião, é um arremedo de plano, mas já é um projeto que, claro, merece e precisa ser cobrado pela sociedade. Mas ele ainda carece de recursos, sobretudo de recursos públicos; carece de decisões

políticas, sobretudo no que diz respeito às PPPs e às concessões, senão o dinheiro não vai brotar; é um programa que carece, sem dúvida, Sr. Presidente, de independência e de autonomia das agências reguladoras, porque, caso contrário, não vamos dar segurança jurídica ao investidor privado e, conseqüentemente, não vamos ter os investimentos necessários para que se possa viabilizar o plano.

Enfim, vivemos um tempo de muitas dificuldades no País, de muita pobreza, de muita miséria, e, em vez de se buscar estancar essas dificuldades com medidas eficientes, eficazes, o Governo cria 626 cargos. E, para dizer a verdade, Sr. Presidente, cargos altíssimos, cargos cujos salários são de R\$8 mil, R\$10 mil, R\$12 mil. Seiscentos e vinte e seis cargos, enquanto que aqui, Senador Demóstenes, Senadora Lúcia Vânia, no entorno de Brasília, a violência explode. Há falta de saneamento básico, falta de infra-estrutura e lazer para um milhão de pessoas que vivem aqui às beiras do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, sem a menor condição de terem uma vida digna, e o Governo desperdiça os recursos que tem com cargos comissionados.

Não dá para aceitar isso, não dá para votar e aprovar medida como essa, não dá para aceitar que a onda e a escalada de violência continuem soltas no entorno de Brasília sem que o Governo do Presidente Lula tome as providências que devem ser tomadas.

Eu me lembro, Sr. Presidente, quando V. Ex^a era Ministro, que entregamos, de uma vez só, mais de 700 viaturas no entorno de Brasília para atenderem à população. Hoje, não existe nenhuma ação do Governo Federal no sentido de conter a violência.

O Governo do Presidente Fernando Henrique criou um fundo para Brasília, um fundo que, hoje, é da ordem de R\$ 6 bilhões/anuais, para colaborar com o pagamento de pessoal, com a Segurança, com a Educação, com a Saúde, em outros Poderes. No entanto, não se estende esse fundo à região do entorno, à região limdeira à Brasília. Há dificuldades terríveis naquela região, e o Governo se dá ao luxo de criar mais 626 cargos comissionados para apaniguados. E o pior, Sr. Presidente: para nomear alguém que lhe foi desafeto até há bem pouco tempo.

Quem não sabe o que Mangabeira Unger disse a respeito do Presidente há bem pouco tempo? Eu teria vergonha na cara de colocar em meu governo – fui Governador duas vezes – alguém que me desafiou publicamente tantas vezes no exercício de um cargo executivo.

Era o que eu tinha a dizer.

Vou votar contrariamente a essa Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve, porque é importante votarmos essa matéria e continuarmos a votação.

Quero fazer dois registros. Primeiro, estamos discutindo aqui – e se discutiu muito a questão de mérito – exatamente a questão da constitucionalidade e juridicidade, que é o parecer do Senador Valter Pereira. Já aprovamos outros organismos, outras secretarias especiais nesta Casa, por meio de medida provisória, segundo a qual está estabelecido que atos administrativos de criação de cargo poderão ser feitos.

Portanto, no aspecto da constitucionalidade e juridicidade, não há dúvida. Se alguém quiser votar contra, vote contra o mérito, mas, efetivamente, o formato, o dispositivo legal não merece reparos. Segundo, quanto ao mérito – para não ter de voltar: quero dizer que voto com muita tranqüilidade essa matéria quanto ao mérito, Senador Mário Couto, porque, diferentemente do preâmbulo da matéria, esses cargos não se tratam apenas de secretarias de longo prazo. Para secretaria de longo prazo, são criados, entre o cargo de ministro e o cargo de apoio, os DAS e as funções de confiança, 79 cargos. Outras instituições estão recebendo cargos de técnicos já nomeados. As pessoas que estão hoje nesses cargos estão trabalhando. Iremos demitir 600 pessoas, e como vamos demitir 600 pessoas? Vamos demitir, Senador Flexa Ribeiro, na Sudam e na Sudene, 144 pessoas. Estamos lutando aqui pelo fortalecimento da Sudam e da Sudene – vamos demitir 144; vamos demitir, no Ministério do Turismo, 49 pessoas; vamos demitir, no Ministério do Planejamento e Orçamento, na área de Orçamento, na ampliação do trabalho de acompanhamento orçamentário, 237 pessoas; vamos demitir, em várias outras secretarias, mais o complemento. Aqui se fala muito que o Governo aumenta gastos de custeio. Ele aumenta gastos de custeio, claro! O País está crescendo, e o setor público tem de ser ampliado...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...o trabalho tem de ser efetivado e temos de contratar mais funcionários. Porém, é importante que se faça um estudo – e trarei esse estudo, não o tenho agora – sobre a despesa corrente em relação ao PIB, que vai manter-se constante. E, mais do que isto: o Governo do Presidente Lula teve a coragem de encaminhar, dentro do PAC, um projeto de lei para a Câmara, tabelando

em 1,5% o crescimento das despesas correntes de pessoal a partir da aprovação da lei.

Portanto, isso é importante. Entendo a posição e o discurso da Oposição, entendo que é importante gastar bem. Não estou aqui defendendo ganância, não estou aqui dizendo que se tem de ampliar o número de contratações de forma atabalhoada, mas, efetivamente, essa é a realidade. E a realidade da secretaria de longo prazo está implantada. Isso aqui não é proposta, não; isso é ação efetiva realizada pelas pessoas. E, em se tratando da secretaria de longo prazo, quero dizer o seguinte: 79 pessoas – técnicos, juntamente com o Ipea – vão efetivamente planejar ações para o futuro. Creio que esse é um preço muito pequeno para termos um projeto de longo prazo para o País.

Não quero discutir aqui se, antes, o Ministro falou bem do Presidente ou falou mal do Presidente. Não quero discutir isso. Considero essa uma discussão pretérita. No momento em que o Presidente teve confiança, a nomeação foi realizada. Já fui Líder de outro Governo. Comecei o Governo como Oposição ao Presidente, e sou Líder do Presidente hoje. O processo político evolui. Temos de olhar para frente, mas, com cuidado, com responsabilidade, entendendo a posição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e entendendo a posição do Relator Valter Pereira.

Faço um apelo ao Líder do PMDB, aos Líderes partidários e a cada um – porque essa votação será nominal – para que não sacrifiquemos efetivamente os cargos que já estão implantados e que já estão funcionando.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Peço– lhe um aparte, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concedo um aparte ao Senador Mário Couto e, depois, ao Senador Marconi Perillo.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Romero Jucá, primeira coisa que quero lhe dizer: se alguma vez na minha vida eu pudesse exercer um cargo no Executivo, como Presidente da República, por exemplo, eu o escolheria para ser meu Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Obrigado, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a é perfeito na Liderança. Olhe como V. Ex^a consegue descascar este abacaxi desta tribuna, Senador! Brilantemente! Não dá, Senador! Começa pelo nome. Deviam ter escolhido um nome melhor. Secretaria de Longo Prazo? Que é isso, Senador?! Não dá mais para convencer a população brasileira de que o Presidente Lula não pára de contratar comissionados.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Tem de estancar, Senador! Isso é uma vergonha para nossa Nação! Não dá para discutir isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Aceito a proposição de V. Ex^a de mudar o nome. Trocamos para Assuntos Estratégicos. Se for emenda, acatamos a emenda.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – O nome está tão esquisito, Senador, que uma medida provisória cria uma secretaria de longo prazo?! Dá até para achar graça, Senador! Quá– quá– quá– quá! É brincadeira isso! Senador, eu o respeito, eu o admiro, mas não dá! Acho que, hoje, V. Ex^a vai para sua residência derrotado, porque isso já é demais. Parabéns pela sua postura. Volto a dizer que o admiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Ouç o Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador, apenas quero lembrar que, quando o Presidente Fernando Henrique falou que gostaria que esquecessem o que ele tinha dito, o PT pegou muito pesado, reclamou muito. Será que o senhor e o Governo Lula também vão pedir para que o Mangabeira esqueça o que disse a respeito do Presidente Lula?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Tenho, há muito tempo, admiração pela sua inteligência, pela sua capacidade de reflexão. Eu já disse isso muitas vezes. Por mais que eu procure compreender, não consigo entender como o Senador Romero Jucá está defendendo essa Secretaria, porque ela não tem começo, meio ou fim. Existe o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que cuida do orçamento. Por que não cuida do planejamento? Enfim, se o Ministro não gosta disso, só gosta de orçamento, coloquem outro! Até gosto dele, é uma pessoa de qualidade, boa gente, tudo isso, mas inventar uma Secretaria, a essa altura da vida, para abrigar a vontade do Vice-Presidente e a turbulência intelectual do Mangabeira não nos leva a lugar algum. Não está na hora de fazer isso, de criar instituição, de criar Ministério, de criar Secretaria. Essa é uma brincadeira. A palavra de V. Ex^a, aqui, vale. Todo mundo sabe, falando de maneira simples, que o Senador Romero Jucá não diz besteira. Então, sabemos que o Senador Romero Jucá pode até defender essa tal Secretaria, de cujo nome não me lembro – ela tem um apelido –, mas S. Ex^a o faz por dever de ofício, sem a menor convicção do que está fazendo. Tenho a absoluta certeza, no meu coração, de que, se lhe fosse dado o direito de falar o que pensa, falaria o contrário do que está dizendo agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço aos Senadores os apartes, notadamente os dos Senadores da Oposição.

Registro o apelo para que possamos aprovar a matéria e quero dizer que voto essa matéria com tranqüilidade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Romero Jucá, permita-me um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e faço minhas as palavras do Senador Sérgio Guerra. Só V. Ex^a defenderia o “Sealopra”, nesta Casa, com sucesso, porque o “Sealopra” ainda traz um componente difícil de se aceitar, que é a figura do Mangabeira Unger – não é difícil para nós, que já o conhecíamos, mas o Mangabeira Unger era inimigo ferrenho do PT, vivia às turras e agredia o Presidente da República. V. Ex^a, como conciliador, tenho certeza, vai encontrar um caminho de convivência entre o Ministro Mangabeira Unger e os ex–desafetos. Mas, de maneira nenhuma, meu caro Senador Líder, essa não é prioridade no País. Essa criação de cargos desavergonhada precisa ter um basta! Houve enxugamento da máquina, com o qual V. Ex^a tão bem colaborou, como Líder do Governo Fernando Henrique. Lembra-se daquele sacrifício que fizemos para a diminuição do tamanho da máquina e para fazer com que sobrassem recursos para investimento? O Governo o está jogando por terra, criando Ministérios e, acima de tudo, funções, sem nenhuma razão de ser. Daí por que, Senador Romero Jucá, eu não queria estar na pele de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Romero Jucá, eu gostaria de me associar a todos aqueles que o escolheram como o Líder mais perfeito para todos os Governos. Eu gostaria, Senador Romero Jucá, de perguntar: como V. Ex^a pensa que se sente, hoje, o grupo de estudos do Ipea? Como esses funcionários, que deram sua vida estudando, pesquisando, oferecendo ao País uma série de subsídios, sentem-se, hoje, com um Ministro que chega de pára–quedas e, simplesmente, ocupa um espaço porque é da vontade do Senhor Presidente? A mesma coisa eu gostaria de dizer, como o Senador Arthur Virgílio falou aqui, em relação ao Núcleo de Estudos Estratégicos: como se despreza um grupo de pessoas que passou sua vida, toda sua trajetória estudando, pesquisando e oferecendo a todos os Governos subsídios para que pudessem governar e pensar neste País?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para concluir, Sr. Presidente, quero responder à Senadora Lúcia Vânia que o Ipea está sendo valorizado. A Secretaria de Assuntos Estratégicos ou de Planejamento

de Longo Prazo tem como seu braço operacional o Ipea, exatamente para fazer a definição de uma política de longo prazo. Mais do que nunca, o Ipea se encaixa exatamente nesse procedimento e nessa prospecção futura.

Fica o registro. Para encerrar, solicito novamente a aprovação da matéria, por conta do que está em andamento, dos trabalhos que estão sendo executados, dos cargos que estão preenchidos e das propostas que estão sendo analisadas pelo Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Mão Santa, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir a retirada dos destaques que assinara antes, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa retirará os destaques de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros, olhem que o Luiz Inácio, na sua inspiração, tem até razões! Senador Jarbas, o Luiz Inácio mesmo diagnosticou, denunciou e chorou, porque estava rodeado de aloprados. Ele mesmo sentiu as dificuldades. Ninguém sabia o que era isso. Ele disse que estava cercado de aloprados por todo lado. Talvez, ele tenha desejado ter esses aloprados unidos.

Senador Valter Pereira, V. Ex^a substituiu Ramez Tebet. Hoje, ele nasceu aqui, na sua política nacionalista. Ninguém mais do que Ramez Tebet era nacionalista. E esse aloprado–chefe Mangabeira Unger não é nacionalista. Ele não pensa como nós. Estive bem ali com ele, um ano antes das eleições, Senador Demóstenes. Não sei nem o idioma dele, porque dizem que ele é brasileiro. Parece que ele foi aos Estados Unidos, viveu lá e se integrou por lá, veio para cá como lobista de telefones. Isso é o que conhecemos. Foi para lá, mas o Português dele me era estranho. Mas, bem ali, ele me pediu apoio para ser candidato a Presidente da República. Olha esse aloprado, como está no lugar! É, foi bem ali. Eu não o conhecia, não! Então, ele está no lugar certo: deve ser aloprado lá, e ele entende.

Valter Pereira, já que ouvimos o Senador Romero, eu queria mudar o nome dele para Robinho, porque ele joga bem, corre e se vira. V. Ex^a lembra, hoje, o ano

de 1962, quando Pelé se contundiu – Ramez Tebet abandonou nosso campo – e quando todo mundo dizia: “Vamos perder a Copa!”. Então, entrou Amarildo e fez gol. V. Ex^a, hoje, é esse. Faz gol pelo nosso Partido, faz gol pelo Senado, faz gol pela democracia e pelo Brasil. Enganaram– se aqueles. O PMDB é isso aí!

Pois, queremos dizer isto: ô Luiz Inácio, temos de entender as coisas. Estamos aqui para ensinar o Luiz Inácio. Então, fecha se formos incapazes de ensinar o Luiz Inácio. O Senado, na história do mundo, são os pais da Pátria: os mais velho, os mais experientes, os que ajudam a carregar o fardo do povo. Foi Moisés que ouviu isso. Então, esse negócio de administração, Luiz Inácio, é velho. Não foi esse americanizado, lá, não; foi um francês, Henri Fayol: unidade de comando e unidade de direção. Vejam: há um Ministro de Planejamento e um outro, um “Zealopra” acolá. Qual é a unidade de comando? Qual é a unidade de direção? Então, pegam na Unis, nos fundamentos dos Princípios de Administração. E Administração, ô José Nery, Administração, ô Luiz Inácio, foi lá o Henri Fayol, é velho – engenheiro francês –, para colocar ordem: planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle. Planejar, ô Luiz Inácio, já é isso, já é a longo prazo, é para frente, é para o futuro, é uma ponte que nos liga de onde estamos ao futuro. Todo o planejamento está incutido.

Valter Pereira, só discordo de V. Ex^a, hoje, no seguinte: não é inadmissibilidade não. Está errado. Isso aqui tem de ser derrubado porque é uma indignidade. É uma vergonha! Ô Sr. Presidente, o Boris Casoy, tiraram– no fácil, fácil! Tiraram– no fácil, fácil! Para tirar aqui, é difícil. “Isto é uma vergonha!”, não é inadmissibilidade, não; é indignidade!

Atentai bem! José Agripino, veja Tony Blair; vão assistir ao filme “A Rainha”. Ô filme bom! Ô Duque. Paulo Duque lançou um livro lindo sobre eloquência.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, permita– me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vai já. A esposa dele era secretária do Getúlio. Mas, no filme “A Rainha” – assista– o, Luiz Inácio, com a sua encantadora Marisa –, o Tony Blair passou ao primeiro ministério. E ele só nomeia 160, Sarney! Presidente Sarney, pelo amor de Deus! O Luiz Inácio foi lá só para andar de carruagem, não perguntou nem ao Tony Blair. São só 160 agora. Sarkozy: liberdade, igualdade, fraternidade. Júlio César: *Les Gaulois croyaient que les sources e les rivières, la montagne d'Alsace étaient des Dieux qui pouvaient faire de bien e de mal*. A França, de Napoleão Bonaparte, de Charles de Gaulle, de Mitterrand, Luiz Inácio, que disse: “A mensagem que deixo aos governantes é fortalecer os contrapoderes”. Vossa Excelência quer desmoralizar esta Casa, anulando os vetos a que temos direito! A Sudene, que foi falada pelo Senador “Robinho”. Este Governo vetou – aqui são os

assessores; estamos cheios de assessores dando papel – os recursos da Sudene. Nós queremos, Senador “Robinho”, ter o direito de derrubar os vetos.

Nicolas Sarkozy só nomeia 350 na França! Na Alemanha, aquela mulher, que foi Primeira– Ministra – ela só não é tão bonita quanto a nossa Senadora de Goiás –, ela só teve direito a 450 nomeações. Então, o “Aloprado” tem direito a 600! O “Aloprado”, para fortalecer o Partido do Vice-Presidente da República, anda oferecendo cargos, comprando gente, negociando. Isto é uma indignidade! É hora de o Senado soerguer– se, enterrando esta Medida Provisória que beneficia e cultiva os “alopradados” do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bastante breve para que possamos votar, para que possamos derrubar esta Medida Provisória, para que possamos votar o projeto que institui sessão aberta em todas as sessões do Senado Federal.

No entanto, não podia deixar de vir à tribuna, Senador Renan, para parabenizar o Senador Valter Pereira pela coragem cívica. S. Ex^a presta um serviço à Nação brasileira no dia de hoje. Como Senador da Base do Governo mostra independência política, mostra que o seu amor pela Nação é maior do que o seu compromisso com o Governo, e relata pela derrubada da Medida Provisória, que é desnecessária.

Se vamos tratar de assunto sobre uma Secretaria para Assuntos Estratégicos de Longo Prazo – se não me engano, Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a queria saber o nome da Secretaria, é “Sealopra” –, ela pode ser também aprovada a longo prazo.

Presidente Lula, o Brasil precisa de ações é para agora, colocar os seus projetos em andamento, trazer o benefício para a população agora, não para o Terceiro Milênio! Para o Terceiro Milênio, nós não temos que tratar agora. Nós temos de tratar do que é objetivo imediato: acabar com a violência, melhorar a Educação, melhorar a Saúde. Estão morrendo brasileiros em todo o Brasil e especialmente no Pará. Estão morrendo paraense porque a Governadora não põe para funcionar os hospitais de média e alta complexidade que estão prontos desde o Governo passado. Não posso concordar com o Governo.

Senador Romero Jucá, quero parabenizar V. Ex^a. V. Ex^a é, sem sombra de dúvida, um Líder da maior competência. V. Ex^a tem a coragem de vir à tribuna defender o indefensável.

V. Ex^a só cometeu um deslize, Senador Romero Jucá! Este Governo quer projetar o futuro; o futuro do Brasil está nas regiões em desenvolvimento: na

Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste. V. Ex^a vem à tribuna dizer das condições de desemprego e vai demitir funcionários da Sudam e da Sudene? Não é possível, Senador Romero Jucá! V. Ex^a é Senador da Amazônia. Então, temos de fortalecer a Sudam e a Sudene. Senadora Lúcia Vânia, Senador João Pedro, temos de fazer o Presidente Lula colocar a Sudam e a Sudene em funcionamento. Presidente Renan, V. Ex^a tem o compromisso de colocar em votação os vetos da Sudam e da Sudene. Faça a convocação da sessão do Congresso Nacional para que possamos derrubar os vetos, para que a Sudam e a Sudene possam trazer os benefícios, aí, sim, para o futuro do Brasil.

Quero fazer um apelo aos Senadores do PT: V. Ex^{as} não podem votar no nome do Sr. Mangabeira Unger. V. Ex^{as} não podem se esquecer do que este senhor disse do Presidente da República! Não podem! Não podem ter memória fraca! V. Ex^{as} têm de respeitar o Presidente de vocês, o Presidente de todos os brasileiros, que foi atacado de forma vil pelo Sr. Mangabeira Unger; e agora vão votar a favor dele para uma Secretaria? Não! Vamos dar um basta hoje!

Vamos ter hoje um dia memorável no Senado Federal, vamos mostrar ao Presidente Lula que o Senado Federal é independente, que o Senado Federal vota com o povo, que o Senado Federal vai derrubar a medida provisória que cria uma secretaria que não sabemos para que serve, que não tem definição, não tem objetivo. O que o povo brasileiro precisa é que o Presidente ponha seus planos para funcionar, que o Presidente gaste menos, que o Presidente faça gastos mais qualificados, que diminua a carga tributária, porque o aumento na arrecadação não é para ser gasto, é para trazer benefício para a população.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com prazer, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a. Esta medida provisória é tão ridícula, inexplicável mesmo, que dispensa comentários, dispensa esta discussão. Por isso, faço um apelo a V. Ex^a: não precisa gastar o verbo nesta medida provisória. Vamos votar. Esta medida provisória é um horror, esta medida provisória é um desastre. Vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a disse o que eu ia dizer, ao concluir: vamos ao voto, Senadoras e Senadores, vamos derrubar a Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres. Em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, vou votar com o Senador Valter Pereira e com a Bancada qualificada do PMDB a fim de que esta medida provisória caia. Se aloptra, se não aloptra, não me interessa. O que interessa é que vou votar contra essa irresponsabilidade fiscal do Governo. Criar cargo comissionado? Tenha paciência! O Senador Marconi Perillo fez aqui um relato dramático da situação do Entorno.

O Senador Romero Jucá, Líder de todos os governos e nosso também, disse com todas as letras, lembrou que o Governo tem investido, que o País tem crescido, principalmente na área do serviço público. Mas eu lembro que, em 1986, o compositor Aldir Blanc fez uma música que tem um versinho precioso, que diz: “No pronto-socorro do Andaraí, tu entras cajá e sai caqui; na urgência do Miguel Couto, o surubim virou boto; mas o pior sucedeu com um amigo meu, lá no Rocha Faria: entrou Sandoval e saiu Ana Maria”. Ouvi a música esses dias, em uma novela ou um seriado que começou. “No pronto-socorro do Andaraí, tu entras cajá e sai caqui.”

Mudou o quê? O Governo está gastando muito, e não se pode mais culpar o Fernando Henrique. O Governo está gastando muito, e sem lastro, sem razão, porque os problemas continuam acontecendo.

Parabéns à Bancada do PMDB e ao Senador Valter Pereira. Vou votar com S. Ex^a, contra essa escrescência, contra os aloptra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rapidíssimo. Sobraram razões para a convicção de voto. Vou recomendar aos meus companheiros todos que votem enfaticamente contra a urgência e a relevância e, portanto, contra a admissibilidade da matéria.

A matéria não é urgente, porque está criada para instituir um ministério de ações de longo prazo. Criar ministério por medida provisória? Isto é o fim. Senador Arthur Virgílio, criar ministério! Estamos brincando. Só se justifica porque é um governo que tem sobra de arrecadação, 10,5% de crescimento real, fora a inflação, foi o crescimento da arrecadação até julho desse ano. Aí justifica.

O Presidente da República pode aloptra, e aloptra dentro do gabinete dele.

Senador, Arthur Virgílio, V. Ex^a sabe quantos funcionários ele tem? Ele, Lula, à volta dele, para conferir carta, para receber comenda, presentes, fazer o registro dos presentes, fazer agenda? Tem 109 funcionários. Sabe quantos tem o Presidente da República dos Estados Unidos da América? Sabe quantos funcionários tem George Bush? Trinta e dois. Se o Presidente americano tem 32 e o brasileiro tem 110, então temos o

direito de emitir medida provisória para criar a “Sealopra”, e, de quebra, Senador Efraim Morais, ainda tirar os pobres dos cargos da nossa Sudene e da Sudam de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, para fazer face aos 660 cargos da “Sealopra”. Tenha paciência.

Senador Valter Pereira, meus cumprimentos. V. Ex^a, pela primeira vez, apresenta um relatório, e V. Ex^a é da base do Governo. Cumprimentos. Aleluia! Aleluia! Finalmente, apareceu alguém com coragem para, sendo da base do Governo, não cometer a indignidade de apresentar diante de uma proposta dessa o voto “sim”, pela constitucionalidade.

Nós vamos votar “não”, e recomendo a todos os meus companheiros o enfático voto “não” à urgência, relevância e constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, nós vamos colocar primeiramente em votação os pressupostos constitucionais de urgência, relevância, adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a deixasse bem claro o processo de votação. Como estabelece? Vamos votar como?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quem vota “sim”, aprova os pressupostos; quem vota “não”, recusa os pressupostos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A favor do Relator? Quem vota “sim”, vota com o Relator?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, “sim” é com o Relator. Creio que há um equívoco, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quem vota com o Relator vota “sim”. Então...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não. Quem vota “sim”, aprova os pressupostos; quem vota “não”, recusa os pressupostos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem vota “não”, vota com o relatório do Senador Valter Pereira.

Então, o PSDB, Sr. Presidente, de início, cabalmente, recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, os Democratas votam com o relatório do Relator, que se manifesta pela não urgência, não relevância e pela inconstitucionalidade. Portanto, pergunto a V. Ex^a se esse voto é “sim” ou “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Portanto, “não”, Sr. Presidente. E deixo bem claro isso. Voto “não”. “Não” significa votar a favor do relatório do Senador Valter Pereira, que recusa a admissibilidade dessa matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É exatamente o que coloquei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o que derruba o “Sealopra”? O “não”?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O que transforma essa secretaria em curtíssimo prazo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A nossa secretaria?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não. A do Governo. De longo prazo em curtíssimo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que está em votação são os pressupostos. O “não” rejeita os pressupostos de urgência, relevância, adequação financeira e adequação orçamentária. Portanto,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vai de encontro ao que pregou o Senador Valter Pereira. A Oposição vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É como eu expliquei: o “não” vota com o parecer do Relator; o “sim” vota contra o parecer do Relator.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O “não” vota pela “Seacupra”, Secretaria de Curto Prazo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”, e pede a presença de todos os Senadores em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB encaminha o voto “não”.

A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Os Democratas votam “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Democratas votam “não”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Liderança do PT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do PT encaminha o voto “sim”.

Senador Aloizio Mercadante.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “não”, favorável ao Relatório do Senador Valter Pereira, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para não adiar a votação, eu não me inscrevi na discussão, mas encaminho o voto “sim”, ba-

sicamente ponderando que, nesta medida provisória, há cargos para a Defensoria— Geral da União, para a Advocacia— Geral da União, para a Previdência Social, para a Sudene e a Sudam. E cargos comissionados não são necessariamente cargos que vêm fora das carreiras do funcionalismo. É o exercício da função, é a valorização do exercício da função em algumas atividades essenciais ao Estado. E é uma pena que tenhamos discutido de forma tão superficial a necessidade imprescindível de um país como o Brasil ter um planejamento estratégico, pensar seus objetivos de longo prazo.

É verdade que tivemos um longo período de hiperinflação e de instabilidade econômica. Isso está ficando para trás, e, à medida que vai ficando para trás, a Nação precisa se pensar como nação a médio e longo prazo e precisa de um centro de inteligência estratégico. É o que estamos provavelmente derrubando nesta votação, uma votação em que houve uma discussão superficial por uma instituição tão qualificada como esta, para um debate tão essencial à Nação como o que deveríamos estar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. Primeiro, a votação é simbólica.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer votam “não”.

Já expliquei: quem vota “sim”, aprova os pressupostos; quem vota “não”, derrota os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira e orçamentária.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Votação nominal, Sr. Presidente. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com o apoio de grande parte dos Srs. Senadores, o Senador Arthur Virgílio pede a votação nominal, e a Mesa a defere.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”, ou seja, contra a criação dos cargos, e convoca os Srs. Senadores para estarem presentes a este momento. Entende – isto é uma homenagem ao Senador Aloizio Mercadante – que o planejamento estratégico do Brasil es-

tava muito melhor nas mãos do Coronel Oliva do que estaria nas mãos do Professor Mangabeira Unger.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, o Democratas vota “não” e quero fazer só uma lembrança: a “Sealopra” já existe há dois ou três meses. Não ouvi falar até hoje em nenhuma providência, em nenhuma proposta efetiva de planejamento de longo prazo, vinda do titular.

Por essa razão, por entender a sua desnecessidade, votamos “não”, e recomendo aos meus companheiros o enfático voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela Liderança do PT, Sr. Presidente, encaminho o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Liderança do PT encaminha o voto “sim”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Minoria encaminha o voto “não”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu só queria lembrar a este Plenário – esta matéria seguramente voltará um dia – que a União Europeia tem um Ministério de Planejamento Estratégico, essencial à sua constituição. Por exemplo, o programa de inclusão digital e de banda larga da União Europeia é uma das prioridades da concepção da sociedade de conhecimento que eles construíram.

O projeto de mudança da matriz energética, com a bioenergia, no Brasil, foi aperfeiçoado e desenvolvido no Núcleo de Assuntos Estratégicos. Ele ganhou hoje uma referência internacional. O Presidente Lula abriu a Conferência da ONU tratando de um tema essencial ao conjunto das nações, em que o Brasil é vanguarda tecnológica, pelo acúmulo que tinha e também pela nova elaboração que estamos concebendo. O projeto de biodiesel é parte dessa concepção estratégica. O desafio de colocarmos banda larga em todos os Municípios do Brasil, uma rede de comunicação, é parte de um desafio estratégico desta Nação. O Projeto Brasil em Três Tempos, que pensa o País até 2022, também é parte desse esforço.

A Alemanha tem um Ministério especial, assim como os Estados Unidos e outras grandes nações. O Brasil, apesar do seu passado recente de baixo crescimento e de instabilidade, que estamos resolvendo ao longo desta última década – não digo ao longo deste último Governo –, vai ter de retomar o planejamento estratégico.

A questão do desafio da logística, do desenho de um programa de aceleração do crescimento e da infra-estrutura é parte dessa reflexão estratégica. É

por isso que deveríamos preservar uma estrutura de Estado.

Evidentemente, agradeço as palavras gentis do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Acho realmente que meu irmão prestou um grande serviço no Núcleo de Assuntos Estratégicos. Ele saiu na hora em que achou que seu trabalho estava encerrado. Independentemente das minhas razões familiares, acho que se tem de pensar o Estado brasileiro a longo prazo e esta Nação também. Deveríamos estar discutindo como aprimorar essa instituição, e não deveríamos, simplesmente, num debate açodado, partidarizado, simplificador, derrubar a medida provisória.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Renato Casagrande, como vota o PSB?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, o PSB encaminhou e votou “sim” com relação a essa matéria. Acho que as decisões que estamos tomando aqui hoje têm, naturalmente, um componente de disputa entre oposição e Governo, o que é legítimo e natural. Mas há, também, outros componentes interferindo e influenciando na votação.

Acredito que o resultado, que deve ser e pode ser negativo para a aprovação da matéria e para o Governo, vai criar dificuldades em diversos órgãos, não só para a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

De fato, concordo com o Senador Aloizio Mercadante, de que o aprofundamento do debate não aconteceu e que a tomada de decisão é política e poderá causar problemas não só ao Governo, mas também aos órgãos que estavam na expectativa de se estruturarem com os cargos e as funções criadas nesta data.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu já darei a palavra a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT–AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um apelo, especialmente aos Líderes do PSDB e do Democratas. Ultimamente tenho tentado, a todo custo, fazer um mestrado na área de desenvolvimento regional, e, para minha surpresa, agora nas últimas disciplinas, tratamos um pouco desse tema. Uma das coisas que mais me chamou a atenção é que, na América do Sul, temos uma visão mais restrita do ambiente dos militares. Estava muito próximo de uma visão militar do desenvolvimento da Nação e do mundo lá fora.

Estamos aqui diante de um ex– Presidente da República, Senador José Sarney, que, na época da redemocratização do Brasil, lançou a pedra fundamental para que o Brasil se comportasse de determinada forma, neste momento que vivemos, perante o mundo, quanto à criação dos blocos econômicos. S. Ex^a lançou a pedra do Mercosul. Isso foi uma visão de longo prazo; foi pensar o Brasil muito à frente do tempo que estava vivendo naquele momento. E, de lá para cá, criamos, dentro do Governo, a experiência do NAE, Núcleo de Assuntos Estratégicos, mas é um órgão secundário, porque não tem o perfil de Ministério. Ele está subordinado a outros Ministérios, a uma série hierárquica de autoridades, e sua contribuição tem sido, de certa forma, tímida.

Observei que, já no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique – tive acesso agora a algumas informações importantes, trabalhadas naquela época –, foi pensado, sim, o equilíbrio da moeda, o equilíbrio fiscal do País, uma série de questões que, sem esse dever de casa, era impossível para o Brasil pensar em ser visto e respeitado num patamar diferenciado do que estava vivendo. E, ainda, por mais que o debate do ano passado, digamos assim, não tenha considerado muito o resultado do trabalho feito pela CIA, do governo americano, pensando no ano de 2020, ele culminou, em muitos pontos, com esse documento do Governo Fernando Henrique Cardoso; e, em muitos aspectos, com o documento do NAE, que é o Brasil Três Tempos, que o Senador Mercadante acaba de lembrar.

Portanto, o dever de casa, desde a época do Presidente José Sarney para cá, está sendo feito, em maior ou menor escala. Acredito que daremos a uma instituição como essa, com o poder de Ministério, sob o comando de alguém com *status* de Ministro de Estado, a autoridade necessária para pensar esse tema, Sr. Presidente.

Respeito muito todos os generais que ajudaram nessa conceituação. Respeito muito todas as autoridades das principais universidades, do campo científico, que ajudam nesse debate. Mais que isso, está na hora de o poder de governo, correspondente ao poder de Estado, diante desses desafios, digamos assim, homologar essa experiência no Brasil.

É um apelo que faço: deixando de lado aqui todo o debate que já foi feito e que considero mais emocional do que racional neste momento, peço que aproveemos essa medida provisória, porque não se trata de um assunto emocional, de momento. Trata-se agora de uma experiência que já tem mais de vinte anos no Brasil.

Saúdo, neste momento, o ex-Presidente José Sarney, por ter iniciado esse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o Relator dessa matéria foi o Senador Valter Pereira, do PMDB. Logo, eu, como Líder da minha Bancada, tenho de orientá-la a acompanhar o voto do Relator.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Surgiram propostas aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de diminuir o número de cargos – dos 600 cargos não falaram quantos poderiam ser diminuídos. Espero que, na volta desse projeto, esse número de cargos seja reduzido, talvez em 50%, ou menos. Acho que isso é possível para que a Bancada do PMDB possa, aí sim, orientar o voto favorável.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, pela ordem, primeiro, o Senador Valter Pereira, Relator da matéria; e, em seguida, o Senador Marconi Perillo.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer a leitura do art. 62 da Constituição Federal: “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”. Veja V. Ex^a que o legislador não colocou “relevância ou urgência”. Ele colocou dois quesitos que são indispensáveis e intrinsecamente entrelaçados. Pois bem, pode até a matéria ser relevante, como muito bem acentuou o Senador Mercadante. Ela pode ser relevante. Até entendo que a matéria seja relevante, mas ela não é urgente. Portanto, não se associam as duas coisas.

Vejam o seguinte: o que é a urgência associada à relevância? A urgência associada à relevância seria algum fato inusitado, algum fato que realmente viesse surpreender o País, causar-lhe grandes prejuízos, causar-lhe grandes danos. E não é isso que aconteceu. Essa matéria é, pela sua natureza, caracteristicamente ordinária.

E veja, Sr. Presidente, que faço parte da Base do Governo e tenho votado com o Governo com habitualidade, sob o comando do meu Líder, Valdir Raupp, que tem sido um fiel escudeiro do Governo nesta Casa. No entanto, Sr. Presidente, nessa matéria específica de relevância e de urgência, na aplicação do art. 62 da Constituição Federal, que dispõe sobre as medidas provisórias, estamos falando de um réu confesso. O Governo, no momento em que retirou medidas provisórias da Câmara, para ceder lugar para outras,

na verdade confessou que não havia relevância nem urgência. Então, nessa questão, o Governo não tem agido com a lisura com que tem de agir no relacionamento com o Congresso Nacional.

E, aqui, o Senador Aloizio Mercadante falou, com clareza, que estaríamos tratando com superficialidade essa matéria. Essa é uma questão fundamental, Sr. Presidente. Temos tratado essas matérias com superficialidade, essa e outras. Eis a razão pela qual existe um clima de descontentamento. O projeto vem para cá, com tramitação regular; o projeto é discutido nas Comissões, é negociado em cada Comissão e vem para o plenário; aqui, também se exaure a discussão. Tudo bem, o Governo está cumprindo seu dever, está cumprindo a Constituição, bem como o Congresso. No entanto, tudo aqui é medida provisória. De repente, o Congresso Nacional está sendo suprimido. A instância do Congresso Nacional está sendo irrelevante. Na verdade, estamos sendo garroteados pelo Executivo. E é contra isso que temos de nos levantar.

Quanto ao meu parecer, quero deixar muito claro o seguinte: no mérito, não faço reparo; faço reparo na questão formal, na questão processual, na tramitação. Aí, sim, o Governo está pecando. Não é esse o pecado. O pecado já vem de antanho, já vem desde o outro governo. Não é o Presidente Lula que inaugura essa prática, que vem lá de trás. E é exatamente por isso que temos de tomar uma posição, a fim de que o Governo retifique seu comportamento com o Congresso, retifique sua relação com o Congresso e passe a respeitá-lo como órgão legislativo e a respeitar ele mesmo como Poder Executivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, peço a palavra, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, eu queria lembrar ao nobre Relator, Senador Valter Pereira, que criação de órgãos, de cargos e de funções é prerrogativa do Poder Executivo. Portanto, essa é, por excelência, uma matéria que deveria ser de iniciativa do Executivo.

Eu poderia até entender – e acho que esta não seria uma atitude apropriada – que o Relator tivesse proposto transformar num projeto de lei, para poder, com urgência constitucional, aprofundar essa discussão. Mas vou reafirmar a responsabilidade da iniciativa do Relator e daqueles que vão votar contra essa medida provisória. Estamos desconstituindo uma parte da precária estrutura da Defensoria Pública. A Defensoria Pública é aquela que defende o cidadão que não

tem outra forma de se defender na Justiça, e, assim, compete ao Estado suprir essa deficiência. Estamos desconstituindo uma parte das funções da Advocacia— Geral da União, que tem uma frente de processos e de disputa com grandes interesses privados do País, o que trará seguramente prejuízos às finanças do Estado. Estamos retirando cargos comissionados da Previdência Social — o orçamento é de R\$160 bilhões, e é preciso melhorar a qualidade da sua execução. Estamos retirando cargos comissionados para a Sudene e para a Sudam, pois é uma das tarefas fundamentais desta Casa aprimorar os instrumentos de desenvolvimento regional, especialmente das Regiões Norte e Nordeste. Estamos retirando, portanto, funções do Ministério da Fazenda, que seguramente, pela própria responsabilidade da gestão das finanças públicas, sabe que são funções essenciais indispensáveis. E estamos eliminando uma Secretaria para pensar o planejamento estratégico do Brasil.

Insisto: nosso último plano de desenvolvimento foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974. Depois da crise da dívida, perdemos a capacidade de pensar o desenvolvimento estratégico do País, de ter projetos estruturantes. Todo o esforço foi feito no sentido da estabilização, superando a vulnerabilidade cambial, financeira, fiscal, mas o Brasil retomou um ritmo de crescimento sustentável e precisa ter projetos estratégicos como nação, como sociedade, como povo, e um núcleo de inteligência que não se oponha ao Ipea, que articule o Ipea, que consiga formular políticas.

O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) – Estamos no processo de votação, Sr. Presidente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Apresentei aqui alguns itens absolutamente essenciais que foram constituídos, como o projeto de *biodiesel*, a mudança da matriz energética, o papel do etanol, a criação do *backbone*, de uma rede de banda larga, para podermos contar com uma estrutura nacional de inclusão digital.

E termino só com um argumento: nas oito nações mais industrializadas, que fazem parte do G8, 56% dos computadores do mundo na Internet estão com apenas 15% da população. Se quisermos ter lugar no futuro, precisamos realmente nos debruçar com mais profundidade sobre essa questão e fortalecer o planejamento estratégico.

Termino, dizendo que a União Européia tem um Ministério e que praticamente todos os países da Europa têm um Ministério — não é apenas uma Secretaria — para discutir seu planejamento estratégico. Por sinal, hoje, é uma Ministra de Portugal que coordena essa função essencial na União Européia. Da mesma forma, os Estados Unidos, a Rússia, a China e todas as

grandes nações têm o planejamento estratégico como dimensão fundamental no seu projeto— nação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra. Serei breve, peço dez segundos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pelo visto, o mundo acabará amanhã. Vamos, então, aproveitar o que nos resta de vida para apurarmos isso e votarmos mais alguma matéria hoje.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, o apelo é neste sentido: vamos encerrar a votação. São dez minutos, com 68 Parlamentares no painel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marconi Perillo, tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente quero dizer que estou votando contra a forma, mas estou votando, fundamentalmente, contra o mérito dessa medida provisória. Não precisamos criar “Sealopra” alguma para discutir planejamento estratégico no Brasil. O nosso Ministério do Planejamento tem como objetivo discutir planejamento. Estamos aqui, ouvindo aberrações por parte de pessoas do Governo.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve dois planos plurianuais: o plano Brasil em Ação e, depois, o plano Avança Brasil. Foram Dois PPAs! Houve orçamentos democráticos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Passamos os quatro primeiros anos do Governo Lula sem PPA e sem nenhum tipo de planejamento estratégico, apesar de contarmos com o Ministério do Planejamento, que tem como função precípua planejar as ações de futuro de longo prazo no Brasil.

Não dá para se falar em criar mais uma Secretaria, mais um Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, se temos o Ipea, se temos o Ministério do Planejamento, que deveria se ocupar de um planejamento de médio e longo prazo!

Passamos quatro anos do Governo Lula sem planejamento estratégico, sem PPA. Nos dois Governos do Presidente Fernando Henrique, repito, houve o Brasil em Ação e o Avança Brasil. Agora, não dá para aceitar esse tipo de conversa fiada de aloprados, de aberração!

Sou contra o mérito, não há necessidade de se criarem mais órgãos para cuidar do planejamento estratégico no Brasil. O Ministério do Planejamento precisa

ser fortalecido, os concursos precisam ser realizados em lugar dos comissionados, para que, efetivamente, possamos moralizar este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a quer falar?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, permita apenas que eu dê meu testemunho. O Professor Roberto Mangabeira Unger, referido aqui, constitui-se um dos mais respeitados professores conhecedores da área econômica de planejamento de longo prazo e poderá dar contribuição muito significativa. Avalio, diante das observações do Senador José Agripino Maia, que será até importante que possamos ouvi-lo na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Encaminharei requerimento às Comissões com esse propósito.

Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PRESSUPOSTOS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA MP377/2007

QUANTO AOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 377, DE 2007

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 26/9/2007

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 26/9/2007 19:59:14
Encerramento: 26/9/2007 20:19:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO	NÃO
DEM	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	SIM
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUP LIC Y	SIM
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
DEM	MG	ELISEU RESENDE	NÃO
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	NÃO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	NÃO
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	TO	KÁTIA ABREU	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
DEM	SP	ROMEU TUMA	NÃO
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	NÃO
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 22
Votos NÃO : 46
Votos ABST. : 00

Total : 68

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 22 Srs. Senadores, e, NÃO, 46.

Não houve abstenções.

Total: 68 votos.

Estão, portanto, rejeitados os pressupostos de urgência, de relevância, de adequação financeira, de adequação orçamentária da Medida Provisória.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para elaborar o Projeto de Decreto Legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória.

Será feita a devida comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já que estamos trabalhando em ritmo de fim de mundo, de apocalipse, eu pediria pressa à Mesa na remessa para a Câmara da Medida Provisória nº 374, que aprovamos aqui, para que não se atrapalhe a luta que a Oposição faz. É preciso discuti-la com rapidez. Temos de andar com pressa, porque fomos aqui bastante avisados de que, sem isso, o Brasil – não só o Brasil, mas o mundo inteiro – entraria em ritmo de apocalipse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa levará em consideração o pedido de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 13:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados (proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à Medida Provisória 18 emendas;

– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 5 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 12 de setembro;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Colbert Martins (Bloco/PMDB – BA);

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 52, de 2007, e se esgotará no dia 1º de novembro;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 14 de setembro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 837, DE 2007 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é pela juridicidade e constitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E no mérito?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – No mérito, é pela aprovação do texto original da medida provisória do requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Exmº Senador Romero Jucá, como todos viram, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, é pela aprovação do texto original.

Vou colocar em votação os pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e de adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.100, DE 2007

Nos termos regimentais, requero preferência para Medida Provisória nº 378, de 2007, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário antes do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007.

Sala das Sessões, de 26 de setembro de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votação do requerimento de preferência para votação da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de preferência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, contra os votos do PSDB e do DEM.

Vamos passar, portanto, à votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação em globo das emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Aprovada a Medida Provisória, fica, portanto, prejudicado o Projeto de Lei de Conversão.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 378, DE 2007

Dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.-

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para os fins previstos nas Leis nºs 9.496, de 1997, e 8.727, de 5 de novembro de 1993, na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 4º, o cálculo da RLR excluirá da receita realizada quinze por cento dos seguintes recursos:

I - da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, devida ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios, conforme o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição;

II - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e dos Municípios - FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Constituição, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e

III - da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do art. 159, inciso II, da Constituição, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos, agora, à apreciação do projeto de lei referente aos estágios, que está com urgência constitucional.

Item 14:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10 – CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11 – CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada, tendo em vista o término do prazo regimental daquela sessão.

Continuação da discussão dos projetos e das emendas substitutivas em turno único.

Concedo a palavra, se assim o desejar, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, por quê?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Porque havia uma lista de discussão, e V. Ex^a era, no momento em que ela foi interrompida, o próximo orador inscrito. Se V. Ex^a retirar a inscrição, facilita, economiza o andamento dos trabalhos. Muito obrigado, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, em nome dessa vitória que o País teve sobre o Sealopra, filhote dos aloprados, abro mão de qualquer encaminhamento futuro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Raimundo Colombo, concedo a palavra a V. Ex^a, para discutir a matéria.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é, de fato, muito importante. No Brasil, hoje, cerca de um milhão de jovens estudantes beneficiam-se do estágio. O Brasil tem no Ensino Médio nove milhões de estudantes, dos quais cerca de oito estudam no ensino público; e um milhão, no ensino gratuito, na área do Ensino Médio. Há uma inversão no Ensino Superior: de cerca de 4,5 milhões de estudantes, apenas 1,2 milhão estudam no ensino público; 3,26 milhões, no ensino particular. Para muitos deles, o estágio é a forma não apenas de aprender sua profissão, de ter o aprendizado, de ter a oportunidade, mas, sobretudo, de pagar o custo da faculdade.

Esse projeto, de autoria do Governo, que já foi aprovado na Câmara, tem como grande enriquecimento a contribuição do projeto de autoria do Senador Osmar Dias, que fez um projeto da melhor qualidade. Por uma questão de operacionalidade e de agilidade, já que esse projeto havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, entendemos de aproximar os relatórios, o que não diminui o mérito, a qualidade e, sobretudo, o reconhecimento ao trabalho do Senador Osmar Dias, que foi enriquecido pela contribuição do Presidente da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque, que é grande e profundo conhecedor desse assunto. Contribuíram ainda o Senador Flávio Arns, a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Romeu Tuma, enfim, todos, especialmente a Senadora Ideli, que é Relatora na Comissão de Assuntos Sociais. Conseguimos juntos aproximar bastante o projeto, de tal forma que ele é de consenso.

Ao olhar das pessoas, quando se entra numa sala de trabalho, quando se entra num escritório e as

peessoas estão trabalhando, não se percebe a diferença entre aquele que é estagiário e aquele que é trabalhador regular. O projeto do Governo tenta regulamentar essa ação. Esse projeto, melhorado pelo Congresso, pela Câmara dos Deputados e agora pelo Senado, de forma clara, cria as regras e estabelece as diretrizes dos programas de estágio no nosso País.

A atuação, como se profissional fosse, para adquirir conhecimentos e práticas, não é negativa; ela é positiva. Não é ruim que não se faça distinção entre aquele que é estagiário daquele que é profissional já atuante. Isso precisa ser regulamentado. Esse projeto determina que nenhum estagiário possa permanecer como tal por mais de dois anos, ou seja, impede a substituição, a exploração do estagiário como substituto do trabalhador regular.

Conseguimos fazer outros avanços que entendo serem bastante positivos. Um deles é o estabelecimento de uma jornada de 30 horas semanais de trabalho. O trabalhador normal terá 40 ou 44 horas, e o estagiário terá 30 horas. O outro é o direito às férias. É algo importante porque, na verdade, o estagiário tem uma atividade regular e também precisa ter um período de férias.

Com a contribuição do Senador Cristovam Buarque, uma empresa que tiver de um a cinco funcionários terá direito a ter um estagiário; de seis a dez terá direito a ter dois estagiários. Há uma emenda do Senador Cristovam, que vamos avaliar depois, melhor ainda – e que é aceita por mim e pela Senadora Ideli Salvatti –, pois estabelece que quem tiver de 10 a 25 funcionários poderá ter um número maior de estagiários.

Outra questão fundamental – e com isso poderemos aumentar bastante o mercado – é a da ampliação para que também os profissionais liberais, como pessoas jurídicas, possam ter estagiários em seus escritórios, que, por sua vez, terão a oportunidade de ter o seu aprendizado facilitado. Todos nós, na vida, já tivemos um momento em que alguém nos deu uma oportunidade de iniciação. Em todos os momentos difíceis de nossa vida, alguém nos abriu uma porta. O estágio é de fato uma oportunidade: a oportunidade do aprendizado, do crescimento profissional, do aprendizado da relação humana no sentido de respeitar a hierarquia, de ter disciplina, de conhecer as regras do trabalho. Isso é, de fato, uma questão essencial.

Mas também se impõem penalidades para aqueles que desviam as funções do estagiário. Não é aceitável, por esse projeto, que um estudante do curso de Medicina venha a exercer o seu estágio, por exemplo, na área de turismo. Isso fica vedado e se pune a empresa, remetendo– a a CLT, proibindo– a de ter estagiários por, no mínimo, dois anos e, na reincidência,

deixando– a totalmente impedida. Com isso, oferecemos segurança.

Outra coisa essencial nesse projeto é que diminuamos a interferência do Ministério do Trabalho, o que certamente impediria ou pelo menos diminuiria o interesse do empregador, pois essa é uma questão pedagógica, interessa à instituição– escola, interessa ao aluno, e não uma questão de exploração do estagiário, do jovem, para beneficiar, no mercado de trabalho, aqueles que não querem pagar encargos e querem se beneficiar de mão– de– obra qualificada.

Por essa razão, encaminhamos o projeto com as mudanças feitas, resultado de um longo debate e com a participação de muitos Senadores, na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais, com a Relatora, Senadora Ideli Salvatti, ou seja, conseguimos contribuir bastante. E sendo consenso aqui, certamente, ao voltar para a Câmara, com a ação integrada da Oposição e do Governo, esse projeto será aprovado. Aliás, em um projeto como este não existe Oposição ou Governo. Não é uma questão de ser contra ou a favor. É uma forma de ajudarmos nosso País. Modificou– se bastante o projeto, mas melhorou– se muito. Com isso, estaremos contribuindo para abrir o mercado de trabalho para jovens, oferecendo a eles uma oportunidade de aprendizado, de crescimento profissional e de construção do seu projeto de vida. Portanto, é um momento importante.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encaminhamos, pessoalmente como Relator, o voto a favor.

É o Relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, que é a Relatora na Comissão de Assuntos Sociais, com aquiescência...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Relatora na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E, em seguida, concederei a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para ser muito rápida destaco que a Lei do Estágio – Lei nº 6.944 – tem 30 anos, é de 1977. Nessas

três décadas, tivemos mudanças significativas no mercado de trabalho, na realidade educacional do nosso País e nas necessidades da nossa juventude para completar e aperfeiçoar a sua formação, obviamente precisando contar com a condição do estágio modificada da que vigora hoje, respaldada por uma lei já tão antiga.

Portanto, quando o Presidente Lula encaminhou, em abril, o Programa de Desenvolvimento da Educação, uma das principais questões foi exatamente o Projeto para Reformulação da Lei do Estágio. Esse projeto, que chegou ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre, no mês de abril, teve uma tramitação bastante rápida na Câmara.

O substitutivo da Câmara foi de autoria da Deputada Manuela D'Ávila, do PCdoB, uma liderança jovem, uma pessoa que, portanto, tinha condições de fazer a relatoria por conta das suas relações com toda a situação de vida da juventude brasileira.

Quando a matéria chegou ao Senado Federal, já havia aqui, há muito tempo, um projeto do Senador Osmar Dias trabalhando a questão da Lei do Estágio. Chegamos a fazer audiências públicas para tratar do assunto, mas não conseguimos deliberar sobre esse projeto antigo. Portanto, quando assumi a relatoria da matéria na Comissão de Assuntos Sociais e o Senador Raimundo Colombo, na Comissão de Educação, buscamos realizar, Senador Osmar Dias, o aproveitamento de todas as propostas da Casa, tanto a de V. Ex^a como a do Presidente da Comissão de Educação, e fazer com que as alterações pudessem confluir para um aperfeiçoamento da referida lei de forma a beneficiar significativamente a população jovem do nosso País.

Apesar das divergências que, em Santa Catarina, temos eu e o Senador Raimundo Colombo, o resultado foi extremamente positivo. Eu apresentei um substitutivo, o Senador Raimundo apresentou inúmeras emendas, as quais acatamos, confluímos, convergimos, e o resultado está aí. E o substitutivo que nós dois assinamos terá algumas emendas que ainda serão apresentadas, de comum acordo, na votação da matéria no segundo turno.

Para nós e, de forma especial, para mim, qual era o objetivo central do substitutivo? Era o de que o estágio pudesse ficar configurado, de forma indiscutível, como um ato educativo. O estágio não é e não pode ser, sob hipótese alguma, a substituição de mão-de-obra barata. O estágio faz parte da formação escolar, é a forma com que os nossos estudantes, os nossos adolescentes podem, no exercício de uma atividade relacionada diretamente com a área onde está exercendo a sua atividade educacional, aperfeiçoar-se e aprender mais, para, quando se formar, ter melhores condições para a sua vida pessoal e para a sua vida profissional.

Essa foi à questão central das principais emendas que acatei e que coloquei no substitutivo construído de comum acordo com o Senador Raimundo Colombo.

Também fizemos a inclusão de segmentos de estudantes que não estavam contemplados anteriormente: os estudantes estrangeiros que estudam no País vão poder ter o estágio contemplado na sua vida curricular; incluimos, além do ensino superior, do ensino médio, acadêmico, também a educação de jovens e adultos que tem um caráter profissionalizante, ou seja, é ensino fundamental, mas voltado para a profissionalização; também o ensino médio profissional e a educação especial. E não poderia deixar de registrar as emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns, que trouxe para o projeto toda essa atenção e a necessidade de acolher as pessoas, os jovens, os adolescentes que têm alguma necessidade especial também poderem acessar os estágios.

Outra questão muito importante e que eu queria realçar é que, na Lei do Estágio, fica configurado um termo de compromisso que as partes – a instituição de ensino, a empresa e o estudante – firmam com todas as condições para que o estágio se dê de forma transparente e adequada à formação do jovem, do estudante que está sendo beneficiado. Esse termo de compromisso será utilizado para a fiscalização do estágio, com supervisor e orientador vinculado à área. Chega daquela história de estudar uma coisa, fazer um estágio numa outra área totalmente diferente e ainda ter um supervisor e um orientador totalmente fora do contexto da área em que o aluno estuda e em que está realizando seu estágio.

Entendemos que a fiscalização é fundamental, para que possa ser efetivada sem perseguição. Retiramos questões que já estão na legislação trabalhista, na CLT, porque entendemos que, a partir do momento em que o estágio se caracteriza como vínculo empregatício, mascarando a relação de trabalho, a própria CLT tem condição de ser acionada para punir quem desvirtua o estágio educacional.

Essas foram as principais questões que buscamos apresentar no nosso substitutivo. Volto a dizer, aproveitando todas as contribuições, emendas de vários Senadores, o projeto do Senador Osmar Dias, a partir da matéria que veio da Câmara dos Deputados, construímos, de comum acordo, um relatório que será aqui apreciado e tenho certeza de que aprovado por unanimidade. E, para o segundo turno, como demorou entre o início da discussão e a sua votação, surgiram ainda pequenas questões que podem ser aprimoradas e que vamos apresentar como emendas consensuais, minha e do Senador Raimundo Colombo, para o segundo turno.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de receber a atenção do Líder do Governo na Casa e da Líder do PT, que acabou de falar.

O Senado tem pedido respeito. O Senado tem dito que é preciso respeitar esta instituição. Mas os Senadores não estão se dando ao respeito votando essa matéria. O que está acontecendo aqui hoje, Sr. Presidente – vou dizer com todas as letras –, é uma palhaçada. Isso é uma palhaçada!

Senadora Ideli, estou falando dirigindo-me a V. Ex^a, que sabe muito bem que esse projeto de lei é meu. O Governo copiou meu projeto de lei que está na Casa há cinco anos, passou pela Comissão de Educação, em três, quatro audiências públicas. Lá sofreu aperfeiçoamentos. O Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, sabe que meu projeto está tramitando na Casa há cinco anos, e o Governo nunca se colocou à disposição para votar, nem em regime de urgência, nem em regime normal. Mas soube, mais uma vez, fazer a pirataria, copiar meu projeto, dar entrada na Câmara dos Deputados, aprovar naquela Casa e, com essa palhaçada do regime de urgência, atropelar meu projeto. Trata-se de um desrespeito de parte do Governo comigo.

Sou de um Partido da Base do Governo, mas não posso admitir esse desrespeito e não posso admitir o desrespeito dos próprios Senadores que vêm a esta tribuna cobrar do Governo a edição de medidas provisórias, dizer que o Governo legisla pelo Senado, pelo Congresso, mas, na hora que vêm um projeto que é a cópia do projeto de um Senador que está na Casa há cinco anos, votam pacificamente, complacentemente.

Não vou discutir o mérito do projeto, porque quem o fez fui eu, e todos sabem que ele estava na Casa há cinco anos. Por que o Governo copia o projeto quando ele é bom, manobra com a outra Casa para, ali aprovado, ganhar preferência nesta e aqui atropelar o projeto de um Senador?

Sr. Presidente, o Senado tem de colocar em prática o discurso que faz. Não adianta dizer aqui que as medidas provisórias estão substituindo o Senado e a Câmara, porque votamos todas as medidas provisórias e as aprovamos. Acabamos de derrotar uma. Talvez seja a segunda, depois que estou aqui.

Agora, projeto de lei feito por Senador, copiado pelo Governo, que não teve nem o respeito de conversar comigo durante todo esse tempo e aí vem em regime de urgência, atropelando o trabalho de cinco anos de um Senador, não posso aceitar! Isso é palhaçada, e o meu voto não vai levar!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Temos uma lista de oradores inscritos e quero dizer, em nome desta Presidência, que concordo inteiramente, em gênero, número e grau, com o que foi dito pelo Senador Osmar Dias. Essa pirataria, tal qual a enxurrada de medidas provisórias, é algo que tem de deixar de acontecer.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Osmar Dias passou imensa e sentida indignação, e eu me recordava, Senador Jarbas Vasconcelos, do tempo em que enfrentávamos a ditadura militar. A ditadura militar fazia precisamente isto, muitas vezes recolhia boas idéias nossas e, no exercício seguinte, reapresentava os projetos de lei como de iniciativa do Executivo. V. Ex^a se lembra muito bem, sendo como foi um dos mais combativos Deputados com que contou o MDB e, depois, o PMDB contra o regime de arbítrio.

Era algo que chegava às raias do surreal. Mas tenho a sensação muito nítida de que todos percebemos que os regimes democráticos, a partir dos momentos de transição, acabou com isso.

Estamos aqui, Senador Osmar Dias, neste momento, solidários a V. Ex^a, porque de fato é inaceitável. Não quero fazer carga pessoal contra quem quer que seja, mas declaro o PSDB solidário ao Senador Osmar Dias.

Gostaríamos, inclusive, de deixar bem patente que, a se votar esse projeto – e votaremos com o Senador Osmar Dias –, estaremos votando o projeto Osmar Dias. Se formos votar, será o projeto Osmar Dias. Se não formos votar, votaremos com o Senador Osmar Dias. Ou seja, neste momento, abro mão da Liderança do PSDB e digo que o Líder do PSDB, neste momento, é o Senador Osmar Dias, porque essa é uma prática que não posso aceitar, que não posso com ela concordar.

Fui vítima dela quando Deputado e vi companheiros meus, que comigo enfrentaram a ditadura militar, serem vítimas de processos semelhantes.

Na verdade, Sr. Presidente, nós, do PSDB, temos a clara compreensão de que a maioria das leis devem ter mesmo a iniciativa do Executivo, sim. Essa é a realidade do mundo globalizado, a realidade que o mundo globalizado impõe a nós outros. É assim. Há um espaço que deve ser significativo, Senador Demóstenes Torres, para as nossas iniciativas. Mas não competiria com o Executivo, ou seja, entendo que, no mundo veloz dos mercados globalizados, a maioria da iniciativa das leis deve pertencer mesmo ao Executivo.

Mas, no espaço que cabe ao Legislativo, não deve, de forma alguma, nele adentrar a usurpação da idéia de um companheiro, da idéia de alguém que trabalhou, da idéia de alguém que operou.

O Senador Osmar Dias é alguém que se notabiliza por duas formas de atuação: agronegócio – entende disso como poucos – e educação, sendo ele a figura que milita há tantos anos, tendo já presidido aquela Comissão.

Portanto, neste momento, gostaria muito de ouvir a Senadora Ideli Salvatti, e sinto que, se tivesse de escolher três pessoas leais ao Governo, não colocaria outras três sem incluir V. Ex^a como alguém que cumpre seu papel. Então, entenda-se que não estou dirigindo à Senadora Ideli Salvatti nenhuma invectiva, nada que a ofenda, nada que a agrida. Estou me dirigindo ao Governo, dizendo que ele não obrou corretamente ao fazer o que denuncia o Senador Osmar Dias. E entendo que seja verdade o que S. Ex^a disse, porque, se havia o projeto do Senador, por que não fazer tramitar com urgência o seu projeto? Por que a necessidade de diminuir o trabalho de alguém? Por que a necessidade de usurpar o esforço intelectual de quem quer que seja? Por que o cacoete terrível, lamentável, de depreciar o tempo inteiro o trabalho do Executivo?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço o Senador Romero Jucá, com muita alegria e muita honra.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Arthur Virgílio, prestando solidariedade ao Senador Osmar Dias e registrando que, infelizmente, essa informação me chegou hoje por S. Ex^a – e a Liderança do Governo poderia ter atuado de alguma outra forma no sentido de viabilizar para que não acontecesse um momento como esse –, eu queria registrar que estou retirando agora a urgência constitucional da Presidência da República para que o projeto não seja votado, Sr. Presidente. Vamos discutir depois essa questão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Parabéns V. Ex^a pela atitude, Senador Romero Jucá, que revela lucidez e exhibe o Parlamentar experimentado e competente que V. Ex^a é.

Ouçó, com muita alegria, a Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, quero, em primeiro lugar, deixar bastante claro que essa situação de projetos tramitando aqui, na Casa, que acabam entrando em conflito com projetos encaminhados pelo Governo, nós já vivenciamos aqui à exaustão. Por isso que, antes de o Governo anunciar uma série de medidas com relação ao

Pronasci, por exemplo – nós já sabíamos de antemão que viriam medidas legislativas na área de segurança –, nós tomamos a iniciativa de chamar o Ministro Tarso Genro. Ele veio à Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, nós apresentamos todos os projetos relacionados à área de segurança que estavam tramitando no Senado e pedimos que o Governo não repetisse essa situação, qual seja, de mandar projetos para a Casa quando já temos matéria tramitando, tanto que faz parte do Pronasci a alteração no Código de Processo Penal. O Governo incluiu isso na alteração, mas não encaminhou projeto. Tanto que hoje, Senador Arthur Virgílio, relatei, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazendo parte do Pronasci, apoiado pelo Governo, o projeto de alteração do Código de Processo Penal, que é, inclusive, do Governo anterior. É de 2001 a iniciativa. Então, vamos consertando esse problema, que é permanente, que aconteceu já várias vezes. Acho que está muito correta a providência adotada pelo Senador Romero Jucá de ter feito contato, retirando a urgência constitucional, mas também quero dizer que nós fizemos vários debates, nós tivemos o cuidado, tanto eu quanto o Senador Raimundo Colombo, de pegar o projeto do Senador Osmar Dias, que estava tramitando, e acolher, tanto nas emendas como no meu substitutivo, muitas questões importantíssimas, que antes não estavam consideradas, e nós aproveitamos. Sempre fizemos questão de realçar que aqui, nesta Casa, havia um projeto de autoria do Senador Osmar Dias. Fizemos isso na tramitação, nós dois fizemos no plenário agora, tanto o Senador Raimundo Colombo como eu. Também quero dizer que, se essa questão tivesse sido levantada, Senador Raimundo Colombo, durante a tramitação nas duas Comissões, poderíamos ter dado outro encaminhamento.

Como não vamos valorizar um projeto tão bom, tão bem feito como era o do Senador Osmar Dias, a ponto de termos aproveitado praticamente quase tudo?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas foi levantado, Senadora. O assunto foi levantado.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Então, Senador Arthur Virgílio, só posso lamentar que tenhamos chegado a esse limite. Poderíamos ter equacionado anteriormente, não precisaríamos chegar nesta situação. Poderíamos já ter, respeitosamente, acolhido e encaminhado na tramitação das próprias Comissões. E quero dizer que, em outras ocasiões, quando aconteceu isso, na hora do ato de sanção do projeto, é uma exigência da Casa que o Parlamentar que teve a iniciativa, o Parlamentar que tomou a iniciativa legislativa seja devidamente realçado, recebendo o crédito de ter tomado a iniciativa numa lei que, volto a dizer, tem 30 anos. Há quase 5 anos o Senador Osmar Dias tomou

a iniciativa, o Governo só tomou este ano. Portanto, nada mais justo do que dar o crédito da iniciativa ao Senador Osmar Dias. Acho que, da parte do Presidente Lula, não haverá nenhum problema de, na hora em que chegar o momento de sancionar a lei, dar o crédito devido ao Senador Osmar Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

Sr. Presidente, se V Ex^a me permite, concedo um aparte aos Senadores Osmar Dias, Cristovam Buarque, Mão Santa, Marisa Serrano, Raimundo Colombo e Heráclito Fortes.

Ouçó o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Se me permite, Senador Arthur Virgílio, é uma frase.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Eu gostaria de deletar o discurso da Senadora Ideli Salvatti, pelo menos da minha cabeça. Eu queria deletar, para eu não ficar mais indignado do que eu já estou. Porque o Primeiro Emprego foi um projeto de minha autoria, inclusive o Senador Suplicy foi o Relator. Eu não fui convidado, mas nem para anunciar no Palácio e para coisa nenhuma. Não fui convidado. Então, não é verdade que depois dão a autoria. Dão a autoria nada! É pirataria pura, é desrespeito ao Legislativo. E o pior é que há Senador que defende esse desrespeito contra os companheiros de Casa. Eu quero ver o dia em que essa situação mudar, quando o Senador que está hoje apoiando o Governo achar bonito o Governo copiar o projeto, colocar aqui, votar e não dar nem bola para o Senador que trabalhou cinco anos. Falar que não sabia, que não dava para interceder porque não sabia, pelo amor de Deus! Meu projeto, apresentei quando eu era o Presidente da Comissão de Educação. Ele foi debatido pelo Senador Cristovam Buarque, como Presidente da Comissão de Educação, várias vezes em audiências públicas, e o Governo participou. O Ministro da Educação participou, o Ministro do Trabalho, que é do meu Partido, participou. Pelo amor de Deus, vamos falar a verdade, vamos deixar de ser cara-de-pau, porque senão o Senado não vai ser respeitado! Não dá para respeitar um Senado onde não se fala a verdade. Estou dizendo a verdade: este projeto está apresentado há quase cinco anos, foi intensamente debatido e foi simplesmente detonado pela mania, pela desonestidade que tem o Governo quando pega um projeto bom, copia e deixa o Senador falando sozinho, sem apoio dos seus pares. Hoje, felizmente, vi o apoio dos meus pares aqui e agradeço muito. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero dizer que fico feliz em ver um Senador trazer sua indignação aqui, como fez o Senador Osmar Dias, porque isso vem se repetindo. E fico feliz também em ver o Senador Renan manifestando sua indignação diante desse fato. Quero dizer, Senadora Ideli, que já se sabia que havia, sim, o projeto, mas o Governo não aceitou retirar a urgência para que nós pudéssemos discutir juntos o projeto do Senador Osmar e o projeto do Governo. Falei com um ministro, falei com outro ministro. O meu erro foi não ter falado com o Senador Jucá, porque o Senador Jucá, com a lucidez e o poder que tem, por solidariedade correta com o Poder Legislativo, teria entendido que não é assim que se faz. Lamentavelmente, a Comissão de Educação não tem poder nenhum, nem o Congresso, pelo que entendo, de retirar o poder de urgência que o Poder Executivo trouxe. Sugiro que a partir de agora, com o encaminhamento do Senador Jucá, possamos retomar a discussão, trazer o projeto do Senador Osmar, e rapidamente isso pode ser outra vez refeito na Comissão de Educação ou em qualquer Comissão. Em poucos dias, podemos fazer isso e dar o devido respeito, o carimbo Osmar Dias nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a devida permissão de V. Ex^a e do Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de dizer que haveria um jeito, sim: na hora em que o Governo pediu a urgência urgentíssima, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Educação, poderia ter chamado os Líderes e dito a eles que havia um pedido de urgência urgentíssima e que a única maneira de se contrapor a isso seria nós darmos urgência urgentíssima a esse outro projeto. E aí nós teríamos de votar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Reconheci que o erro foi eu ter procurado o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Isso poderá ficar como um parâmetro para, toda vez em que isso acontecer, os Presidentes de Comissão assim procederem.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito bem. Está aceito, pelo menos na nossa Comissão de Educação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, existiu um jovem médico, político, que disse: “Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça, és um companheiro”. Che Guevara. Quero dizer que estou aqui como companheiro do Osmar

Dias, injustiçado. Sr. Presidente, qual dos dois, o Presidente ou o Vice?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, com a palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Desejo a palavra e a atenção da Mesa. Sr. Presidente, quando este Senado começou, historicamente, Arthur Virgílio, os Senadores tinham de jurar que eram católicos apostólicos romanos. Papaléo, até que entrou um espírito, que foi contra, e mudou essa idéia, mas nós aceitamos Cristo, que está ali, acima de Rui Barbosa. Senador Arthur Virgílio, eu lembraria ao Governo que, primeiro, ele tem de governar o Governo. Está uma zorra a situação! O Governo tem de governar o Governo. Segundo, eu lembraria a legislação de Cristo, que está ali, o sétimo mandamento – para a Senadora Ideli levar para o Luiz Inácio: “Não furtar (nem injustamente reter ou danificar os bens do próximo)”. Ele está tirando o bem intelectual do nosso grande Senador Osmar Dias. Quero ser esse companheiro dele nessa luta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senadora Marisa Serrano.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Arthur Virgílio. Eu queria parabenizá-lo. Sinto orgulho de pertencer ao Partido que V. Ex^a lidera. Hoje, tivemos um resgate que todos queríamos nesta Casa. Que os Senadores mostrem sua indignação – não são todos os Senadores – no momento em que não são levados a sério pelo trabalho que estão realizando aqui. Como é que a população brasileira vai sentir que o Senador está em sintonia com aquilo que ela pensa se, dentro desta Casa, deixarmos acontecer casos como esse que presenciamos hoje? Espero, realmente, que, cada vez que um Senador se sentir menosprezado, passado para trás, como se diz vulgarmente, pelo Governo, ele manifeste sua indignação, como fez o Senador Osmar Dias. Na Comissão de Educação, estamos discutindo a pirataria, estamos discutindo a apropriação indébita de idéias, da cultura, de todos aqueles que fazem cultura neste País. O Senador Cristovam, Presidente da Comissão, e eu, recentemente, debatemos justamente esse assunto em um programa de televisão, no sentido de se fazer leis para que isso não aconteça. Ver isso acontecer aqui, com um colega nosso, é muito triste. Acho que este é o resgate: que as pessoas não se deixem passar para trás, que possamos nos indignar e mostrar à Nação brasileira que estamos prontos para defender não só nossas idéias, mas aquilo que é mais caro para nós, aquilo que temos no íntimo, que é a consciência do dever cumprido. Que um trabalho executado durante cinco anos não seja surrupiado, como foi feito pelo Governo. Acho que o Senador Osmar Dias, hoje, la-

vou nossa alma, e fico muito feliz por V. Ex^a ter começado a apoiar uma ação, requerida por um Senador, de indignação, que não é só dele, mas de todos nós. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora.

Senador Raimundo Colombo.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Arthur Virgílio, na verdade, tive apenas sete dias para relatar o projeto, e isso pode ser confirmado pelo Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque. Nesses sete dias, procurei aprofundar bastante a questão, valendo-me do projeto do Senador Osmar Dias para melhorar, debater e aperfeiçoar o projeto. Eu não tinha conhecimento, à época, de que havia tramitação de cinco anos. Realmente, o grande erro do projeto foi o regime de urgência. Tentamos modificar o regime de urgência, e o Governo não aceitou, mas isso não me impede de deixar aqui uma coisa muito clara: com a contribuição de todos os Senadores, o projeto ficou bom, está bem feito, vai melhorar a qualidade do estágio e o número de estudantes que a ele terão acesso. Com a indignação do Senador Osmar Dias, com a qual me associo, porque também não gostaria que copiassem um projeto meu, creio que poderemos aperfeiçoá-lo ainda mais, melhorá-lo e resolver esse impasse. É uma pena que o Governo não tenha tido a ação que o Senador Romero Jucá teve, mas isso não diminui o mérito de todos aqueles que trabalharam, de todos aqueles que ajudaram para se cumprir o quê? O Regimento. Se havia o prazo de urgência urgentíssima e se teria de entrar no plenário, isso foi cumprido, e o projeto foi melhorado. O impasse do Senador Osmar Dias – a quem, digo mais uma vez, me associo – não diminui o mérito do trabalho feito tanto pela Comissão de Educação, da qual sou Relator, quanto pela Comissão de Assuntos Sociais, da qual a Senadora Ideli foi Relatora. Até comemoramos uma coisa bonita: Partidos adversários, de posições antagônicas sob o ponto de vista ideológico, do mesmo Estado, conseguiram construir um projeto político, um projeto sobre estágio, um projeto de lei. Por quê? Porque ele nos interessou bastante. Trata-se do mesmo fundamento do Senador Osmar Dias: ajudar os jovens do nosso País. Nessa nova fase, fica aberto, e queremos colaborar. Esse é o espírito. Acho que temos de melhorar a vida das pessoas, e esse projeto, aprovado, melhora, como também melhora o projeto do Senador Osmar Dias, que serviu de sustentação, inclusive inspirou uma série de emendas que fizemos aqui. Obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa começa hoje a se reabilitar e a se recuperar. Houve aqui dois lances importantíssimos: primeiro, a derrota da criação da Sealopra e, agora, esse gesto de grandeza do Senador Romero Jucá, que merece de todos nós respeito e admiração. Senador Romero Jucá, V. Ex^a fez aqui aquilo que todos nós esperávamos, embora achássemos que não fosse acontecer, porque essa pirataria do Governo com projetos dos Senadores é uma constante. Fui vítima, Senador Osmar, de piratagem igual, com relação ao Timemania. Quando entrei com a emenda, beneficiando as Santas Casas, o Governo a retirou, levou– a de volta à Casa Civil e apoderou– se dela. Mas quero dizer o seguinte: esta tarde só será coroada se houver humildade das pessoas que fizeram discursos, atribuindo indevidamente ao Governo matéria com a qual ele não colaborou e cuja autoria não é dele, em pedir a retirada dos seus discursos dos Anais da Casa. Seria o maior ato de humildade e, acima de tudo, de reconhecimento do erro. O Senador Romero Jucá fez a parte dele, mas seria também muito importante que aqueles que clonaram a idéia de um companheiro retirassem dos Anais da Casa esses discursos indevidos e os fizessem novamente, no momento oportuno, fazendo justiça a quem realmente merece. Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, cumprimentos a V. Ex^a. Obrigado pela generosidade de conceder– me o aparte. Preciso cumprimentar o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, pela sua posição de retirada da urgência, e me solidarizar com o Senador Osmar Dias. Fui vítima dessa pirataria. Elaborei, há dois anos, junto com as melhores inteligências do saneamento básico no Brasil, o Projeto do Marco Regulatório do Saneamento Básico, com 7 capítulos e 114 artigos. Pois bem, três meses depois, o Governo mandou para cá um projeto de regulamento do saneamento básico, cujo Relator foi o César Borges. S. Ex^a tentou compatibilizar os dois projetos, mas o Governo pirateou o projeto de saneamento básico, cuja confecção teve a colaboração de todos os grandes entendidos da área no Brasil. E vou ser pirateado, Senador Arthur Virgílio: há um projeto de minha autoria tramitando, que regulamenta a venda, o uso, a propaganda de bebida alcoólica. E ouço dizer – leio nos jornais – que o Ministro da Saúde já disse que vai fazer outro. Agora, ele vai mandar um do Governo. Espero que não seja cópia do meu. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, tenho de manifestar solidariedade duas vezes: como Colega Senador e como irmão. É uma solidariedade fraterna, Senador Tasso Jereissati. Essa reação do Senador Osmar Dias faz sentido em razão da humilhação a que somos submetidos constantemente pelo Governo, que subtrai prerrogativas essenciais para quem quer cumprir seu mandato de legislador.

Somos homologadores, meramente homologadores. O Governo nos quer assim, o Governo impõe dessa forma. Somente serve ao Governo um Senado que chancela as suas imposições, quase sempre por meio de medida provisória. Os nossos projetos dormem nas gavetas do Parlamento e não temos tempo para apreciá– los, não temos tempo para votá– los. Quando há um projeto inteligente, como esse do Senador Osmar, o Governo assalta– o com a mão grande e se torna seu proprietário, seu autor. Não foi a primeira vez que isso aconteceu. O Gerson Camata deu um exemplo e, nós, certamente, poderíamos trazer outros exemplos de roubo do Governo no Parlamento brasileiro, um Parlamento assaltado tantas vezes, por várias razões, sobretudo em relação às suas prerrogativas. V. Ex^a, como Líder do nosso Partido, está de parabéns, porque, prontamente, assumiu a posição de liderança nessa questão, como está de parabéns, também, o Senador Romero Jucá, porque se curvou ao bom senso e tomou a providência que deveria tomar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Arthur Virgílio, esta sessão do dia 26 de setembro vai ficar na história do Senado. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso, nenhuma. Nesta sessão, depois de muito tempo e pelo voto, o Senado derrubou um ministro, por conta da derrubada de uma medida provisória. De forma incorreta, ilegal e intempestiva, criou– se um ministério por medida provisória e o Senado, com altivez, derrubou o ministro e o ministério. Daqui a pouco, vamos acabar com a sessão fechada para processo de cassação. Vai ser outro marco, mas o marco importante para nós, Parlamentares, que fazemos o dia– a– dia desta Casa e que temos orgulho de colocar a digital em projetos, foi a atitude que o Senador Osmar Dias tomou agora, com muita coragem. Ele, que é da base do Governo, com muita propriedade foi à tribuna e protestou contra um fato que já aconteceu, por exemplo, com Nice Lobão, Deputada Federal, que me procurou, uma vez, indignada com o clone de um projeto

de S. Ex^a, na área de esportes, levado a efeito pelo Governo sem nenhuma consulta a ela. Eu mesmo fui a essa tribuna para falar sobre a sanção de um projeto irmão gêmeo de um meu: a Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional. No entanto, nenhum deles, inclusive nem eu, teve a atitude de Osmar Dias, que, com coragem, com altivez, com indignação, estabeleceu um marco. Duvido que, depois da atitude séria, correta, racional e lúcida de Romero Jucá, que, evidentemente, consultou o Palácio do Planalto e recebeu orientação para retirar a urgência constitucional, e depois da sessão de 26 de setembro – importante, porque vai derrubar a sessão secreta para apreciação do processo de cassação e porque derrubou o ministro –, o Governo ainda vá copiar projetos de autoria de Parlamentares para fazer média com a opinião pública. Não vai copiar idéias sem antes pensar três vezes, porque sabe que se o fizer e for flagrado, o Congresso, como fez no dia 26 de setembro, vai fazer de novo e vai prestigiar aqueles que têm as idéias, como hoje. Quem teve a idéia de prestigiar os estagiários foi o Senador Osmar Dias e “a César o que é de César”. V. Ex^a, com muita propriedade, na conversa que tivemos aqui, foi o primeiro de nós todos a ir à tribuna para hipotecar a solidariedade que eu também hipoteco, em nome dos meus companheiros. Se essa matéria viesse a ser colocada em questão, como eu disse a V. Ex^a, eu até votaria, mas votaria o projeto de Osmar Dias, com a titularidade de Osmar Dias. Como S. Ex^a colocou o que quis e a urgência foi retirada, a Casa se reencontra e eu cumprimento o Senador e V. Ex^a pela iniciativa e pela coragem de resistir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a tem razão, Senador Agripino, o Senador Romero Jucá está de parabéns pela lucidez que revelou e está de parabéns pela experiência que reafirmou. Tenho certeza de que explicou ao Planalto que esse era o caminho mais justo, o do não confronto. É assim que o próprio Governo vai aprendendo, no contato com a realidade, que, às vezes, é dura. Ou seja, o Senado tem mostrado sobejas vezes que não é uma Casa de mera resignação. É uma Casa de pessoas experimentadas, que já passaram por diversas experiências em suas vidas. V. Ex^a tem razão quanto a ser histórico o dia 26 de setembro e, neste momento, antes de votarmos algo tão relevante quanto o fim da sessão secreta, conseguimos algumas afirmações que são pluripartidárias, que representam o espírito do Senado, algo que começa, realmente, a acenar com dias melhores para a nossa Casa. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Um aparte, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, ao Senador

Marconi Perillo e, para encerrar, ao Senador Efraim, finalmente.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – Senador Arthur Virgílio, a indignação cívica e ética do Senador Osmar Dias merece o nosso respeito. Esse é um grito de independência que esta Casa deve dar. Senador Osmar Dias, V. Ex^a deu um grito de ética, sem dúvida, alertando os Senadores de que não mais devem ceder quando a inteligência demonstrar que há um projeto dessa importância. O que estranho, Senador José Agripino, é que tenha ficado aqui, durante cinco anos, um projeto que o Governo diz ser importante. Eu não posso deixar de reconhecer no Romero Jucá as qualidades de liderança que demonstra por meio de providências inteligentes e imediatas. Não posso deixar de cumprimentar V. Ex^a, que foi a essa tribuna para defender um companheiro de outro Partido. V. Ex^a é da Oposição, Líder do PSDB, e defende alguém da base do Governo, indignado com o que aconteceu com seu projeto. V. Ex^a foi e derrubou. Foi V. Ex^a que derrubou, com a sua voz, com a sua coerência, com o que disse o nosso Senador Osmar Dias. Portanto, eu não posso deixar de, além de cumprimentá-los, cumprimentar também V. Ex^a por esse trabalho em defesa do Congresso e do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, meu querido amigo, Senador Romeu Tuma.

Concedo um aparte ao Senador Marconi Perillo e, em seguida, ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de cumprimentá-lo efusivamente pelo pronunciamento que faz nesta noite – mais um feliz pronunciamento – e também de cumprimentar nosso querido colega Osmar Dias pela santa indignação. Eu digo santa indignação porque espero que esta sessão histórica de hoje sirva de reflexão para o Presidente do Senado e para todos os Senadores, no sentido de que haja, definitivamente, um paradeiro nessa enxurrada de medidas provisórias, nesse desrespeito ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, pelo fato de não estarmos apreciando os vetos há anos. São mais de 600 vetos e, agora, o Governo ainda resolve plagiar projetos de colegas Senadores. Mas, Senador Arthur Virgílio, além de me solidarizar efusivamente com o colega e competente Líder Osmar Dias, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que, na semana passada, fiz um pronunciamento tratando de assunto semelhante. Eu gostaria, Senador Arthur Virgílio, de citar o artigo nº 168 do CPC – Código de Processo Civil –, que trata de apropriação indébita. Senador Sérgio Guerra, o Governo Lula está fazendo apropriação indébita de todos os projetos, de todos os programas do Governo Fernando Henrique Cardoso, a começar

pela estabilidade econômica, pelo Plano Real, que é o que há de sucesso nesse Governo. Em segundo lugar, os programas sociais, começando pelo Peti, com Lúcia Vânia na Secretaria de Assistência Social; depois, o Bolsa- Escola, o Bolsa- Alimentação, a criação do cartão magnético da Renda Cidadã, que começou em Goiás. Enfim, o Governo do PT está merecendo ser enquadrado no artigo nº 168 do CPC por apropriação indébita, além de plágio. Parabéns, Senador Arthur Virgílio. Parabéns, Líder Romero Jucá, que agiu com sabedoria e com prudência ao retirar a urgência esdrúxula de um projeto que é cópia de outro projeto de um ilustre colega Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, prezado amigo e colega, Senador Marconi Perillo.

O último aparteante, pelo que vejo, é o Senador Efraim Morais. Não? Muito bem.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, com muita honra.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Já que está sobrando tempo, agradeço a V. Ex^a. O cientista e químico Lavoisier, por meio de experiências científicas, comprovou a Lei da Conservação da Matéria, afirmando que “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Chacrinha costumava dizer, na televisão, que “na TV nada se cria, tudo se copia”. O Governo está passando a impressão que, no seu íntimo, no seu âmago, não há o devido respeito, o devido cuidado para com as proposições de iniciativa dos Parlamentares. Além disso, peca quando copia, de forma tão transparente, proposições como a do Senador Osmar Dias, o que causou, com muita razão, a indignação não só dele como a de todos aqueles que estão participando do debate, inclusive a minha. Como aliado do Governo, penso que isso não deve acontecer. Isso já aconteceu com outros Senadores, inclusive comigo. Portanto, a decisão do Líder do Governo é inteligente, é uma decisão que vem ao encontro do respeito que deve merecer o Senador Osmar Dias, para que esse fato não venha a se repetir no futuro. Antes, pelo contrário: ao invés de o Governo se fortalecer com essas cópias, ele se enfraquece perante o Senado, perante a opinião pública e não ganha nada, desde que proposições que estão dormitando nas gavetas do Senado Federal, poderiam estar sendo objeto de apreciação pelo Plenário e não o são simplesmente porque o Governo cria obstáculos ao seu andamento normal. Portanto, a minha solidariedade ao Senador Osmar Dias, à iniciativa que ele teve e também ao nobre Lí-

der do Governo, Senador Romero Jucá, que agiu com celeridade e com muita competência, demonstrando respeito ao Senado Federal. Agradeço a V. Ex^a. Meus parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. E, respondendo a V. Ex^a, encerro este pronunciamento.

Sr. Presidente, foram doze apartes, este pronunciamento e a fala indignada do Senador Osmar Dias. Doze apartes dos quais cinco de ilustres Senadores da Base do Governo. Ou seja, nada partidário, nada sectário, nada oposicionista, e, sim, uma manifestação clara, nítida, de autonomia e independência do Senado da República.

Fico muito mais feliz com o que houve, porque manifestou-se a indignação do Senador Osmar Dias. E muito mais feliz porque esses doze apartes contiveram quase 50% de opiniões de Senadores ligados ao Governo.

Concedo o aparte ao Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Só para interair o 13º aparte, sem nenhuma ilação. É um bom número.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mais um pouco a gente chega ao 45, que não é o número do PT, é o número do PSDB.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, quero apenas dizer que o Líder Jucá acertou: jogou água fria numa fervura em que precisava, efetivamente, ser jogado água fria. Afinal de contas, direitos autorais são para ser respeitados. E é preciso que o Senado Federal imponha sua identidade. É preciso que os Partidos que têm assento aqui, e os Parlamentares, tenham o devido respeito pela representação popular, porque aqui está, efetivamente, o pronunciamento da soberania da sociedade, da soberania do povo. Portanto, ao me associar a V. Ex^a neste seu pronunciamento, quero prestar ao Senador Osmar Dias, que teve aqui surrupiados os seus direitos autorais, a minha inteira solidariedade, o meu inteiro apoio, porque, neste momento, é hora de se preservar a instituição, de se preservar o trabalho produzido por cada um dos Senadores, porque lá fora existem até alguns áulicos querendo dizer que o Senado é inútil, que o Senado não tem serventia, e, hoje, estamos numa memorável sessão, mostrando, sim, que existe uma grande diferença, o Senado faz uma grande diferença na política brasileira: a diferença de quem tem identidade, a diferença de quem tem objetivos. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira. E, finalmente – creio eu –, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, somente para prestar solidariedade ao Senador

Osmar Dias. S. Ex^a se dirigiu à tribuna com uma indignação por ter o seu projeto – que tramitava há cinco anos, segundo S. Ex^a – copiado, plagiado pelo Governo com medida provisória. Meus parabéns ao Senador Osmar Dias pela forma como se colocou na tribuna. Parabenizo também o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, por haver retirado a Medida Provisória de pauta para que pudesse haver respeito ao Senado Federal. Outras vezes isso já tinha acontecido e o Senado não tinha tomado a atitude que está tomando hoje, uma atitude corajosa, cívica e de compromisso com a Nação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro fazendo a reavaliação da estatística. Foram catorze apartes: seis dos quais de Senadores da Base Governista e oito Senadores de Oposição. Ou seja, uma manifestação suprapartidária do Senado da República, podendo-se dizer, com muita tranquilidade, que este é o momento de afirmação do Senado e é o momento de duro aprendizado para um Governo que pode muito, mas vai aprendendo aos poucos que nenhum governo em nenhuma nação democrática pode tudo. Pode muito, mas não pode tudo. E o Senado acabou de impor os seus limites.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes, porém, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou colocar em votação o pedido feito pelo Senador Romero Jucá, em nome do Governo, para a extinção da urgência para o projeto que estávamos nos preparando para votar.

Em votação a extinção da urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a apóiam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Está extinta a urgência.

É a seguinte a mensagem presidencial solicitando a retirada da urgência:

MENSAGEM Nº 713

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 44, de 2007 (nº 993/07 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 279, de 2007.

Brasília, 26 de setembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso nº 973 – C. Civil.

Em 26 de setembro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Cancelamento de urgência.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita seja cancelada a urgência pedida para o Projeto de Lei nº 44, de 2007 (nº 993/07 na Câmara dos Deputados).

Atenciosamente, – **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que vamos apresentar requerimento para esta matéria – o Senador Cristovam também já providenciou isso –, que voltará ao reexame da Comissão de Educação, inclusive propusemos que seja apensado ao Projeto do Senador Osmar Dias. O Projeto do Senador Osmar Dias receberá parecer; nós votaremos na Comissão, depois daremos urgência de Líderes, aqui, ao Projeto do Senador Osmar Dias, e votaremos, no plenário, o Projeto do Senador Osmar Dias. (Palmas).

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero também cumprimentar o Senador Romero Jucá por essa atitude, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço atenção da Casa, porque temos uma pauta extensa, longa, negociada. Temos de aproveitar a oportunidade, a presença de todos aqui, para votarmos, deliberarmos em nome do Senado Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para fazer justiça também; só para fazer justiça.

Entendo que o acordo está perfeito do nosso Líder de Governo, Senador Osmar Dias e Senador Cristovam Buarque. Mas pediria, encarecidamente, também para fazer justiça, que a relatoria do projeto passasse para a Senadora Ideli Salvatti, também em homenagem ao procedimento que foi dado aqui hoje. É o pedido que eu faço a V. Ex^a e a recomendação aos demais responsáveis pela área.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Este é um pedido que V. Ex^a faz ao Presidente da Comissão e conta com o total apoio desta Presidência.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências*.

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substituto), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nº 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24-8-07).

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-9-07)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero dizer a V. Exª que se encontra na Mesa, com o apoio de todos os Líderes, a urgência, para um projeto já votado pelo Senado, que foi à Câmara e voltou, que cria o Dia do Frei Galvão.

De modo que eu pediria a V. Exª que dentro das regras existentes, e no momento oportuno, V. Exª pudesse colocá-la em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, colocarei, com muita satisfação, Senador Dornelles, o projeto de V. Exª em votação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Colocarei em votação.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são brevíssimas palavras. Apenas quero registrar a nota de falecimento do ex-Deputado Federal Lizandro da Vieira da Paixão. Peço a V. Exª que dê como lido o requerimento, que, com certeza, terá a assinatura da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Demóstenes Torres.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SENADOR MARCONI PERILLO.**

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com profundo pesar que comunico o falecimento do Dr. Lizandro Vieira da Paixão, nesta segunda-feira, aos 82 anos, vítima de complicações cardíacas. Dr. Lizandro foi Presidente da CEF em Goiás, Deputado Federal e, acima de tudo, um precursor da medicina no Estado de Goiás, onde, entre outras realizações, participou da fundação do Conselho Regional de Medicina, em 1957, e da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, em 1960.

Homem de personalidade forte e pulso firme, tão logo se formou na Universidade Fluminense de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1954, casou-se com a Doutora Édila Melo Vieira e fez a opção de construir a carreira em Goiânia.

Talhado com extremo espírito empreendedor, dinamismo e dedicação, Dr. Lizandro Vieira da Paixão exerceu intensamente todos os momentos de sua carreira atuando em diversas frentes: como professor na Faculdade de Medicina, levou às novas gerações de médicos a experiência do mestre em ginecologia e obstetria que trouxe ao mundo tantos rebentos; como empreendedor, foi proprietário do Hospital São José e um dos sócios da então Clínica Santa Genoveva.

Na política, este exemplo de cidadão, que nos deixa rumo à jornada maior, teve atuação de destaque como Deputado pelo PTB, partido do ex-Presidente João Goulart. Na gestão deste, Dr. Lizandro presidiu a Caixa Econômica Federal no Estado e o extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC. A atuação marcante o fez ser cotado para candidato ao Governo do Estado pelo próprio Presidente João Goulart.

Durante a ditadura militar, foi preso e cassado em 1967. Libertado em 1968, deixou de atuar na área política e voltou-se mais para a área médica. Entretanto, a vontade, a garra e o desejo de empreender colocaram-no à frente, também, de uma construtora e de uma financeira, de forma que pôde ajudar diversas

peessoas no financiamento de equipamentos hospitalares de grande porte.

Dr. Lizandro deixa seis filhos: Lizandro Júnior, Sérgio Melo, Luiz Vieira, Eduardo Melo, Édila Melo e Lizandra Vieira, com que nos solidarizamos neste momento de pesar.

Goiás certamente perde um líder e um exemplo de homem e cidadão, que marcou a vida pela luta permanente em prol da medicina e do povo de nosso Estado.

Todos nós desejamos que a Luz Maior o ilumine e permita que ele siga como exemplo para as gerações do porvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a, Senador Marconi Perillo. Apresentaremos o voto de pesar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fiz um apelo a V. Ex^a e ao Senador Lobão também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos os Líderes encaminharam à Mesa. Poderíamos votar a matéria que trata das escolas técnicas, pois o prazo de validade para esse projeto é 30 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Submeto o pedido do Senador Paulo Paim, a exemplo do que fiz com o do Senador Francisco Dornelles, ao Plenário do Senado Federal.

Não havendo objeção com relação à votação da matéria que trata das escolas técnicas, podemos fazer isso hoje, com muita satisfação.

Vamos colocá-la em votação imediatamente.

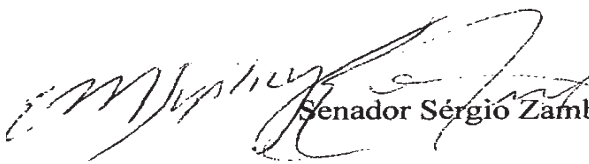
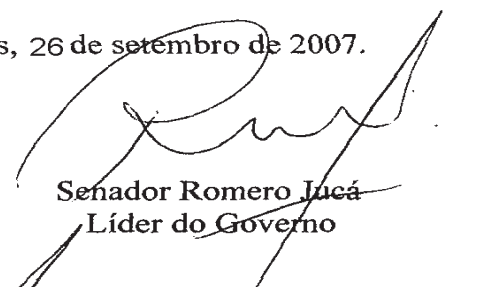
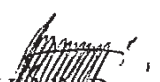
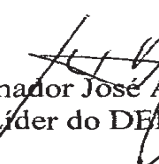
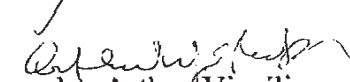
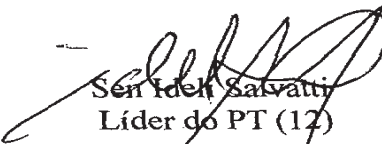

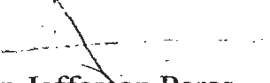
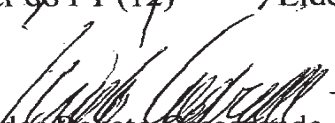
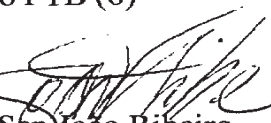



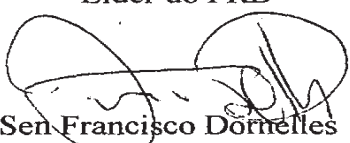
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 2007

Requeremos nos termos do Art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na apreciação do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2007, que dá nova redação a alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal (Retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador)..

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.

 Senador Sérgio Zambiasi	 Senador Romero Jucá Líder do Governo	
 Senador Valdir Raupp Líder do PMDB (19)	 Senador José Agripino Líder do DEM (17)	 Senador Arthur Virgílio Líder do PSDB (13)
 Sen Ideli Salvatti Líder do PT (12)	 Sen Epitácio Cafeteira Líder do PTB (6)	 Sen Jefferson Peres Líder do PDT (4)
 Senador Renato Casagrande Líder do PSB (3)	 Sen João Ribeiro Líder do PR (3)	 Sen Marcelo Crivella Líder do PRB
 Senador Inácio Arruda Líder do PC do B	 Senador José Nery Líder do P-SOL	 Sen Francisco Dornelles Líder do PP

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55, DE 2007

(Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 1.101, de 2007, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal* (retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador).

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Designo, na forma do Regimento, o Senador Romero Jucá para proferir parecer em plenário.

PARECER Nº 838, DE 2007 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Líderes, para que rapidamente eu possa relatar a matéria, com uma modificação. A proposta do Senador Delcídio Amaral de abrir a sessão para cassação de mandato atinge o art. 197, inciso I, letra c, do Regimento Interno do Senado. Diz o seguinte o art. 197 do Regimento Interno:

Art. 197: Transformar-se-á em secreta a sessão: I – obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre: (...) **c)** perda de mandato (Const., art. 55) ou suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio.

A proposta do Senador Delcídio Amaral era a de retirar somente a expressão “perda de mandato”. Portanto, ainda ficaria como sessão secreta aquela que tratasse de suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio. Proponho que excluamos a alínea “c” toda, ou seja, a sessão será aberta para perda de mandato ou para a suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio, para que efetivamente fique banida a sessão secreta, a não ser na questão de declaração de guerra ou de acordo de paz, que são itens que não estão sendo mencionados na presente Resolução.

O parecer é favorável. Creio que avançamos nessa questão, é uma posição fechada de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores desta Casa. Tenho a certeza de que será matéria aprovada por unanimidade, resgatando o Senado esse procedimento, abrindo um ponto que a sociedade cobrou e considera importante nos procedimentos futuros dessa questão.

O parecer é favorável, louvando a iniciativa do Senador Delcídio Amaral, mas meu parecer é pela retirada de toda a alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno desta Casa.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

É a seguinte a emenda, na íntegra:

EMENDA Nº 1 – Relator

Suprima-se toda a alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno da Casa, constante do art. 1º do Projeto de Resolução nº 55, de 2007.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Romero Jucá**

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Minoria vota a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ainda estamos discutindo a matéria, Senador.

O parecer do Senador Romero Jucá é favorável, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Designo o Senador Papaléo Paes para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão Diretora.

PARECER Nº 839, DE 2007 – CDIR

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2007, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vou ler o voto:

À vista do exposto no relatório feito anteriormente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentabilidade do Projeto de Resolução nº 55, de 2007, e, no mérito, votamos por sua aprovação, adotadas as seguintes emendas de redação:

– Emenda nº 2. Substitua-se, na alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pelo Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2007, a expressão entre parênteses “(CF, Constituição Federal/88, art. 53, § 7º)” por “(Const., art. 53, § 8º)”;

– Emenda nº 3. Inclua– se o seguinte artigo no PRS nº 55, de 2007, renumerando– se o atual art. 2º e alterando a emenda do projeto, de modo a que nela conste referência ao art. 25 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF: “Art. 2º. O art. 25 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 25. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que sobre ele deliberará, no prazo improrrogável de dez dias úteis’”.

Sala de Reunião.

Sr. Presidente, Sr. Relator.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 839, DE 2007

Da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2007, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Senador **Papaléo Paes**

I – Relatório

É submetido à análise desta Comissão Diretora, nos termos do inciso III do art. 401 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dá nova redação a dispositivos do RISF, conforme a epígrafe.

A proposição altera a alínea **c** do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que trata das sessões secretas, para excluir a hipótese dessa modalidade de sessão na hipótese de “perda de mandato”. Com isso, a sessão plenária na qual essa matéria vier a ser discutida não mais se transformará obrigatoriamente em secreta. Na redação hoje vigente, a citada alínea determina que a sessão seja secreta quando o Senado tiver de se manifestar sobre a perda de mandato ou a suspensão de imunidade de Senador durante estado de sítio.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador Delcídio Amaral, seu autor, argumenta que o projeto tem o propósito de assegurar transparência à sessão plenária na qual se discute a perda de mandato de Senador. Objetiva, igualmente, a observância do devido processo legal, possibilitando ao parlamentar apresentar perante a opinião pública e ao povo que o elegeu argumentos que fundamentem sua absolvição ou não, o que en-

contra fundamento no art. 1º, III e respectivo parágrafo único, da nossa Carta Magna, os quais enunciam os princípios da dignidade da pessoa humana, da soberania popular e do mandato representativo.

Na mesma justificativa o Autor informa que a colenda Câmara dos Deputados, ao dispor sobre a matéria, observa o rito da sessão aberta, conquanto a votação seja secreta, em cumprimento ao art. 55, § 2º, da Carta Magna.

No prazo definido pelo RISF, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Compete a esta Casa dispor, mediante resolução, sobre as normas que disciplinam sua organização interna e funcionamento, conforme o do art. 52, XII, da Constituição Federal. Esta Comissão Diretora é uma das instituições da Casa que estão obrigadas a opinar sobre a proposição, quando esta é de autoria individual de Senador, a teor do inciso III do art. 401, do RISF.

Vemos, na espécie, como atendidas tanto os requisitos formais como materiais de constitucionalidade e juridicidade, e assim as regras da boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, destacamos que o tema foi recentemente objeto de amplos debates nas comissões e no Plenário do Senado Federal, alcançando largos segmentos da sociedade brasileira. Mesmo o Supremo Tribunal Federal, quando provocado, tem opinado no sentido de que a regra, quanto às sessões do Parlamento, deve ser a da publicidade, restringindo-se as sessões e votações secretas àquelas expressamente citadas pela Constituição da República porque rigorosamente necessárias ao bom andamento dos trabalhos legislativos.

Conquanto concordemos com a essência da proposição, julgamos necessária a apresentação de emendas à mesma, que a seguir expomos. A primeira, de redação, destina-se a corrigir a remissão feita ao dispositivo constitucional citado na alínea **c** do inciso I do art. 197, de modo a que passe a ser o § 8º do art. 53 da Lei Maior, que trata da suspensão de imunidades parlamentares no estado de sítio.

A segunda emenda insere novo artigo no projeto, com o objetivo de dar nova redação ao art. 25 do RISF. Tal dispositivo dispõe que, se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a postura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que deliberará em sessão secreta, no prazo improrrogável de dez dias úteis. Entendemos que não faz o menor sentido modificar o art. 197 do Regimento, para excluir do rol de hipóteses em que a

sessão será secreta o caso de análise de pedido de perda de mandato e, ao mesmo tempo, manter a sessão secreta na hipótese descrita no art. 25. Em função de tal alteração, modificamos também o art. 25, para dele eliminar a referência à sessão secreta.

III – Voto

A vista do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº 55, de 2007, e, no mérito, votamos por sua aprovação, adotadas as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 2, DE 2007

Substitua-se, na alínea **c** do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pelo Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2007, a expressão entre parênteses “CF/88, Art. 53, § 7º” por “Const., art. 53, § 8º”.

EMENDA Nº 3, DE 2007

Inclua-se o seguinte artigo no PRS nº 55, de 2007, reenumerando-se o atual art. 2º e alterando a ementa do projeto, de modo a que nela conste referência ao art. 25 do RISF:

Art. 2º O art. 25 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que sobre ele deliberará, no prazo improrrogável de dez dias úteis.(NR)”

Sala de Reuniões, 26 de setembro de 2007. – **Papaléo Paes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Papaléo Paes é favorável, com emendas, em substituição à Comissão Diretora do Senado Federal.

Em discussão o Projeto e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinceramente, não dá para não dizer algumas palavras sobre essa matéria. Afinal de contas, é um passo civilizatório de imensa importância. Não estamos aqui sequer discutindo ainda o voto aberto para efeitos de cassação de mandato.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Jarbas Vasconcelos, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – É que pedi a palavra pela ordem, e parece que o Presidente não viu. Estranho, porque, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu era o Relator dessa matéria. O Presidente me viu aqui, e sei que poderia designar qualquer outro, mas não sei por que foi designado outro Relator, quando eu era o Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Simplesmente porque era competência minha, de acordo com o art. 140 do Regimento Interno.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Era isso o que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho, de todo modo, muita honra de ter podido contemplar, no meu discurso, o aparte do Senador Jarbas Vasconcelos.

Mas não se trata sequer, Sr. Presidente, de estarmos aqui a discutir o voto aberto para efeito de cassação de mandato, mas, sim, a sessão aberta, ainda que com voto fechado, para se apreciar eventual cassação de mandato.

Devemos fazer um pouco da história do voto secreto. Há uma crise, e, de repente, parece que a história se evapora. O voto secreto não nasceu como algo retrógrado, como algo conservador. Ao contrário, o voto secreto nasceu como proteção ao súdito e, portanto, à oposição que defendia o súdito em relação ao poder absolutista dos reis. Foi de conquista em conquista que se implantou na Inglaterra o que hoje se conhece como o parlamento democrático, o tradicional, o ocidental. Foi assim. Em algum momento, era necessário o voto secreto, sim, como praticamente nas mais importantes decisões que podia tomar o parlamento inglês. Quero aqui vê-lo como exemplo para nós.

Continuo, Sr. Presidente, firmemente adepto da modalidade do voto secreto para vetos, por entender que, embora seja muito boa a idéia na sua aparência e, talvez até, eu diria mesmo, no seu desejo, na sua ideologia, o voto aberto, no Brasil, no que se refere a vetos, significaria eternamente os governos todos – este, os para trás e os para frente – mantendo seus vetos. Nenhum veto é derrubado em um país que praticamente nunca aprecia vetos presidenciais, o que significa dar aos Presidentes da República – a este, aos anteriores e aos futuros, se assim continuarmos a proceder – absoluto poder ditatorial, porque decidir

vetando é democrático, mas não ter o veto apreciado é absolutamente ditatorial.

Se formos fazer uma análise séria – e tenho lido tanta coisa às vezes agressiva ao Senado –, quando se diz assim, Senador José Agripino: “Os Senadores acreditam, em sua maioria que juízes de tribunais superiores não devem ser escolhidos pelo voto aberto no Senado Federal”. Aí alguém escreve – e cada um, na democracia, que ajudei a construir, escreve o que bem desejar –: “É que eles têm medo de um dia terem um processo”.

Quem quer apequenar que apequene. Quem quiser olhar grande que olhe grande. Sou a favor claramente do voto secreto, porque dá mais liberdade, sim, aos Parlamentares, na hora de bem escolherem os que vão fazer parte dos nossos tribunais superiores.

Um dia, pode ser que aqui outros estejam – quem sabe nós mesmos! – a bradar pelo voto aberto, no que se refere a essas matérias que julgo ainda privativas do voto secreto, se formos seguir aquilo que para mim é o bom senso. Para outros, pode não ser. Para mim, é o bom senso e defendo exatamente a minha visão do que seja o bom senso, e não a visão do que seja o bom senso dos outros.

Certa vez, eu estava na Câmara, um Deputado me aparteia e diz alguma coisa como: “Ah, mas V. Ex^a está dando sua opinião”. Eu disse: “Evidente, V. Ex^a quer que eu dê a sua? Não vou subir à tribuna com procuração de V. Ex^a, para dar a opinião de V. Ex^a. Vim à tribuna para defender a minha posição, e a minha posição, portanto, é esta”.

Agora, entendo que a democracia brasileira amadureceu, a ponto de termos hoje a possibilidade e a necessidade – mais até do que a possibilidade – de votar a cassação de mandato por voto aberto; e, antes disso, de decretarmos o fim de algo medieval, atrasado, que não corresponde ao Brasil que se moderniza na economia, nas suas relações sociais.

Aquela sessão recente, a sessão secreta, em que as pessoas disseram tudo que diriam em sessão aberta – talvez tenham dito até mais na sessão fechada, do que diriam na sessão aberta –, aquilo a mim encheu-me de constrangimento. Senti-me como se pertencesse a uma sociedade secreta de filme americano, que mostra aquelas pessoas se protegendo e subindo na vida à custa de quaisquer esforços, ainda que ilegítimos ou até ilícitos.

Entendo que o dia de hoje é histórico. Não vim aqui, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, para discutir o episódio que tem envolvido V. Ex^a. Vim aqui, neste momento, para discutir o pra– frente. Vim aqui para discutir a modernização do Senado. Vim aqui para discutir o avanço que estamos dando, repito – o pas-

so de avanço civilizatório que o Senado está dando. E o Senado não faz mais do que sua obrigação hoje, porque, na Câmara, já é assim. Na Câmara, já se tem isso, com clareza, no Regimento, e, no Senado, nem Regimento temos para funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Na Câmara, já há declaradamente, no Regimento do Conselho de Ética daquela Casa, o voto aberto, quando se aprecia proposta de cassação de mandato, e sessão aberta, quando se trata de cassação de mandato.

Houve o episódio do Senador Luiz Estevão aqui, anos atrás, com sessão secreta. Parece escolha de Papa. No final se comunica à imprensa o resultado; no final, cada um dá a sua versão. E havia gente telefonando aqui, o tempo inteiro, como se fosse representante de algum *blog* ou de algum órgão de comunicação social. Ou seja, se queremos democracia, se queremos transparência, que o Senado decida muito abertamente se quer ou não cassar seu fulano ou seu beltrano, mas que o faça às vistas da Nação, que o faça numa sessão aberta, com clareza.

E, na hora do voto, a minha preferência é a de que cada um declare o seu. Alguém diz: “Ah, mas, com pressão de imprensa, não se tem coragem de dizer algo a favor de quem é acusado!”. Eu respondo por mim: convencido de algo, tenho coragem de fazer qualquer coisa. E já fiz qualquer coisa! Já cansei de absolver colegas e, em algumas vezes, fui obrigado a pedir a cassação de colegas – na Câmara dos Deputados, duas vezes.

Portanto, Sr. Presidente, vim à tribuna imbuído do desejo de não ser casuístico; vim à tribuna imbuído do desejo de falar em nome do meu Partido, dirigindo-me à instituição a que tenho a honra de pertencer.

É um momento histórico. Ainda há pouco, eu brincava com o Senador José Agripino e lhe dizia: “Nem sei o que a imprensa vai ressaltar amanhã, diante de tantos fatos relevantes que ocorreram nesta sessão”. O Senador José Agripino arriscou: a queda do ministério. Eu gostaria de ver a profecia de uma figura tão lúcida e ilustre como o Senador José Agripino desmentida pelos fatos. Eu gostaria que, amanhã, a imprensa ressaltasse, com muita força, que, numa noite histórica, quase às 10 horas da noite, começou a discussão que, ao cabo, levaria ao fim de uma prática antiga, ultrapassada, medieval, grotesca, não– condizente com a democracia brasileira, que se consolida e que precisa, portanto, libertar-se de um entulho, de uma excrescência, que é a sessão fechada para apreciar eventual cassação de mandatos!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Portanto, eu me sinto muito orgulhoso de estar, nesta legislatura – já concluo, Sr. Presidente –, dizendo as palavras que neste momento profiro.

O Senado, que poderá optar por manter o estatuto antigo, o regulamento antigo, tem diante de si a grande oportunidade de começar um grande processo de renovação das suas regras, sem dúvida alguma, com isso tudo implicando aceitação da necessidade de renovação das nossas próprias mentalidades. Instituição secular como a nossa, mais que sesquicentenária, quase bicentenária, sábia, terceiro Parlamento, com mais tempo de funcionamento contínuo no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, o segundo, e da Inglaterra, o primeiro, o nosso Congresso é culto, não pode permitir que sua vida soçobre. Ele tem de sobreviver. E não vai sobreviver, se não se casar com a opinião pública; e não se casará com a opinião pública, se se mantiver com práticas medievais como a do voto secreto, que, neste momento, em nome do PSDB, aqui repudio, pronto para dar o voto que começará a arejar as relações dentro da Casa a que pertencemos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei atentamente as nossas atividades, desde a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois a sessão do Senado Federal.

Hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, analisamos o Projeto de nº 37, sobre o afastamento de Senadores e Senadoras. Esse projeto foi relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, que aprimorou, aperfeiçoou aquele que havia sido por mim apresentado.

Não tenho dúvida de que esse projeto gerou uma discussão bastante profícua, importante para o Senado Federal, que dá a sua resposta em função do momento em que vivemos e do que a opinião pública espera de todos nós. Com muita racionalidade e serenidade, Sr. Presidente, democraticamente, foi pedida vista coletiva, e esse projeto será votado na próxima semana e, acredito, aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Hoje, aqui no Senado Federal, acompanhei atentamente a sessão, em que analisamos as medidas provisórias que estavam trancando a pauta. Sr. Presidente, hoje tivemos um trabalho frenético, mostrando que o Senado está vivo, votando aquelas matérias que são importantes.

Queria fazer dois comentários sobre a Medida Provisória que cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. Trata-se de uma questão polêmica, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – A matéria já está vencida.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sim, trata-se de uma questão polêmica, que encaro com naturalidade, porque há divergências conceituais com relação à matéria.

Quero registrar a ação do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, em função daquilo que o Senador Osmar Dias colocou com muita clareza, com muita lucidez, preocupado não só com a instituição, mas também com o trabalho profícuo e eficiente que realizou ao longo dos últimos cinco anos, em relação a esse projeto.

No projeto apresentado por mim e pelo Senador Eduardo Suplicy, de abertura da sessão no Senado Federal, adotamos procedimento semelhante ao que foi adotado na Câmara dos Deputados. Os comentários do Senador Romero Jucá também são pertinentes. Avançamos muito com relação à transparência, principalmente das nossas decisões aqui, com base em parecer do próprio STF, que, de certa maneira, derrubou qualquer discussão em caráter secreto que viéssemos a fazer dentro do Senado Federal.

Acho que hoje é um dia importante por todos esses fatos listados, mas, acima de tudo, porque mostramos que o Senado está sensibilizado e entendendo claramente os clamores da opinião pública; e, mais do que nunca, mostramos a importância do Senado Federal para este País, demonstrando que o Senado Federal tem um longo trabalho pela frente e, sem dúvida nenhuma, honrará todas as expectativas da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E obrigado também aos Relatores, que souberam qualificar e melhorar os projetos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Delcídio Amaral e outros Senadores pela proposta, pela iniciativa. Acho que hoje o Senado dá um passo importante nesse processo de aperfeiçoamento.

Já tinha avaliado e dito que, com relação a toda essa crise que estamos vivenciando na instituição

Senado da República, o que nós poderíamos tirar de positivo seria o aperfeiçoamento institucional. E, dentro do aperfeiçoamento institucional, a decisão deste Senado de acabar com a sessão secreta era a primeira decisão, a prioridade. Nós naturalmente não poderíamos votar outra matéria nesse aperfeiçoamento que não fosse, primeiro, o fim da sessão secreta.

Então, hoje, Sr. Presidente, a decisão que tomamos é uma decisão importante, porque estamos, na verdade, mudando de comportamento; uma cultura medieval, pré-histórica, que acabaremos a partir de agora, será alterada para que possamos nos igualar a outras instituições como a Câmara dos Deputados.

Mas é importante também salientarmos que existem outras instituições no Brasil que têm esse mesmo tipo de comportamento pré-histórico e medieval. O Poder Judiciário, na hora de julgar os seus membros num processo disciplinar, ainda adota sessão secreta. Então, que o exemplo que estamos dando no Senado possa ser seguido pelo Poder Judiciário.

A partir de agora, Sr. Presidente, temos outros instrumentos de aperfeiçoamento que teremos que desenvolver, como o debate sobre o voto secreto. Diferentemente do Senador Arthur Virgílio, sou favorável ao voto aberto para todas as matérias. Se alguém sofre pressão do Governo para votar veto, também há pressão da sociedade para votar as questões de perda de mandato. Então, acho que quem se elege tem que saber administrar as pressões; por isso, defendo o voto aberto para todas as decisões desta Casa.

Portanto, a manifestação do Partido Socialista Brasileiro é pelo voto favorável ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Demóstenes Torres, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos já utilizaram da palavra e falaram na mesma direção. De sorte que não tenho mais nada a dizer. Vou votar e recomendo à Minoria que vote pelo fim da sessão secreta para perda de mandato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, foi feito um acordo entre Líderes para desobstruir a pauta para que o Senado tivesse oportu-

nidade de prestar contas ao País e de se recuperar com o povo do Brasil. Digo isso com absoluta franqueza e honestidade, porque, como integrante desta Casa, na última sessão secreta que espero tenhamos feito, eu saí deste recinto com o gosto amargo da insinceridade que a Casa havia praticado.

Senador Delcídio Amaral, na sessão aberta, o Senado mostrou uma cara; na sessão fechada, o Senado mostrou outra cara. O que me constrangeu e indignou a opinião pública foram as duas palavras do Senado. Daquela reunião, resultou um débito do Senado com a opinião pública e com o povo do Brasil, que começamos a resgatar hoje.

O acordo que foi feito para desobstruir a pauta foi feito com um claro objetivo: votar três projetos. O primeiro é este, o do fim da sessão secreta para apreciação de processos de cassação de Parlamentares, Senadores; o segundo, que começaremos a discutir em seguida, é o fim do voto secreto com o mesmo objetivo; o terceiro, de autoria de V. Ex^a, Senador Delcídio, trata do afastamento automático, de implicados em processos de quebra de decoro parlamentar que tenham seus processos instalados no Conselho de Ética, da Mesa Diretora ou de presidências de comissão, ou do próprio Conselho de Ética.

Já votamos todas as medidas provisórias. O resultado foi o que foi. A pauta está aberta e estamos agora começando um processo de resgate da credibilidade do Senado perante a opinião pública, que só se completará com a votação vitoriosa do fim da sessão secreta, com a votação vitoriosa do fim do voto secreto, e com o projeto de V. Ex^a. Já são 10 horas da noite e eu iria até a madrugada para cumprir aquilo que é a minha obrigação.

Senador Jarbas Vasconcelos, não sei se acontece com V. Ex^a, mas por onde ando nas ruas do Brasil recebo cumprimentos pelas atitudes que venho tomando. Não é contra quem quer que seja, é de encarar, de interpretar um sentimento que interessa ao povo do Brasil, que é o da credibilidade de uma instituição chamada Senado Federal.

O que está em jogo nesta hora, nesta votação, é a recuperação da credibilidade de uma instituição que praticou um ato condenável há poucos dias, votando, de uma forma, aberto, e votando, de outra forma, fechado. Está nas nossas mãos, está no nosso voto, recuperarmos a credibilidade perante o povo do Brasil.

O voto do meu Partido é entusiasmadamente “sim”, a favor do fim do voto secreto e a favor do fim da sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua a discussão.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me congratular com a Casa pelo desfecho de mais esta votação, mas eu queria aproveitar e dizer que o jornalista Ricardo Noblat publica, às 21h10min, que a jornalista Tereza Cruvinel vai presidir a tevê pública que está sendo criada pelo Governo. É evidente, Sr. Presidente, que eu, ao fazer esse registro, o faço rendendo minhas homenagens a essa extraordinária jornalista que é Tereza Cruvinel.

Tenho certeza da influência do Senador Tião Viana nessa nomeação, o que só valoriza o gesto. Mas a grande preocupação minha, Senador Tião Viana, e por zelo, é pelo fato de a televisão não ter sido ainda criada, e eu aprendi, no meu Piauí, que cachorro mordido de cobra corre com medo de salsicha. Vimos hoje aqui o que aconteceu com o “Ministério dos Aloprados”, o “Sealopra” do Sr. Mangabeira Unger, e não gostaria de ver fato dessa natureza se repetir com uma das melhores jornalistas deste País.

Daí por que, no momento em que me congratulo com Tereza Cruvinel, de maneira cautelosa, quero dizer que o Governo corre o risco de, ao ter dificuldade em aprovar esta questão nesta Casa, que é a criação dessa televisão, colocar em risco uma carreira profissional brilhante que é a da jornalista Tereza Cruvinel.

Espero que o Governo, dessa vez, não esteja pirateando idéias, que o Governo esteja convicto do que está fazendo ao convidar essa brilhante jornalista para ocupar essa posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de esclarecer: aqui é o Senado, a Casa de Rui Barbosa. Esse negócio de dizer que voto secreto é medieval, não é. Em Atenas, o voto era aberto, daí o termo, quando se queria colocar uma pessoa para fora antes de Cristo, ostracismo. Eles votavam, mas não tinham papel, não tinham máquina eletrônica. Então, eles iam buscar ostras e, quando tinha um montão, está fora, botavam para fora. Era aberta, abertíssima; era na praça.

Foi uma evolução de Getúlio Vargas, esse grande estadista. Ditadura não é bom, mas o ditador era bom. Ele enfrentou três guerras: uma para entrar, os paulistas e depois a mundial, mas ele planejou e organizou este País. Não foi Luiz Inácio. Luiz Inácio ainda não fez nada. Getúlio imaginou o TSE e colocou o voto secreto; foi o Getúlio em 1938/39. Por quê? Porque este País foi retardatário na independência; abolição dos escravos, foi na terra do Tasso Jereissati. Quatro anos

antes, Joaquim Nabuco foi expulso por querer libertar os negros. Então, nos primórdios da República, era o patrão; o escravo não tinha condição, então, Getúlio criou. Foi Getúlio Vargas, preparando o TSE, para que cada um tivesse... Os fatos fazem criar lei.

Houve esse fato, então, vamos. Mas não vamos dizer que é medieval, não. Nós somos modernos e temos de respeitar o grande estadista Getúlio Vargas. A ditadura não era boa, mas o ditador foi um homem trabalhador e deu ao País essa estrutura que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Guerra, com a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votamos hoje uma medida que não é lá muito ambiciosa – vamos ser sensatos. Rigorosamente, a chamada sessão secreta já tinha sido revogada pela tecnologia, pela ousadia de alguns e pela competência dos jornalistas.

De outra forma, é um sinal. É um sinal de que estamos recompondo um projeto para valorizar o Senado. E as sessões abertas são evidentemente melhores para o debate, para a discussão, para a transparência, para o processo parlamentar.

Quero pensar também o seguinte: se nós tomarmos medidas como essas, que são boas, e outras que vamos ter de tomar, mas não trabalharmos na origem do desequilíbrio, podemos até moralizar esta Casa. No entanto – meu pai era da UDN, eu não sou –, o problema não é de moralização. Esse é muito simples. O problema é fazer este Poder funcionar como Poder. E, para que este Poder funcione como Poder, essa questão das medidas provisórias é básica, central; tem de ser equacionada. Fora disso, vamos continuar a ser o que somos aqui: quase nada, ainda por cima, com apropriação indébita de projeto parlamentar – sei que não é da Senadora Ideli, que jamais faria uma coisa dessas, mas é da cultura que prevalece aí: ao Executivo tudo, ao Legislativo nada, nem a glória da aprovação dos projetos.

Há um outro ponto crítico que continua a distância, relacionado a todas as crises que permeiam esse processo parlamentar que tem puxado para baixo o Congresso e que se vai repetir já, já em eventos que vão surgindo ao longo do tempo. Refiro-me ao funcionamento do mecanismo da despesa pública; de uma maneira especial, tudo o que tem a ver com a execução do Orçamento, com a aprovação e a execução do Orçamento, cujo conteúdo não foi alterado.

Recentemente eu vi, em jornais de um mês, de um ano, de dois anos atrás: “Governo solta dinheiro para eleger o Presidente da Câmara”. Eu me lembro bem, na primeira página de um grande jornal brasilei-

ro. Hoje ou amanhã vai sair a mesma notícia, de que o Governo solta dinheiro para fazer isso, que o Governo solta dinheiro para fazer aquilo. Isso é uma vergonha, e nós aceitamos isso passivamente, como se não ferisse princípios básicos de austeridade, de respeito democrático, de convivência entre os Poderes. Então, é não perder a sensatez.

Creio que vivemos um momento crítico: a avaliação do Senado nunca esteve tão mal, tão ruim; o Congresso Nacional também está nisso; as instituições não vão bem. Houve uma manifestação do Supremo Tribunal Federal que nos levantou, mas foi solitária. Estamos atingidos por múltiplas crises, os nervos estão à flor da pele. Há aqui um sentimento que não pode continuar a prevalecer: estamos radicalizando o que não é para radicalizar.

Penso que devemos saudar o dia de hoje, até esse acordo, que não se deve valorizar demais, na minha opinião. Não é verdade. É um acordo importante, aponta na linha certa, mas as mudanças verdadeiras não as encaramos ainda.

Isso implica que o Congresso Nacional assuma o seu papel, que não seja subserviente ao Executivo, para que ninguém troque apoio, saia de um partido para outro para nomear um diretor ou para fazer coisa parecida, porque isso envergonha a democracia brasileira e compromete quem a faz. Assim, as instituições ficam comprometidas também. Esse loteamento, ou seja, se reclamei um emprego aqui e não me dão, voto daquele jeito; se eu quero uma diretoria aqui e não recebo, voto daquele outro jeito. Isso é que está comprometendo a sociedade brasileira no geral. Não vamos mudar coisa alguma com isso. Não é com representação contra um ou contra outro, com a punição de um e de outro, que vamos resolver nada disso. Claro que temos de punir, claro que temos de investigar, mas dessas mudanças, que não são patrimônio exclusivo do Congresso – são das instituições e do Executivo –, dessas ninguém fala; essas não progridem.

Continuamos no mesmo passo, aproximando-nos de novas eleições, e vamos fazer eleições com as mesmas regras apodrecidas da eleição passada, que vão produzir novas crises, que vão criar novas vítimas para o processo da democracia brasileira.

Não sou otimista, mas espero que se crie uma consciência do Congresso, construtiva, para que saiamos desse impasse que não serve a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprimento V. Ex^a novamente pela lucidez, pela competência e pela avaliação conjuntural que faz deste momento grave que vivemos no nosso País. V. Ex^a, mais uma vez, dá uma demonstração sobeja de sua grande competência.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sou daqueles que acham que a transparência na vida pública é uma das dimensões mais importantes da política. Kant dizia que só tem moral na vida pública aquilo que pode ser defendido publicamente. Portanto, uma sessão secreta dá espaço a todo tipo de manipulação de informações, de desinformação da sociedade, de má-fé no comportamento, e o debate tem de ser feito como estamos fazendo aqui, acompanhado pela imprensa, pela televisão, pelo cidadão. É assim que temos de sustentar essa instituição tão frágil quanto essencial à democracia, e particularmente o Senado Federal, pelo papel que tem na formação do pacto federativo.

Quero lembrar também que Louis Brandeis, da Suprema Corte americana, dizia que a luz do dia é o melhor remédio para os males da vida pública. Acho que é disto que precisamos: transparência, luz. Que a sociedade possa julgar– nos não só por aquilo que vamos dizer na sessão. E, mais do que dizer, o voto também tem de ser transparente.

Os homens públicos têm de assumir as decisões que tomam, com todos os desdobramentos e consequências. Não basta apenas ser uma sessão aberta, e não só para a cassação de mandato, mas as votações têm de ser transparentes. Não entendo esse argumento de constrangimento do Executivo diante de um Parlamentar. O Parlamentar, se quer afrontar o Executivo, pode fazê-lo com votação aberta. Ou hoje não tivemos aqui uma manifestação disso?

Então, a votação tem que ser transparente, seja qual for a matéria. Isso está no art. 1º, seção V, da Constituição americana, há 220 anos. Eles têm sessões reservadas, como nós deveremos manter, para questões de segurança nacional, para atividades de inteligência, mas não para processos decisórios, que interessam ao conjunto da sociedade.

Portanto, construímos na CCJ um grande entendimento de que votaríamos a PEC do Senador Paulo Paim que propõe a transparência absoluta dos votos. Mesmo em relação à Suprema Corte e ao Procurador-Geral da República, não posso entender que um Senador deixe de manifestar pelo voto a sua opinião, mesmo que, amanhã ou depois de amanhã, ele esteja sendo julgado por aquela Corte, como o Procurador-Geral da República tomou decisões duríssimas contra Parlamentares, depois, seu nome foi submetido a esta Corte e ele foi reeleito.

Então, é com transparência, no debate político, que vamos construir um Parlamento mais forte.

Portanto, lutarei – e é um grande passo que estamos dando hoje – pela sessão aberta, mas penso que é indispensável aprovar também o voto aberto, o voto transparente.

Isto aqui é uma representação do povo, é uma delegação do povo, e o cidadão, o eleitor, tem que saber como cada um vota. Temos que assumir nossas responsabilidades com coragem e transparência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas dizer que o PMDB também apóia a sessão aberta. Inclusive, assinamos, há alguns dias, o requerimento de urgência – também assinado por todos os Líderes – até porque a última sessão que deveria ser secreta não foi secreta coisa nenhuma.

Com as novas tecnologias, com aparelhos celulares ligados, conectados, talvez, até com emissoras de rádio, tudo o que se falava dentro desta Casa saía em tempo real, isso em uma votação que deveria ser secreta.

Portanto, quero aqui reafirmar, em nome da Bancada do PMDB, que o nosso Partido também apóia a sessão aberta.

E já que é para votar a sessão aberta, Sr. Presidente, vamos abrir a votação. Já são mais de dez horas da noite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero anunciar a posição do PCdoB, que recentemente, em seu 11º Congresso, decidiu que as votações para os seus dirigentes, que eram sempre abertas, passariam a ser fechadas e com o voto secreto.

Recentemente, na Câmara dos Deputados, votamos a matéria relativa aos votos secretos, e votamos favoravelmente a abrir tudo, sem problema nenhum. E nessas circunstâncias é interessante examinar como vai se desenvolver esse processo.

O PCdoB é um Partido tranquilo, porque votamos pensando no País, nos Estados e no nosso povo. Não temos nenhum problema com pressão de governo de qualquer tipo, sejamos da base do Governo ou não, pois temos responsabilidade. Assim, votamos as matérias mais espinhosas com o Governo, mas sempre pensando em nosso País, e sem receios. Sem receio de mídia, de holofote, sem nada disso. Temos uma opinião, uma posição política. Não estamos preocupados com a próxima eleição, com a próxima candidatura, se é para Governador, para Prefeito, para Deputado ou

para Senador, pois votamos para aprimorar o processo político e democrático do País, que, via de regra, não tem sido um processo aberto. As grandes elites conservadoras do País sempre primaram pela arrogância e pelo fechamento. A posição delas não tem sido a de fortalecer a democracia. Essa é a história.

Mas estamos vivendo uma outra circunstância. Portanto, vamos trabalhar para abrir os votos. Se possível, todos. Vamos trabalhar para que as nossas sessões sejam abertas. Muitas outras vão continuar secretas, pelo que sei. A Comissão de Relações Exteriores tem muitas reuniões secretas e, pelo que sei, vão continuar secretas, porque não serão atingidas por essa medida. Tome-se como exemplo as reuniões da Comissão de Relações Exteriores que tratam da questão de embaixadores. Inclusive, essa Comissão debateu há pouco tempo o orçamento das Forças Armadas em sessão secreta. Penso que em relação a muitas das atividades que dizem respeito ao interesse e à segurança do Estado brasileiro não temos que agir com ingenuidade, mas com a sabedoria política, porque é o Estado, é o Brasil que está em jogo.

Mas a nossa posição é pelo voto favorável às sessões abertas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar minha satisfação com a aprovação desse projeto de resolução que determina que, a partir de agora, as sessões para apreciação de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar sejam abertas.

Também gostaria de dizer que estamos trabalhando para que o voto seja aberto nesse tipo de procedimento, com ressalvas em relação, por exemplo, à apreciação de vetos.

A sessão que votou a questão de quebra de decoro parlamentar na semana retrasada constrangeu esta Casa, constrangeu a todos nós. De modo que as medidas que estão sendo adotadas agora são salutares para que haja transparência e para que o Senado possa recuperar sua credibilidade perante à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, no último domingo, V. Ex^a publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* em defesa desta instituição, do Senado Federal.

Quero dizer que muitas das diretrizes das suas palavras são consoantes ao que praticamente todos nós, Senadores, pensamos. Mas temos que registrar que é importante caminharmos na direção de tornar muito mais transparentes as nossas ações, terminando com as sessões fechadas para que o Senado Federal venha, de fato, a se fortalecer como instituição perante o povo brasileiro. Ainda que possa haver pressões as mais variadas de setores econômicos, pressões políticas, nada melhor do que a população saber qual o nosso procedimento, qual o nosso voto em cada uma das decisões importantes que temos que tomar aqui.

Cumprimento, então, o Senador Delcídio Amaral pela iniciativa com a qual colaborei, juntamente com todos aqueles que assinaram o projeto, inclusive os Líderes que apoiaram sua tramitação em caráter de urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de vir a esta tribuna porque quero fazer uma saudação aos colegas Senadores pelo dia de hoje. Penso que foi um dia diferente. Sem dúvida, caminhamos adiante. Alguns fatos, Senador Valter Pereira – e V. Ex^a teve participação decisiva –, devem ser destacados. Uma medida provisória é rejeitada. É fato quase que inusitado. Não diria inusitado, porque já rejeitamos em outras oportunidades. Mas é exceção à regra e, sobretudo, levando em conta a afronta à Constituição.

A justificativa da rejeição de parte de V. Ex^a não foi o mérito, foi a questão da constitucionalidade, já que não há relação alguma com os princípios básicos da relevância e da urgência.

No nosso caso, mais do que isso, foi também em relação ao mérito da matéria. Sepultamos aqui o desejo do Governo de criar mais de 600 cargos, comissionados, inclusive, aumentando despesas num País de carências extraordinárias.

Vimos também a devolução de um direito usurpado a um Parlamentar, com o repúdio à apropriação indevida do Governo, subtraindo a prerrogativa essencial que cada um de nós devemos defender, que é a de sermos legisladores e não apenas homologadores da vontade do Poder Executivo.

Agora, trata-se dessa proposta do Senador Delcídio Amaral, feliz iniciativa, acompanhada por outros Senadores, para tornar a sessão aberta. É claro que ficamos sob suspeita quando a sessão é secreta. O povo brasileiro tem direito de suspeitar das nossas atitudes, das nossas ações e das nossas decisões. O

que estaríamos escondendo? O que estaríamos aqui promovendo? Um conluio do mal? O que estaríamos inaugurando? A sede do corporativismo? Ou estaríamos nos autoprotegendo? Seríamos nós uma seleção de malandros que se autoprotegem sob a clandestinidade da sessão secreta? A população tem o direito de assim imaginar. Por isso, a saudação que fazemos aos Senadores no dia de hoje.

Deve ser preocupação básica de quem representa o povo propor a transparência de forma absoluta. Se queremos o respeito da sociedade, devemos construir pontes que nos liguem a ela. Se somos a caixa de ressonância, como repercutirmos as aspirações da sociedade, se não estamos a ela ligados? Como repercutir com sucesso isso, se credibilidade não possuímos para assim proceder?

A interação com a sociedade, estabelecendo ampla avenida de dupla mão, obviamente nos permitirá reabilitar a credibilidade sepultada nos últimos tempos no Poder Legislativo brasileiro; permitir-nos-á reabilitar instituições públicas desvalorizadas, desacreditadas, enxovalhadas, até porque há escândalos de corrupção que nos atormentam a cada passo nos três Poderes, em todas as instituições.

Certamente, temos muito a fazer, como modernizar o Regimento Interno da Casa, para que nossas ações sejam as mais ágeis possíveis, e discutir uma reforma do Poder Legislativo. E, a meu ver, deveríamos começar pela discussão: quantos devemos ser? Quantos Senadores? Quantos Deputados Federais? Quantos Deputados Estaduais e quantos Vereadores no País? De que valem tantos Parlamentares espalhados por todas as unidades da Federação, se estamos desmoralizados, desconsiderados pela sociedade brasileira?

É preciso restabelecer a real representatividade que foi desvirtuada desde o pacote de abril de 1977. É bom lembrar, Senador Mão Santa – V. Ex^a sempre se lembra dele –, que Ulysses Guimarães, na única vez que deixou a Presidência da Constituinte e se dirigiu à tribuna, fez isso exatamente para defender a exata proporcionalidade da representação popular de cada Estado no cenário nacional. Alguns Estados possuem mais representantes do que outros. Não quero citar exemplos neste momento, não é hora disso, evidentemente não é dia para isso, mas essa reflexão, todos devemos fazê-la.

Se defendemos tanto a reforma no Poder Judiciário – iniciamos até uma reforma do Poder Judiciário, que não foi completa, mas que significou avanços –, como não vamos defender a reforma no nosso Poder, no Poder que integramos? Se defendemos a reforma na Casa vizinha, como não proceder à reforma na nos-

sa própria Casa, que está desabando sobre nossas próprias cabeças? Se não o fizermos, não teremos autoridade moral e política para defender as transformações que devemos defender a favor do futuro deste País, sobretudo na construção de instituições públicas sérias, respeitadas e valorizadas pela sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, apenas para dar um breve aviso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo aos ilustres membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que os Líderes dos diversos Partidos acordaram em transferir para terça-feira, às 10 horas, a reunião que estava marcada para hoje.

Era esse o aviso que queria dar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

Tem a palavra o Senador Wellington Salgado e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer uma ponderação quanto a essa questão do voto aberto e da sessão aberta.

Tivemos a experiência de tudo que aconteceu aqui. Naquele dia, eu concordava com o Senador Cristovam Buarque, porque achava que o Senado estava vivendo um momento histórico, um momento difícil, porém histórico. A sessão não foi aberta, e não tínhamos uma filmadora para marcar aquele momento. O que acontece? Hoje, aquele momento vai depender da interpretação de cada um de nós. O Senador Cristovam Buarque vai interpretá-lo de uma maneira, meu Líder Valdir Raupp vai interpretá-lo de uma maneira, vou interpretá-lo de outra maneira, e a história não vai conseguir ter a memória daquilo que aconteceu naquele dia.

A sessão aberta é importante para isto, para registrarmos a história. E ela poderá servir como experiência para o futuro. Toda experiência é válida, se dela se adquire conhecimento. Não é isso, Senador Mão Santa? Se adquirimos conhecimento a partir da experiência daquele dia, temos de passá-la para frente. No entanto, por uma questão regimental, a sessão foi fechada. Na verdade, não foi fechada, porque o avanço da tecnologia deu oportunidade para que todos os *blogs* estivessem atualizados.

O que acontece? Vou votar pela sessão aberta. Houve o julgamento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do voto, da questão constitucional, legal, jurisdicional. No Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, fui o que o Senador Cristovam Buarque chamou de voto solitário. Naquele momento, a imprensa entendeu que eu estaria votando para proteger o Presidente desta Casa. Eu votava pela coerência. Não posso passar por aqui e perder a racionalidade. Muito depois, tive conhecimento de uma posição do Ministro Marco Aurélio, em que S. Ex^a dizia que o acessório não pode ser diferente do principal. É uma frase simples, mas que mostra que não pode ser diferente. No entanto, defendemos o que fazemos aqui, a lei, porque temos condições de fazer aqui o voto aberto, a sessão aberta, o que quisermos, porque somos nós que votamos. Só temos de chegar a um acordo sobre isso. E vamos fazer o que a sociedade quer.

Sr. Presidente, em momento algum, com todo meu posicionamento e com tudo que aconteceu nesta Casa, nunca ninguém teve dúvida sobre qual tipo de voto dei. Nunca nenhum jornalista me ligou para perguntar se eu teria mudado meu voto.

Hoje, o político está sendo visto pela sociedade de maneira diferente. A sociedade não está preocupada com a posição do político, mas quer entender o político que colocou aqui. No momento em que ela entender isso, ela vai respeitar e entender a opinião do político.

Quando externei todo o meu posicionamento, alguns acharam até que eu era de pelotão de frente ou um homem que enfrentou tudo. Sinceramente, já sentei e procurei ver onde foi que fiz algo diferente do que aprendi com todos os Senadores desta Casa. Aqui, posso ver o jogo político, mas nunca vi nenhum covarde. Nunca vi nenhum Senador covarde.

Então, fiz algo que estava sentindo; algo que aprendi na Comissão de Educação, de que eu participava; algo que aprendi com o Senador Mão Santa, lendo seus livros; algo que aprendi com meu Líder Valdir Raupp e com o Presidente desta Casa. Pratiquei um ato em que não vi nada demais. No entanto, acharam que eu era pelotão de frente. Não vejo isso. Vejo que esta Casa pode mudar o Brasil, pode mudar o que quiser.

Hoje, vamos mudar e vamos fazer a sessão aberta, na qual vou votar. Mas quero sempre acompanhar o que fizermos aqui. Não quero interpretar o que estamos fazendo da maneira que melhor convier à imprensa ou a um Partido ou outro. A isso não me vou sujeitar, porque, no momento em que me sujeitar a isso, terei perdido minha inteligência e toda a minha tradição, minha referência – meu pai, minha mãe, meus amigos, os locais onde cresci –, perderei toda a minha identidade. Isso não vou deixar ocorrer.

Sr. Presidente, é uma honra muito grande pertencer a este Senado, e meu voto, neste momento histórico, será pela sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Em seguida, falarão os Senadores Cícero Lucena, Mário Couto e Marisa Serrano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quando falei para o Senador Wellington Salgado do voto solitário dele, esse foi um elogio. Independentemente de estar certo ou errado, o voto solitário contra todos merece elogio pelo caráter e pela coragem. E é uma coisa muito rara. Que eu lembre, há cerca de dez anos, alguém proferiu um voto solitário na Câmara dos Deputados – não consigo me lembrar de quem foi. Então, falei – e repito – da minha admiração ao Senador Wellington.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer que raramente vemos um momento como este. De repente, todo mundo está de acordo. Todo mundo está de acordo com o povo lá fora. O que houve? Isso só acontece uma vez na história deste Senado.

Talvez, um pouco na linha do Senador Alvaro Dias, gostaria de dizer que a crise que vivemos não decorre do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar apenas, não decorre da circunstância de um ou de outro Senador. Esse é um detalhe que pode pesar e que pode despertar a opinião pública, mas nossa crise verdadeira se deve ao fato de que essa sintonia de agora com a opinião pública não se dá no dia-a-dia. Até o debate sobre os grandes temas nacionais a gente não tem feito nesta Casa.

De repente, despertamos, por uma pressão da opinião pública, e ficamos unidos, todos, num projeto. Amanhã, é bem capaz de este Senado estar vazio. Sexta-feira certamente vai estar. Na outra semana, outra vez o mesmo ciclo de terças-feiras a quintas-feiras, e o resto, vazio. Cada um trabalhando, porque Senador, quando sai daqui, trabalha ainda mais do que quando está aqui, mas o Senado, não.

Quando vamos ter sessões como esta, com 74 Senadores, Sr. Presidente, para debater temas fundamentais em relação aos quais o povo lá fora está querendo que tomemos posição? Não nos enganemos. Esse voto de hoje vai dar uma recuperação, mas pequena. Daqui a mais quinze dias, um mês, se o povo continuar vendo a gente fazendo discurso em vez de debater – essa é uma diferença, hoje a gente debateu, não fez discurso apenas –, se o povo voltar a ver a repetição, não tenham dúvidas de que voltaremos à posição de descrédito.

Quero concluir, insistindo numa sugestão, na linha do que a Senadora Marisa Serrano falou ontem aqui, nesta Casa. Quando é que a gente vai criar um grupo, ou o próprio Presidente, ou a Mesa, para definir uma agenda de trabalho, como essa de hoje, por força da opinião pública, que nos ponha a debater os destinos nacionais, encontrar rumos não só para a reforma política, Senador Alvaro Dias, mas para o problema da saúde, para todos os problemas deste País?

Quero manifestar aqui menos a minha posição em relação ao voto aberto ou não – todos conhecem –, mas, sim, dizer que isso não vai bastar para recuperar a nossa credibilidade. Nossa credibilidade não vem do problema de um ou outro Senador. Vem de uma falta de sintonia nossa com a opinião pública e vem também da falta de debates aqui, nesta Casa, no lugar dos discursos e apartes apenas, debates sobre os grandes rumos que este País precisa ter no futuro.

Mão Santa sempre fala em Rui Barbosa. Rui Barbosa não fazia somente discursos, ele fazia debates, e não apenas sobre as circunstâncias e o momento, ele dava linhas para onde ia a República que estava nascendo naquela época.

Nós precisamos ir além desse voto de hoje e trazer para cá um envolvimento como esse de hoje. Que não seja o ano inteiro, mas, por pelo menos um mês ou dois, todos nós, Senadores, com uma pauta clara, trazendo a agenda que o Brasil tem lá fora – como esse debate de hoje é em função de uma agenda que o povo nos deu – e também um debate sobre os grandes temas.

A Presidência, a Mesa poderia escolher um grupo de pessoas que elaborassem esses temas. Com todo o respeito, Senador Valdir Raupp, acho que vocês, Líderes, não têm tempo de pensar isso, envolvidos tanto como estão no dia-a-dia. Ponhamos outros, se quisermos. Que escolha a Mesa isso, mas vamos trabalhar, não vamos nos contentar, achando que o povo vai se satisfazer só com a abertura do voto de cada Senador. É bom, mas é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Permitam-me, sobretudo, colocar meu ponto de vista rapidamente: acho que isso precisa acontecer, temos que ter uma agenda suprapartidária, de interesse do País. Esta Casa votou a Reforma Tributária, não andou na Câmara dos Deputados; votou a Reforma Política, não andou na Câmara dos Deputados. Acho que isso não deve servir de desestímulo. Temos que perseguir nesses caminhos e fazer exatamente o que a sociedade quer, que é a única maneira, como disse aqui o Senador Alvaro Dias, de fazermos encontrar a nossa

instituição com o que a sociedade deseja. É importante que todos partilhem o pensamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, presenciei, neste primeiro ano de mandato, na feliz oportunidade que tenho de estar nesta Casa, algumas sessões em que, em determinado instante, havia o constrangimento ou a alegria de alguns dos Senadores aqui presentes pela vitória, pela derrota, ou mesmo pela conquista de um projeto, a importância do debate em sessões que anteriormente se realizaram.

Mas, sem dúvida, não podemos deixar de registrar este instante e esta sessão, em que até mesmo aqueles que eventualmente tiveram o seu posicionamento ou a sua proposta contrariada saem daqui nesta noite com a consciência de que venceu a democracia, e essa democracia irá permitir que o Congresso, cada vez mais, e esta Casa, em particular, identifiquem-se com a vontade e o desejo da opinião pública. O debate é enriquecedor e importante para que possamos consolidar o nosso papel e a nossa responsabilidade.

Acredito também nessa proposta de que possamos avançar. Poderíamos dizer que temos uma peregrinação a cumprir, e toda peregrinação começa com um primeiro passo. Hoje à noite, estamos dando esse passo, não só por tudo que ocorreu anteriormente nesta sessão, mas, em particular, pela decisão – pelo que estamos vendo, praticamente unânime – de termos a sessão aberta. Poderemos, então, avançar em novas conquistas com as quais só irão ganhar esta Casa e o povo brasileiro, já que, no nosso Partido, temos sempre construído essa vontade e esse desejo da transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da minha alegria de poder sair desta sessão com algumas vitórias. Primeiro, porque mostramos ao Presidente Lula que ele deve parar com essa fábrica de criar cargos comissionados. Segundo – e devo dizer isto com muito orgulho –, quero aqui dizer do quanto me orgulho de pertencer à Bancada do PSDB, uma Bancada que não muda de direção, que se reúne, toma as suas decisões e não muda. Nós começamos com uma posição aqui, sempre falamos que somos contra o voto secreto e as sessões secretas, e, hoje, nesta sessão, estamos repetindo aquilo que dissemos lá trás.

Não mudamos absolutamente nada, Sr. Presidente, nem temos por que mudar. Primeiro, porque sessão secreta tira o direito da população de tomar conhecimento das nossas atitudes. Isso é terrível! A população tem que tomar conhecimento de todas as nossas atitudes. Por que tirar o direito da imprensa de cobrir uma sessão? Por que tirar o direito da imprensa? Triste, triste do país que não tem uma imprensa para divulgar à sua sociedade o que está sendo discutido nos seus Parlamentos. O Brasil não pode nem deve tirar o direito da imprensa. A imprensa tem, sim, que divulgar à sociedade as nossas atitudes aqui, dentro do Parlamento.

Como disse o Senador Cristovam, não basta só votarmos na sessão aberta. Não basta. Temos que ir mais longe. Disse ele muito bem: saímos daqui com uma vitória pequena, bem pequena, mas agradável. Agora, precisamos avançar. Não só vamos derrubar a sessão secreta, mas precisamos derrubar o voto secreto para que a sociedade possa ver a atitude de cada Senador dentro deste Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Tudo aquilo por que passamos nestes últimos três meses, V. Ex^a e esta Casa, e o trabalho que fizemos no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por consideração dos colegas do PSDB e dos Democratas, junto com os Senadores Almeida Lima e Renato Casagrande, tudo isso foi muito dolorido para todos nós.

Ontem, fiz um pronunciamento aqui, ao qual o Senador Cristovam se referiu, em que falei um pouco das minhas angústias. Eu não esperava, Senador Cristovam, que tivesse tanta repercussão. Recebi e-mails de todo o País, de pessoas comentando e apresentando suas idéias. Chamou-me a atenção o de um rapaz de 21 anos, segundo ele, do interior de São Paulo, que dizia que já estava desesperançado, mas que iria dar um voto de confiança.

Quem sabe o Senado conseguisse, a partir de agora, mostrar para ele – o Senado tinha de acabar – que temos “recuperação” – foi a palavra que ele usou. É claro que se tem de relevar as palavras dele por causa da idade e pela forma como ele expôs seu pensamento, mas fiquei pensando, imaginando que a gente podia, sim, mudar, porque isso depende de nós, depende de cada um desta Casa, de os 81 Senadores quererem fazer uma proposta nova para esta Casa. Eu disse ontem que não posso admitir que se diga: “Não

adianta”, “é assim mesmo”, “não tem saída”, “sempre foi assim”. Não é possível. Acho que, quando a gente quer, a gente faz. E é a união de todos nós que pode fazer essa mudança.

O que ouvi hoje aqui do Senador Wellington, um pronunciamento sereno, tranqüilo, mostrou um pouco daquilo que ele pensa. Gostei muito. Foi o que me induziu a vir à tribuna para falar, para dizer que as coisas não estarão perdidas no momento em que a Casa, que é a Casa do equilíbrio, que é a Casa da experiência, assumir seu papel, o papel de dar rumos à Nação. Não vejo rumo para o País. Rumo não é aumentar o número de cestas básicas; rumo não é deixar que a Saúde do País esteja tão contaminada, que 90% dos discursos desta Casa sejam a respeito da Saúde. Precisamos, sim, ajudar o País a ter rumo, e esse rumo tem de vir de todos nós, imbuídos da competência que temos, do compromisso que temos com a Nação brasileira. E temos de saber que aquela sintonia com a sociedade, a qual o Senador Cristovam se referiu, tem de ser muito grande, porque, afinal de contas, não podemos perder a noção de que, se estamos aqui, é pelo voto da sociedade. E ela tem o direito de cobrar, de exigir, de pedir, de apoiar e de aplaudir quando achar que é de direito, porque estamos aqui pelo voto de cada um que acreditou em nós e que nos legou à condição de Senadores da República – com muita honra.

Termo minhas palavras dizendo que, hoje, avançamos. Foi uma sessão que há muito eu não via. Pelo menos neste ano, desde que cheguei aqui, não via uma sessão como esta. Chegamos às 22 horas, e as Senadoras e os Senadores estão aqui, presentes, prontos para trabalhar, pensando que é possível haver mudança. Não estão aqui porque se tem de votar isso ou aquilo; estão aqui porque acreditam que é possível a mudança, e essa mudança tem de vir das nossas mãos. Ela não pode vir e não virá pelas mãos do Executivo; não virá pelas mãos do Judiciário. A mudança será feita se nós acharmos que a merecemos.

Por isso, estou feliz, porque valeu pelo menos um pouco das minhas expectativas em relação ao que manifestei por meio do meu discurso de ontem.

Oxalá a gente continue nessa senda de mudanças na estrutura dos trabalhos do Senado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir falar pela ordem, abro mão da minha inscrição.

Pode concluir, Senadora.

O SR. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paim.

Quero só colocar que tenho certeza absoluta de que, hoje, começamos a dar o primeiro passo, um passo para uma estrada que estamos construindo e

que vai continuar a construir se não esmorecermos, se as idéias não ficarem só nesta sessão, se, a cada dia, construirmos algo novo para nós e para a Nação brasileira, que nos colocou aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abro mão da minha fala. Estou preocupado com o horário e queria muito que votássemos, hoje ainda, matéria referente às escolas técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Abro mão da minha fala e lembro o seguinte: todos aqui somos favoráveis ao fim da sessão secreta.

Com relação ao voto secreto, há duas PECs que serão discutidas, e vamos aprofundar o grande debate qualificado sobre o voto secreto. Todos sabem que sou o autor da Emenda nº 50, que é contra o voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que vivemos hoje uma tarde e noite memoráveis. Pelas votações que aqui ocorreram, tenho certeza absoluta, Senador Cristovam Buarque, que estamos resgatando – pode ser em uma medida pequena –, estamos dando início ao resgate do conceito do Senado Federal junto à opinião pública.

Mostramos aqui que o Senado não se submete à vontade do Executivo; mostramos aqui, hoje, que o Senado Federal tem postura, sim, quando há entendimento, como houve na sessão de hoje, para derrubar as medidas provisórias que todos reconhecemos como não sendo de urgência nem de relevância. Lamentavelmente, a Oposição não tem número suficiente para que todas aquelas medidas que não se enquadrassem na relevância e na urgência pudessem também ser derrubadas.

Existe um projeto do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães que define e organiza a questão das medidas provisórias. Determina que tramitem primeiramente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e seja lá avaliada a questão da urgência e da relevância. A partir daí, sim, ela teria prosseguimento no plenário.

Hoje, demos uma demonstração de que o Governo pode muito, mas não pode tudo. O Governo negocia, por meio do aumento de seus cargos em comissão, para que, com isso, sua vontade torne-se soberana no plenário do Congresso, mas não no Senado Federal; não no Senado Federal.

Quero aqui registrar que, hoje, houve votações importantíssimas. Resgatamos, com o projeto do Senador Osmar Dias, com a posição honrosa do Líder Romero Jucá, a possibilidade de retirar a urgência da medida provisória, para que ela retorne às comissões, agregando o projeto do Senador Osmar Dias, que o Governo, com desfaçatez, plagiou, pirateou – refiro-me ao projeto de autoria do Senador Osmar Dias com relação aos estágios –, como já pirateou outros projetos, como aqui disse o Senador Antonio Carlos Valadares – e do próprio Senador Renan Calheiros –, quando os projetos, em trâmite nesta Casa, são copiados e vêm para cá por medida provisória.

Senador Demóstenes, precisamos criar uma lei no Congresso no sentido de que os projetos que aqui estejam tramitando, o objeto, o mérito, Senador Arthur Virgílio, desses projetos não sejam objeto de medida provisória. Os projetos têm de ser discutidos e aprovados em tramitação, para que não se possa repetir, Senador Osmar Dias, o que ia sendo repetido hoje.

Para encerrar essa tarde e esta noite memorável, estamos votando aquilo que é o sentimento de todos: a abertura, a transparência das sessões do Senado Federal. Lamentavelmente, nosso Regimento ainda determinava a sessão secreta, como fizemos há algum tempo. Mas, hoje, pelo consenso de todos e pelo projeto do Senador Delcídio Amaral, vamos votar aqui extinguindo a sessão secreta. E vamos mais além, Senador Delcídio: em relação ao projeto do Senador Paulo Paim – as PECs, que vão começar a tramitar hoje –, vamos avançar significativamente para o caminho da transparência total.

Ao encerrar, quero dizer que é com orgulho que participamos hoje desta sessão, Senador Wellington Salgado, que marca, com certeza absoluta, uma posição de independência, uma posição de transparência, uma posição de responsabilidade do Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmº Sr. Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o fato de estarmos discutindo, hoje, o fim das sessões secretas no Senado, para mim, é uma declaração, é uma demonstração do nosso atraso político. Com o avanço de princípios que levam à construção

de uma sociedade democrática, não se poderia permitir, por tanto tempo, que a chamada mais alta Casa legislativa do País tivesse, entre suas regras de funcionamento, a realização de sessões secretas. Então, essa é uma declaração, uma demonstração do nosso atraso político em relação à adoção de medidas e de normas de funcionamento que tenham estreita ligação com tudo o que diga respeito à democracia e à transparência, especialmente a transparência dos representantes desta que é uma Casa política, a Casa da Federação. No entanto, ela é muito importante.

Quero saudar a iniciativa dos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, que apresentaram a esta Casa o Projeto de Resolução nº 55, de 2007, visando, exatamente, a pôr fim nas sessões secretas do Senado Federal.

Esse gesto pode ter um enorme significado, tendo em vista a necessidade urgente de o Senado Federal atender às aspirações da sociedade brasileira, que espera desta instituição e de cada um de nós atitudes e condutas compatíveis com a importância do mandato que nos concede. Creio que foram muitas as ocasiões em que não tivemos essa vinculação direta com as aspirações da maioria do nosso povo.

Temos um conjunto de regras para orientar o funcionamento desta Casa que, a meu ver, precisa urgentemente de reformas e modificações, para permitir que o dia-a-dia legislativo encontre mais consonância com a vida real do nosso povo e com as suas necessidades básicas.

Com sua brilhante intervenção, o Senador Cristovam Buarque chamou-nos a atenção para a importância de nos dedicarmos a questões fundamentais e estratégicas para o real desenvolvimento do País, as quais não podem ser tratadas como meros fatos conjunturais. Uma Casa como esta precisa discutir o presente e o futuro desta grande Nação e do valoroso povo brasileiro, o qual, infelizmente, em muitas circunstâncias, não tem recebido de nós retribuição adequada e ações que correspondam a uma real mudança das condições de vida daquela maioria que ainda se encontra excluída, sem acesso aos serviços básicos da cidadania.

Não falo de qualquer serviço público, Senador Cristovam, mas do serviço básico para a cidadania, que deve ser prestado com a devida qualidade.

Porém, o gesto de votação deste Projeto de Resolução que vai acabar com as sessões secretas no Senado estimula-nos a continuar nesta luta por mais democracia e por mais transparência, não apenas de maneira formal, para a escolha de representantes e para o funcionamento do Parlamento e das instituições, mas para que exista igualdade de oportunidades para

todos os brasileiros e brasileiras, a fim de que obtenham aquilo a que têm direito, ou seja, a cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou daqueles que acreditam num Brasil mais justo, num Brasil mais consentâneo com os ditos tempos modernos, em que deveriam ser assegurados os direitos básicos de todo cidadão.

Portanto, é preciso que o Senado, além de tornar abertas todas as sessões, vote imediatamente os projetos de lei que tratam do fim do voto secreto para todas as decisões da Casa, bem como trabalhe por um Regimento que permita uma maior participação da sociedade nas discussões desta Casa e para dotar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de um Regimento que ordene o seu funcionamento e não o deixe, como hoje, à mercê da interpretação análoga, seja do Regimento, seja do Código de Processo Civil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é histórica e importante a decisão que vamos tomar aqui, de tornar abertas todas as sessões, mas é verdade, também, que precisamos caminhar muito para permitir esse reencontro do povo brasileiro com suas verdadeiras aspirações.

Voto pelo fim das sessões secretas, pelo fim do voto secreto, bem como por tudo aquilo que represente melhores condições para a conquista da cidadania brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

Ainda estão inscritos o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de vir à tribuna porque uma coisa de que gosto, em um debate como este, é relembrar um pouco a História.

Fui provocado pelo pronunciamento do Senador Inácio Arruda e resolvi vir até aqui, primeiramente, para falar da firmeza com que o Senador Tião Viana conduziu aquela sessão, esvaziando o plenário do Senado e desligando os microfones. Todos nós tivemos de conversar em viva voz.

O que ocorre, Sr. Presidente? Por que considero que aquela medida foi corretíssima? Porque não mais poderemos, daqui para a frente, a título de acordo de Líderes, passar por cima de legislação alguma. Antes de tomarmos qualquer decisão por entendimento de Líderes que fira um dispositivo regimental ou de qualquer outra matéria legal, deveremos, em primeiro lugar, mudar esse dispositivo legal.

Se tivéssemos concordado com a sugestão e se o Senador Tião Viana tivesse conduzido daquela ma-

neira, teríamos incorrido em um vício que poderia ser usado ao bel– prazer daqui para a frente. Em alguns momentos, poder– se– ia fazer um acordo de Líderes para se fechar determinada sessão e, em outros, um acordo de Líderes para deixá– la aberta.

Então, foi rígido, firme. E aí desperta no legislador atual a necessidade – eu não vou mais julgar todos os argumentos aqui colocados – de, doravante, termos sessões abertas.

Sr. Presidente, há um segundo argumento de que quero me utilizar, o tenho em mãos. Refiro– me à cópia do Regimento do Senado Federal atualizado, o que está em vigor, e cópia do Regimento do Senado Federal, de 1826, ou seja, da criação do Senado Federal.

Agora, peço a atenção do Senador Tião Viana, especialmente de S. Ex^a, para o que vou ler exatamente, para o que dizem os arts. 59, 60, 61 e 62.

Art. 59 do Regimento de 1826: “As sessões serão públicas, exceto quando algum Senador ou Ministro de Estado propuser que seja secreta”.

“Art. 60. Para se verificar a sessão secreta proposta pelo Senador, deverá ele ser ouvido por uma Comissão e o parecer desta decidirá. Quanto, porém, à do governo, requerida pelo Ministro de Estado, se procederá a ela imediatamente”.

Ou seja, em 1826, a sessão secreta poderia ser requerida por qualquer um dos Senadores. Reunir– se– ia a comissão, avaliariam– se as justificativas e poder– se– ia conceder o direito de sessão secreta. Caso fosse solicitada pelo chefe de governo, estaria, imediata e sumariamente, realizada a sessão secreta.

O que diz, então, o art. 61: “Havendo sessão secreta, o Presidente fará suspender a sessão ordinária, quando tenha começado, para fazer sair os espectadores das galerias”.

“Art. 62. O processo das sessões secretas será lavrado em livro separado e assinado pelo Presidente e Secretários”.

Portanto, não estamos aqui – quero entender, e aqui vou respeitar tudo o que eu já ouvi nesses dias sobre sessão secreta – para ouvir adjetivos, os quais não posso levá– los para casa sem fazer esse desafo. Não posso! Isso porque não posso acreditar que, durante os 180 anos do Senado Federal, depois de tantos Regimentos que já tivemos, depois de vários legisladores que por já passaram por esta Casa, como Rui Barbosa inclusive, todos foram relapsos. Eu não posso acreditar que todos criaram o instituto da sessão secreta pensando em ser malfetores, escondedores da verdade, por medo do povo ou coisa parecida. Porém, Sr. Presidente, acredito que durante estes 180 anos, o povo brasileiro amadureceu: conseguimos o

direito ao voto aberto, o direito de pessoas como o Presidente Lula chegarem ao posto em que chegou o nosso Presidente. Portanto, não podemos tratar dessa maneira. Eu não posso aceitar! Chegamos, sim, a um entendimento, a partir de um caso, que coincidentemente envolveu o Presidente do Senado Federal e, de repente, esta Legislatura, os 80 Senadores aqui presentes chegaram à conclusão de que devemos mudar um Regimento que vige desde 1826.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que o PRS do meu companheiro Senador Delcídio Amaral está fazendo justiça, não da História, mas do momento que vive o País. O País viveu períodos muito difíceis, períodos de regime fechado, como foi a sessão para votar a Emenda Dante de Oliveira, quando ela foi fechada pelo tanque que estava aqui fora dessas paredes. Estamos aqui fazendo justiça ao momento histórico vivido pelo Brasil.

Então, o PRS, penso eu, não é nenhum “ovo de Colombo”. No meu entendimento, o PRS trata de um momento que o País vive. Portanto, a unanimidade desta Casa em corrigir o que pode ser dito como uma distorção há 180 anos, parabéns pela lucidez, pela grande descoberta que fizemos, mas, precisava fazer esse desabafo. Não toleraria sair daqui sem dizer o que estou dizendo, Sr. Presidente.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se o Presidente me permitir.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Até poderia dispensar o aparte, porque, ao final, V. Ex^a destacou aquilo que eu diria: os tempos são outros; são novos tempos; a realidade é outra. Então, não estamos desmerecendo os nossos antecedentes. Estamos apenas legislando em função da realidade social que vivemos hoje. As aspirações da sociedade se renovam, e devemos nos renovar também. Não é demérito àqueles que nos antecederam nesta Casa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é tão– somente para reafirmar a minha admiração e o meu respeito aos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy, que se dispuseram, no momento de reclamação e aspiração legítima da sociedade brasileira, apresentar proposição que traduz transparência, luminosidade, coerência para com os sentimentos do povo brasileiro.

Esta é uma Casa democrática; é uma Casa eleita pelo povo; não é uma sociedade secreta. E toda e qualquer sociedade secreta, toda e qualquer associação que toma suas decisões sob o manto do voto secreto, de forma oculta, escondida ou encabulada, gera suspeita, gera desconfiança e, acima de tudo, não tem o respeito de quantos trabalham pelo fortalecimento de uma sociedade aberta, livre, justa e democrática.

Por isso, Sr. Presidente, minhas palavras, neste instante, é de engajamento com todos aqueles que já se manifestaram e também com aqueles que não se manifestaram, mas que votarão favoravelmente à proposição, reclamada pelo povo brasileiro. Daqui a pouco, tomaremos outras decisões importantes, inclusive a da exclusão ou da extinção do voto secreto, grande aspiração da maioria desta Casa.

Agradeço a V. Ex^a.

Mais uma vez, meus parabéns aos Senadores Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, normalmente, prefiro as decisões que levam mais tempo, as mais meditadas, especialmente em uma Casa em que as pessoas têm grande experiência e, portanto, já trazem consigo suas idéias, suas convicções. Portanto, as decisões tomadas sob a força das pressões nem sempre são as melhores. Neste caso, entretanto, parece– me que existe o consenso de não se justificar mais que a sessão seja secreta, tendo em vista as novas tecnologias de comunicação presentes em todo o País. Mas quero lembrar também que pequenas irregularidades foram, lamentavelmente, cometidas aqui, com a transmissão irregular de informações de dentro do Senado. Assim sendo, nada mais adequado do que corrigir essas pequenas irregularidades, fazendo com que possa haver sessão aberta. Daí por que se justifica o projeto do Senador Delcídio Amaral nesse sentido, para que possamos adequar o funcionamento do Senado.

Era o registro que eu queria fazer, para dizer que as questões de afogadilho nem sempre são as melhores. Mas, neste caso, acredito que a exceção se justifique.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação do Projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação das Emendas dos Relatores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 55, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

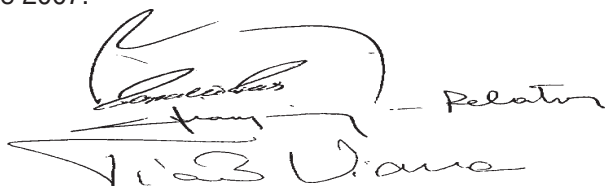
PARECER Nº 840, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2007, que dá nova redação à alínea **e** do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.



ANEXO AO PARECER Nº 840, DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Altera o art. 25 e revoga a alínea c do inciso I do art. 197, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 25 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal, a Mesa dele conhecerá e abrirá inquérito, submetendo o caso ao Plenário, que sobre ele deliberará, no prazo improrrogável de dez dias úteis.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º É revogada a alínea **c** do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há duas questões de que quero tratar. Primeiro, existe sobre a mesa requerimento de minha autoria, tratando da questão do projeto de estágio – foi levantado o assunto pelo Senador Osmar Dias. Apresentamos um requerimento, então, que faltou ser votado, a fim de pedir o reexame da Comissão de Educação, para que a matéria possa ir à Comissão de Educação. Gostaria que o requerimento fosse rapidamente votado, para que pudéssemos proceder da forma combinada entre os Líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o justo, é o desdobramento natural da denúncia feita pelo Senador Osmar Dias e da solidariedade que prestamos a S. Ex^a. Portanto, o PSDB está de acordo.

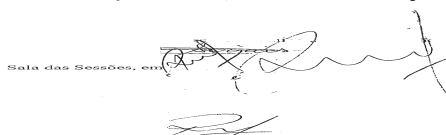
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2007

Adiamento da discussão para reexame de Comissão.

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 44/07, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Educação.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento para reexame da Comissão para o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem novamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve um entendimento entre as Lideranças, devido o adiantado da hora, para que deixássemos para a próxima terça-feira a votação de autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria só fazer um apelo à Casa e aos Líderes partidários, sobretudo aos Líderes de Oposição, ao Senador José Agripino, ao Senador Arthur Virgílio, para que votássemos pelo menos o projeto de lei do Frei Galvão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, só quero registrar que a idéia é a de adiarmos para terça-feira as votações nominais e a de procedermos, ainda hoje, às votações simbólicas. E há ainda a questão da tramitação das três propostas de emenda à Constituição, em seu primeiro dia de discussão, que acabam com o voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, faço um apelo. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) está sem chefia. A Abin está sem chefia há mais de dez dias. Então, estamos em uma situação difícil de condução.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o

acordo feito foi muito claro: votar hoje essas matérias de votação simbólica, após o primeiro dia de tramitação das PECs ligadas ao voto secreto, e a votação em torno das autoridades deve ficar para terça-feira. Esse foi o consenso, foi o que os Partidos consensualizaram como sendo razoável para eles. Digo mais: o problema maior residia precisamente no meu Partido, que tem ainda muito que conversar para dentro dele.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas fazer um esclarecimento adicional com relação às autoridades. Há um conflito, e esse conflito foi dirimido. Houve um entendimento do Líder do Governo com o Senador Arthur Virgílio, comigo, com o Senador Tasso Jereissati, com o Senador Mário Couto, com o Senador Flexa Ribeiro. Foi feito o entendimento de que seria votada hoje a matéria que se acabou de votar, encerrando a sessão secreta. Depois, seriam lidas e discutidas, em primeiro dia, a PEC do Senador Sérgio Cabral e a PEC do Senador Paulo Paim. Em seguida, procederíamos à votação dos projetos a que V. Ex^a se referiu e, inclusive, por votação simbólica, à votação do projeto referente ao Frei Galvão e dos empréstimos que podem ser votados em votação simbólica.

Está feito o acordo – é preciso que fique registrado – para que, terça-feira, as autoridades sejam votadas. Está garantido o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Agripino, há também a matéria referente às escolas agrotécnicas – esse foi o pedido do Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente – eu não precisava nem ressaltar isso –,

há o acordo para se votarem as autoridades, e cada Partido resguarda sua autonomia para votar “sim” ou “não”, a depender do caráter de cada autoridade que esteja sendo julgada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há acordo de mérito para votar as autoridades?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não. Votaremos “sim” para um, “não” para outro. Vai depender de entendermos que aquilo serve ou não para o Brasil. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, não há acordo de mérito para votar as autoridades.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, há acordo para se votarem as autoridades. É claro que o voto é secreto. Individualmente, cada um pode votar em quem quiser. Vamos votar na terça-feira, havendo **quorum**. Não haverá obstrução, pelo menos é o combinado, e cada um votará a matéria de acordo com sua consciência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para sermos claros, Sr. Presidente, devo dizer que vamos dar **quorum** – esse é o compromisso –, e o PSDB vai votar, para pegarmos um exemplo, contra o Dr. Antônio Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entendi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o §2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Em discussão a Proposta e a emenda. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além da proposta do Senador Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há outras três, que vou ler.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de uma explicação. Ao que me conste, por ordem de precedência, deveria ser lida e apreciada em primeiro lugar a PEC que trata desse assunto e que estava há mais tempo sobre a mesa, que é exatamente a PEC do Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É a PEC do Senador Sérgio Cabral, que foi a primeira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – A PEC do Senador Sérgio Cabral deveria ser a primeira a ser apreciada e a primeira a ser votada.

Gostaria que V. Ex^a me esclarecesse esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É a PEC nº 38, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Parecer sob nº 1.058, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Primeira sessão de discussão da Proposta e da emenda.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50– A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer os votos nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.
Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2007

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007 (nº 7.268/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.*

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é o Relator nas duas Comissões, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É o Relator na duas Comissões. Faço um apelo para que V. Ex^a, Senador Valter Pereira, sintetize ao máximo o conteúdo do parecer, para que possamos avançar na presente sessão.

PARECER Nº 841, DE 2007 – PLEN

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é muito sucinto, não passa de 85 páginas. Vamos resumir a umas trinta, e dar um desconto para que, em poucas palavras, consigamos traduzir o que realmente precisa ser dito.

Sr. Presidente, a proposta, em síntese, prevê a criação de escolas técnicas federais no Acre, com sede na cidade do Rio Branco; no Amapá, com sede na cidade de Macapá; em Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande; em Brasília, Distrito Federal; e em Canoas, no Rio Grande do Sul.

O art. 2º prevê a criação de escolas agrotécnicas federais em Marabá, em Nova Andradina (MS) e São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão.

Análise.

Na exposição de motivos interministerial, subscrita pelos Ministros da Educação e do Planejamento, que justificaram a apresentação da proposta, ressaltas, nitidamente, a preocupação de suprir certas Unidades da Federação que não contam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, a despeito de as primeiras escolas de formação profissional estarem prestes a completar um século.

Sr. Presidente, indiscutivelmente, a proposta é meritória. São Estados que precisavam, e não tinham ainda tais

escolas. Portanto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, que cria essas escolas.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº 841, DE 2007-PLEN

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 65 da Constituição Federal, vem ao exame desta Comissão o anexo Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007, dispondo sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

Originária do Poder Executivo, a proposta tem em mira a criação, como entidades de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, das seguintes Escolas Técnicas Federais (art. 1º):

I – do Acre, com sede na cidade de Rio Branco;

II – do Amapá, com sede na cidade de Macapá;

III – de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande;

IV – de Brasília, no Distrito Federal; e

V – de Canoas, no Rio Grande do Sul.

O art. 2º prevê a criação das seguintes Escolas Agrotécnicas Federais:

I – de Marabá – PA;

II – de Nova Andradina – MS; e

III – de São Raimundo das Mangabeiras – MA.

Na conformidade do art. 4º, está prevista a criação de:

450 cargos de professor de 1º e 2º graus;

360 cargos de técnico-administrativo de nível intermediário;

225 cargos de técnico-administrativo de nível superior;

9 cargos de direção CD-2;

27 cargos de direção CD-3;

54 cargos de direção CD-4;

45 funções gratificadas FG-1;

90 funções gratificadas FG-2.

Pelo art. 3º, a Escola Técnica de Porto Velho-RO passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, como sede no Município de Porto Velho.

Segundo o disposto no art. 5º, as instituições de educação profissional e tecnológica de que trata a proposição serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao respectivo funcionamento.

II – Análise

Na Exposição de Motivos Interministerial subscrita pelos Ministros da Educação e do Planejamento, que justificam a apresentação da proposta, ressalta nitidamente a preocupação de suprir certas unidades da Federação que não contam com instituições federais de educação profissional e tecnológica, a despeito de que as primeiras escolas de formação profissional estão prestes a completar um século.

Ainda do mesmo documento acima mencionado, destacam-se os seguintes excertos:

Para a implantação das nove unidades mencionadas no presente projeto de lei serão necessários recursos da ordem de R\$23,8 milhões para os investimentos em infra-estrutura e aquisição de mobiliários e equipamentos para laboratórios.

.....
No cenário de provimento integral dos cargos ora referidos – o que certamente seria realizado apenas a partir de 2008 para todas as instituições – a repercussão financeira com gastos de pessoal seria da ordem de R\$27,1 milhões, **já projetados para a anualização da despesa.** (grifou-se)

Como é fácil notar, são despesas de caráter continuado que, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), exigem compatibilidade com o Orçamento Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tais exigências foram cumpridas pela proposta, pois que prevista no Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica do PPA 2004–2007, bem como no art. 92 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007) e no Anexo V – Autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, relativas à despesa de pessoal e encargos sociais, da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (Lei Orçamentária para o exercício de 2007). E ainda no art. 89 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008).

III – Voto

Concluimos, assim, que foram obedecidos os preceitos constitucionais referentes à matéria, nota-

damente quanto à competência legislativa e ao poder de iniciativa, e, bem assim, as regras normativas que informam o processo legislativo.

Em face de todo o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2007.

Sala da Comissão, Senador **Valter Pereira**, Relator.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas manifestar o meu regozijo com a votação desse projeto, eu que fui o autor da lei inicial que cria a Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão.

Cumprimento os demais Estados por terem também obtido a sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabenizo V. Ex^a.

O parecer do Senador Valter Pereira é favorável nas duas Comissões.

Vou colocar o projeto em votação.

Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 70, DE 2007

(Nº 7.268/2006, na casa de origem)

Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas Federais:

I – do Acre, com sede na cidade de Rio Branco;

II – do Amapá, com sede na cidade de Macapá;

III – de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande;

IV – de Brasília, no Distrito Federal; e

V – de Canoas, no Rio Grande do Sul.

Art. 2º Ficam criadas, como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, as Escolas Agrotécnicas Federais:

I – de Marabá – PA;

II – de Nova Andradina – MS; e

III – de São Raimundo das Mangabeiras – MA.

Art. 3º A Escola Técnica Federal de Porto Velho – RO, criada nos termos do art. 3º da Lei nº 8.670, de 30 de

junho de 1993, passa a denominar-se Escola Técnica Federal de Rondônia, com sede no Município de Porto Velho, constituindo-se em entidade de natureza autárquica vinculada ao Ministério da Educação, em conformidade com a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 4º Ficam criados, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Lei, 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos de professor de 1º e 2º graus; 360 (trezentos e sessenta) cargos de técnico-administrativo em educação de nível intermediário (níveis C e D); 225 (duzentos e vinte e cinco) cargos de técnico-administrativo em educação de nível superior (nível E), bem como 09 (nove) cargos de direção - código CD-2; 27 (vinte e sete) cargos de direção - código CD-3; 54 (cinquenta e quatro) cargos de direção - código CD-4; 45 (quarenta e cinco) funções gratificadas - código FG-1 e 90 (noventa) funções gratificadas - código FG-2.

Parágrafo único. O provimento dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de que trata o caput deste artigo fica condicionado à prévia verificação e declaração do ordenador de despesa quanto à existência de disponibilidade orçamentária e ao cumprimento do disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º As instituições de educação profissional e tecnológica de que trata esta Lei serão implantadas gradativamente, bem como os seus respectivos cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao respectivo funcionamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários destinados ao Ministério da Educação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

**QUADRO DE PESSOAL EFETIVO PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS
E
ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS**

INSTITUIÇÃO	DOCENTE S	TÉCNICOS- ADMINISTRATIVOS	
		NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA - DF	50	40	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS - RS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ - PA	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	50	40	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	50	40	25
TOTAIS	450	360	225

ANEXO II

**QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS PARA AS NOVAS
ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS**

INSTITUIÇÃO	CD - 2	CD - 3	CD - 4	FG - 1	FG - 2	Total
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO ACRE	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO AMAPÁ	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDÔNIA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE BRASÍLIA - DF	01	03	06	05	10	25
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CANOAS - RS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MARABÁ - PA	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA - MS	01	03	06	05	10	25
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA	01	03	06	05	10	25
TOTAIS	09	27	54	45	90	225

ANEXO III**DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PARA AS NOVAS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS****QUADRO I**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	03	18
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	18
ASSISTENTE SOCIAL	01	06
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	03	18
CONTADOR	01	06
ENGENHEIRO/ÁREA	02	12
JORNALISTA	01	06
MÉDICO/ÁREA	02	12
PEDAGOGO/ÁREA	03	18
PROGRAMADOR VISUAL	01	06
PSICÓLOGO/ÁREA	01	06
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	04	24
TOTAL	25	150

QUADRO II

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	28	168
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02	12
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	07	42
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03	18
TOTAL	40	240

ANEXO IV**DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PARA AS NOVAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS****QUADRO III**

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NÍVEL E)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ADMINISTRADOR	02	06
ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	06
ASSISTENTE SOCIAL	01	03
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	03	09
CONTADOR	01	03
ENGENHEIRO/ÁREA	02	06
JORNALISTA	01	03
MÉDICO/ÁREA	02	06
MÉDICO-VETERINÁRIO	01	03
NUTRICIONISTA/HABILITAÇÃO	01	03
ODONTÓLOGO	01	03
PEDAGOGO/ÁREA	03	09
PSICÓLOGO/ÁREA	01	03
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	03	09
ZOOTECNISTA	01	03
TOTAL	25	75

QUADRO IV

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEIS C e D)	QUANTITATIVO POR UNIDADE	QUANTITATIVO PARA O GRUPO
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	22	66
ASSISTENTE DE ALUNOS	03	09
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	06	18
TÉCNICO EM ALIMENTOS E LATICÍNIOS	02	06
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	01	03
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	01	03
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01	03
TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ÁREA	02	06
TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	02	06
TOTAL	40	120

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696/2007, naquela Casa), que institui o “Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão”, a ser comemorado no dia 11 de maio.

Parecer favorável, sob nº 717, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Discussão da Emenda da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que passo a ler.

É lido o seguinte:

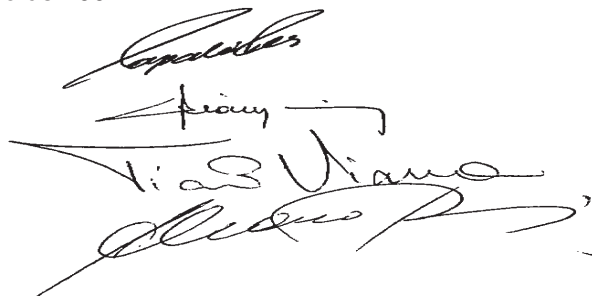
PARECER Nº 841-A, DE 2007
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696, de 2007, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696, de 2007, na Câmara dos Deputados), que institui o “Dia de Santo Antônio de Sant’Anna Galvão”, a ser comemorado no dia 11 de maio, consolidando a

Emenda da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.



ANEXO AO PARECER Nº 841-A, DE 2007

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007 (nº 696, de 2007, na Câmara dos Deputados).

Institui o dia 11 de maio como o Dia Nacional do Frei Sant’Anna Galvão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o dia 11 de maio como o Dia Nacional do Frei Sant’Anna Galvão.

Parágrafo único, O dia 11 de maio constará oficialmente no calendário histórico-cultural brasileiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passaremos às operações de crédito que foram acordadas.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 692, de 2007, Relator: Senador Romero Jucá), que *autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).*

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão, antes da obstrução do Senador Romero Jucá.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo redação final ao Projeto de Resolução nº 48, de 2007, que passo ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 842, DE 2007
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2007, que autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 842, DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 48, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do

Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federal do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

§ 1º Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Convencional (CCLIP).

§ 2º A autorização prevista no **caput** é condicionada à verificação, pelo Ministério da Fazenda, mediante manifestação prévia do BID, do cumprimento das condições contratuais previstas.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *avalista*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

V – *moeda de desembolso*: dólar norte-americano ou, por solicitação do BNDES, real, mediante realização de conversão de moeda por parte do Banco, ao custo de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante convertido;

VI – *prazo de desembolso*: até 4 (quatro) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;

VII – *amortização do saldo devedor em dólar*: até 32 (trinta e duas) parcelas, sucessivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data de assinatura do contrato, e a última 20 (vinte) anos após essa data;

VIII – *amortização do saldo devedor em real*: fixada para cada desembolso, por meio de Carta do BID, com base em condição proposta pelo BNDES, podendo ser em parcelas mensais, trimestrais, semestrais,

anuais ou única, ao final do vencimento, desde que o prazo máximo de amortização não exceda a 20 (vinte) anos a contar da assinatura do contrato, e a vida média do empréstimo não seja superior a 12,25 anos (doze anos e vinte e cinco centésimos de ano);

IX — *juros aplicáveis aos saldos devedores em dólar*: serão exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros Libor trimestral para o dólar norte-americano;

b) margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade Libor;

c) valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor;

d) margem sobre empréstimos do capital ordinário;

X — juros aplicáveis aos saldos devedores em real: definidos para cada desembolso, constante de Carta de Conversão enviada pelo BID, em percentual previamente aceito pelo BNDES, e pagos juntamente com a amortização;

XI — comissão de compromisso: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XII — taxa de inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) do valor do financiamento;

XIII — encargo de pagamento antecipado em caso de conversão: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o montante pago antecipadamente acrescido de eventual custo incorrido pelo BID para realocação de sua captação em Reais.

§ 1º As condições financeiras, no caso de conversões do desembolso ou do saldo devedor, de dólar para real, terão de obter a anuência da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura e, em caso de conversão de moeda, poderá o cronograma de amortização ser renegociado, desde que não ultrapasse os prazos médio, de 12,25 anos (doze anos e vinte e cinco centésimos de ano), e máximo, de vinte anos, previstos no contrato inicial.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução poderá ser exercida no prazo máximo de 540

(quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final.

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 704, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Romero Jucá), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 49, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 843, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 2007, que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 843, DE 2007

**Redação final do Projeto de Resolução
nº 49, de 2007.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Estruturação de Assentamentos Habitacionais da Cidade de Curitiba.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Prefeitura Municipal de Curitiba (PR);

II – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data da vigência do contrato;

VI – *amortização*: o empréstimo será totalmente pago no prazo de 12 (doze) anos, contado a partir da data de assinatura do contrato, sendo que a primeira cota de amortização será paga no dia 20 do mês subsequente àquele em que se encerrar os 180 (cento e oitenta) dias-calendário, contados a partir da data prevista para o vencimento do prazo de desembolso;

VII – *juros*: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor diário do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um spread de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento), sendo que, caso o mutuário finalize o programa dentro do prazo originalmente previsto, o Fonplata concederá uma redução de 0,15% (quinze centésimos por cento) no **spread**;

VIII – *juros de mora*: equivalente a 20% (vinte por cento) da taxa anual de juros;

IX – *comissão de compromisso*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, podendo este percentual ser aumentado para 1% a.a. (um por cento ao ano), caso o prazo de desembolso, originalmente estabelecido, for ampliado;

X – *comissão de administração*: US\$ 100,000.00 (cem mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como o prazo de desembolsos, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Curitiba na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que a Prefeitura Municipal de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em

direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos assumidos, ou honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação da redação final.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 46, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 690, de 2007, Relator: Senador Neuto de Couto), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.*

Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 46, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

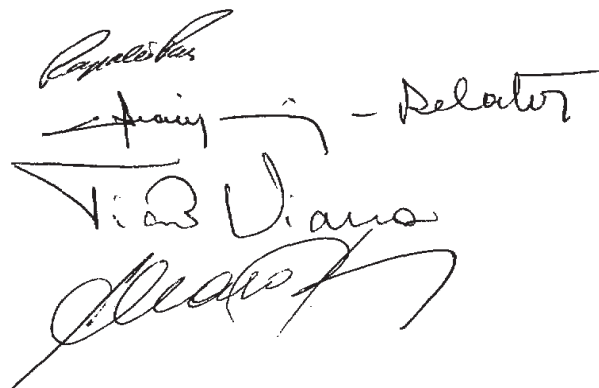
PARECER Nº 844, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 2007, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.



ANEXO AO PARECER Nº 844, DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 46, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), cujos

recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos do empréstimo referido no **caput** constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º terá as seguintes características e condições básicas:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *valor do empréstimo*: até US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);

IV – *modalidade*: “Empréstimo com Margem Fixa”, com possibilidade de:

a) conversão de moeda;

b) conversão da taxa de juros flutuante para fixa ou vice-versa;

V – *desembolso*: até 31 de dezembro de 2007;

VI – *amortização*: 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos de 15 de junho de 2001 a 15 de dezembro de 2022;

VII – *juros*: exigidos semestralmente em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da **Libor 6** (seis) meses e **spread** a ser definido na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

IX) *comissão à vista*: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, com a possibilidade de concessão de um **waiver** de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

Parágrafo único. As datas de desembolso, de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Eu havia, com outros Senadores, feito gestões junto a V. Ex^a no sentido de enviar para a Câmara a Medida Provisória nº 374. Há alguma notícia disso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou aguardando que a Mesa ultime o envio à Câmara da medida provisória.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 691, de 2007, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Ao projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 47, de 2007, que passo a ler.

É lido o seguinte:

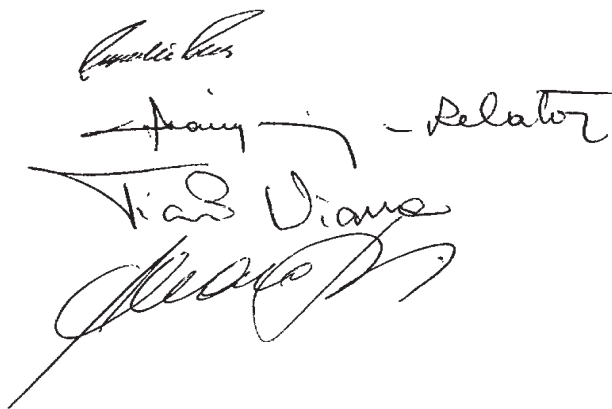
PARECER N° 845, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2007.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2007, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16,100,000.00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.



ANEXO AO PARECER N° 845, DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2007.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 2007

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16,100,000.00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares norte-

americanos) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Senado Federal resolve:

Art. 1° É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16,100,000.00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares norte-americanos) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento Legislativo Eletrônico no Brasil (Interlegis II).

Art. 2° As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *valor total*: até US\$16,100,000.00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares norte-americanos);

IV – *prazo de desembolso*: até 4 (quatro) anos, contado a partir da data de entrada em vigência do contrato;

V – *amortização*: 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível iguais, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2032;

VI – *juros*: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela i) **Libor** trimestral para dólar americano, ii) mais, ou menos, uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos na modalidade **Libor**, iii) mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**, e iv) mais a margem (**spread**) atual para empréstimos do capital ordinário;

VII – *comissão de compromisso*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

VIII – *comissão à vista*: até 1,0% (um por cento) sobre o valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3° A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação da redação final.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falta um empréstimo, o do Projeto de Resolução nº 55.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 55, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.210, de 2006, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução nº 55, de 2006, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 846, DE 2007

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2006.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2006, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de setembro de 2007.

ANEXO AO PARECER Nº 876, DE 2007

Redação final do Projeto de Resolução nº 55, de 2006.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2007

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao Programa de Redução dos Custos Logísticos – PREMEF (Road Transport Project).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *valor total*: até US\$501,250,000.00 (quinhentos e um milhões, duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos);

IV – *modalidade de empréstimo*: **Fixed Spread Loan** (Margem Fixa), com todas as possibilidades de conversões possíveis;

V – prazo de desembolso: até 30 de junho de 2010;

VI – *amortização*: 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15 de junho e 15 de dezembro entre 15 de junho de 2011 e 15 de dezembro de 2022, sendo as 23 (vinte e três) primeiras parcelas no valor de US\$20,902,125.00 (vinte milhões, novecentos e dois mil, cento e vinte e cinco dólares norte-americanos) – 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) e a vigésima quarta no valor de US\$20,501,125.00 (vinte milhões, quinhentos e um mil, cento e vinte e cinco dólares norte-americanos) – 4,09% (quatro inteiros e nove centésimos por cento);

VII – *juros*: exigidos semestralmente, vencíveis em 15 de junho e 15 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante – **Libor** de 6 (seis) meses, acrescido de **spread**;

VIII – *comissão de compromisso*: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) em diante;

IX – *comissão à vista*: até 1,0% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, sujeita a diminuição, de tempos em tempos, a ser determinada pelo Bird.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PARECER Nº 659, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Votação, em turno único, do Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

2

PARECER Nº 688, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3

PARECER Nº 689, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos So-

ciais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4**PARECER Nº 716, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

5**PARECER Nº 734, DE 2007**

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

6**MENSAGEM Nº 117, DE 2007**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

(Votação secreta)

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cezar Zelter Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

7**MENSAGEM Nº 118, DE 2007**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

(Votação secreta)

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

8**MENSAGEM Nº 128, DE 2007**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

(Votação secreta)

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007*.

17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003– COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003– Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do*

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob n°s 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas n°s 1 a 6– CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas n°s 1 a 6– CCJ, apresentando a Emenda n° 7– CAE.

18

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto–Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469– A ao Decreto–Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob n°s 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): Relator: Senador Luiz Otávio, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que oferece.

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2– CCJ, de redação.

24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3– CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

26

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

27

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro– desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001,

na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

39**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

40**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD*.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo*

da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há três requerimentos sobre a mesa: do Senador Edison Lobão, do Senador Alvaro Dias, e outro do Senador Alvaro Dias. O requerimento do Senador Edison Lobão é de homenagem. Um requerimento do Senador Alvaro Dias solicita informações ao Banco Central, o outro, ao Tribunal de Contas da União.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, uma solicitação: aprovamos hoje cinco MPs, e a primeira delas foi a de nº 374, que, como contém

uma emenda, tem de voltar para a Câmara. Os Deputados já a estão solicitando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já determinei à Secretária- Geral da Mesa que a prepare com a maior urgência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.103, DE 2007

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 22 de novembro deste ano seja destinado a celebrar os oitenta nos da chegada no Brasil dos missionários norte-americanos de Utah.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.

Edison Lobão

Alvaro Dias

Senador Alvaro Dias

Senador Alvaro Dias

Senador Alvaro Dias

Falamos sempre (Mozarildo Cavalcanti)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB –

AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.104, DE 2007

Solicita informações a Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil sobre o projeto de construção de uma usina de biodiesel para o MST.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, seja solicitada a Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil a confirmação de que o governo federal aprovou um projeto de construção de uma usina de biodiesel para o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e que o gerente desta usina seria o sr. José Rainha Júnior.

Justificação

A revista **Veja**, em sua edição de 29 de agosto de 2007, publicou nota informando que foi aprovado, pelo governo federal, o projeto de construção de uma usina de biodiesel para o MST, cuja gerência seria entregue ao líder do Movimento, José Rainha Júnior.

Ainda segundo a nota, José Rainha espera receber R\$50 milhões dos cofres públicos.

Enfim, o presente requerimento pretende tornar transparente a relação relatada acima, a fim de que se apure eventuais prejuízos aos cofres públicos.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.105, DE 2007

Requer voto de pesar pelo falecimento do índio Avelino Nunes Macedo no dia 16 de setembro deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do índio da aldeia Xacriabá, Avelino Nunes Macedo, ocorrido no último dia 16 de setembro, em Minas Gerais.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

Avelino Nunes Macedo tinha 25 anos de idade e foi vítima de um espancamento. Vítima do preconceito étnico e da covardia de outros três jovens.

O Voto de Pesar que ora proponho se justifica pela brutalidade e pela indignação que causa o fato.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.

– Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.106, DE 2007

Nos termos do 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam prestadas, pelo Ex^{mo} Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Valores transferidos pela União, nos três últimos exercícios fiscais, à Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba para financiamento de ações de assistência farmacêutica segundo os componentes do bloco de financiamento da assistência farmacêutica, conforme estabelecido na Portaria GM/MS nº 204, de 29 de janeiro de 2007.

2. Contrapartes aportadas por aquela Secretaria para o financiamento das referidas ações, no mesmo período.

3. Resultados mais relevantes de avaliação do programa de assistência farmacêutica da Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba.

Justificação

A presente solicitação tem por escopo conhecer a real extensão dos problemas vividos pelos pacientes portadores de doenças crônicas, portanto, dependentes da oferta de medicamentos de uso continuado. Visa a, ainda, complementar informações anteriormente fornecidas pelo Ministério da Saúde as quais, entretanto, excluía os dados de interesse central do requerimento de informações, quais sejam, aqueles relativos à Assistência Farmacêutica.

Como é do conhecimento de todos, os veículos de comunicação têm sido pródigos em denunciar a situação de descaso do Poder Público estadual no tocante ao cumprimento de direito constitucional garantido a esses pacientes. Assim, torna-se imperioso o acesso aos dados solicitados, de modo a bem fundamentar as ações corretivas requeridas em defesa desses cidadãos.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2002.
– Senador **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.107, DE 2007

Requer voto de repúdio a declaração do presidente da Venezuela Hugo Chavez.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Repúdio à declaração feita pelo presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que criticou, novamente, o Congres-

so brasileiro pelo atraso para referendar a entrada da Venezuela no Mercosul. Segundo Hugo Chavez, “Caso a Venezuela não entre no Mercosul, será uma vitória do império, mas uma vitória com mais danos ao vencedor”.

Justificação

O Voto de Repúdio que ora requeiro justifica-se pela demonstração de desprezo à liberdade e soberania do parlamento brasileiro pelo presidente da Venezuela Hugo Chavez, conforme publicado no jornal **Folha de São Paulo** do último dia 20 de setembro do corrente.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.
– Senador **Mário Couto**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Na forma do disposto nos arts. 74 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a criação de uma Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de 120 dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

Justificação

Em 20 anos o aumento da violência no Distrito Federal e Entorno foi de 187%. Todos os dias, todas as semanas, temos aqui um tema recorrente: a violência. A região do Entorno e o Distrito Federal têm estado nas manchetes com o tema da violência, hoje especificamente pela tentativa de assassinato do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do **Estado de Minas** e do **Correio Braziliense**, que nos últimos dias vem fazendo um grande esforço para mostrar não só ao Distrito Federal, mas ao Brasil inteiro, o risco por que passa a nossa cidade, o Distrito Federal, e toda a região do Entorno. Estamos vivendo uma verdadeira guerra civil. A violência é tema

recorrente nos discursos parlamentares, mas não o debatemos, não encontramos soluções.

O Entorno é moradia de 1,6 milhão de pessoas que trabalham e dependem dos serviços do Distrito Federal. Formada por 22 municípios goianos e mineiros, a região enfrenta sérios problemas, sendo a violência o mais grave deles. Em 2005, a polícia registrou 342 mortes violentas no Entorno e 5.750 ocorrências de roubo, média de 16 por dia. Em média, são registradas 1,2 mortes violentas no Distrito Federal durante os fins de semana. Por ano, as cidades centrais do DF registram 15 homicídios para cada 100 mil habitantes. As regiões administrativas vizinhas ao Entorno contabilizam 28 homicídios por 100 mil habitantes. No Entorno, o índice sobe para 67.

Levantamento mais recente da Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão ligado ao Ministério da Justiça, revela que Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso estão entre as cidades do País com maior número de assassinatos, tentativas de homicídio e estupros.

Com a média anual de 66 homicídios dolosos por 100 mil habitantes, Luziânia aparece em 10º lugar no ranking da criminalidade. Está à frente de Duque de Caxias (12 posição, com 64 casos por 100 mil habitantes), Belfort Roxo (23º lugar, com 53 casos por 100 mil) e Nova Iguaçu (35º lugar, com taxa de 46,1 homicídios por 100 mil). O Entorno precisaria de pelo menos duas vezes mais policiais.

Mas o medo não é o único flagelo do qual padece a região. Mais de 43% dos chefes de família não completaram o primeiro grau. Só 2,5% têm curso superior. Apenas 34,4% dos trabalhadores possuem carteira assinada. O índice de desemprego é três vezes maior que a média nacional. Também falta infra-estrutura. Nenhuma de suas 22 cidades consegue fazer a coleta de lixo em todos os bairros e 13 não têm rede de esgoto. Nos outros 10 municípios em que existe saneamento, apenas 10% dos moradores são atendidos. Os números são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A infra-estrutura precária não impede o crescimento populacional. As cidades próximas a Brasília incham depois de receber imigrantes das áreas mais pobres do País, vindos, principalmente, do interior do Nordeste e de Minas Gerais. Atraídos pela fartura do DF, os novos moradores do Entorno acabam vivendo em verdadeiras favelas a pouco mais de 30km do Plano Piloto. Uma delas é a Vila

Guaíra, em Valparaíso, que, no período chuvoso, vive a ameaça de desabamentos e inundações.


Pela proximidade com o Entorno, Brasília arca com os prejuízos. Na rede hospitalar pública é que a capital federal mais sente o impacto. Metade do orçamento de R\$1,5 bilhão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal é gasto com pacientes de fora, sendo 90% dos 22 municípios do Entorno. Sem escolas suficientes na região, 8 mil crianças e adolescentes se matricularam no DF ano passado.

É evidente que essa situação de precariedade só vem retro-alimentar a sensação geral de insegurança, abrindo caminho para a delinquência generalizada e o tráfico de drogas.

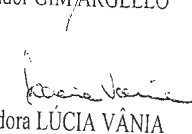
Queremos propor, com a criação dessa Comissão Especial, que os Senadores das bancadas do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás reúnam-se para juntos procurarmos encontrar um caminho de enfrentamento à criminalidade que hoje ocorre na nossa região. Nos propomos a fazer audiências públicas para identificar os principais pontos relacionados a essa questão: a ir juntos aos três Governadores, e juntos irmos ao Ministro da Justiça se for necessário. Precisamos envolver os três poderes nessa nossa busca de solução. O Senado é o lugar onde os Estados se encontram, é aqui que os Estados conversam uns com os outros, é aqui que a gente deve buscar solução para um problema que não diz respeito a um Estado, mas a três unidades da Federação.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2007.

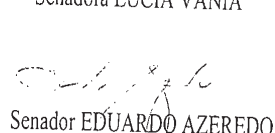

Senador ADELMIR SANTANA


Senador GIM ARGELLO

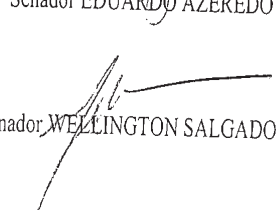

Senador DEMOSTENES TORRES


Senadora LÚCIA VÂNIA


Senador MARCONI PERILLO


Senador EDUARDO AZEREDO


Senador ELISEU RESENDE


Senador WELLINGTON SALGADO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.109, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constante do despacho inicial de distribuição, em virtude de se tratar de matéria também relacionada à proteção do consumidor.

Sala das Sessões, 26 de setembro 2007. – Senador **Exedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, 12, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação, em turno único, do **Requerimento nº 207, de 2007**, do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre todas as operações de câmbio realizadas pelos clubes brasileiros de futebol, bem como por seus parceiros ou patrocinadores, nos anos de 2002 a 2007.

Parecer favorável, sob nº 227, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o **Requerimento nº 955, de 2007**, lido em sessão anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Sérgio Guerra e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi de um amigo e colega diplomata, Alexandre Vidal Porto, cópia de artigo em que ele critica o que considera omissão do Congresso Nacional em relação à homossexualidade.

Diz ele que, ao proibir a discriminação de qualquer tipo, a Constituição de 1988 legalizou “ser” homossexual, mas que desde então pouco se fez para combater o preconceito quanto à orientação sexual. “Os congressistas – acrescenta – continuam a desconsiderar as conseqüências práticas da vivência plena da homossexualidade. Ser hetero ou homossexual não deveria acarretar qualquer diferença em termos de tratamento pelo Estado. Mas na prática acarreta.”

Por ser assunto que deve merecer nossa atenção como legisladores, passo à Mesa a íntegra do artigo de Alexandre Vidal Porto para que seja inscrito nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Congresso e os homossexuais

Alexandre Vidal Porto*

Todo político gosta de voto. Mas há um tipo de voto que a maioria dos congressistas brasileiros parece desprezar: o voto dos homossexuais. Estima-se que a população homossexual do Brasil se encontre na casa dos milhões. Dá para eleger muita gente. Independentemente da orientação sexual, todo mundo vota.

O déficit de representação política e de proteção legal dos milhões de cidadãos homossexuais do Brasil é enorme e deveria receber mais atenção por parte dos deputados e senadores brasileiros. Com poucas exceções, os parlamentares evitam a associação de sua imagem com a defesa dos direitos relativos à liberdade de orientação sexual. Nossos congressistas parecem temer que tal associação lhes possa custar votos.

Ironicamente, um dos cinco deputados federais mais votados em todo o País nas últimas eleições é homossexual, publicamente assumido. Um homossexual já venceu o *Big Brother Brasil* e casais do mesmo sexo freqüentam diariamente a intimidade dos espectadores das novelas de televisão. Ou seja: a homossexualidade assusta os parlamentares, mas não espanta o eleitor.

Na Constituinte de 1988, ao proibir discriminação de qualquer tipo, o Congresso legalizou “ser” homossexual. Desde então, contudo, pouca coisa se fez no Legislativo para combater o preconceito com base na orientação sexual. Em sua atividade, os congressistas continuam a desconsiderar as consequências práticas da vivência plena da homossexualidade. Ser hetero ou homossexual não deveria acarretar qualquer diferença em termos de tratamento pelo Estado. Mas na prática acarreta.

Ao longo dos anos, o Congresso Nacional acumulou uma dívida inaceitável em relação à comunidade homossexual. Na América Latina, os deputados e senadores argentinos, colombianos, mexicanos e uruguaios têm feito muito mais pelos eleitores homossexuais do que seus colegas brasileiros, que quase nada fizeram.

O descaso do legislador brasileiro pode ser exemplificado pelo fato de que, até hoje, no País, a homofobia não é sancionada como crime. Da mesma forma, o projeto de lei 1151/95, que propunha e regulamentava a união civil entre pessoas do mesmo sexo, está perdido nos meandros do Legislativo faz onze anos. Ao que parece, a depender da iniciativa do atual Congresso, os homossexuais brasileiros continuarão relegados a uma cidadania menor e incompleta.

Nem tudo é omissão. Há iniciativas como a frente parlamentar criada no Congresso em 2004 para avançar os direitos dos homossexuais. No entanto, o fato de que a frente não conte com o apoio de nenhum dos dezessete senadores do DEM e inclua apenas um dos dezenove senadores do PMDB é triste evidência da falta de compromisso de amplos setores da classe política com importante parcela da população brasileira.

Diante da omissão do Poder Legislativo, os outros Poderes vêm assumindo as responsabilidades que os congressistas abandonaram. Graças a decisões do Judiciário e a políticas elaboradas no âmbito do Executivo, existe alguma legislação que proteja e contemple os direitos específicos dos homossexuais. Na repartição do poder republicano, quem perde é o Legislativo, que cede competências que lhe pertenciam originalmente.

A omissão do Congresso denota resquícios de uma mentalidade arcaica, descolada da realidade social do País e que não encontra eco na justiça ou no compromisso de representatividade que os congressistas assumiram ao eleger-se. Ao eximir-se da responsabilidade de legislar para os homossexuais, o Legislativo nega direitos a uma parcela importante da população brasileira, que o elegeu.

Haverá explicações para essa inação, mas nenhuma delas faz sentido político. A proteção legal das minorias promove e preserva a diversidade e a riqueza social do Brasil. A contribuição dos homossexuais para a construção da nação brasileira é importante e não pode ser ignorada pelo Congresso. Nada, além de preconceito puro e simples e de falta de compromisso com a cidadania do eleitorado, justifica a omissão do Legislativo brasileiro em relação aos direitos dos homossexuais.

*Mestre em Direito pela Universidade de Harvard, diplomata de carreira e autor do romance "Matias na cidade" (Editora Record, 2005).

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado, "Sem culpa e sem vergonha", publicado na revista *Veja*, em sua edição de 15 de agosto do corrente.

O artigo do sociólogo Roberto Damatta destaca que o Brasil padece de uma indecisão entre a ética da casa que privilegia parentes e amigos, e a da rua, que prevê a aplicação igualitária da Lei. De acordo com o sociólogo, enquanto essa confusão não for resolvida,

a corrupção e a ambigüidade ideológica continuarão a reger a política nacional.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem culpa e sem vergonha

O BRASIL PADECE DE UMA INDECISÃO ENTRE A ÉTICA DA CASA, QUE PRIVILEGIA PARENTES E AMIGOS, E A DA RUA, QUE PREVÊ A APLICAÇÃO IGUALITÁRIA DA LEI. ENQUANTO ESSA CONFUSÃO NÃO FOR RESOLVIDA, A CORRUPÇÃO E A AMBIGUIDADE IDEOLÓGICA CONTINUARÃO A REGER A POLÍTICA NACIONAL. E É O DEMONIZADO LIBERALISMO QUE GUARDA O POTENCIAL DE SUPERAR ESSE GRAVE IMPASSE

440 intolerável no Brasil atual é a manutenção de uma ética dúplice no campo político. A coisa chegou a tal ponto que a palavra 'política' passou a designar um jogo amoral no qual a igualdade é ultrapassada por pessoas que controlam as leis, em vez de zelar por elas"

No passado, a corrupção da política brasileira costumava andar de mãos dadas com a inflação. O resultado dessa combinação era a crise institucional — foi assim nos governos de João Goulart e Fernando Collor. Hoje, morto o dragão inflacionário e com o sistema aberto a uma maior competitividade, a corrupção, que, entre outras coisas, bloqueia a eficiência dos serviços públicos, surge em estado puro e remete a questões fundamentais. De onde vem, afinal, essa roubalheira institucionalizada que, como revela o governo Lula, independe de coloração ideológica e partido político? Seria ela o resultado das nossas origens como uma colônia semi-abandonada, povoada por degredados e gente capaz de tudo para subir na vida? Estaria ligada a um mero banditismo, pronto a ser sanado por uma polícia eficiente? Ou teria uma ligação profunda com um desenho institucional marcado pela proteção aos superiores, a ponto de lhes garantir impunidade quando praticam a corrupção político-partidário-administrativa?

No centro da corrupção à brasileira existe uma indecisão cultural (ou moral, se quiserem) entre duas éticas que operam em qualquer sistema social. A primeira é a ética particularista da casa, dos amigos e da família, que manda proteger, ignorar, relevar, condescender e perdoar o ofensor (corrente em sociedades tribais e arcaicas); a outra é a ética universalista da rua (ou do mundo público), que demanda, ao contrário, tratar com isenção ou igualdade, aquilatar a gravidade da ofensa, trazer a público o ofensor e punir adequadamente quem quer que tenha cometido o delito. Nosso problema, como a dinâmica da vida pública não cansa de mostrar, é que até hoje temos consciência dessa duplicidade, mas ignoramos solenemente as suas implicações. Assim, quando se trata dos

outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei. Mas, quando são os nossos, eles são vítimas da imprensa, meros alopados, ou crianças. Como sequer julgar o presidente do Congresso Nacional, se ele é nosso colega, amigo e nos favoreceu em inúmeras situações?

Tenho para mim que o intolerável e verdadeiramente enlouquecedor no Brasil atual não é o jogo de forças entre pessoas e leis, rotineiro em qualquer sistema, mas a manutenção daquelas duas éticas no campo do "político", justamente a esfera destinada a resolver a duplicidade. A coisa chegou a tal ponto que a palavra "política" passou a designar precisamente esse jogo amoral no qual a igualdade é sempre ultrapassada por pessoas que, desdenhando das leis, passam a controlá-las em vez de zelar por elas. Ou um ritual no qual os criminosos são acusados mas, quando são importantes, livram-se da pena porque têm comprovadas relações pessoais e partidárias com os donos do poder. Pior ainda, "política" passou a designar uma rotina de desfaçatez que é a manifestação mais patente de outro traço daquela duplicidade ética: uma extraordinária ambiguidade no que diz respeito a dois sentimentos que acompanham o rompimento da norma, a saber, a vergonha e a culpa.

Sociedades que atribuem responsabilidade moral a indivíduos autônomos e iguais têm padrões de moralidade claros e absolutos. Nelas, há uma consciência dominante de culpa que promove a auto-acusação, bem como a punição geralmente severa, com um foco claro na vítima. Já em sistemas coletivistas, nos quais a responsabilidade moral é ambígua e pode ser

atribuída tanto a um agente individual quanto a relações e grupos (caso do Japão), predomina a vergonha. A culpa contrasta nitidamente com a inocência, mas a vergonha contém níveis de gradação, sendo relativa. Ou seja: a vergonha, ao contrário da culpa, depende do tipo de crime, de quem o pratica e também de suas motivações. Quando o crime é irreparável e atinge todas as nossas relações, a única saída é o suicídio de honra, a auto-execução que liberta tanto o ofensor quanto a sua família, partido ou segmento de suas faltas. É o que ocorre no Japão e foi o que aconteceu, no caso brasileiro, apenas no suicídio de Getúlio Vargas. Quando, por sua vez, a culpa é intolerável, o sujeito vai à televisão, pede perdão público aos seus concidadãos e aguarda o julgamento, como fizeram Ted Kennedy, Richard Nixon e Bill Clinton.

No Brasil, onde uma ética dúplice mistura tudo, há um dilema. Pois se houver o crime, mas ninguém for de fato investigado, como ocorreu com o mensalão, com os alopados e, ao menos até agora, com os senadores Renan Calheiros e Joaquim Roriz, não há nem culpa nem vergonha. Ou há culpa mas não há aquela cota de vergonha suficiente para levar à cadeia. A culpa é interior; a vergonha, externa. A pessoa pode se sentir culpada mesmo que a sociedade a tome como inocente. Quanto à vergonha, se ninguém souber que eu roubei o dinheiro da prefeitura, tudo bem. Aliás, seria uma vergonha não roubar porque outro o faria. Na corrupção pública, a vítima é invisível, porque é uma coletividade. Não havendo vítima, não há, eis um outro ponto capital, reparação, daí a nossa proverbial impunidade. Assim, se eu rompo com as normas em nome do povo ou dos pobres, não há vergonha — ou muito menos culpa. Mas, se eu deixo de retribuir o favor que me foi feito pelo meu melhor amigo, se não defendi com vigor o parente ou colega ofendido, eu “morro de vergonha”.

Nosso chamado corporativismo tem como base essas desculpas fundadas nos elos pessoais que até hoje nos recusamos a politizar. Não se trata apenas de “falta de vergonha”, mas de vergonhas que são “sentidas” diferentemente dentro de um sistema que se reparte em múltiplas éticas. A vergonha que nos recruta como tropa de choque não é a mesma que

sabe quem vai ganhar a concorrência. No caso da competição, não há vergonha e pode haver, no máximo, um tantinho de culpa; no caso dos amigos e padrinhos, a vergonha nos obriga a tomar uma atitude decisiva, que nos exime de toda culpa.

Quero crer que o moinho satânico do liberalismo (para lembrar a expressão com que o poeta William Blake caracterizou a Revolução Industrial) tem permitido não só enxergar melhor esses surtos e atos falhos aristocráticos — corporativos, tribais e arcaicos —, mas também promover uma consciência de repúdio que tem se manifestado em todas as esferas da sociedade. Pois, se existem competição e igualdade na economia, por que não haveria em toda parte? Penso que o liberalismo brasileiro, apesar de todos os seus defeitos, tem posto a nu essa confusão entre casa e rua, entre culpa e vergonha. Penso também que ele tem pressionado no sentido de que se passe da “política” como um campo do conchavo, do enriquecimento pessoal através do estado e das ambigüidades ideológicas, para a Política como um espaço de valores e princípios. A nossa corrupção se localiza precisamente, reitero, na indecisão ética. Se nela ficamos, corremos o risco de jamais resolver essa crise. Como seguir a lei se sabemos que os amigos jamais são presos? Como prender os amigos em nome da lei? A presença do dilema conduz a essa ausência de confiança tão deletéria no caso do Brasil.

Finalmente, distinguir a aplicação dessas éticas e refletir sobre as relações entre culpa e vergonha significa politizar, ou passar pelo crivo da racionalidade igualitária, os elos pessoais. Impossível, como estamos testemunhando, continuar com uma vida social na qual se aceita sem discussão que o mundo da casa nada tem a ver com o universo da rua. E que, na intimidade das alcovas e nos braços dos amigos, fica-se isento das responsabilidades do cargo e da moral vigente. Será preciso aproximar a casa da rua, o estado da sociedade, a culpa da vergonha, para que se possa promover uma real transformação de todo o sistema, liquidando um estilo de corrupção marcado por uma perversa ambigüidade.

José Dirceu depõe no Congresso, diante do deputado Roberto Jefferson, ambos personagens do mensalão: passaremos da política dos conchavos para a dos princípios?

440 liberalismo brasileiro tem posto a nu a confusão entre casa e rua, entre culpa e vergonha. Tem pressionado para que se passe da ‘política’ como um campo do conchavo, do enriquecimento pessoal através do estado, para a Política como espaço de valores e princípios??

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “FHC cobra crítica de Lula a mensaleiros”, publicada no jornal *Correio Braziliense*, em sua edição de 30 de agosto de 2007.

A matéria destaca que terminado o julgamento que transformou em réus antigos dirigentes do PT e de partidos aliados do governo Lula, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou do presidente Lula uma crítica mais contundente contra os mensaleiros. “Quem dirige o país tem de mostrar claramente que esta em desacordo com o que foi feito. Ele dizia que o mensalão era folclore do Congresso Nacional

e da mídia. Não dá pra sustentar mais isso”, afirmou o ex-presidente.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC cobra crítica de Lula a mensaleiros

DENISE ROTHENBURG
DA EQUIPE DO CORREIO

Terminado o julgamento que transformou em réus antigos dirigentes do PT e de partidos aliados do governo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso saiu a campo para acusar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de omissão no caso e aproveitou para cobrar uma afirmação mais contundente do chefe do governo contra os acusados. “Quem dirige o país tem que mostrar claramente que está em desacordo com o que foi feito. Ele dizia que o mensalão era folclore do Congresso Nacional e da mídia. Não dá para sustentar mais isso”, afirmou Fernando Henrique. “Presidente, critique os que fizeram, não fique leniente. O que foi feito, foi feito e ele (Lula) não pode dizer que vai esperar porque eles já são réus e isso é grave”, comentou o ex-presidente.

Fernando Henrique lembrou que Lula não demitiu nenhum dos acusados no processo. “Na reação foi omissão e agora, se não disser que eles estavam errados será leniência. Não posso dizer que seja conivência porque aí seria crime e eu não posso dizer isso”, fustigou o antecessor de Lula, lembrando ainda que o petista pode até engrandecer a sua biografia se, perante a Nação, condenar seus antigos companheiros de governo.

Exemplo

Perguntado se as suas declarações representavam uma tentativa de começar a trilhar o caminho eleitoral para a oposição, Fernando Henrique foi incisivo: “Não se trata de um posicionamento de razão eleitoral. É de exemplaridade. Os fatos são fortes. O ministro relator juntou os fatos. Tanto é que o ministro Eros Grau mudou de opinião”, comentou o ex-presidente.

Fernando Henrique fez essas declarações depois de participar de um seminário sobre voto distrital promovido pela Associação Comercial de São Paulo, onde aproveitou para rechaçar a ideia de que seu partido, o PSDB, irá ajudar a aprovar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “O PSDB votará contra de uma maneira coesa. A arrecadação do governo aumentou e o imposto era provisório”, comentou ele.

Embora fale em nome do partido, FHC rejeita a ideia de alguns tucanos de comandar o PSDB a partir de novembro. “Não sou candidato a presidente do PSDB. Nem quero. Nem a Presidência da República. O Lula reclama que eu opino, mas não vou parar de opinar. Sou cidadão. Mas não sou candidato”, informou, aproveitando para falar sobre o futuro do presidente Lula: “Não diria que ele encerrará a sua vida política. Lula é um político profissional, eu não sou. Não vivo da política. Dou aulas, palestras, publico livros. Ele, há 30 anos só faz política”, disse. “Ele vive dizendo que, quando sair não vai morar na França e nos Estados Unidos. Diz isso porque não sabe que eu vivo aqui”, completou.

ALCKMIN NO ATAQUE

O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) disse ontem que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de abrir ação penal contra os 40 denunciados no esquema do mensalão atinge o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É o governo Lula quem está no banco dos réus. Isso é óbvio, pois tudo aconteceu dentro do governo”, avaliou, após participar de um evento que discutiu o voto distrital, na capital paulista. Segundo Alckmin, o STF acende uma luz de esperança no Brasil contra a impunidade e em prol da moralização da política brasileira. “Nasce aí uma esperança de mudar o quadro de desencanto e desalento que perpassa por toda a sociedade.” Com relação ao envolvimento de ex-dirigentes do PT na denúncia acatada pelo STF, ele argumentou: “Essas coisas não acontecem de forma isolada, existe toda uma teia.”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Um futuro 100% garantido”, publicado pela revista *Exame*, em sua edição de 29 de agosto de 2007.

O artigo do jornalista J.R. Guzzo destaca que se a máquina do poder público continuar gastando o máximo com quem menos precisa e o mínimo com quem precisa mais, a pobreza brasileira terá vida longa, numa crítica a falta de atitude do governo Lula em mudar definitivamente o Estado brasileiro, e torná-lo efetivamente, eficiente e um bem de todo o cidadão. A crítica se deve ao fato do governo petista ter transformado a máquina pública numa burocracia paquidérmica que consome 40% dos impostos arrecadados com salários e aposentadorias dos servidores públicos, justamente os

que, na opinião do jornalista, são os que se beneficiam mais do Estado. “Quem perde com isso não é o Brasil. O Brasil não perde nada. Quem perde são brasileiros com nome, rosto e a necessidade urgente de melhorar de vida. Para esses, tudo o que se tem a oferecer no momento são os R\$75,00 do Bolsa Família, a chance de opinar em pesquisas e muita conversa fiada”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Um futuro 100% garantido

Se a máquina do poder público continuar gastando o máximo com quem menos precisa e o mínimo com quem precisa mais, a pobreza brasileira terá vida longa

É COISA SABIDA E PROVADA QUE O TEMA DA POBREZA tornou-se um fator decisivo na política brasileira do momento e do futuro próximo, ou pelo menos é isso que garantem nove entre dez institutos de pesquisa de opinião. A popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que continua recebendo grandes notas apesar de tudo o que seu governo faz de ruim e deixa de fazer de bom, viria do apoio que ele tem recebido da grande massa dos pobres. É esse fato que orienta hoje as decisões mais importantes do governo e influi em todos os cálculos para as eleições de 2010 — se a população mais carente, que compõe a maioria do eleitorado, está com o presidente, tudo o que se pode esperar é mais do mesmo. Trata-se de uma ótima situação para Lula e de um mau negócio para os pobres. Não há mais dúvidas, já há muito tempo, que a principal causa da pobreza no país é o fato de que o Estado brasileiro está organizado, pelos quatro cantos, de forma a prejudicar os que têm menos e beneficiar os que têm mais. Sempre foi assim, mas o governo Lula, que tinha o compromisso de quebrar essa escrita, nada fez de sério para mexer nela — e no que mexeu, foi para piorar. Aí não há mesmo jeito: se a máquina do poder público continua trabalhando todos os dias para gastar o máximo que pode com quem menos precisa, ao mesmo tempo em que dá o mínimo a quem precisa mais, tanto em matéria de recursos como de oportunidades, a pobreza no Brasil está com seu futuro 100% garantido.

Como poderia ser diferente? No final do mês de julho, a arrecadação total de impostos em 2007, incluindo a União, estados e

municípios, chegou aos 500 bilhões de reais e promete bater nos 900 bilhões até o dia 31 de dezembro, segundo o “impostômetro” da Associação Comercial de São Paulo — e disso tudo o grosso, uns 600 bilhões, ficará no caixa do governo federal. É um mar de dinheiro, em qualquer lugar do mundo, de maneira que não se pode dizer que o poder público brasileiro esteja passando necessidade. A questão é que dessa fortuna toda os pobres mal vêem a sombra; antes mesmo de cair no cofre do governo, cada milhão que se cobra de impostos já está com destino certo, e esse destino quase nunca é o bolso dos que têm pouco ou nada. Também não é o fornecimento de serviços com qualidade razoavelmente decente para eles, nem o investimento em atividades capazes de gerar emprego, renda ou chances de ascensão. Os 900 bilhões de reais que serão arrecadados em 2007, como ocorreu com os 800 bilhões do ano passado, e os demais bilhões dos anos anteriores, tomarão o rumo determinado por quem manda no governo, de dentro ou de fora dele. E quem manda hoje no governo faz a mesma coisa que sempre se fez no Brasil: consome quase tudo o que tira do país com as despesas do próprio governo.

Muito pouco, nessas despesas, tem a ver com os interesses dos pobres. De tudo o que se arrecadou no Brasil no ano passado, 40% foram gastos com os salários e as aposentadorias dos funcionários públicos. A parte do Leão desse dinheiro todo fica, justamente, para os que ganham mais — nos últimos quatro anos, houve aumentos salariais de até 80% para as carreiras de topo do serviço público federal. Há, é certo, muito dinheiro consumido com educação, saúde e previdência, que são gastos sociais clássicos. Mas a única certeza, nessa definição, diz respeito à pala-

vra “gastos”. Há gasto, sim, mas não há serviço. A educação brasileira está entre as piores do mundo. Os serviços de atendimento médico são uma desgraça — agravada, em tempos mais recentes, pela atuação agressiva de esquemas de corrupção, capazes de roubar desde sangue até ambulâncias. A Previdência Social paga uma miséria à grande maioria dos aposentados brasileiros. (Trata-se, além disso, de um exemplo perfeito de como operar um dispositivo antipobre: pouco menos de 1 milhão de inativos do serviço público, que representam cerca de 5% do total de aposentados, consomem mais de 40% de todos os recursos pagos pelo sistema e respondem por quase 70% de seu déficit total. Pior ainda, nem entre os próprios servidores públicos se pode falar em equilíbrio: a maioria ganha pouco, a minoria ganha muito e a média das aposentadorias pagas para o Legislativo e para o Judiciário é quatro vezes maior que as do Executivo.)

A DEMONSTRAÇÃO MAIS CLARA DA OPÇÃO governamental contra os pobres, porém, talvez esteja no Bolsa Família — justo ali, onde o atual governo diz que está fazendo a maior obra de distribuição de riqueza desde Adão e Eva. É lógico, para começar, que um programa oficial de esmolas não vai tirar um único pobre da pobreza, não com uma doação média de 75 reais por mês e por família; nem no PT existe quem acredite numa coisa dessas. Além do mais, há um insuperável problema de números com o Bolsa Família — e é aí que se manifestam, em toda a sua clareza, as verdadeiras escolhas do Estado brasileiro quando se trata de meter a mão no bolso. Neste ano de 2007, o programa vai consumir entre 8 bilhões e 9 bilhões de reais. Só de juros da dívida pública, e só neste primeiro semestre de 2007, o governo já gastou quase 80 bilhões de reais. Quem está realmente ganhando nessa história? O próprio presidente da República, num momento recente de sinceridade, disse que nunca os ricos do Brasil ganharam tanto como em seu governo. Lula seria ainda mais preciso se dissesse que os ricos estão ganhando esse dinheiro todo não por obra do acaso, mas como consequência inevitável da atitude de uma máquina pública montada para gastar em excesso, fazer dívida e pagar juros por ficar devendo muito. Não foi seu governo que começou esse ciclo; na verdade, tem conseguido repetidos superávits em suas contas. Mas as economias obtidas não têm vindo da redução de despesas correntes ou de uma maior racionalidade nos gastos, e sim do corte de investi-

mentos — e, sobretudo, do aumento na arrecadação de impostos, que em 2007 vai crescer pelo quarto ano consecutivo. Na verdade, em vez de diminuir a dívida de forma expressiva e eficaz, o superávit tem servido para permitir que o governo aumente seus gastos, o que acaba deixando tudo mais ou menos na mesma. Bom para quem ganha juros, ruim para quem precisa do recurso público e pouco recebe porque pouco sobra.

É possível dizer todo tipo de coisa sobre a dívida pública, a começar pelo fato de que poucos assuntos são tão chatos quanto ela. O que está acima de qualquer discussão, porém, é algo bem simples: a dívida pública nunca deixou mais pobre um brasileiro rico. O mesmo se pode dizer de uma extensa lista de situações que fazem parte integral e inseparável do funcionamento do Estado brasileiro. Quem perde e quem ganha, por exemplo, com a existência do “foro privilegiado”? O nome já diz tudo. É uma das aberrações mais explícitas da mentalidade antipobre que comanda a vida pública nacional, e está em franca ofensiva. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acaba de aprovar uma lei que estende a quase 2 000 ocupantes de cargos públicos estaduais o privilégio de não responder perante as instâncias normais do Judiciário por delitos que cometam enquanto estiverem hospedados na máquina. (O governador do estado, Aécio Neves, que controla cerca de 80% dos votos da Assembleia, fez de conta que era contra — só que deixou a lei ser aprovada por seus comandados e, depois de vetá-la, deixou que seu veto fosse rejeitado. Foi a primeira vez, como apontou o jornalista André Petry na revista *Veja*, que o governador perdeu uma votação no plenário da Assembleia mineira. Perdeu?)

É isso: na hora de beneficiar os já beneficiados, todos sempre acabam por se entender, de um jeito ou de outro. O resultado é que, da criação de leis para promover a impunidade à criação de empregos para os amigos, da entrega de cargos públicos para o atendimento de interesses privados à aprovação de vantagens para quem grita mais alto, o Estado brasileiro vai acumulando um passivo cada vez maior e mais difícil de ser zerao algum dia. Quem perde com isso não é “o Brasil”, como se costuma dizer. “O Brasil” não perde nada. Quem perde, no mundo das realidades, são brasileiros que têm rosto, nome e a necessidade urgente de melhorar de vida. Para esses, tudo o que se tem a oferecer no momento são os 75 reais do Bolsa Família, a chance de opinar em pesquisas e muita conversa fiada. ■

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assomar a esta tribuna, não poderia deixar de registrar na Casa de Rui Barbosa, o transcurso do Dia do Rádio, que se deu em 23 de setembro. Apesar das novas tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas para integrar o mundo, em particular a Internet, o rádio permanece como um os principais veículos de comunicação, porque chega aos mais distantes rincões.

O rádio, Sr^{as} e Srs. Senadores, deu os primeiros passos no mundo, no final do Século XIX e, para sua criação contribuíram inúmeros cientistas de diversos países. Na Rússia, Aleksander Stepanovitch Popov e, no Reino Unido, Sir Henry Bradwardine Jackson e Sir Oliver Joseph Lodge conseguiram, em 1895 e 1896, transmitir sinais a pequenas distâncias.

Entretanto, é o italiano Guglielmo Marconi que registra em junho de 1896, em Londres, a primeira patente de um sistema de radiocomunicação.

Aproveitando a contribuição de diversos inventores, esse italiano consegue, inicialmente, transmitir sinais a uma centena de metros, mas logo amplia as distâncias e consegue chegar a 13 quilômetros, no ano de 1897.

A humanidade dava naquela data um passo revolucionário no campo da comunicação. Até ali, havia dois meios importantes para o envio de mensagens, o telégrafo e o telefone, mas ambos transmitiam por meio de fios, ao contrário do rádio que lançava as mensagens no ar e permitia a captação por meio de antenas em uma determinada frequência a centenas, milhares de quilômetros.

Mas a radiodifusão da voz humana, que daria nova amplitude aos meios de comunicação, só veio a existir mais tarde com a invenção da válvula radioelétrica. Em 1908, Lee De Forest realizou, do alto da torre Eiffel, uma emissão ouvida nos postos militares da região e até por um técnico em Marselha.

Um ano depois, a voz do tenor Enrico Caruso era transmitida do Metropolitan Opera House. Em 1916, De Forest instalou uma estação emissora experimental em Nova York.

A primeira emissão radiofônica oficial brasileira, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocorreu no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da independência. Uma estação montada no alto do morro do Corcovado irradiou músicas e um discurso do presidente Epitácio Pessoa.

Quem conhece a história brasileira sabe, entretanto, que a primeira radiodifusora em nosso País foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, por Henrique Charles Morize e Edgar Roquette Pinto. A rádio instalou-se na Academia Brasileira de Ciências, com o prefixo PRA2.

O rádio logo se transformaria no palco de inúmeras e belas vozes da música popular brasileira. Carmem Miranda, Noel Rosa, Ari Barroso, Sílvio Caldas, Orlando Silva, Vicente Celestino, Lamartine Babo, Francisco Alves, Pixinguinha, Emilinha Borba, Elisete Cardoso e Araci de Almeida são alguns dos nomes que foram consagrados por meio da radiodifusora no Brasil.

A partir da década de 30, as rádios foram se diferenciando pelo estilo de programação. A Rádio Nacional renovou a radiodifusão emprestando-lhe uma estrutura mais rica. Valorizou os eventos esportivos, a paixão nacional pelo futebol, os programas de auditório e o radioteatro.

A partir da década de 1940, foram ao ar, em adaptações brasileiras, as novelas “O direito de nascer” e “Em busca da felicidade”, acompanhadas por milhões de ouvintes. Esse gênero, que o rádio popularizou, anos

mais tarde transformou-se em sucesso na televisão brasileira e foi exportado para outros países.

Hoje, acompanhando a tendência de comunicação em tempo real, vivenciada pelo mundo globalizado, a rádio continua a ser um dos principais mecanismos de integração tanto no Brasil quanto no exterior. Inegável é o papel de veículos como a CBN, a Rádio Nacional e a BBC, para nos restringirmos apenas a alguns exemplos.

Parabéns a todas as rádios.

Parabéns a todos os radialistas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PARECER Nº 659, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Votação, em turno único, do Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

2

PARECER Nº 688, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3**PARECER Nº 689, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4**PARECER Nº 716, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

5**PARECER Nº 734, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

6**MENSAGEM Nº 117, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cezar Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de

Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

7**MENSAGEM Nº 118, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

8**MENSAGEM Nº 128, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 211, DE 2007***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a *Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007*.

10**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para deter-*

minar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de*

setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

29**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

30**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa*

sobre *Facilitação de Circulação de Pessoas*, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994*.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993*.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos*.

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961*.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº

1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD*.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

39**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

40**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

41**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

42**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

43**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004*.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 23 horas e 28 minutos.*)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 392, DE 2007, QUE "REVOGA A MEDIDA PROVISÓRIA NO 382, DE 24 DE JULHO DE 2007, DISPÕE SOBRE O DESCONTO DE CRÉDITOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E DA COFINS, NA AQUISIÇÃO NO MERCADO INTERNO OU IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL DESTINADOS À PRODUÇÃO DOS BENS RELACIONADOS NOS ANEXOS I E II DA LEI Nº 10.485, DE 3 DE JULHO DE 2002, E DOS PRODUTOS CLASSIFICADOS NA TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - TIPI, APROVADA PELO DECRETO Nº 6.006, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006; AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO DESTINADAS ÀS EMPRESAS DOS SETORES DE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO, TÊXTIL, DE CONFECÇÃO E DE MÓVEIS DE MADEIRA":

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado EDUARDO GOMES	001
Senadora LÚCIA VÂNIA	002, 003.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 003

MPV - 392

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 25/09/2007	proposição Medida Provisória nº 392, de 19 de setembro de 2007.
--------------------	--

autor Deputado Federal Eduardo Gomes	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

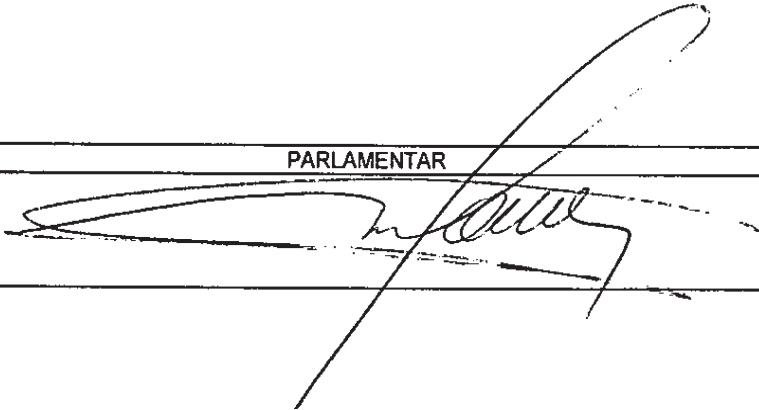
O Art. 2º da Lei 11.488/07, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

§3º A pessoa jurídica detentora de projeto aprovado para a implantação de obras de infra-estrutura poderá solicitar a co-habilitação ao REIDI de terceiros vinculados à execução do referido projeto que forneçam máquina, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, materiais de construção e serviços para utilização ou incorporação nas obras de infra-estrutura.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa restabelecer a possibilidade de co-habilitação de terceiros vinculados à execução dos projetos vinculados ao REIDI..

PARLAMENTAR



EMENDA Nº MPV - 392
(à MPV nº 392, de 2007)

00002

Art. 1º. A Medida Provisória nº 392, de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, renumerando-se os demais:

“**Art. 1º.** Os créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, de que tratam o inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o inciso VI do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, poderão ser descontados, em seu montante integral, a partir do mês de aquisição no mercado interno ou de importação, na hipótese de referirem-se a bens de capital destinados à produção dos produtos relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos seguintes produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006:

I - nos códigos 42.02, 50.04 a 50.07, 51.05 a 51.13, 52.03 a 52.12, 53.06 a 53.11 e nos Capítulos 54 a 63;

II - no Capítulo 64;

III - nos códigos 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06; e

IV - nos códigos 94.01 e 94.03.

§ 1º. Os créditos de que trata o caput serão determinados:

I - mediante a aplicação dos percentuais previstos no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003, sobre o valor de aquisição do bem, no caso de aquisição no mercado interno; ou

II - na forma prevista no § 3º do art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004, no caso de importação.

§ 2º Não se aplicam aos bens de capital referidos no caput o disposto no inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, no inciso III do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, e no § 4º do art. 15 da Lei nº 10.865, de 2004.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se às aquisições e importações efetuadas a partir da data de publicação desta Medida Provisória.

Art. 2º. Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros, nas operações de empréstimo e financiamento destinadas especificamente às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, exceto fiação, de confecção, inclusive linha lar e de móveis de madeira, com receita operacional bruta de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos deste artigo.

§ 1º. O valor total dos empréstimos e financiamentos a serem subvencionados pela União fica limitado ao montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), observada a seguinte distribuição:

I - até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

II - até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, na linha de crédito especial FAT – Giro Setorial, de que trata a Resolução no 493, de 15 de maio de 2006, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, para aplicação exclusiva por instituição financeira oficial federal.

§ 2º. O pagamento da subvenção de que trata o caput será efetuado mediante a utilização de recursos de dotações orçamentárias específicas, a serem alocadas no Orçamento Geral da União.

§ 3º. A equalização de juros de que trata o caput corresponderá:

I - ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido da remuneração do BNDES e do spread do agente financeiro, para o caso dos recursos de que trata o inciso I do § 1º; e

II - ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte, acrescido do spread da instituição financeira oficial federal, para o caso dos recursos de que trata o inciso II do § 1º.

§ 4º. O pagamento da equalização e do bônus de adimplência de que trata o caput fica condicionado à comprovação da aplicação dos recursos e à apresentação de declaração de responsabilidade pelo BNDES e pela instituição financeira oficial federal, conforme o caso, para fins de liquidação da despesa.

§ 5º. O poder executivo regulamentará as demais condições para a concessão da subvenção econômica de que trata esta Medida Provisória, ficando a cargo do Conselho Monetário Nacional - CMN e do CODEFAT, no âmbito de suas respectivas competências legais, estabelecer aquelas necessárias à contratação dos empréstimos e financiamentos, dentre elas as taxas de juros e o limite máximo do bônus de adimplência.

Art. 3º. O art. 29 da Lei nº 10.637, de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 29.....

.....
§ 8º. O percentual de que trata o § 3º deste artigo fica reduzido a sessenta por cento no caso de pessoa jurídica cuja receita de exportação dos produtos relacionados nos incisos do caput do art. 1º da Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, for igual ou superior a noventa por cento do total das receitas de exportação.” (NR)

Art. 4º. Os arts. 28 e 40 da Lei nº 10.865, de 2004, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:

“Art. 28.....

.....

VIII - veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para vinte e três a quarenta e quatro pessoas, classificados nos códigos 8702.90.10.00 Ex 02 e 8702.90.90.00 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, que atendam aos dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, quando adquiridos por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo;

IX - embarcações novas, com capacidade para vinte a trinta e cinco pessoas, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual e municipal, quando adquiridas por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal, na forma a ser estabelecida em regulamento do Poder Executivo.

.....” (NR)

“Art. 40.....

.....

§ 10. O percentual de que trata o § 1º deste artigo fica reduzido a sessenta por cento no caso de pessoa jurídica cuja receita de exportação dos produtos relacionados nos incisos do caput do art. 1º da Medida Provisória no 382, de 24 de julho de 2007, for igual ou superior a noventa por cento do total das receitas de exportação.” (NR)

Art. 5º. Os arts. 47 e 48 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. Fica vedada a utilização do crédito de que tratam o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, de papel ou cartão, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, de níquel, de alumínio, de chumbo, de zinco, de

estanho, e de subprodutos animais, classificados, respectivamente, nas posições 39.15, 47.07, 70.01, 72.04, 74.04, 75.03, 76.02, 78.02, 79.02 e 80.02, e 1502.00, 1518.00.00 e 1522.00.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, demais desperdícios e resíduos metálicos do Capítulo 81, inclusive resíduos e desperdícios das indústrias alimentares e alimentos preparados para animais, constantes do Capítulo 23 da TIPI. (NR)”

“Art. 48. A incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins fica suspensa no caso de venda de desperdícios, resíduos ou aparas, e subprodutos de que trata o art. 47 desta Lei, para pessoa jurídica que apure o imposto de renda com base no lucro real. (NR)”(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, editou a Medida Provisória nº 382, de 2007, que *dispõe sobre o desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira e dá outras providências.*

Antes de ter lugar a deliberação parlamentar sobre a referida proposição, foi editada a de nº 392, cujo escopo é a revogação da Medida Provisória nº 382.

Em atenção à sobeja relevância do tema, apresentamos emenda hábil a restaurar o conteúdo original da medida provisória revogada.

Há de se reconhecer a possibilidade de restauração integral dos termos da Medida Provisória nº 382/2007. Bastando para isso que o Congresso Nacional submeta à votação e rejeite a Medida Provisória nº 392, posto que, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a revogação da medida provisória revogadora de outra MP restaura a vigência da medida provisória revogada (ADIMC 1665, de 27.11.1997). Essa revogação somente se tornará eficaz no caso de conversão em lei da Medida Provisória nº 392/2007.

No entanto, não existindo nenhuma garantia de que tal ocorrerá, faz-se imperioso, dada à indiscutível relevância da matéria objeto da Medida Provisória revogada, restituir os termos da mesma, assegurando, assim, a desoneração dos setores produtivos abrangidos pela proposição inicial do Executivo.

Sala das Sessões,


Senadora LÚCIA VÂNIA

EMENDA Nº
(à MPV nº 392, de 2007)**MPV - 392**
00003

Art. 1º. A Medida Provisória nº 392, de 2007, passa a vigorar com a seguinte ementa:

“Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, de móveis de madeira, de resíduos e desperdícios das indústrias alimentares e alimentos para animais; revoga a Medida Provisória nº 382, de 2007; e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO


O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, editou a Medida Provisória nº 382, de 2007, que *dispõe sobre o desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira e dá outras providências.*

Antes de ter lugar a deliberação parlamentar sobre a referida proposição, foi editada a de nº 392, cujo escopo é a revogação da Medida Provisória nº 382.

Em atenção à sobeja relevância do tema, apresentamos emenda hábil a restaurar o conteúdo original da medida provisória revogada.

A presente emenda destina-se apenas a atualizar a ementa da proposição, caso alterado o seu conteúdo, face à nova emenda de restauração da Medida Provisória nº 382.

Sala das Sessões,


Senadora LÚCIA VÂNIA

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº. 401, de 2007,
DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDI-
ÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS
AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS
NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉ-
REO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPOR-
TOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO
ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SE-
TEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING
737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA
AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM
SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO
DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO
EM 30 DE MARÇO DE 2007**

**Ata da 28ª Reunião de 2007 realizada em 28
de agosto de 2007**

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião de 2007 realizada em 28 de agosto de 2007, às onze horas e onze minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos senhores Mário Luiz Sarrubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; Delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa, Polícia Civil do Estado de São Paulo e das Senhoras Fernanda Teixeira Souza D. Taubemblatt, Procuradora da República no Estado de São Paulo e Cecília Maria Piedra Marcondes, Desembargadora do Tribunal Regional Federal, 3ª Região.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Tião Viana (PT-AC) –Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Renato Casagrande (PSB-ES)
Mário Couto (PSDB-PA)
Wellington Salgado (PMDB-MG)
Romeu Tuma (DEM-SP)
João Pedro (PT-AM)

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC)

– Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 401/2007.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Mário Luiz Sarrubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; Drª. Fernanda Teixeira Souza Taubemblatt, Procuradora da República no Estado de São Paulo; Delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa, Polícia Civil do Estado de São Paulo, e Desembargadora Cecília Maria Piedra Marcondes, Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Então esclareço que nós ouviremos inicialmente o Delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa, da Polícia Civil de São Paulo, depois o Dr. Mário Luiz Sarrubbo,

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, posteriormente a Drª. Fernanda Teixeira Souza Taubemblatt, Procuradora da República do Estado de São Paulo e por fim a Desembargadora Cecília Maria Piedra Marcondes. Muito bem vindos e muito obrigado, antecipadamente, pelo convite aceito.

Então inicialmente nós ouviremos o Delegado, Dr. Antônio Menezes Barbosa, da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Posteriormente será ouvido o Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.

Com a palavra então o Dr. Antônio Carlos Menezes Barbosa para as considerações que julgar necessárias à CPI. Com a palavra V.Sª. Muito obrigado.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Bom dia a todos, bom dia Presidente, Senadores, autoridades. Inicialmente gostaria aqui de agradecer o convite e... Inicialmente gostaria de agradecer o convite feito à Polícia Civil do Estado de São Paulo, e gostaria então de esclarecer que tão logo o acidente ocorreu, a Polícia Civil esteve presente no aeroporto, estive no local, foram feitas naquela noite todas as diligências, inicialmente correndo os hospitais da região com vistas a identificar vítimas e sobreviventes, através da ronda operacional a II Delegacia Seccional todos policiais foram convocados para prestar socorro às vítimas, enfim, todos os recursos foram colocados à disposição para minorar a tragédia. Por ordem do Delegado Geral de Polícia, instauramos no mesmo dia o Inquérito Policial que hoje possui 15 volumes, cerca de três mil páginas. É bom que se diga que o Exmº. Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo designou dois Promotores de Justiça, Dr. Mário Luiz Sarrubbo aqui presente e o Dr. João Honório de Sousa Franco para acompanhar este inquérito, o que tem sido feito desde o seu início. E é também de se salientar que há uma sintonia perfeita entre a Polícia Civil e o Ministério Público.

De forma que todas as diligências, todas as investigações estão sendo realizadas para apurar as causas do acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Talvez fosse melhor, Sr. Presidente, ouvir uma explanação inicial de cada...

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Relator faz a sugestão que possamos ouvir então as considerações de cada um dos convidados e nós passamos então, concordando com a sugestão, a palavra o Dr. Mário Sarrubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Muito bom dia a todos, queria saudar S.Ex^a., o Senador Tião Viana, Presidente dessa Comissão, Senador Demóstenes, S.Ex^a. Desembargadora, minha colega de Ministério Público, Dr. Menezes, Dr. Barbosa, Delegado de polícia já meu amigo, é uma honra estar prestando serviços a essa Comissão.

Gostaria apenas de rapidamente, após a estas saudações, em rápidas palavras esclarecer da nossa atuação neste Inquérito Policial. Já na noite do acidente, no dia 17 de julho, éramos designados pelo Procurador-Geral de justiça, Dr. Rodrigo César Rebello Pinho, digníssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, e já na mesma noite nos apresentávamos a ele e já nos apresentávamos ao Delegado de Polícia do 27º Distrito, Dr. Barbosa, e os trabalhos já naquela oportunidade se iniciaram. No dia seguinte, juntamente com o meu colega João Honório já praticamente nos colocamos à disposição da Polícia Civil, e passamos a acompanhar todos os depoimentos. É bom lembrar que o nosso Inquérito Policial já ouviu aproximadamente 25 pilotos e co-pilotos, 87 familiares de vítimas fatais, cinco vítimas de lesões corporais, quatro vítimas de danos, uma vítima que ainda se encontra internada e temos aí evidentemente muitas investigações ainda pela frente procurando, não esclarecer as causas do acidente, porque isso é trabalho da Comissão de Investigação do CENIPA da Aeronáutica, mas procurando fazer o nosso trabalho para que quando essas causas venham à tona, quando a Aeronáutica concluir efetivamente quais foram às causas da investigação, a Polícia Civil e o Ministério Público estarão então aptos a formular o devido processo legal, se o caso a devida responsabilidade criminal se é que isso vai acontecer. Eram esses os esclarecimentos iniciais. Claro, estamos à disposição da Mesa para eventuais questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Presidência agradece ao Dr. Mário Luiz Sarubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e concede a palavra a Dr^a. Fernanda Teixeira Souza Taubemblatt, Procuradora da República do Estado de São Paulo.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBEMBLATT – Muito obrigada. Gostaria de saudar a todos da Mesa, Senador Demóstenes Torres, o Presidente Senador Tião Viana, a douta Desembargadora Dr^a. Cecília, meu colega Promotor Dr. Mário Sarubbo, e o Exm^o. Delegado Menezes.

Gostaria de esclarecer que a minha atuação iniciou-se em outubro de 2006, com a apuração dos incidentes de derrapagem que estavam ocorrendo na pista principal do aeroporto de Congonhas. Pedimos

esclarecimentos iniciais à ANAC, INFRAERO, que nos forneceram justamente as informações de que a pista necessitava de reforma. Apuramos que a necessidade dessa reforma era conhecida desde outubro de 2004. E que até então não havia sido reformada e passaram a ocorrer incidentes com as aeronaves. Continuamos mantendo contato para saber quais as providências que estavam sendo tomadas, mas verificamos que não... O que estava sendo feito não era suficiente porque as derrapagens continuavam. Então ajuizamos a ação pedindo a interdição da pista principal do aeroporto de Congonhas e para que fosse feita a reforma imediatamente. Como houve desdobramentos, a liminar a princípio não foi concedida como nós pretendíamos, e houve recursos que acabaram por trazer à tona agora outros fatos que também estão sendo objeto de apuração.

Depois da reforma, com o acidente agora de julho, nós ajuizamos outra ação pedindo novamente a interdição da pista para que ela só fosse liberada após a identificação das causas do acidente ou pelo menos que se atestasse que a pista tem condições de segurança operacional. Novamente a justiça entendeu que existem procedimentos de perícia em andamento, e entendeu que é necessário aguardar a apuração dessas perícias. Perícia da Polícia Federal, perícia do CENIPA. Então nós instauramos um inquérito civil público para acompanhar justamente todo o andamento da ação e tudo que está sendo feito em torno do acidente. No Ministério Público Federal de São Paulo ao Dr. Rodrigo de Grandis que apura as causas do acidente na área criminal, eu e o Dr. Márcio Sustenichts Araújo que estamos acompanhando esse inquérito civil público sobre as condições de segurança do aeroporto de Congonhas, a Dr^a. Suzana Fairbanks, que acompanha a questão da improbidade e agora semana passada face a fatos que foram noticiados com relação a documento, que teria sido apresentado de forma indevida à justiça, como nós detínhamos todas as informações, toda a documentação, nós instauramos uma... Pedimos uma abertura de investigação na área criminal e na área cível para que todo o fato fosse esclarecido. Essas representações estão agora a cargo da Dr^a. Thamea Danelon, na área criminal e da Dr^a. Inês na área de improbidade administrativa. E vamos continuar atuando, todos trocando informações para que todas as causas sejam esclarecidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Presidência agradece a Dr^a. Fernanda Teixeira Souza Taubemblatt, Procuradora da República no Estado de São Paulo. E concede a palavra à Desembargadora Cecília Maria Piedra Marcondes,

do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Muito obrigado antecipadamente, Desembargadora.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES –

Sr. Senador Presidente Tião Viana, Sr. Relator Senador Demóstenes Torres, a pessoa de quem eu cumprimento as demais autoridades dessa Mesa, cumprimento a todos que estão aqui. E o que me traz aqui vem a ser o fato de que tendo em vista o fato do Ministério Público ter ajuizado a ação agora indicada pela Drª. Fernanda, no sentido de que fosse interditada a pista, as duas pistas fossem interditadas as pistas do aeroporto de Congonhas, tendo em vista as freqüentes derrapagens, além de problema de emborramento das cabeceiras em decorrência do número muito elevado de operações existentes e a dificuldade na remoção dessa borracha por meio de procedimento normal e manutenção devido à intensa concentração de material em alguns trechos da pista, tendo em vista também o problema da declividade deficitária deste pavimento, além de buracos e má conservação, o que vinha provocando evidentemente as referidas derrapagens, foi proposta a ação e com pedido de suspensão, portanto, de todas as operações.

O Juiz da 1ª Instância entendeu, tendo em vista os modelos de aeronaves que pousavam no local, de interditar o pouso de três aeronaves. Por que essas três aeronaves? Eram, na verdade, o 737-300, o 737-700... Desculpe, o 737-700, o 737-800 e o Fokker 100, isso tendo em vista a necessidade de extensão de pista para o pouso de cada um desses modelos. Outros modelos existem até que são... Que usam o aeroporto de Congonhas para pouso, porém na medida em que se usa uma extensão menor de pista fazendo com que uma pista remanescente para eventual acidente exista, não foi objeto da interdição.

Bom, assim vários... A ANAC interpôs a agravo de instrumento com a intenção de que fosse a princípio ou... Eu cassasse a liminar concedida pelo Juiz de 1ª Instância, ou pelo menos concedesse o pouso dessas aeronaves em condições especiais. Ou seja, com peso menor nessa situação. O agravo foi então interposto, vieram algumas informações, alguns documentos que a princípio não os acatei, e por último foi entregue esta... Por meio de uma petição a mim despachada no dia 22/02/2007 o documento que hoje é objeto da investigação e discussão. Chama-se informação suplementar RBHA nº. 121-188. Neste documento, a ANAC informava da segurança da pista tendo em vista a extensão e a forma de procedimento das aeronaves. Sendo assim, nos casos, eu até peço vênha para ler a minha decisão que foi proferida com base nesses documentos. Esses documentos, a petição juntando o referido documento foi petição, foi juntada as folhas 243, 244 dos autos

do agravo de instrumento. E a partir das folhas 245 a 271 estão os documentos que ora conversamos. A minha decisão, se V.Ex^{as}. me permitem, foi no sentido do seguinte. Folhas... Torna agravante aos autos em atendimento ao despacho de folhas prestando informações solicitadas por esta Relatoria e requerendo a reconsideração da decisão de que prolatei as folhas 191/197. Com efeito, analisando os fatos apresentados pela agravante observa-se que em caso de pista contaminada, com espelho d'água igual ou superior a três milímetros em qualquer trecho dos 1.940 metros de seu comprimento, conforme os padrões de segurança aérea internacional resta demonstrado cuidado da recorrente na segurança dos pousos com o fito de evitar incidentes iguais aos indicados e noticiados pelo Ministério Público Federal.

Desta forma as limitações de operações de pouso na pista principal do Aeroporto Internacional de Congonhas está assegurada por determinação da própria agravante, cautela essa adotada pelo Juiz (ininteligível) e também por esta Relatora na decisão de folha 190/197. Em condições normais sem contaminação as aeronaves indicadas na decisão agravada utilizarão menos da metade da extensão total da pista principal 1.940 metros. Consoante informação prestada pela recorrente no laudo juntado às folhas 246 e 271. São os documentos os quais havia falado.

Nos casos em que a pista seca em condições normais são acrescido ao trecho, a distância básica de 0,65% sobre o comprimento como fatores de segurança. E finalmente no caso de pista molhada, e/ou escorregadia adiciona-se ainda uma somatória dessas distâncias de 15%. Tornando-se como exemplo a aeronave F-100 tem-se que 850 metros de pouso para uma parada da aeronave sem o uso do reverso no caso de situação normal dentro de proa, etc., sem... Isso na verdade é isso que significa. Havendo pista seca e aplicado o fator de segurança, são utilizados 1.426 metros de pista e no caso de pista molhada, e escorregadia, 1.639 metros considerado o acréscimo de 15%. No caso do Boeing 737-700 as distâncias são as seguintes. 911 metros, pista normal, 1.518 pista normal com fator de segurança, 1.745 parada com pista molhada e escorregadia e já para o Boeing 737-800 de acordo com o estudo apresentado pelo agravante, *distance data*, 944 metros parada normal, 574 metros para parada com segurança e 1.810 para parada com pista molhada e escorregadia. Portanto, fica demonstrado pela agravante que mesmo no caso das aeronaves indicadas na decisão monocrática de primeiro grau pelo menos 996 metros de pista principal ficam assegurados para um pouso de emergências ou em condições desfavoráveis desde que se-

jam observados os pesos e padrões indicados pela recorrente. Desta forma, aceito como suficientes as informações prestadas pela agravante com base nos dados técnicos por ela fornecidos e complementados às folhas 190 e 197 esclareço que ficam mantidas as medidas de segurança já implantadas pela agravante bem como a vedação da ampliação do horário de funcionamento do Aeroporto Internacional após as 23 horas. E assim autorizo o pouso no aludido aeroporto pelas aeronaves Boeing 730-700, Boeing 730-800, desde que seja observado o peso máximo do equipamento indicado pela recorrente às folhas, folhas 268, 270 que está dentro daqueles documentos por ela me apresentado, apresentados, cabendo salientar que a agravante é cível e criminalmente responsável pelas informações prestadas bem como pelo cumprimento dessa decisão. Etc., etc., etc. Assinei isso em 22 de fevereiro de 2007, às 21h40.

Em seguida essa ação na verdade hoje encontra-se extinta, tendo em vista o fato de que quando do início da reforma das pistas o Ministério Público, de um lado a ANAC e a INFRAERO de outro fizeram, assinaram termo de acordo de compromisso a fim de que fossem cumpridas as normas para sossego, tranquilidade dos moradores e dos passageiros. Mais tarde, quando do acontecimento dessa tragédia, desse acidente, em um depoimento da Dr^a. Denise Abreu, eu fico sabendo que esse documento que ela havia me entregue seria... Não teria validade nenhuma, uma vez que não tinha sido implantado. Essa é a situação, um breve resumo do acontecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Agradeço a Desembargadora Cecília Maria Piedra Marcondes pela relevante contribuição que traz à CPI e concedo a palavra ao Relator para conduzir a oitiva.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Sr^a. Desembargadora, Sr^a. Procuradora da República, Sr. Promotor de Justiça, Sr. Delegado de Polícia, gostaria de permitir, de pedir permissão a V.Ex^a., Sr. Presidente, a fim de que começasse a inquirição pela Dr^a. Fernanda, uma vez que esse caso ele é, digamos, ele precede ao acidente, começa lá, depois nós poderíamos ouvir a nossa Desembargadora e em seguida o Delegado de Polícia e o Promotor de Justiça.

Perguntaria à Dr^a. Fernanda. Quando foi proposta a Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal em São Paulo requerendo a interrupção das atividades do aeroporto de Congonhas em São Paulo, no processo nº. 20076100001691. A medida judicial foi precedida de algum procedimento administrativo, tal como inquérito civil público em que o Ministério Público Federal tenha

constatado a existência de risco nas operações daquele aeroporto? Quais os fundamentos utilizados pelo Ministério Público para embasar o seu pedido?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Pois não. A ação foi proposta dia 24 com janeiro de 2007 pedindo a interdição da pista. Não chegou a ser instaurado inquérito civil público. Era um procedimento administrativo. Na verdade não houve tempo. Porque esse procedimento administrativo teve início com uma representação em outubro de 2006, tendo em vista a derrapagem de um avião no dia 6 de outubro. Uma semana...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – V.Ex^a. se lembra quem representou?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Foi a Procuradora Regional da República, Dr. Luísa Cristina. Ela pegou a notícia da derrapagem e representou. Foi distribuído a mim, e eu convidei o Dr. Márcio Araújo para trabalhar comigo, porque era um caso complicado, e nós oficiamos à INFRAERO e à ANAC para que informassem as razões da derrapagem, o que estava acontecendo. As informações prestadas foram idênticas no sentido de que a pista precisava de reforma. Indicaram todas as especificações técnicas do que precisava ser feito na pista, que era uma conformação geométrica, nova capa asfáltica, mas indicaram que naquele momento não... estavam fazendo uma reforminha de emergência, tirando, desembrachando as cabeceiras das pistas até que se chegasse o momento que eles consideravam oportuno para fazer essa reforma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Então tanto a ANAC quanto a INFRAERO reconheceram que a pista era inadequada.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Exatamente. O fundamento da nossa ação é baseado nas informações das rés. As duas prestaram as mesmas informações de que era necessária a reforma. Posteriormente, chegou a nosso conhecimento que existisse laudo do IPT de São Paulo, que é ligado à Escola Politécnica da USP de outubro de 2004 já constatando a necessidade da reforma. Até aquele momento nós achávamos, eu também e a Dr^a. Suzana que a pista principal já estava incluída no processo licitatório de 2004. E ficamos muito surpresas de saber que justamente a pista principal do aeroporto não estava incluída no processo licitatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Ou seja, preferiram fazer o a reforma do terminal, a ampliação do terminal, o local de desembarque, embarque de passageiros, comprar novos... Aquelas pontes, os fingers, e também refazer

o estacionamento completo. Embora tivesse um laudo do IPT desde 2004 que a pista tinha que ser refeita.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Exato. Bem, eu solicitei à Dr^a. Suzana posteriormente até que pedisse esclarecimentos se a pista principal estaria dentro da licitação e a INFRAERO informou que eles não sabiam quando foi feita a licitação do restante do aeroporto. Eles não tinham esse laudo. Que o laudo do IPT só teria chegado depois do edital de licitação.

Bem, enfim, tudo isso vai ser apurado. De qualquer forma, desde outubro de 2004 que tinha conhecimento dessa necessidade e nada foi feito. Até imagina, até 2007. Nós temos aqui uma informação também do Brigadeiro Pereira da INFRAERO de que teria sido iniciado um procedimento licitatório para a pista principal em abril de 2006. Mas, segundo consta da informação, vou dar cópia para os senhores, eles teriam solicitado à ANAC que expedisse um NOTAN, que é uma interdição da pista ali no período de julho a... julho, agosto e setembro do ano passado. Mas a informação, segundo o que ele escreveu, é que a ANAC teria dito que não era o momento oportuno para se fazer essa interdição. Só que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, a própria INFRAERO teria no ano passado pedido a interdição da pista à ANAC.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Exato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E a ANAC se recusou a fazer.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Então, segundo consta da do Brigadeiro Pereira a ANAC teria dito que não era o momento oportuno para se fazer essa interdição. Agosto de 2006. Não sabemos ainda as razões e isso está sendo objeto de apuração pela Dr^a. Suzana. Por que é que essa pista demorou tanto para ser reformada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E nas informações nesse documento do Brigadeiro Pereira, já fica claro ali quais são as razões pelos quais a INFRAERO sugere a interdição? Pede a interdição? Justamente por esses defeitos, pelo laudo do IPT?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Eu poderia... é, eles já tinham esse conhecimento. Eles sabiam da necessidade. Inclusive porque em março de 2006 houve uma derrapagem com o jato da BRA. Então, eles tinham esse conhecimento de que era necessário fazer a interdição e a reforma da pista.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.Ex^a. pediu uma perícia para embasar o seu pedido? Foi feito com as informações...

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Não. Somente com as informações. Na verdade nós nunca questionamos a questão técnica. Porque eram os órgãos competentes para essa questão. Nós simplesmente questionamos se tinham conhecimento da necessidade da reforma. E começaram a ocorrer incidentes seguidamente de derrapagem, alguma coisa tinha que ser feita. Eles estavam demorando muito. Ainda mais com o tráfego aéreo tão intenso quanto era o aeroporto de Congonhas. O maior movimento do País. Nós chegamos a ouvir também o diretor de segurança do sindicato dos aeroviários, dos pilotos, que nos externou muita preocupação. Ele nos disse que em outubro, quando começaram essas derrapagens, que os próprios controladores de Congonhas passaram a fechar a pista em condição de chuva para procurar evitar essas derrapagens. Mas aí nós constatamos que os órgãos envolvidos só teriam adotado essa medida a partir do dia 28 de dezembro, sendo que as derrapagens se iniciaram, tirando o jato da BRA que foi em março de 2006, começaram em outubro, 6 de outubro e seguido de logo outras derrapagens noticiadas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós obtivemos uma informação aqui também, Dr^a. Fernanda, que em seguida os controladores também foram impedidos de fechar. Ou seja, eles passaram a se reportar à direção do aeroporto e só após um “ok” da direção do aeroporto é que havia a interdição. V.Ex^a. confirma essa informação? Ou seja, primeiro os controladores tinham autonomia para fazer, fechar. Constatava. Olha, está escorregadia a pista, não dá para descer. Fechou. Depois passaram... Não, vocês não têm mais autonomia para fazer isso. Agora só com a aquiescência da direção. E aí se levava um grande tempo e às vezes até não se cumpria o que havia sido solicitado pelos controladores. V.Ex^a. tem essa informação?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – O que eu tenho aqui são ofícios da Superintendência de Infra-Estrutura Aeroportuária dizendo uma hora que isso a partir do dia 20 de dezembro, de que a iniciativa de pedir a interdição da pista para a medicação da lâmina de água num ofício ele diz que seria da própria Superintendência de Infra-Estrutura da ANAC, e no outro ele diz que deveria ser da administração aeroportuária local. Eu não havia feito essa ligação que o senhor, V.Ex^a. disse agora. Que na verdade eles impediram os controladores de fazer isso imediatamente. Mas existem esses documentos aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Senador Demóstenes, de quem o ofício? Ofício de quem para quem aí?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – É do Superintendente de Infra-Estrutura Aeroportuária, é o Sr. Luiz Myiada, ele informando... Na verdade é um ofício do... Então, do Sr. Luiz Myiada para o Superintendente do Aeroporto de São Paulo, Congonhas, Sr. Willer Larry Furtado, de 20 de dezembro, dizendo assim: “Nesse contexto considerando as atuais características físicas da pista em comendo, essa superintendência está coordenando com o Subdepartamento de Operações do DECEA o envolvimento do serviço regional de proteção ao voo de São Paulo cabendo a essa superintendência sempre que ocorrer chuvas torrenciais a iniciativa de solicitar ao órgão de controle de tráfego aéreo de Congonhas a suspensão temporária das operações de pouso e decolagem na citada pista para a execução dos procedimentos de medição da sua lâmina de água”.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, se confirma então que eles é que passaram a determinar os controladores que suspendessem. Ou seja, havia um comunicado, os controladores perderam autonomia para fazer o fechamento das pistas. “Essa superintendência comunicará o serviço de controle para interdição a fim de medir”.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Sim. Caberá à superintendência a iniciativa de solicitar. E nesse outro aqui... Essa informação ficou contraditória pra mim porque na mesma data 20 de dezembro o mesmo Superintendente encaminha ao Sr. Brigadeiro-do-Ar, Ricardo da Silva Servan, chefe do DECEA. Subdepartamento de Operações do DECEA, ele diz assim: “Considerando as atuais características da pista em comento esse procedimento é recomendado sempre que ocorrer chuvas torrenciais, cabendo à administração aeroportuária local a iniciativa de solicitar ao órgão de controle de tráfego aéreo de Congonhas a suspensão temporária das operações de pouso e decolagem na citada pista para a execução dos procedimentos de medição da sua lâmina de água”. Então de fato não havia muita definição, pelo menos pra mim, de quem deveria tomar essa iniciativa.

Depois, em documento do dia 24 de janeiro, eles estabeleceram um procedimento que aí sim seria a torre de controle. Parece que teria que tomar essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Me permita só colaborar porque nós quando tratávamos ainda do acidente com o avião da GOL, a discussão que ficava é que a torre, os controladores em si, tinham uma responsabilidade do espaço aéreo em

si. Em solo seria a INFRAERO. E eu até aproveitaria para perguntar: E o CENIPA? Não teria? Que prevenção de acidente também uma responsabilidade direta? Porque ele nunca aparece nesse meio de debate sobre o risco eminente e risco de acidente assim?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em relação ao CENIPA, até tive a oportunidade de ir ao CENIPA e conversar, o CENIPA, fui informado do seguinte. Que dentro da ANAC foi criado também, até o Brigadeiro Veloso, esse Departamento de Prevenção e tudo mais. E que o CENIPA freqüentemente mandava correspondências e que essas correspondências não eram nem respondidas. Quer dizer, nesse documento, por exemplo, que depois nós vamos ter oportunidade de discutir, em que a magistrada se utilizou dele também para dar a sua decisão, consta lá que a ANAC não sei o que lá... CENIPA. E o CENIPA os representantes falaram: O CENIPA jamais opinou sobre isso. Quer dizer, além de tudo utilizaram o nome do CENIPA indevidamente. É como disse V.Ex^a., o CENIPA que era o órgão encarregado de fazer o prevenção de acidentes, por uma desarticulação do setor estava completamente fora disso. E o nome sendo utilizado. Tanto é que esse ano nós já batemos os recordes de acidentes. São 61 acidentes até agora. Com a previsão de proporcionalmente chegarmos a 85, voltarmos ao patamar de 1994. Quer dizer, nós estamos realmente vivendo o pior momento da aviação no Brasil. Ano passado o maior número de acidentes fatais, esse ano já batemos o recorde novamente. Quer dizer, é uma situação em que é mais do que agora a vontade de buscar os responsáveis é a vontade de arrumar. Quer dizer, claro que nós vamos buscar os responsáveis. Mas se nós conseguirmos contribuir para resolver esse problema seria um ganho para todos.

Perguntaria a V.Ex^a.: Foi constatado pelo Ministério Público Federal excesso de pousos e decolagens no aeroporto de Congonhas? Naquele momento?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Não. Nós não apuramos isso. As informações que... Nós não fomos investigar essa questão de excesso de tráfego aéreo. Nós tínhamos conhecimento de que o aeroporto de Congonhas estava com um volume de tráfego acima do recomendado pela ICAL. Nós apuramos isso, temos um documento da ICAL, já antigo aqui, que eu juntei de 95, mas que vinha crescendo, e tal, não saberia indicar onde. Mas nós tínhamos essa informação de que o aeroporto era... Tinha maior movimentação do Brasil. E isso era preocupante porque nós podemos constatar pelos fatos que estavam acontecendo que as interrupções de operação no aeroporto quando na ocorrência de chuvas

afetavam a malha aérea do País todo. Esse era outro aspecto que nós abordamos na ação que era a questão do consumidor, dos passageiros. Porque mesmo se fosse seguido corretamente esse procedimento de interromper as operações sempre que houvesse chuva, isso implicava no caos que os passageiros tinham, porque não se sabia mais horário de decolagem, horário de pouso, local de pouso. Então esse foi outro aspecto que nós abordamos também. E entendemos que caso houvesse, pelo menos uma diminuição do tráfego aéreo, esse impacto seria menor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.Ex^a.: Foi constatado ainda alto risco de derrapagem, aquaplanagem e acidentes devido a falha no sistema de escoamento de água na pista principal do aeroporto de Congonhas?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Então, quem nos deu essa informação foram justamente a ANAC e a INFRAERO que disseram para nós nas respostas que as causas das derrapagens eram devidas a falta de escoamento. E, portanto, formação de lâmina d'água. E que para que isso fosse solucionado era necessária a reforma. A reforma total da pista, inclusive com formação geométrica, pelo que eu fiquei entendendo que a própria conformação da pista tinha que ter um formato que a própria pista escoasse a água. A pista em si. E haveria depois o *grooving* que seria um adicional de segurança para permitir um melhor escoamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essas medidas de monitoramento de lâmina d'água com inspeções e suspensão das operações com chuva forte, bem como a reforma da pista principal, essas medidas seriam suficientes para garantir a segurança das operações de Congonhas?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – A suspensão das...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A suspensão com chuva forte, a medição de lâmina d'água, as inspeções... A senhora considera que isso seria suficiente?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Nós consideramos que não foi suficiente justamente essa foi a razão porque ajuizamos a ação. Porque apesar de terem nos informado que essas medidas estavam sendo tomadas, houve mais uma derrapagem no dia 17 de janeiro, com o avião da VARIG, e nós consideramos que ela era uma medida absolutamente precária, porque era interdito a pista do aeroporto, uma pessoa da INFRAERO ia até o meio da pista e media com uma régua, se a lâmina d'água tinha três milímetros ou não. Nós consideramos que naquele momento, naquela situação de caos aéreo

que vivia o País, esta pessoa estava sujeito a todo tipo de pressão justamente por ser Congonhas o principal aeroporto do País com tantos vôos querendo chegar e pessoas querendo decolar, essa pessoa estaria sujeita a pressão para que liberasse logo a pista. Então nós consideramos que era precária essa forma de prevenção. Por isso que ajuizamos a ação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não houve perícia para constatar adequação ou não da pista do aeroporto de Congonhas para pouso e decolagens de aeronaves do porte do Airbus A-320, inclusive em dias de chuva. Correto?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Correto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas presumia-se que pela informação dada a pista não tinha condição de receber essas aeronaves do porte do A-320. Tanto é que o pedido era de interdição geral. Não é isso?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – O pedido era de interdição total. Na verdade nós não entramos nessa questão das aeronaves. Nós tínhamos uma notícia do diretor de segurança de vôo do sindicato, de que essas aeronaves maiores ofereciam risco. Mas nós pedimos, chegamos a pedir informação, mas não foram... As informações da INFRAERO e da ANAC não foram muito esclarecedoras a esse respeito.

Então, nós não entramos nesse aspecto técnico. Nós pedimos a interdição total e a reforma porque isso solucionaria. E nós entendemos que ficar postergando o aeroporto em funcionamento naquela condição oferecia risco aos passageiros, aos usuários, inclusive aos moradores do entorno e tudo, as pessoas que passassem por ali, e também trazia transtornos aos consumidores, o direito dos consumidores nesse momento estavam totalmente ignorados. O Juiz de 1ª Instância é que entrou nessa questão das aeronaves. Antes de ele dar a liminar, ele solicitou a ANAC e a INFRAERO que informassem essas características de peso, tamanho, necessidade de pista para pouso em pista seca, em pista molhada, e com base também nas informações que ele recebeu é que ele fez um juízo lá e resolveu interditar essas aeronaves.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então houve uma decisão parcialmente favorável ao Ministério Público Federal no primeiro grau?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Na verdade o que aconteceu foi assim, ele indeferiu a nossa liminar, e no poder geral de cautela, ele reconhecendo a existência do risco, ele tentou minimizar esse risco interditando essas

aeronaves que a partir das informações das rés, ele considerou inapropriadas para pousarem ali naquele momento. E também tornou medida judicial a questão da interrupção das operações na ocorrência de chuvas. Porque ele entendeu que nós também achávamos que a simples medida administrativa não estava sendo suficiente. Ou porque não estava sendo cumprida corretamente, ou porque não era ela mesma só suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Doutora, uma indagação que eu já fiz em outra oportunidade gostaria de lhe fazer agora. Nós observamos sempre um ataque de ações ao problema em si, que é o risco, que é a incapacidade da segurança... Eu lhe pergunto: Não seria apropriado se nós pudéssemos, por exemplo, ter uma sentença judicial que obrigasse União, Estado e Município a garantir uma expansão de Congonhas, cem metros por ano, que fosse, para garantir a área de escape, para garantir a segurança plena do voo. Eu olho para Congonhas e o Santos Dumont, e eu fico sempre com essa dúvida. Por que é que nós não construímos essa solução? Já que o Estado é omissor em si, a União é omissa, já que o Estado é omissor e o Município também é omissor, por que é que não há uma sentença judicial que estabeleça. Ou fecha ou cumpra num prazo de dez anos, mas se garanta. Porque eu já vi sentenças judiciais inovadoras, por exemplo, no meu Estado condenando o Estado a fazer uma obra, Senador Demóstenes. Isso eu achei fantástico como saída, como um recurso e gerou uma contribuição social e de vida para as pessoas extraordinária. Então é uma indagação que me permita se não for apropriada para um debate dessa natureza, mas que possa ser levado em conta.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Não... que isso, Senador. É que essa situação implica na intromissão do...

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Dos poderes.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Não necessariamente. O Ministério Público e o Judiciário podem pedir, determinar a implementação de políticas públicas. Isso é uma questão de política pública. Mas para que isso aconteça, na verdade é uma questão muito complexa. Às vezes é até difícil deixar ali ao arbítrio de uma pessoa do Poder Judiciário decidir isso. Precisa de um estudo muito grande. É uma questão política, mesmo.

Então, quando o Ministério Público pede que seja feita uma obra, tem que ter plena convicção de que aquela é a melhor solução, como fazer, e isso demanda um estudo anterior, um tempo maior para isso. Pode

até ser pensado, mas o ideal é que os próprios poderes conseguissem se organizar, os órgãos envolvidos e fossem nessa direção.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem sabe agora o Ministro Jobim faz esse plano aeroviário, aeroportuário, aeronáutico... Exatamente.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Precisa de um planejamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. O CONAC, a obrigação do CONAC é fazer. Mas não faz, como diz o Senador Tião Viana.

Eu pergunto a V.Ex.^a, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região reformou essa decisão, cassou a decisão? O que foi feito?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – O que aconteceu no primeiro momento em sede de plantão, o Desembargador de plantão cassou a liminar que o Juiz deu interditando aquelas aeronaves, mas depois o processo foi distribuído à Relatora, que é a Desembargadora aqui presente, e ela reformulou essa decisão determinando que as rés informassem as especificidades de pouso. De peso e necessidade... de peso e necessidade de distância da pista para que essas aeronaves pousassem ali. O Juiz de Primeiro Grau interditou, proibiu as operações dessas aeronaves. Em qualquer situação. E a Desembargadora entendeu que essas aeronaves poderiam pousar caso estivessem com o peso dentro da tabela que as rés deveriam informar. É isso.

Então, a ANAC deveria fiscalizar se aquelas aeronaves ditas aí estariam com o peso acima dessa tabela permitida. Se estivessem com o peso acima, não poderia pousar em Congonhas. Mas se tivesse com o peso dentro da tabela, de forma que a frenagem, a distância da pista fosse suficiente para que o avião parasse, então elas poderiam pousar. Isso que foi discutido. Aí depois disso a Desembargadora determinou que a ANAC informasse essa tabela. Qual o peso que essas aeronaves deveriam ter para pousar em Congonhas naquela situação? E a partir dessa discussão é que surgiu a questão do documento. Porque eles apresentaram uma tabela... Essas questões técnicas são muito complicadas. Foi apresentada uma tabela com uma forma de cálculo ao Juiz de Primeiro Grau. Depois para Desembargadora foi apresentada uma tabela com outra forma de cálculo. Eu não posso fazer juízo sobre isso, mas num primeiro momento não foi... a Desembargadora entendeu que as informações prestadas não eram suficientes, e pediu mais informações. Nesse momento que foi apresentada essa instrução suplementar que era especificamente para

a pista molhada. E aí a partir dessa documentação, não foi apresentado só esse documento, aliás, nesse documento que trazia recomendações de operação para pista molhada trazia também informações sobre como deveria ser feito esse cálculo de peso e distância. E depois disso é que a Desembargadora determinou então que ela autorizava o pouso desde que essas aeronaves estivessem dentro desse peso dito pelas próprias rés. A INFRAERO também apresentou informações técnicas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A primeira Ação Civil Pública proposta em janeiro foi extinta por um termo de ajustamento de conduta assinado entre o Ministério Público Federal, a INFRAERO e a ANAC. Quais as condições impostas à INFRAERO e à ANAC no termo de ajustamento de conduta? E essas condições impostas foram cumpridas?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBEMBLATT – Esse termo de ajustamento de conduta foi feito no momento em que na verdade não havia a interdição, não havia o que nós queríamos, e nós não sabíamos se a reforma iria ser feita ou não. Porque essa reforma já teria Estado no cronograma de 2006, foi adiada, naquele momento havia um cronograma para a reforma, mas na verdade a INFRAERO não sabia como seria feito. Porque não havia a licitação. Então não sabia se haveria dispensa de licitação, se seria feito um aditivo. Então nós achamos, entendemos ali naquele momento que esse termo de ajustamento de conduta ia garantir que a reforma fosse feita naquele momento. E aproveitamos também para regular direitos dos consumidores durante a reforma. E dos moradores do entorno.

Então, foram... Foram feitas várias determinações que acordamos que se soubesse antes, enquanto o passageiro ainda estivesse dentro da aeronave antes de decolar se a empresa já... Só que as empresas não participaram desse termo de ajuste de conduta.

Então, na verdade o que ficou foi a obrigação da ANAC recomendar as empresas que avisassem os passageiros de qual seria o destino, porque se já soubessem de antemão que o avião não poderia pousar em Congonhas, então já informassem os passageiros mesmo dentro da aeronave de que eles pousariam em Guarulhos, por exemplo. Foi feito um ajuste para que a ANAC fizesse recomendações às empresas para que, por exemplo, as empresas pudessem disponibilizar meio de transporte aos passageiros que chegassem a outro aeroporto que não o previsto.

Então, isso e também a questão do horário de funcionamento do aeroporto. Porque durante esse período aí de janeiro e fevereiro em que havia chuvas, in-

terrompiam o funcionamento do aeroporto, para cumprir a malha aérea, o funcionamento do aeroporto entrava madrugada adentro. Sem qualquer respeito aos moradores do entorno do aeroporto. E mesmo durante a reforma da pista auxiliar também. Sempre havia prorrogações do funcionamento do aeroporto.

Então, ficou ajustado que teria que ser obedecido um horário. O último... O aeroporto funcionaria até meia-noite. Então, depois desse horário os pilotos já sabiam, os passageiros inclusive já sabiam que os aviões seriam redirecionados para outro aeroporto. Ou Guarulhos ou Viracopos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E essas condições foram cumpridas.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBEMBLATT – As condições referentes a horário, foram cumpridas. As condições referentes aos direitos dos consumidores, inclusive havia obrigações para a INFRAERO também de disponibilizar no site os responsáveis pela obra, uma série de informações, cronograma da obra, deveria ser exposto também no aeroporto. Essa parte do consumidor estava a cargo do Dr. Alexandre Gavronski. E ele estava acompanhando. Na verdade eu não posso afirmar com toda certeza que foram estritamente cumpridas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Relator, desculpa interromper aqui, é que eu vim mais por causa dessa aflição que eu estou sentindo em razão a esse problema de pista de Congonhas. Que eu moro lá, sinto muito, peço licença e desculpa a V.Ex^a., mas a gente ouve muito em reforma da pista de repente estar reformando outra vez. E que teria havido uma falta, uma intervenção de pessoas responsáveis que deixaram de fazer a medição porque não estavam de acordo com a reforma que tenha sido feita. E agora parece que estão reformando de novo. Então estou um pouquinho assustado que uma pista tenha três, quatro reformas em seguida e não está dando, pelo menos a tranquilidade aos que usam o aeroporto de Congonhas. Eu ia mesmo fazer um Requerimento a V.Ex^a., se concordasse, que aqui viesse o responsável e mais a empreiteira que tem feito as reformas para esclarecer claramente o que vem acontecendo com as pistas de São Paulo.

Eu peço desculpas ao senhor, aproveitando que ela está fazendo uma bela explicação de todos os detalhes porque eu fico... Eu conheço Congonhas, sou apaixonado, moro vizinho. Toda vez dizem assim “estão reformando”. A gente faz uma reforminha em casa e fica dez anos sem mexer. Então, reforma a pista, de repente tem que reformar outra vez, de repente tem que fazer aqueles vergalhões... Então tem alguma

coisa esquisita por trás disso. Eu peço até desculpa, mas acho que a empreiteira teria que estar aqui, o responsável, e mais o responsável do aeroporto que cuidou dessa parte que V.S.^a falou sobre isso. Obrigada e desculpa, Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Bem colocado. Pode responder.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Concorde. Entendo que ele tem razão. Essa questão da reforma da pista não foi esclarecida ainda. E é questão que nós queríamos justamente dessa segunda ação que pedimos a interdição que e que fosse atestado por alguém competente e dissesse que a pista está em condição de segurança. Porque nesse momento continua sendo interrompidas as operações quando chove.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Uma coisa profunda e não tem um projeto definitivo. Um fala que vai fazer um escape, outro não tem escape, ou tem um (ininteligível) que vai afundar. Quer dizer, não tem um projeto claro para dizer: nós vamos fazer isso e vai custar tanto. Então cada dia vão aumentando as despesas de responsabilidade do Estado.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Só uma dúvida que de fato me ficou é que precisa ser apurado se essa reforma foi feita de acordo com o projeto e se foi bem feita. Porque bem isso, não é só recapear a pista. Tinha que ter havido essa reconformação geométrica para que a própria pista desse o escoamento. Mesmo sem esse *grooving*, que pelo menos todos os técnicos afirmaram que era uma questão adicional. A própria pista já tem que ter essa conformação. Porque inclusive um receio que eu tenho é que seja feito tudo isso, *grooving*, e que continue havendo formação de lâmina d'água. Então, de fato isso tem que ser visto.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Se o senhor concordar eu faço o Requerimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pronto, com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Até com o apoio, acho que da ilustre magistrada aí... Obrigado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.Ex.^a, logo após o acidente com o Airbus da TAM no aeroporto de Congonhas, o Ministério Público ajuizou outra ação. Quais os fundamentos fatos jurídicos utilizados pelo Ministério Público para o pedido de suspensão das atividades do aeroporto de Congonhas, com a interrupção de todas as operações de pouso e decolagem na pista principal e auxiliar nos autos de uma ação proposta no dia 18 de julho de 2007.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Exatamente. Esse acidente terrível que nos causou comoção nacional, nós... baseados no princípio da precaução pedimos a interrupção de todas as operações inclusive na pista auxiliar dessa vez porque também havia sofrido uma reforma. Na verdade, nós pusemos em dúvida as reformas que foram feitas. Nós queremos ainda, porque a ação está em andamento, que haja uma conclusão técnica pericial de órgãos competentes dizendo que o aeroporto oferece segurança e que inclusive se for o caso diga para quais aeronaves oferece segurança dependendo dessas condições de peso ou não, modelos de aeronaves...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então o Ministério Público Federal considerou a situação gravíssima. Porque para interromper Congonhas são 20 milhões de passageiros, o aeroporto de maior, digamos, tráfego aéreo, maior número de passageiros e isso quer dizer uma situação que em tese agravaria o caos aéreo. Mas beneficiaria a segurança. O Ministério Público nem cogitou de tomar uma medida menos drástica. Essa era a medida adequada, a interrupção. E essa ação ainda continua na justiça.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Continua.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi feita a liminar?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Foi pedido a liminar. A liminar não foi deferida porque o Juiz de Primeiro Grau entendeu que havia perícias em andamento da Polícia Federal, do CENIPA que poderiam trazer conclusões. Mas na verdade nós não pedimos nem as causas do acidente. Nós queremos algum atestado de segurança, um certificado de segurança que dissesse: esse aeroporto tem segurança para operar. Porque gerou inclusive dúvida na população toda de se há segurança ou não nesse aeroporto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Ministério Público Federal entende que há uma responsabilidade ainda que indireta da ANAC e da INFRAERO nesse caos, nesse acidente e em outros? Qual a posição do Ministério Público em relação a isso?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Senador, nós estamos com as investigações apurando, no caos aéreo, o senhor diz, no total do caos aéreo, isso está sendo objeto de apuração. Tanto na área criminal para apurar responsabilidades quanto na área cível. Essa representação que nós fizemos é especificamente sobre o fato que aconteceu do documento, mas que também se desdobra em pro-

curar esclarecer as responsabilidades do caos aéreo. Porque parece ter havido uma omissão dos órgãos responsáveis. Então, temos que identificar quem são os responsáveis.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Um estudo do IPEA, recente, mostra que desde o final do ano 2000 as companhias aéreas têm concentrado seus vôos regulares nos 15 maiores aeroportos brasileiros em detrimentos dos de pequeno e médio porte. Os aeroportos de Congonhas e de Brasília respondem por quase 25% do total da nossa demanda. A tendência de concentração dos vôos em grandes aeronaves conforme o IPEA pode ser decorrência da busca de maior eficiência econômica por parte das companhias em um mercado livre. A ANAC não deveria impor limite aos excessos desse modelo econômico?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Então, é a função da agência reguladora. O que nós podemos constatar quando se afigurou o problema é que Congonhas é um aeroporto antigo e pequeno encravado no centro da cidade. Então entendemos que o uso desse aeroporto é que precisa ser rediscutido pelos órgãos competentes. Me causou muito espanto quando eu me apercebi que era o principal aeroporto do País um aeroporto considerado crítico. Uma pista curta, numa altitude grande, circundado por avenidas. Achei muito preocupante essa situação e é uma questão que me parece que já está sendo repensada pelo Ministério da Defesa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A aeronave Airbus da TAM que se acidentou em Congonhas estava com um dos reversos inoperante. A ANAC apresentou ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região em recurso a norma ISRBHA 121-189 de 31 de janeiro de 2007 que trazia a seguinte determinação. 5) Pista molhada: Recomendação operacionais. 5.2) Engenharia de operações. A engenharia de operações do operador deve preparar a MEL, Minimum Equipment List, Lista de Equipamentos Mínimos, do operador apresentando a restrição para operação em pista molhada com ants-kid(F) e/ou com reverso inoperante.

Então veja bem: A engenharia de operações do operador deve preparar aquela lista mínima e dizer que está com um reverso inoperante. 5.5) Orientações para os tripulantes: Quando o aeroporto de pouso estiver com pista molhada, a tripulação deve após o toque confirmar a abertura dos grandes spoilers e usar o máximo reverso assim que possível. Reduzir o reverso para mínimo a baixa velocidade, mas só interromper a frenagem quando atingir a velocidade de táxi. Se a norma acima tivesse sido seguida, a aeronave aciden-

tada não poderia ter pousado no aeroporto de Congonhas, evitando-se assim o acidente. A ANAC informou a essa CPI através de sua diretora Denise Abreu que essa norma não estava em vigor. Não tendo sido impostas empresas aéreas consistindo em um estudo que poderia vir a ser implantado. Em nota oficial datada de 31 de janeiro desse ano publicada em seu site na internet, a ANAC divulgou o conteúdo dessa norma e disse textualmente, 'ela estava em vigor desde 25 de janeiro de 2007', e posteriormente apresentou ao Poder Judiciário. E lá mantido esse conteúdo até o início desse mês de agosto quando então foi retirado.

Questiona-se, ou pergunto a V.Ex^a. Tal norma foi apresentada pela ANAC em juízo?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Foi apresentada em juízo. Está juntada aos autos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – De alguma forma essa norma influenciou a decisão da Tribunal Regional Federal da 3ª Região na decisão de não interditar o aeroporto de Congonhas e de liberar pousos e decolagens de todas as aeronaves?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Então, eu acho que até quem poderia responder com toda a propriedade seria a Desembargadora, mas no meu entendimento essa norma foi determinante, sim, porque... primeiro que a decisão faz menção expressa às folhas que contém a norma. E ela é exatamente para pista molhada. Ela diz aqui: Finalidade. "Essa ISRBHA tem por finalidade a apresentação de instruções para despacho e operação de aeronaves a jato em pista molhada". Então mesmo que não entrasse em consideração técnicas, só a finalidade da norma já demonstra que o órgão que a apresentou...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Essa norma estava em vigor?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Isso nós queremos apurar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Relator, depois que acabar, eu queria... só uma dúvida nesse sentido.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Pois não, fique à vontade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu recebi uma dúvida que todos nós Senadores sempre recebemos quando tem alguma audiência desse tipo. Mas uma me deixou, claro que a gente sempre lê, mas uma me deixou um pouco curioso e eu gostaria de saber da Exm^a. Procuradora se é verdade. É verdade que na ação de V.Ex^a. o recurso no caso era para simplesmente proibir de pousar o

Fokker 100, o 737-800 e o 737-700 onde o Airbus 320 estava fora dessa ação ou não? A informação que eu tenho é que essas aeronaves que na ação foi pedido ao Juiz para não pousar. No entanto o acidente foi com o Airbus 320. O que eu queria saber se na sua ação tinha o Airbus 320 ou não. Porque inclusive na análise do recurso a Desembargadora não tinha A-320 para poder proibir de pousar, na análise, digamos assim. Se não estava no processo principal. Essa é a dúvida que eu tenho só para esclarecimento.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Posso esclarecer. A nossa ação nós não fazemos referência a nenhum tipo de aeronave. Nós queríamos a interdição total da pista principal. Para nenhuma aeronave. O Juiz de Primeiro Grau indeferiu nosso pedido liminarmente e com base no poder geral de cautela e nas informações prestadas pelas rés ele fez essa definição de quais aeronaves ele interditaria. A partir daí a ANAC, INFRAERO recorreram dessa decisão querendo esclarecer à magistrada que essas aeronaves tinham condições de pousar naquela pista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só uma dúvida, desculpe Relator. A dúvida, quer dizer o seguinte, quando chega o recurso para a mão da Exm^a. Desembargadora, não chega para proibir o voo do pouso A-320. Não tinha na decisão que era pedido o voo do A-320 não tinha nada a ver com V.Ex^a., digamos assim. Só o Relator que está conduzindo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Já respondeu essa pergunta. Mas pode responder novamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Desculpe, isso está muito de Comissões.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por favor.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – A situação era a seguinte. Tendo em vista as informações prestadas pela ANAC, o Juiz obteve uma listagem de remanescente de pista para cada tipo de aeronave. Então isso quer dizer o quê? O 730-300 deixava com pista remanescente 476 metros. Tendo em vista o fato de que aquela aeronave precisaria de uma extensão menor de pista para descer. E isso tudo em decorrência de velocidade, peso e ponto de pouso. O 356, o A-320 era um dos que tinha mais pista remanescente. Ou seja, 447. Porque ele precisava de pista menor para fazer seu pouso. Em razão disso, o Juiz de 1^a Instância proibiu o pouso do 700, 800 e do Fokker 100. Tendo em vista o fato de que todos esses a extensão estava... Representava menos de 388

metros de pista remanescente. Os demais, cujas distâncias eram menores para pouso, o Juiz concedeu a possibilidade de pouso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Deixa eu só tentar traduzir do que eu entendi. O Ministério Público Federal entrou com a medida pedindo a interdição total da pista. Isso no primeiro grau. Aí, o Juiz indeferiu essa medida, mas com o poder geral de cautela dele determinou que essas três aeronaves não poderiam lá descer. E quando houvesse chuva, em determinado nível, a pista seria interditada. Muito bem. O Ministério Público não se conformou com essa decisão e recorreu pedindo a interdição total da pista. Da mesma forma também não se conformou a ANAC e pediu ao Poder Judiciário que levantasse essa proibição inclusive em relação às três aeronaves. Ou seja, existiam dois processos que seriam julgados. E para convencer a ilustre magistrada de que essas aeronaves também poderiam operar apresentou diversos documentos. Entre esses documentos estava essa ISBH 121-189. Exatamente.

Então, com base nessa documentação a magistrada entendeu que era caso de se autorizar o funcionamento porque pelas tabelas apresentadas todas as aeronaves inclusive essa tinha condição de...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Seria uma decisão técnica no entender de V.Ex^a.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Uma informação técnica que foi prestada inclusive por técnicos. Tanto que como eu já havia colocado anteriormente, eu estabeleci, eu fiz constar do voto da minha decisão a pista, a extensão de pista remanescente com base nesses documentos, assim como ainda ressaltei a responsabilidade cível e criminal daqueles que me prestavam as informações e daqueles que deveriam cumpri-la.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu até pergunto à nossa Procuradora, se diante desses indícios o Ministério Público solicitou solicitação ou por fraude processual na conduta dessa apresentação dessa norma em juízo como se estivesse em vigor, negando-se em seguida validade a essa norma? Ou seja, V.Ex^a. solicitou para se apurar o que aconteceu efetivamente?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Sim. Solicitei. Semana passada eu e meu colega Márcio Araújo e também colega Luísa Cristina elaboramos uma representação, que é uma solicitação de investigação para que isso fosse apurado no âmbito criminal e no âmbito cível. Porque a questão não é fazer a ligação entre a decisão que foi

proferida e o acidente que ocorreu. A questão é que foi apresentado um documento em juízo. Se apresentado um documento em juízo por um órgão público, jamais vamos pensar que esse documento não tem validade. E se vem a público agora...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ainda mais que ele estava publicado como todos os outros. No site da ANAC...

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – No site da ANAC, a disposição de todo mundo. Aí vem essa informação de que essa norma não tinha validade, isso é muito grave se for confirmado porque teria sido apresentada uma norma sem validade ao Poder Judiciário para formar convicção e convencimento numa ação judicial. Agora, por outro lado, caso seja apurado que essa norma tinha validade, primeiro que pode...

Bom, daí teria sido feita uma afirmação falsa. Incorreta a esta CPI. E também, que o vai ser apurado é o seguinte: Se essa norma tinha validade, ela deveria estar sendo... Sido observada e fiscalizada pelos órgãos competentes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a possibilidade que nós levantamos aqui, doutora, é a seguinte, essa norma ela foi publicada no dia 31 de janeiro, ela... Lá ela diz que estava em vigor desde o dia 25 de janeiro, houve uma reunião antes tanto é que a GOL fez uma NOTAN dizendo que não se deveria operar em Congonhas com o reverso pinado. Isso é de dezembro. E isso quando nós fizemos aqui a primeira audiência com o Sr. Zuanazzi, ele... E mesmo com o Presidente da TAM, ninguém aqui negou que essa norma estava em vigor. Posteriormente veio essa nova versão. Essa norma não estava em vigor, foi um estudo e tal. Algo que nós levantamos, é uma dúvida que foi-nos posta, é o seguinte. Se a norma não estivesse em vigor, ou melhor, se a norma estivesse em vigor, e a TAM estivesse operando em desacordo com a norma, embora operando em acordo com os manuais, manual é uma norma mínima de operação. Mas a empresa está sujeita às normas da aviação brasileira. Uma aeronave daquele tamanho, daquele porte custa milhões de dólares. Ou seja, a seguradora poderia se recusar a pagar a TAM uma vez que ela estava simplesmente em confronto com as normas estabelecidas no Brasil, e para aquele aeroporto especificamente. Então, geraria um prejuízo tremendo à empresa. E como nós estamos vendo que havia, digamos assim, um favorecimento grande da ANAC às empresas por uma série de motivos, excesso de vôos, o defeito da fiscalização tanto é que nós temos esse ano o maior número de acidentes depois de tantos anos, estamos retroagindo em mais

de uma década a posição de segurança do Brasil, de voar, então talvez fosse o caso de V.Ex^a. verificar se isso também, se essa conotação, se essa dúvida que chegou à CPI se ela pode ter um lastro de verdade ou não. Porque o fato é que é muito estranho.

Essa norma, a validade dela começou a ser negada há pouco. Não existia essa polêmica. Tanto é que todos nós ficamos surpresos a partir daí. No site da ANAC, consta que a norma foi tomada em conjunto com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA, SRPVSP. A INFRAERO e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, CENIPA, e entrou em vigor no dia 5 de janeiro de 2007. Eu estive lá pessoalmente no CENIPA, fui ouvir a caixa-preta, e obtive a informação de que o CENIPA jamais assinou qualquer norma nesse sentido. Ou seja, estavam utilizando o nome do CENIPA que é o Centro de Prevenção, também indevidamente. E que nem estaria obrigado a intervir na doação de medida dessa natureza. A citação inverídica de um órgão de alta respeitabilidade e eficiência na investigação e prevenção de acidentes aéreos, como é o CENIPA na feitura da norma em comento não poderia servir para dar maior credibilidade à mesma? Olha, a norma é tão eficiente que o CENIPA assinou junto. Que é o centro de prevenção. Podendo ainda reforçar a tese de cometimento de crime de falsidade ideológica? Talvez V.Ex^a. pudesse determinar que a oitiva do CENIPA, dos representantes para que eles possam confirmar o que disseram a mim.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – V.Ex^a. está me trazendo novos elementos. Na verdade, a condução agora dessas investigações vai ficar a cargo da Dr^a. Thamea Danelon e da Dr^a. Inês Virgínia. Mas, sem dúvida, eu vou transmitir a ela essas informações e esse receio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O lado de Promotor do Senador ainda continua forte.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O lado de Promotor de V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sou e continuarei. Sou licenciado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Consegue ver tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Doutor, vamos pedir as notas taquigráficas para a senhora ter exatamente o pensamento do Relator.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAUBENBLATT – Boa idéia.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A gente aqui guarda de memória, mas tem que ler lá direitinho.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Obrigada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Doutora, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, divulgou informações de que o Superintendente de Infra-Estrutura da ANAC Luiz Myiada, em e-mail datado de 31 de janeiro de 2007 afirma que por determinação da Dr^a. Denise a última versão da norma ISRBHA 121-189 deveria ser inserido no site da ANAC para dar publicidade. Tem um e-mail dele mandando dar publicidade por determinação da Dr^a. Denise. Para V.Ex^a., esse é indício de que havia firme intenção por parte da ANAC de utilizar-se dessa norma como válida e em vigor?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – É um índice. Nós queremos apurar também qual era exatamente o trâmite de publicidade dessas normas da ANAC. Surgiu a dúvida se ela precisaria ser publicada no Diário Oficial ou não. E isso está em apuração. Mas é um indício de que haveria essa vontade da publicidade. Nós vamos apurar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E há algum indício de que essa norma tenha sido confeccionada especificamente para influenciar na decisão judicial de liberação da pista de Congonhas?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Então, nós não temos nenhum indício. Existe essa linha de investigação, mas não há nada que aponte conclusivamente para isso, por enquanto. Vão ser inquiridas as pessoas responsáveis pela confecção dessa norma para que tentem se identificar. Se isso correu, é mais grave ainda.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Presidente da TAM, já mencionei aqui em depoimento nessa CPI no início do mês, foi perguntado sobre essa norma que todos achávamos que estivesse em vigor e nada mencionou sobre a sua não vigência. O Presidente da ANAC estava presente na Sessão e também não mencionou sobre a não vigência da norma. A resposta que o Presidente da TAM deu para o seu não cumprimento foi em razão da norma facultar à empresa a observância, se preferir, das orientações do fabricante da aeronave. Como o manual da Airbus informa que o reverso é mecanismo de redundância, nada obstaria o pouso da aeronave em pista molhada se estivesse inoperante.

Diante disso, se uma norma da ANAC pode ser preterida em razão de orientação privada de uma empresa

fabricante de aviões, qual o valor da agência como órgão regulador? Não seria o caso de acabar com a ANAC?

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – (risos) Aí eu não posso dizer, Excelência, é preocupante isso que V.Ex^a. acaba de colocar, porque de fato o agente regulador deve ter, no meu entendimento, um peso mais importante.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu agradeço a V.Ex^a.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Obrigada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Se quiser fazer pergunta.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Só pra gente ter um bom entendimento aqui. No início V.Ex^a. se manifestou querendo ouvir a doutora para... é isso?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. É a Desembargadora agora. Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Então com a palavra V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Caso V.Ex^a., o Senador Wellington queiram perguntar, o Senador Tuma a Dr^a. Fernanda...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – V.Ex^a. levantou uma coisa ao final que realmente é uma preocupação como cidadão. Ninguém manda. Uma superposição de decisões que se conflitam. No Ministério da Aeronáutica, os órgãos competentes da Aeronáutica, a ANAC e a INFRAERO, não há um comando que pudesse dirigir a orientação de como funcionar. Cada um baixa uma norma, uma ordem e elas acabam confundindo toda a operacionalidade de dentro dos aeroportos. Não sei, é uma visão de quem está fora. Os senhores que estão acompanhando de perto, não sei se sentem isso. Essa confusão, promiscuidade, não no sentido pejorativo que estou falando, mas uma... Você fez isso, tá bom. Faz aquilo... Não tem uma norma correta que esteja sendo cumprida. Parece que agora o Ministro da Defesa está querendo impor uma... Mas para impor ele tem que tirar gente. Mandar embora. Por quê? A confusão estava generalizada.

Então eu não sei se vocês sentiram isso nessas investigações ou se é uma impressão pessoal por estar sempre dentro de um aeroporto e vendo o que acontece. E a população em razão disso sofreu muito.

SRA. FERNANDA TEIXEIRA SOUZA D. TAU-BEMBLATT – Sem entrar em considerações políticas, porque... O que é possível dizer que foi-nos prestada

informações contraditórias pelos órgãos competentes. Então, mesmo essa questão passo eu li para os senhores, a questão do ofício, de quem seria... Quem teria a competência para pedir a interrupção ou não. Percebe-se que havia um... demorou-se um pouco a ter definição exata de quem fazia o que talvez. Mas na verdade não posso entrar muito nisso porque não tenho o domínio sobre essa questão. Me parece que agora o Ministério da Defesa tem tomado ações para que... tomaram as rédeas da situação.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu realmente vejo essa questão processual. Tem uma frase, Senador Demóstenes, se eu estiver errado, me corrija, só é verdade o que está nos autos. Não é isso que dizem os juristas? Então a Desembargadora tinha que decidir em cima do que estava nos autos. E o que estava nos autos a Desembargadora decidiu corretamente. Então, uma fatalidade aconteceu... Pertence ao mundo. Já me disseram isso.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, só isso. Era o que eu queria declarar aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, realmente tudo o que eu acompanhei as decisões foram tomadas dentro do que estavam nos autos e se houve informação errada nos autos que vá se procurar os responsáveis por isso. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Dr^a. Cecília, antes da vossa decisão, quem despachou com V.Ex^a.? As pessoas da ANAC. E se a Diretora Denise Abreu estava presente.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Naquela data em 22 de fevereiro próximo passado, a ANAC esteve presente a Dr^a. Denise eu fiquei conhecendo a Dr^a. Denise de tanto que ela apareceu na mídia. Porque se não eu nem a conhecia. E guardei o nome dela em relação disso. Mas outra pessoa da ANAC também, cujo nome eu também não me lembro, e dois técnicos além do Advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Exatamente. Todos eles vieram com a intenção de me informar a respeito dos documentos que estavam sendo trazidos, e trazer-me dados, informações, tirar-me as dúvidas necessárias para que eu pudesse analisar o documento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Foi uma longa reunião?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Eu acho que eles devem ter ficado comigo, não me lembro bem, mas talvez uns 20 minutos, 15 minutos, me colocando a par do que se tratava o documento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A senhora poderia também externar aqui uma opinião. Na hora que foi apresentada a tabela, o A-320 estava fora.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A senhora tem alguma explicação?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Tenho. Quando o Juiz da 1^a Instância apreciou a Ação Civil Pública, ele tomou por base todas as aeronaves que desciam no aeroporto de Congonhas e em cima de uma... Com fundamento numa tabela também trazida, se não estou enganada pela ANAC, não tenho essa certeza só. Foi-lhe informado o quanto de pista remanescente restava em cada tipo de aeronave. No caso da A-320, a pista remanescente vinha ser uma distância de 447 metros... Uma das maiores até. E todos aqueles que... Todas as... No caso de extensão menor a 388 metros, foram os modelos de aeronave que o Juiz de 1^a Instância proibiu a descida.

Então, quais eram? Eram o 700, o 737-800, 737-700 e o Fokker 100. Todos eles deixavam uma extensão de pista pequena. Motivo pelo qual foi a decisão de S.Ex^a. em cima desses dados.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Com a palavra V.Ex^a. O Relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Excelência, eu quero... Já que eu não... Sei que inclusive sou membro do Conselho de Ética e julgar é a pior coisa que existe. Passei realmente a admirar mais os Juízes depois que eu vi o quanto é difícil julgar. Mas eu queria uma informação do seguinte. Quando V.Ex^a. analisa o processo, e eu já tenho a minha consciência tranqüila que a decisão foi correta em cima do que tinha nos autos, V.Ex^a. analisa para, desde a 1^a Instância tudo que foi pedido pelo Ministério Público ou V.Ex^a. analisou só com relação aquelas aeronaves que veio já da 1^a Instância proibidas de pousar?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Eu tenho só possibilidade de decidir em cima da decisão que foi proferida na 1^a Instância. Isso porque se trata de um agravo de instrumento e o agravo de instrumento me devolve apenas a matéria que foi objeto de decisão. Aquilo que o Juiz não decidiu eu não posso tomar como base para poder...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se estiver errado V.Ex^a. me corrija. Então quer dizer que naquele momento que V.Ex^a. toma a decisão, V.Ex^a. tomava decisão dizendo o seguinte: Para essas aeronaves que foram proibida a 1ª Instância eu concedo elas voltarem ou não. O A-320 não estava incluído nessa decisão.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Não, não estava.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então eu quero dizer o seguinte. A decisão de V.Ex^a. nada tinha a ver com A-320.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas tinha o recurso do Ministério Público também. (pronunciamento fora do microfone) tudo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim, Senador Demóstenes. Sim. Mas na hora que V.Ex^a. decidiu, como V.Ex^a. bem colocou, só tinha o poder de decidir sobre o que 1ª Instância tinha decidido. O agravo era sobre o que ele tinha decidido. Se o agravo é sobre isso...

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– O agravo da ANAC. Exatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quer dizer o seguinte, era com relação as três aeronaves que estavam proibidas de pousar. O Fokker 100 e os outros. Ou seja, não tinha nada com o A-320. Claro que ao final do julgamento vindo depois da decisão total, não liminarmente, aí sim se julgaria o processo total.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Exato. Da mesma forma que a ANAC não estava contente com a decisão de S.Ex^a. Dr. Ronaldo Carvalho porque ele teria impedido o pouso de determinadas aeronaves, o Ministério Público também não estava contente na medida em que não havia a interdição total da...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas o julgamento de V.Ex^a. era só sobre aquelas aeronaves.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Mas esse daqui é só...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O agravo é só sobre as três aeronaves.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Exatamente neste agravo da ANAC.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Que foi o que V.Ex^a. julgou. Ou seja, o A-320 não tinha nada a ver naquela decisão.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Isso. Não tinha nada a ver...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diga Senador Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Magistrada ela tinha que apreciar em momentos oportunos (ininteligível) agravos. Um primeiro agravo que ela apreciou foi da ANAC. A ANAC estava inconformada com a decisão que restringiu essas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – As três aeronaves.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exato. O magistrado decidiu isso. A do Ministério Público ela não chegou nem a apreciar porque oportunamente teve um termo de ajustamento de conduta que pôs fim à ação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, foi?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É. Justamente. Tanto que determinadas condições, reformas de pista, etc., interdição nessa ou naquelas condições. Então ela chegou a apreciar só um dos agravos. Nesse aí V.Ex^a. tem toda razão. Por quê? Porque o Juiz já tinha derrubado lá embaixo a restrição para outras aeronaves incluindo o A-320. O Ministério Público recorreu da decisão total. Mas a magistrada apreciou primeiro o agravo da ANAC até porque devia já estar preparado.

(falas sobrepostas)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso tem que ficar bem claro, Senador Demóstenes, porque saber qual era o limite da decisão de V.Ex^a. em cima do que estava nos autos. Então foi só sobre essas três aeronaves. O A-320 foi uma fatalidade que aconteceu e aí essa CPI mais os órgãos competentes é que vão decidir o que se tem de realmente descumprimento, documentação errada e tudo. Mas o A-320 não estava em julgamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agora V.Ex^a. verifique: se o A-320 era uma aeronave que precisava de menos pista, com o documento juntado, imagina o risco que correram os passageiros de outras aeronaves. Passageiros e tripulantes. Por quê? Porque a magistrada recebeu um documento que se estava em vigor, a ANAC diz que não estava e tem inclusive a chancela de suposta chancela de órgãos públicos que ao final vieram dizer: Não, nós nunca participamos disso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Esse documento que colocaram

no processo quando de V.Ex^a. ele já veio dentro do processo de 1ª Instância tirando o A-320?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não, não. Tanto é que a decisão foi em janeiro. Se não me engano dia 22 de janeiro. Olha que coincidência. A decisão de 31 de janeiro.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Não, a minha decisão é de dia 26...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não, não. A decisão de primeiro grau. 26 de janeiro. Olha, só. A decisão é de 26 de janeiro. No dia 31 de janeiro a ANAC faz publicar essa norma ISBIRH 121-189 dizendo lá que ela estava em vigor desde o dia 25 de janeiro. E junta no processo, pede uma audiência à magistrada, vai lá com os técnicos para explicar. Não só esse documento, vários outros, mas esse documento incluso. Nesse documento há uma determinação de como as aeronaves devem pousar. Todas as aeronaves. Não só aquelas. E no caso do A-320... No caso da aeronave com o reverso pinado, não pode descer. Por quê? Porque está dizendo claramente na norma que tem que estar com o reverso no máximo, para descer com pista molhada e escorregadia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Demóstenes, eu não estou aqui para defender... ao final esse crime que aconteceu de quem o culpado. Se é o piloto, se é a máquina que estava (ininteligível), que não podia. Não estou aqui para isso. Só quero dizer o seguinte, dentro de um raciocínio lógico que eu estou procurando ter aqui, quando veio para Desembargadora da 1ª Instância, já veio o A-320 fora. V.Ex^a. decidiu... Sim, mas o outro não chegou a ser julgado por V.Ex^a. Por quê? Termo de ajuste de conduta. O Ministério Público bem faz sempre. Quando ele procura tem que ser assim muito sujeito a um TAC. Quando chega na 2ª Instância, toda a polêmica em cima dessa documentação, não tinha nada a ver com o A-320. O que eu quero dizer é isso. Nós podemos aqui discutir...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Se o acidente fosse com o Fokker 100...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, eu não quero que o acidente aconteça com ninguém. Eu não quero nem imaginar. Eu estou dizendo o seguinte. Se não vem da 1ª Instância dizendo que o A-320 não pode pousar, o acidente acontece com o A-320, eu quero dizer que isso não estava sendo discutido no processo. Isso que eu quero dizer para V.Ex^a. que é o que está nos autos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É, mas isso aí já está bem esclare-

cido. Isso não tem dúvida nenhuma. No outro agravo, sim, que não chegou a ser julgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas não foi julgado. Então eu quero dizer o seguinte, como é que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor quer conversando a ANAC, é isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não. É isso que eu não quero que V.Ex^a. diga. É isso que eu não quero que V.Ex^a. diga.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas então qual que razão dessa discussão?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero ser inteligente e raciocinar corretamente. Eu não quero ser induzido. Esse é meu objetivo de colocar aqui. Porque se alguém analisa e é assim que o Juiz funciona analisando o que estão nos autos, não houve indução para a Desembargadora decidir errado. O que eu quero dizer é isso. Por quê? Porque não estava em julgamento o A-320.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não. Escuta, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu estou escutando.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O A-320, nem outras aeronaves. O que estava ali é o seguinte: Havia duas determinações do magistrado. Primeiro, interdição total, são... Não estava no julgamento as três aeronaves só. Interdição total da pista se ela estivesse molhada e escorregadia para todas as aeronaves. Essa é uma...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A uma medição do nível de lâmina...?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. Não, interdição, se choveu, o Juiz determinou a interdição...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com medição ou não da lâmina?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não. Interdição total. Choveu, pista molhada escorregadia. E no caso dessas três aeronaves, elas não poderiam pousar de forma alguma. Nem com pista seca.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com chuva ou sem chuva.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. Então, qual foi a decisão da magistrada levantando, derrubando a decisão do Juiz de Primeiro Grau? Primeiro, com pista molhada

poderiam descer todas as aeronaves. Inclusive a A-320. Que estava proibida de descer todas as aeronaves.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não. Nesse agravo ela decidiu que todas as aeronaves se tivesse chovendo que elas poderiam descer. Todas as aeronaves. E que essas três poderiam descer inclusive com pista molhada. Agora, desde que tomadas cautelas como peso, distância, etc., etc., etc. Isso foi feito, por quê? Porque foram juntados documentos inclusive esse específico “orientação para descer em pista molhada”. Então, em relação... Por que é que se diz que o acidente teria sido evitado se a magistrada não tivesse sido induzida em erro? Porque com pista molhada qualquer aeronave, inclusive a A-320 só desceria com os reversos no máximo. E estando a A-320 com o reverso pinado, se a magistrada não tivesse tomado essa decisão, a aeronave A-320 não poderia descer, lá. Não por conta dessa restrição às três aeronaves, mas por conta da outra restrição. Com chuva, não se desce lá aeronave. Com chuva e pista escorregadia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Essa decisão veio da 1ª Instância, com chuva não desce ninguém?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Se V.Ex^a. me permite...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Era agravado?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Não. A 1ª Instância já havia falado e isso foi mantido na minha decisão, assim como foi estabelecido pela própria ANAC. Toda vez que a pista ficasse contaminada... Aliás, isso aqui não é mais nada do que regra internacional de segurança. Toda vez que a pista ficasse contaminada com espelho d'água igual ou superior a três milímetros, em qualquer trecho dos 1.940 metros de seu comprimento, conforme padrões de segurança aéreo internacional, como lhe falei, resta demonstrar cuidado da recorrente na segurança dos vôos com fito de evitar acidentes. Portanto, e nos mesmos indicados enunciados pelo Ministério Público. Portanto, nesta hora a pista não podia ser usada. Ela era suspensa para qualquer nave. O problema das naves 737-700 e o Fokker era porque estes ocupavam uma extensão muito grande. Se houvesse algum problema ficaria uma pista muito pequena para qualquer tipo de saída do piloto. Qualquer manobra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu quero saber o seguinte, Senador Demóstenes. Como é que era medido para saber se tinha lâmina ou não?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Com uma régua. Uma aeronave, segundo a Procuradora...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas que é internacionalmente reconhecido dessa maneira.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – As informações que traziam. Como faziam eu não sei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tanto é que, segundo a Procuradora e ela pode confirmar o que ela disse ainda há pouco, ela não aceitou porque achou que naquele caso, com tantas derrapagens já tendo acontecido etc., é que mesmo essa medida sem a reforma da pista era difícil e que eles entendiam, não só ela, mas os Procuradores da República que o funcionário nessa condição sofreria tanta pressão que aquela medição poderia não ser objetivamente aceita. Não foi isso, doutora?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Agora, deixa eu colocar, Senador Demóstenes. Não sou funcionário da ANAC. Não tenho nada a ver com a ANAC. Agora só não vou perder é meu raciocínio lógico.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nem aqui nem CPI nenhuma. V.Ex^a. me conhece muito bem, e eu conheço V.Ex^a. também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, não existe isso. O que eu quero é entender e entendi muita coisa aqui. O que foi para Exm^a. Desembargadora agravando contra a decisão, isso pra mim são os três aviões e essa lâmina d'água. Agora ela decidiu dentro de internacionais. Como vai ser medido não compete.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Senador Wellington, peço até desculpas a V.Ex^a. por ter dito algo que sei que não é verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu conheço V.Ex^a. V.Ex^a. vai rápido no pensamento. Mas é no meio desse pensamento desviava para a esquerda e V.Ex^a. continuou. Não botou reverso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Tá certo. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – O Senador Demóstenes estava nesse momento sem o reverso. Estava pinado. Mas só para...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Pois não, pode ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Quando a Dr^a. Cecília leu, na realidade um documento da ANAC é uma norma internacional sobre lâmina... No acidente a pista estava molhada. Para esse caso já não deveria descer o avião?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – A verdade é a seguinte também. Este processo foi ajuizado tendo em vista a precariedade da pista. Ou seja, foi antes das reformas realizadas. Portanto, a preocupação do Ministério Público era essa. Não se fazer nada com relação à reforma de pista e provocar acidentes. Porque a pista tinha problemas de pavimentação, tinha problema de nível, exatamente. E com tudo isso e além de ser uma pista difícil, é uma pista curta, é uma das pistas mais complicadas em termos de aeroporto no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – 1.920 metros.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – 1.940 metros. Então, a ação foi proposta em razão disso. Tendo em vista o fato de que a ANAC juntamente com a INFRAERO se comprometeu e acabou iniciando a reforma dessas pistas, não só da principal depois também como da secundária, o processo foi extinto e assinado um termo de compromisso entre Ministério Público e do outro lado a ANAC e INFRAERO para fins de que se procedesse de forma a cumprir todos os protocolos, todos os programas e projetos estabelecidos na obra além de evitar problemas de transtorno para os moradores, passageiros etc.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Isso já é norma. Já está definido isso. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Vou fazer um resumo, acho que nessa conversa nós já esclarecemos tudo. Mas a Desembargadora Federal, Dr^a. Cecília Maria Piedra Marcondes, foi Relatora do agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo nos autos da Ação Civil Pública nº. 200761000016910 tendo como agravante a ANAC como o Ministério Público Federal. E como objeto da decisão do Juiz Federal da 22ª Vara, que determinou liminarmente a limitação das operações de pouso na

pista principal do aeroporto de Congonhas a partir de 8 de fevereiro de 2007. Interrompendo as operações de pouso dos equipamentos Fokker 100, Boeing 737-700 e Boeing 737-800. A decisão de primeira instância foi embasada no risco de aquaplanagem que o Ministério Público Federal afirmava existir naquele momento. Em decisão proferida em 15 de fevereiro de 2007 a Desembargadora federal concedeu efeito suspensivo a agravo da ANAC, determinando a interdição do aeroporto de Congonhas apenas para impedir que nele pousem as aeronaves indicadas na decisão agravadas. Qual sejam? Fokker 100, B-737-700 e o Boeing 737-800, que excederem o peso estipulado pela ANAC mantendo a interrupção na ocorrência de precipitação pluvial. Do jeito que V.Ex^a. disse. Ao final determinou à ANAC que apresentasse tabela de distância necessária para o pouso daquela aeronaves. A ANAC apresentou em 22 de julho de 2007 os documentos requisitados pela Ex^{ma} Sr^a. Desembargadora entre estes a norma ISRBHA 121-189. Em seguida a magistrada decide a questão autorizando o pouso no aeroporto de Congonhas das aeronaves Fokker 100, Boeing 737-700 e Boeing 737-800 desde que observado o peso máximo do equipamento indicado pela ANAC em informações prestadas em juízo. Para proferir a decisão de liberação, no início de 2007, das operações nas pistas do aeroporto de Congonhas para todas as aeronaves observados determinados critérios descritos na decisão de V.Ex^a., V.Ex^a. já disse aqui. Despachou com funcionários da ANAC, e já nominou inclusive a Sr^a. Denise Abreu, um Procurador, dois técnicos, e até a obrigação do magistrado receber as partes. É uma das obrigações do magistrado.

Eu pergunto a V.Ex^a.: Nessa conversa, naturalmente o órgão técnico e os Procuradores e mais a direção levou um conjunto de documentos. E levou também esse documento que não foi apresentado como estudo. Foi apresentado como uma norma administrativa em vigor. V.Ex^a. confirma essa informação?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES – Confirmo. A apresentação foi na época deste documento juntamente com alguns outros, sendo que este daqui é o que me fez convencimento no sentido de que haveria possibilidade de dar, do pouso dessas aeronaves em discussão. Não estava só essa senhora, Dr^a. Denise, mas também mais um outro funcionário da ANAC, cujo nome eu não sei. Além do Procurador... além do Procurador e de dois técnicos e a Dr^a. Denise havia uma outra pessoa, que eu não sei exatamente mais quem era. Eu não me lembro. Fazia parte não sei se da direção ou se da gerência da ANAC. Um senhor que não abriu a boca. Por isso que eu não sei... (risos)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas então foi afirmado que aquela era uma norma de segurança...

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Sim. Por ela foi afirmado. Tanto que o mote da defesa era no sentido de que estas normas estão mais rígidas do que as normas internacionais. Por isso a senhora pode ficar sossegada que nada vai acontecer.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Muito bem. Então foi afirmado isso para a senhora.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Sim, foi afirmado com todas as palavras.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um bom debate é sempre muito bom. Eu acho que está correto. Esse levantamento que V.Ex^a. faz, foi induzido a Desembargadora a erro, nesse sentido, foi colocada a informação que não estava em vigor. A única coisa que não concordo nesse ponto... Não concordo, não, eu me sinto bem é em concentrar tudo que eu só vi uma vez aqui a Sr^a. Denise Abreu. Tudo está concentrado dela. Mas ela representa a ANAC. Aquilo ali como bem colocou o Desembargadora, estava ela, a só vi a Denise Abreu uma vez aqui. Eu nunca estive com ela antes que digam que conheço Denise, tem passagem. Não existe isso. Eu nunca a vi. Só vi aqui uma vez e V.Ex^a. estava. Até fiz uma afirmativa que V.Ex^a. não concordou. À época. Então quero dizer o seguinte, existe sim induziram a Exm^a. Desembargadora a erro. Temos que ver. Mas é a ANAC que induziu. Quero dizer o seguinte, nós temos que...

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– A figura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A figura da pessoa que ela... Não sei se porque ela fumou um charuto, mas depois daquela fumada de charuto o preconceito total focado na Sr^a. Denise o tempo inteiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Senador, eu até quero concordar com V.Ex^a. Porque é o seguinte, é igual a gente vê uma porção de: “Ah, não fui eu, foi meu Assessor”. A gente sabe que o responsável é o cabeça. O que é que o Zuanazzi está fazendo lá até hoje?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Verdade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O que o Zuanazzi está fazendo sentado? A Denise foi embora, sim, tinha responsabilidade, mas o outro está lá.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foi outro embora, hoje, também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mais um. Tem que ir todos. Igual da INFRAERO. Se o Governo quiser fazer um limpa, tem que limpar todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E nós temos que ajudar a limpar, quando é incompetente. O Senado que autoriza, nós temos que desautorizar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E eu acho que esse pronunciamento de V.Ex^a. é corretíssimo, porque eu quero dizer, a Sr^a. Denise Abreu foi, trabalhou, mostrou. Mas ela foi representando a ANAC. Disse bem V.Ex^a. Quer dizer, ela já purgou o que já tinha que purgar. E os demais? Os demais também fazem parte.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nesse ponto estou de acordo com V.Ex^a. Quem não funciona tem que ser tirado. Até Presidente já foi tirado nesse País.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Com certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Isso aí eu concordo com V.Ex^a., estou com o seu partido, da oposição, o que for. Se não for competente, tem sair.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Exatamente. E na INFRAERO precisa acabar a “operação detefon” e tirar o resto. Não é verdade?

Então, V.Ex^a. já disse, houve explicações, inclusive mencionando que essas normas eram mais rigorosas que as normas internacionais. Mas essa é a pergunta que o Senador Wellington fez eu quero perguntar também a V.Ex^a. Ela demonstrou que estava falando em nome da ANAC.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Sim. Sempre. Aliás, se V.Ex^{as}. perceberem, sempre que eu falo, eu falo ANAC. Eu não falo... Dr^a. Denise apareceu, acabei conhecendo porque ela...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ela não estava lá de forma independente. Estava lá representando o órgão.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ela demonstrou apego àquela norma. Demonstrou que queria que a ANAC estava atuando para ter uma segurança adicional.

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES
– Sim. Ela, os técnicos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Essa norma contribuiu para formar a convicção de V.Ex^a. a respeito da segurança do aeroporto?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

– A norma contribuiu no sentido do seguinte. Eu tinha necessidade na época de saber que tipo de aeronave poderia descer ou não no aeroporto de Congonhas sem que se comprometesse a segurança. Quando a ANAC me trouxe esses documentos e ainda me fez com laudo e com as demonstrações de quanto precisaria para cada aeronave descer e que aqueles valores que estavam já sendo dados já se tomava em conta o fator segurança para a pista seca mais fator segurança para a pista molhada, e o que sobrava era o restante da pista já com todas as normas de seguranças sendo obedecidas, eu entendi que não havia motivo para não autorizar o pouso desses aeronaves.

Quanto à forma de operação, obviamente isso não foi motivo de discussão, a não ser talvez *en passant* na medida em que foi explicado, inclusive que eu coloquei até na minha decisão que sem problema nenhum o pouso normal até sem o reverso a extensão é uma da pista, mas 67% para segurança em pista seca é mais 15% no caso de pista molhada. Então, o mais importante pra mim era isso. Era saber que tipo de aeronave podiam descer. As operações, já eu acho que já deviam estar sendo realizadas em cima de todas as normas de segurança existentes, inclusive essa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu pergunto a V.Ex^a. O Procurador que esteve com a senhora e que esteve aqui também ele disse que a norma estava em vigor somente em parte. Que ele mandou um pedaço que naquela parte que ele falava da metragem e tal a norma estava em vigor. Mas na demais não estava em vigor. O que V.Ex^a. acha a respeito dessa informação?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

– É um absurdo jurídico, vamos falar assim. Porque se nós levarmos em conta o Código de Processo Civil em seu art. 373, § 1º diz: documento particular admitido expresso tacitamente é indivisível, sendo defesa ou a parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhes são favoráveis e recusar os fatos que lhes são contrários a seus interesses, salvo se provar que este não se verificaram. Ora, se o Código de Processo Civil prevê para um documento particular, que se vá dizer então de um público. Nós estamos falando de um ato administrativo cujo fundamento está na moralidade, na legalidade e na transparência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Posteriormente veio aqui então essa diretora da ANAC, a Sr^a. Denise e disse que isso era um estudo. Foi apresentado para a senhora como um estudo ou como uma norma?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

– Não, como norma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Se fosse um estudo, V.S^a. poderia ter tomado a decisão diferente?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

– Com certeza. Eu só decidiria da forma que decidi se esse estudo estabeleceria sendo implementado. Em forma de norma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E essa norma não estiver em vigor, se realmente for um estudo, se ao final for considerado, V.Ex^a. acredita que houve uma fraude processual, inovaram artificiosamente com o fim de enganar V.Ex^a.?

SRA. CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

– Com certeza. Ou a mentira foi apresentada nessa CPI ou a mentira foi apresentada a mim. Mas que existe uma irregularidade, existe uma omissão e é o que se tem que ser apurado hoje.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu estou satisfeito. Vamos ouvir o doutor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Com a palavra o Delegado, Dr. Antônio Carlos Menezes Barbosa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Dr. Antônio Carlos Menezes Barbosa.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– (pronunciamento fora do microfone) que na véspera do acidente nós tivemos pelo menos 11 vôos em Congonhas na pista principal que ocorreram algum tipo de problema. Sendo que quatro deles incluindo o da PANTANAL, aeronave da PANTANAL, os pilotos tiveram dificuldades de pouso. Eu gostaria de oferecer à CPI todos os depoimentos desses pilotos que foram prestados até o momento em nosso inquérito que tramita no 27º DP da capital. Além disso, é bom que se saliente que no dia do acidente uma hora e meia antes do evento a pista de Congonhas chegou a ser interditada. E nós tivemos a oitiva de dois funcionários da INFRAERO que fizeram uma mera inspeção visual em apenas 20 minutos para percorrer uma pista de quase dois quilômetros. Eu também gostaria de oferecer à CPI as oitivas desses dois funcionários da INFRAERO que quando ouvidos eles mencionam que a inspeção foi realmente visual.

Por outro lado, eu gostaria também de oferecer uma carta anônima que nós recebemos. Essa carta anônima é endereçada, o subscritor se diz: “um velho comandante”. E a linguagem que ele coloca nessa carta anônima, que eu também vou oferecer à CPI através de xerox, realmente demonstra que se trata de piloto ou algum aeronauta extremamente experiente. E nos chamou atenção um dos itens que eu gostaria

de ressaltar que é o problema do cálculo de pouso dessa aeronave acidentada. Nós solicitamos à TAM, foi uma das primeiras medidas do nosso inquérito que nos fornecesse o peso da aeronave, a quantidade de combustível, quando decolou e quando pousou. A TAM não nos respondeu. A TAM nos ofereceu apenas o peso através do manual da aeronave, que é o MEL. Dizendo que o peso médio da aeronave gira em torno de 62 toneladas e meia, aproximadamente.

Então nós gostaríamos de ter, já requisitamos ao Poder Judiciário, e já sabemos que o Juiz já requisitou esse documento ao CENIPA para que através dessa informação e com o peso dessa aeronave que estava com o reverso pinado, e é bom que se diga, para que a gente possa efetivamente determinar qual era a quantidade de pista necessária para este pouso, sem esquecer que a pista estava escorregadia.

Por outro lado todos os depoimentos, e não todos, em sua grande maioria, os pilotos em sua maioria dizem que a pista de Congonhas é impraticável, é um sabonete, é um sabão, é escorregadia. São os termos que eles utilizam. Eu acredito que esses documentos que vou oferecer à CPI deverão trazer algum subsídio para as investigações.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Indago se o Dr. Mário Luiz Sarrubbo tem alguma consideração?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Apenas ressaltando que ao ouvir aí os debates e as palavras de minha colega Procuradora da República e também de S.Ex^a. Desembargadora Federal, eu gostaria de considerar que o Ministério Público de São Paulo tem dúvidas a respeito da validade ou não dessa famigerada norma da ANAC. Porque de todos os tripulantes que nós ouvimos da empresa TAM, todos desconhecem qualquer tipo de determinação nesse sentido. Ao passo que a empresa GOL, todos que nós ouvimos, reportaram proibição da empresa aérea para pousos no aeroporto de Congonhas sem que o reverso estivesse funcionando em sua integralidade. Então isso me parece um tanto quanto perturbador na medida em que há uma recomendação se válida ou não, não se sabe, uma das empresas aéreas me parece adota, a outra empresa aérea não adota, é bom salientar que os manuais das aeronaves Boeing operadas pela GOL permitem o pouso sem que os reversores estejam funcionando. Assim como os do Airbus. Mas a empresa GOL, adotando uma medida de segurança e por certo acatando essa determinação da ANAC, proibiu a operação nessas circunstâncias de suas aeronaves. Procedimento que ao que se parece não foi adotado pela empresa aérea TAM.

Por outro lado, também dentro do que foi colocado aqui, é bom lembrar que após a reforma da pista do aeroporto de Congonhas, da pista principal, ao que parece e ao que nós temos apurado no inquérito, com chuva este aeroporto não deveria funcionar de maneira alguma, doutora. Porque de 20 e tantos pilotos, 25 pilotos que nós ouvimos, quase que a unanimidade reportaram que a pista de Congonhas, após as reformas, molhada, ela até certo ponto piorou. Alguns depoimentos informando inclusive que aquilo era um sabonete, um sabão, e etc. tal. Essas circunstâncias a nosso ver, muito embora possam não ter sido um fator contribuinte para o acidente, é muito prematuro falarmos nisso a essa altura, no entanto me parece relevante, inclusive para o seu trabalho, doutora, relevantes para a segurança na operação do aeroporto de Congonhas. É bom lembrar por último, não querendo me estender demais, que a maioria desses comandantes de aeronaves que nós ouvimos, incluía-se aí TAM, GOL e também PANTANAL, que teve um incidente, um dia antes no aeroporto de Congonhas, todos eles ressaltam que o *grooving*, ou seja, aquelas ranhuras são absolutamente essenciais para se operar Congonhas com chuva. E que sem ele aquela pista se torna absolutamente insegura. Não obstante, o grande número de incidentes, quase 11, alguns dizem que seria 14, com as chuvas dos dias 15, 16 e 17 o aeroporto de Congonhas continuou a funcionar. Isso realmente nos causou o mais profundo espanto nessa investigação. Só gostaria de ressaltar nesse aspecto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Indago se a Dr^a. Fernanda tem alguma consideração sobre a matéria ou somente... Antes de conceder ao Senador João Pedro faria também uma indagação. O aeroporto de Congonhas, ouvindo aqui o Dr. Mário, a Procuradora e o Delegado ele começa a funcionar em 1936. Então por que é que se deixou chegar a esse nível? E as ações, as denúncias que deveriam ocorrer tanto no Ministério Público Estadual, no Ministério Público Federal, por todos esses anos. Por que é que não ocorreram? O Plano Diretor de São Paulo, nada. Indagamos o problema.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Na verdade, o que nós tivemos conhecimento a respeito das condições do aeroporto, é bom ressaltar que eu sou Promotor de Justiça Criminal, mas que nós temos tido conhecimento só a partir dessa ação do último ano, um ano e meio, quando houve um problema com um pequeno jato que saiu da pista, houve problema com o avião da empresa aérea BRA, logo em seguida a PANTANAL e o acidente. No entanto, não havia... Nós não tínhamos dados técnicos que pudessem embasar qualquer tipo de ação. E não havia, e sob esse aspecto felizmente, nenhum

tipo de acidente. Nenhum tipo de vítima. Não tínhamos vítimas. Então não havia o porquê da intervenção, pelo menos do Ministério Público na esfera criminal. Na verdade, quando tudo isso começou tivemos a pronta atuação do Ministério Público Federal, acompanhamos aquilo com a devida atenção, não seria àquela altura a nossa atribuição da esfera estadual, a nossa atribuição sobre esse aspecto é residual por ser uma área federal, agora, sobre o aspecto criminal, evidentemente nos perturba muito eventuais, é bom ressaltar que estamos ainda no meio de uma investigação, omissões das autoridades no quesito segurança no aeroporto de Congonhas. Inclusive uma questão que foi colocada a respeito do confronto de informações e determinações entre INFRAERO, ANAC, isso é perturbador e é claro que o CENIPA é que vai concluir com relação às causas técnicas do acidente, que envolveu a aeronave da TAM, mas me parece que é muito provável que ainda que de maneira indireta, a pista tenha sido um fator contribuinte para esse acidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Agradeço muito. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Dr. Luiz, V.Ex^a. que é membro do Ministério Público Estadual, precisa ajudar nessa investigação. Que V.Ex^a. diz uma empresa cumpria. A outra não. Precisa esclarecer isso. Acho que a CPI está buscando entender, não só essa questão que comoveu o Brasil todo, mas todas as políticas públicas que dizem respeito à aviação brasileira, mas precisa aprofundar nisso daí. A outra questão é a conexão do acidente 20 dias depois da reforma. O que é que tinha, foi concluído praticamente a reforma e tinha depois o acidente. A conexão com a ação pública, com ação civil. Que proibia até a reforma. Não é isso? A interdição da Presidenta principal.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – É. Na verdade é importante ressaltar mais uma vez que no início das nossas investigações, em perfeita consonância Ministério Público e Polícia Civil, eu na pessoa do Dr. Barbosa e na minha pessoa, nós decidimos que todos os tripulantes que voaram a aeronave acidentada assim como todos os que voaram e pousaram em Congonhas nos dias 15 a 17 seriam ouvidos. E seriam efetivamente indagados a respeito dessa norma, e nós já tínhamos notícias de que haveria uma norma da ANAC a respeito do conhecimento dessa norma, dessa proibição, e todos eles desconheciam. O que nos causou na verdade o que nos deixou indignados foi justamente essa questão que envolvia um procedimento mais conservador de uma empresa aérea, pelo menos no nosso juízo leigo, e outro menos conservador de uma outra empresa. O que nós tínhamos até então. A notícia que

a ANAC proibia ainda que indiretamente pousos sem que os reversores estivessem funcionando quando Congonhas estaria com pista molhada, uma empresa aérea adotando esse procedimento e outra não. E até hoje nós não sabemos se essa norma da ANAC valia ou não. E essa é uma questão objeto central dessa investigação. Por outro lado, também é perturbador a informação...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A norma da ANAC diz respeito a normas internacionais. Não é isso? Ela está apenas nesse item de pista, de lâmina d'água, ela está reiterando recomendações internacionais.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Ao que parece uma recomendação de um profissional técnico da ANAC inclusive um engenheiro que teria mencionado a respeito dessa necessidade de que esse seria um procedimento importante em Congonhas dadas as condições da pista. O que ocorre é que imaginou-se que com a reforma, pelo menos a nosso ver, com a reforma imaginou-se: Bom, a pista estaria agora absolutamente segura. E pelo menos a informações que nós temos é que se postergou a aplicação do *grooving*, que segundo a maioria dos comandantes que ouvimos seria essencial para operação com chuva na pista, se aguardando o emborrachamento da pista. Só que ao que parece isto talvez pudesse mesmo ter sido adotado, mas não com chuva. No momento em que chove, tudo indica e pelos depoimentos que nós temos até aqui, a pista não se apresentava em condições de operação sem o *grooving*. Agora com a aplicação do *grooving* talvez possa melhorar a situação do aeroporto. A que nível isto teria afetado diretamente o acidente com a empresa aérea TAM no dia 17, nós ainda não sabemos. Mas que isso pode ter sido um fator contribuinte, estamos investigando.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu agradeço ao Senador João Pedro, agradeço ao Dr. Mário Luiz Sarrubbo, agradeço ao Delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa pela contribuição, além da Procuradora e a nossa Desembargadora e está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

Sessão suspensa às 13h29.

Sessão reaberta às 13h33.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – (soa a campainha) Nós precisamos reabrir porque o Relator ainda tinha algumas indagações a fazer ao Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo e também ao Delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Dr. Mário Luiz Sarrubbo, do Ministério Público do Estado de São Paulo,

Promotor de Justiça, pergunto a V.Ex^a. O Ministério Público do Estado de São Paulo tem acompanhado o andamento do inquérito policial civil instaurado para apurar as causas do acidente com o Airbus da TAM em Congonhas. Para V.Ex^a. a competência nesse caso da Justiça Estadual ou da Justiça Federal?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Dependendo da causa do acidente Justiça Federal ou Estadual. Na verdade, no nosso entendimento, só haveria competência da Justiça Federal se houvesse crime a bordo da aeronave. Ou a implicação de algum funcionário de INFRAERO, torre de controle, algum militar, etc. e tal. Qualquer outra repercussão envolvendo empresa aérea, algum tipo de gerência de operações etc. e tal, a atribuição seria do Ministério Público Estadual e a competência da Justiça Estadual.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pergunto a V.Ex^a. se a existência de duas investigações, uma na Polícia Civil e outra na Polícia Federal de alguma forma atrapalha os trabalhos ou os trabalhos são feitos de forma conjugada e somam um com o outro?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Olha, o interessante que os trabalhos... seria muito interessante se os trabalhos fossem realizados de forma conjugada. A Polícia Federal tem entrado em contato conosco, nós temos trocado algumas informações, e eu creio que desta forma até que se saiba quais seriam efetivamente as causas do acidente não há nenhum problema. Amanhã temos a certeza de que a investigação deve ser restringir à Justiça Federal ou Estadual, aí não haveria. Estamos trabalhando, pode-se afirmar de forma conjugada trocando informações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A pedido da Polícia Civil, V.Ex^a. ou o Ministério Público já tomou alguma medida no âmbito cível e criminal e pode declinar quais foram essas medidas?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – No primeiro momento houve um ofício expedido pelo Presidente do Inquérito Policial, Dr. Barbosa, à Comissão do CENIPA pedindo, pelo menos aquela transcrição inicial das caixas-pretas e o CENIPA, na pessoa de seu representante nos informou que haveria necessidade de uma requisição judicial. Houve uma representação ao Ministério Público, providenciamos isso junto ao Poder Judiciário e essa requisição já saiu, quero crer que deva estar chegando.

Por outro lado, o próprio Ministério Público Estadual instaurou através da Promotoria de Justiça do consumidor um procedimento preparatório na pessoa de um colega cobrando da empresa aérea uma postura com relação às indenizações aos familiares das vítimas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve alguma dificuldade em obter documentos, há alguma protelação, há... Enfim, algum transtorno causado por essa superposição aparente de competências e atribuições?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Não. Nesse momento, não. Nesse momento não detectamos. É bom ressaltar que a empresa aérea tem colaborado até certo ponto. Apenas essa questão do CENIPA, isso realmente nos atrapalha um pouco na medida em que essas informações já a imprensa, enfim, todos já têm, menos a Justiça Estadual e quero crer a Federal.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pelas diligências, pela investigação feita, e pelo conhecimento que V.Ex^a. tem até agora, V.Ex^a. trabalha com que causas prováveis do acidente?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Muito difícil falar em causas nesse momento. Se apresenta pra mim como mera especulação. No entanto, nós temos evidentemente uma linha de trabalho e essa linha de trabalho envolve, claro, os problemas com a pista, que pode ter sido um fator contribuinte, algum tipo de equívoco da tripulação de cabine dos comandos, e isso pode ter sido também um fator contribuinte e até determinante, e evidentemente a questão que envolve gerenciamento da empresa aérea. A Diretoria de Operações, enfim, a questão da viabilidade ou não de se voar, de se pousar em Congonhas com chuva, um avião muito pesado, com um dos reversores que não funcionava, essas questões têm sido importantes na nossa investigação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.Ex^a. já afirmou que o procedimento adotado pelo piloto que voou na aeronave horas antes do acidente era o recomendado até fevereiro.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Depois o manual da Airbus teria determinado ao piloto colocar o manete na posição de reverso, mesmo quando esse equipamento estivesse inoperante pois o computador corrigiria a falha. Isso é verdade?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Sem dúvida. As informações que colhemos no inquérito dão conta de que não se sabe ao certo, mas pelo menos até janeiro e fevereiro o manual da aeronave, por recomendação da Airbus, determinava que nos pousos quando um dos reversores está pinado, o comandante deveria manter a manete de aceleração na posição IDOL(F). Este era o procedimento recomendado. Isso nos foi dito, inclusive, por um comandante da TAM que pousou a aeronave antes, fez o pouso anterior ao do acidente no aero-

porto de Congonhas. Inclusive este possível erro dele ele justificou diante dessas circunstâncias, com essa determinação. Olha, eu considero mais seguro, essa era a recomendação anterior, houve uma mudança a partir de fevereiro...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Isso quem disse foi o Marco Aurélio Incerti de Lima.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E o que é que V.Ex^a. entende? O procedimento antigo era mais seguro ou o procedimento atual?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Difícil. Acho que não tenho habilitação técnica para afirmar. No entanto, esse comandante Marco Aurélio nos deixou claro que com o procedimento antigo ele ganha um maior coeficiente de frenagem. E que na visão dele aquele era o procedimento mais seguro. E o que eu acho interessante é que talvez a tripulação acidentada talvez também entendesse dessa forma, entendesse também dessa maneira. Daí ter mantido tal manete de aceleração na posição que se considerou aí precipitada, até a meu ver errada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.Ex^a. chegou a dizer que a tese da falha de manuseio da manete pelo piloto seria uma imbecilidade.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – (risos) Cheguei porque na verdade, isso saiu num jornal até aqui de Brasília numa conversa que tive com uma jornalista, porque todas as especulações davam conta de que só haveria erro do piloto. E dos 25 comandantes que nós ouvimos todos eles diziam que isso seria um erro absolutamente primário. Que isso não poderia ser um erro. E eu considero isso que não foi um erro. Na verdade, pelo menos a meu ver, a nosso ver na investigação, isso pode ter sido procedimento de segurança. Da tripulação. E não um erro. Acho que é precipitado falar. A imbecilidade, eu quero deixar bem claro é em razão dos veículos de imprensa inclusive estarem se precipitando e a nossa indignação até por jogarem a responsabilidade de um acidente tão grave nesse momento tão só na tripulação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Há indício de falha mecânica na aeronave?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Nenhum. Pelo menos o que temos apurado até agora nenhum.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A Airbus ao fabricar aeronaves com alta automação tem foco vôo seguro. Já a Boeing com aeronaves menos automatizadas tem foco piloto como

autoridade final. Esse acidente, se confirmando o problema técnico com a aeronave da TAM, poderia colocar em xeque essa questão da automação total o piloto contra a aeronave? O que V.Ex^a. pensa?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Em algumas conversas até extra-oficiais com comandantes, enfim, com o pessoal ligado à aviação, alguns dizem que, eu até tenho uma informação interessante que me passaram, o Boeing é feito por pilotos para pilotos. O Airbus seria feito por engenheiros, que seria uma aeronave muito automatizada. Mas eu não tenho evidentemente base técnica nenhuma para afirmar. O fato é que há indícios de que alguma coisa ocorreu ali no momento do acidente e algum movimento mecânico e automático daquela aeronave fez com que ela varasse a pista e a tripulação não teve condições de evitar isso. Até que ponto isso foi ou não determinante, veja, é muito difícil falar. Mas esse aspecto me causou espanto. Essa questão das diferenças entre Boeing e o Airbus. Alguns pilotos dizem que o Boeing é comandado pelo piloto, o Airbus seria comandado pelo computador. Mas veja, eu na verdade é apenas uma observação e eu não tenho condições para afirmar se isso é verdade ou não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.Ex^a. finalmente. Na avaliação que V.Ex^a. fez até agora, a ANAC e a INFRAERO teriam contribuído ao menos indiretamente para esse, para os outros acidentes, para o caos aéreo? Qual a análise que V.Ex^a. faz dessa... da atribuição ou do desempenho, melhor dizendo, dessas... Da agência e da INFRAERO?

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Me parece que a coisa não andava bem. Pudemos constatar isso nos últimos meses, e como Promotor de Justiça e diante do que eu tenho visto na investigação, eu não descarto qualquer hipótese. Não descarto que, por exemplo, a pista tenha sido um fator contribuinte determinante para o acidente e em isso acontecendo evidente que nós teríamos uma responsabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil, assim como da INFRAERO. Mas por enquanto, eu insisto estamos no campo das hipóteses. Que nós temos problema, esse é um fato. Até a razão de ser desta CPI, mas enfim não descarto essa hipótese.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Agradeço a V.Ex^a.

SR. MÁRIO LUIZ SARRUBBO – Muito obrigado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Posso perguntar ao... Dr. Antônio Carlos Menezes Barbosa. Eu perguntaria a V.Ex^a. se foram efetuados exames periciais na pista de Congonhas e quais as conclusões desses exames em relação principalmente ao acidente.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Veja só, V.Ex^a. Nós requisitamos no mesmo dia, é bom que se diga, perícia não só na pista como também no terminal e na aeronave. Em relação à pista, os dois peritos encarregados de fazer este laudo, de elaborarem eles tiveram, compareceram até o DP e eles estão necessitando de uma série de documentos que têm que ser fornecidos pela INFRAERO. Uma série de documentos que serão imprescindíveis, segundo os peritos do IC para fazer a perícia. Então em razão disso, a questão de uns 15 dias aproximadamente eu recebi a visita dos peritos que, aliás já estão elaborando esse laudo, é bom que se diga, e imediatamente eu fiz esse ofício à INFRAERO, ainda não recebi resposta, mas agora anteontem recebi uma ligação aqui de Brasília que o pessoal da INFRAERO está indo segunda-feira, às 13h conversar comigo a respeito desses documentos. Então estou aguardando esses documentos para aí sim ter uma decisão encaminhar isso ao IC para que a gente tenha esse laudo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Mesmo a conclusão pericial, já há indícios de que aquela pista ela pode operando colocar em risco a segurança das aeronaves por aquaplanagem ou pela má aderência da pista ou pela ausência de *grooving*, mesmo com a lâmina abaixo de três milímetros?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Veja só, eu acabei de oferecer xerocópia e depoimentos de 25 pilotos. Tivemos na véspera do acidente quatro problemas sérios com aeronaves. Incluindo a PANTANAL. Outros pilotos, um da GOL outros dois da TAM relataram que chegaram ao limite da pista. Então evidentemente, como disse o Dr. Mário, a pista deve ter sido um fator contribuinte. Mas nós achamos também precipitado informar que a pista tenha sido a causa do acidente. Mas realmente, segundo os pilotos, a pista molhada, sem o *grooving*, eles utilizam o termo: sabonete, sabão, impraticável, escorregadia, não comporta o pouso aeronave desse porte. Então evidentemente baseados nesses depoimentos a gente acha extremamente preocupante sem o *grooving* em dias de chuva e tanto isso é verdade que a própria TAM proibiu o pouso de suas aeronaves um dia após o acidente. É bom que se diga quando a pista estiver molhada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Os registros da caixa-preta que já foram divulgados, então não somos nós que estamos divulgando, da TAM, informaram que no pouso da tragédia o manete da turbina direita que tinha o reversor inoperante pinado não se movimentou nem sequer um grau. Permanecendo em ponto de alta aceleração. Nesse caso só há duas hipóteses para explicar

isso. Ou o piloto não baixou os manetes ou ele baixou e o sistema eletrônico do Airbus não leu a operação. A investigação já está nesse ponto, V.Ex^a. já discutiu essa matéria tem alguma impressão ainda que não seja conclusão?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Já discutimos inclusive com o representante do Ministério Público. E é bom que se diga que o pouso que esse mesmo piloto fez em Porto Alegre, ele utilizou as manetes corretamente. Essa mesma tripulação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Exatamente. É verdade.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Isso é verdade, que eu tenho essa informação no inquérito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Porque foi o piloto Marco Aurélio que nós discutimos ainda há pouco que utilizou-se da mesma forma no mesmo aeroporto.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Exatamente. Em Porto Alegre. Então é difícil a gente fazer uma afirmação de que realmente esse equipamento estava lá colocado pelo piloto. O que os pilotos quando ouvidos todos eles sem exceção dizem o seguinte, que é jardim de infância para os pilotos que pousar, quer dizer, frenar. Decolar, quer dizer acelerar. Agora, conseqüentemente a própria disposição das manetes elas são operadas simultaneamente. E quando elas, no caso de pouso elas são trazidas as duas ao mesmo tempo para trás. Enquanto na decolagem para frente. Eu, opinião pessoal minha, eu acho pouco provável um erro do piloto colocar e acelerar na hora de pousar. Agora, evidentemente a gente tem que esperar mais a investigação desenvolver, outros laudos, outros depoimentos pra gente ter uma posição melhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – O site do fabricante da Airbus informa que o número de passageiros do Airbus A-320 é 150. Segundo suas informações, por que a aeronave estaria transportando 187 pessoas?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Exatamente. inclusive acabei de dar uma entrevista aqui e falei a respeito. A aeronave estava com 187 passageiros entre passageiros e tripulantes se não me falha a memória. E nós recebemos essa carta anônima que eu acabei de oferecer também a xerox, em que esse o remetente inclusive me ligou por telefone e dizendo exatamente e colocando essa situação. Dizendo que essa aeronave com esse peso, segundo ele, não poderia pousar nessa pista de Congonhas que exigiria no mínimo 2.100 metros. Evidentemente eu estou aguardando já que a TAM me diz que não tem condições de me oferecer o peso exato da aeronave, eu estou

esperando os relatórios completos das caixas-pretas para aí sim ter o peso da aeronave e para que a gente possa exatamente precisar e determinar qual era a quantidade de pista necessária com esse peso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nessas informações que nós temos, considerando que a aeronave estava cheia de combustível e com lotação acima do permitido pelo fabricante, para que o cálculo bruto do peso da aeronave dado pela TAM, 62 toneladas e 700, estivesse certo, a média de bagagem do check-in para cada passageiro teria que ser de seis quilos e seiscentos, quando o limite brasileiro é de 23 quilos. Ou seja, é possível que a aeronave estive bem mais pesada do que o permitido. 64,5 toneladas para pouso em Congonhas. A investigação da Polícia Civil avança nessa direção também do excesso de peso?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Avança. E tanto isso é verdade que na última oitiva cuja xerocópia do piloto que eu ouvi nós questionamos quem é o responsável pelo despacho operacional de voo da empresa TAM que é onde são procedidos os cálculos de pouso de aeronaves, que se leve em consideração pista, tamanho de aeronaves, especificações, peso, etc. Ora, considerando com o reverso pinado, dia de chuva, pista molhada, evidentemente essa pessoa, cujo nome agora... me parece agora que é Fisk... é um nome... que eu ainda não tenho o nome completo, mas ele oportunamente deverá ser ouvido e nós também vamos ouvir inclusive os mecânicos desse avião. Inclusive fizeram algum tipo de reparo no dia do acidente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.Ex^a, já ouviu pilotos que apresentaram queixas quanto a operação das aeronaves no aeroporto de Congonhas em dia de chuva. Quais os relatos feitos por esses pilotos?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Os relatos exatamente isso. Todos eles dizem que a pista é impraticável, outros chamam de sabonete, outros chamam de sabão, outros dizem que a pista realmente não tem condições. O que nos causou espanto, como eu disse no início aqui do depoimento, é o fato da pista ter sido liberada com apenas uma inspeção visual de 20 minutos sem nenhuma medição, pouco antes do acidente. É bom que se diga, a pista foi interditada uma hora e meia, meia hora depois ela foi liberada novamente para pousos. Uma hora e meia antes desse acidente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem liberou foi a Superintendência do Aeroporto?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– São dois funcionários, cujas oitivas também acabei de deixar por xerocópia, e esses funcionários fizeram uma inspeção visual em apenas 20 minutos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Algum piloto ouvido falou algo sobre eventual pressão que os pilotos sofrem em suas companhias por causa dos slots, espaço para pouso e decolagem nos aeroportos? Ou seja, evitar o máximo perder os slots, evitar o máximo arremeter... Houve algum depoimento nesse sentido?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Não. Nenhum deles reclama disso. Inclusive nós fomos um pouco além. Nós questionamos também o programa de carga horária, o desgaste psicológico, enfim, se a TAM obriga os pilotos ou não fazerem horas além do que prevê o regulamento. Mas todos eles negam essas acusações. Ilações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os pilotos ouvidos tinham conhecimento da norma da ANAC que proibia pouso em Congonhas em dia de chuva caso a aeronave estivesse sem potência total nos reversos?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Os pilotos desconhecem totalmente essa suposta norma da ANAC. Inclusive no dia 3 de agosto nós fizemos um ofício para a ANAC solicitando que nos encaminhasse essa norma e até hoje não recebemos a resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Delegado, o senhor teve condições de pedir a escala de plantão de serviço dos últimos 90 dias, por exemplo, das tripulações? Ou não pediu?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Nós solicitamos a escala de serviço dessa tripulação que acabou se acidentando.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Das demais não, para ver a carga de...

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Não. Por enquanto, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que disseram os controladores de voo a respeito da operação de aeronaves no aeroporto de Congonhas em dia de chuva? Os controladores relataram dificuldades apresentadas pelos pilotos em pouso nessas condições? Os controladores tinham conhecimento de norma da ANAC que proibia pouso em Congonhas em dia de chuva caso a aeronave estivesse sem potência total nos reversos?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA

– Não. Os controladores também foram questionados sobre essa suposta norma e desconhecem. E eles mencionam que quando os pilotos reportam a torre

de controle algum tipo de problema na pista, eles imediatamente comunicam a INFRAERO que por sua vez é quem interdita ou não a pista. Eu ainda não ouvi, é bom que se diga que ainda falta um dos controladores ser ouvido no inquérito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que disseram os pilotos ouvidos a respeito do manual do Airbus quanto à posição do reverso? Houve mudanças recentes no manual quanto a posição do manete que eram de pleno conhecimento de todos os pilotos da TAM? Quais as mudanças relatadas? Ou seja, até mais recentemente tinha que puxar os dois. Agora só deixa um... Aliás, ao contrário. Tinha que ficar um na posição IDOL(F), e agora tem que puxar os dois. Todos os pilotos tinham conhecimento dessa mudança?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Segundo os pilotos a respeito desse problema dos manetes que todos foram questionados, até o mês de fevereiro os manetes eram colocados de acordo com o manual da Airbus na posição reverso. A partir de fevereiro mudou. Quando estivesse com o reverso pinado, o manete correspondente ao motor do reverso pinado é colocado no IDOL(F), que é o ponto morto e outro que opera no reverso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Muito bem. Mas todos tinham conhecimento das mudanças?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Todos tinham conhecimento porque segundo eles é emitido o chamado Bote(F). Que é um acréscimo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas alguns operavam de forma contrária, achando que o procedimento antigo era mais seguro.

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Sim, nós tivemos o relato de um piloto, não me lembro, se era o Incerti Lima, se não me falha a memória, que inclusive ele pousou em dia de chuva, pista molhada e ele utilizou o sistema que o manual, essa recomendação da Airbus ele não obedeceu. Ele não obedeceu e utilizou o procedimento antigo. Ou seja, colocando exatamente na posição dos manetes reversos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Há indícios nos autos do inquérito de que o freio ou a turbina da aeronave apresentaram problemas no dia do acidente ou poucos dias antes?

SR. ANTÔNIO CARLOS MENEZES BARBOSA – Nós temos essa informação. Nós solicitamos à TAM que nos encaminhassem as fichas e os nomes dos mecânicos. Eu recebi esta informação exatamente na sexta-feira próxima passada e estou agendando a oi-

tiva de todos os mecânicos para a próxima semana, senão a próxima semana, na semana seguinte. Eu preciso ver a pauta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Então está encerrada a presente Sessão, lembrando a todos que amanhã teremos a oitava do Dr. Alexandre Penido Duque Estrada, Controladoria-Geral da União, Dr. Luiz Henrique Pandolfi Miranda, Controladoria-Geral da União

Sessão encerrada às 13h57. – Senador **Tião Viana**, Presidente.

Ata da 29ª Reunião De 2007 realizada em 29 de agosto de 2007

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião de 2007 realizada em 29 de agosto de 2007, às doze horas e trinta e quatro minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos senhores ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA, Controladoria Geral da União; LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA, Controladoria Geral da União; e CARLOS ALBERTO CARVALHO, Empresário – AEROMÍDIA.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Mário Couto (PSDB-PA) – Presidente Eventual
Romeu Tuma (DEM-SP)
Inácio Arruda (PCdoB-CE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Bom dia senhoras e senhores. Vamos iniciar a nossa reunião no dia de hoje.

Convoco... Convido o Sr. Alexandre Duque Estrada da Controladoria-Geral da União. Convido também o Sr. Luiz Henrique Miranda. Com a palavra o Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras e senhores, em primeiro de janeiro de 93, a INFRAERO celebrou contrato de 60 meses com a SHELL BRASIL S/A para a utilização de área para exploração comercial de posto de abastecimento no Aeroporto Internacional de Brasília. O contrato previa 120 meses para amortização do investimento, de forma que vigorou até 18 de setembro de 2003.

Em 29 de março de 99, a INFRAERO e a SHELL formalizaram termo aditivo para regularizar a sublocação de imóvel e outras avenças entre a SHELL e a ULISSES CANHEDO, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, vigente desde 1º de setembro de 97.

Em 16 de agosto de 2001, a Superintendência Regional notificou a SHELL da rescisão unilateral do contrato pela INFRAERO, em razão de descumprimen-

to da cláusula contratual que exigiu encaminhamento pela operadora dos mapas de faturamento no período de janeiro de 98 a junho de 2001.

Em 26 de setembro de 2001, a INFRAERO ajuizou ação de reintegração de posse contra a SHELL e a ULISSES CANHEDO. A SHELL instaurou ação ou propôs ação de consignação e pagamento para manter os pagamentos, já que o contrato estava suspenso e a INFRAERO não estava mais emitindo boletos de cobrança.

Ocorre que em 12 de agosto de 2005, quando ainda tramitava o processo judicial, a estatal propôs acordo pleiteado pela SHELL visando o fim do litígio judicial e a continuidade do contrato. O funcionário da INFRAERO Napoleão Lopes elaborou parecer ratificado por Willian Melo favorável a renovação do contrato. O termo de transação extrajudicial foi firmado em 25 de agosto de 2005 por Napoleão Lopes, que alegou ter poderes para representar a INFRAERO com base em procuração. Esse acordo extrajudicial foi homologado no Tribunal Regional Federal em 12 de setembro de 2005, pondo fim à ação de reintegração de posse movido pela INFRAERO.

No entanto, no Relatório de auditoria da INFRAERO, registrou-se que a assinatura do termo de transação contrariou norma com base na qual somente o Presidente da INFRAERO poderia autorizar a realização de acordos homologáveis pelo juízo nos autos dos processos ajuizados por essas entidades para o pagamento de débitos de valores não superiores a 50 mil reais em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 30. Nos termos do art. 2º da Lei 9.469 de julho de 97.

Celebrado o termo de transação extrajudicial, passou-se em 26 de agosto de 2005 à celebração do quinto termo aditivo do contrato entre a INFRAERO, representada pelo Diretor Comercial Fernando Brendaglia e pela Superintendente de Relações Comerciais, Márcia Chaves e a SHELL, prorrogando a vigência do contrato até 19 de setembro de 2013. Cabe lembrar que a prorrogação de contrato após sua vigência contraria entendimento do Tribunal de Contas da União, decisão 451/2000 Plenário. Esse termo aditivo deveria ter sido firmado pela superintendência regional. Mas, foi firmado na própria SHELL, na própria sede da INFRAERO por requisição da diretoria comercial que julgou viável a negociação.

No Relatório de auditoria especial da INFRAERO de 25 de julho de 2006, registrou-se que o aditivo foi celebrado 23 meses após o encerramento do contrato e assinado por autoridade incompetente, pois a norma interna da INFRAERO exigia a participação do Conselho de Administração da Estatal para contratos

com vigência superior a 120 meses. Consignou-se ainda que valor contratual mais vantajoso para a INFRAERO poderia ter sido obtido por meio de licitação para a concessão da área, bastando aguardar o desfecho da ação de reintegração de posse para que a área ocupada ficasse disponível, tendo em vista que já havia sentença favorável à INFRAERO.

Por fim, recomendou-se a anulação do quinto termo aditivo e abertura de licitação. A Controladoria-Geral da União instaurou em março de 2007 sindicância para apurar os fatos. Estão envolvidos no caso os seguintes empregados da INFRAERO – Um. Fernando Brendaglia de Almeida, Diretor Comercial. Responsável pela formalização da prorrogação irregular do contrato de concessão de direito real de uso de área por meio de termo aditivo entre a INFRAERO e a SHELL BRASIL S/A. A vigência do contrato estava expirada. O termo aditivo não foi aprovado pelo Conselho de Administração. A contratação não foi precedida de licitação e não houve a devida autorização legal para dispensa ou inexigibilidade; Márcia Gonçalves Chaves. Responsável pela mesma conduta do Sr. Fernando Brendaglia; José Wellington Moura por não ter corrigido supostas irregularidades detectadas na prorrogação do contrato; Napoleão Lopes Guimarães Neto, Assessor jurídico responsável por ter firmado de forma irregular o termo de transação extrajudicial em 25 de agosto de 2005, pois não houve anuência da autoridade competente para a contratação sem licitação nem autorização legal para dispensa ou inexigibilidade licitação. Também elaborou o parecer 31/PRPJ/2005 que fundamentou a celebração do termo de transação extrajudicial; Willian Antônio de Mello, Procurador-Geral da INFRAERO, responsável por fundamentar, juntamente com Napoleão, a celebração do termo de transação extrajudicial.

Em 6 de março de 2007, o então Presidente da INFRAERO Brigadeiro José Carlos Pereira determinou que a Procuradoria jurídica da estatal providenciasse a anulação judicial do acordo extrajudicial. Em 3 de abril de 2007 determinou afastamento cautelar de Fernando Brendaglia, Márcia Chaves e Napoleão Guimarães Neto, em razão de decisão do Conselho de Administração da estatal nesse sentido provocada por solicitação da consultoria jurídica do Ministério da Defesa.

Eu pergunto ao Sr. Alexandre Penido Duque Estrada. Sobre as supostas irregularidades no contrato de concessão de uso de área do Aeroporto Internacional de Brasília entre a INFRAERO e a SHELL, processo CGU 00190, 003888/2007-27. Qual o cargo, função e lotação de V.Sª?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– (pronunciamento fora do microfone) exercendo o cargo

de corregedor setorial do Ministério dos Transportes e estou lotado na Controladoria-Geral da União, agora.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual é a função da Corregedoria dentro da estrutura da Controladoria-Geral da União?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– A função da Corregedoria, Senador, é verificar a regularidade e eficácia dos procedimentos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da administração pública federal. Então ela tem condições de verificar a regularidade requisitando os processos para corrigir eventuais equívocos. E mesmo avocar quando há necessidade de instauração quando verificada a omissão de uma autoridade competente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nesse caso, qual a data de início dos trabalhos da Comissão de Sindicância?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– No caso do...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Desse que eu mencionei.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– No caso da SHELL? Os trabalhos foram iniciados em 2/4/2007.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A sindicância originou-se, por quê? Qual o motivo?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Tendo em vista a recomendação constante do Relatório de auditoria confeccionado no âmbito da Superintendência de Auditoria da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.S^a. V.S^a. Para nos esclarecer. A vigência inicial e o objeto do contrato entre a INFRAERO e a SHELL.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Senador, antes de adentrar nesse assunto, eu gostaria de deixar ressaltado o aspecto da sigilozidade que teve que... Que teve e que está sendo que está ainda tendo que ser observado no âmbito dos procedimentos instaurados no âmbito da Controladoria-Geral da União. Esse aspecto é fundamental. E o Ministro Jorge Hage, inclusive, salientou agora no ofício que foi encaminhado aqui para a CPI, que abre aspas, “cumpre registrar, entretanto, que em se tratando de procedimentos disciplinares ainda em análise, os esclarecimentos a serem prestados pelos Presidentes das Comissões deverão cingir-se estritamente aos fatos constantes dos autos, afastada a emissão de qualquer juízo de valor por parte dos mesmos. Sob pena, como é óbvio, de possível mácula por vício capaz de acarretar a nulidade das apurações”. Além desse aspecto da sigilozidade, cumprir registrar que se a gente adentrar

no mérito das questões, emitir qualquer juízo de valor, poderá ensejar uma nulidade que vai ser argüida pelas partes e macular o processo que já está sendo conduzido já tem algum tempo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E que vai ser encerrado agora rapidamente.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– A gente está querendo encerrar o processo, nós temos prazo inclusive o prazo da Comissão da SHELL ele vai terminar agora em... Dia 3 de setembro. Então, a gente tem prazo já fixado para entregar o relatório final. E V.Ex^a. Poderá depois requisitar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeitamente. Nós vamos fazer dessa forma. Então eu perguntaria e V.S^a. À medida que entender que isso possa implicar no juízo de valor ou possa afetar, V.S^a. pode se declinar que nós respeitaremos perfeitamente. Então pergunto. É a vigência inicial e o objeto do contrato entre a INFRAERO e a SHELL.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– O contrato foi confeccionado em 1993, e por meio do... E o prazo de vigência estava fixado até o ano de 2002. Até 1997. Perdão. Pelo terceiro termo aditivo, esse contrato foi prorrogado até 2002.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E qual era o objeto do contrato?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– O objeto era a concessão de uso de uma área que estava destinada à exploração de um posto de gasolina nas dependências do aeroporto de Brasília.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando e por que a INFRAERO rescindiu unilateralmente o contrato?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– A INFRAERO rescindiu na oportunidade em que foi verificado que a concessionária não estava cumprindo algumas determinações, cláusulas contratuais, e foi a juízo ingressando com uma ação de reintegração de posse.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em que consistiu e quando foi celebrado o termo de transação extrajudicial entre a INFRAERO e a SHELL?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Bom, o termo de transação extrajudicial, Excelência, ele teve por escopo terminar os litígios existentes, basicamente terminar os litígios existentes porque existia uma ação de reintegração, existia uma ação de consignação e pagamento, existiam outras demandas que eram afetas a uma sublocatária da concessionária e a concessionária e o prazo de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando foi celebrado essa transação extrajudicial?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Foi em 2001, se não me engano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E quem representou a INFRAERO na assinatura do referido termo?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– O termo de transação extrajudicial ele foi confeccionado pelo Advogado da INFRAERO, chamado Napoleão Lopes, Napoleão Guimarães Lopes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E ele também que representou? Somente ele?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Ele representou exclusivamente a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse funcionário da INFRAERO tinha competência para celebrar o referido ato?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Excelência, esse é um aspecto de mérito que peço a V.Ex^a. para me abster, sob pena de ser alegada uma eventual nulidade posteriormente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Me parece que ainda assim ele vai... Como ele tem... A lei o proíbe expressamente de se manifestar.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– É uma disposição legal, Excelência. Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. Sobre a opinião pessoal dele. Ele pode falar sobre os aspectos objetivos. Então, mesmo em Sessão reservada, ele só vai poder falar depois do dia 3 de setembro.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então nós vamos requisitar, se houver alguma dúvida quanto a isso nós o chamaremos novamente depois para falar sobre as suas impressões. Então vou questioná-lo naquele aspecto e também... Foi infringido o art. 2º da Lei 9.469 de 97 com base no qual somente o Presidente da INFRAERO poderia autorizar a realização de acordos extrajudiciais?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Eu peço licença a V.Ex^a. para declinar de responder essa questão. Porque vou ter que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É objeto.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– É. Faz parte do objeto do escopo da apuração.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em que consistiu e quando foi celebrado o quinto termo aditivo ao contrato entre a INFRAERO e a SHELL?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– O quinto termo aditivo ele foi celebrado objetivando prorrogar o prazo que havia... Que estava fixado em 2002 até 2013. Ele foi confeccionado em 2005. Esse quinto termo aditivo. Em função daquele acordo extrajudicial que foi homologado em juízo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas isso significa objetivamente que o aditivo foi celebrado quando já estava expirado a vigência do contrato. Ou seja, ele foi celebrado após 18 de setembro de 2003.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Esse é um aspecto, Excelência, que foi abordado pela auditoria da INFRAERO. A defesa entende que esse prazo estava sobrestado e, portanto, poderia realizar esse quinto termo aditivo que estava sobrestado em função da questão de estar sub judice. Então é uma questão fulcral também do processo esse aspecto de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Na visão da INFRAERO já na administração do Brigadeiro J. Carlos, o procedimento correto seria abertura de licitação.

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Esse é mais um aspecto que foi abordado no âmbito da auditoria da INFRAERO, na oportunidade que foi feito o Relatório nº. 06, especial de auditoria, e esse é o entendimento esposado no âmbito do... No bojo do Relatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sem adentrar no âmbito das conclusões a que V.S^a. irá chegar até o dia 3, já há indícios que qualquer um dos sindicatos tenha recebido vantagem devida, promessa de vantagem, benefício direto ou indireto para viabilizar a celebração desse termo?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA
– Excelência, eu não posso adiantar esse juízo de mérito porque esses indícios estão sendo... Se há algum indício, isso está sendo verificado. A Comissão colheu inúmeras provas, tomou vários depoimentos, está analisando os documentos agora, está analisando inclusive as defesas escritas apresentadas. Então peço a V.Ex^a. que compreenda a situação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem conhecimento se os referidos empregados da INFRAERO continuam exercendo suas atividades na estatal?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Não sei, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não sabe se eles estão empregados ou não ainda?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Não, não sei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sobre a evolução patrimonial de Adenauher Figueira Nunes, empregado da INFRAERO processo CGU 00190024036/2006-92. Esse do Adenauher também está com o prazo prefixado para terminar quando?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Esse tem o prazo fixado até dia 8 de setembro agora. O prazo final da Comissão está fixado na Portaria até o dia 8 de setembro. Então está muito próximo. Inclusive, Excelência, eu fui incumbido hoje pelo Ministro e trouxe para submeter ao crivo da CPI a documentação toda que foi solicitada o compartilhamento daqueles dados sigilosos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ótimo. A origem da sindicância do Sr. Adenauher Figueira Nunes foram informações prestadas pelo COAF?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Sim, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – É acerca de imobiliária atípica?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Só essa ou outra?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– A apuração relativa ao Sr. Adenauher ela foi iniciada, tendo em vista as informações prestadas pelo COAF que examinando determinada operação imobiliária entendeu que havia uma atipicidade na forma dos pagamentos que foram na aquisição de um determinado imóvel.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Perfeito. Quando começou o trabalho da Comissão de Sindicância?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Esse do caso Adenauher começou em setembro de 2006, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Nesse... Quais são os empregados ou ex-empregados da INFRAERO que estão arrolados como sindicados?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Nesse do Sr. Adenauher é somente ele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ele já foi ouvido?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Ele já foi interrogado sim, senhor. Esse já está em fase de conclusão também, Excelência. A Comissão está examinando todas as provas que traduz-se em farta documentação, houve necessidade de quebra de sigilo bancário, sigilo fiscal. Então a Comissão tem uma documentação muito grande. Está analisando a defesa e o Relatório já está sendo ultimado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual o grau de relacionamento, se foi apurado isso entre o Sr. Adenauher e a funcionária da INFRAERO, Maria José de Andrade?

SR. ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

– Esse relacionamento, Excelência, ele não fez parte do escopo dessa apuração que está sendo levada a efeito lá no... Na Controladoria acerca de suposto enriquecimento ilícito. Isso não está sendo objeto do processo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ok. Agradeço V.S^a. pelos esclarecimentos. Se V.Ex^a. me permitir questionar o...

Sr. Luiz Henrique Pandolfi Miranda. Controladoria-Geral da União, processo CGU 00190001970/2007-17. Instituto Brasil de Resseguros S/A, IRB. Qual cargo, função e lotação de V.S^a., por favor?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA

– Sou Procurador Federal. Ocupo atualmente a função de Corregedor Setorial na Corregedoria Geral da Controladoria-Geral da União.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual a data do início dos trabalhos da Comissão de sindicância em relação ao IRB? E qual a origem, qual a motivação desses trabalhos?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA – A Comissão de Sindicância iniciou seus trabalhos em 24 de janeiro deste ano, e a motivação para instauração dessa sindicância foi o relatório final de uma Comissão de Sindicância concluída no âmbito do IRB que apontou indícios de irregularidades e indicações de corretores de resseguros por parte do Diretor-Financeiro da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem era o Diretor-Financeiro da INFRAERO?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA

– Adenauher Figueira Nunes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Muito bem. Eu não vou perguntar mais porque... Quando é que V.S^a. termina esse... Essa sindicância?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA

– O prazo estipulado na Portaria do Sr. Ministro de Estado e Controle e Transparência foi 24 de setembro desse ano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Há outros sindicados além do Sr. Adenauher?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA

– Há. Há outros sindicados. Eu só pediria desculpas a V.Ex^a. no sentido de que como a convicção da Comissão ainda não está pronta, no sentido de quem seria os culpados ou não, resgatando a honra e a imagem dessas pessoas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Mas há indicação, levantamento diz em tese solicita apuração de que teria sido favorecida as corretoras: ASSURÊ ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM LTDA, e AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGURO LTDA. Essa acusação?

SR. LUIZ HENRIQUE PANDOLFI MIRANDA

– Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu vou aguardar a conclusão. Muito obrigado, agradeço a V.S^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Queremos agradecer então a presença de V.S^{as}.

Dando prosseguimento, gostaríamos de convidar o Sr. Carlos Alberto Carvalho, empresário da AEROMÍDIA. Com a palavra o Relator. Sr. Carlos Alberto Carvalho, acompanhado de sua Advogada Luciana Regina dos Reis. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sr. Carlos Alberto Carvalho, inicialmente eu gostaria de registrar que os questionamentos que ora serão formulados ficarão restritos a situações que dizem respeito direto ou indiretamente à INFRA-ERO. As outras situações denunciadas pela Sr^a. Sílvia Pfeiffer já estão sendo investigadas e foram por nós encaminhadas à Polícia Federal no inquérito 70206 SRDPF Paraná ou foram tratadas no inquérito 99701 SR DPF Paraná.

Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer, V.S^a. ingressou na empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA, AEROMÍDIA a partir da quarta alteração contratual passando a exercer o cargo de Gerente. Isso é correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É verdadeiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ao ingressar na empresa, V.S^a. integrou o capital. Correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quanto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – 60 mil reais dividido em duas cotas, na verdade eu ingressei com 30 mil reais. Que era... 30 mil cotas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E o seu irmão, o Sr. Wilson César de Carvalho?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A mesma quantia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essa integralização ocorreu em que data e de que forma?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – No início já na vigência do contrato social nós... A empresa tinha uma série de dívidas. Nós quitamos essas dívidas e fizemos um resgate de várias contas e cheques que estavam sem fundo, da empresa e das sócias, e elas foram integradas dessa forma, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual foi a data da integralização?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Já no início da data, se não me engano, fevereiro de 2001.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Quando V.S^a. ingressou na empresa, V.S^a. era Secretário Municipal de Urbanismo. Correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Isso mesmo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A sede da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA foi transferida para o Município de Pinhais, Paraná, quando V.S^a. ingressou na empresa. Por quê?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Porque eu fiz questão de constar nessa alteração, na quarta alteração do contrato social que a empresa se abstinha de fazer qualquer tipo de contrato que dependesse de licenciamento municipal. Então preferi, como nós tínhamos um imóvel no Município de Pinhais, transferi a sede para o Município de Pinhais (ininteligível) para a cidade de... Do aluguel e também para evitar que a empresa tivesse alguma associação com alguma outra empresa prestadora de serviço de mesma natureza no Município de Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer a entrada de V.S^a. na empresa se deu por coação. Pois caso V.S^a. não ingressasse na empresa, esta não conseguiria os Alvarás de que necessitava. O que V.S^a. tem a dizer a respeito dessa afirmação da Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É uma informação absurda, Excelência. Porque na verdade eu gostaria de esclarecer que o Auto de Infração, essa ação fiscal que a Secretaria de Urbanismo exerceu contra a empresa AEROMÍDIA na época, denominada AEROMÍDIA, ela se deu já em 99. Ela se deu em 99, teve uma sequência normal, essa sequência gerou uma dívida ativa, foi contabilizada. E quando eu ingressei na empresa em 2001, em junho de 2001 nós fizemos a quitação de dois Autos de Infração. Então não são 300 mil como ela afirmou aqui na CPI e tampouco um milhão como ela afirmou na imprensa paranaense. Na verdade, é impossível lavrar essa multa na monta que ela está anunciando.

Então, os autos de infração chegaram a 1.600 reais. Foram quitados em 2001. Conforme documentos que nós juntamos para o senhor aí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Vou passar as denúncias feitas pela Sr^a. Sílvia Pfeiffer. A primeira denúncia: A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. recebia propina da empresa DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA em troca de favorecimentos em licitações. Eu pergunto a V.S^a., V.S^a. saberia dizer se a empresa DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA executou algum contrato para a INFRAERO? Se executou, quais e onde?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ela não executou nenhum contrato para INFRAERO e nem para a Prefeitura de Curitiba durante o mandato do Prefeito (ininteligível).

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ela participou ao menos de processo licitatórios da INFRAERO?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Acredito que não. Não tenho esse histórico, mas acredito que não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós temos aí cópia de dois processos licitatórios da DM CONSTRUTORA de processos licitatórios na INFRAERO.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – O senhor poderia me informar às datas, Excelência?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Poderíamos passar para ele inclusive as cópias para que V.S^a. possa utilizar-se depois em sua defesa.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Outro fato. A partir dos documentos disponibilizados por V.S^a., constatamos a existência de dois contratos firmados entre a empresa DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA e a empresa ARTE

MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA. O primeiro contrato assinado em 12 de março de 2003 tem por objeto a prestação de serviço de consultoria e Assessoramento técnico na área de obras e serviços. Já o segundo contrato, assinado em 13 de março de 2003, tem por objeto a prestação de serviços de Assessoria em operação comercial notadamente sobre a contratação de obras e serviços de terraplanagem, estrutura pré-moldada, obras civis, instalações, sistemas e equipamentos a serem executados e instalados na implantação do Parque Jóquei Shopping, junto ao GRUPO SONAE. Eu pergunto: Por que razão uma construtora afirmaria contratos de consultoria e assessoramento na área de obras, com a empresa voltada para a área de mídia aeroportuária? Qual a expertise da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA para prestar esse tipo de serviço?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Na verdade foi o primeiro contrato de consultoria. Eu fui Secretário de Urbanismo de Curitiba, tenho essa expertise já na minha formação, e... Mas nós não tínhamos nenhum contrato comercial em relação à consultoria. Esse contrato foi todo tabulado e foi agenciado pela Sílvia. O senhor pode até perceber que as assinaturas dos contratos foi feita por ela. Porque quando nós percebemos que essa construtora detinha, ela estava passando informações que poderia gerar à construtora uma expectativa daquilo que nós não poderíamos cumprir, exige que fosse feito no contrato de consultoria. Qual era o contrato de consultoria? A empresa poderia obter junto conosco algumas informações relativas. Porque isso é um empreendimento privado.

Então, na verdade nós tentaríamos, foi essa a proposta da Sílvia, auxiliar a empresa em toda aquilo que ela... Toda aprovação desse projeto junto ao empreendedor que era o GRUPO SONAE.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Muito bem. Mas só para então reafirmar. A empresa de V.S^a. não tinha ao menos no contrato social, na sua constituição, entre os seus objetos ou seus objetivos prestar consultoria e assessoramento na área de obras.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Tinha sim, Excelência, o nosso contrato social já tem esse escopo de objeto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em ambos os contratos, quem assina em nome da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA é a própria Sílvia Pfeiffer. Portanto, ela tinha conhecimento que estava a pactuar. Correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Perfeitamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual o valor pactuado nesses contratos?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sete mil reais por mês.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quanto à empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA recebeu efetivamente com esses contratos?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, eu não tenho essa informação de plano, mas eu posso remeter ao senhor. Porque como era contrato, foi feito nota fiscal, está totalmente escriturado eu posso remeter essas informações contábeis ao senhor numa oportunidade que o senhor me permitir.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A parcela era de 7.500 mensais.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Isso mesmo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos explicar a que título à empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA recebeu cerca de 165 mil reais da empresa DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA nos anos 2003 e 2004? 10 parcelas de 7.500 reais, uma parcela de 15 mil reais e outra parcela de 75 mil reais, conforme informações obtidas na declaração de Imposto de Renda retido na fonte.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, esses dois, os repasses eu posso afirmar que não são esses. Esses valores não conferem. Os valores que nós recebemos foram mensais de 7.500 reais. Eu não tenho essa informação desses dois valores que o senhor está me passando, excedentes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Nós temos também, vamos passar para facilitar.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu agradeceria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Muito bem. Mas as informações que nós temos da declaração de Imposto de Renda retido na fonte, vou repetir para V.S^a. É de que eram 10 parcelas de 7.500, essas que V.S^a. mencionou. Mas existe uma parcela adicional de 15 mil reais e outra parcela de 75 mil reais.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu tenho a impressão que esse 75 mil deve ser algum erro. Porque deve ser 7.500 reais também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas pagaram imposto em cima de 75.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Retido na fonte da empresa?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Retido na fonte. Temos a documentação. Também vamos repassar tudo isso para V.S^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu agradeceria, porque essa informação eu não tenho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conhece os senhores Edy, engenheiro da DM Construtora em Curitiba?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Só de vista. O relacionamento deles era com a Sílvia Pfeiffer.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E Joel, responsável pela DM CONSTRUTORA em São Paulo?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nunca vi, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. solicitou a Sr^a. Sílvia Pfeiffer que apresentasse ao Sr. Paulo Dites, Superintendente de Obras e Engenharia da INFRAERO?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço o Sr. Paulo, nunca tive nenhuma relação com ele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Adair Cabral?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ele foi funcionário da Prefeitura de Curitiba?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Foi Diretor de Edificações da Prefeitura Municipal de Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi seu subordinado?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Foi meu subordinado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ele tem algum vínculo com o GRUPO SONAE?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ele tem vínculo com o GRUPO CONCREMAT.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – As obras do GRUPO SONAE eram administradas pela empresa CONCREMAT?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Acredito que sim. Mas é importante também, Excelência, uma segunda informação. Essa obra não aconteceu. Essa obra era um shopping na antiga hípica de Curitiba que acabou tendo... o grupo acabou desistindo de executar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Constam dos autos dessa CPI também que o Sr. Adair Cabral foi Diretor da empresa CONCREMAT empresa essa que detêm vários contratos com a INFRAERO. Sendo que alguns são objetos inclusive de investigação.

Então, nós temos também nos autos, podemos também passar para sua defesa, cópias de que a CONCREMAT, empresa da qual Sr. Adair Cabral que era seu subordinado, foi Diretor, de que ela detêm vários contratos com a INFRAERO. Ou teve vários contratos com a INFRAERO alguns inclusive objetos de investigação.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Mas nenhuma relação conosco, Excelência. Porque o Adair e a CONCREMAT é um grupo grande, talvez da natureza dos seus serviços...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas era subordinado a V.S^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, ele era subordinado antes de entrar no GRUPO CONCREMAT. Ele foi subordinado, depois ele foi, ele trabalhou no Governo Lehner como Diretor de Esportes do Governo do Estado e nós não tivemos mais nenhum vínculo funcional.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Segundo a denúncia feita pela Sr^a. Sílvia Pfeiffer contra V.S^a., nessa denúncia ela assevera que a nota fiscal nº. 00066 emitida pela empresa GRANDES FORMATOS LTDA em favor da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA no valor de 203 mil, 530 reais que essa nota é fria. V.S^a. tem como nos explicar se essa nota era fria ou autêntica?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, eu estou tentando rastrear o porquê dessa informação dela e o porquê dessa nota. Porque a nossa empresa não tem nem a condição contábil mensal de absorver uma nota de 203 mil. É uma empresa que fatura menos que isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Então a nota é fria.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A nota não foi usada para nada. Essa nota não está escriturada, não está contabilizada. Ela juntou essa nota numa Ação Civil Pública que ela move contra a minha pessoa no Paraná, nós pedimos perícia porque junto com a nota ela juntou um balancete e a perícia do balancete já aprovou. O Juiz não autorizou a perícia da nota, nós estamos insistindo na perícia da nota, e a perícia do balancete contábil já foi... a perícia já sentenciou que essa, que o documento é falso. A assinatura é falsa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. então não conhece essa empresa GRANDES FORMATOS LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu conheço a empresa. A empresa prestou alguns serviços para AEROMÍDIA, mas serviços pequenos. É uma empresa de adesivagem. É uma empresa, por exemplo, que nós vamos fazer uma adesivagem em algum aeroporto, ela vai e faz o serviço de instalação. Ela nem tem como... Essa nota é completamente fria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. se lembra da data da nota?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não lembro, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Lá consta que tipo de material teria sido adquirido?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – São serviços de adesivagem, se eu não me engano, mas essa nota não é da empresa, não é... Não pertence à contabilidade da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A data da operação. V.S^a. conhecia a empresa, mas falava com o proprietário da empresa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nunca falei com ele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. ligou para empresa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nunca liguei para empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas consta da quebra de sigilo telefônico três ligações entre V.S^a. e essa empresa nos dias 19... Entre os dias 19 de novembro de 2004 e 3 de dezembro de 2004.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Do meu telefone comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Telefones de V.S^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É bom esclarecer que o senhor está com a quebra do sigilo do telefones comerciais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Perfeitamente.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – E esses telefonemas foram feitos pela sede da empresa. Provavelmente pela Sílvia. A Sílvia tinha contato com a empresa GRANDES FORMATOS.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas de qualquer forma vou passar para V.S^a. também essa documentação que nós temos.

A nota fiscal juntada aos autos indica que a sede dessa empresa é em Luziânia, Goiás. Isso é correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não sei, Excelência. Eu não conheço a empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que V.S^a. adquiriu esse material em Luziânia, ou demais outros materiais em Luziânia?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Esse material da nota não foi adquirido, Excelência. Essa nota juntada, as transações que nós temos é que eles fazem serviços para a AEROMÍDIA. Eventualmente, por exemplo, um serviço de adesivagem que eles venham aplicar no aeroporto Juscelino Kubitschek é mais fácil, eles que já são nossos fornecedores. Agora, onde é a sede da empresa deles nunca me atentei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A terceira denúncia...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – O contato que temos com eles é por telefone.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. nunca...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nunca fiz nenhum contato com eles.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer V.S^a. recebia propina da empresa SETE SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL, TUIUTI. Segundo ela, a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTOS LTDA emitia notas em favor da empresa TUIUTI semente causa da dívida. Pergunto: O que V.S^a. tem a nos explicar sobre essa denúncia?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nós já juntamos para o senhor, Excelência, a questão da TUIUTI, e vale uma explicação aí. A TUIUTI nós temos aí mais ou menos em torno de 20 cheques emitidos da empresa e da Sílvia Pfeiffer para... resgatados da Universidade de Tuiuti. As duas filhas dela estudavam lá. Então nós firmamos com a Universidade de Tuiuti um contrato de permuta por veiculação publicitária para que a gente pudesse esgotar essa dívida junto da... Dívida da Sílvia Pfeiffer para com a universidade para que a gente pudesse quitar essa dívida e resgatar os cheques.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então existe um contrato entre a ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTOS e a empresa TUIUTI?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Posteriormente emissão dos cheques.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Posteriormente emissão dos cheques.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E que serviços eram prestados?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Veiculação de publicidade no aeroporto Afonso Pena.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós solicitaríamos a cópia desse documento se fosse possível.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E sobre esse depósito de 9 mil, 375 reais na conta da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTOS feita pela empresa TUIUTI no dia 5 de março de 2003?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Isso foi um painel que eles locaram especificamente para anunciar, se não me engano vestibular deles que teriam de verão ou inverno, ou alguma campanha da Universidade de Tuiuti, e eles eram um cheque dando quitação a esse pagamento. Tem nota fiscal e o serviço prestado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que V.S^a. poderia nos explicar sobre o fato que dois dias após o depósito referido na pergunta anterior, esse 9 mil, 375 reais, ou seja, a ARTE MÚLTIPLA fez o depósito de 9 mil, 375 reais no dia 5 de março de 2003, na conta da TUIUTI. É isso? 9 mil, 375 na conta da empresa, ou seja, a TUIUTI depositou 9 mil, 375 no dia 5 de março de 2003. Perfeito?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No dia 7 de março de 2003, a ARTE MÚLTIPLA emitiu cheque no valor de 9 mil, 375, o mesmo valor em favor de Marcos Vinícius Carvalho do Amaral.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – O Marcos Vinícius Carvalho do Amaral era funcionário do ARTE MÚLTIPLA, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No mesmo valor do cheque que foi depositado...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço a coincidência dos valores e da causa. Mas ele era funcionário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós temos a quebra também e vamos passar para V.S^a. também.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Agradeceria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Marcos Vinícius Carvalho do Amaral.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Era funcionário da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer o motivo para a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA ter desembolsado cerca de 62 mil reais em favor de Marcos Vinícius Carvalho do Amaral entre os meses de janeiro e maio de 2003?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ele era funcionário da empresa e prestador de serviços da empresa. Então, todo o serviço que nós tínhamos terceirizado, em nível de construção, manutenção, elétrica, hidráulica, tudo que nós necessitávamos desse tipo de serviço era feito pelo Marcos Vinícius. Ele inclusive ele era, primeiramente ele era funcionário da empresa, e depois ele montou uma empresa e continuou... Daí terceirizamos o trabalho dele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual o valor da remuneração dele?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não sei precisar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual serviço ele prestava?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Todo serviço que exigia manutenção, elétrica, hidráulica, assentamento de pisos, toda a parte de manutenção que a empresa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ou seja, para isso ele recebia em torno de 15 mil reais por mês.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não necessariamente. Pode ser que ele tenha pego alguma empreitada de serviços que... De um serviço específico...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas nesse caso foi a ARTE MÚLTIPLA que pagou a ele.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Exatamente. Recebo essa informação. Agora, que tipo de serviço que ele nos prestou aí vamos ter que verificar na nossa contabilidade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. foi empregado da empresa TUIUTI?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – De quando a quando?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – De... Eu não sei precisar datas exatas, mas eu acredito de 99 não, mais cedo. Acho que de 97 ou... 95, Excelência, até o ano de 2001 ou 2000. Mais ou menos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O que V.S^a. fazia?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu era assistente do Reitor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. pode explicar então por que é que recebeu de 2003 entre os anos de 2003 e 2005, 70 mil reais? Após ter saído de lá?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não saí em 2001, saí exatamente em 2003 e 2004, quando saiu uma série de professores da universidade, uma série de colaboradores e eu ainda era assistente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. entrou em que ano.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Desculpe, Excelência, eu não tenho bem essa data, mas ela... Eu não me lembro de cabeça. Tenho na minha carteira funcional. Posso remeter essas informações para o senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Seria interessante porque...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Mas deve coincidir o senhor está com... Os valores bancários.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Entre 2003 e 2005.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Tem um período anterior a isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Então período anterior, então V.S^a. não recebeu. Trabalhou de graça.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Recebi sim, Excelência. Inclusive nas declarações de Imposto de Renda o senhor vai verificar que constam lá que esses recebimentos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. corrompeu o Superintendente da INFRAERO em Curitiba, Sr. Mário de Ururahy Macedo Neto por intermédio do pagamento das mensalidades escolares da filha dele na faculdade TUIUTI. Ademais, a denunciante asseverou que V.S^a. efetuava depósitos na conta de Hildelbrandina Olímpia Silva Macedo, esposa do Sr. Mário de Ururahy. Em troca V.Ex^a. viabilizava contratos publicitários de mídias veiculadas no aeroporto Afonso Pena. Especialmente nos casos de dispensa de licitação. O que V.S^a. tem a dizer sobre isso?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, acho que cabe um esclarecimento até pelo ner-

vosismo de estar aqui presente V.Ex^a. e dos demais membros da CPI que eu não fiz. Mas eu acho importante fazer essas considerações.

Do ano de 1997 até o ano de 2004, oito anos, eu fui Secretário Municipal da Prefeitura de Curitiba. Fui Secretário municipal de diversas pastas, ou às vezes acumulando mais de uma pasta, fui Presidente de uma agremiação política do PSDB de Curitiba, fui Presidente de vários institutos da Prefeitura de Curitiba, como Instituto Curitiba de Saúde, Instituto de Administração que gera o transporte coletivo, enfim, eu tinha uma atividade administrativa muito intensa. Se o senhor verificar toda a documentação assinada que o senhor tem em posse, já deve ter todos esses documentos em mãos, é bom esclarecer o seguinte, que toda essa documentação, toda a transação comercial da empresa AEROMÍDIA foi realizada pela Sílvia. A Sílvia Pfeiffer. Quer dizer, todo o período. Por que é que ela não assinava cheques? Que é isso só que consta. Porque a Sílvia desde o ano de 2000 ela não pode fazer nenhuma movimentação financeira. Ela está com o seu CPF bloqueado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor foi sócio dela até quando?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Até 2004.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que o senhor fica sócio de uma pessoa por quatro anos sabendo que ela não pode assinar cheque? Que ela tem dúvida...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Várias pessoas têm restrição comercial. Ela não nos avisou que ela não podia fazer o que ela não tinha, o CPF. Nós descobrimos que ela...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. disse que ela não assinava os cheques porque tinha restrição.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A empresa não era dela. A empresa... Ela era proprietária de direito, de fato, mas não de direito. Era das filhas dela. As duas filhas dela também tinham restrições financeiras.

Então, como não vi, não entendi nenhum problema naquela oportunidade, em me associar com ela nesse sentido e ficando com a missão de Sócio Gerente, mas não como sócio administrador. Sócio administrador era necessariamente ela. Embora não constasse no contrato. Tanto que todas as transações que o senhor verificou comerciais da AEROMÍDIA foram feitas por ela.

Então, me coube esse esclarecimento para às vezes me falha alguma informação em relação que o senhor está indagando.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só estou indagando em cima do que ela disse. Não criei nada nem os documentos que têm chegado das empresas telefônicas, do sigilo bancário... E ainda estão chegando. Então vou repetir acusação que é formulada pela Sr^a. Sílvia Pfeiffer.

A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. corrompeu o Superintendente da INFRAERO em Curitiba, o Sr. Mário de Ururahy Macedo Neto por intermédio do pagamento das mensalidades escolares da filha dele na Faculdade TUIUTI. Ademais, a denunciante asseverou que V.S^a. efetuava depósitos na conta de Hidelbrandina Olímpia Silva Macedo, esposa do Sr. Mário de Ururahy. Em troca, V.S^a. viabilizava contratos publicitários de mídias veiculadas no aeroporto Afonso Pena, especialmente nos casos de dispensa de licitação. O que V.S^a. tem a nos dizer sobre o que disse a Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Bom, em primeiro lugar a relação TUIUTI com a AEROMÍDIA ela foi toda articulada a proposta assinada pela Sílvia. Nós tínhamos com eles um pacto de colaboração, no sentido nós tínhamos o... nós prestávamos para eles o serviço de veiculação publicitária e eles iam descontando da dívida da dona Sílvia. E em relação à D^a. Dina, nós mandamos para a D^a. Hidelbrandina, pro senhor já na primeira oportunidade, na segunda oportunidade quando o senhor indagou a D^a. Sílvia aqui, que a relação Hidelbrandina com Sílvia e relação TUIUTI, era uma coisa toda conectada. Porque a D^a. Sílvia comprou um excesso ou comprou muito... Aliás, ela era uma compradora compulsiva, fez uma série de compras de jóias e foi abatendo com a Sr^a. Hidelbrandina dessa forma como está aí. Isso a D^a. Hidelbrandina já deve ter informado, nós inclusive mostramos isso para o senhor a questão de jóias, porque aqui na CPI ela disse que era muita jóia para ser comprado e nós mostramos para o senhor que isso é um hábito da D^a. Sílvia. Comprar jóias, penhorar na CAIXA ECONÔMICA, fazer uso do dinheiro e posteriormente deixar a pessoa com quem emprestou seu nome com dificuldades lá junto à CAIXA ECONÔMICA.

Então, é transação TUIUTI, Ana Carolina, que é filha do Sr. Mário e D^a. Hidelbrandina é proveniente de compras que ela fez de jóias da D^a. Hidelbrandina.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.S^a., como V.S^a. explica a existência de saída financeira da conta da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA no valor de 753 reais e 66 centavos, no dia 13

de novembro de 2002, sendo que tal valor é registrado no controle da empresa de movimentação da conta CEF, como Dr. Carlos, matrícula TUIUTI.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu já prestei essa informação para o senhor no documento que eu enviei no primeiro esclarecimento, mostrando que são dois boletos bancários que ela anexa na revista, de 753 e outro de novecentos e poucos reais, que a soma dele era 1.601 na oportunidade...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse é outro. Esse eu vou perguntar para o senhor em seguida. Eu estou perguntando sobre esse valor de 753 reais...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Essa movimentação financeira, Excelência...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Está escrito movimentação da conta CEF, Dr. Carlos, matrícula TUIUTI.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Essa movimentação financeira nós já informamos ao senhor que não faz parte da contabilidade da empresa. É uma informação financeira de Sílvia Pfeiffer.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Está no controle da empresa, nós temos o documento, também podemos passar para V.S.^a, está lá registrado o controle da empresa e está escrito dessa forma, “movimentação da conta CEF, Dr. Carlos matrícula TUIUTI”.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, eu quero só reforçar para o senhor que esse movimento financeiro ou esse controle financeiro que o senhor está apresentando não faz parte do escopo contábil da minha empresa. Isso foram documentos que ela juntou aleatoriamente como todos os outros que ela juntou. Agora, a informação, todos os lançamentos que nós temos para Universidade Tuiuti estão escrituradas contabilmente. E todos os lançamentos que nós temos Universidade de Tuiuti diz respeito exclusivamente à Sílvia Pfeiffer. Porque a relação funcional, comercial com a TUIUTI era dela também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pergunto então novamente a V.S.^a, já em relação ao novo fato. Do mesmo modo, aí sim a Sr.^a. Sílvia Pfeiffer juntou aos autos dois boletos bancários, um no valor de 738 reais e 89 centavos e outro no valor de 952 reais e 21 centavos, que somados montam 1.691 reais e 10 centavos. Cedente é a empresa TUIUTI e o sacado é a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA com vencimento em 5 de janeiro de 2003 e 8 de janeiro de 2003, respectivamente.

Pergunto: Como V.S.^a. explica a existência de saída financeira da conta da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA no valor de 1.691 reais

e 10 centavos no dia 24 de janeiro de 2003 sendo que no controle da empresa de movimentação da conta CEF há o seguinte registro. Pagamento TUIUTI, duas mensalidades. Quem foi o beneficiário desses pagamentos ou quem foi o beneficiário desses pagamentos de mensalidades?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Para a empresa, Excelência, beneficiário foi Sílvia Pfeiffer. Inclusive nós juntamos para o senhor o recibo de Sílvia Pfeiffer dando quitação para a empresa no valor de 1691 e 10.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em nome de quem?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Em nome dela mesmo. Porque o boletos bancários não era identificados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que razão o sacado empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Porque ela firmou essa negociação com a Universidade de TUIUTI pedindo que remessa desses boletos bancários fossem feitos em nome da empresa. Quando nós identificamos isso, nós lançamos isso para ela e ela deu quitação conforme recibo que apresentei a V.Ex.^a.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E nessa época ela ainda tinha vínculo com...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Aliás, Excelência, não é o primeiro caso, e não é caso incomum dela também. Porque juntamente com isso ela costumava lançar mão desses procedimentos no comércio local. Tem várias notas que ela fez em nome da empresa que nós tivemos que depois fazer cancelamentos, quando conseguimos identificar. Era uma prática comum dela.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Seria bom V.S.^a. também juntar aos autos.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Estão todos juntados já, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ok. A Sr.^a. Sílvia Pfeiffer ainda juntou aos autos comprovante de depósito em dinheiro de 20 mil reais, 4 mil reais, outros 4 mil reais, de 29 de junho de 2004, 20 de agosto 2004 e 28 de setembro de 2004, respectivamente feitos na conta da Sr.^a. Hidelbrandina Macedo. Sem que no entanto indicasse o nome do depositante. Ademais, em depoimento prestado à Polícia Federal, asseverou que havia outros dois depósitos. Um de 3 mil e outro de 10 mil reais. O que V.S.^a. tem a esclarecer sobre isso? Esse dinheiro saiu da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMIENTOS LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não saiu, Excelência. Inclusive, nós já mostramos isso para o senhor, uma cópia da movimentação financeira da empresa, até porque não tinha lógica esses valores serem pagos por conta, vamos associar isso a conta de propina para o Sr. Mário, porque o Sr. Mário na época já não era nem Superintendente de Curitiba, já estava em Brasília trabalhando em função completamente atípica das funções exercidas pela AEROMÍDIA. Demonstrando inclusive que toda essa relação com a Sílvia com a Hidelbrandina é uma relação pessoal delas. Bastante pessoal, inclusive. O senhor vai verificar e nós tentamos mostrar isso para o senhor que os extratos de conta telefônica do Hotel Manhattam foram feitas em janeiro de 2005 quando ela já não fazia mais parte da empresa. E várias ligações, inclusive na madrugada, várias ligações, são mais de 30 ligações que nós já juntamos aos autos aqui para provar ao senhor que ela tinha uma relação pessoal com essa pessoa muito estreita.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. corrompeu o Superintendente de logística de carga da INFRAERO, Sr. Luiz Gustavo Schild por intermédio de três depósitos. 20 mil reais, 12 mil reais e outros 12 mil reais em troca de favorecimentos em contratos junto à INFRAERO. Que um dos depósitos de 12 mil reais foi feito em 17 de fevereiro de 2003. Cheque, CEF nº. 1342 da AEROMÍDIA, agência 0997, conta corrente 1715-5. E outro em 28/01/2003, cheque CEF nº. 1259 da AEROMÍDIA, agência 0997, conta corrente 1715-5. Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer o depósito de 20 mil também foi realizado no ano de 2003. Porém, não soube dizer a data. V.S^a. poderia se manifestar sobre esse assunto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Manifesto sim, Excelência. Não há nenhuma coincidência desses valores de saques tirados, já vou explicar a questão da movimentação financeira, mas esse cidadão... Desculpe, o Schild, ele não tem nenhuma relação funcional conosco. Ele não presta nenhum serviço. Nenhuma área que diga respeito à AEROMÍDIA. Eu não entendi porque ele tem uma relação pessoal com a D^a. Sílvia, estreita, que V.Ex^a. também provavelmente através da quebra dos sigilos vai poder constatar...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Marcos Vinícius Carvalho do Amaral era servidor do senhor? Já mencionamos anteriormente.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É. Esse era.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então veja só, como é que V.S^a. explica o fato...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É servidor dela também. Ela que tinha...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No dia 18 de fevereiro de 2003, o cheque de nº. 1342 de 12 mil reais, ele saiu da conta da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS em favor do Sr. Marcos Vinícius Carvalho do Amaral. Que era servidor do senhor. E no mesmo dia foi feito um depósito on-line de 12 mil reais na conta do Sr. Luis Gustavo Schild.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu vou esclarecer isso para o senhor e o senhor vai ter facilidade de fazer a constatação. Sua Assessoria Técnica vai poder... Porque eu não consegui resgatar o conteúdo disso. Agora, provavelmente o cheque foi emitido para conta de Marcos para que houvesse o saque desse dinheiro, para que houvesse o pagamento. Porque existe uma coincidência de valores. Nós fomos atrás, como eu disse para o senhor, eu não agenciava diretamente a empresa, mas a questão financeira é a mim. Nós fomos atrás do rastreamento, tentamos rastrear esse depósitos de 12 mil reais. O que aconteceu? Ele saiu, foi para conta efetivamente do... Conta não, para o senhor Marcos identificou como repasse, ele fez um saque desse dinheiro, esse saque seria utilizado para o pagamento da INFRAERO Brasília. Porque nós tínhamos por 12 meses consecutivo o pagamento de 12 mil reais por mês.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Justamente isso. Porque esse cheque nº. 1342 ele é registrado pela empresa como pagamento Brasília.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Exatamente. Mas esse registro...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Acabou não caindo na conta da INFRAERO.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nós só fomos detectar isso, Excelência, no mês de março quando nós tivemos que compor esses dois valores e parcelar exatamente esse valor. Mas, nós entramos em contato com o Sr. Schild aqui a respeito desse suposto depósito, como o senhor apurou essa coincidência...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. confirma que lá nos documentos da empresa está escrito pagamento Brasília.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não. Nós tínhamos que... Esse pagamento Brasília, a escrituração contábil que nós tínhamos que ter para ele era o pagamento INFRAERO. Porque ele...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas foi pagamento Brasília.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu não sei, Excelência. O mesmo documento que o senhor viu é o documento que eu também tive acesso por conta do Inquérito Policial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – É esse mesmo documento que o senhor desacreditou lá atrás ainda há pouco.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, mas esse documento, veja bem, até porque ele não confere. Porque ele teria que ter lá o lançamento real de Marcos Vinícius Carvalho. Ele teria que ser o lançamento dele teria que ser para isso. Se 12 mil emitido por conta do Marcos, teria que tá o lançamento do Marcos. Só queria completar, Excelência, que esse depósito entrou na conta do Sr. Schild, nó viemos atrás disso. Entrou. No mesmo dia, ele... O Sr. Schild nos informou que ele fez outra transferência on-line para uma butique de Curitiba para uma quitação de uma conta de 11 mil reais da D^a. Sílvia Pfeiffer. Eu acho que isso é perfeitamente possível que o senhor verifique. Quer dizer, na verdade ela usou a figura do Marcos para fazer o saque, provavelmente no Banco, para fazer o pagamento da INFRAERO, não fez. Depositou na conta dessa pessoa, por algum motivo, e o pagamento retornou a uma butique de Curitiba. Eu não sei se o senhor já tem essas informações, mas a loja Gap que é uma franquia de uma butique no Shopping Muller. Butique de luxo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Abel D. Sousa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Como V.S^a. explica o fato de que o outro cheque de 12 mil reais, cheque CAIXA ECONOMICA FEDERAL n^o. 1259, o fato de ter sido debitado na conta da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTO LTDA em 28 de janeiro de 2003, e foi destinado ao Sr. Abel de Sousa. V.S^a. saberia se esse valor também foi repassado a Luiz Gustavo Schild?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço. Não sei informar ao senhor. Eu não conheço Abel e também nós temos como emitido um cheque a conta CAIXA de 12 mil reais nessa mesma data que o senhor falou.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Veja bem V.S^a. Por que é que esse cheque n^o. 1259 é também registrado como pagamento Brasília/Tim?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Provavelmente... Volto a insistir para o senhor. Esses documentos não são documentos contábeis da empresa. Mas se ela colocou pagamento Tim/Brasília, provavelmente no sentido de mascarar uma informação e poder dizer aos outros sócios que ela estava pagando uma dívida que não estava pagando.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Esses documentos também foram juntados por V.S^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Sim. Os documentos que V.S^a. entregou juntou essa documentação a nós.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Nós também vamos franquear essa juntada...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu tenho absoluta certeza que eu tomei cuidado de olhar todos os documentos. Aliás, o documento está aqui. Sua Assessoria pode confirmar isso agora. Se quiser.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Nós vamos passar para V.S^a. cópia integral tudo que diz respeito a defesa que V.S^a. vai fazer.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Porque esse documento que o senhor está alegando que nós apresentamos é o extrato do Banco, da CAIXA ECONÔMICA. Não tem registro de qual é a natureza do seu lançamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer se a Sr^a. Helen Pfeiffer, filha da Sr^a. Sílvia Pfeiffer era sócia da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA em 2003?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Era a Helen. Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Veja só, eu não tenho nada com isso. Mas V.S^a. deve responder as perguntas, se tiver alguma dúvida, porque senão nós vamos pedir a V.S^a. para se retirar e nós vamos perguntar à Advogada. Porque a Advogada tem o direito de... V.S^a. tem o direito de consultá-la. Agora, se for por ela responder por V.S^a., nós passaríamos a falar com a Advogada.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Perfeito, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Então ela pode e deve lhe auxiliar. Agora, não pode responder por V.S^a. Embora esteja

gostando imensamente do depoimento. Agora, eu acho que... Só para ainda perguntar a V.S^a. V.S^a. poderia nos explicar por que motivo o depósito de 20 mil reais na conta de Luiz Gustavo Schild foi feito em dinheiro por Helen Pfeiffer em 11 de novembro de 2003? Qual a origem desse recurso?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu não tenho idéia, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas ela era sócia da empresa.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ela era sócia da empresa, mas ela não tinha nenhuma participação administrativa na empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Desde quando há divergência entre V.S^a. e a Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Em que sentido, Excelência? Divergências sempre houveram. Mas em que sentido?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Briga comercial.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Briga social desde o início da sociedade. Tanto que a movimentação financeira...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas a sociedade durou até quando?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Até 2004. Porque eu não tinha absolutamente nenhum jeito ou nenhuma forma de absorver qualquer outro tipo de controle em função das funções que ocupava.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. já tinha conhecimento... V.S^a. atribui todas as irregularidades à Sr^a. Sílvia. Perfeito?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – E V.S^a., portanto, já tinha conhecimento dessas irregularidades.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Olha, esses depósitos, a relação comercial da D^a. Sílvia, a relação dela pessoal com Gustavo Schild, Hidelbrandina, eu não conhecia. Nem podia ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Gostaria de tirar uma dúvida, Sr. Relator. V.S^a. disse ao Sr. Relator que quando entrou na empresa, e logo que assumiu, teve que usar de vários processos para pagar cheques sem fundos. É isso?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Depois V.S^a. também afirmou saber da conduta não séria da Sr^a. Sílvia, certo? Por várias vezes afirmou isso aqui.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Como é que uma pessoa, aí vai a pergunta. Como é que uma pessoa, e você já mostrou que tem capacidade, exerceu cargos, e pela expressão, pela maneira, pela conduta está mostrando capacidade. Como é que uma pessoa tão capaz como V.S^a. pode se associar a uma pessoa sabendo da qualificação de que é aquela pessoa. Então aquela pessoa não tinha nenhuma qualidade. Aquela pessoa era uma pessoa que emitiu cheque sem fundo. Se emitiu cheque sem fundo, qual é a qualidade dessa pessoa? A pior possível. E aí eu vou me associar a essa pessoa sabendo que eu vou ter problema? Lógico que eu vou ter problema.

Então eu queria perguntar para V.S^a. exatamente isso. V.S^a. afirmou várias vezes ao Relator e eu prestei bem atenção que sabia das qualidades da Sr^a. Sílvia e continua afirmando. Por que V.S^a. se associou a ela? E permaneceu sócios vários anos sabendo da qualidade dela, da pessoa que era D^a. Sílvia. Por quê? Isso que eu não entendi até agora. Procure me esclarecer isso, por favor.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Vou tentar esclarecer, Excelência. Eu me associei à D^a. Sílvia em meados de 2001. Fevereiro propriamente. Eu não conhecia a D^a. Sílvia Pfeiffer como empresário, como pessoa. Não sabia que a Sílvia tinha o histórico, o currículo que tinha. Mas eu fiz a besteira de me associar. Me associei, acabei levando junto comigo o meu irmão, que me arrependo até hoje, e tive um dis-sabor, inclusive de ter um relacionamento familiar aí bastante estranhado em função disso. E no decorrer como nós fomos conhecendo a D^a. Sílvia, quando fui percebendo os cobradores que iam constantemente à empresa, nós tratamos de fazer alguns dispositivos que pudessem impedir ela de agir em nome da empresa. Como comprar excessivamente. Exemplo disso, ela por exemplo foi numa feira de quadros e acabou comprando a coleção inteira de quadros. Ela foi numa loja de mármore e comprou uma mesa de mármore de 20 e poucos mil reais. Então, coisas que a gente não conseguiu evitar que acontecesse.

Agora, efetivamente, então nós tínhamos o histórico da D^a. Sílvia como compradora compulsiva, não tinha mais o que fazer, porque afinal de contas a partir do momento que eu assino um contrato eu vou ficar respondendo dois anos, a legislação vai me dizer que eu respondo por dois anos, tentamos fazer todos os dispositivos possíveis para que a gente pudesse evitar maiores constrangimentos para a minha pessoa física, para a pessoa jurídica. Resgatamos, pagamos todas

as contas que tinham no âmbito da pessoa jurídica e acreditamos que ainda era possível manter uma relação societária com ela e com as suas filhas e procurar seguir um caminho empresarial. Desde que as regras fossem absolutamente bem-postas.

Fomos saber da conduta criminosa dela. Criminosa. No mês de dezembro de 2004, quando os funcionários, embora naquele período foi um período bastante tumultuado, o senhor como autoridade pública sabe que no final eu ocupei no último ano de gestão do Dr. (ininteligível) a função de Secretário de Finanças, e é um período de fechamento de contas, do plano de gestão. Então, se dedica tudo. Porque acaba assumindo praticamente a Prefeitura por um todo. Porque tem os cortes orçamentários, as verbas, tudo aquilo que precisa ser ajustado para que a gente faça o encerramento da gestão que era a primeira, inclusive já feita nos moldes da legislação atual.

E nesse período nós tivemos que... Eu tive que interromper, pelo menos por um dia, porque chegou a nosso conhecimento, os funcionários foram levar isso a gente que a D^a. Sílvia tinha comparecido lá na sede da empresa a Polícia Federal para intimar. E aí sim fomos descobrir qual era a natureza do crime que ela estava sendo responsabilizada. Fomos verificar que era um crime por duplo CPF, e acabamos daí associando mais uma série de outras questões de faturas que ela lançou por conta da empresa a fazer o afastamento dela. Afastamento dela inclusive que foi objeto, nós entramos com o pedido de solução de sociedade, e a própria justiça verificou, com aquela documentação que foi acostada que realmente a condição societária tinha sido esgotada, que não havia mais condições para comparecer. E aí determinou a exclusão dela.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. corrompeu o Gerente Comercial do aeroporto Afonso Pena, Sr. Arlindo Lima Filho, por intermédio do pagamento de Comissão ao filho dele, Jean, que inclusive trabalhou na empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA. O que V.S^a. tem a dizer sobre isso?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu já informei, Excelência para o senhor a respeito da contratação do filho do Jean, aconteceu em 2004, essa ação promocional que ela alega ter realizado e que esse dinheiro teria entrado direto em conta corrente, já mostrei inclusive por extrato bancário que foi uma ação promocional, o dinheiro saiu da conta da Cultura Italiana, entrou na conta da ARTE MÚLTIPLA normalmente, a nota fiscal foi expedida para ela, não teve nenhuma participação dessa pessoa, até porque ele não trabalhava lá à época.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Os sigilos em poder dessa CPI revelaram conforme a Sr^a. Sílvia Pfeiffer denunciou dois créditos em favor da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA de 3.650 reais e 3.100 reais ocorridos em 20 de fevereiro de 2003 e 27 de março de 2003, respectivamente. Que segundo ela foram repassados ao Gerente Comercial da INFRAERO, o Sr. Arlindo Lima Filho, por intermédio do seu filho, que inclusive trabalhava na empresa ARTE MÚLTIPLA. V.S^a. poderia explicar porque motivo a empresa registrou tais ingressos como recebimento Centro de Cultura Italiana? Que tipo de contrato havia entre a ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA e o Centro de Cultura Italiana?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Na verdade cabe esclarecer que ela utilizou duas questões. Um contrato promocional, era uma campanha promocional do Centro de Cultura Italiana, pelo que me consta...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Existiu contrato.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Existiu.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Assinado e tudo mais.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu acredito que sim, Excelência. A nota fiscal foi emitida, nós apresentamos isso para o senhor, inclusive os extratos bancários que comprovam esse depósito. E ela utilizou na empresa dela, AÉREO 3Z para que o ingresso, segundo a ação promocional fosse feito através da conta da ARTE MÚLTIPLA. Mas não há nenhum repasse desses recursos para Jean ou para Arlindo. Em absoluto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer asseverou que V.S^a. corrompeu o Superintendente do Aeroporto Afonso Pena, Sr. Antônio Felipe B. Barcelos, por intermédio do pagamento de comissões à filha dele, Lorena Barcelos, que inclusive trabalhou na ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA. O que é que V.S^a. tem a dizer a respeito disso?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu apresentei já para o senhor, a Lorena foi uma estagiária contratada pela Sílvia lá no escritório da Arte Múltipla com o salário de 225 reais por mês. No CEE. Contratada pelo CEE. Ela trabalhou, laborou, o CEE faz o acompanhamento inclusive do estagiário, e toda essa documentação nós já constamos. Esclarecimentos que nós trouxemos a primeira vez.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Constam dos autos da CPI certidão da Junta Comercial do Paraná com os dados de uma

outra empresa de V.S.^a, a CIDE – CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA. Segundo a certidão, a referida empresa foi constituída no Município de Pinhais, tendo uma filial em Porto Velho, Rondônia. Ainda nos termos da certidão, tal empresa pode desenvolver as seguintes atividades econômicas: Obra de urbanização e paisagismo, serviços advocatícios, atividades de contabilidade, atividade de auditoria contábil, pesquisas de mercado e de opinião pública, atividade de assessoria e gestão empresarial, outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas e outros cursos de educação continuada ou permanente. Tal empresa foi constituída em 2001, e encerrou as atividades em 2004. Correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo a Sr.^a Sílvia Pfeiffer...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – De fato encerrou em 2002. Ela foi encerrado finalmente, de 2002 a 2004 não houve nenhuma movimentação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo a Sr.^a Sílvia Pfeiffer, a sede dessa empresa encontrava-se numa casa abandonada. O que V.S.^a tem a dizer a esse respeito?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não era casa abandonada. É a casa dos meus pais. É um contrato de consultoria, o zoneamento permite inclusive que haja atividade compatível porque era uma atividade de consultoria, se há compatibilidade zoneamento de Pinhais permitia, deram Alvará inclusive para esse local. Agora, não era um imóvel abandonado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quantos empregados V.S.^a tinha nessa empresa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nenhum empregado, Excelência. Até porque cabe esclarecer o seguinte, a movimentação dessa empresa CIDE ela aconteceu da seguinte forma. Ela foi constituída para que a gente pudesse ofertar... Pudessem desenvolver aquilo que eu aprendi em consultorias, palestras, enfim...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Todas só. V.S.^a tem especialidade nisso tudo.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu fui conselheiro do...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Urbanização, Paisagismo, Advocacia, contabilidade, auditoria contábil, pesquisas de mercado e de opinião pública, gestão empresarial, outros serviços, curso de educação continuada ou permanente.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu quero que o senhor vá falando um por um porque eu quero dizer o que fiz já. Sou Advogado, fui membro do Conselho Regional de Contabilidade. Foi Secretário de Urbanismo de Curitiba por cinco anos e meio. Conheço toda a área de urbanização, uso do solo...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais foram os principais clientes dessa empresa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nós não tivemos cliente nenhum, Excelência. Porque essa empresa, isso que é que eu quero esclarecer, ela movimentou no período de 2001 até 2002 ela só fez a movimentação financeira bancária para as empresa que tinham contrato com a AEROMÍDIA pagavam através da AEROMÍDIA, como tinha que ser, a AEROMÍDIA transferia para a conta da CIDE e a CIDE fazia os pagamentos da AEROMÍDIA. Por quê? Porque a AEROMÍDIA não tinha cadastro bancário. A AEROMÍDIA não podia fazer movimentação financeira bancária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A empresa de V.S.^a não podia fazer transação?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A AEROMÍDIA naquela oportunidade estava com o cadastro restrito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por quê?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Por emissão de cheques sem fundo que eu esclareci no início da... Nós conseguimos resgatar, no momento que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, essa empresa, isso foi... Contratualmente era possível? Foi feito esse contrato para a AEROMÍDIA repassar...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nós fizemos um contrato de gestão entre a AEROMÍDIA e a CIDE justamente para poder fazer o fechamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que encerrou as atividades em 2004, logo depois do pleito?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não em 2004, Excelência. 2002. Nós encerramos ela na verdade em 2004 porque acho que foi a finalização da documentação. Mas efetivamente ela trabalhou de 2001 a 2002.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então... era a pergunta que eu ia fazer...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Trabalhou não. Ela fez a gestão financeira na verdade. Porque era isso que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTO transferiu cerca de 483 mil reais...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ela transferiu todo o seu faturamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Transferiu de que forma?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ela transferia em depósito bancário. Porque a ARTE MÚLTIPLA não tinha condições de efetuar pagamentos em cheque, e aí nós incorporávamos inclusive um risco de segurança. Cada pagamento que nós íamos fazer nós não tínhamos cheque. Nós tínhamos que ir lá e fazer o saque bancário e pagar. Agora, Excelência, isso existe um cruzamento contábil da empresa CIDE com a empresa ARTE MÚLTIPLA. Isso já foi juntado ação civil do Paraná.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E havia um contrato entre a CIDE e a INFRAERO?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A CIDE nunca fez contrato com a INFRAERO. Ela não tinha nenhuma relação funcional com a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Como é que a CIDE pagou para a INFRAERO transferiu 12 mil e 800 reais em 6 de maio de 2002?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Provavelmente quitando alguma fatura da ARTE MÚLTIPLA. Se o senhor verificar os contratos da época de INFRAERO via ARTE MÚLTIPLA, o senhor vai verificar que existe coincidência ou aquele boleto bancário foi quitado pela CIDE. Porque a CIDE nunca teve nenhum contrato com a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem é o Sr. Jacques Giovanni Schileman?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O senhor não o conhece?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ah, conheço sim. O Jacques. É uma empresa que era... Que tem ou que tinha, uma empresa de urbanização também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O senhor pagou também a ele 53 mil reais entre 12 de 2001 e 7. Ou seja, dezembro de 2001...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ainda ficamos devendo, Excelência. Porque ele era um dos credores da Sílvia Pfeiffer e nós conseguimos compor porque à época...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que o senhor pagava tanta dívida da Sílvia? Uma picareta...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Porque eu não sabia que existia, as dívidas estavam em nome da empresa, e todas as dívidas que nós tínhamos da empresa foram resgatadas. Todas. Essa empresa aí ela era prestadora de serviço da ARTE MÚLTIPLA. Nós tínhamos um contrato de... àquela época um contrato de permuta com a INFRAERO. Naquele período...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem é o Sr. Marco Aurélio da Silva?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Marco Aurélio era um ex-funcionário que nós tínhamos também lá.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que é que o senhor pagou 260 mil reais para ele...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu não paguei...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Entre junho de 2001 e agosto de 2002?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, simplesmente a emissão do cheque ele como... Ele sacava o dinheiro para efetuar pagamentos da empresa. Não existe prestar contraprestação dele de serviço ele recebia um salário bem pequenininho. Mas ele era funcionário encarregado de pagar contas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sacava em cash?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ele sacava em cash e provavelmente os cheques eram nominais a ele. Como ele ia ao Banco, fazia o resgate desses valores... Provavelmente era isso.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Só depois que você assinou contrato com a Sílvia é que você soube da (ininteligível) dela.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Somente depois disso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Na parte criminal, não. Na parte criminal só vim saber depois de 2004.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quanto à empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA repassou à INFRAERO entre 2003 e 2006 a título de aquisições de espaços publicitários?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não tenho essa informação, Excelência, mas eu acho que o senhor também já requereu isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas ela não podia pagar. V.S^a. disse.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Como não podia pagar?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não tinha movimentação bancária. Tinha que ser feito através de outra empresa de V.S^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas no entanto ela pagou. Um milhão, 378 mil, 686 reais e 80 centavos.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, toda... Aí me desculpe, mas é uma incoerência. Porque a movimentação financeira da INFRAERO, a fatura da INFRAERO saía sempre pra conta da ARTE MÚLTIPLA. Então, a maneira como ingressou o dinheiro lá, ou era por conta, o pagamento eventual via CIDE...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia pagar ou não poderia pagar a INFRAERO? Na outra conta... V.S^a. diz que a outra empresa do senhor pagou 12.800 reais à INFRAERO porque a ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS ela não podia pagar. Agora, aqui V.S^a. já diz que pode pagar. Podia ou não podia pagar?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Devia pagar, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas então por que é que pagou através da CIDE ...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Deve ser um boleto bancário que o cheque foi emitido...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. disse que não podia. Que ela não tinha movimentação. Não tinha como...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A ARTE MÚLTIPLA?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A ARTE MÚLTIPLA não podia pagar com cheque.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Mas ela tinha que fazer os pagamentos. Como é que ela ia operar com a INFRAERO sem pagar? Porque a equação é o seguinte...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Quanto foi faturado... Desculpe, Excelência, mas quanto foi faturado da INFRAERO para a ARTE MÚLTIPLA? Tanto. Quanto que a ARTE MÚLTIPLA pagou? Tanto. De que forma?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que a CIDE pagou então à INFRAERO 12.800 reais...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Quitando um boleto bancário da... Provavelmente quitando boleto bancário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS liberou irregularmente um milhão e 200 mil reais em novembro de 2006 para a Agência Giovanni, a fim de viabilizar a veiculação de mídia aeroportuária nos meses de novembro e dezembro de 2006 e janeiro de 2007. A Giovanni se valeu da empresa SÁ PUBLICIDADE, representante exclusiva da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA no mercado de Brasília. V.S^a. apresentou documentação que mostra que a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA recebeu por conta dessa veiculação 182 mil, 640 reais. Esse valor foi confirmado na declaração de Imposto de Renda. Desse valor, segundo a documentação juntada aos autos por V.S^a., 36 mil, 528 reais foram repassados à SÁ PUBLICIDADE. E 70 mil e 200 foram repassados à INFRAERO.

Portanto, conforme V.S^a. está a demonstrar, sobraram 75 mil, 912 reais para cobrir despesas e apurar o lucro sobre a operação. Correto?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Conforme diálogo constantes da fita aqui apresentada, o contrato que é fechado entre a GIOVANNI e a SÁ PUBLICIDADE é totalmente desvinculado do contrato que é fechado entre a ARTE MÚLTIPLA empreendimentos e a INFRAERO. É verdade?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É verdade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. teria conhecimento de quanto efetivamente a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS repassou à AGÊNCIA GIOVANNI nessa operação?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não tenho essa informação. Até porque eu acho que também aí tem um problema de entendimento. Nós recebemos efetivamente, a nota fiscal que sai da empresa sai para EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Então, a emissão da nossa nota não é para agência. Nós recebemos da agência uma ordem de faturamento. Essa ordem de faturamento já é devidamente descontado a taxa daquela agência de criação e depois nós... Como a agência de representação a agência emite outra ordem de pagamento que é também já descontando que é o nosso... então o contrato, os valores que o senhor já... que já mencionou aí eles foram emitidos a nota fiscal para EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Adilson Sílvia?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Com quem da empresa SÁ PUBLICIDADE V.S^a. tratava sobre negócios?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nesse período...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. conversava com a empresa SÁ PUBLICIDADE?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Conversamos bastante. Eles são nossos representantes comerciais aqui em Brasília. O Adilson é o encarregado da conta, é a pessoa de contato da empresa SÁ PUBLICIDADE com a AEROMÍDIA.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos repassar o montante despendido pela empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA com a aquisição de espaços publicitários da INFRAERO no ano de 2006 para os seguintes anunciantes: HSBC do Brasil, CNPJ 0170120100189, TIM SUL CNPJ 0233239700144, CLOBAL TELECOM, CNPJ 02449992000245, TIM CELULAR, CNPJ 04206050001-80, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, EBCT, 3402831600103, BRASIL TELECOM, CNPJ 7653577400143 e o BOTICÁRIO FRANCHISING CNPJ 76801166001-79?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Posso sim, Excelência. Posso remeter ao senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os dados em poder da CPI revelaram que a movimentação financeira de V.S^a. com base na CPMF quase triplicou entre 2001 e 2006. A valores nominais. Tal comportamento, todavia, não é verificado na renda declarada. V.S^a. contraiu algum endividamento, se desfez de algum ativo que pudesse justificar tal comportamento nesse período? V.S^a. teria outras fontes de renda que não foram declaradas ao fisco?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem negócios em Porto Velho?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não tenho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós temos aqui um depósito de 31 mil e 500 reais na conta pessoal de V.S^a. ocorrido em abril de 2006, feito pela empresa CEMA AGROFLORESTAL LTDA, cuja sede é em Porto Velho. Depositou e V.S^a. não tem nenhum negócio lá?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, não tinha contrato nenhum com eles.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que esse dinheiro foi parar na conta de V.S^a.?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – O meu irmão, essa empresa é uma empresa agropecuária que o meu irmão tinha, e naquele período nós estávamos numa situação bastante difícil e ele acabou alocando pra gente alguns valores.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA destinou 11 mil 600 reais àquela empresa em junho de 2004. É do irmão de V.S^a.?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Isso mesmo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve ainda três débitos na conta pessoal de V.S^a., que somam 17 mil reais em favor da empresa WIDECAL AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA LTDA, e junho de 2002, que é também de Porto Velho. Essa empresa é de quem?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Desculpe, o senhor pode repetir?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – WIDECAL. Eu vou ler: W-I-D-E-C-A-L-E. Ou seja, são 17 mil reais depositados por essa empresa na conta de V.S^a. Em 2 de junho de 2002.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu já tive negócios em Rondônia. Mas não tenho absolutamente. Não, essa empresa não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O nome é esse.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – WIDECAL. Esse era o nome da nossa empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Era uma empresa de reflorestamento. Também não chegamos a operar. Porque nós tivemos problema entre os sócios e...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Se não operou como é que ela depositou dinheiro na conta de V.S^a.?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu acho que estava pagando, recompensando aquilo que já tinha sido investido para sua desativação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. tem negócios com a empresa DOL(F) EMPREENDIMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Temos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – De que tipo?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Nós estamos passando todo o nosso ativo de serviços de área publicitária para essa empresa, estamos em negociação com eles e estamos saindo desse mercado. Então nós temos uma relação hoje comercial bastante ampla.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Essa empresa depositou dinheiro na conta de V.S^a.?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Pode ter depositado, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Otávio Carvalho do Amaral?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Conheço. É um dos proprietários.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A ARTE MÚLTIPLA pagou a que título o Sr. Otávio Carvalho do Amaral? 9 mil, 153 reais e 20 centavos.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Com detalhes eu não sei informar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – E também como é que V.S^a. recebeu esses 41... 100 mil reais de que título?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não entendi.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A que título V.S^a. recebeu esses 4 mil e 100 reais da DOL(F) EMPREENDIMENTOS?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Acho que também seria pagamento...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – 41 mil e 100. Só para...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – A título de pagamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos explicar por que houve débito de 3 mil reais na conta pessoal...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu só queria fazer um pedido de esclarecimento de ordem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Pois não.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Como são dados atinentes ao meu sigilo, eles poderiam...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Podem e devem. Claro. O sigilo está sendo utilizado para instruir o processo.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Só uma pergunta. Não entenda isso como...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Agora, V.S^a. já se encontra aqui como investigado. É claro. Se V.S^a. quiser se recusar... Eu vou continuar perguntando. Se V.S^a. falar eu não quero porque isso vai me auto-incriminar. Eu compreendo. Se V.S^a. quiser se negar a responder... Pode consultar sua Advogada, fique a vontade.

SRA. ADVOGADA – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Ele está. As nossas audiências são públicas. V.S^a. deveria ter pedido que a audiência fosse fechada.

SRA. ADVOGADA – Eu até peço pela ordem...

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, eu só fiz essa questão de ordem para um esclarecimento em função de uma decisão que eu vi esses dias do Supremo Tribunal Federal bem atinente a essa questão da exposição de informações financeiras daquelas pessoas que estavam sendo investigadas em âmbito de CPI. Mas se V.Ex^a. entende...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Uma coisa é vazar a informação. Aqui nós estamos perguntando a V.S^a. Informações que... E as informações são pedidas justamente para isso. Para que nós possamos saber o que aconteceu.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Numa linha investigativa, né?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Porque se fosse só para ouvirmos V.S^a., claro que V.S^a.

SRA. LUCIANA REGINA DOS REIS – Eu gostaria de pedir a palavra a Presidência só para um esclarecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Pois não.

SRA. LUCIANA REGINA DOS REIS – Só gostaria de constar, registrar que a defesa do Dr. Carlos, já que ele está aqui como investigado, pugna pela não divulgação desses atos porque eu entendo que isso aqui é uma Audiência Pública com base em decisão do Supremo Tribunal Federal que inclusive diz que esses

dados não podem servir nem para a fundamentação da decisão para não expor o sigilo. Mas é só para constar do protesto e peço... Obrigada pela palavra.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.Ex^a. que faça constar o registro. Se V.Ex^a. quiser não responder, V.Ex^a. tem direito a não responder. Eu vou continuar perguntando. Se V.S^a. falar eu não quero responder.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Se o senhor entende que tem direito de continuar perguntando, eu vou responder.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Mesmo porque V.S^a. já respondeu 80% das perguntas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Exatamente. Do mesmo modo V.S^a. poderia nos explicar por que houve débito de três mil reais na conta...

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu só que a Assessoria registrasse em Ata o pedido da Advogada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Do mesmo modo V.S^a. poderia nos explicar por que houve débito de 3 mil reais na conta pessoal de V.S^a. em favor de Otávio Carvalho do Amaral em abril de 2006?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Excelência, eu não tenho informações assim precisas. Mas eu posso remeter para o senhor todas as informações que o senhor entender necessárias em relação à questão de valores, transferências financeiras, eu posso remeter para o senhor. Eu não tinha idéia que o senhor iria entrar nesse nível de detalhes senão já teria trazido. Como trouxe nos dois esclarecimentos anteriores, todos os históricos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A empresa DOU(F) EMPREENDIMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA é concessionária no aeroporto Afonso Pena?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Ela é concessionária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Eu queria ler um extrato de termo de aditivo. Termo de aditivo nº. 056/07/V/0007. Concedente: Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. Dependência: Aeroporto Internacional Afonso Pena, São José dos Pinhais, Paraná. Representantes legais: Antônio Felipe Bergman Barcelos, Superintendente, e Arlindo Lima Filho, Gerente comercial. Concessionário DOL(F) EMPREENDIMENTO E MANUTENÇÃO LTDA. Representante legal: Otávio Carvalho do Amaral. Objeto:

Segundo aditamento ao contrato de concessão de uso de área nº. 0220060070061 que altera a localização da realização de publicidade. Início 23 de julho de 2007. Término 31 de agosto de 2007. Fundamento legal, art. 58, inciso I combinado com art. 6401 alínea “A” da Lei 8.666/93. Assinatura: 23 de julho de 2007.

V.S^a. poderia nos dizer se os Srs. Antônio Felipe Bergman Barcelos, Superintendente do aeroporto e o Sr. Arlindo Lima Filho, Gerente Comercial do aeroporto ora representantes legais da INFRAERO conforme termo de extrato antes mencionados participam de todas as negociações de espaços publicitários no aeroporto Afonso Pena?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu acredito que eles são os outorgantes. Mas existe uma gerência comercial que faz toda a tratativa burocrática passa por determinados, vários setores e eles no final, como são os representantes legais na área comercial, acredito o Gerente comercial e Superintendente são os outorgantes, aqueles que assinam o contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. tem o costume de pagar pelos espaços publicitários adquiridos da INFRAERO mediante débitos em sua conta pessoal?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Eu não entendi, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Os débitos, os espaços publicitários adquiridos da INFRAERO V.S^a. paga ou chegou a pagar, às vezes pagou com sua conta pessoal? Ou só da empresa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não. Eventualmente essa empresa não tem fundos, e... Ou esteja desprovida de recursos. O dinheiro que eu tenho disponível eu vou pagar. O que eu não posso deixar é de pagar. Seja na minha pessoa física, ou eu vou ao Banco, pego o meu contrato ou meu cheque especial, ou contrato algum valor...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Então V.S^a. chegou a pagar a INFRAERO com recursos de sua conta pessoal.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Devo ter feito pagamento por conta pessoal, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Paulo Pedro de Sousa?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Paulo Pedro de Sousa. Conheço. O PP.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O que ele faz? Qual a sua relação com ele?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – O Paulo trabalhou comigo em Curitiba, como Assessor. Ele trabalhava na Prefeitura de Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já depositou recursos na conta dele?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É provável que sim. O Paulo era a pessoa que era encarregada de fazer pagamentos de situações domésticas, a pessoa que cuidava geralmente das minhas coisas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi casado com a Sr^a. Sandra Helena Dragueta Carvalho?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Até 2004.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. e ela foram sócios na empresa CIDE – CENTRO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Sr^a. Sandra chegou a transferir recursos para a sua conta pessoal e para conta da ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTO LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Algumas vezes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ela era associa também da ARTE MÚLTIPLA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os dados da CPI revelaram depósitos de 144 mil de V.S^a. em favor da empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTO LTDA em 22/10/2002. Qual a origem desses recursos?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Origem conta bancária dela. Nós alocamos e emprestamos, fizemos um contrato de mútuo e estamos quitando, inclusive esse pagamento pra ela por forma de contrato. Até porque isso integrou toda a questão da separação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer se a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTOS LTDA já contratou alguns serviços com a empresa CENTRAL DE PRODUÇÃO DIGITAL LTDA?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Por várias vezes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o motivo?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – É uma empresa, como trabalha essa empresa que o senhor

citou de Luziânia, eles têm a mesma natureza de objeto de serviços lá do... Curitiba. É uma empresa que faz adesivo, que produz lonas... Então é uma empresa nessa linha. Inclusive esse proprietário está bem enrolado também porque a D^a. Sílvia Pfeiffer fez uso do talão de cheque dele, lançou uma série deles na praça de Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer quanto à empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDEMENTOS LTDA despendeu com aquisição de espaços publicitários da INFRAERO para veiculação de anúncios clientes da agência MASTER PUBLICIDADE S/A nos anos de 2002 e 2003?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não, assim de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Desembargador Roberto Haddad?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não conhece.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Desembargador...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Roberto Haddad.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não conheço, Excelência. Posso conhecer de nome, mas assim nunca me... Não me lembro nunca de ter estado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Duas ligações de V.S^a. para ele em 2004.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Acho quando o senhor fala de minhas ligações pode ter sido da própria Sílvia. Porque ela utilizava o telefone da empresa para fazer esses contatos todos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E o empresário Valter Sâmara?

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Se ele passar sem chapéu na minha frente eu não sei quem é. Eu só conheço de revista, de jornais... Inclusive uma certa incompatibilidade, porque o empresário Valter Sâmara ele tem uma identidade ideológica partidária com o PT e eu tenho com o democratas. Faço parte dos democratas de Curitiba.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nós temos aqui registradas 20 ligações do senhor para o empresário em menos de um mês. A primeira ocorreu no dia 10 de novembro de 2004. E a última no dia 7 de dezembro de 2004.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Não são minhas as ligações Excelência. São ligações comer-

ciais que provavelmente devem ter sido rastreadas e essas ligações comerciais feitas por Sílvia Pfeiffer.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu agradeço a V.Ex^a.

SR. CARLOS ALBERTO CARVALHO – Inclusive, Excelência, também há uma coincidência com relação a isso porque os extratos do Hotel Manhattam que estão juntados ali, me parece que vão mostrar para o senhor também essa relação. Eu não conheço, nunca estive junto com o Sr. Valter Sâmará.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pra mim está ótimo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Queremos agradecer a presença do Sr. Carlos Alberto e sua Advogada.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando as Sr^{as}. e os Srs. Senadores para a próxima reunião de terça-feira próxima, às 11h. Tenham todos uma boa tarde.

Sessão encerrada às 14h07. – Senador **Mário Couto**, Presidente Eventual.

Ata da 30ª Reunião de 2007, realizada em 3 de setembro de 2007.

Ata Circunstanciada da 30ª Reunião de 2007 realizada em 3 de setembro de 2007, às onze horas e cinquenta minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitava dos Senhores: FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA, Ex-Servidor da INFRAERO, MÁRCIA GONÇALVES CHAVES; e MARIANGELA RUSSO, Servidoras da INFRAERO.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Tião Viana – (PT-AC) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Mário Couto (PSDB-PA)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Sibá Machado (PT-AC)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)
Ideli Salvatti (PT-SC)
João Pedro (PT-AM)

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 401/2007, destinado a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitava dos Srs. Fernando Bendaglia de Almeida, servidor da INFRAERO; Sr^a. Márcia Gonçalves Chaves, servidora da INFRAERO e Sr^a. Mariângela Russo, servidora da INFRAERO.

Antes de iniciarmos a oitava a Presidência esclarece que ouviremos inicialmente o Sr. Fernando Bendaglia de Almeida, servidor da INFRAERO e a Presidência esclarece que temos aqui uma medida cautelar em *habeas corpus* nº. 92371, assinada pelo Ministro Eros Grau, Relator, concedendo o direito ao Sr. Fernando Bendaglia de permanecer em silêncio ou não responder as inquirições que julgue venha trazer prejuízo à sua pessoa. Então foi assinado pelo Ministro Eros Grau, Ministro Relator da matéria, Ministro do Supremo Tribunal Federal. A Presidência e a relatoria esclarecem que têm plena ciência também que toda e qualquer matéria que diga respeito a ter sido obtido informação a partir de acesso a documentos sigilosos que foram... tenham sido chegado a esta CPI serão tratadas devidamente nos termos de Sessão Secreta, nos termos na lei. Então nenhum descuido da Presidência e da relatoria com esse aspecto.

Solicito a presença do Sr. Fernando Bendaglia de Almeida. A Presidência indaga se inicialmente o Sr. Fernando Bendaglia de Almeida tem a intenção de fazer alguma consideração preliminar ou se já prefere que o Relator possa conduzir a oitava.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – V.Ex^a., Senador Tião Viana, eu gostaria sim de fazer algumas considerações preliminares. Na verdade, uma pequena apresentação que deve tomar algo em torno de 20 minutos que eu computo muito esclarecedora, e eu queria também afirmar a todos os Senadores aqui presentes que independente do meu *habeas corpus*, eu quero trazer toda a colaboração possível para que os fatos sejam esclarecidos. Eu gostaria de usar então o computador, vou pedir licença para ficar de pé ali.

Srs. Senadores, com o intuito de trazer o máximo de colaboração a essa CPI, principalmente no que concerne às discussões pertinentes ao aperfeiçoamento do modal aéreo, ao aperfeiçoamento do sistema aeroviário brasileiro, eu gostaria de trazer uma perspectiva, uma visão do cargo que ocupei da Diretoria Comercial da INFRAERO. Entendo que é muito necessário uma visão comercial no momento em que se discutem alternativas para o aeroporto, inclusive se discute até hipóteses de não haver áreas comerciais em aeroportos. De forma que eu gostaria de mostrar um pouco o contexto que insere uma visão da Diretoria Comercial para, aí sim, contribuir com o Relatório dessa Comissão.

Primeiramente, a INFRAERO não pode ser vista somente como uma empresa de infra-estrutura aeroportuária. Se nos olharmos atentamente para esse mapa, e eu vou na verdade apagar as regionais, todos esses são os pontos operacionais hoje cobertos pela INFRAERO. Como os senhores podem ver, praticamente a presença da INFRAERO no País conforma o mapa

brasileiro. Isso não pode ser esquecido jamais pelos tomadores de decisão. Porque de fato a INFRAERO ao conformar o mapa do território brasileiro, ela exerce um papel de integração nacional e principalmente de possibilidade de interiorização do desenvolvimento.

Nós estamos cobertos por algumas regionais e como eu falei anteriormente, como há um conjunto de aeroportos, nós temos que pensar, não um aeroporto, a solução de um aeroporto, e sim pensar a solução do conjunto dos aeroportos e aí eu volto novamente ao mesmo mapa. Eu gostaria que esse mapa fosse mantido na mente de cada um no momento de fazer as reflexões que eu quero fazer. Primeiro que eu acho que para falar de aeroportos, há que se ter uma visão histórica de desenvolvimento. E, com isso, a minha colaboração que eu posso dar é a seguinte: Se nós olharmos numa perspectiva histórica, nós vamos ver que as cidades que se desenvolveram no Século XVIII foram às cidades portuárias. Fluxo de navegação que transformou cidades portos em cidades desenvolvidas. Se nós formos olhar no Século XIX, as cidades que se desenvolveram foram às cidades, entroncamentos ferroviários. Então é só olhar o mapa do Brasil que as cidades que cresceram na época da expansão ferroviária foram os entroncamentos ferroviários. A mesma coisa pode ser percebida já no Século XX quando nós olhamos o desenvolvimento das cidades se deu pelos entroncamentos rodoviários. A era do transporte rodoviário, no Século XX, trouxe então o desenvolvimento, principalmente para as cidades que eram entroncamentos rodoviários.

E no Século XXI, quais são as cidades que vão se desenvolver? É muito simples essa resposta. No Século XXI, na era da conectividade, da velocidade, do delivery, as cidades que vão se desenvolver são as cidades aeroportuárias. Os aeroportos serão os portais de desenvolvimento, e queria chamar atenção, os aeroportos não vão só inclinar para o desenvolvimento. Os aeroportos vão especificar, determinar e dirigir o desenvolvimento de regiões próximas. Nenhum Senador pode ficar afastado dessa possibilidade.

Uma outra perspectiva que tem que ser adotada, além dessa visão de que os aeroportos é que vão inclinar para o desenvolvimento, e especificar o desenvolvimento, é a perspectiva de que não se pode perder de vista que os produtos não competem mais entre si. Essa é uma verdade da nova lógica do Século XXI. O que compete entre si são cadeias de suprimento. Logo, os nossos aeroportos como portais de desenvolvimento devem ter condições de atrair cadeias de suprimentos para que se instalem no nosso País e não em países concorrentes. Então os aeroportos, sim, têm que prestar serviços de conectividade, de velocidade,

de agilidade, para que sejam atrativos a investidores nacionais e internacionais. Essa questão não pode ser perdida de vista.

A terceira perspectiva que eu queria chamar atenção é que a INFRAERO tem um diferencial competitivo que muitos administradores aeroportuários não tem. É ter uma rede de aeroportos. Então qualquer solução propostas que toque infra-estrutura aeroportuária, que toque INFRAERO não pode ficar alijada da idéia de que essas propostas devem ser desenvolvidas em rede. Redes de concessionários, redes de internet, redes de telefonia, todos os serviços que podem ser desenvolvidos na área comercial ou na área operacional pela INFRAERO devem ser pensados e imaginados em rede. E assim sempre o fez a Diretoria Comercial na minha gestão.

As nossas Superintendências Regionais, e eu queria só... Esses dados já foram apresentados. Nós tivemos de 2001 a 2005 uma queda no movimento de aeronaves, ou seja, diminuiu o número de aeronaves em circulação, mas aumentou o número de passageiros em circulação. Esse também é um dado importante para entender que para otimizar essa demanda crescente com falta de aeronaves as companhias aéreas optaram por fazer hubs ou aeroportos de conexão de passageiros.

Um pouco da Diretoria Comercial é importante que se entenda que o Diretor Comercial de uma empresa como a INFRAERO trabalha com pelo menos duas grandes áreas, a área de relacionamento com clientes e a área de logística de carga. Novamente as regionais e a Diretoria da Comercial da INFRAERO no âmbito do conjunto das diretorias é a Diretoria que tem que administrar nove mil termos de contrato. Então o Diretor Comercial é responsável por nove mil termos de contrato em todo o País. Os segmentos administrados, principalmente pela Diretoria Comercial são os que estão sendo lançados agora. Presentes, livraria, bares, lanchonetes, lojas, duty free, joalherias, hotéis, casas de câmbio, estacionamento, combustíveis, comissarias aéreas, áreas de som e imagem, escritórios, brinquedoteca, cinema, consultórios médicos e odontológicos, casas de câmbio, órgãos públicos, empresas aéreas, táxi aéreo, postos de combustível, locadoras, concessionárias de veículos, contratos agropecuários, óticas, Bancos, empresas de turismo, promoções e exposições, exportação e importação de cargas, carga doméstica, aeroportos, indústrias e rangem. Essas são as principais, mas não as únicas.

Receita total em 2005, ano que eu deixei a Diretoria Comercial foi da ordem, na minha Diretoria, de 860 milhões de reais. Outro dado muito importante é entender a composição de receita da INFRAERO. Aí eu

queria chamar muito a atenção sobre a área comercial. No total da composição nós temos navegação aérea com 11%, pouso e permanência com 11%, áreas de embarque com 30% que são as receitas operacionais. E as receitas comerciais e de carga que pertencem à Diretoria Comercial somam 45%. Ora, 45% das receitas então da INFRAERO são oriundas da Diretoria Comercial. E acho que é importante citar esse fato porque se nós olharmos somente o varejo aeroportuário que tem sido tão contestado, nós teremos uma receita de 25% contra apenas 11% de área ocupada nos aeroportos. E no caso da carga aérea, 20% de receita. Um dado adicional, a distribuição das receitas comerciais varejo aeroportuário onde a participação grande é das lojas francas e receitas de combustível de aeronaves.

Na área de carga, a principal receita e aqui também eu gostaria de chamar atenção dos senhores, é a importação de mercadorias. E não a exportação brasileira. Ou seja, o grande contribuidor no ano de 2005, 389 milhões de reais foram às receitas de importação. Onde a INFRAERO cobra 1,7% do preço CIF da mercadoria. E eu coloquei esse gráfico com uma razão muito simples. Quando assumi a Diretoria Comercial, em 2003, o dólar estava chegando a patamares de quatro reais. E com esse dado a importação brasileira começou a encolher em função do dólar alto. Vislumbrou-se na Diretoria Comercial uma queda de receita violenta em função da alta do dólar com diminuição da importação. Causando mais um prejuízo: A falta de aeronaves cargueiras trazendo mercadorias para o Brasil inviabilizavam a exportação brasileira que não tinha porções suficientes para a importação. Então no primeiro momento que a Diretoria Comercial vislumbrou foi: Ou apostamos fortemente no varejo aeroportuário, ou as receitas comerciais vão despencar em função da queda forte que havia naquele momento na importação brasileira em função do dólar alto.

Dentro dos resultados da comercial, eu gostaria de mostrar esse gráfico que é muito esclarecedor também sobre a nossa administração. O percentual de inadimplência ficou ao redor de 2, 2,5% ao longo da gestão. Já com a crise da VASP, com a crise da TRANSBRAVIL que já não pagavam seus contratos de hangares, etc. Essas taxas são inferiores das taxas médias dos shoppings centers brasileiros. Que é aproximadamente ao redor de 13%.

Como eu disse, não podendo... Vislumbrando uma queda de receita comercial violenta em função da queda de importação brasileira pelo dólar alto, nós apostamos investir então na recuperação do varejo aeroportuário tentando produzir o máximo de resultado. Então apostamos na marca Aeroshopping e com uma linguagem de comunicação trazer uma série de

significados a essa marca. Junto a isso, fizemos um trabalho junto aos concessionários dos aeroportos na área de sinalização, desenvolvimento de vitrine, revistas especializadas, um amplo treinamento e também introduzir pela primeira vez operações de boca de caixa para checar se o movimento das lojas estava adequado ou não. Além de fazer pesquisas quantitativas e qualitativas que pudessem definir o que o usuário realmente precisa. Trabalhamos a construção de marcas fortes, marcas que os nossos clientes pediam nas pesquisas quantitativas e qualitativas, desenvolvemos a idéia do máster explorador para a área comercial, eu estive à frente desse projeto piloto, e duas áreas nos traziam uma preocupação maior. A área de exploração de estacionamento onde havia uma evasão visível, e aonde o Tribunal de Contas da União já vinha fazendo recomendações para que a INFRAERO tomasse providências no sentido de inibir a evasão de receitas, então nessa área de estacionamento nós implantamos um sistema gest, que nos aeroportos que foi instalado conseguiu produzir o fim da evasão de receita praticamente dobrou a receita onde foi instalado o sistema gest na área nossa de estacionamento. E na área de publicidade nós também víamos que havia principalmente um conflito muito grande com a administração da INFRAERO, os exploradores tinham uma relação conflituosa não só com a INFRAERO, mas também com o Tribunal de Contas da União, e em função disso nós começamos a estudar o assunto para poder propor alguma mudança substancial.

Bom, desse estudo, nós podemos depreender o seguinte com relação à mídia aeroportuária. Quais eram os problemas? Em resumo, primeiro, o setor não estava estruturado organizacionalmente para vender audiência. Ou seja, a INFRAERO vendia espaço, vendia área metro quadrado e não precificava suas áreas por audiência. Quem trabalha com mídia sabe que o anunciante compra audiência e não metro quadrado de área. E também havia uma baixa percepção de valor pela desorganização de oferta. Ou seja, a INFRAERO não havia ainda organizado a sua oferta, padronizado a sua linguagem e adequado ao interesse do público. Havia uma fragilidade nos controles do modelo de forma que a INFRAERO não tinha condições de coibir potenciais evasões de receita como contratos subfaturados ou informalidade traduzida em contratos, em comercialização de área sem contratos, lançado muitas vezes a receita como boleto eventual.

Também uma falta de transparência nas regras de comercialização da mídia. O que afugentava os anunciantes. E uma burocracia conflituosa com as determinações do TCU.

Quais eram as tendências que se vislumbravam à nossa frente? Primeiro uma tendência na área de concentração de demanda, da globalização. Clientes e anunciantes operando globalmente, grandes agências comprando de forma unificada no mundo, alguns exemplos, a MÍDIA COM NETWORK, que é um centro de compra de mídia internacional, comprando no atacado, agências globais como OMNICOM e PUBLICIS, comprando no atacado, e centralização do orçamento de mídia das grandes empresas como UNILEVER, HSBC, etc.

Então, as compras estavam concentradas. Nessa visão é necessário que se concentre também a oferta para ter peso igual nas negociações. E com isso o que nós víamos acontecendo na consolidação da oferta eram também grandes empresas operando como JC DECO e CLEAR CHANNEL, que hoje já detêm aproximadamente 60% do mercado de mídia.

Frente a esses desafios, nós tínhamos três alternativas. E acho que é muito importante que se chame atenção a esse momento a essas três alternativas. A primeira era a INFRAERO restringir o escopo do seu trabalho e tornasse um especialista local. O segundo seria transferir o controle da área de mídia e parceirizar com grande operador. Como nós vimos que havia uma concentração na oferta (soa a campainha) que um grande concentrador fazer essa oferta. Seria a segunda opção que já tinha sido tentada uma Diretoria anterior da INFRAERO, que seria o desenvolvimento de um parceiro máster. Com benefícios e malefícios.

E a terceira seria instrumentalizar eletronicamente organizando uma concentração de oferta. Então trazendo todas as informações de forma padronizada e acessível a todo usuário, disponível na internet para qualquer pessoa que quisesse anunciar usando áreas da INFRAERO pudesse fazê-lo via internet. Com isso nós estaríamos garantindo igualdade de oportunidade, transparência e universalizando a oferta.

Eu vou avançar... Então, no caso da terceira opção, nós traríamos transparência, controle, precificação regulada pelo mercado, a oferta poderia ser em rede. Quem compra mídia sabe que não se quer um único ponto, quer-se pontos em vários aeroportos, quer se formar campanhas, então é necessário que se tenha pontos disponíveis em vários aeroportos, e ao colocar essa ferramenta na internet consegue-se um crescimento da base de anunciantes criando um maior valor ao negócio ofertado. A ferramenta também, essa solução tecnológica também permite o controle da evasão porque não deixa pontos fora do sistema. E cria um novo paradigma de comercialização.

Só voltando para essa transparência, as três hipóteses que a INFRAERO avaliou. Restringiu o esco-

po e tornar-se um especialista local. Isso significaria a INFRAERO ter que investir em pessoas para tentar ter um controle melhor em cada aeroporto, mas não daria transparência que o mercado precisa para comprar mídia. A segunda transferir controle para um máster operador numa única licitação e a terceira o instrumento eletrônico. Eu digo sempre que todo o gestor quando se confronta com uma situação problema, ele tem algumas maneiras de solucionar o problema. A primeira é reagir ao problema. Ou seja, tentar fazer melhor o que vinha dando errado. A segunda é replanejar. Replanejar significa transformar, mudar alguns processos, alguns controles para ver se os resultados melhoram. E terceiro, é reorientar. Reorientar significa mudar modelos mentais, reorientar significa mudar paradigma. E é disso que trata a opção que a executiva da INFRAERO fez, trazer um instrumento de comercialização que muda o paradigma, sai do terreno das oposições e conflitos que haviam, e estabelece uma nova regra clara e transparente para todos os operadores.

Bom, com essa ferramenta de controle então nós conseguimos um ordenamento da exploração e foi detectado durante a implantação que havia prática de valores muito abaixo do mercado, veiculação de publicidade sem formalização contratual, práticas de cobrança eventual, utilização desordenada, ou seja, depreciação dos pontos de publicidade, prática de preço direto ao anunciante igual a uma garantia mínima, quando na verdade a prática deveria ser 50% do preço fechado com o anunciante e com a ferramenta isso seria logicamente inibido.

Além da área de estacionamentos e de mídia aeroportuária, a comercial também controla a área de Telecom. Queria chamar atenção ao primeiro dado que nós mostramos que a INFRAERO opera em rede porque na área de Telecom também a INFRAERO tem uma grande oportunidade de operar em rede e de fato na nossa gestão a INFRAERO se transformou numa operadora de telefonia. De forma que é interessante que isso seja explorado. Do ponto de vista do passageiro, são inúmeras as possibilidades do Telecom. Principalmente quando a INFRAERO tem o controle dos check in e com isso pode informar o passageiro via celular ou via computador o horário que o seu voo está chamando.

Bom, também tive a oportunidade de desenvolver à frente da Diretoria Comercial, apesar de só ter estado lá dois anos e meio aproximadamente, alguns projetos especiais que a Diretoria me incumbiu. O desenvolvimento de arenas multiuso em rede para áreas externas do aeroporto, estudo do mix externo, estudo de um cartão de crédito para ser aplicado em toda a rede INFRAERO, a internacionalização da empresa

que ampla as possibilidades da empresa principalmente no desenvolvimento de conhecimento, tive à frente também das discussões e da efetivação da reativação do aeroporto do Galeão e do aeroporto de Confins, e me recordo aqui que no início, Senador Demóstenes, quando nós tentávamos discutir com os Governadores e Prefeitos a necessidade de novamente ativar o Galeão e ativar o Confins, o público achava que isso não era necessário. E hoje, diante do que nós enfrentamos durante o apagão, mostrou-se uma medida tremendamente necessária.

Pude também trabalhar no projeto Brasil-Ucrânia no lançamento de satélites, no conceito de aeroporto-cidade, que eu imputo de suma importância e gostaria de sugerir modestamente que essa CPI ouvisse técnicos da INFRAERO especializados na área de aeroportos-cidade para que tenha uma dimensão do que pode ser um aeroporto. Porque é o que está sendo feito no mundo inteiro. Também desenvolvi os trabalhos de aeroportos-escola, onde aeroportos poderiam ser administrados pelos nossos Ss, SEBRAE, SENAI, SENAC, etc., formando mão-de-obra para os aeroportos. E também pude trabalhar na área de absorção de aeroportos. Além de alguns outros estudos especiais que tive à frente principalmente os estudos na área de administração de shoppings, os convênios com a EMBRATUR no sentido de atração de turistas, não só a atração de turistas, mas diminuir a ociosidade de alguns aeroportos nossos em algumas regiões longínquas. E também não poderia deixar de citar tive à frente nesses dois anos do desenvolvimento do aeroporto-indústria, conceito também aplicado no mundo inteiro, parceria INFRAERO, Receita Federal e Polícia Federal que trouxe grandes benefícios e que já está sendo instalado em alguns aeroportos brasileiros como o aeroporto de Confins e o aeroporto de Campinas.

Com isso, eu queria rapidamente dizer que aqui são os projetos que tivemos parceria com a Receita Federal, projetos na área de carga que ficaram sobre minha coordenação e o projeto que eu citei há pouco, o projeto com a EMBRATUR com atração de turistas, de fomento de vôos charters com turistas para que essas aeronaves pudessem levar carga em no seu regresso ao Brasil. Por quê? Porque naquele momento tínhamos um gap de 90 mil toneladas/ano entre importação e exportação. Brasil tinha 90 mil toneladas de exportação a mais do que importava e não havia veículo para levar essa mercadoria. De forma que esse convênio possibilitou que a vinda dos charters possibilitasse a exportação brasileira performar os seus resultados conforme performou.

Eu fiz um breve resumo, mas justamente para mostrar que a Diretoria Comercial lida com nove mil

contratos e centenas de ações diferentes e que a nossa preocupação sempre foi trazer o melhor resultado para a empresa. Obrigado, Senadores.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – A Presidência agradece Sr. Fernando Brendaglia pelas considerações iniciais e passar a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhor investigado, eu perguntaria a V.S^a. Há quanto tempo o senhor é empregado da INFRAERO ou qual a função e lotação de V.S^a. na INFRAERO? Em que período V.S^a. exerceu o cargo de Diretor Comercial da INFRAERO? O senhor ainda exerce alguma função?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pois não, Senador Demóstenes. Eu assumi a INFRAERO, a Diretoria Comercial da INFRAERO em janeiro de 2003, convidado que fui pelo Presidente Carlos Wilson, minha área de atuação era a área de comércio internacional, anterior à INFRAERO, de onde eu trabalhei praticamente toda a minha... Desde a minha formação, praticamente 20 anos na área de comércio internacional, tendo trabalhado algum tempo na Cotia, e depois em 2003, em janeiro de 2003 assumo então a Diretoria Comercial da INFRAERO onde fiquei até fim de agosto, começo de setembro de 2005, tendo saído da Diretoria Comercial para assumir a Superintendência de Planejamento e Gestão da Empresa. Cargo que exerci até o meu afastamento quando do início dessas apurações coordenadas pela CGU e tendo me desligado da INFRAERO na última... 15 dias atrás, aproximadamente. No dia 29. Então não sou mais servidor da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Qual a última função de V.S^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Superintendente de Planejamento e Gestão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Antes de trabalhar na INFRAERO, que atividades profissionais V.S^a. exercia? Qual o seu currículo?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu sou formado... Eu sou engenheiro agrônomo. Formado na Universidade de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, UNESP, em 84. Daí fui trabalhar na Cotia. Trabalhei até 92. Em 92 saí de São Paulo para morar no nordeste, na região de Petrolina e Juazeiro, uma região que estava começando a se desenvolver em fruticultura, fui lá para ser Diretor de um grupo de empresas, formamos o BRASILIAN GRAPES MARKETING BROADS, broads de produtores para exportação brasileira, comandeí esse grupo até 2001, aproximadamente, onde

se deu todo o crescimento da exportação brasileira no nordeste, que hoje é o motor da exportação brasileira de frutas, estive à frente nesse período não só desse board, mas na Superintendência da VALEEXPORT. A VALEEXPORT é uma associação de produtores sem fins lucrativos, desenvolvendo um trabalho mais institucional, de representação de classe dos exportadores brasileiros. Ocasão em que eu estive algumas vezes nesse Senado e nessa Câmara defendendo os interesses dos produtores brasileiros, defendendo os interesses dos produtores nacionais, e me recordo que a última vez que estive aqui foi na crise do apagão de energia. Defendendo a necessidade de que os equipamentos de irrigação não fossem desligados. Que acarretaria prejuízos violentos aos produtores brasileiros.

Também durante este período exerci a Presidência do Instituto Brasileiro de Frutas, que também é um ente privado sem fins lucrativos, de representação nacional da classe produtora e exportadora brasileira.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor já foi sócio ou proprietário de alguma empresa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu sou sócio de uma empresa agropecuária em Juazeiro na Bahia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Já foi sócio de outro? Proprietário com exclusividade em alguma?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor já respondeu ou responde algum processo de sindicância?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – De sindicância na INFRAERO, sim. Respondo processo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o motivo da instauração?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Divergências entre a nossa jurídica e a auditoria da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas divergência não gera sindicância.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – No caso da INFRAERO gera sindicância, gerou perícia, gera várias coisas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Divergência de opinião?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Divergência de opinião, Sr. Presidente. E aí o gestor fica numa situação muito complicada. Segue o jurídico, segue auditoria...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Controladoria-Geral da União também instaurou uma sindicância por divergência de opinião?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. A Controladoria instaurou uma sindicância... instaurou duas sindicâncias. Uma sindicância relacionada a um contrato de um posto aqui no aeroporto de Brasília, onde houve inicialmente uma divergência entre a jurídica e a auditoria, e instaurou uma sindicância para apurar a contratação e a suspensão do contrato com a empresa FS3.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como V.S^a. chegou à conclusão de que a INFRAERO necessitava melhorar a gestão das receitas relacionadas a mídia aeroportuária?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Senador, quando eu assumi a Diretoria Comercial, eu trouxe para me assessorar o ex-Diretor Comercial, Dr. Forne, que hoje é Assessor da Presidência do Banco do Brasil, que é o homem da área de comunicação. Teve sua carreira toda na área de comunicação, que tinha vivido dificuldades no controle da gestão da mídia aeroportuária. Também tive acesso ao ex-Presidente, Dr. Orlando Boni que passou também a assessorar o Presidente da INFRAERO e a me assessorar nessa questão da mídia aeroportuária e ambos me relatavam sempre que esse setor era muito conflituoso, conforme eu pude demonstrar na minha apresentação.

Além disso, logo nos primeiros meses, eu fui procurado pela empresa chamada ABMA, Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária, que me trouxe um relatório muito grande, que depois eu gostaria de deixar com V.Ex^a., dizendo da tentativa da INFRAERO de fazer uma licitação máster para operação de todos... Mídias dos aeroportos. Daí então fui procurar um pouco mais de informação e levantei um histórico, que eu também gostaria de deixar para V.Ex^a., de todas as oposições e contradições de conflitos que existiam nessa área.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como funcionava esse espaço de comercialização? V.S^a. poderia dar uma idéia?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Poderia sim. Na verdade não havia organização da oferta. Que era um grande erro. Cada aeroporto usava uma nomenclatura diferente. Não existia um padrão e quem não tem padrão não sabe o que está oferecendo. Segunda coisa, a INFRAERO não oferecia audiência. Oferecia área e metro quadrado. E como o desenvolvimento dessa mídia aeroportuária se deu não por uma atividade da INFRAERO, mas porque ela foi procurada, a INFRAERO praticamente não vendia espaços

de mídia. Era comprada. E como não sabia estabelecer regras, ela era comprada conforme conveniência. E em função disso, estabeleceu-se num determinado momento da história...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Esses espaços, portanto, não eram licitados.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Nunca foram licitados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E qual era o fundamento para se dispensar ou inexigir a licitação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Houve uma discussão muito grande, Senador, com relação a isso junto ao Tribunal de Contas da União. De forma que estabeleceu-se que como a propaganda é um negócio de ocasião, se alguém quer lançar um produto não pode esperar uma licitação porque passa o período do produto. Então havia essa possibilidade. Mas ela não se aplica a todos os casos. A verdade é essa. De toda forma, esse era o principal problema. E ao meu ponto de vista, a INFRAERO não tinha controle dos contratos. Ou seja, a regra era clara. O anunciante tem que trazer o agente de mídia, ou a empresa de mídia tem que trazer o contrato com anunciante...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em tese, qualquer empresa poderia concorrer? Em tese?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Qualquer empresa poderia concorrer.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas era mais ou menos restrito a um grupo, não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Quer me parecer que havia um grupo restrito que dominava o grande volume das áreas, por combinações que não posso dizer como se deram porque não estava na INFRAERO na ocasião.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas a impressão é que havia combinação, havia favorecimento.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Isso era sentido pelos administradores. Como eu disse, nós não tínhamos como naquele momento auferir a não ser as informações que nos chegavam e também tínhamos uma preocupação de imprimir uma ampla fiscalização porque isso afugentaria os anunciantes. Agora, o que nós percebíamos é que, via de regra, as empresas de mídia não traziam para a INFRAERO os contratos com os seus anunciantes determinando os 50% que deveriam ficar para a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Como é que era a regra? Ainda que não fosse obedecida?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– A regra era, a empresa de mídia ao fechar o contrato com a INFRAERO ela pagaria uma garantia mínima e traria o contrato com o anunciante e de posse desse contrato com o anunciante ela repassaria 50% para a INFRAERO. Ou seja, teoricamente da parte que o anunciante paga, 50% deveria ficar com a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Como V.S.^a imaginou que se daria a comercialização de espaços publicitários após a implantação do Advantage V2? Quanto é que se arrecadava e quanto V.S.^a imaginou arrecadar? E como é que melhora o sistema saindo do tradicional e migrando para o Advantage V2?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Senador, basicamente porque traria transparência, igualdade de oportunidade a todos que quisessem adquirir mídia na INFRAERO, e ao universalizar a oferta, ou seja, ao colocar toda a oferta da INFRAERO em rede de internet para qualquer usuário, nós ampliaríamos violentamente a base de interessados. A lei da oferta e procura, isso traria pressão de demanda à INFRAERO levantando os preços ou trazendo preços à realidade que era oculta anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quanto que a INFRAERO arrecadava quando V.S.^a chegou lá com mídia aeroportuária?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Aproximadamente 30 milhões de reais. Ao redor de 30 milhões de reais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E qual é a expectativa de incremento de V.S.^a?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– A expectativa era que após o trabalho de implantação da ferramenta e após a ferramenta estar plenamente operando, nós estaríamos trazendo a realidade os contratos, ou seja, com o tempo, com as renovações de contrato, porque eu não rompi nenhum contrato, com as renovações de contrato automaticamente imagina-se que a cada nova renovação o preço já seria um preço mais justo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas em quanto?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Isso deveria chegar quando todos os contratos fossem reformulados, ao redor de 100 milhões ou mais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que estudo baseou a estimativa de acréscimo de receitas a partir da utilização do Advantage V2?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Bom, alguns dados que nós tínhamos dentro da própria INFRAERO, papéis de trabalho dos antigos diretores, dos próprios superintendentes, dos gerentes, esse assunto vinha sendo debatido e também em função de comparação com outros aeroportos. Quer dizer, o número, o PACS médio de arrecadação por mil passageiros na área de mídia é em torno de 500, 600 dólares. A maioria dos aeroportos consultados. E no nosso caso está em 160 dólares. Ou seja, muito aquém da média...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. tem esse estudo consolidado?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Nós temos papéis de trabalho, Senador. Isso não tá...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso não foi consolidado então como estudo técnico a esse respeito.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não. Como estudo técnico a esse respeito, não. Há muito papel de trabalho na INFRAERO. O estudo que foi feito foi o estudo para que nós pudéssemos, como eu disse na minha apresentação, fazer uma opção estratégica que foi o estudo de optar por não fazer uma licitação máster, por não contratar mais pessoal para reforçar as áreas que demandaria um custo altíssimo sem dar transparência e igualdade de oportunidade aos compradores e sim instrumentalizar eletronicamente uma concentração de oferta que nos pareceu mais lógico naquele momento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que essas receitas não se efetivaram após a implantação do sistema?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, elas começaram a se efetivar. E aqui eu queria chamar atenção para uma coisa muito importante. A ferramenta foi implantada nos 65 aeroportos. Dá para imaginar que isso demandou um trabalho brutal e muito tempo. E alguns atrasos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então todas as ferramentas foram implantadas em todos os aeroportos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Todas as ferramentas em todos os aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E o Advantage V2 entrou em pleno funcionamento.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Ele entrou em funcionamento em...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A partir de quando? V.S.^a. se recorda?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Me recordo. Me recordava há instantes. (risos) Me recordo novamente. Ele entrou em funcionamento em maio ou junho de 2005 com alguns atrasos, e com... Foi quando nós criamos uma central chamada Mídia Eletrônica para que nenhum contrato mais fosse formalizado fora da internet. Começou a operar nesse período funcionou então junho, julho, agosto, nós já tínhamos cadastrados 460 contratos, e em agosto eu saí da Diretoria Comercial.

Então, comigo operando ele ficou três meses, quatro meses. Já identificávamos ganhos de receita nesse período no nosso sistema. Só que perguntamos à Diretoria Financeira se ela poderia fazer uma comprovação ou uma confrontação com os dados do sistema, mas a Diretoria Financeira por ter um regime de lançamentos diferenciados, contratos temporários de contratos de mídia, ela não conseguiu nos dar essa informação. E aí nasceu o conflito com a empresa FS3 aonde ela se dizia com o direito de receber bônus, e nós dizíamos que não havíamos ainda confront... No sistema já parecia ganhos. No sistema já aparecia ganhos, mas na contabilidade da INFRAERO, como os lançamentos eram dispersos, e aí eu acho que a fragilidade anterior era mascarada, nós não conseguimos comprovar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esses bônus eles foram considerados pelo Ministério Público ilegais?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, eu não diria ilegais. Nós tivemos uma discussão de ponto de vista sobre o bônus e eu gostaria de esclarecer esse ponto de vista.

Na verdade, o bônus foi estabelecido quando da proposta da empresa FS3 ela nos ofertou um preço para instalar nos 65 aeroportos 26 milhões por 24 meses. Esse era o período que eu ia pagar a ferramenta. A ferramenta seria utilizada por muito mais tempo. Porém, na discussão eles falavam tanto de que ia haver um acréscimo no ganho que eu sugeri então, já que eles estavam dizendo que custava 26 milhões e que ia ter um ganho, que eu só ia pagar 20 e pagava 6 se realmente houvesse... Então não é um bônus de performance. É como se eu condicionei parte do pagamento da proposta deles a uma performance.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A sugestão então partiu de V.S.^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Para reduzir o preço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois não. Fica à vontade, Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Só um esclarecimento, Fernando. Vocês contrataram o software por 26 milhões, não é isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Sim, senhor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – E argumentos desse contrato é que ele produziria a organização do sistema de mídia, primeiro, e segundo produziria transparência, e terceiro produziram incremento de arrecadação significativo.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Sim, senhor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas aonde é que você se respaldou, onde é que vocês se respaldaram para a confirmação desse preço 20 milhões, já que os bônus são... Seis milhões é bônus é isso ou não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Seis milhões estariam reduzindo dos 26.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Na forma de bônus. Seis na forma de bônus.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Sim, senhor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Vinete é desembolso objetivo. Dinheiro.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Sim, senhor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas quais foram os elementos que os senhores usaram para concordar com a proposta de 20 milhões para um projeto de monitoramento? O conteúdo dessa escolha, quer dizer, o que é que fundamenta isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pois não, Senador. O que fundamentou essa tomada de decisão é que a proposta de 20 milhões dá em torno de 12 mil por aeroporto por mês. Se o produto for amortizado em 24 meses. Como se trata de uma licença de uso necessariamente ele pode ser amortizado, mas ele vai continuar produzindo seus efeitos a longo prazo. Nós tínhamos também um estudo de reforço da mão-de-obra nos aeroportos. Ou seja, esquece a ferramenta de controle, vamos contratar pessoas especificamente para cuidar de mídia em cada aeroporto. Vamos reforçar a nossa equipe em cada aeroporto. Não daria os benefícios da transparência, mas poderíamos tentar com isso inibir a evasão, fazendo um controle mais rígido dos contratos.

Ora, tudo que se multiplica por 65 acaba dando um número grande. E o número que nós chegamos para a contratação de pessoas passava de 26 milhões.

Então nós teríamos que contratar toda uma equipe para cada aeroporto, um aeroporto pequeno, um gerente só, mas no conjunto nós teríamos só de pessoal um custo superior a 26 milhões. Sem trazer nenhum dos benefícios que eu aqui elenquei do uso da internet.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – ...O começo de implantação do sistema houve mudança objetiva do sistema? De uso da mídia nos aeroportos?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Enquanto estava sendo implantado o sistema nós mantivemos as regras originais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Existia contrato de gaveta? Nós temos exemplos aqui de um contrato que aconteceu, porque voltou a sistemática antiga. De um contrato de um milhão e duzentos em que apenas 80 mil reais acabaram entrando nos cofres da INFRAERO. Na ocasião que V.S.^a entrou, era comum ter ou havia indícios de que havia contratos de gaveta? Havia um oficial e havia um paralelo e com isso a INFRAERO arrecadava menos?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Isso era o que se dizia no mercado, Senador. Não tínhamos como comprovar. Porque ninguém traz um contrato de gaveta para nos mostrar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas se dizia isso.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Se dizia isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E um dos objetivos era de implantar... o sistema era justamente evitar o contrato de gaveta.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Inibir. Claro, que na medida em que o anunciante vê o preço que a INFRAERO está ofertando, a intermediação pára de trabalhar com números...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Aí vem a pergunta do Senador Sérgio Guerra. Que mudanças ocorreram na sistemática de organização de espaços publicitários com a implantação do Advantage V2?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A implantação do sistema, primeiro nós padronizamos e precificamos as áreas. Ou seja, passamos a analisar cada área como audiência. Então a área valia não pelo espaço de metro quadrado que ela ocupava, mas dependendo da posição dela no aeroporto e do número de pessoas que passavam e por quanto tempo passavam à frente daquela área, nós tiramos um valor de audiência.

Então, a primeira mudança: Parou-se de vender metro quadrado, para vender audiência. A segunda mudança: A oferta ficou disponível para todo mundo.

Porque antigamente só descobria se existia área se fosse ao aeroporto perguntar, que ficava à mercê da resposta que recebesse. Não tinha como comprovar. Se eu fosse comprar mídia e o Gerente Comercial dissesse: olha, infelizmente não tenho área. A pessoa viraria as costas e ia embora. Não tinha como comprovar se existia área ou não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De que forma a implantação desse sistema contribuiu para evitar o engessamento do mercado e a morosidade dos processos licitatórios conforme justificativas apresentadas por V.S^a. no instrumento de contratação IP n^o. 295/DC/2003. Então, havia ou não havia o processo licitatório anteriormente?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não, não havia. No caso...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. disse que esse sistema ia evitar a morosidade dos processos licitatórios. Então V.S^a. admitiu que havia processo licitatório.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Há processos licitatórios quando há mais de um interessado. O que acontecia na prática é que não se sabe explicar porque nunca há mais de um interessado pela mesma área. Em aeroporto como Guarulhos, Sr. Senador, não há licitação. Nunca.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Historicamente não há. Ou seja, eu não entendo como pessoa que... Eu não entendo como pessoa do ramo que um aeroporto como Guarulhos, ou como Congonhas, ou como Galeão, ou como Santos Dumont, ou como Confins não tem interessados. Isso pra mim é impraticável.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito, mas o despacho de V.S^a., a justificativa era dizendo que o contrato para a implantação do Advantage V2 contribuiria para evitar a morosidade dos processos licitatórios. Então V.S^a. estava dizendo que havia processos licitatórios.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Não havia processos licitatórios, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. escreveu isso.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu vou esclarecê-lo, por gentileza. O que se chama de processo licitatório é um processo de dispensa de licitação. Ou seja, a gerência comercial do aeroporto fazia um procedimento...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas se há dispensa não há morosidade. E V.S^a. usou a palavra morosidade.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Havia, nos casos onde havia licitação havia morosidade que é o fundamento colocado pelas empresas de mídia junto ao Tribunal de Contas da União ...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas a morosidade então era exceção. Quando havia licitação, e quase sempre não havia. Segundo V.S^a. aqui.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim. Agora, o que nós vislumbrávamos, Senador, é muito importante... Porque eu quero realmente esclarecer tudo isso. O que nós vislumbrávamos? No momento em que a ferramenta de gestão é colocada no ar e dá transparência de todos os pontos disponíveis para todos os interessados no mundo, amplia-se a possibilidade de interesse. Logo, deveria haver num curto espaço de tempo mais de um interessado pelas áreas. E a ferramenta aí agilizaria as tomadas de decisões da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas aí teria que se fazer licitação.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Num primeiro momento, sim. Porque nós colocamos, e eu tenho relatórios que eu também gostaria de deixar para o senhor...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Seria interessante V.S^a. disponibilizar isso para nós.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Onde nós esclarecemos que o passo seguinte após o cadastramento das áreas e após o início da operação seria utilizar ferramenta eletrônica também como Pregão Eletrônico. Ou seja, havendo dois interessados abrir-se-ia dentro da própria ferramenta a possibilidade de lances.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando V.S^a. conheceu os Srs. Michel Farah e Ettore Ferdinando, sócios da FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Quando estiveram na INFRAERO pela primeira vez.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando foi isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– A primeira vez foi o Dr. Michel Farah. Eu não me recordo exatamente, mas foi acredito que final de abril ou começo de maio. Ele me procurou na INFRAERO, agendou via minha secretária, eu não o conhecia...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nessa ocasião não existia nem a empresa FS3.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não existia a empresa FS3. O Dr. Michel Farah era dono da empresa Farah Service FS, acho que era FS1

naquele momento. Que era uma empresa de exploração de imobiliário urbano, e marketing esportivo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Segundo nota técnica da Controladoria-Geral da União, empregados da INFRAERO informaram que V.S^a. foi apresentado a Michel Farah pelo Sr. Aristeu Chaves Filho. V.S^a. confirma essa informação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, senhor. É mentira. E eu gostaria de saber quem foi que informou. Porque a nota técnica produzida pelo Sr. Amarildo que foi o técnico da CGU, a nota técnica 617 estranhamente ela tem duas versões. A mesma nota técnica tem duas versões. Uma, dizendo que sabia-se por informações do Sr. Ailton Soares que o Sr. Michel Farah foi apresentado ao Sr. Fernando pelo Sr. Aristeu, e a segunda nota técnica, de mesmo número, mesmo teor, com pequenas mudanças dizia infere-se que o Sr. Michel Farah tenha sido apresentado ao Sr. Fernando, mas não diz por quem. Isso me causou muita estranheza, Senador. Porque acho que é impossível coexistir duas notas técnicas de mesmo teor...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Assinados pelo mesmo funcionário.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A segunda delas não rubricada pelo funcionário, vindo da Controladoria-Geral da União.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas então o Sr. Michel Farah o visitou em março de 2003?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Abril para maio de 2003.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Abril para maio de 2003...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Foi. Foi a primeira vez. Ele trouxe inclusive, Senador, um...

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Ele esteve na INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E se contactou pessoalmente com o senhor.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Comigo. Na diretoria e trouxe naquela ocasião um globo de vidro que fazia propaganda em terceira dimensão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Já do produto Advantage V2?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, não. Nada a ver com o produto Advantage V2

ou com nenhuma ferramenta e nenhum software. Esse produto era um outro produto que ele queria colocar nos aeroportos para vender mídia em três dimensões. Inclusive, Senador, poucos meses atrás eu vi um globo desse na sala de embarque no aeroporto de Brasília agora.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Então ele apresentou a V.S^a. um produto.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Apresentou esse produto, sim senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em depoimento prestado a essa CPI o Sr. Michel Farah afirmou que procurou o senhor em abril de 2003 para apresentar três produtos. Entre os quais que seria solução para o aumento da receita da INFRAERO. Qual o motivo então da ordem de V.S^a. a Mariângela Russo de forma confidencial para que ela elaborasse um relatório diagnóstico para encontrar ferramenta de gerenciamento de espaços publicitários tendo em vista que o senhor já sabia qual era a ferramenta que é queria adquirir.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Senador, eu não sabia qual era a ferramenta que eu queria adquirir. Ele me apresentou um globo de vidro, um letreiro que eu me lembro e citou. Citou. Citou, não apresentou nenhuma ferramenta, citou que tinha um software de gestão capaz de organizar a área de mídia. Simplesmente citou. Não tem na verdade nenhuma relação com os documentos confidenciais produzidos pela Dr^a. Mariângela que são de outra ordem. Eu também posso explicá-los.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pois não.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Quando nós nos deparamos, como eu disse no início da minha apresentação, com aquela série de problemas que havia na área de mídia, principalmente os problemas históricos que já vinham sendo apontados por diversas diretorias e pela própria Presidência da INFRAERO, eu fui à busca de algumas soluções. Então eu pedi que fosse feito um diagnóstico dessa área de mídia ouvindo os atores do negócio. Ouvindo os anunciantes, as agências de publicidade, as agências de mídia, as empresas de mídia, os corretores de mídia, e os veículos de forma que nós temos uma compreensão de como se dava, qual o cenário atual desse negócio. É disso que se trata o estudo encomendado à Sr^a. Mariângela. E que eu apresentei os resultados aí para os senhores. O senhor pode me perguntar por que confidencial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pode responder.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Porque na verdade conjecturas sobre estratégias comerciais inerentes à atividade comercial ou política comercial, elas não devem ser adiantadas ao mercado. Isso é o que manda a boa doutrina da gestão comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que somente o Sr. Ettore Casoria teve o privilégio de obter os dados relativos a mídia aeroportuária que o levaram a celebrar um pré-contrato com a MEDIA PLUS e posteriormente a constituir a empresa FS3 juntamente com o Sr. Michel Farah?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu desconheço se ele teve o privilégio de ter dados sobre a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que o processo de dispensa de licitação e contratação da FS3 foi conduzido dentro da empresa de forma sigilosa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois é, aí está uma confusão. O processo não foi conduzido de forma sigilosa. Os documentos confidenciais que fazem parte de um estudo para tomada de decisão estratégica, não compõem o processo de licitação. Foram colocados no processo de licitação a posteriori.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por quem?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu imagino que pela Diretoria que me sucedeu. Não estão no... O processo de contratação nunca figurou os tais relatórios confidenciais, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, com o Diretor que o sucedeu então deu a intenção de incriminá-lo. É isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu não posso afirmar. O que eu estou dizendo ao senhor é que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi, esse documento foi incluído a posteriori por quem o sucedeu...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu imagino que seja, porque eu não posso afirmar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. não sabe porque... Bom, aí V.S.^a. está afirmando aqui então que esse documento não fazia parte do processo de dispensa de licitação.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu afirmo que esse documento não fazia parte do processo de licitação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que ele foi inserido posteriormente a saída de V.S.^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Após a minha saída eu não tenho controle sobre o que aconteceram com as pastas de processo da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas se foram colocadas ali foram...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eles apareceram durante a perícia que foi feita. Não sei informar ao senhor, não quero ser leviano, não sei informar de que forma ele apareceu lá.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem foi que o sucedeu na diretoria?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Dr. Tércio Ivan de Barros.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ele então seria o responsável. Isso não tem meio termo. Se não foi V.S.^a. foi alguém que o sucedeu. Convenhamos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não sei informar, Senador, eu não vou ser leviano. Desculpe.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então o que V.S.^a. afirma é que durante esse processo ele não transcorreu em segredo administrativo o processo de dispensa...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– De maneira nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – ...e que em seguida quando V.S.^a. saiu de lá, foi enxertado esse documento que acabou de certa forma comprometendo V.S.^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu acho que acabou induzindo a perícia a erro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Induzir... Então é fraude processual. É o mesmo crime que cometeu a Sr.^a. Denise Abreu contra a magistrada. Uma no processo judicial outro no processo administrativo.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, eu confesso ao senhor que eu não sei informar quem adicionou esses contratos a...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então foi feito então a induzir a perícia a erro.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pode ser.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. acabou de afirmar.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– (risos) Não. O senhor afirmou, eu disse... (risos) Eu não sei afirmar quem foi que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Eu nem tinha mencionado perícia. Quem mencionou perícia foi V.S^a. Foram produzidos para todos ir a perícia a erro. Fraude processual.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pelo que eu ouvi da perícia, ela faz menção a esses documentos. Eles não estavam originalmente nos contratos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Bom. Consta do processo do contrato 182-SF/2003/0001 que V.S^a. por meio da IP n.º 295/DC/2003 propôs a contratação com inexigibilidade baseado exclusivamente na documentação constante da proposta da empresa FS3 sem a existência de projeto básico. Apresentou a justificativas para contratação. V.S^a. Registrou de acordo no campo “despacho/decisão do Diretor”, e submeteu o documento a aprovação na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da INFRAERO, tendo assinado o contrato juntamente com o então Diretor-Financeiro Adenauher Figueira Nunes.

Dessa forma eu pergunto a V.S^a., qual a razão de tanta urgência? Havia vista que todas... Haja vista que todas essas etapas foram realizadas no mesmo dia. 18 de novembro de 2003 sem qualquer análise e avaliação da área técnica da Diretoria de administração. Qual a razão dessa urgência, Sr. Fernando Bendaglia?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pois não, Senador. Senador, não há urgência. Eu gostaria de explicar um pouco os procedimentos da Diretoria Executiva. Quando nós na gestão do Presidente Carlos Wilson, logo no início, as matérias que eram tratadas na Diretoria Executiva eram tratadas apenas por citação em pauta. Então se colocava o assunto na pauta e se levava esse assunto então a discussão pela Diretoria Executiva. Nós empreendemos uma mudança na Diretoria Executiva na gestão Carlos Wilson que se dava da seguinte forma. Todo Diretor que quisesse aprovar ou discutir qualquer matéria deveria fazer uma instrução padronizada, um papel de encaminhamento, com resumo das ações pretendidas, ou das contratações, e junto com as propostas que tivessem, e no caso dessa contratação estavam também as propostas, a proposta materializada da FS3, e isso era distribuído na reunião anterior de Diretoria para que os diretores tivessem, se quisessem, conhecimento, estudassem o assunto, e na reunião seguinte então era deliberar ou não se algum Diretor ainda achasse que deveria estudar mais o assunto, poderia ser postergado para várias reuniões. Ou seja, não há uma obrigação, olha, colocou tem que aprovar. Então essa matéria seguiu uma semana anterior com as informações, nesse dia

então os diretores executivos presentes entenderam da necessidade de haver uma mudança de paradigma como eu mostrei na minha apresentação...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. tem condição de dizer quais eram os diretores presentes nessa reunião?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Sim. Dr. Nelson Ribeiro, Diretor de administração, Dr. Brigadeiro Veiga, Queiroz Veiga, Frederico Queiroz Veiga, Diretor de Operações, o Diretor Adenauher Nunes, Diretor-Financeiro, o Diretor... A Diretora de Engenharia Eleuza Lores estava em vacância por férias, foi substituída pelo seu Superintendente de Manutenção naquela reunião, que ocupou a cadeira da Diretoria, Sr. Moacir e o Presidente Carlos Wilson. Todos esses diretores além da Presidência da Jurídica.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Então V.S^a. confirma que foi proposta a contratação com inexigibilidade baseado exclusivamente na documentação constante da proposta da FS3 sem a existência de projeto básico. V.S^a. apresentou as justificativas para a contratação, deu o de acordo no campo despacho de decisão de Diretor, submeteu o documento aprovação na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva com todas essas pessoas presentes, assinou o contrato com o Diretor-Financeiro, Adenauher Figueira Nunes, todo esse procedimento no dia 18 de novembro de 2003?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, senhor. O que está assinado no mesmo dia é IP. A IP é um documento único. É um único papel com vários campos que eu assinei e todos os diretores assinaram no dia da reunião. Não é o contrato assinado por mim e pelo Dr. Adenauher. Isso é só instrução padronizada que ainda contou com observação na Ata, eu também vou deixar a Ata da reunião com o senhor, na qual os diretores então se manifestaram favoráveis à contratação por inexigibilidade, pediram que o processo então fosse autuado pela área de licitação da empresa para daí ter todo o seu trâmite, segundo a nossa norma regulamentar que regulamenta essa tramitação e que depois de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. concorda que...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Poderia concluir que seria importante, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Pois não.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Que depois de tramitado pelas áreas, principalmente tramitado pela área de auditoria e pela área jurídica é que seria ratificado o contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De quem era a responsabilidade do encaminhamento dessa proposta para a análise e avaliação da área técnica da Diretoria de Administração? Quem deveria despachar para área técnica da Diretoria da Administração?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Após a reunião de Diretoria a área proponente, a área comercial despacha toda a informação, isso se deu no dia 24 de novembro para a área de licitações e contratos da Diretoria de Administração.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não foi ouvida a área técnica da Diretoria da administração.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Senador, dispara-se para a área de Diretoria, ou seja, a comercial pega esse processo, saiu da Diretoria Executiva, manda para a Diretoria de Administração, para a área de licitações da Diretoria de Administração para autuar o processo. Começar a dar procedimento a todas...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que não foi ouvida a área técnica. V.S^a. saberia dizer da Diretoria de Administração? Por que é que essa etapa não foi cumprida?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Qual área técnica?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Abre técnica específica para opinar sobre a vantagem, a viabilidade, a capacidade técnica da empresa, tudo isso que existe num processo de licitação. Ou essa reunião de Diretoria supriu esse parecer?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Ela poderia suprir o parecer com a presença do Diretor de Administração. Que estava presente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Estava presente junto com V.S^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Que se entendesse que deveria haver mais algum parecer adicional poderia pedir vistas...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o parecer que foi dado? Só de V.S^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. O meu é justificativa da necessidade da ferramenta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Também foi feito parecer da área jurídica, foi feito o parecer da auditoria, e eu queria voltar um pouco. Porque o processo quando autuado pela Diretoria de Administração, ele seguiu os trâmites da nossa norma interna.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que não é superior à lei, não é Sr. Fernando Bendaglia. Me diz uma coisa...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Posso só completar, Senador? É importante.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois não. Só queria adicionar uma outra pergunta para V.S^a. poder completar. É hábito se fazer a contratação sem a elaboração de um projeto básico? Na gestão de V.S^a. foi assim?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Depende do contrato. O contrato de aquisição de software no caso, uma solução tecnológica pronta, ou seja, não é um desenvolvimento de um software, segundo rege a 8.666, ele não prescinde de um projeto básico. Ele precisa ter alguns elementos, mas não o projeto básico. O projeto básico é aplicado em obras de engenharia e serviços de engenharia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E havia um projeto Executivo definido ali?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Os elementos constantes da proposta eram suficiente para que fosse aferido a entrega do produto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. considerou então a proposta definitiva. Achou que inclusive que poderia prescindir de todos os demais estudos e projetos porque na avaliação de V.S^a. a proposta era completa.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A proposta comercial traz os elementos necessários para fundamentar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E V.S^a. achou que aquela proposta era definitiva.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não precisava de ser aclarada. Ou seja, V.S^a. entendeu que a proposta era boa. Ou não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A proposta era boa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tanto é que prescindia... V.S^a. não precisava mandar fazer um projeto básico...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – É que se trata de um produto pronto. A INFRAERO não tem como produzir um projeto básico para contratar uma ferramenta Windows. Ferramenta Windows é um projeto. Ela precisa estabelecer prazo de entrega, ela precisa estabelecer implantação...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse projeto executivo foi feito?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Foi. Os elementos foram tirados da própria proposta. Isso foi fiscalizado...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É essa pergunta que eu estou fazendo a V.S^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Pois não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então a proposta feita pela empresa foi tida por V.Ex^a. de uma forma tão extraordinária que nada precisou mais ser realizado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Ela trouxe os elementos necessários, um técnico da informática fez uma comparação com produtos da Casa para ver se havia compatibilidade com a proposta. Ou seja, a proposta vem colocada em etapas. Essas etapas foram checadas com produtos parecidos. Por quê, Senador? Apropriado intelectual não temos ver se o preço é aquele ou não é. A gente pôde fazer o quê? Comparar com... O custo no que teria com mão-de-obra e o... Com mão-de-obra se nós fôssemos optar pela estratégia de só ter mão-de-obra e não sistema via internet, que foi a justificativa levada a efeito na Diretoria Executiva, e depois comparamos com outros produtos da Casa, que não podem ser comparados na verdade, só para ter uma idéia dos preços do conjunto de preços. E...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu vou insistir nessa pergunta por que é que não foi elaborado o projeto básico com definição precisa dos serviços que seriam executados nem estudo de viabilidade econômico financeira do projeto. Tendo sido aceita a proposta da FS3, cujo anexo 3 denominado “cronograma físico financeiro” era apenas um cronograma de pagamentos sem especificação das atividades que seriam desenvolvidas pela FS3.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Existe no projeto encaminhado... Na nossa... O que acontece após aprovação da Diretoria Executiva? A gente encaminha para a autuação do processo na área de licitações e vão todos os elementos necessários à contratação. Esses elementos estão todos presentes, Senador. Todos presentes. O cálculo de viabilidade econômica para esse caso também não é exigido. É exigido que haja comprovação de necessidade, que se demonstre a necessidade. E isso também foi demonstrado. Agora, eu queria configurar o seguinte, a área de licitações é quem faz os encaminhamentos necessários para as áreas que ela entender necessárias. A ficha de elementos foi elaborada pela tecnologia de

informação e o contrato foi elaborado pela tecnologia de informações. Então, eu entendo que passou na tecnologia de informações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois é, mas isso vou perguntar para V.S^a. daqui a pouco. V.S^a. recebeu alguma ordem ou orientação de superior hierárquico no sentido de celebrar o contrato com a FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não, senhor. A ordem que recebi foi da Diretoria Executiva quando da reunião de que eu mais o Diretor-Financeiro assinaríamos o contrato quando houvesse a ratificação depois do parecer jurídico e depois do parecer de auditoria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Aí nós vamos começar agora aquela fase que V.S^a. entrou um pouco antes. Por que a equipe técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação não foi acionada para opinar sobre a possibilidade de desenvolvimento de programa semelhante para a própria INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Porque havia uma orientação da própria TI de que em havendo produtos de prateleira se desse opção por produtos de prateleira já existentes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do Advantage V2. V.S^a. disse que um técnico que V.S^a. considera que foi dado parecer pela Superintendência porque um técnico opinou. Não é isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Técnico da Tecnologia de Informações com 20 anos na área de tecnologia de informações, Dr. Marcos Rangel, que já foi Superintendente da Área de Tecnologia da Informação, voltou a ser Superintendente na gestão do Brigadeiro J. Carlos da área de Superintendência...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Um técnico deu parecer suprimindo o parecer da equipe técnica da Superintendência de Tecnologia. Ou seja, como um técnico que pertencia deu o parecer, considerou-se que a área tinha dado o parecer. É isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Não consta do processo isso, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. disse que considera que a Superintendência foi ouvida...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu disse que as licitações é que dá encaminhamento a essas... Para cumprir essas necessidades quando é o caso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que também a Superintendência não foi ouvida para opinar sobre a hospedagem dos dados na própria INFRAERO? Por que a hospedagem dos fatos foi feita na própria empresa FS3 e não INFRAERO? Nem opinar sobre isso a Superintendência pôde. Ou fez?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Na ocasião a Superintendência estava hospedando alguns softwares da INFRAERO fora. Ela não tinha capacidade de hospedar e isso ficou...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Prescindiu-se dessa opinião porque já estava acontecendo nessa forma.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Isso. Já estávamos hospedando fora da INFRAERO, na EMBRATEL especificamente alguma coisa. A preços equivalentes ao que foi hospedado pela FS3.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tendo em vista o alto valor do contrato com a FS3 que representava 1/3 da arrecadações anual da INFRAERO com a comercialização de espaços publicitários, qual a razão da Diretoria Comercial não ter pesquisado o mercado nacional ou internacional com vista a verificação da existência de outras empresas que pudessem oferecer software similares ao Advantage V2 optando pela inexigibilidade da licitação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Senador, nós fizemos algumas consultas via internet, algumas buscas...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. então olhou na tela da internet alguns produtos similares.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Na verdade não. Nós fizemos buscas e não encontramos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que foi feita essa busca? V.S^a. poderia definir o que foi essa busca?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Na área nossa de desenvolvimento mercadológico é que empreendeu essa busca.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. recebeu essa documentação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Recebi. Recebi parte da documentação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E consta do processo?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Mas eu mesmo, Senador, queria fazer um depoimento aqui para o senhor. Eu mesmo vi a Google, fiz algumas...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pesquisas Google.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não sei se foram perfeitas, mas fiz algumas pesquisas e não...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E considerou que eram suficientes.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Não considerei que era suficiente. Não encontramos. Na verdade nem nacional nem internacional.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pediu que alguém complementasse essa pesquisa, digamos, empírica que V.S^a. fez?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim. Nós só nos demos por satisfeito quando a Associação Brasileira das Empresas de Software deu o atestado de que aquele software era único e exclusivo para comercialização no Brasil com aquelas características. E confesso ao senhor, Senador Demóstenes, que não entendo como que em 2006 se faz uma pesquisa e aí sim chega-se a um aeroporto argentino 2000 com que administra três aeroportos e aí se coloca num relatório de perícia que esses aeroportos foram encontrados. Logo, eu deveria ter tido o mesmo cuidado. Só que Argentina 2000 não é o ano do software. 2000 é o nome da operadora aeroportuária. Software é de novembro de 2004. Ou seja, na época que nós fizemos ela ele não existia. Então perito falseou.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pergunto a V.S^a. Por que é que não foram feitas pesquisas para verificação de outros aeroportos do mundo que estaria utilizando o software Advantage V2 e da capacidade técnica da FS3? O senhor saberia informar se aeroportos que utilizam o referido software?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Em novembro, se não me engano a data, Senador, em novembro foi feita uma apresentação pela equipe da FS3, aí sim já constituída porque então a Farah Service criou uma empresa específica para mídia indoor apresentou não mais um demonstrativo como havia apresentado anteriormente, apresentou um software na internet e eu me lembro que os aeroportos que nós navegamos, é o termo, foi o aeroporto de Schiphol, em Amsterdam e o aeroporto de Dubai, nos Emirados Árabes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, se aceitou como verdadeiro que o foi composto pela FS3. Não houve contestação a respeito disso.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Por aquela demonstração que nós vimos, nós aferimos se aqueles recursos que a ferramenta prometia realizar eram possíveis de serem operados naquele momento. Nós vimos que era possível de serem operados. Como de fato a ferramenta foi implantada e operou todos esses recursos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. mandou fazer consulta ao mercado de preço anteriormente à contratação da FS3? Preço? V.S^a. Preço semelhante. V.S^a. disse que viu nos aeroportos tais e tais. V.S^a. chegou a consultar qual o preço que aqueles aeroportos contrataram a FS3 que era o produto que V.S^a. estava adquirindo? Chegou a fazer essa pesquisa de preço?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, na verdade não é uma pesquisa como o senhor está colocando. O que nós fizemos, porque o software não é da FS3. A ferramenta tecnológica ela pertence à MEDIA PLUS INTERNACIONAL. Então, o que nós...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Daqui a pouco nós vamos conversar sobre isso também.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois não, Senador. Que o nós fizemos foi uma consulta por telefone, não tínhamos outro recurso, com o aeroporto de Dubai que informaram não poder informar em virtude de contrato de confidencialidade entre eles e a MEDIA PLUS.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem essa consulta, esse arquivado?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não. Porque foi por telefone e acredito que se for repetida a consulta por telefone vocês vão obter a mesma resposta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que V.S^a. acolheu a certidão da Associação Brasileira das Empresas de Software, ABES, como prova para inexigibilidade de licitação uma vez que aquela associação certificava apenas a inexistência de programas com características idênticas. A certidão referia-se apenas às suas associadas e a lei de licitações veda preferência de marcas. V.S^a. considerou aquela certidão como definitiva para embasar a inexigibilidade de licitação? V.S^a. disse, “eu acolhi essa certidão da ABES como definitiva”. Por que V.S^a. tomou essa providência? V.S^a. não sabia que a ABES só certifica em relação a suas associadas? Que esse programa poderia ter sido desenvolvido, poderia até ser verificado...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois não. Fique à vontade. Já entendeu, pode responder.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, na verdade, a certidão da ABES, segundo nossos órgãos jurídicos de auditoria suficientes para embasar a inexigibilidade. A ABES, a Associação Brasileira de Empresas de Software é uma empresa com 20 anos no mercado. Seus associados respondem por aproximadamente 85 a 90% do mercado brasileiro de software. E a ABES, por convênio com a antiga SEI, Secretaria Especial de Informática que na época que se desenvolvia software no Brasil era obrigado a registrar na SEI todos os softwares. Ela compartilha esse banco de dados com a ABES. A ABES compartilha com a SEI. De forma que a ABES, ao fazer essa consulta leva em consideração praticamente 100% do mercado. Não fosse assim, não teríamos uma série de entidades que contratam por inexigibilidade usando somente o certificado da ABES. E eu também queria deixar uma lista dessas entidades com o senhor porque consta do Ministério da Justiça, Congresso e outros.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Gostaria de receber todos esses documentos. Certamente não foi contratada essa, digamos, essa ferramenta, né? (risos)

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Imagino que não, Senador. Mas foi inexigibilidade com o atestado da ABES.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que V.S^a. contratou com a FS3 sem exigir os seguintes documentos. Prova de que a MEDIA PLUS UK era criadora e licenciadora do software Advantage V2?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Bom, nos documentos trazidos pela FS3 constava o contrato dando o direito de representação daquela ferramenta pela FS3 no mercado nacional. E o atestado da ABES também trazia essas informações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Certificado de Legítima Distribuidora do Software Advantage V2 pela empresa FS3.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Esse certificado também atestado pela ABES.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então o atestado da ABES V.S^a. já presumiu que também... Isso aqui já... Certificado que inclusive, então veio a certidão da ABES não precisava do certificado de legítima distribuidora do software Advantage V2 pela FS3.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, Senador. Aqui o certificado da ABES, ele também toca nesse assunto. Ele também fala sobre a apresentação. Ou seja, a ABES...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não. O que diz é que a empresa submeteu e tal, como... Não diz que ela... V.S^a. teve oportunidade de ler o documento?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu li o certificado da ABES. Agora, também gostaria de afirmar ao senhor que toda essa questão documental não é tratada pela Diretoria Comercial. É contratada pela área de licitação de contratos quando da atuação do processo. Aí começa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A quem é submetida essa área de licitação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– De contratos? A Diretoria de Administração.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que era o Sr. Adenauer.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem era?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Dr. Nelson Ribeiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Nelson Ribeiro. Prova de que V.S^a. também não exigiu a prova de que a MEDIA PLUS realmente existia e estava registrada nos órgãos competentes em Londres. Que era licenciada. A prova da existência da empresa licenciadora foi exigida?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não sei informar, Senador. Eu não...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi exigida a prova de que o Sr. Zeno Vaciliades representava legalmente a MEDIA PLUS UK?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Também não sei informar, Senador. O que eu posso afirmar... Não sei informar porque não era da minha área.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Perfeito.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Mas o que eu posso afirmar é que o produto contratado foi integralmente entregue em funcionamento à INFRAERO conforme atestou a auditoria da CGU.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. também não exigiu os seguintes documentos. Registro no consulado do Brasil em Londres do contrato de distribuição do Advantage V2

firmado entre o Sr. Zeno Vaciliades e o Sr. Ettore Casoria. Também não era V.S^a. que tinha que...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não era a minha área, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. Zeno Vaciliades(F) que representou a empresa licenciadora e proprietária do software no contrato com a FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pessoalmente não. Por telefone.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Para V.S^a., esse senhor era legítimo representante da MEDIA PLUS UK e MEDIA PLUS INTERNACIONAL?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Entendo que sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O contrato de autorização de distribuição do Advantage V2 firmado entre a FS3 e a MEDIA PLUS UK LTDA apresentada à INFRAERO era apenas um pré-contrato com vigência até o início de outubro de 2003 e que exigia no item 1.H a celebração em 45 dias do contrato de licença com duração de 10 anos. Tendo em vista que não constam do processo de contratação, pergunto a V.S^a., tendo em vista que não existe o referido contrato de licença, só esse pré-contrato já expirado, eu pergunto: Por que a INFRAERO contratou com a FS3 em dezembro de 2003 e repassou aquela empresa aproximadamente 20 milhões com base apenas no pré-contrato expirado? Também não era da área de V.S^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, essa averiguação de documentos, entregas ou a diligência para que houvesse novos documentos agregados ao processo...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Só queria entender. A sua Diretoria era comercial. A área de licitação era delegada à Diretoria Administrativa? Ou existia uma Comissão específica para licitação? Independente de qualquer uma Diretoria? Me explique. Como é que funcionava? Existia uma Comissão de licitação específica, sem subordinação a só a Diretoria, logicamente, ou era ela subordinado a alguma Diretoria? Se era subordinada a alguma Diretoria, quem é que indicava as firmas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Subordinada à Diretoria de Administração.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Então não era específica. Era subordinada à Diretoria de Administração.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Diretoria de Administração. Área de licitações da empresa é subordinada à Diretoria de Administração.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o nome do...? Nelson?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Ribeiro. Diretor da área na época...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Vamos fazer a convocação do Sr. Nelson Ribeiro. Então V.S^a. reconhece que essas falhas se aconteceram, aconteceram por incúria da Diretoria da Administração, e não de V.S^a. V.S^a. não tinha nada com isso. Eu só queria deixar isso patenteado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Senador, não acho houve incúria. De maneira nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas se houve não foi da área de V.S^a.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu não quero me omitir de responsabilidade. Eu quero deixar claro que essas tratativas documentais não são da dinâmica da Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– E também gostaria de afirmar o que é muito importante, Senador, porque ao colocar dúvidas, representações, licenças, etc., coloca-se em dúvida se o produto existia, se era pirata, se não era, e o produto foi 100% implantado, 100% funcionando na INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o grau de relacionamento de V.S^a. com o Deputado Federal Carlos Wilson?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– O Deputado Federal Carlos Wilson foi quem me convidou quando assumiu a Presidência da INFRAERO para assumir a Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já o conhecia? Convidou a que título?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Já o conhecia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Já conhecia também a qualificação profissional de V.S^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Já.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a razão do convite?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu queria colocar mais uma. Essa aí é interessante. Logo no início da sua explanação, V.S^a. disse que era Engenheiro agrônomo. Não é isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim, senhor.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Engenheiro agrônomo. Eu queria saber o seguinte. Convidar um engenheiro agrônomo para tomar conta de uma Diretoria Comercial do tamanho de uma empresa como a INFRAERO, é meio complicado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu não sei o que V.Ex^a. tem contra os engenheiros agrônomos. Mas a classe — (risos)

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Nada contra os engenheiros agrônomos. Agora eu acho que ali devia ter sido convidado alguém que tivesse alguma experiência em comercialização e administração. Agora, em agronomia?!

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas é que a INFRAERO acabou comprando também frutas. Nós temos provas aqui e V.S^a. foi Presidente da Associação...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Gostaria de completar minha resposta. Como eu disse no início, eu me formei em engenheiro agrônomo, fui trabalhar na Cotia, trabalhei 20 anos em comércio internacional. A minha área foi sempre comercial. A minha atividade foi sempre comercial e logística. E tenho orgulho dos engenheiros agrônomos porque também sou sócio de uma fazenda. Também em função da minha atividade na VALEEXPORT, a representação institucional minha na VALEEXPORT que se estabelece entre o Município de Petrolina e Juazeiro, no nordeste brasileiro, eu tive várias ocasiões que vim, como eu disse, ao Senado, e algumas ocasiões que também encontrei o então Senador Carlos Wilson lá no nordeste, dado que é a base política dele é lá, onde fizemos reivindicação de classe. Ele conhecia a minha atuação profissional no exterior, conhecia a minha atuação profissional no Vale do São Francisco, organizando a base produtora, e me conhecia aqui no Senado quando algumas vezes solicitei o apoio do Senador aqui para agendar visitas a Ministros para defender a classe da fruticultura brasileira.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor era amigo do Sr. Carlos Wilson.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim. Eu tinha uma relação muito próxima de amizade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mantinha algum tipo de negócio com ele?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Nenhum, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi o responsável por convencer

o então Presidente da INFRAERO, Sr. Carlos Wilson, a autorizar a celebração do contrato com a FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi oferecida alguma vantagem a V.S^a. para que adquirisse o software distribuído pela FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Nenhuma, Senador. A vantagem era para a empresa INFRAERO poder administrar melhor toda a área de mídias dos seus aeroportos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– A Sr^a. Sílvia Pfeiffer afirmou em depoimento prestado a esta CPI que na INFRAERO todos sabem que a empresa FS3 é de V.S^a. e do Deputado Carlos Wilson. O que V.S^a. tem a dizer sobre essa informação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não procede, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. sabe dizer por que teria dito a Sr^a. Sílvia Pfeiffer essa inverdade?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não faço a menor idéia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A empresa recebeu vantagens na assinatura do contrato? V.S^a. acha que é estranho uma empresa ser constituída... Aliás, único cliente dela era a INFRAERO naquele instante. V.S^a. acho que isso é estranhável? V.S^a. recomendou ao Sr. Farah e ao Sr. Casoria que constituísse essa empresa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não senhor. Não recomendei, e também não acho estranho. Vou explicar porquê. Como eu disse anteriormente, eles haviam me explicado que a Farah Service, a FS1, já era uma empresa do ramo há 17 anos, sólida, consolidada, com grande contratos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que a empresa então não apresentou a proposta? Não é da sua área não é verdade? É estranho. Uma empresa que tem...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, não é estranho, eu até entendo. Eu acho, Senador, que empresas... por exemplo, a Farah Service tinha imobiliário e depois trabalhou com marketing esportivo. E depois trabalhou com mídia indoor. Na verdade, não era só para INFRAERO. Eles ofereceram produtos para o metrô, para outras mídias indoor. Shopping centers, etc. Então imagino, Senador, não posso afirmar, imagino que eles devem ter constituído uma sociedade nos moldes de uma sociedade de propósito específico para esse fim. Mas de duas pessoas que já tinha uma empresa com 17 anos. Não precisariam fazê-lo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. Daí talvez a estranheza da Sr^a. Sílvia Pfeiffer, né?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não sei se é estranheza da Sr^a. Sílvia Pfeiffer, eu acho que a Sr^a. Sílvia Pfeiffer é mais uma ilação desproporcional, despropositada da mesma maneira que ela disse que eu conhecia José Dirceu e outros. Não tem o menor sentido.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que o contrato previu a hospedagem dos dados do sistema FS3 com espelho na Inglaterra e não na própria INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– A hospedagem inicial se daria na FS3 na Inglaterra durante o lançamento dos dados e já estava previsto uma migração dos dados pra serem hospedados na INFRAERO. Justamente porque na ocasião da contratação a INFRAERO não estava em condições de hospedar. E ainda no primeiro ano de implantação nós fizemos... Minto, no segundo ano de implantação, logo nos primeiros meses do segundo ano de implantação nós fizemos o Requerimento então para que a INFRAERO se preparasse para hospedar e que todos os dados da FS3 fossem migrados para o Banco da INFRAERO. Qual era a idéia inicial? Que a partir da implantação que tomaria um ano e pouco a INFRAERO então começasse a assumir grande parte da gerência dessa ferramenta de gestão para que nos aditivos pudessem ser renovados. Já não teria que pagar mais a licença, não teria mais que pagar a hospedagem, que pudesse então ser reduzido o preço como de fato foi. O aditivo foi de três milhões e duzentos, se não me engano, então isso já foi providenciado antes da minha saída já requerimento meu para que a INFRAERO tome essas providências.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou à CPI que os dados não ficaram instalados na INFRAERO por solicitação da estatal.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma essa afirmação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não. Inicialmente nós não tínhamos condições de hospedar. Depois nós fizemos o requerimento para que nossa área de tecnologia de informação se programasse para receber os dados. E a FS3 então...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pretendia renovar o contrato após a vigência?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pretendia. Não nos mesmos valores como eu disse, porque já estaríamos absolvendo o banco de dados e não haveria mais que pagar licença de uso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou à CPI que transferiu a MEDIA PLUS em Londres valor de 3 milhões de reais em virtude do contrato de licença do Advantage V2 celebrado com a INFRAERO. A INFRAERO por sua vez pagou 6 milhões, 689 mil e 200 reais pelas licenças. E 897 mil e 600 reais referente à manutenção dessas licenças. No total de 7 milhões, 586 mil e 800 reais. O que representou um lucro de 152,89% apenas nesses itens do contrato. Ou seja, a empresa FS3 repassou três milhões a título de licença, mas a INFRAERO pagou 7 milhões, 586 mil e 800 reais a título dessas licenças. V.S^a. acha razoável esse valor pago pela INFRAERO à FS3 em razão desse contrato celebrado sem licitação e sem consulta ao mercado de preço? Apenas a título de licença?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, primeiro eu desconheço quanto que a FS3 repassou para...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem disse isso aqui foi o Sr. Ettore Casoria.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois não. Eu desconheço. Na época da contratação não existia essa informação. Nós estávamos trabalhando com o fato concreto...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por isso não era melhor ter feito uma pesquisa mais apurada?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Nós tentamos buscar um software. Não encontramos. Inclusive, Senador, nós até hoje não temos nenhuma empresa de software que tenha se apresentado durante todo esse processo para oferecer um produto pronto com essas características. Quero chamar atenção sobre esse ponto porque até agora quem tem reclamado dessa contratação são as empresas de mídia. Não as de software.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eu perguntaria a V.S^a. Que direitos foram repassados à INFRAERO por meio dos termos de licenciamento emitidos pela FS3 e assinados exclusivamente pelo Sr. Ettore Casoria com base nos quais a INFRAERO pagou a FS3 a quantia de 6 milhões, 689 mil e 200 reais. O que é que a INFRAERO adquiriu com isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Adquiriu a licença de uso. Quando se fala em compra software se fala em...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só uso. Ou seja, se é só o uso, naturalmente as obrigações... V.S^a. poderia esclarecer?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois não, Senador. Não sou um especialista na informática, mas na verdade quando se adquire uma licença de uso se adquire aquela licença para aquela versão contratada, no caso o Advantage V2, durante o tempo que a INFRAERO quiser utilizar. Ou seja, ela passa a ser, aquela licença passa a ser propriedade da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, se a INFRAERO quisesse se utilizar poderia estar se utilizando. Serem pagar nada adicionalmente.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Poderia. Ela deveria pagar se quisesse manutenção e atualização da versão. Isso no dia-a-dia nós fazemos quando compramos um Windows 2000 e depois fazemos um *upgrade* para o XP, etc. Aí sim teria custos adicionais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia descrever cada um dos seguintes itens objeto do contrato de 26 milhões, 840 mil, 520 reais e 82 centavos celebrados com a FS3? 416 licenças de usuário, uma licença Advantage F2 Server no valor de 6 milhões, 689 e 200 reais.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– As 416 licenças são as senhas de acesso aos funcionários da INFRAERO e a licença Server é a licença que permite que todo usuário, qualquer usuário no mundo inteiro tenha acesso ao sistema e possa fazer suas propostas, etc.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Manutenção das licenças...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– São licenças sem limite. Infinitas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Manutenção das licenças mencionadas totalizando 897 mil e 600 reais.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Dizem respeito à manutenção. Eu tenho aqui... Assim de cabeça todo eu não...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Customização e implantação no valor de 573 mil e 200 reais.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Customização diz respeito à adequação aos parâmetros da INFRAERO durante o processo de implantação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Manutenção do site marketing dos aeroportos no valor de 9 milhões, 683 mil, 320 reais e 82 centavos.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Diz respeito ao fato de que para cada área, para cada ponto de publicidade foram feitas fotografias digitais, somaram mais de 50 mil fotos digitais, porque não se faz uma única foto por ponto. E também o mapa eletrônico, a planta eletrônica de cada aeroporto isso foi lançado dentro do sistema que permite interações da ordem de bilhões.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Diárias e passagem no valor de 307 mil e 200 reais.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– São as viagens dos técnicos para fazer o levantamento dos técnicos, para fazer o levantamento dos dados...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os técnicos da FS3.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– ...para fazer a digitalização, as fotos, para precificar as áreas nos 65 aeroportos. Eu gostaria de voltar a frisar esse número. Nós não contratamos para um aeroporto. Para 65 aeroportos o preço médio sai em 12 mil reais/mês aeroporto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. sabe ou sabia quantos funcionários tinha a FS3?

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, senhor. Porque na primeira ocasião...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quatro.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não sei. Não sei informar. O que eu ouvi do Sr. Ettore, creio que na oitiva dele na CGU é que eles operaram usando funcionários próprios e alguns da própria Farah Service, mas não sei precisar o volume. Sei precisar que todos aeroportos foram visitados, todo serviço foi executado e todo serviço foi entregue.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Bônus de desempenho no valor de 6 milhões e 600 mil reais.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Como eu disse inicialmente ao senhor o bônus foi calculado em cima do preço ofertado ao produto, 26 milhões, e eu propus então que não pagaria os 26, pagaria só 20 milhões e que se o produto demonstrasse na velocidade que eles diziam aquele incremento eu pagaria 25% do restante do contrato. Ocorre que durante a implantação o Ministério Público Federal contestou a cláusula de bônus entendendo que se uma ferramenta estava sendo implantada para produzir melhores resultados ela não poderia também ganhar sobre os novos resultados apresentados. Essa tese foi discutida pelo Ministério Público com o próprio Advogado da FS3, a

tese da FS3 é que se for assim, os funcionários contratados por uma empresa não poderiam participar de lucro. Na mesma tese. Porém, o que nós fizemos não foi isso. O que nós fizemos foi reduzir o preço ofertado para uma performance. E também quero consignar que em função da propositiva do Ministério Público nós acatamos. Nós não pagamos um centavo de bônus. E o mesmo Procurador que fez essa proposição depois analisou o nosso aditivo, viu o nosso aditivo e entendeu que nós deveríamos assinar o aditivo de três milhões e duzentos. José Alfredo do Nascimento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – O bônus então não foi pago porque o Ministério Público questionou, é isso?

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– O bônus não foi pago porque o Ministério Público questionou a cláusula do bônus.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Lógico.

Se o Ministério Público não tivesse questionado, então teriam-se pagos bônus.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Chegou-se a emitir documento para recebimento.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu lhe pergunto: Foi V.S^a. que concordou em pagar esse bônus? Foi V.S^a. que planejou isso?

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não. Na verdade...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Foi V.S^a.

que negociou? De onde veio essa idéia? Isso não é regular. Logicamente que o Ministério Público tem toda razão. Não se pode obviamente fazer negócios em cima de mesa. Olha, eu te dou isso e se tu fizer melhor eu te dou mais isso. É uma coisa muito esquisita. Partiu de quem isso aí? É uma coisa esquisita.

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois não, Senador. O preço ofertado pela FS3 foi de 26 milhões de reais. Eles não abaixaram um milímetro desse preço. Um milímetro. Considerando que a ferramenta seria paga em 24 meses em 65 aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve um esforço para baixar o preço. Concorda?

SR. FERNANDO BRENDAGLIA DE ALMEIDA

– Houve um esforço porque a proposição inicial era maior. O depoimento do Sr. Michel na CGU, ele confirmou isso.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – É estranho que uma empresa que coloca o preço de 26 milhões aceite a proposta de 20. Porque os seis milhões ficou condicionado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Aceitou porque entendia que a ferramenta traria os benefícios que se pretendia. Isso foi exatamente o que...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Podia trazer ou não.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Aí era prejuízo dele. E não nosso, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que foram adquiridas 416 licenças de usuários ao preço unitário de 9 mil e 500 reais?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Constava da proposta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Todas essas licenças foram utilizadas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu creio que sim, Senador. Eu não sei precisar a todos. Sei que o levantamento foi feito pela nossa área comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais eram as pessoas que obtiveram as licenças?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Posso entregar uma lista para o senhor. Não tenho aqui de cabeça.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o motivo de necessidade de utilização de licença por todos esses usuários e o tipo de serviço que seria realizado por cada um?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Também posso encaminhar para o senhor. Na verdade são 416 licenças para os 65 aeroportos, dá três pessoas, quatro por aeroporto com licença.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que foi definido o pagamento antecipado de 260 licenças de usuário e uma licença servidor no valor total de 5 milhões, 207 mil e 200 reais para o primeiro mês de vigência do contrato, ou seja, janeiro de 2004 uma vez que a implantação do sistema e os referidos pagamentos só seriam devidos a partir de julho de 2004? Por que é que se pagou antecipadamente mais de cinco milhões.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não houve pagamento antecipado, Senador. Houve pagamento da licença entregue, a licença do...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pagamento antecipado de 260 licenças de usuário.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Sim, as 260 que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que iriam começar operar a partir de...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Imediatamente começaram a ser implementadas. Você transfere a licença e imediatamente essas licenças, Senador, foram tombadas ...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a vantagem que a INFRAERO teve de pagar antecipadamente essas licenças, Sr. Fernando Bendaglia?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Como assim?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a vantagem de pagar antecipadamente 5 milhões, 207 mil e 200 reais em janeiro sendo que as primeiras senhas em número inferior a dez só foram solicitadas apenas quatro meses depois, em abril, e sendo que a legislação proíbe pagamentos antecipados. Qual a razão disso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Foi fornecida a licença Server, que é a licença inicial e 260 para início das operações de implantação para início...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que dê dariam a partir de julho.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Que começaram no momento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Dez já foram... As primeiras dez senhas foram dadas em abril. V.S^a. pagou em janeiro. Antecipadamente.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Nós pagamos conforme proposta autorizada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Quanto ao item hospedagem do Advantage V2, pergunto: V.S^a. não questionou valor excessivo cobrado pela FS3 em razão... De 95 mil mensais no total de 2 milhões e 90 mil, tendo em vista que o mercado preço médio é de 10 mil reais? Para hospedagem?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, o preço de hospedagem foi comparado com outras hospedagens da INFRAERO. Eu não sou um técnico nessa área. A comparação foi feita pelo Sr. Marcos Rangel da área de Tecnologia da Informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que foi pago a hospedagem a partir do terceiro mês se o cronograma físico financeiro da FS3 previa implantação dos dados no sistema somente a partir do sexto mês?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, eu não estou à frente do comitê de gestão da implantação. Seria mais próprio perguntar a eles. Eu não participo da gestão de implantação desse sistema. Existe uma equipe para isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Onde estão os computadores adquiridos pela FS3 com recursos de hospedagem? Esses computadores não seriam da INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não sei informar, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A área de Tecnologia da Informação foi consultada sobre a utilização da infra-estrutura da INFRAERO para hospedagem para evitar esse gasto grande?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Também não sei informar ao senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A FS3 solicitou inclusão no contrato de cláusula prevendo pagamento de bônus desempenho no valor de 6,6 milhões de reais decorrente do suposto aumento de receita da INFRAERO com mídia aeroportuária. Ou foi a INFRAERO que sugeriu o pagamento desse bônus? V.S.^a. mantém a versão anterior. Ou seja, foi V.S.^a. que sugeriu que do total de 26 milhões...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Que fosse abatido os 6... Menos o bônus e o bônus condicionado performance.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A contratação do software Advantage V2 não tinha como objetivo precípuo o controle e consequente aumento de receita com mídia aeroportuária havendo, portanto, identidade entre a finalidade da celebração do contrato e o fato gerador do pagamento do bônus? Qual o motivo dessa repartição de receitas com a FS3? Esse bônus foi incluído com o objetivo de transferir mais recursos à FS3, de forma mascarada, que foi a estranheza que apresentou o Senador Mário Couto, uma vez que os quantitativos já estariam pagos e superestimados com preços elevadíssimos se fossem divididos, por exemplo, hospedagem ter o preço de 10 mil mensais, foram cobrados a 95 mil? Isso qualquer hospedagem?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não senhor, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Esse bônus não foi pago porque... Não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não. Na verdade, como eu já informei e volto a informar a proposta global da empresa foi 26 milhões para o 65 aeroportos. E nós fizemos uma redução de seis milhões e seiscentos na proposta dela condicionada a performance. Então não é que foi criado para dar um plus adicional. E a questão da hospedagem, Senador, eu não sou um especialista, mas eu volto a

afirmar que o técnico da INFRAERO fez essa avaliação e voltou a afirmar que fez essa avaliação durante seu depoimento na auditoria promovida pelo Sr. Amarildo na CGU e durante o seu depoimento na sindicância da CGU. De forma que quem pode explicar essa comparação com outros produtos da INFRAERO é o técnico Marcos Rangel.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Por que foram previstos na proposta da FS3 pagamentos pela atualização de dados no sistema, etapa denominada atualização do site marketing, já a partir de maio de 2004, antes mesmo da própria iniciação de implantação do sistema, com a previsão de início e pagamento pela INFRAERO somente a partir de julho de 2004? Como é que se fez a atualização do sistema em maio, sistema que seria implantado em julho?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Porque o sistema foi implantado, começou a ser implantado em alguns aeroporto, alguns aeroportos desses que começaram a ser implantados foram vencendo contratos de mídia, foram sendo trocados, foram sendo atualizados, alguns desses aeroportos entraram em obras, então foi sendo atualizados... A atualização é só manter em dia todo o cadastramento do processo. Eu quero entender o que é isso, Senador, porque eu não sou gestor do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Em que data e durante qual período o sistema entrou em funcionamento em cada aeroporto? Quais eram os usuários em cada aeroporto? Alguma licença foi cancelada? E se foi, por que foi cancelada?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Licença de usuário, Senador?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – É. Justamente.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Veja só, os dados das licenças do aeroporto eu tenho que passar para o senhor porque é uma lista grande. As licenças canceladas foram licenças que tinham sido fornecidas aos fiscais e gestores do contrato quando da minha saída da diretoria comercial. Então quem estava fiscalizando e controlando a gestão do contrato, o Diretor que assumiu tirou essas licenças dessas pessoas. Ou transferiu.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Qual era o capital social da FS3 à época da celebração do contrato com a INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não me lembro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Durante o período que V.S.^a. exercia

função de Diretor Comercial era comum a contratação de empresas cujo capital social era inferior a 1% do valor do contrato? Como no caso do contrato com a empresa FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, eu não sei informar, porque na verdade a lei que regulamenta o volume de capital social cada empresa tem que ter no mínimo para contratar também é controlada pela área de administração.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem conhecimento...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Acho que não é vedado pela lei isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem conhecimento de que a FS3 foi constituída com o fim exclusivo de contratar a INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, eu não entendo que tenha sido exclusivo de contratar com a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como a INFRAERO verificou a capacidade técnica da FS3?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pelo currículo dos seus sócios.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A capacidade técnica pelo currículo dos sócios?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Da empresa FS3, do currículo e da... Porque o software foi adquirido da MEDIA PLUS UK. Então a capacidade técnica nesse caso, ele é como representante. A FS3.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem conhecimentos dos negócios firmados pela FS3 anteriormente à contratação com a INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não tenho conhecimento, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tendo em vista o exorbitante valor contratual e a falta de experiência da FS3 dada a sua recente constituição, que garantias a INFRAERO poderia executar caso a FS3 descumprisse suas obrigações contratuais?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senador, a empresa FS3, como eu já falei anteriormente, ela foi constituída por duas pessoas que já tinham uma empresa Farah Service de grande porte. Mas independente disso, porque aquela era uma outra empresa, a INFRAERO exigiu nos limites da lei a carta de fiança.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve pressões contrárias a implantação por parte das empresas concessionárias? Houve reação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Houve muita reação, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por parte de quem?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Principalmente da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem, além da empresa, ou da associação, quem, pessoa física, pressionou? Houve pressão interna na INFRAERO para que V.S^a. não tomasse essa medida, para que mantivesse o sistema antigo?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, para que mantivesse o sistema antigo, não. Porque a Diretoria Executiva toda da empresa entendia a necessidade de reformular a forma como nós vínhamos contratando mídia na empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem a oportunidade de dizer.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu acho que as reações internas elas são de paradigmas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Internas e mesmo externas.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Você muda um modelo... externas eu vejo que principalmente a Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Presidente esteve com V.S^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Várias vezes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mostrando a contrariedade?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E o que diziam eles? V.S^a. pode explicar essa contrariedade?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eles diziam que teriam dificuldade de comercializar com essa ferramenta, que já atuavam na área há 20 anos, que eram praticamente os responsáveis por ter desenvolvido a área de mídia na INFRAERO. E que a ferramenta ampliaria muito a base de possíveis anunciantes, e que praticamente... Senador, cinco ou seis empresas têm 80% das áreas na INFRAERO. Então

dá para entender que eles não queriam que o sistema que se usava fosse modificado. Não queria ameaça.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Segundo o Relatório de Auditoria Interna da INFRAERO, a estimativa de incremento de receita com o Advantage V2 em 2005 era de 39% a previsão. Mas ficou apenas em 5%. V.S^a. confirma essa afirmação?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu não tenho esses dados, eu não trabalhei com esses dados. É possível, Senador, nós tivemos dificuldades no início do funcionamento da ferramenta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas em 2005 ela já estava funcionando a plenos pulmões, não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Como eu disse três meses comigo, e com algumas interrupções, e logo que ela entrou em funcionamento a ABMA solicitou que fosse tirado as fotos que estavam com a publicidade dos seus anunciantes. Então a gente teve que refazer tudo para botar tela branca em cada área. Houve atraso, houve resistências fortes para que o sistema entrasse em funcionamento. E depois da minha saída que foi em final de agosto eu não sei precisar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A INFRAERO teve um prejuízo financeiro grande com a utilização do Advantage V2. V.S^a. confirma?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pela sua desativação, pelo não cumprimento de metas...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pela sua desativação eu enxergo um prejuízo grande. Eu enxergo que a cada mês que passa eu acho que nós estamos deixando de arrecadar três milhões a quatro milhões em mídia. Então nós estamos discutindo esse assunto, o sistema foi tirado do ar em dezembro de 2005, 24 meses nós já tivemos um prejuízo de 80 milhões só com a discussão se a ferramenta era boa ou não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Com a vigência do contrato de concessão de uso de área do Aeroporto Internacional de Brasília, celebrado entre INFRAERO e a SHELL, de concessão de uso da área no Aeroporto Internacional aqui. Que funcionários da INFRAERO participaram da celebração no referido contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Senador, o senhor me permite pegar um...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pois não.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Porque nós estamos falando de um assunto, vamos entrar em outro... Se o senhor me permite.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Fique à vontade.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Pois não. Desculpa Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual a vigência do contrato de uso de concessão de área do Aeroporto Internacional de Brasília celebrado entre a INFRAERO e a SHELL?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – O contrato foi celebrado com vigência até 2013, se não me engano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi feito quando?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Em 2005, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que funcionários da INFRAERO participaram da celebração do referido contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – O contrato foi assinado por mim e pela funcionária... Pela Superintendente de Relações Comerciais, Sr^a. Márcia Chaves. E o acordo judicial foi assinado pelo Advogado da INFRAERO Napoleão Guimarães.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O referido contrato permitia a exploração do serviço por outra empresa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Como assim? Desculpa Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A SHELL poderia subcontratar?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A SHELL poderia subcontratar. O contrato já existia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E a SHELL subcontratou?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu acredito que sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. sabe com quais empresas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não sei informar. Só um adendo. A ANP, que regula essa área, ela não permite que a bandeira SHELL ou qualquer uma, seja a própria operadora do posto. O operador é um terceiro escolhido pela concessionária, no caso, por determinação da ANP.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quando foi rescindido esse contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Esse contrato tem uma longa história, Senador. Se o senhor me permitir eu gostaria de passar toda essa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pois não.**SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA**

– Essa informação. Esse contrato é dos idos de 90, celebrado com a concessionária SHELL e a concessionária SHELL, por ordem da... Por legislação, que eu acabo de explicar da ANP, fez então um contrato com a empresa ULISSES CANHEDO para explorar o posto. No ano de 2001, o contrato vigia prevendo renovações, vigia até 2003, mas previa renovações. No ano de 2001, a INFRAERO fez uma rescisão unilateral desse contrato, alegando que a concessionária SHELL não estava... Estava pagando 12 mil por mês, mas não estava passando os mapas de faturamento do posto. A SHELL não se resignou com essa rescisão unilateral informando a INFRAERO que não recebia do seu operador os mapas e que já tinha acionado o seu operador pedindo na justiça, pedindo para que o operador saísse então da operação e ela trocasse o operador. Mas ela vinha pagando os 12 mil por mês à INFRAERO.

Então em 2001 a INFRAERO fez essa rescisão unilateral, que a meu ver poderia ser nula, porque assinada por um... Pelo Advogado que não tinha competência para assinar uma rescisão contratual pelas normas da INFRAERO. Mas fez. E a INFRAERO então entrou com uma reintegração de posse desse imóvel. Em 14/12/2001, 26/09/2001, foi feita a ação de reintegração de posse, depois da decisão unilateral. Em 14/12/2001 foi deferida uma liminar de reintegração. Em 7/01/2002 foi determinado por Juiz substituto o retorno ao cartório para aguardar nova apreciação. Em 21/01/2002 o mesmo Juiz manteve a decisão que deferiu a liminar. Em 01/03/2002 a operadora ULISSES CANHEDO interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo liminar. Em 15/03/2002, o Desembargador Antônio Ezequiel indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao agravo interposto. Em 25/02, agravo de instrumento foi julgado pela 5ª Turma do TRF, 1ª Região, pelo seu provimento por maioria de votos vencido o Relator. Emenda. Concessão de subconcessão de uso de bem público. Violação da cláusula contratual pela concessionária, falta de apresentação regular a concedente INFRAERO de mapas de controle de vendas de combustíveis. Motivo insuficiente para retomar a liminar do imóvel. Pouparemos algumas perguntas. Depois vou deixar esse documento com...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Eu vou (ininteligível) a V.S^a. Apesar da leitura eu vou perguntar algumas coisas.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Em 05/11/2003 foi proferida a sentença nos autos de reintegração de posse movida pela INFRAERO, julgando procedente a ação para determinar a reintegração de posse em favor da INFRAERO. Em 19/01/2004 o Juiz Federal substituto recebeu a interposta pela operadora ULISSES em seu efeito suspensivo e devolutivo. Mesmo após essa decisão, poderia ainda caber recursos que poderia ser recebido também no efeito suspensivo. O que acarretaria na necessidade de aguardar decisão final em última instância. Que poderia demandar mais alguns anos de trâmite judicial tendo em vista que da inicial para a sentença passaram-se mais de dois anos. E no TRF, 1ª Região, a apelação estava aguardando julgamento desde abril de 2004. Não havia no andamento processual sequer o pedido pelo Relator de agendamento da pauta. Em 26/3/2004, Senador, os autos foram remetidos ao TRF 1ª Região, recurso de apelação, foi distribuído por independência ao agravo de instrumento para o mesmo Relator. O Desembargador João Batista Moreira. E mesma turma. Que já havia julgado agravo de instrumento considerando imotivado a rescisão. Em 12/05... Em 12/08/2005, ainda diante da necessidade da INFRAERO ter de aguardar decisão transitado em julgado sobre reintegração de posse que não havia a previsão de acontecer, em face da... De não ter havido sequer decisão de 2ª Instância, INFRAERO por meio de sua Diretoria Comercial, instada pela concessionária SHELL propôs a realização de acordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem era o Diretor?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu era o Diretor Comercial. E aqui a carta encaminhada pela empresa SHELL porque aqui é muito importante que se veja quem são os partícipes. De um lado está a INFRAERO como poder concedente. Do outro lado está a SHELL como concessionária. E a SHELL tem um contrato com ULISSES CANHEDO como operador desse posto.

Então, o que acontece, Senador? O operador, ULISSES CANHEDO parou de passar os mapas de faturamento para a SHELL porque parou de comprar combustível SHELL e passou a vender combustível adulterado no seu posto. Para os nossos usuários. Os clientes da infra-estrutura aeroportuária brasileira. Então qual era o conflito que existia? A INFRAERO queria tirar...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O ULISSES CANHEDO passou a vender combustível adulterado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Adulterado. Foi autuado várias vezes pela ANP e parou de vender combustível com cartão de crédito. Só aceitava dinheiro a vista. Isso também limitava as possibilidades do nosso usuário de aeroporto.

Então, pelo lado da INFRAERO, nós tínhamos o interesse público em tirar o operador do posto ULISSES CANHEDO. Não a SHELL. O SHELL é um grande operador dos aeroportos brasileiros, está presente em quase todos os aeroportos brasileiros, e tem sempre cumprido e honrado seus contratos com a INFRAERO. Então o nosso litígio no fundo, no fundo, era com um operador que não oferecia as informações que a SHELL precisava, que não comprava combustível legítimo, vendia combustível adulterado que poderia danificar e trazer um risco à imagem não só da SHELL, mas também da INFRAERO, porque aquilo é uma concessão da INFRAERO, e havia uma demanda judicial onde a SHELL demandava contra ULISSES CANHEDO, mas não conseguia tirá-la daquele local. A INFRAERO demandava contra a SHELL e ULISSES CANHEDO, mas não conseguiu. Ou seja, até aquele momento a posse do imóvel não era da INFRAERO. Não há porque se falar que o Diretor deveria ter licitado. Não estávamos com a posse do imóvel. Não tinha essa possibilidade. O que aconteceu então? A SHELL, vou deixar com o senhor a carta da SHELL, conseguiu via negociação com a ULISSES CANHEDO, ele com a ULISSES CANHEDO, propôs entregar um outro posto fora do aeroporto, porque para imagem SHELL um posto no aeroporto é muito importante e imagino que para a imagem da INFRAERO também, e o que estava acontecendo? A SHELL estava perdendo milhões com a imagem e a INFRAERO também. E as duas na verdade queriam fazer com que um operador fosse honesto, trabalhasse com gasolina legítima e trabalhasse dando oportunidade do consumidor pagar com cartão, com cheque, com dinheiro vivo. Os dois entenderam que era interessante tirar o que ninguém tinha conseguido até aquela ocasião, tirar o operador ULISSES CANHEDO. E a SHELL conseguiu por outros motivos, abriu mãos de dinheiros que tinha a receber de ULISSES CANHEDO, ofereceu outro posto, conseguiu que ele aceitasse sair dali. É o que está nesse documento da SHELL. Ela procura o Diretor Comercial, ela procura primeiro o Presidente da INFRAERO, o Presidente encaminha ao Diretor Comercial, o Diretor Comercial recebe e tem entendimento que é muito razoável a proposição da SHELL do ponto de vista de interesses públicos, ou seja, restabelecer o fornecimento de combustível não

adulterado ao usuário da INFRAERO principalmente, e eu me manifesto na ocasião da seguinte maneira: SHELL, entendi seus motivos. Se vocês conseguirem tirar o operador ULISSES CANHEDO é tudo que nós queremos, mas eu não sei se posso, não sei se posso realizar essa operação. Eu preciso que o jurídico da nossa empresa fundamente essa possibilidade e preciso que a nossa área financeira calcule os débitos existentes com relação a esse contrato, alguns estavam consignados em juízo, a SHELL nunca parou de pagar a INFRAERO, fez uma (ininteligível) em pagamento, e vinha pagando mensal, de forma a restabelecer a ordem na condição de que na assinatura do termo judicial, na assinatura do acordo o ULISSES CANHEDO imediatamente saísse do posto. O que aconteceu. No dia seguinte da assinatura do termo do acordo judicial fechou-se o posto. Pela primeira vez. Até aquela ocasião de 2001 até ali o Sr. Ulisses Canhedo continuava vendendo combustível adulterado aos usuários da INFRAERO. Então, essa foi a medida que eu tive. E recebendo o parecer jurídico favorável a que fosse concedido então essa possibilidade de acordo e extensão de prazo, o Diretor Comercial então assinou essa possibilidade. Restabelecendo a ordem. O posto voltou a vender combustível de boa qualidade ao consumidor da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Perguntando então a V.S^a. Qual a vigência do contrato de concessão de uso de área do Aeroporto Internacional de Brasília celebrado entre a INFRAERO e a SHELL? Que funcionários da INFRAERO participaram da celebração do referido contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – A vigência até 2013, os funcionários que participaram da...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Celebrado em?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Celebrado em 2005. Esse acordo que... Feito o acordo na justiça nós celebramos o termo de contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O contrato original era de quando a quando?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Noventa e... Senador, o contrato se não me engano, mas tenho aqui os documentos e vou deixar com o senhor, de 93. O contrato é anterior à 8.666.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quando houve a rescisão dele?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Rescisão unilateral 2001.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quem assinou essa rescisão? Que funcionários da INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– A rescisão foi assinada por um funcionário da jurídica da INFRAERO do aeroporto de Brasília. A rescisão deveria ter sido assinada pelo Superintendente da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Tendo em vista que o contrato previa o recebimento pela INFRAERO de determinado percentual do faturamento bruto mensal da venda de combustíveis e que não foi enviado à INFRAERO mapa do faturamento no período de janeiro de 98 a junho de 2001, que base em que critérios foi pago o referido percentual nesse período? V.S.^a. tem conhecimento?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. A SHELL fez uma ação de pagamento e vinha depositando algo em torno de 12 mil/mês em favor da INFRAERO. Durante esse período. Apenas da SHELL não estar recebendo da operadora ULISSES CANHEDO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S.^a. disse que foi iniciativa de V.S.^a. firmar o termo de transação extrajudicial com a SHELL em 25 de agosto de 2005. Embora tivesse uma ação de reintegração de posse já julgada no mérito, mas outras tinha sido distribuído por dependência. Não é essa a afirmação de V.S.^a.? Ou seja, já tinha sido julgada uma ação de reintegração de posse, mas pelo que V.S.^a. leu...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– O agravo de instrumento suspendeu essa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Sim. E depois houve uma outra ação por independência. Foi isso que V.S.^a. leu?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Que caiu na mesma turma do TRF que havia julgado imotivada a rescisão por falta de entrega de mapa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A INFRAERO chegou a reaver o imóvel?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Nunca. Durante esse período, nunca. Quando eu fui procurado eu continuava sendo explorado por ULISSES CANHEDO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S.^a. assinou um contrato com dispensa de licitação com a SHELL ou não?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Dispensa de licitação? Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Como é que foi feito esse... Foi feita uma licitação? Colocou o fim e revigorou aquele contrato anterior? Foi isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Na verdade, o que foi feito por orientação da jurídica da INFRAERO foi usar o próprio contrato original e aditivá-lo dando os prazos que são os prazos recomendados pelo Tribunal de Contas da União.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Por que foi registrado não Relatório de Auditoria da INFRAERO que o termo de transação extrajudicial foi firmado por autoridade incompetente e que a legislação determina que acordos extrajudiciais dependem de autorização do Presidente da estatal?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu não sei informar, Senador. No caso desse contrato, o Advogado foi quem celebrou o acordo. E o Advogado... Os Advogados da INFRAERO têm uma Procuração do Presidente para transigir. Então entendendo que tenha sido isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Que funcionário da INFRAERO foi responsável pela celebração do 5º termo aditivo com a SHELL?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– O quinto é esse termo que restabelece o contrato. Fui eu, como Diretor Comercial e a Sr.^a. Márcia Chaves, Superintendente de Relações Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O prazo era até 2013. O prazo do aditivo, segundo V.S.^a.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– O prazo que nós fizemos foi até 2013. Sim, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O contrato foi firmado pela Superintendência Regional do Centro-Oeste que após a rescisão registrou que não havia motivação para a renovação, já que a Procuradoria Jurídica estava retomando a área aeroportuária por meio de ação de reintegração de posse. A Superintendência Regional também consignou que a SHELL não estava sendo uma boa parcela comercial. Isso um Relatório feito pela Superintendência Regional do Centro-Oeste.

Eu pergunto: Não obstante a posição contrária da Superintendência Regional, por que V.S.^a. requisiu o processo relativo ao contrato com a SHELL e celebrou na própria sede da estatal o 5º termo aditivo ao contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu solicitei que o contrato viesse para a INFRAE-

RO porque eu fui motivado pela SHELL, entreguei a carta ao senhor, quem procurou a ação de propor um acordo foi da SHELL.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. suprimiu instância? V.S^a. ouviu a Superintendência?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, não suprimi instâncias, eu puxei o contrato para a sede e pedi que fosse avaliado pela área jurídica todo o histórico. Esse histórico não fui eu que levantei. Todo o histórico da vida desse contrato, que poderia ser feito e o que não poderia, pedi também que fosse levantado pela área financeira todo o histórico de pagamentos ou não. No meu entender, Senador, não vejo como a SHELL não fosse uma boa parcela da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que a Superintendência Regional do Centro-Oeste consignou que a SHELL não estava sendo uma boa parceira? V.S^a. teve em mãos esse Relatório, posição contrária da Superintendência do Centro-Oeste?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Foi passado para nossas áreas técnicas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. desconheceu... Achou que não era correto.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu entendo que para a INFRAERO e para a SHELL quem não estava sendo correto era a ULISSES CANHEDO. E naquele momento por uma ação da SHELL, independente de INFRAERO ela havia conseguido demover ULISSES CANHEDO, entregar o posto de volta. Ou seja, nós não ficaríamos mais cinco anos fornecendo combustível adulterado para os usuários. Poderíamos naquele instante reaver o posto de forma a dar um bom serviço ao usuário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A vigência prevista no contrato que foi rescindido pela INFRAERO terminava em 19 de setembro de 2003. V.S^a. confirma que o 5º termo aditivo foi celebrado 23 meses após expirada a vigência do contrato contrariando proibição do TCU?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Senador, como eu informei ao senhor, foi feito um estudo jurídico com relação a esse contrato e sua possibilidade de prorrogação. Nós começamos a minha explanação e eu disse ao senhor que havia conflito entre a auditoria e a jurídica. Esse é um dos conflitos. A jurídica entendeu perfeitamente legal por duas vezes...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A jurídica entendeu que o contrato valia desde 93?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Que o contrato valia uma vez que a área não havia sido desocupada...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas se isso estava valendo, se estava valendo, por que não foi observado o item 53 da norma interna da INFRAERO, NI13.03/A de 7 de novembro de 2000 que exigia participação do Conselho de Administração da estatal para contratos com vigência superior a 120 meses?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Vigência e renovação, Senador. Foi observada a cláusula 52 da mesma norma porque esse contrato não previa amortização. E essas normas são, se equivalem à Portaria. Então foi seguido a Portaria. Todos esses itens legais, das questões legais o Diretor no seu dia-a-dia não cuida. Cuidam as áreas jurídicas e...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi afastado do cargo por conta da suposta irregularidade de prorrogação desse contrato?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Foi. Quando a auditoria entendeu que a jurídica tinha feito parecer não legal, que não é o meu entendimento...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Aí V.S^a. foi afastado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eles optaram por fazer uma sindicância. A sindicância está em curso, o Dr. Alexandre esteve aqui e pediram o afastamento até que se verificasse se esse aditivo foi legal ou não. O que eu pondero ao senhor, Senador, que eu acho muito importante, é que durante esse período de 2001... De 2003 a 2005, a operadora continuou diariamente a fornecer serviços aos nossos usuários. Existia um contrato. Quando a jurídica autoriza que seja feito então essa regularização, o que o Diretor faz é trazer o feito à ordem. Estabelece um contrato... Senão daria mais prazo ainda. Eu voltei a 2003 porque ele já tinha cumprido de 2003 a 2005. Pra não dar mais prazo além do permitido. E também havia demanda judicial. Então a tese da jurídica é de que em havendo discussão judicial o contrato estaria suspenso e em havendo a real e fática prestação de serviços, houve o contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já foi Presidente do Instituto Brasileiro de Frutas? IBRAF? Correto? Em que período?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Correto. Agora o senhor me pegou (risos) Eu não lembro de cabeça. Foi 2000, 2001. Por oito anos eu presidi o instituto. Sete anos eu presidi o instituto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que o faz exatamente esse instituto?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– O Instituto Brasileiro de Frutas é órgão de representação de classe dos fruticultores nacionais e das agroindústrias nacionais e que o IBRAF, faz é organizar a base produtiva e assisti-los institucionalmente na área comercial dar apoio para seus associados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Onde fica a sede desse instituto?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem ele representa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Uma grande base de associados. Principalmente associações. As principais associações de fruticultura do País são associadas do IBRAF.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos explicar os motivos que levaram o Tribunal de Contas da União a condená-lo ao pagamento de 210 mil reais a ser atualizado monetariamente desde 17 de outubro de 97 mais multa de 10 mil reais consoante Acórdão n^o. 1.293 de 2003?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Posso. Só um segundo. O IBRAF celebrou um convênio com o Ministério da Agricultura em 1997. Esse convênio inicialmente havia sido proposto pelo IBRAF para realizar duas feiras no exterior. A AGF TOTAL na Holanda e a PMA PRODUCE MARKETING ASSOCIATION nos Estados Unidos na Rim, Califórnia, do ano de 1997. Dias antes da realização da AGF na Holanda, o IBRAF já com estande montado e pronto para abrir a feira, recebeu a informação do Ministério da Agricultura de que o convênio não havia sido ainda assinado. Então, aquela feira não poderia ser considerada dentro do convênio. Eles estariam modificando o convênio porque a data do início da feira já tinha acontecido e o IBRAF então arcou com ônus dessa feira sem receber do Ministério da Agricultura. Por quê? Porque os produtores de fruta, exportadores, estavam abrindo esses mercados. Como é que a gente passa a imagem de um País confiável se as pessoas que estão indo lá vender suas frutas no dia de abrir seu estande de apresentação não o fazem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A multa foi dada por que razão?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não, não havia sido ainda...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Feita a licitação.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. O convênio não havia sido celebrado pelo Ministério da Agricultura até a data da feira. É porque é muito importante historiar, Senador. Se o senhor me permitir...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. recorreu dessa decisão?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Recorri.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E qual foi a decisão?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Vou chegar lá. Se o senhor permitir. Acho muito importante. É excelente a sua oportunidade. Nessa feira AGF na Holanda estiveram presentes classe fruticultora e alguns membros, Secretários de Agricultura dos Estados. Eu me lembro inclusive que o então Secretário hoje Presidente da CPI do Apagão da Câmara esteve presente nessa feira no estande do Instituto Brasileiro de Frutas. De lá...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que não o condena, né?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– De maneira nenhuma. Pelo contrário. Eu preciso de testemunhas. (risos) Senador, então em seguida próxima a AGF TOTAL na Holanda haveria a PMA nos Estados Unidos. Também o Instituto Brasileiro de Frutas montou a feira, deixou pronto o estande brasileiro de frutas nessa feira, e o convênio com o Ministério da Agricultura foi celebrado. Então, teoricamente eu tinha um convênio para pagar a feira. A feira existiu. O estande brasileiro existiu. Estiveram presentes algumas lideranças políticas do nordeste, eu me lembro do Diretor do Banco do Nordeste, alguns Secretários de Agricultura que eu não sei precisar o nome, os exportadores brasileiros e o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura. Esteve presente no estande brasileiro na feira PMA em 1997. Quem não esteve presente o fiscal do Ministério da Agricultura porque recebeu a informação da feira um dia antes, realmente o convênio foi assinado poucos dias antes e não teve condição de viajar para aferir se a feira existiu e se o estande do IBRAF existiu na feira. Quando nós...

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O senhor informou que não fora assinado o convênio.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Durante a execução da primeira feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Ah, essa já é a segunda.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Foram duas semanas depois. É que a proposta

original eram as duas feiras no convênio. Aí o Ministério reformulou o convênio e fez uma feira só.

Bom, estivemos presentes na feira como eu disse inclusive o Secretário-Executivo, o então Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura Sr. Airton Barcelos Fernandes. No regresso da feira o Instituto Brasileiro de Frutas enviou as notas fiscais, os comprovantes que são normalmente solicitados para prestação de contas para o Ministério da Agricultura. E o fiscal que não foi à viagem fez um parecer considerando executado o convênio, executado a feira, etc. e tal. Passados um ano, lá no Ministério da Agricultura alguém levantou a hipótese de que aquele fiscal que não foi, não foi porque o Ministério não era funcionário de carreira, logo não poderia ter assinado um parecer dizendo que a feira se realizou. E a partir de então enviaram o processo ao Tribunal de Contas da União sugerindo que se não havia presença do fiscal, não dá para confirmar que houve a efetivação da feira e a participação do Instituto Brasileiro. Em função disso o Tribunal de Contas da União entendeu que não houve prova suficiente da existência da feira. Essa foi o motivo da...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor foi condenado, recorreu e perdeu de novo.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Está embargada essa decisão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor perdeu. Tem uma decisão, o senhor recorreu e... Foi negado provimento no Acórdão 3105/2006.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Está embargada essa decisão, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – São diversos os motivos. Mas um deles consta do Relatório do TCU, é que V.S^a. também teria contratado empresa de marketing sob inexigibilidade de licitação.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Na verdade, essa contratação se deu porque...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas uma das alegações é essa né?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Consta do Relatório do TCU.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Eu lhe explico, Senador. A feira internacional ela tem uma empresa brasileira que detém a exclusividade de comercialização daquele piso. Isso é muito comum. AL-CÂNTARA MACHADO, as grandes empresas de feira têm a exclusividade de comercialização de algumas

áreas em feiras internacionais. Então o IBRAF contratou essa empresa que tinha carta de exclusividade do organizador da feira para o espaço Brasil. Só se trata disso. E foi apresentada as notas fiscais e foi apresentado todo o Relatório de realização da feira.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos explicar os motivos porque tramitam ainda no Tribunal de Contas da União outros três processos de tomada de conta especial nº. 006775/2002-3, 006776/2002-0, e 006773/2002-3 para apurar irregularidades na gestão de V.S^a. à frente do IBRAF?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Eles visam apurar a não aceitação de prestação de contas do Ministério da Agricultura, como essa que eu acabei de explicar. Estão em tramitação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi condenado pelo Tribunal de Contas da União ao pagamento de 548 mil, 365 reais e 71 centavos em razão de irregularidades apuradas no período em que V.S^a. presidiu o IBRAF. Isso é correto? Houve um processo?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Essa condenação é que eu me referi da feira e que está embargada. Eu procurei o Relator e aí Senador eu...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não. O acórdão é outro.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não. Eu não tenho nenhuma outra condenação, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Acórdão que V.S^a. recorreu. São valores atualizados.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Por isso que está dando diferença. É a mesma feira. E eu queria salientar, Senador, e acho muito oportuno...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nesse mesmo período V.S^a. assumiu um cargo em Comissão na INFRAERO. Quem o indicou foi o Aristeu Chaves Filho?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, senhor. Senador, se o senhor me permiti eu procurei o Relator desse processo do TCU, porque na verdade quando houve essa condenação, eu fui procurar nos autos a motivação. Uma vez que o IBRAF havia cumprido tudo que estava no convênio. E o Ministério não havia cumprido nada do que estava no convênio. E o TCU entendeu que era o IBRAF o culpado. Ele disse, “não é, é porque não houve prova suficiente da realização”. Então, eu procurei o Relator, questão de alguns meses atrás e entreguei ao Relator algumas provas da realização do evento, tenho aqui,

vou deixar também com o senhor, que são fotos da presença do IBRAF no evento, o estande do IBRAF no evento, as fotos do evento, declarações em cartório de pessoas que tiveram presente no estande do IBRAF, com a foto do passaporte e visto americano na entrada nos Estados Unidos da época da feira, inclusive a do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura à época, carta da PMA informando número de participantes, local do estande do IBRAF, a planta do IBRAF no circuito, a efetividade da existência do estande do IBRAF na feira, traduzida e juramentada, e uma perícia, um relatório pericial de um profissional de feiras mostrando que toda a documentação entregue pelo IBRAF está de acordo com as prestações de contas relativas à participação em feiras. Por exemplo, o TCU entende que o IBRAF não forneceu relatório parcial de realização. Ele fechou o convênio um dia antes da feira. A feira aconteceu e foi entregue o relatório final, qual é o relatório parcial possível de ser produzido? Então coisas desse tipo. E essas provas que acho que agora são irrefutáveis eu gostaria que constasse dos registros dessa CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois não. Pode entregar. No período que V.S^a. foi Presidente do IBRAF, o Sr. Aristeu Chaves Filho foi Diretor do IBRAF?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Foi sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Atualmente V.S^a. é conselheiro do IBRAF e o Sr. Aristeu Chaves Filho é Vice-Presidente do IBRAF?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No início dos anos 90 V.S^a. foi Superintendente da VALEEXPORT?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A VALEEXPORT é um consórcio de empresas rurais e cooperativas da região do Vale do São Francisco que atua para abrir espaço no mercado internacional?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim senhor. Entre outras.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o GRUPO FRUIT FORTE?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– É uma das empresas filiadas à VALEEXPORT.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A FRUIT FORT pertenceu a Aristeu Chaves Filho, e é associada à VALEEXPORT?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. portanto conhece o Sr. Aristeu Chaves Filho no mínimo desde o início dos anos noventa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tanto V.S^a. quanto o Sr. Aristeu Chaves Filho tem forte vínculo com o mercado de frutas. Especialmente com o desenvolvido na região de Petrolina. Isso é correto?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Correto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma que reduziu em até 50% as tarifas de exportação de produtos perecíveis logo que assumiu o cargo na INFRAERO?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Eu mostrei na minha apresentação que a receita de... A receita primordial que responde por mais de 95% da carga é a receita de importação. Não é a receita de exportação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim. Mas foi reduzida ou não foi reduzida a tarifa em 50%?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Vou explicar. A receita de exportação é 0,02 centavos de dólar por quilo embarcado. Existiu um pleito, não por mim formulado, formulado pela Associação Brasileira dos Exportadores de que as frutas perecíveis não usavam a infra-estrutura do aeroporto. Ficavam nos caminhões nos próprios fruticultores refrigerado até o embarque. Ou seja, só fazia um trânsito pela INFRAERO. Não faziam armazenagem. E foi solicitado não pra mim, para a área de cargas um desconto nessa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi reduzido em 50%?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não me recordo, Senador. Tenho minhas dúvidas se chegou a ser atendido esse pleito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi atendido. O Sr. Aristeu Chaves Filho nessa época era vice-Presidente da VALEEXPORT?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Imagino que sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma que negociou com a

EMBRATUR a iniciativa de aumentar o número de vôos fretados entre capitais do nordeste e Europa de modo a aumentar o espaço nos compartimentos de cargas para o transporte de frutas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu apresentei isso aqui em detalhes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. confirma que recebeu documentos dos exportadores de frutas apoiados pelo IBRAF que consubstanciava reclamação contra as altas taxas cobradas pela INFRAERO para exportação das frutas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu recebi documentos de várias entidades reclamando das taxas de exportação. Na verdade, principalmente o pequeno exportador que vai embarcar uma mercadoria de baixo valor agregado e pagando o frete aéreo alto, ele normalmente pede redução de taxas para conseguir ter preços competitivos no exterior. Agora, o convênio com a EMBRATUR trata-se de outra coisa, Senador. Na verdade o que nós... Eu disse isso na minha explanação. No momento em que eu assumi a INFRAERO, o dólar estava quase quatro reais. Com isso o Brasil parou de importar mercadoria. Logo, os aviões cargueiros pararam de vir para o Brasil. E o exportador brasileiro que não era de fruta, de pescado, todo exportador brasileiro não tinha condições de embarcar seus produtos para o mercado mundial. Por falta de equipamento. Não tinha avião. Nesse momento nós fizemos um trabalho com a EMBRATUR para que atraísse vôos charters de turistas e que parte disso, do porão desse vôo pudesse ser disponibilizado para o exportador brasileiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que data foi essa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– 2004, 2005...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Aí o dólar já...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, não. Foi quando começou a cair.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Isso foi em 2003. 2003 o dólar estava lá em cima.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– O primeiro convênio com a EMBRATUR foi em 2003 e a idéia foi justamente...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em 31 de janeiro de 2005 a INFRAERO expediu comunicado que confirmava apoio a liberação total dos porões das aeronaves nos vôos charters internacionais de passageiros para fim de exportação. Não é isso? 31 de janeiro de 2005? Os documentos que nós temos?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Anterior a isso nós já havíamos nos manifestado. O que é que acontecia naquela época? Isso é importante entender. Nós tínhamos um gap de 90 mil toneladas entre importação e exportação. Não tinha avião no Brasil para suprir isso. Então.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não estou discutindo isso. Só para ver se as datas coincidem.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Estou explicando. E aí o que é que nós fizemos? Pedimos que os charters que vinham ao Brasil disponibilizassem o espaço de porão que sobrasse das malas das pessoas embarcando para colocar a mercadoria brasileira com destino ao exterior. Em forma de desafogar os aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em 20 de janeiro de 2005 essa decisão foi tomada em reunião técnica. Nessa ocasião que cargo V.S^a. ocupava? V.S^a. participou dessa reunião?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não me recordo se eu participei... Não, participei. De possibilitar que os porões fossem oportunizados ao exportador brasileiro, sim. Porque eles voariam vazio, era melhor que voasse com mercadoria brasileira ao exterior. Auxiliando os exportadores do Brasil.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A INFRAERO deixou de auferir alguma receita?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pelo contrário. Passou a auferir. A receita que embarcou ela auferiu resultado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Recentemente o aeroporto de Petrolina foi beneficiário de importantes investimentos por parte da INFRAERO. Isso é correto?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– É correto, sim senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Uma das motivações para tais investimentos foi a conversão desse aeroporto em um pólo para exportação de frutas. Isso é correto também?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Correto, sim senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. poderia dizer quanto a INFRAERO investiu nesse aeroporto em que período e o que é que foi feito lá?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Senadores, são vários investimentos em diferentes períodos. Eu não sei precisar também todos os valores, eu vou falar aproximadamente e depois me comprometo.

to a enviar um documento com toda essa informação. Durante o Governo Fernando Henrique...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não, vamos falar só nessa parte da gestão de V.S^a. E do Sr. Carlos Wilson. Porque esses dados nós já temos. Então...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– São das Câmaras frigoríficas são anteriores a... Houve duas obras significativas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi na gestão do Carlos Wilson que houve...?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não. Câmara frigorífica, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual investimento que houve na gestão de V.S^a. e Carlos Wilson?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Houve investimento na extensão da pista em 900 metros, cresceu a pista em 900 metros e houve a reforma do terminal de passageiros.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Carlos Wilson é muito ligado ao empresário Aristeu Chaves Filho?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eles são amigos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Esses investimentos que favoreceram setor importante da economia da região de Petrolina trouxeram benefícios políticos ao ex-Presidente Carlos Wilson? Ele foi apoiado? V.S^a. tem... Pode nos informar que no Estado de Pernambuco isso refletiu possivelmente para o Presidente Carlos Wilson?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não sei informar. Imagino que sim, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Tanto V.S^a. quanto o empresário Aristeu Chaves Filho quanto o ex-Presidente da INFRAERO Carlos Wilson tiveram interesses naquela região? Econômicos, políticos, etc.?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não entendi a pergunta, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. tem interesse naquela região.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Eu trabalhei naquela região. Entendo as necessidades ...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Inclusive tem uma empresa em Juazeiro, não é isso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Tenho. Sou sócio de uma fazenda em Juazeiro. E

sempre trabalhei para que aquela região virasse uma região forte exportadora de frutas brasileiras.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. trabalhou na Prefeitura de Petrolina?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Trabalhei, sim senhor. Quando estava na VALEXPORT, fui solicitado pelo então Prefeito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que cargo V.S^a.? Qual Prefeito?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Fernando Bezerra Coelho, para assumir uma Secretaria, Secretaria Extraordinária para montar a agência de desenvolvimento da região integrada de desenvolvimento da região do Vale do São Francisco. Assumi...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em que período?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– 2001 a 2003, se eu não me engano, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Constam dos autos...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Foi o tempo de montar a agência e estabelecê-la.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Constam aqui dos nossos autos da CPI que alguns dos sócios que constituíram a empresa FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMA LTDA, tinham vínculos empresariais na região de Petrolina. V.S^a. conhece o Srs. Carlos Henrique Leal de Moraes?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pedro Ronald Braga Borges?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não me recordo. Acho que não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. já ouviu falar, conhece ou tem relacionamento com a empresa PETROBANK ASSESSORIAS E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS LTDA?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Não tenho relações e não conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. tem além dessa... Hoje a fonte de renda de V.S^a. é só essa empresa que V.S^a. tem em Juazeiro?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA
– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A que título V.S^a. recebeu montantes entre os anos de 2003 e 2005 a título de outros rendimentos isentos, conforme declarado em suas declarações de renda? Outros rendimentos isentos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu não me recordo, Senador. Eu tenho aluguéis, eu tenho propriedade em São Paulo, um apartamento... Eu tenho...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas não são isentos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– É. Eu não me recordo dessa... Posso procurar no meu imposto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S.^a. é sócio da empresa agropecuária AQUAUÃ...

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – CGC 00773248001-95. Qual o objeto social da empresa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– É exploração do ramo agropecuário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Onde é a sede da empresa?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Juazeiro da Bahia. Curaçá na Bahia. Do lado de Juazeiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quem são os demais sócios?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Eu e Ivan Pinto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S.^a. autorizou a veiculação de material publicitário da Brasil Telecom nos portões um a dez no aeroporto de Brasília de maneira irregular conforme denunciou a Sr.^a. Silva Pfeiffer?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Tem conhecimento disso?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Da veiculação. Foi irregular?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Da veiculação não foi irregular, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S.^a. já viajou alguma vez para o exterior com o Deputado José Dirceu?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Agradeço a V.S.^a.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PMDB-PA) – Pois não, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PMDB-PA) – Com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Dr. Fernando Bendaglia, desculpe estar chegando agora. Mas essa CPI vem feito aqui... Eu considero tem feito um grande trabalho, pessoalmente aí na pessoa do nosso Relator, que não fica nenhuma pergunta sem ser colocada aqui para todos os nossos convidados.

Mas me chama atenção, tem uma polêmica sobre a questão do software, é sobre essa perícia, que é um conflito aí da auditoria com Controladoria Jurídica. Até porque já esteve aqui na CPI o José Alberto Sobrinho, né? O Presidente da Associação da ABMA. Não é isso? E eu gostaria, pra mim formar um juízo, a sua manifestação sobre esse conflito. Sobre esses posicionamentos. Porque eu tenho clareza disso de que V.Ex.^a. chega em 2003, o José Alberto já foi arguido aqui como Presidente da Associação, eu lembro que eu formatei pelo menos uma lógica de que a associação, Presidente Mário Couto, é contrária a essa... A modernidade do software para ter um corte nessa postura, nessa relação da aeromídia em todos os nossos aeroportos, mas eu queria que V.Ex.^a. falasse um pouco dessa visão, desse conflito dentro da INFRAERO.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Pois não. Bom, primeiramente então vou tentar fazê-lo de forma bem sintética. Quando assumi a Diretoria tive relatos de ex-diretores, ex-presidentes, gerentes de que... E diretores da época de que essa era uma área conflituosa, com muitos problemas, com dificuldade de controle de arrecadação, com potencial de evasão de receita muito grande onde não havia praticamente licitação...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas mexendo com muitos recursos.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Com muitos recursos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Tem números?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Os recursos que ficavam na INFRAERO eram da ordem de 30 milhões. Esse era um negócio que nós imaginávamos acima de 100, 120 milhões. Negócios realizados. Isso é muito fácil...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Desculpe. Presidente Mário Couto, o Senador Demóstenes levantou sobre esses recursos? Obrigado.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA

– Então, imaginávamos que seriam recursos da ordem de 120 milhões, o que a INFRAERO deveria estar de fato arrecadando e não os 30 que estava arrecadando. Isso pode ser mais apurado se houver alguma diligên-

cia junto aos anunciantes. Com certeza os anunciantes têm o valor do contrato real de quanto deveria ter sido pago à INFRAERO. Se há essa dúvida a CPI pode tomar essa providência.

De toda sorte, nós então operamos no sentido de introduzir uma ferramenta de controle e gestão de forma a padronizar todos os pontos, obrigar que todos os pontos fossem lançados e ofertá-los na internet em rede mundial para qualquer interessado. Então dando transparência, igualdade e oportunidade e com isso garantindo que no curto espaço de tempo, vencidos os contratos vigentes a INFRAERO voltaria... Voltaria não, passaria a receber o que lhe devido. Houve várias...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Um minuto. Essa perícia foi realizada por profissionais habilitados? Competentes?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Não, senhor. Então, o que aconteceu? Quando suspendeu o contrato, o fim do contrato ia ser feito um aditivo. Foi feita uma proposta de aditivo no valor de três milhões, e nesse momento o Presidente da INFRAERO, o Brigadeiro J. Carlos forma uma perícia que a meu ver não teve nada de perícia porque a figura de perícia não existe na INFRAERO. O que existe são sindicâncias. Foi a primeira vez na INFRAERO que se monta uma perícia com pessoa, com funcionários que não são nem de carreira. Só um é de carreira, três funcionários são contratos especiais.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Quantas pessoas?

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Quatro pessoas. Três contratos especiais, pouquíssimos anos de Casa, um ano e meio cada um, pouca experiência para fazer qualquer apuração nesse contrato, e acho que cometeram uma série de equívocos. Quer me parecer pelo depoimento prestado aqui pelo Dr. Fernando Pessoa... Dr. Fernando não Pessoa... o outro é Fernando Andrade que esteve nessa Comissão ele disse que atuou para estancar o processo. Quer me parecer que ele atuou para realmente não ser feito o aditivo para que a ferramenta parasse de funcionar e não produzisse os resultados que ela pode produzir. Além de inúmeros erros constatados na perícia. Inclusive um dos peritos já confirmou na CGU que errou em fazer determinadas imputações. Então, é uma perícia que no meu entender só serviu para estancar realmente um aditivo que manteria a ferramenta em utilização. É mais uma das resistências para que essa ferramenta funcione e corrija os desvios que existem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PMDB-PA) – Ok Senador? Dr. Fernando, queremos agradecer a presença de V.S^a. e lhe desejar boa sorte.

SR. FERNANDO BENDAGLIA DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PMDB-PA) – Dando prosseguimento, convidamos a Sr^a. Márcia Gonçalves Chaves.

Pergunto à Dr^a. Márcia se quer fazer alguma explanação antes que o Relator possa começar a interrogá-la? Se V.S^a. necessita de fazer alguma explanação antes dos questionamentos.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não, senhor. Muito obrigada. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PMDB-PA) – Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhora depoente, há quanto tempo V.S^a. é funcionária da INFRAERO?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu sou funcionária da INFRAERO há 29 anos e meio. Ingressei em primeiro de fevereiro de 1979 por concurso, trabalhei no aeroporto de Brasília, iniciei minha carreira como auxiliar administrativo. E lá ainda no aeroporto de Brasília minha primeira função gratificada, função de confiança foi de encarregada do setor de cobrança. Posteriormente de chefe de seção comercial, ainda do aeroporto de Brasília. Posteriormente vim assumir a Seção Comercial da regional Brasília, e fui à sede como chefe de divisão de contratos comerciais por volta de 1990. E lá assumi também outras funções na área comercial como Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Pesquisa e Novos Negócios, Chefe do Departamento Comercial e Superintendente Relações Comerciais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – O cargo de Superintendente Relações Comerciais V.S^a. exerceu em que período? Ou ainda exerce essa função?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. Não exerço essa função. Eu fui Superintendente até setembro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – De que período a que período?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – De 2000 a 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Antes de trabalhar na INFRAERO que atividades profissionais V.S^a. exercia?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A INFRAERO é meu único emprego.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – V.S^a. é ou já foi sócia ou proprietária de alguma empresa?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Fui sócia de uma empresa com o meu ex-marido. Mas hoje em dia não mais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que empresa?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Era uma empresa de... restaurante. Eu não me recordo o nome agora.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já responde... Perdão, já respondeu ou responde algum processo de sindicância?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Aonde? Na CGU?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Estou respondendo um processo de sindicância na CGU referente a FS3 e ao posto Shell.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que V.S^a. não cumpriu a decisão do Presidente da INFRAERO no sentido de que fossem ouvidas a área técnica especializada e auditoria interna com relação a contratação com a FS3?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – De acordo com as normas da empresa, é competência da área de licitações a oitiva dos órgãos jurídico e de auditoria interna. Então não era da minha competência. Esse dado está incorreto no relatório pericial. E posso passar aqui para o senhor cópia da nossa norma interna no item 4.2 letra D que estabelece que essa atribuição é da área de licitações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agradeço a V.S^a. Por que motivo a área de Tecnologia da Informação não desenvolveu um sistema nos moldes do Advantage V2? Essa área seria capaz de desenvolver sistemas com as mesmas funcionalidades ainda que em maior espaço de tempo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A área de Tecnologia da Informação não era vinculada à Diretoria Comercial, e sim à Presidência, Diretoria de Administração, então no tenho como dar essa informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como funcionava a sistemática de comercialização de espaços publicitários nos aeroportos anteriormente à contratação com a FS3? Os espaços publicitários eram sempre licitados?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. Espaço publicitário ele funcionava da seguinte forma. O interessado, a empresa de publicidade procurava a INFRAERO e fazia a sua proposta. E essa proposta ela era levada à Superintendência e se fazia o processo de inexigibilidade de licitação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então era feito sempre com inexigibilidade.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então não tem fundamento algum dizer que precisava-se contratar a FS3 porque em determinados casos havia morosidade no processo de licitação. Porque era sempre com dispensa. Com inexigibilidade...

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu não entendi a pergunta do senhor. Qual é a vinculação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A pergunta é o seguinte. Era sempre feito com dispensa de licitação. Ou inexigível licitação. No entanto, um despacho feito pelo Sr. Fernando Brendaglia fundamentava a contratação da FS3 dizia que um dos aspectos que ele solicitava é que havia morosidade no processo de licitação. Ora, se não havia licitação, como é que havia morosidade no processo de licitação? V.S^a. confirma que eram inexigíveis.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Maioria dos casos, sim. Só em grandes aeroportos. Mas é muito raro. Agora, eu não tenho como dar uma informação a respeito de um...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o fundamento legal para dispensa ou inexigibilidade de licitação?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Na publicidade? Por inviabilidade de competição, e por existirem outras áreas que poderiam ser utilizadas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a razão disso? Inviabilidade de competição?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Era uma forma que a INFRAERO utilizava na época, e o Tribunal de Contas vinha solicitando que fossem feitas as licitações. Mas o que ocorria na prática é que por haver outras áreas, quer dizer, os anunciantes eles procuravam aquelas que sempre estavam disponíveis. Eles não procuravam uma área que já estivesse ocupada. Então eles iam à busca do que já estava disponível.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Na prática, como é que funcionava essa busca para pessoa que quisesse veicular a sua publicidade? A empresa?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Como eu disse anteriormente, as empresas de publicidade buscavam a INFRAERO. Não a INFRAERO... Ela não se colocava no mercado. Então ela não se mostrava para o mercado...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas as empresas eram praticamente as mesmas, sempre.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim. Nós temos poucas empresas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas em tese qualquer empresa poderia concorrer.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas na realidade era um mercado restrito a algumas empresas. Essas empresas eram associadas à ABMA?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – ABMA. A maioria delas, sim. As grandes. As empresas são associadas à Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que foi imaginado por V.S^a. a comercialização dos espaços a partir da implantação do Advantage V2?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O sistema colocava todos os pontos de publicidade via internet. Então, essa ferramenta ela iria abrir o mercado nacionalmente e internacionalmente. Então as empresas interessadas elas estariam encaminhando as propostas e via sistema mesmo isso aí estaria sendo disponibilizado para os aeroportos. Eles aí fariam as suas negociações e se houvesse mais de um interessado, porque como a ferramenta ela dava uma amplitude muito grande, então a possibilidade de a gente realmente conhecer o mercado, quem gostaria de estar no mercado e competindo por aquelas áreas, elas estariam fazendo suas proposta. Aí a gente poderia estar fazendo a licitação caso houvesse mais de um interessado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Havia uma expectativa do incremento da receita.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De quanto para quanto?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Olha, cerca de 25% ao ano de incremento de receita.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – 25. Se arrecadava em torno de...

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – 33 milhões. A cada ano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Com a expectativa de se ampliar depois do contrato em quanto?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Depois do início da implantação do sistema? Então, com a abertura de mercado a gente poderia estar crescendo cerca de 25, no mínimo 25% ao ano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que estudo baseou essa estimativa de acréscimo? Quem fez esse estudo? Existe esse estudo? Como é que se chegou a esse número?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Esses dados são dados internacionais. Existem dados que mostram pela audiência de passageiros quanto que a atividade de publicidade ela arrecada. Então, a nossa média de arrecadação ela estava muito baixa e esse estudo foi coordenado pela Diretoria Comercial. Não foi feito por mim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. não participou, não concordou nem discordou desse estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. Eu não participei do estudo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve o estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim. Acredito que sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Acredita ou houve o estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. sabe onde é que se encontra esse estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Isso tem na própria proposta da empresa tem essa colocação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas o que a empresa disse foi tido como verdade ou se chegou a fazer algum estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Isso foi discutido com a Diretoria Comercial da empresa e a Diretoria Executiva.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que essas receitas não se efetivaram após a implantação do sistema?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O sistema ele ficou no ar muito pouco tempo. De maio até dezembro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Maio a dezembro de quando?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – De 2005. Então nós não tivemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando é que começou a ser implantado?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Ele começou ser implantado em janeiro de 2004. Quer dizer, um ano e alguns meses antes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E ele só funcionou a partir de junho de 2005?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não, ele foi disponibilizado ao público nessa data. Ele começou a funcionar logo em janeiro, quando a gente começou a trazer os dados para dentro do sistema. Porque ele precisava ser alimentado o sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esses dados então só foram disponibilizados ao público um ano e meio depois? É isso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não, a parte de comercialização e visualização para o mercado, foi. Mas internamente para a empresa, não. Desde janeiro vinha sendo alimentado e colocados à disposição.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Enquanto isso se fazia o sistema antigo. Se operava no sistema antigo.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – As contratações, o senhor pergunta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – As contratações elas continuavam sendo feitas... Ou seja, a INFRAERO estava honrando seus contratos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então o Advantage V2 entrou em pleno funcionamento a partir de julho de 2005?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Maio de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Maio de 2005.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Para o público externo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então só a partir daí todas as ferramentas e facilidades funcionaram. É isso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. O Advantage é um sistema, a partir do momento que ele foi implantado na empresa, ele já estava funcionando. Então a gente tinha que alimentar o sistema com os dados dos 65 aeroportos. 2004 até maio de 2005.

Então, quando todos os dados estavam disponíveis no sistema, quer dizer, cadastrados, a disposição, aí que foi disponibilizado pro mercado. Mercado que eu digo é para os anunciantes. Porque internamente a gente já estava.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, durante um ano e cinco meses isso funcionou só internamente.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só o público alvo que eram as empresas de publicidade, ou quem queria anunciar só teve o sistema disponibilizado a partir de maio de 2005? É isso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Para se fazer os contratos, sim. Mas eles conheceram, a ABMA inclusive conheceu o sistema ainda quando ele estava em implantação. No ano de 2004.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando V.S^a. conheceu os Srs. Michel Farah e Ettore Casoria? E quem apresentou a V.S^a.?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu conheci o Sr. Michel e o Sr. Ettore após o contrato ter sido celebrado. Já em janeiro porque eu passei a ser a gestora do contrato. Anteriormente, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Vou pedir a V.S^a. repetir, por favor. Quando é que V.S^a. conheceu o Sr. Michel Farah e Ettore Casoria?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu os conheci em janeiro de 2004, a partir do momento que foi...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Depois que o contrato... Já na fase de implantação.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Já. Porque eu fui a gestora do contrato por um período então eu os conheci.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Antes disso V.S^a. não teve acesso aos termos do contrato. Nada?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. O contrato foi todo negociado pela Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. só conheceu o Sr. Michel Farah e Ettore Casoria a partir de janeiro de 2004.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – É.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E quem foi que os apresentou a V.S^a.?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não me recordo, mas deve ter sido na própria Diretoria Comercial. Agora a pessoa em si eu não me recordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma nota técnica da Controladoria-Geral da União que empregados da INFRAERO onde... na qual empregados da INFRAERO informaram

que o Sr. Fernando Brendaglia foi apresentado a Michel Farah pelo Sr. Aristeu Chaves Filho? V.S^a.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu não conheço o Sr. Aristeu Chaves Filho e desconheço também da onde o Sr. Amarildo possa ter tirado essa informação. Não foi passado por mim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi oferecida alguma vantagem a V.S^a. para que contribuísse para a aquisição do software distribuído pela FS3?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer afirmou em depoimento prestado a essa CPI que na INFRAERO todos sabem que a empresa FS3 é do Sr. Fernando Brendaglia e do Deputado Carlos Wilson. V.S^a. confirma essa informação?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu nunca tinha ouvido falar nisso. A primeira vez que ouvi falar foi por meio aí da Sr^a. Sílvia Pfeiffer. Mas eu desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que o processo de dispensa de licitação e contratação da FS3 foi conduzido dentro da empresa de forma sigilosa?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O processo de contratação ele não foi feito de forma sigilosa. Ele foi feito normalmente. A Diretoria Executiva aprovou a contratação e encaminhou às áreas de... No caso a área comercial e nós encaminhamos para área de licitações que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma a informação dada a essa CPI pelo Sr. Fernando Brendaglia que posteriormente foi enxertado o documento nesse processo com o fim de dizer que ele foi sigiloso após ele sair da empresa?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O senhor está se referindo aos documentos de avaliação da área?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Esses documentos eles não constam do processo de inexigibilidade de licitação. Não, não constam.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eles foram então enxertados, mesmo. Mas V.S^a. continuou trabalhando lá até quando? Ou saiu junto com o Sr. Fernando Brendaglia?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Da área comercial?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu saí um mês e pouco depois. Mas voltando à pergunta que o senhor tinha feito antes, os documentos, esses documentos que o senhor se refere, eles são levantamentos mercadológicos, comum dentro da empresa de você... Diretoria solicitar que sejam feitos levantamentos, eles são feitos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas sigilosos, né?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – São reservados quando a Diretoria acha que o assunto...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nesse caso a Diretoria entendeu que deveria ser sigiloso.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim. Deveria ser. Porque se tratava de política de negociação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. confirma então que esse documento foi enxertado lá após a saída do Sr. Fernando Brendaglia para comprometê-lo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Esses documentos foram incluídos na pasta do contrato. Não no processo de inexigibilidade. Porque depois do processo o que acontece? É feito um contrato e é aberto uma nova pasta. Quer dizer, um novo processo. E esses documentos foram incluídos posteriormente. Como todos os documentos que são aí, foram colocados... CGU e...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. participou, V.S^a. conhecia bem o processo. Quer dizer, V.S^a. foi nomeada gestora, mas teve, acompanhou o processo, tanto é que sabe desses detalhes.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O processo de quê?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Inexigibilidade da licitação da empresa FS3.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O processo de inexigibilidade da licitação ele foi encaminhado ao pedido que foi aprovado pela Diretoria Executiva da empresa, ele foi encaminhado para a área de licitações que é a responsável para fazer o encaminhamento. E ela fez todos os encaminhamentos. Encaminhou para a área jurídica, auditoria, pegou a ratificação da inexigibilidade...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual é a função da Superintendência de Relações Comerciais?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Tem várias funções. A gente trabalhava com área de desenvolvimento mercadológico, com navegação aérea...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse Relatório, portanto, foi feito por V.S^a.?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Qual Relatório?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse sigiloso. Esse estudo.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O estudo foi feito pela Gerência de Desenvolvimento Mercado-lógico. Que era uma gerência da Superintendência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que era subordinada...

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então V.S^a. conhecia bem os termos desse...

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu conheci e já no meio do processo foi passado a mim para conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando foi passado para V.S^a. para conhecimento?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Em setembro de 2003.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Setembro.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – É. O senhor deve ter o documento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que o contrato previu hospedagem dos dados no sistema na FS3 com espelho na Inglaterra e não na própria INFRAERO?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A INFRAERO não tinha na época condições de hospedagem. E isso foi um objeto da negociação para que o sistema fosse retornado à INFRAERO, mas ela precisava comprar os equipamentos e tal. Então não tínhamos condições técnicas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou aqui nessa CPI que os dados não ficaram licitação da própria INFRAERO. V.S^a. confirma?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu não participei da negociação. Mas o que eu tenho conhecimento é que a INFRAERO não tinha os servidores para que fosse hospedado dentro da empresa o sistema. E isso só foi adquirido posteriormente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A proposta de venda do Advantage V2 apresentado pela FS3 integrava o despacho n^o. 239 que foi encaminhado por V.S^a. à área de licitações da INFRAERO por ordem do Diretor Comercial para que aquela unidade providenciasse a contratação.

No item 2 do referido despacho consta que deveria existir cláusula nos seguintes termos: Prazo de garantia: 24 meses. A empresa se responsabiliza pelo funcionamento incondicional do produto mantendo operacional ininterruptamente durante esse prazo. Encerrado o período, o produto funcionará na versão disponível na data do último pagamento da manutenção. No entanto, essa cláusula não constou do contrato. O Sr. Ettore Casoria afirmou a essa CPI que os dados não ficaram instalados na INFRAERO porque a própria INFRAERO não queria. Pergunto: Por que foi retirada essa cláusula?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Ela não foi retirada. O processo de inexigibilidade ela é parte integrante do contrato. Então tudo que tem no processo a empresa quando assina o contrato ela...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que o contratado foi assinado sem essa cláusula original estar prevista?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O contrato ele é feito pela nossa Procuradoria Jurídica da empresa. Então, torno a repetir. Como o processo de inexigibilidade ele faz parte integrante então não precisa ser transcrito. Tudo que estiver no processo... Como numa licitação. Tudo que tiver no edital faz parte integrante do contrato. Então nesse caso ele quando assinou sabia que existiam essas cláusulas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o motivo da aceitação pela INFRAERO da proposta e do cronograma físico e financeiro apresentado pela FS3 com vantagens explícitas para aquela empresa, a exemplo do bônus e pagamento antecipados?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O senhor pode repetir só comecinho?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que a INFRAERO aceitou o cronograma físico financeiro apresentado pela FS3? Integralmente? Inclusive com pagamentos antecipados.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não existia pagamentos antecipados. Mas essa aceitação foi dada pela Diretoria Executiva da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que V.S^a. aceitou como documento probatório para o pagamento das licenças de uso de software no valor de 5 milhões, 207 mil e 200 reais uma mera folha de papel A4 assinado pelo Sr. Ettore Casoria?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Esse documento ele foi encaminhado a nossa área de patrimônio que garantiu a veracidade dela e foi patrimônio o sistema antes do pagamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a assinou o despacho 239 informando a área de licitações da INFRAERO as cláusulas que deveriam constar do contrato. V.S.^a foi gestora do contrato tendo a atribuição de emitir ordens para pagamento à FS3. Foi fiscal no início da execução do contrato tendo sido uma das responsáveis pelo aceite pela emissão da ordem para o pagamento no valor de 5 milhões, 207 mil e 200 reais referente às licenças do uso do software recebendo como documento de prova do direito da INFRAERO sobre as licenças de uso do software apenas uma folha de papel A4 denominada “termo de licenciamento” assinada pelo Sr. Ettore Casoria. V.S.^a, pergunto, foi a verdadeira... V.S.^a foi a mentora da contratação da FS3?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. Como eu disse antes, a contratação da FS3 ela foi feita pela Diretoria Comercial e a Diretoria Executiva. Então não tive essa participação. Agora, gostaria de registrar que não fui fiscal do contrato. Fui gestora do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que não foi feito o projeto básico?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Segundo as nossas áreas técnicas, licitação, jurídica e auditoria, trata-se de um produto de prateleira, comprado de prateleira e a legislação, a Lei 8.666 ela exige projetos básicos nos casos de obra de serviço de engenharia. Então que não se aplicava a isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a poderia informar a CPI com detalhes as seguintes etapas do trabalho contratado que teria sido desenvolvido pela empresa FS3? Customização e implantação do software. As etapas de implantação.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Bem, o serviço que foi prestado pela empresa foi o seguinte: Ela visitou todos os aeroportos, a INFRAERO não tinha as plantas... Todos os 65. Os aeroportos da INFRAERO. Que são administrados pela INFRAERO. Então ela fez o levantamento de plantas, plantas baixas, digitalizou essas plantas porque a INFRAERO não possuía isso, levantou todos os pontos de publicidade dos aeroportos, os contratos, os dados, fotografou, isso foi tudo colocado no sistema, como o status inicial. Depois nós fizemos a parte de revisão desse plano, foram fotografadas áreas potenciais, quer dizer, refeito o Plano Diretor de Publicidade, colocado um novo preço de mercado, e tinha a parte de panorama e tal. Foi feito tudo isso. Foi esse ano, um ano e pouquinho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Manutenção do site marketing dos aeroportos.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A manutenção do site marketing é isso. É troca. Porque durante esse um ano e meio todos os contratos eles continuaram sendo feitos, renovados, mudados. Então tudo isso tinha que ser atualizado diariamente. As informações dos aeroportos passavam diariamente para que pudesse ser atualizado no sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Para a realização do trabalho de manutenção do site marketing o Sr. Ettore disse que disponibilizava apenas seis funcionários da FS3. Por que esse trabalho custou à INFRAERO 9 milhões, 683 mil, 320 reais e 82 centavos. Como era feito esse serviço? Como os fiscais e a senhora que era a gestora comprovavam a realização desse serviço?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Os funcionários eles iam aos aeroportos, fotografavam, faziam os levantamentos, esses dados eram encaminhados para a INFRAERO, nós tínhamos um site que era mídia aeroportuária onde eram encaminhadas todas essas documentações e eram atualizados no sistema e a gente fiscalizava o que tinha sido feito com que estava efetivamente no sistema. No Advantage. O que estava disponibilizado. E isso todas essas informações eram verificadas pelos fiscais, por isso eu disse que não era uma fiscal, era gestora, que antes do pagamento de qualquer nota fiscal, atestava que aquele serviço tinha sido realizado, colocava em anexo a nota fiscal os documentos que comprovavam que o que tinha sido feito no sistema e aí sim a gente mandava para pagamento. Então tudo que foi pago foi serviço executado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No cronograma físico financeiro da FS3 os pagamentos da etapa de customização, implantação do software em alguns aeroportos estavam previstos para datas posteriores à manutenção do site marketing. Como seria possível fazer a manutenção antes da implantação?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A implantação do site ele estava lá. A manutenção deles é mudança dos dados. Então, nós colocamos os dados, a partir de janeiro nós começamos a colocar os dados no sistema. E aí depois eles iam sendo modificados com o tempo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Considerando que a verba destinada à manutenção do site marketing seria devido em razão de alterações dos contratos das concessionárias com repercussão nos dados implantados, e que o site só ficou plenamente pronto em janeiro de 2004, confor-

me informado pelo Sr. Ettore Casoria nessa CPI, eu pergunto a V.S^a.: Por que em 2004 foram pagos valores a esse título que totalizaram 5 milhões, 765 mil, 708 reais e 51 centavos, uma vez que o sistema só entrou em funcionamento em maio de 2005? Como V.S^a. justifica essa situação tendo em vista que era gestora do contrato?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O sistema ele só foi liberado para o público em 2005. Mas ele desde janeiro de 2004 ele estava sendo trabalhado. Então, os dados dos contratos eles eram diariamente modificados no sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Antes de autorizar os pagamentos com vista a verificar a efetiva realização do serviço prestado pela empresa FS3, qual era o procedimento de V.S^a.?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Como eu falei anteriormente, os fiscais do contrato eles verificavam tudo que tinha sido realizado de serviço e comprovado no mídia aeroportuária e no próprio sistema faziam, apensavam as notas fiscais essas comprovações e aí depois disso atestavam, eles atestavam que o serviço tinha sido feito e aceito, e aí sim mandava para o gestor para que fizesse o pagamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Foram distribuídas todas as 416 licenças aos usuários?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu acredito que não. A Dr^a. Mariângela Russo era responsável na ocasião, ela talvez pudesse dar essa informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Todas essas licenças eram realmente necessárias?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Essas licenças foram distribuídas de acordo que até previa no próprio contrato que é por categoria de aeroporto. Então, os aeroportos de grande categoria, categoria 1, elas teriam dez licenças, 20 licenças, se eu não me engano, por aeroporto e assim diminuindo até chegar nos aeroportos menores onde as licenças seriam mais reduzidas. Então tiveram uma coerência em termos de quantidade de funcionários, pessoas que estariam trabalhando com essas licenças.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Porque foi feito o pagamento de 260 licenças de usuários em janeiro de 2004 tendo em vista que somente em maio do mesmo ano foram solicitadas as primeiras 17 senhas?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – As licenças elas foram pagas de acordo com que foi aprovado pela Diretoria Executiva da empresa que constava no contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Por que foi feito o pagamento no mês de agosto de 2004 do restante das licenças de usuários no valor de um milhão, 482 mil tendo em vista que a inserção de dados no sistema só havia sido concluída pela FS3 em apenas 15 aeroportos naquela data?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – As licenças, como eu disse anteriormente, elas constavam do cronograma e foi aprovado isso pela nossa Diretoria Executiva. Então os gestores fiscais eles cumpriram o que estava determinado no contrato para Diretoria Executiva.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Todos os itens... portanto, não adianta nem perguntar. Todos os itens foram pagos de acordo com o que a Diretoria aprovou. É isso? Havia um cronograma, ou seja, mesmo que não tivesse implantado, etc., se pagava. Era isso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não. As licenças, sim. O cronograma de implantação ele foi cumprido pela empresa e foi pago mediante a comprovação do serviço prestado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Qual era o trabalho desenvolvido por Mariângela Russo no aeroporto de Guarulhos?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A Mariângela Russo ela ficou responsável pela operacionalização do sistema. Então ela coordenava o sistema de lá de São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Quais foram os fiscais do contrato enquanto a senhora era gestora?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Nós tínhamos uma Comissão de Fiscalização. Onde...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Mariângela Russo fazia parte?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim. Nós tínhamos acima dos gestores dois coordenadores. O coordenador titular que era o Sr. Ian Lawrence Webster, tínhamos um coordenador substituto que era o Sr. Flávio Rodrigues. O primeiro da área de Tecnologia da Informação e segundo da área financeira. Eu era gestora, tínhamos como fiscal a Sr^a. Mariângela Russo, Rutilene Barros Granero e Marcos Augusto de Abreu Rangel. Eram os fiscais. Posteriormente essa Comissão foi modificada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – A empresa FS3, como é de conhecimento de V.S^a., ou não é do conhecimento, foi constituída com o fim exclusivo de contratar com a INFRAERO?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não sei informar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como a INFRAERO verificou a capacidade técnica da FS3?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Os documentos constantes do processo são a documentação da própria empresa e o atestado da ABES, colocando a empresa como fornecedora exclusiva do produto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tendo em vista o exorbitante valor contratual e a falta de experiência da FS3 dada a sua recente constituição, que garantias a INFRAERO poderia caso a FS3 descumprisse suas obrigações contratuais? Essa garantia chegou a ser executada? Que funcionários devolveu a garantia à FS3? Houve isso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O contrato previa uma caução e que ela foi apresentada e que até o final do contrato ela estava em posse da INFRAERO. E foi devolvida. Isso aí...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por qual funcionário? V.S.^a. sabe?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Foi devolvida pelo Diretor Comercial, Sr. José Wellington Moura.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – José Wellington Moura. As concessionárias reagiram à implantação desse software?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Concessionárias de mídia? Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem reagiu?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A ABMA. São as empresas que são vinculadas à ABMA. Não só nesse caso como também anteriormente quando nós, a INFRAERO ela iniciou um processo de contratação de concessionário máster também nós tivemos uma reação da ABMA contra a empresa e eles até apresentaram um protesto judicial contra os dirigentes da empresa e funcionários, a INFRAERO fez o contraprotesto informando a legalidade dos seus atos e aí esse assunto vem daí desde antes de 2000 sendo discutido pela Diretoria Executiva para decidir o que se fazer com a mídia aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo Relatório de Auditoria Interna da INFRAERO a estimativa de incremento da receita com o Advantage V2 em 2005 era de 39%. Mas ficou apenas em 5%. V.S.^a. confirma essa informação?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu não me recordo desse dado em 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais os motivos desse prejuízo? V.S.^a. saberia dizer?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Na época nós estávamos com muitas obras nos aeroportos. Então tivemos muitas áreas fechadas...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não, em relação a...

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A mídia. Nós tivemos muitas áreas fechadas, então...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não houve essa previsão quando se fez o contrato? Essas obras não tinham planejamento prévio?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – As obras elas têm planejamento, mas às vezes demoram um pouco, o cronograma não é cumprido, e tal. Então, nós fazemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. poderia explicar o que tratava o processo 20023400006551-7 ajuizado perante a 8ª Vara Federal em Brasília?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não sei do que se trata. Você pode dizer o objeto do processo?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – É esse relação à SHELL.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O processo judicial é de reintegração de posse que está se referindo? Vai mudar de assunto já? Posso...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pode ler o que V.S.^a. quiser, por favor.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – É que eu gostaria de passar às mãos do senhor... eu gostaria de passar às mãos do senhor um documento, tem três documentos que são os depoimentos dos peritos da INFRAERO à Controladoria-Geral da União.

Então, nós tivemos no dia 22 agora o depoimento do Sr. Fernando Silva de Andrade, do Sr. Antônio Darcy Alves Carvalho e do Sr. José Pessoa. Nesse depoimento eu fiz uma pergunta que eu vou ler para o senhor, se o senhor me permitir. Para o Sr. Fernando Silva de Andrade... Pode? Eu pergunto se o documento que foi encaminhado à área jurídica pela Sr.^a. Maria do Socorro... se o documento foi encaminhado por que a imputação de responsabilidade à Sr.^a. Márcia Chaves. E o coordenador da perícia ele responde que a pessoa mais adequada a responder seria o Sr. José Pessoa, que fez o Relatório.

Então, foi feita a mesma pergunta ao Sr. José Pessoa. Que eu vou ler. “Qual a razão da Sr. Márcia Chaves ter sido colocada como responsável no sumário relativo a responsabilização civil, administrativa e criminal por ter segurado o processo se a reunião da diretoria se deu um mês antes da elaboração dos pare-

ceres jurídico e de auditoria". Ele respondeu que o que estava tratado não era o encaminhamento para DCRC. E sim para a auditoria jurídica através dos despachos 1326 17/12/2006 da área de licitações. E perguntado qual é a relação desse ponto com relatório pericial por ter afirmado a minha responsabilidade e ele respondeu que há um erro material, pois quem reteve não foi a Sr^a. Márcia, e sim a Sr^a. Maria do Socorro Sobreira Dias. Então passo para o senhor que foi feito um erro material colocação do meu nome no processo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conhece a Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Já esteve com ela alguma vez para tratar sobre algum assunto?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A Sr^a. Sílvia esteve na sede da INFRAERO algumas vezes, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer, V.S^a. e ela trataram sobre a concessão do estacionamento à INFRAERO em Belo Horizonte. O que conversaram?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não, não tratei sobre esse assunto com ela.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A exemplo da Sr^a. Mariângela Russo, V.S^a. manteve diversos contatos telefônicos com a empresa BRASIL TELECOM. Isso é correto?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. teria alguma informação a prestar sobre a denúncia feita pela Sr^a. Sílvia Pfeiffer de que a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA ocupou espaço no aeroporto de Brasília para veicular material publicitário da BRASIL TELECOM, cliente da agência de Duda Mendonça sem que houvesse contrato firmado com a INFRAERO?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Desconheço essa afirmação. Houve contrato...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Houve contrato?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Houve contrato com a Aeromídia onde ela colocou a publicidade. Mas nós não temos nenhum vínculo com outras empresas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sobre o caso SHELL. Qual a vigência do contrato original entre a SHELL e o aeroporto... e a INFRAERO para exploração de área no Aeroporto Internacional de Brasília?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O contrato inicialmente ele foi feito por 60 meses e modificado por questões de investimento realizado, então ele passou a ter a vigência de 120 meses. Inicialmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que funcionários da INFRAERO participaram da celebração desse contrato?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Do contrato foram os funcionários do aeroporto de Brasília. Da superintendência regional.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Feito originalmente aqui então em Brasília.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – É.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O referido contrato permitia exploração do serviço por outra empresa. Com quais empresas e em que período a SHELL realizou subcontratações?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Que eu tenho conhecimento, a SHELL tinha como representante a empresa do Sr. ULISSES CANHEDO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quando e por que o referido contrato foi reincidido pela INFRAERO?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O contrato foi reincidido pela INFRAERO em 2001 por não apresentação de mapas de faturamento. O que não foi aceito em juízo pela turma do Supremo porque não acharam que era uma... Um motivo razoável para a rescisão do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que funcionários da INFRAERO foram responsáveis pela rescisão do contrato com a SHELL?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O contrato foi reincidido pelo Advogado da INFRAERO no aeroporto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Tendo em vista que o contrato previa o recebimento pela INFRAERO de determinado percentual do faturamento bruto mensal da venda de combustível que não foi enviado à INFRAERO mapa do faturamento no período de janeiro de 98 a junho de 2001, com base em que critérios foi pago o referido percentual à INFRAERO nesse período?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A SHELL estava depositando em juízo o valor referente às vendas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – De que funcionário partiu a iniciativa de firmar o termo de transação extrajudicial com a SHELL firmado em 25 de agosto de 2005 com o

objetivo de extinguir ação de reintegração de posse ajuizado pela INFRAERO contra a SHELL?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – O termo de transação ele foi consequência de um estudo feito pela Diretoria Jurídica da empresa a pedido da Diretoria Comercial que levantou o processo administrativo e todos os processos judiciais que envolviam. Tinha mais do que um. Então esse processo todo foi estudado pela Procuradoria Jurídica que se manifestou favoravelmente ao contrário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De quem partiu o pedido de estudo acerca disso?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – A SHELL solicitou ao Presidente da empresa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Carlos Wilson.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – É. Na época o Sr. Carlos Wilson.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ele que mandou fazer o estudo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Aí ele encaminhou à Diretoria Comercial que encaminhou à Procuradoria Jurídica para que fosse verificado a possibilidade ou não de se fazer o acordo tendo em vista que existiam processos judiciais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Porque foi registrado no Relatório de Auditoria da INFRAERO que o termo de transição extrajudicial foi firmado por autoridade incompetente e que a legislação determina que acordos extrajudiciais dependem de autorização pelo Presidente da estatal?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu discordo do Relatório de Auditoria porque o processo ele foi tratado pela Procuradoria Jurídica e o termo de acordo foi assinado por um Advogado da empresa que tem a procuração do Presidente da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual funcionário da empresa que celebrou o 5º termo aditivo com a SHELL?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Funcionários que assinaram o aditivo?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Foram Fernando Brendaglia e eu, Márcia Chaves.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o prazo de vigência do contrato após a celebração desse aditivo?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Ele foi renovado por mais 120 meses.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O contrato foi firmado pela Superintendência Regional do Centro-Oeste que após a rescisão registrou que não havia motivação para a renovação, já que a Procuradoria Jurídica estava retomando a área aeroportuária por meio de ação de reintegração de posse. A Superintendência Regional também consignou que a SHELL não estava sendo uma boa parceira.

Além da falta de encaminhamento dos mapas mensais de faturamento, que outros motivos levaram a Superintendência Regional do Centro-Oeste a consignar que a SHELL não estava sendo uma boa parceira?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Eu não posso informar quais os motivos da Superintendência. Mas a SHELL é uma empresa que trabalha com a INFRAERO, não só no aeroporto de Brasília, mas praticamente em todos os aeroportos do Brasil na área de... não só de automotivo, mas como combustível lubrificante de aviação. E sempre foi uma boa parceira da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi afastada do cargo em razão de suposta irregularidade na prorrogação do contrato com a SHELL?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Se encontra ainda afastada?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Desde quando se encontra afastada?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Desde abril.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agradeço a V.S^a.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A senhora quer se manifestar?

SRA. MÁRCIA GONÇALVES CHAVES – Em relação a SHELL sim. Eu gostaria de colocar que o processo da SHELL ele foi, como eu disse antes, feito, analisado pela nossa Procuradoria Jurídica e que por três vezes a Procuradoria Jurídica da empresa se manifestou pela regularidade, legalidade dos atos praticados inclusive informando que não existia motivos para que os funcionários da empresa fossem colocados como... Tivessem praticado algum ato irregular. E isso também foi falado na Controladoria-Geral da União, reafirmado pela Procuradora-Geral, que era Dr^a. Josefina e pela Procuradora-Geral substituta, que é a Dr^a. Érica. Então todos os atos que foram praticados

nesse processo eles foram baseados na orientação dos nossos procuradores jurídicos. Nós não fizemos nada que não tivesse respaldo legal. E segundo estatutos da empresa, a Procuradoria Jurídica é o órgão que dá a última palavra em termos legais na empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Obrigado. Fica suspenso por -- (interrupção no áudio) Suspenso os trabalhos da CPI.

Sessão suspensa às 15h53.

Sessão reaberta às 17h36.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Declaro reaberta a reunião. E solicito a presença da Sr^a. Mariângela Russo, servidora da INFRAERO.

(soa a campainha)

Dr^a. Mariângela, o procedimento aqui da Comissão, se a senhora achar importante, a gente abre um tempo de 10 minutos para que a senhora possa fazer a exposição que achar mais importante e em seguida o Relator faria as perguntas. Senão ele já pode começar diretamente as perguntas. Como a senhora achar melhor.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A senhora vai responder todas as perguntas que ele vai fazer. Estou abrindo agora se a senhora não quer fazer um comentário inicial, falar alguma coisa inicialmente.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não, no momento, não. Eu prefiro responder as perguntas...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ok. Então muito bem. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sr. Presidente, senhora depoente, há quanto tempo V.S^a. é funcionária da INFRAERO?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Há 21 anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual função e lotação de V.S^a. na INFRAERO?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Atualmente desde 31 de agosto de 2005 eu sou profissional do serviço aeroportuário, ou seja, não exercia nenhuma função de confiança desde 31 de maio de 2005, lotada na Gerência de Logística do Aeroporto Internacional de São Paulo Guarulhos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em que período exerceu esse cargo de Gerente de Desenvolvimento Mercadológico na estatal?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu vim para a sede da INFRAERO em 21 de setembro de 2000, e assumi a função de Gerente de Desenvolvimento Mercadológico em 10 de abril de 2001.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ficando nessa função até 2005.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Exatamente. Até janeiro de 2005. Nesta função até janeiro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Antes de ir para a INFRAERO, qual era a atividade profissional de V.S^a.?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Olha, eu trabalhei na TELEFUNKEN, trabalhei no escritório de Advocacia por oito anos, trabalhei numa empresa chamada ESPUMA PACK, na PIERRE SOBRINHO, algumas empresas que não tinham relação com o meio aeroportuário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. é ou já foi sócia ou proprietária de alguma empresa?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já respondeu ou responde algum processo de sindicância?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Estou respondendo com relação à FS3 na CGU.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O caso é da FS3 então, a sindicância.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando V.S^a. conheceu os Srs. Michel Farah e Ettore Casoria?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – O Diretor Comercial à época me convocou para a reunião...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Fernando Brendaglia.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Dr. Fernando Brendaglia...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em que mês?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu não sei precisar. Me parece que no segundo semestre. Como não fui eu que agendei a reunião, eu não encontrei nenhum registro dessa data.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem os apresentou a V.S^a. foi o Sr. Fernando Brendaglia.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu fui participar de uma reunião na Diretoria Comercial com o Sr. Michel Farah onde ele apresentava alguns produtos de alternativa de mídias.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso no segundo semestre.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Acredito que sim. Não posso lhe afirmar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo nota técnica da Controladoria-Geral da União, empregados da INFRAERO informaram que o Sr. Fernando Brendaglia foi apresentado a Michel Farah pelo Sr. Aristeu Chaves Filho. V.S^a. confirma essa informação?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou nessa CPI que apresentou o Advantage V2 a V.S^a. em 10 de abril de 2003. E que a partir dessa apresentação que se iniciou o processo de contratação pela INFRAERO. Então veja só, ele disse que conheceu a senhora primeiro e depois fez o processo inverso. A senhora que os apresentou a Fernando Brendaglia, etc., etc.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Da minha parte eu confirmo que conheci o Michel Farah pela Farah Service, e não FS3 que até então era para mim desconhecida em reunião da sala Diretor Comercial da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como o Sr. Ettore chegou a V.S^a.?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Posteriormente também através da Diretoria quando ele apresentou uma proposta de sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E aí o Sr. Fernando Brendaglia solicitou a V.S^a. que o recebesse?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Nós recebemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só ali de forma colegiada. Nunca o recebeu reservadamente.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Algum outro funcionário da INFRAERO o recebeu reservadamente?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ele afirma que chegou a senhora. O Ettore Casoria também diz que foi diretamente à senhora.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – O que eu posso dizer, Excelência, é que nós tivemos algumas fases do processo depois da contratação muito próximas até por conta da implantação de fiscalização.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Depois da contratação. Que a contratação se deu no final de dezembro.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Exato. Mas eu não sei se há um equívoco. Eu não tive nenhum contato anterior para falar de sistema com o Sr. Ettore Casoria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nessa reunião em que V.S^a. esteve presente, estava presente também o Sr. Fernando Brendaglia e o Sr. Ettore Casoria, quais outros funcionários da INFRAERO que estavam presentes?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu não posso precisar, mas normalmente estava presente assessores, e alguns empregados da área comercial que tratavam do assunto mídia aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em que momento a Sr^a. Márcia Chaves tomou conhecimento desse produto?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu acredito que no decorrer também dessas apresentações. Eu não posso lhe afirmar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ela estava nessa reunião?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não posso afirmar. Já faz algum tempo e foi tudo assim...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então não foi V.S^a. que apresentou o software Advantage V2 a Fernando Brendaglia.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. entende que o Sr. Fernando Brendaglia ao convocar para essa reunião já tinha conhecimento anterior acerca do software?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não posso afirmar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas a convocação para participar da reunião foi feita por ele.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Mas não em função de um software. A primeira reunião que eu participei a convocação foi para apresentação de produtos relacionados a mídia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse era um trabalho de V.S^a.? Participar inclusive com outros empresários de produtos que poderiam servir à INFRAERO.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Sim. Principalmente na falta da hierárquica da Superintendência o Diretor convocava na ordem hierárquica também quem estava presente na Casa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem era o Superintendente?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – A Superintendente à época era a Sr^a. Márcia Chaves.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que V.S^a. não inseriu no processo de contratação dados referentes ao conhecimento anterior da FS3 e fez parecer que encontrou a ferramenta por pesquisa na internet ao Google.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu posso esclarecer esse histórico?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sim.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Esses documentos na verdade eles não têm nenhum valor jurídico no processo de contratação. É função da Gerência de Desenvolvimento Mercadológico a área de concessão de uso de área. Trazer propostas para solução de concessões de uso de área. Todos esses documentos eles relatam situações de soluções para concessão de uso de área de mídia aeroportuária que era um processo que nós vínhamos algum tempo, anos, tentando resolver até por demandas do próprio TCU e da fragilidade do processo. Tudo que consta nesse documento nada era mais do que o que já vinha sendo tratado e discutido no âmbito da área comercial buscando soluções para concessões de uso de área. Eu não tenho...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas não tem esse parecer então em que V.S^a. diz que encontrou a ferramenta por pesquisa na internet, no Google.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – A nossa procura na área mercadológica foi de alguma ferramenta que atendesse o aspecto mercadológico. Então o que foi encontrado pela equipe foi sim uma ferramenta especializada em mídia...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que era o Advantage V2.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. V2, não. Era o MEDIA PLUS onde um dos produtos dela, um dos, é o Advantage que trata de varejo aeroportuário. E isso nós já tínhamos conhecimento até de sistemas de aeroportos até por congressos internacionais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas nesse caso V.S^a. poderia então afirmar que na realidade tomou conhecimento desse e de outros produtos na outra reunião. Não com a FS3 porque ela ainda não existia. Mas com o Sr. Ettore Casoria porque que veio constituir com o Sr. Michel Farah a FS3.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Eu disse que a Farah Service, a primeira reunião que nós tivemos foi com a Farah Service, com o Sr. Michel Farah quando trouxe alguns veículos de mídia alternativos. E posteriormente em outras reuniões a diretoria comercial apresentou via Sr. Ettore Casoria, fez uma apresentação de um sistema que ele não divulgou à

época de que empresa que era ou qual era o produto. Ele mostrou a funcionalidade de um sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. conheceu o produto ali ou conheceu no Google?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – O produto nós não conhecemos o Google. A informação que foi dada é que tinha um produto a venda porque home pages nós encontramos várias. Produto a venda.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Desde quando a senhora conhece o Sr. Fernando Brendaglia?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Quando ele assumiu a Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E a Sr^a. Márcia Chaves?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu trabalho na empresa há 21 anos. Me aproximei profissionalmente dela quando vim para a sede da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual o grau de relacionamento que mantém com ambos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Profissional.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Todas os contratos da área comercial passam pela análise de V.S^a.?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Nenhum passa pela análise de... Passava pela Gerência de Desenvolvimento Mercadológico. Existe uma área específica para isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. sempre teve autonomia para receber empresários que ofereciam à INFRAERO produtos e serviços?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Era uma das funções da Gerência de Desenvolvimento Mercadológico e encaminhava a outras áreas se fosse o caso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. confirma a informação do Sr. Ettore que foi V.S^a. a pessoa que lhe passou os dados necessários à elaboração da proposta?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Na proximidade da elaboração da proposta o Dr. Fernando Brendaglia pediu que eu passasse ao Sr. Ettore, não falou de uma contratação, porém pediu que eu passasse para ele a quantidade de aeroportos e o nome dos aeroportos que eram jurisdicionados da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E a motivação era para fazer a contratação do...

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não foi comentado que seria feita uma contratação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O Sr. Fernando determinou a senhora que repassasse esses dados ao Sr. Ettore.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Sobre os aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Como V.S^a. explica a proposta da FS3 contendo um cronograma físico e financeiro que previa pagamentos antecipados. Como o das licenças de uso cliente nº. 260 e uma licença servidor totalizaram 6 milhões, 689 mil e 200 reais no primeiro mês de vigência do contrato.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Essa negociação foi feita toda pela Diretoria Comercial. Então nós só tomamos conhecimento do que havia sido negociado na hora da gestão do contrato, na verdade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que foram solicitadas 416 licenças de uso cliente ao custo de 9 mil 500 cada licença? Por que essas licenças foram pagas pela INFRAERO antes mesmo da implantação dos dados do sistema?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Excelência, eu não participei dessa fase do processo. Não posso afirmar nada.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sendo a INFRAERO uma empresa pública, V.S^a. concorda que a estatal jamais poderia celebrar contrato cru cujo cronograma previa antecipação de pagamento de licenças de uso cliente que só seriam utilizadas pelo menos seis meses após o pagamento?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu também não posso lhe afirmar sobre esse fato. Não era uma área da minha competência.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. recebeu alguma proposta de vantagem financeira?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Em hipótese alguma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer afirmou em depoimento prestado a essa CPI que na INFRAERO todos sabem que a empresa FS3 é do Sr. Fernando Brendaglia e do Deputado Carlos Wilson. V.S^a. confirma essa informação?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que o processo de dispensa de licitação e contratação da FS3 foi conduzida dentro da empresa de forma sigilosa?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Ele não foi conduzido de forma sigilosa. O contrato seguiu o rito natural da... os trâmites naturais das normas pertinentes à realização do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O Sr. Fernando Brendaglia disse que um estudo mercadológico produzido de forma sigilosa foi posteriormente juntado aos processos logo que ele deixou de ser o Diretor Comercial. V.S^a. tem conhecimento disso?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu tenho conhecimento que esses documentos provavelmente são os confidenciais que o senhor está se referindo, e não sigilosos, eles foram feitos, estavam arquivados em pastas específicas do assunto mídia aeroportuária com tantos outros, não fizeram, por isso que eu falei que não tinham valor jurídico porque eles tratavam de concessão de uso de mídia aeroportuária e não de compra de sistema de informática, e realmente eles não fizeram nem parte nem da apresentação, aprovação pela Diretoria Executiva e muito menos do processo de inexigibilidade e contratação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que foi juntado a posteriori? Se não tinha valor algum?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Esse juntado que eu tive conhecimento foi feita a posteriori do arquivamento normal da Diretoria provavelmente por falta de informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – De quem?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – De quem os juntou. Eu não sei quem começou a responder as auditorias. Porque Excelência, essa é a primeira vez que eu estou tendo a oportunidade de falar sobre o assunto. Todas as auditorias que foram feitas na empresa com relação a esse assunto eu não fui entrevistada, não fui consultada formalmente. Em nenhum momento eu tive oportunidade de me pronunciar a respeito disso.

Então, as pessoas que o fizeram anteriormente provavelmente, sem dar maiores informações ou por desconhecimento não consultaram as fontes que produziram documento não tiveram informação suficiente para as auditorias.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi V.S^a. que analisou o cronograma de pagamento constante da proposta da FS3.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em caso negativo, quem o indicou para a aprovação?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Quando a Diretoria Executiva tomou a decisão estratégica de compra

de um sistema ele convocou um técnico da área de informática para conduzir esse processo, acompanhá-lo nesse trabalho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Que técnico é esse?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Sr. Marcos Rangel. Que é o especialista da área de informática da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Que atividades relativas a esse contrato V.S^a. desenvolvia a partir do momento que foi lotado em Guarulhos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – A operação do sistema. Na verdade nós ficávamos no controle das informações gerenciando todo o trâmite do processo de informações, de implantação das informações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quando V.S^a. foi para Guarulhos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu assumi dia 1º de fevereiro de 2006.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – E quando foi destituída da função?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – 31 de maio de 2005. Desculpa, Excelência, em 31 de agosto de 2005. Eu fui em 1º de fevereiro de 2005 e fui destituída em 31 de maio de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quem a destituiu e qual o motivo alegado?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Foi uma mudança de Diretoria, a saída do Dr. Fernando e assumiu o Dr. Tércio Ivan de Barros e não foi alegado nenhum motivo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Os pagamentos à FS3 eram realizados de acordo com o cronograma constante do anexo 3 da proposta, mesmo se o serviço previsto não tivessem sido executados?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Nós confirmávamos se havia sido executado para pagamento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. participou da celebração desse contrato desde o início?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Posteriormente a contratação V.S^a. foi fiscal do contrato?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Fui.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Durante que período V.S^a. exerceu a função de fiscal do contrato?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu não sei precisar a data do ato administrativo que constituiu a comissão, mas eu participei dessa fiscalização enquanto ainda estava na sede. Eu não sei precisar o início, a data do ato administrativo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Foi V.S^a. como fiscal do contrato que concordou em pagar 6 milhões, 689 mil e 200 reais à FS3 recebendo em troca apenas uma folha de papel A4 assinada pelo próprio Sr. Ettore denominada “termo de licenciamento” sem valor jurídico algum visto que não foi apresentado certificado da empresa MEDIA PLUS INTERNACIONAL?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Por que não foi exigido certificado de propriedade pela MEDIA PLUS?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Essa fase do processo eu não participei. Não posso afirmar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quais eram os fiscais e qual a atuação de V.S^a. junto a esses fiscais a partir do momento em que V.S^a. foi designada para trabalhar em Guarulhos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Quando eu passei a trabalhar em Guarulhos que eu fui substituída nessa fiscalização até porque a fiscalização também era sobre as atividades que eu exercia. Então eu deixei de ser fiscal quando eu passei a operar, fui designada a operar o sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Empregados da FS3 atuavam nas dependências do aeroporto de Guarulhos juntamente com V.S^a.?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Eles iam ao aeroporto quando era necessário para fotografar, fazer as atribuições que estavam em contrato como em todos os outros aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Que funcionários da INFRAERO trabalhavam juntamente com a FS3 nessa implantação, fiscalização?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu tinha três pessoas lotadas no aeroporto de Guarulhos que nós fazíamos a fiscalização via sistema, nos relacionávamos com os demais aeroportos, íamos se necessário fazer os treinamentos. Agora, a FS3 não tinha empregados na INFRAERO fazendo isso. Ela tinha uma equipe na empresa, na sede deles.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Todos os fiscais tinham acesso ao sistema implantado pela FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Todos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eles utilizavam o sistema para consulta e avaliação do cumprimento do contrato?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De que forma isso era feito?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eles tinham as senhas e deveriam, até para testar notas tinham que verificar todo o trabalho. Nós tínhamos mídia aeroportuária, que era um site onde todas as informações eram acessadas por todas as pessoas relacionadas ao produto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como era a relação de V.S^a. com os outros fiscais do contrato?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Profissional e tranquilo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em algum momento outros fiscais foram contrários a algum pagamento à FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Enquanto eu estava na fiscalização nós deixamos de pagar enquanto o serviço não estava pronto, pagamos quando confirmado e posteriormente eu tive conhecimento que algumas notas não foram pagas porque não conseguiu. Mas isso já foi numa segunda gestão. Na primeira gestão eu não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A segunda gestão V.S^a. se refere à saída do Sr. Fernando Brendaglia?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – É. A segunda gestão do contrato já estaria com o Dr. Tércio Ivan de Barros.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E aí houve divergências, e se houve, como é que isso foi resolvido? V.S^a. tem notícia? E por que dessas divergências?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu não sei precisar porque eu não estava à frente. Já tinha saído da área nesse momento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Consta do cronograma físico financeiro da proposta outros pagamentos antecipados como do item “manutenção do site marketing”. Como e por que foram pagas as manutenções anteriormente à implantação dos dados em diversos aeroportos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Olha, eu não me recordo desse fato. Mas nós só pagávamos a partir do momento que realmente eles eram realizados. Agora, tinham itens que independiam da realização. Isso que eu me recorde.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais itens?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu posso perguntar?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pode. Fique à vontade.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Excelência, eu sinceramente agora não saberia lhe precisar quais seriam esses itens.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não tem problema. V.S^a. pode precisar posteriormente.

Como V.S^a. comprovava que os serviços haviam sido prestados pela FS3 e que essa empresa estava apta a receber os pagamentos constantes do cronograma físico financeiro?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Nós comprovávamos via sistema todo o serviço implantado. Nós fazíamos comparações, composições e tudo que era repassado para a implantação, era repassado de INFRAERO. Os aeroportos passavam via essa equipe. Então nós tínhamos conhecimento do que havia sido passado e se havia sido feito ou não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Para o pagamento das diárias, a FS3 comprovava o gasto efetivamente realizado?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. O contrato foi de valor global. Nesse caso já tinha computado esse valor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como funcionava a sistemática de comercialização de espaços publicitários nos aeroportos anteriormente à contratação com a FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – As empresas normalmente procuram a INFRAERO, negociam o espaço com o agente comercial do aeroporto e por ser considerado áreas, existência de áreas para todos os possíveis interessados é feito por inexigibilidade de licitação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sempre com inexigibilidade?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Na sua maioria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando é que se licitava?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Quando a administração do aeroporto considerava que tinham mais interessados do que áreas disponíveis ou mais que um interessado numa mesma área.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Uma situação específica. Ou seja, a notícia que quase sempre aparecia um só interessado.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – É porque... Justamente. O sistema era uma oportunidade de dar trans-

parência ao mercado. Normalmente quando um único interessado ou naquele momento aparecia e decidia ou solicitava uma área até que não existia no Plano Diretor era avaliado pela administração do aeroporto e realizado um contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Havia notícia de contratos de gaveta?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Existia um comentário de que os contratos nós recebíamos contratos parcialmente, não tínhamos a totalidade da negociação feita dos painéis. Então não digo contratos de gaveta, não posso lhe afirmar isso. Eram feitos outros contratos em função de serviços que as próprias empresas agregavam àquele sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas esses contratos... se existiam, a notícia é que era para evitar que a INFRAERO recebesse os 50% que lhe era destinado. Ou seja, se fazia um contrato menor, e um outro realmente... o menor era oficial e o outro com valor maior que era o real a fim de evitar que a INFRAERO recebesse um recurso maior? Havia essa notícia?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Havia a notícia. Eu não posso lhe afirmar que isso ocorria. Havia a notícia, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como V.S^a. imaginou que se daria a comercialização de espaços publicitários após a implantação do Advantage V2?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Como ocorreu. Na verdade nós chegamos a fazer negociações via sistema...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A partir de quando?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – De 16 de maio de 2005 quando o sistema foi para o ar todas as negociações eram feitas via sistema. As propostas eram apresentadas, negociadas via sistema, visível a toda a equipe de mídia aeroportuária e a formalização do contrato que não poderia ser diferente era feita no aeroporto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Que estudo baseou a estimativa de acréscimo de receitas a partir da utilização do Advantage V2?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Isso foi um trabalho feito na Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Existiu então um trabalho?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Já veio dentro de uma negociação feita pela Diretoria Comercial. Acredito que ele tinha parâmetros para tal. Tal situação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia dizer por que é que essas receitas ou esse acréscimo não aconteceu após a implantação do sistema?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não houve tempo hábil. Houve uma reação muito forte do mercado. Nós já sofríamos essa reação no mercado por outras ações, inclusive que nós tínhamos tentado para solucionar a atividade de mídia aeroportuária e realmente não houve tempo hábil até a suspensão do contrato com a FS3 não houve tempo hábil para que ela realmente atingisse os objetivos almejados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Advantage V2 entrou em pleno funcionamento a partir de quando?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Em plena operação a partir de 16 de maio de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Todas as ferramentas e facilidades funcionaram.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Funcionaram.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou a essa CPI que os dados não ficaram instalados na INFRAERO por solicitação da própria estatal. Ou seja, os dados não ficaram hospedados lá. Ficaram hospedados na FS3 e que esse pedido estranhamente teria acontecido pela própria INFRAERO. V.S^a. confirma essa afirmação?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Olha, o data center era hospedado fora da INFRAERO que era uma situação que estava sendo solucionada para hospedagem na INFRAERO. Porém poderia ter sido feito sim um backup antes da suspensão para que nós tivéssemos todo o conteúdo da implantação nas mãos da INFRAERO. Isso poderia ter sido feito e pelo que fiquei sabendo não foi feito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso aconteceu por culpa do Sr. Tércio Ivan?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não posso afirmar que foi por culpa dele. Não foi feito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem é que teria que ter determinado que isso acontecesse?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Excelência, eu já não estava mais na área. Quando eu saí à frente da operação eu também não tive oportunidade de fazer um backup.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A FS3 foi constituída com o fim exclusivo de contratar com a INFRAERO? Foi o primeiro cliente da FS3? A INFRAERO foi o primeiro cliente da FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Pelo que eu verifiquei nos autos sim e pelo que entendi era uma proposta deles de trazer isso para o mercado nacional. Esse produto para outras áreas que trabalhassem com mídia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que pode se dispensar licitação para uma empresa justamente no primeiro cliente dela?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Excelência, eu não tenho propriedade para falar dessa área jurídica. Eu não participei dessa fase do processo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que foi verificada a capacidade técnica da FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Todo esse processo seguiu um trâmite nas áreas competentes da INFRAERO que avaliaram os documentos apresentados dentro das normas competentes. Eu também não posso comentar nada sobre essa fase.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Tendo em vista o exorbitante valor contratual e a falta de experiência da FS3 dada a sua recente constituição, que garantias a INFRAERO poderia executar caso a FS3 descumprisse suas obrigações contratuais?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu acredito que tenha sido analisado até pela constituição da empresa que gerou a FS3, fins específicos. Eu não posso lhe afirmar isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Garantia monetária, recurso. Porque o capital social da empresa era menos de 1% no valor do contrato. Foi feita alguma carta de garantia? Carta de fiança?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Parece que havia uma caução. Alguma coisa do gênero.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. sabe se algum momento essa garantia foi devolvida à FS3?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não posso lhe afirmar. Dentro dos depoimentos desse processo parece que sim. Agora, no final quando...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Também sugestão do Sr. Tércio?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve pressões contrárias à implantação por parte das empresas concessionárias?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não exatamente da implantação. Eles reagem sempre querendo participar do processo, querendo atuar efetivamente no comando do processo, questionam que...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi a ABMA?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – São empresas de mídia aeroportuária representadas pela ABMA.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Muitos estiveram com a senhora reclamando?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Olha, a ABMA sempre se apresenta com aproximadamente quatro empresas de maior parte do ramo, que são as mais... que tem mais contratos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A que V.S^a. atribui o imenso prejuízo que sofreu a INFRAERO? A não continuidade do contrato?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Pelo que eu verifiquei na operação do sistema, sim. Ele era um sistema que poderia ter trazido excelentes resultados à INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Havia uma previsão de incremento de receita em 2005 de 39%. Mas isso ficou apenas em 5%. Por quê?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Justamente porque nós tínhamos... A maior parte dos contratos foram feitos quando se ventilou a questão da compra do sistema, houve realmente uma série de contratos feitos renovados anteriormente ao início da operação.

Então, as áreas realmente que foram disponibilizadas eram poucas, no conteúdo realmente do resultado, e precisariam aguardar o término desses contratos realmente para eles virem as novas propostas e mais significativas no mercado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia nos dizer se a empresa ARTE MÚLTIPLA EMPREENDIMENTOS LTDA ocupou espaços no aeroporto de Brasília para veicular material publicitário da BRASIL TELECOM, cliente da agência de Duda Mendonça, sem que houvesse contrato firmado com a INFRAERO? V.S^a. tem conhecimento disso?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Essa empresa é a Aeromídia?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Aeromídia.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – A Aeromídia firmou contrato com a INFRAERO e explorou atividade de publicidade do aeroporto de Brasília. Ela firmou contrato inicialmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. mantinha contatos com alguém de da empresa BRASIL TELECOM?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não. Eu participei de algumas reuniões posterior à implantação da

adesivagem, foi solicitado que eu participasse porque ela, a Sr^a. Sílvia Pfeiffer representante do contrato ela implantou uma adesivagem à revelia do projeto. Então eu participei de algumas reuniões no aeroporto de Brasília juntamente com o Gerente Comercial que estava recém chegado da regional de Belém, onde nós tivemos que impor. O cumprimento do contrato ou a retirada da adesivagem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Os sigilos telefônicos revelaram uma série de ligações da BRASIL TELECOM para V.S^a. Inclusive nesse período em que a Sílvia Pfeiffer disse que houve aquela irregularidade.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Eu precisaria até constatar. Eu não... Olha, o que eu verifiquei agora nos depoimentos até que tinham pessoas que participavam da reunião em nome da Aeromídia. E não se intitulavam ser da agência ou de outra atividade. Eu particularmente não...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. manteve ou não manteve contatos com a empresa BRASIL TELECOM?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Nesse caso, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em outros casos?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Que eu me recordo também, não. Eu precisaria averiguar. Eu não me recordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. saberia dizer que o Fernando Brendaglia alguma vez viajou para o exterior com o ex-Deputado José Dirceu?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. saberia o motivo que levou a Sr^a. Sílvia Pfeiffer a denunciá-la como beneficiária de propinas?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Desconheço. Excelência, eu poderia só retornar àquela questão da BRASIL TELECOM?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Pois não.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – A Sr^a. Sílvia pode ter ligado para mim da BRASIL TELECOM? Não sei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ela tinha acesso à BRASIL TELECOM?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não sei. Ela representava uma propaganda da BRASIL TELECOM. Não sei se ela tinha acesso. Não posso afirmar isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. alguma vez tratou de negócios com a Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Negócios, não. Tratei desse assunto da adesivagem quando eu apresentei a comunicação social, o lay out e foi solicitado que eu fosse ao aeroporto tratar dessa adesivagem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Ela ligava para a senhora da empresa? Várias vezes?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Quando houve esse questionamento...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Várias vezes?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Ela ligava para empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não, ligava para V.S^a.?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Diretamente? Pode ter ocorrido, sim. Porque ela se sentiu muito prejudicada, questionou muito pedindo soluções.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. se reuniu com ela aqui em Brasília? Reunião da senhora, de V.S^a. com a Sr^a. Sílvia Pfeiffer?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Na INFRAERO? Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Numa dessas reuniões, segundo ela, V.S^a. havia dito que a empresa FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMAS era administrada veladamente por Carlos Wilson e Fernando Brendaglia. V.S^a. confirma isso?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. foi transferida para o aeroporto de Guarulhos em 2005. Confere?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Confere.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por quê?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Porque a equipe que tinha conhecimento do assunto, das pessoas da equipe que tinham conhecimento do assunto eu era a única pessoa que não tinha raízes aqui na empresa. Que poderia ter uma facilidade ou interesse de vir a São Paulo fazer esse trabalho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Segundo a Sr^a. Sílvia Pfeiffer, V.S^a. foi transferida para administrar uma espécie de filial da FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMAS. Isso de uma maneira informal. V.S^a. confirma?

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Agradeço a V.S^a.

SRA. MARIÂNGELA RUSSO – Obrigada, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Agradecemos a Sr^a. Mariângela Russo e neste momento já nos despedimos da senhora... Pedir para juntar essa... Pedir para secretaria pra gente juntar esses documentos. V.S^a. está dispensada.

Sobre a Mesa requerimentos que passo a lê-los. Requer a transferência dos sigilos bancários, telefônico e fiscal do Sr. Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos no período entre 1º de janeiro de 2003 até a presente data.

Requerimento. Requer a Controladoria-Geral da União as seguintes informações. Processo CGU 001190024036/2006-92. CGU/00190001970/200717. CGU 001900038882007-2007. CGU 001900100102007-41.

Requerimento de convocação do Sr. Nelson Ribeiro, Diretor de Administração à época da contratação da empresa FS3 COMUNICAÇÕES SISTEMA LTDA. Feita a leitura dos requerimentos para deliberação em posterior reunião.

Não havendo mais nada a declarar, está encerrada a presente reunião e a próxima será convocada conforme entendimento do Presidente, Senador Tião Viana.

Sessão encerrada às 18h18. – Senador **Tião Viana**, Presidente.

Ata da 31ª Reunião de 2007, realizada em 18 de setembro de 2007.

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião de 2007 realizada em 18 de setembro de 2007, às quinze horas e um minuto, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos destinados à oitiva dos Servidores da INFRAERO TERCIO IVAN DE BARROS, ROBERTO SPINELLI JÚNIOR, e ADENAUHER FIGUEIRA NUNES. Foram aprovados os seguintes Requerimentos: nº. 249, de 2007 do Senador Demóstenes Torres, que requer à Controladoria Geral da União os relatórios finais dos procedimentos de sindicância a cargo daquele órgão, à medida que concluídos, relativos aos processos CGU 00190024036/2006-92, CGU 00190001970/2007-17, CGU 00190003888/2007-27 e CGU 00190010010/2007-48; nº. 251, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, que requer a convocação do Senhor Nelson Ribeiro Diretor de Administração da INFRAERO à época da contratação da empresa FS3 Comunicação e Sistemas Ltda.; nº. 252, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Tércio Ivan de Barros, no período entre 18.04.1995 e 20.04.1998; nº. 253, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico

co do Senhor Mario Brito Risuenho no período entre 21.04.1998 e 18.04.2000; nº. 254, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor José João Ferreira Forni no período entre 15.07.2002 e 28.01.2003; nº. 255, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Fernando Perrone no período entre 19.04.2000 e 15.07.2002; nº. 256, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Adyr da Silva no período entre 18.04.1995 e 20.04.1998; nº. 257, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Eduardo Bogalho Pettengill no período entre 20.04.1998 e 19.04.2000; nº. 258, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, que requer a convocação da Senhora Josefina Valle de Oliveira Pinha para prestar esclarecimentos a esta CPI; nº. 259, de 2007, do: Senador Demóstenes Torres, que requer a convocação da Senhora Érica Silveira Duttweiler para prestar esclarecimentos a esta CPI; nº. 260, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, que requer a convocação da Senhora Maria Sobreira Dias para prestar esclarecimentos a esta CPI; nº. 261, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, que requer a convocação do Senhor Ailton Esteves Soares para prestar esclarecimentos a esta CPI; e nº. 262, de 2007, do Senador Romeu Tuma, que requer que sejam convocados, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a execução das obras de reforma da pista principal do Aeroporto de Congonhas em São Paulo, os senhores: Dr. Jose Adelmário Pinheiro Filho – Presidente da Construtora OAS Ltda., Dr. Dário de Queiroz Galvão Filho – Presidente da Galvão Engenharia S.A. e o Responsável pela medição e atesto das obras realizadas na referida pista. Foi rejeitado o Requerimento nº. 250, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Senhor Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos no período entre 01.01.2003 e a presente data.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Tião Viana – (PT-AC) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Mário Couto (PSDB-PA)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
José Agripino (DEM-RN)
Sibá Machado (PT-AC)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Gilvan Borges (PMDB-AP)

Wellington Salgado (PMDB-MG)
Raimundo Colombo (DEM-SC)
Romeu Tuma (DEM-SP)
Ideli Salvatti (PT-SC)
João Pedro (PT-AM)
Romero Jucá (PMDB-RR)
Waldir Raupp (PMDB-RO)

Estiveram presentes ainda os Senadores Fátima Cleide e Eduardo Suplicy, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 401/2007 destinado a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionados aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Tércio Ivan de Barros, servidor da INFRAERO; Roberto Spinelli Júnior, servidor da INFRAERO; Adenauher Figueira Nunes, servidor da INFRAERO.

Temos também requerimentos a serem aprovados, inclusive requerimentos que exigem votação nominal. A Presidência esclarece que começará apresentando os requerimentos menos polêmicos enquanto os demais Senadores ocupem para que tenhamos o máximo de quórum que trata-se de quebra de sigilo bancário que envolve um nível de responsabilidade e decisão muito mais acurado por parte dos nossos Senadores e das nossas Senadoras.

Então, Requerimento do Senador Demóstenes Torres. Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja submetido à votação do Plenário desta Comissão a requisição a Controladoria-Geral da União dos relatórios finais dos procedimentos de sindicância a cargo daquele órgão à medida que concluído relativos aos seguintes processos. Processo 001900240362006/92, 00190001970/207-17, 00190003888/2007-27, 00190010010/2007-48. As Srªs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal a convocação do Sr. Nelson Ribeiro, Diretor de Administração à época contratação da empresa FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMA LTDA. Autor, Senador Demóstenes Torres. As Srªs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Tércio Ivan de Barros no período entre 18 de abril de 95 a 20 de abril de 98. Autoria, Senadora Ideli Salvatti. Votação nominal. Cadê a relação

da votação nominal? Senador Antônio Carlos Júnior. Senador Demóstenes Torres. Senador José Agripino. Senador Romeu Tuma. Senador Raimundo Colombo, ausente. Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Guerra, ausente. Senador Tasso Jereissati, ausente, Senador Sibá Machado. Senador Sérgio Zambiasi, ausente, Senador Casagrande, ausente, Senador Leomar Quintanilha, ausente, Senador Gilvam Borges, ausente, Senador Wellington Salgado. Com o Relator. Senadora Ideli Salvatti. Senador João Pedro. Senador Raimundo Colombo. Vota com o Relator? É quebra de sigilo. Já está completo o PFL, porque eu chamei o Senador Romeu Tuma. Senador Raimundo Colombo vota sim porque é pelo bloco. É isso?

Requer transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Mário Brito Risuenho, no período entre 21/04/98 a 18/04/2000. Autor, Senadora Ideli Salvatti. Votação nominal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, vou pedir a V.Exª. para citar o número do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Requerimento 253, Senador Sibá Machado. Já, Senador Sibá? Posso fazer a leitura? Então, Senador Antônio Carlos Júnior. Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino. Senador Mário Couto, Senador Sérgio Guerra, ausente. Senador Tasso Jereissati, ausente. Senador Raimundo Colombo. Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Zambiasi. Senadora Ideli Salvatti. Senador João Pedro. Senador Leomar Quintanilha. Senador Gilvam Borges, Senador Wellington Salgado. Senador Romero Jucá. Aprovado.

Vamos votar... Requer a transferência dos sigilos bancários, fiscal e telefônico do Sr. Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, no período compreendido entre 01/01/2003 e a presente data. Autor, Senador Demóstenes Torres para fazer a defesa do Relatório, do pedido de... É o Relatório Senador Sibá Machado, 250.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Eu estou fazendo este pedido, e estou fazendo também um apelo encarecido a V.Exªs. Até agora essa CPI, claro que é uma CPI politizada, mas ela tem

se baseado estritamente pelo critério técnico. Por isso nós temos conseguido bons resultados. Eu não digo que fomos nós que derrubamos a Diretoria da INFRAERO. Mas nós contribuímos. Não fomos nós exclusivamente que levantamos as mazelas da ANAC. Nós sabemos perfeitamente pelos relatórios da Controladoria-Geral da União, pelos relatórios já produzidos pelo Tribunal de Contas da União, pelas investigações feitas pela Polícia Federal, pelas investigações que estão em andamento no Ministério Público Federal, e pelas nossas próprias investigações que a INFRAERO se transformou num bando de delinquentes. A INFRAERO esteve ocupada por pessoas que desviaram bilhões de reais ao longo dos anos. E aqui estamos quebrando o sigilo bancário inclusive de pessoas que não estão sob nossa investigação. Não me oponho, digo porque. Quiseram politizar a coisa porque nós estamos investigando a partir de 2002. Retroagiram até 95. Por mim, pode retroagir até a criação da INFRAERO. Não me furto a fazer qualquer espécie de investigação. E acho que nós temos que fazer essa investigação. Por que nós chegamos a todos os delinquentes da INFRAERO. Todos.

Agora, nesse momento, nós vamos votar o grande beneficiário e o distribuidor de recursos da INFRAERO. O Sr. Carlos Wilson, Deputado Federal. Que, outro dia, pertencia ao outro Governo que estava sendo investigado e hoje está sendo investigado, hoje pertence ao Partido dos Trabalhadores. Digo e repito, não me interessa. Muito bem. Estão aqui pela primeira vez os Srs. Senadores para impedir quebra de sigilo do Sr. Carlos Wilson. O que eu acho um desrespeito ao Senado e ao Brasil. E vou dizer porquê. Quando se trata de fazer investigação de alguém que tem qualquer poder político se reúnem todos para fazer isso aqui. Está o circo armado para impedir que o Sr. Carlos Wilson, o grande corrupto, o grande bandido da INFRAERO seja poupado. Qual o argumento? É que ele está com câncer, é uma questão humanitária. Eu me comprometo aos senhores a não chamá-lo aqui. Ele não virá. Ele dará as explicações por escrito. Mas nós não podemos fazer com o Brasil, praticar com o Brasil o mesmo crime que nós cometemos a semana passada. A semana passada foi o Sr. Renan Calheiros. Hoje vai ser o Sr. Carlos Wilson o poupado. E é um homem que deve. Nós já temos todas as evidências. Mas não adianta nós ficarmos aqui fazendo a investigação tradicional. Não adianta chamar ninguém para ser ouvido. Porque nós sabemos que todos os bandidos negam. Pode filmar ele roubando que ele nega que roubou. A semana passada eu disse isso aqui do Sr. Fernando Brendaglia. E é a mais pura verdade. É um delinquente que nega com veemência tudo. Tanto é que vou propor ao Sr. Presidente que de agora em diante nós aguardemos

a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos os envolvidos, e nós possamos pedir à Polícia Federal que faça a oitiva dos demais. Por quê? Porque todos virão aqui para negar. Como é que nós conseguiremos descobrir, como fizemos lá na CPI dos Correios. Está ali, os Assessores que derrubaram todo o esquema do Correio e cujo trabalho foi devidamente utilizado agora pelo nosso Relator, Joaquim Barbosa, Ministro do Supremo, e que a votação foi devidamente seguida por todos os Ministros do Supremo. O Supremo se utilizou de uma investigação feita pelo Senado Federal.

Então estou fazendo esse apelo pelo que eu sei muito bem que querem ao final politizar. Eu não quero politizar. Se tiver que quebrar o sigilo bancário do Sr. Fernando Henrique Cardoso, eu quebro. Não tem problema nenhum pra mim em relação a isso. Agora, eu gostaria que os senhores, conforme nós começamos, que nós pudéssemos terminar bem a nossa investigação. Me deixem, por favor, investigar o Sr. Carlos Wilson. É o último que falta. Sem isso nós faremos uma CPI manca. Eu me comprometo com os senhores, por uma questão humanitária, não o chamarei aqui para prestar o depoimento. Nós não podemos fazer com o Brasil novamente o que nós fizemos a semana passada. Porque senão, vamos estar declarando via Senado Federal mais uma vez que a punição só é reservada ao Brasil para negros, prostitutas e pobres. Isso depois de ter feito o que fizemos a semana passada, isso nós não podemos fazer hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Em votação. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, é porque eu achei que V.Ex.^a. ia abrir para discussão do Requerimento. Foi apresentado o Requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – O Requerimento não tem discussão, Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não tem problema. Eu retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Depois V.Ex.^a. declara o voto. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro. A sinceridade das palavras do Relator. Eu deposito como creio que V.Ex^a. também as melhores expectativas em que nós passemos a limpo toda essa questão que originou o apagão aéreo nos trabalhos de investigação que está sendo feito como V.Ex^a. é testemunha com absoluta isenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Farei minha manifestação também após a votação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu tenho uma relação pessoal de amizade com o Deputado Carlos Wilson. Mas eu quero mais bem ao Brasil, e eu preciso ver esse assunto completamente esgotado. Agradeço até, em nome da amizade pessoal que tenho com o Deputado Carlos Wilson a postura do Relator de não querer criar nenhum constrangimento de ordem pessoal. Libera a presença física do Deputado Carlos Wilson. Mas o que ele deseja é investigar. E ele entende que a quebra do sigilo é importante. Eu concordo com V.Ex^a., meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Senador Tião Viana, eu não gostaria de ter o desprazer hoje de lhe interromper o magnífico trabalho realizado por V.Ex^a. e pelo Relator desta Comissão. Tenho aqui assistido quase todas as Sessões. Desde o seu início. O árduo trabalho. Tão bem dirigido por V.Ex^a. e tão bem dirigido pelo Relator Demóstenes Torres. A profundidade, Sr. Relator, dos questionamentos que V.Ex^a. tem feito aqui nos mostra com clareza a sua independência. Eu não tenho nenhuma dúvida com relação a isso. Que em nenhum momento essa Comissão usou de politicagem aqui. Eu tenho absoluta convicção do seu caráter. Absoluta consciência. E desejo, com profundidade, que o trabalho de V.Ex^a. e do Senador Tião Viana possa prosseguir como está. Com lealdade, sinceridade, pensando na Pátria, colocando a limpo o que tinha dentro da INFRAERO, da ANAC, e colocando sinceramente Senador Demóstenes Torres, colocando o povo brasileiro com a seriedade de que essa Comissão está investigando. O povo brasileiro observou a seriedade com que esta Comissão está investigando. E precisa dessa seriedade. Sabe por que, Senador? Porque a cada dia, como disse um Senador ontem, não sei se foi o Senador Mesquita na Tribuna do Senado, disse da sua temeridade, do medo que tem hoje de andar de avião. Contando um fato que aconteceu semana passada com ele. E isso é que o povo brasileiro quer, colocar a limpo para que ele possa mais tarde, Senador Demóstenes, se sentir

seguro quando entrar dentro de uma aeronave. E claro, pode dizer para mim o que é que tem um fato com o outro? Lógico que tem. Se nós não temos uma boa administração na INFRAERO, se nós não temos uma boa fiscalização na ANAC, o que é que vai acontecer? O que aconteceu. E V.Ex^a. tem dado a demonstração de querer colocar a limpo e evitar novamente o desastre do caos aéreo desse País. Por isso eu peço pela Nossa Senhora de Nazaré, a protetora dos paraenses que possa iluminar a cada um Senador aqui e que não deixem em hipótese nenhuma que esse trabalho tão sério, tão digno que V.Ex^a. estabeleceu aqui seja interrompido.

Nós estamos poupando, V.Ex^a. foi muito claro, a vinda de uma pessoa que está doente. E V.Ex^a. depositou respeito nesta questão. Mas não podemos deixar de quebrar o sigilo bancário para que a investigação possa seguir. Senão nós estamos enterrando mais uma vez um trabalho sério dentro desse Senado Federal. O meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Mário Couto, sim. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Relator, que é uma pessoa que todos nós confiamos que tem forte experiência nessa área, pela profissão que ele tem como promotor público, pela atuação que ele tem ele merece de todos nós a confiança. Sei que o Senador Demóstenes vai tratar com muito respeito, vai ter toda atenção com o problema de saúde, mas a gente tem que pensar no Brasil. Realmente nós tivemos na semana passada um forte impacto, uma grande desmoralização na opinião pública, todo mundo está atento a esse processo, a crise do setor aéreo é uma crise que tirou vidas, é uma questão trágica. Nós não podemos de forma nenhuma ter um procedimento diferente desse caso de todos os outros que nós tivemos. Eu votei a favor de todos os pedidos de quebra de sigilo sem saber nem quem eram, porque acho que é o meu dever.

Então, com a maior convicção de estar fazendo o bem, eu voto sim e tenho certeza que o Senador Demóstenes Torres vai conduzir muito bem essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASE (PTB-RS) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Tião Viana... Não está empatado. Não há necessidade, então. Rejeitado o Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, só um minutinho. Queria prestar uma homenagem ao Demóstenes porque ele me fez lembrar o Che Guevara. Há que endurecer sem perder a ternura. Já fez isso antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu queria apenas fazer uma consideração também.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – V.Ex^a. mostrou a ternura em respeitar alguém que está doente sem quebrar a importância da investigação para se concluir corretamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Eu gostaria de também fazer uma declaração na condição de Presidente da CPI, testemunho que sou do trabalho judicioso, intenso, exaustivo que teve o Relator, profissional como foi o trabalho dessa CPI na sua linha investigativa, na sua condição de... Foi em instância judiciária que a CPI se reveste no campo jurídico, dizer do respeito que tenho pelo trabalho, e entendo que apenas a peculiaridade que nós estamos vivendo da condição humana hoje impõe que haja a devida faculdade para que o Ministério Público Federal juntamente com a Polícia Federal com o Supremo Tribunal Federal procedam com absoluta isenção e liberdade à investigação do caso específico do Deputado Carlos Wilson. Tenho certeza que o Deputado Carlos Wilson se tivesse aqui diria que gostaria de ser investigado. Mas, entendo que houve um sentimento de razão humana pela condição humana que em nada significa, em minha opinião, prevaricação porque a investigação ocorrerá dentro da instância chamada Ministério Público Federal, Polícia Federal e Supremo Tribunal Federal, o que poderá depois ser remetido a esta CPI eu não tenho a menor dúvida. Então por esta

razão eu expresso absoluto respeito à decisão que não é 100% das vezes que nós... Não foi em 100% das vezes que nós alcançamos a adesão ao trabalho do Relator que só merece o respeito e consideração e essas foi uma das poucas exceções em que houve divergência com o Relator Demóstenes Torres. Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Eu acho que não é só dizer que o Relator merece respeito. Lógico que ele merece respeito. Mas nós devíamos dar condições de trabalho ao Relator. Nesse momento nós estamos tirando a condição de trabalho do nosso Relator. Estamos tirando a condição de trabalho do nosso Relator, Presidente! Eu fico indignado com isso! Eu fico indignado com isso! Um homem sério, um homem que chega todos os dias aqui por primeiro, fica horas e horas e horas argüindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Temos requerimentos ainda a votar.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA) – Às vezes seis, sete horas seguida junto com V.Ex^a. Para num momento desse nós tirarmos a motivação do Relator? Eu quero deixar o meu protesto aqui e como símbolo do meu protesto, Presidente, não querendo ser agressivo e não querendo desrespeitar V.Ex^{as}. e meus caros Senadores, mas deixo meu voto de protesto me retirando desta Sessão. Me retiro desta Sessão como forma de protesto. E peço dizer a todas V.Ex^{as}. que não façam isso desrespeitando a ninguém. Mas para marcar meu protesto e a minha dignidade! Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Requerimento. Requerimento 252 requer as transferências de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Tércio Ivan de Barros no período entre 18/04/1995 e 20/04/1998. Autor, Senadora Ideli Salvatti. Votação nominal. Esse já foi? Então é o 254.

Requerimento 254. Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. José João Ferreira Fourier, no período entre 15 de julho de 2002 e 28 de janeiro de 2003. Senadora Ideli Salvatti. Votação nominal. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino, sim. Senador Mário Couto, ausente. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sr. Presidente, eu vou manter minha coerência. Só

não me retiro em respeito ao Senador Demóstenes e a V.Ex^a. Mas a gente fica muito triste. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Agradeço a V.Ex^a. Senador Romeu Tuma, sim. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Zambiasi. Senador Wellington Salgado, sim. Senadora Ideli Salvatti. Senador João Pedro, sim. Senador Romero Jucá, sim. Senador Leomar Quintanilha, sim. Aprovado.

Requerimento 255, Senadora Ideli Salvatti a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Fernando Perrone no período entre 19/04/2000 e 15/07/2002. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sim. Agora, é pena, Sr. Presidente, que o principal elemento da INFRAERO tenha sido protegido. Enquanto todos os outros de escalão mais baixo tenham seus sigilos quebrados. É lamentável. Mas de qualquer maneira parabéns ao Relator Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino Maia, sim. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Zambiasi, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Leomar Quintanilha. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Não. Requerimento 256/2007. Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Adir da Silva no período entre 18/04/95 e 20/04/98. Senadora Ideli Salvatti. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino, sim. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sérgio Zambiasi, Senador Wellington Salgado, sim. Senadora Ideli Salvatti, sim. Senador Romero Jucá, sim. Senador Valdir Raupp, sim. Leomar Quintanilha no lugar de Valdir Raupp. Aprovado.

Requerimento 257/2007 Senadora Ideli Salvatti. Requer a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Eduardo Bogalho Pettengill no período entre 20 de abril de 98 e 19 de abril de 2000. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu tenho certeza que o grande Relator Senador Demóstenes Torres com tanta quebra de sigilo vai poder chegar aonde ele quer chegar realmente. Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Senador Romero Jucá, sim. Senador Valdir Raupp. Desculpa, Leomar estando aí não consta. Então Requerimento já para votação... Aprovada a matéria.

Requerimento. Requer nos termos do art. 148 do Regimento Interno, convocação da Sr^a. Josefina Vale de Oliveira Pinha, para prestar esclarecimentos a esta CPI. Senador Demóstenes Torres. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requeiro a convocação da Sr^a. Érica Silveira Duttweiler para prestar esclarecimentos a esta CPI. Senador Demóstenes Torres. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Convocação da Sr^a. Maria Sobreira Dias para prestar esclarecimentos a esta CPI. Senador Demóstenes Torres.

Requerimento. Requeiro a convocação do Sr. Airton Esteves Soares para prestar esclarecimentos a esta CPI. Senador Demóstenes Torres. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os requerimentos passa-se... Tem ainda do Senador Romeu Tuma aqui.

Requeiro nos termos legais e regimentais sejam convocados para fins de prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as execuções de obras de reforma da pista principal do aeroporto de Congonhas em São Paulo os senhores Dr. José Adelmário Pinheiro Filho, Presidente da Construtora OAS, Dr. Dário de Queiroz Galvão Filho, Presidente da Galvão Engenharia e responsável pela medicação e atesto das obras realizadas na referida pista. Senador Romeu Tuma. Sr^{as}. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, queria fazer uma observação e queria que essa observação ficasse registrada. Senador Suplicy, V.Ex^a. não tem vindo tanto a esta Comissão, mas tem vide de vez em quando. É sempre muito bem vindo. Senador Tião Viana, quero lhe cumprimentar porque

o quorum da Sessão de hoje, pelo lado da bancada do Governo bateu todos os recordes, desde a primeira reunião. Todos os recordes.

Senador Tião Viana, essa Sessão marca a politização dessas investigações. Não por parte da bancada da oposição. Por parte da bancada do Governo. Quem politizou esta reunião foi a bancada do Governo. Veja V.Ex^a., a oposição não está nem ao menos completa. O Senador Demóstenes Torres, que pode ter um mundo de defeitos, ninguém é perfeito, mas é um homem atento, dedicado, ferrinho de dentista, competente nas suas funções, ele quer porque isso vai para a biografia dele, ele quer apresentar um Relatório justo, produtivo, conseqüente, conseqüente nem é pra mim nem para V.Ex^a. É para o interesse nacional. E ele fez aqui a defesa candente da convocação e abriu mão da presença física pelas razões que aqui esposo do Deputado Carlos Wilson, que foi Requerimento de S.Ex^a. recusado pelo voto unânime dos que fazem a base do Governo. Todos. Votaram praticamente todos a favor dos requerimentos de quebra de sigilo de todos os outros propostos, e a base do Governo votou unanimemente contra. Senador Demóstenes, eu tenho a impressão que aqui se cometeu inclusive um ato de pouco cuidado com o Deputado Carlos Wilson. Porque as investigações vão ser feitas. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V.Ex^a. vai investigar e buscar evidências onde V.Ex^a. puder. A quebra de sigilo podia depor a favor de Carlos Wilson. Podia se contrapor às insinuações ou suspeitas ou constatações. V.Ex^a. está suprimido destes documentos. Não vai contar com esses elementos para que o seu Relatório que pretende ser justo, e eu sei que vai ser justo, possa ser justo por inteiro. V.Ex^a. vai ter que se referir a suspeitas ou suposições que aqui foram em muitos momentos feitas em relação ao Deputado Carlos Wilson, não em cima daquilo que lhe foi concedido para todos os outros. As evidências bancárias. Que poderiam, repito, servir de evidência a favor de Carlos Wilson. Para defendê-lo de outras insinuações ou outras suspeitas que aqui foram feitas, pela imprensa foram feitas, por elementos do próprio Governo foram feitas e que vai ser obrigação de V.Ex^a. investigar. Se o Relatório de V.Ex^a. pretende apontar causas e remédios. Causas da crise e remédios para o futuro.

De modo que eu quero lamentar profundamente, Presidente Romeu Tuma, a politização que a bancada do Governo coloca na Sessão de hoje às investigações da CPI do Apagão Aéreo. Com atitudes que não corresponde as relações que vínhamos tendo até esta reunião de absoluta isenção e desejo de colaborar com o interesse coletivo. Como não foi feita a tarefa como inteiro, eu vou depositar as minhas expectativas e a

minha confiança por inteiro no Senador Demóstenes Torres que saberá fazer com isenção, com dedicação e com competência um Relatório à altura da expectativa que o Brasil coloca nas mãos de S.Ex^a.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador José Agripino, tenho um detalhe importante, até pela experiência do nosso querido Senador Demóstenes Torres, como Procurador de Justiça saberá colocar os dados no seu Relatório que vai para o Ministério Público. E o Ministério terá a obrigação pelos indicativos dele dar continuidade à investigação e provavelmente aquilo que lhe foi negado hoje será atendido sem dúvida durante o estudo que o Ministério Público fizer. Acho que o registro que V.Ex^a. faz deverá constar das Atas dessa Comissão e acredito que assim nós teremos um término muito mais contundente do que a expectativa daqueles que é quiseram negar a possibilidade da investigação do Senador Demóstenes Torres. Não sei se... O senhor quer falar...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só acho que hoje nós nos igualamos a Câmara. A CPI da Câmara foi feita para abafar a investigação da INFRAERO. Nós não abafamos a investigação da INFRAERO. Nós quebramos o sigilo, especialmente o sigilo telefônico é muito interessante. Exceto um ou outro que coloca recurso na conta, é difícil você pegar um delinquente por quebra de sigilo bancário. Mas vai se somando uma coisa com a outra. Um laranja ou alguma coisa assim. E hoje, digamos, o chefe da quadrilha foi poupado. Então... Mas tem outros indícios. Depoimentos, telefonemas de alguns outros para ele próprio, as evidências, os indícios, o comando das licitações, ou melhor, da dispensa de licitação. Mas independente disso, eu acho, digo e repito, hoje, por que é que a Polícia Federal está tendo êxito nas investigações? Por que é que nós na CPI dos Correios fizemos uma investigação tão boa que o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal acabaram se utilizando dessa investigação para abrir o chamado processo do Mensalão? Para receber a denúncia do Procurador-Geral?

Então, é porque são utilizados métodos modernos. A quebra de sigilo é um método moderno. Independente disso, é claro que nós vamos concluir, poderíamos concluir com toda precisão. Milimetricamente. Mas eu tenho certeza que nós vamos apontar as responsabilidades e tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, e nós mesmos vamos conseguir pegar essas pessoas que falharam com a sua respon-

sabilidade de homens públicos e acabaram produzindo mais um grande escândalo de desvio de recursos no Brasil. Vamos trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Para dar continuidade, por favor, a Secretaria da Comissão para os depoentes que foram convocados para hoje. Não há mais nada a ser votado.

Eu chamaria as três... Os três convocados por sugestões do ilustre Senador Demóstenes. O Sr. Tércio Ivan de Barros. Servidor da INFRAERO. Em seguida ao depoimento do Sr. Tércio, Dr. Roberto Spinelli Júnior e Adenauher Figueira Nunes também servidor da INFRAERO. Primeiro o Sr. Tércio. Tércio Ivan de Barros. Por favor, Sr. Roberto, se quiser ficar mais próximo. É o Advogado do convidado.

Eu pergunto ao Sr. Tércio se pretende dar uma introdução, fazer alguma explicação sobre o convite feito a V.S^a. ou se prefere que o Relator já comece a argüi-lo?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Prefiro logo o... Agradeço a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Peço só ao senhor se apresentar, por favor.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pois não. Eu sou Tércio Ivan de Barros, sou empregado da empresa, empregado de carreira, desde 1973, e estou trabalhando na sede da empresa desde 2002. Desde 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu estou afastado do cargo como Assessor por causa da sindicância promovida pela CGU. O Presidente fez a solicitação dos cargos quando assumiu e eu fiz a entrega do cargo e foi aceito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Perfeito. Senador Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Há quanto tempo o senhor é empregado da INFRAERO, trabalha na INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu trabalho na empresa desde de 6 de outubro de 1973.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais as funções exercidas por V.S^a. lá?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu passei em concurso em 1973, em 1974 eu assumi a gerência de administração do aeroporto de Goiânia. Em 1975 eu vim para a sede da empresa onde assumi o cargo de Inspetor Geral de Aeroportos. Em 1976 eu fui transferido para o aeroporto de Manaus, como Gerente de Operações e em maio, em fevereiro de 1979 eu assumi a administração do aeroporto até o mês de maio, de fevereiro a maio.

Em agosto de 79 eu fui transferido para o aeroporto de vitória. Onde fiquei até 1983, janeiro, quando fui transferido para o aeroporto de Uberaba em Minas Gerais onde fiquei até 1990. Em 1990 de janeiro a abril eu me licenciei da empresa ao receber um convite da iniciativa privada de assumir a Diretoria Comercial da empresa em 1990, e a deixei em 1998. De 1998 a 2002 eu fui Assessor Especial da Presidência. Em 2000. Em 2002 eu assumi a Superintendência Regional de São Paulo em julho onde fiquei até julho de 2002. Em setembro de 2002, recebi uma proposta de uma instituição privada e pedi uma licença temporária da empresa onde fiquei até dezembro de 2003. Ao retornar em 2004 assumi a Superintendência Regional do Noroeste em Manaus, onde fiquei até abril. Voltei para a sede da empresa onde assumi a Superintendência de Planejamento e Gestão. E em agosto de 2005 assumi a Diretoria Comercial da empresa onde permaneci até março de 2006. Em 29 de março de 2006 assumi a Superintendência Regional de Brasília, onde fiquei até 24 de abril de 2006, menos de 30 dias. Voltei para a sede da empresa para ser Assessor Especial da empresa até agora no dia 15 de agosto de 2007.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Diretor Comercial V.S^a. foi quando?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu fui Diretor Comercial de abril de 1990 a abril de 1998.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. deixou a última vez que esteve na Diretoria Comercial deixou essa função por conta da suspensão do contrato com a FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Porque a suspensão do contrato se verificou em dezembro de 2005. E a saída se verificou em março de 2006.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Sim. Mas o que aconteceu em março para V.S^a. sair?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não tive nenhuma explicação. Simplesmente uma substituição.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O senhor foi demitido?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Fui só entregue o cargo como diretor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. assumiu outra função?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Fui Superintendente regional de Brasília durante menos de 30 dias.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Antes de entrar na INFRAERO V.S^a. fazia o quê? Qual era a atividade profissional de V.S^a.?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Antes de entrar na INFRAERO eu trabalhava numa organização do Estado de Goiás chamada Caixa Econômica do Estado, CAIXEGO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. é ou já foi sócio ou proprietário de alguma empresa?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quando V.S^a. se licenciou, se licenciou para trabalhar onde?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A primeira licença em 1990 fui trabalhar na Encol. E a segunda licença de setembro de 2002 a dezembro de 2003 eu fui trabalhar no Laboratório Neo Química como Diretor Comercial em Anápolis.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. já respondeu ou responde algum processo de sindicância?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Uma sindicância que foi aberta por mim em São Paulo. Eu tive o depoimento e depois a Comissão de sindicância me indiciou como sindicado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. atualmente responde a alguma sindicância?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Na CGU.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual a razão?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A suspensão do contrato da FS3.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Que função V.S^a. exercia à época da implantação do Advantage V2?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu estava fora da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. sabe informar como funcionava a sistemática de comercialização de espaços publicitários nos aeroportos antes do Advantage V2?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sim. A empresa ela detém um parecer jurídico da década de 90, não me recordo a data e de um parecer, uma decisão também do Tribunal de Contas da União aonde quando não há competitividade dentro dos espaços de mídia, a empresa pode fazer a dispensa de licitação e fazer o arrendamento daquele espaço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Como é que era feito isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Isso normalmente a empresa tem o seu plano, plano específico de propa-

ganda de mídia aeroportuária e através desse espaço ela comercializa junto às empresas que são interessadas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qualquer empresa pode participar?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Qualquer empresa pode participar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas em tese, a prática é outra, um grupo de empresas domina praticamente todo o mercado ligado à ABMA?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Se nós considerarmos os principais Estados, os principais pontos que existem no Brasil nós temos mais de 120 empresas operando de mídia no Brasil todo, a grande concentração dos contratos são feitas exatamente pelas empresas associadas à ABMA.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Como é que era feita a publicidade para a divulgação dos espaços disponíveis?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Antigamente existia, e hoje ainda existe um programa, um plano de desenvolvimento mercadológico, e através desse plano de desenvolvimento mercadológico é que a empresa abria suas portas para fazer a comercialização e recebia também as empresas seus interesses para poder fazer a comercialização.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. não estava na empresa, mas V.S^a. tem conhecimento se houve estudo sobre a estimativa do acréscimo de receita com a ampliação do Advantage V2?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pelo que eu pude apurar na sindicância da CGU, a expectativa é de que deveria haver um aumento de receita. Mas não houve esse aumento de receita.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E V.S^a. apurou por que é que não houve esse aumento?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu posso dar o exemplo de 2004 quando eu era Superintendente Regional de Manaus quando por algumas vezes nós tentamos fazer a comercialização de espaços publicitários e essa comercialização de espaço estava condicionada à implantação do sistema Advantage V2 que não estava ainda em vigor. Ou seja, aguarde um pouco mais até sair o Advantage.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, enquanto não foi efetivamente implantado também não se fazia a comercialização...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Muito pouco a comercialização. Somente com grande esforço junto à sede da empresa para conseguir essa comercialização.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Durante o tempo em que V.S^a. foi Diretor Comercial, o Advantage V2 estava totalmente implantado?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Estava totalmente implantado. Ele foi totalmente implantado em maio de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E todas as ferramentas estavam funcionando?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Como ferramenta, sim. Mas eu diria que o Advantage V2 seria mais uma ferramenta de visualização do que propriamente de comercialização.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nesse caso, como é que se dava a divulgação dos espaços da mídia aeroportuária?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Em primeiro lugar esse sistema ele estava centralizado em São Paulo, com uma única pessoa, e eram distribuídas senhas para quem tivesse interesse em saber quais espaços em quaisquer aeroportos do Brasil. Feito isso, recebida a senha, a pessoa entrava dentro do sistema e fazia então a escolha ou opinava a respeito desse espaço. Mas a procura foi muito pequena. Tanto que a receita de 2004 ela não foi muito favorável à empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. entende então que esse sistema... Não o preço pago, mas o sistema em si ele era menos vantajoso que o anterior?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu diria que sim. Porque o único aspecto dele seria de visualização. Mas, de posse desse sistema que a empresa já havia pago quase 20 milhões, nós tínhamos a intenção, a INFRAERO tinha a intenção de transformá-lo também num sistema para melhorar a comercialização dos aeroportos. E a primeira providência que foi feita logo que eu assumi a Diretoria Comercial em 2005 foi a descentralização de São Paulo para aonde houvesse regional para que cada regional tivesse a oportunidade de fazer uma divulgação maior e ter a oportunidade de fazer contratos dentro dos seus aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, na prática V.S^a. acabou com a concepção de que a coisa poderia ser formulada dentro desse sistema de mídia eletrônica. V.S^a. deu autonomia então às diretorias regionais para que elas pudessem fazer a comercialização.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Através do sistema Advantage V2.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas por que é que V.S^a. não... Se o sistema era bom, por que é que V.S^a. não quis que ele continuasse implantado?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, não é que nós não quiséssemos que ele continuasse implantado. Nós queríamos a implantação, a continuidade da implantação. O que nós estávamos questionamos e o que nós questionamos em todas as nossas negociações era o preço cobrado pela empresa FS3, que era um preço considerado muito caro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Perfeito. Mas já estava pago. V.S^a. disse que 20 milhões já estavam pagos.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Menos o bônus.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O bônus o Ministério Público impediu o pagamento.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Mas foi impedido também o pagamento de pelo menos uma nota fiscal aonde eles entraram para a solicitação de pagamento e não foi autorizado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Qual era o valor?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Era em torno de 240, 250 mil reais que corresponderia quase que uma diferença de um milhão de reais/ano.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. acha que o sistema que se gastou 20 milhões poderia ser descartado por conta de uma fatura de 200 mil reais?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, eu disse que seria descartado por uma questão de fatura. O preço que a FS3 cobrava, cobrou da INFRAERO, a nossa negociação se baseava em três pontos. Em primeiro lugar, a retirada da cláusula de bônus, que era de dois milhões e seiscentos, quase dois milhões e... Quase três milhões. A parte de licenciamento que custou muito caro para a empresa e a empresa inclusive deu entrada no seu patrimônio, mas na renovação do contrato, nas tentativas de renovação do contrato a empresa FS3 ela exigia novamente os pagamentos desse licenciamento que era um licenciamento muito caro porque eram 400 e poucas licenças, e a redução da hospedagem. Porque a hospedagem desse sistema estava localizado na Inglaterra. E quem só tinha acesso a essa hospedagem era a empresa FS3. A INFRAERO não tinha condições. Então com a retirada da cláusula de bônus, com a retirada da cláusula de cobrança de novo licenciamento, porque a empresa sempre considerou que as licenças pertenciam a ela. Como outros sistemas adquiridos pela própria INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – V.S^a. antes de propor o rompimento do contrato solicitou à Assessoria Jurídica que ingressasse com ação para dizer que esses itens pertenciam à INFRAERO, e que não deviam ser pagos novamente?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Isso era só uma atrativo em termos de negociações. Nós não propusemos o rompimento do contrato, Senador. Nós propusemos de acordo com a cláusula contratual e de acordo com uma orientação jurídica da Assessoria Jurídica de São Paulo, que era a gestora do contrato, nós propomos uma suspensão de até 120 dias para poder fazer a renovação do contrato. E com a minha saída desse... Da Diretoria Comercial, quase que foi feita a renovação do contrato. Porque o Presidente da empresa... O Presidente da empresa, o Brigadeiro J. Carlos baixou um ato administrativo criando uma Comissão para se estudar o contrato e analisar as condições para uma renovação. Chegou-se a ser feita uma minuta, esta minuta ela foi assinada pelo Diretor Comercial, foi assinada pela empresa FS3, e não teve mais uma assinatura que seria o complemento para poder fazer a renovação. E destaca-se que a proposta feita pela FS3 para renovar o contrato nas mesmas bases era um contrato de mais de 25 milhões de reais por um período de três anos. E essa proposta de minuta de renovação foi em torno de três milhões e quatrocentos por um período de apenas um ano. No período que eu havia saído já da Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Sr. José Wellington Moura, que sucedeu V.S^a. na Diretoria Comercial afirmou que o atestado de recebimento dos serviços prestados pela FS3 à INFRAERO era realizado no próprio sistema. Afirmação que foi confirmado pela Sr. Mariângela Russo a essa CPI. V.S^a. confirma isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Não confirmo. Não confirmo porque um dos motivos que nós tivemos com glosa de faturas de notas fiscais da empresa FS3 veio oriunda de uma correspondência ao final de setembro de 2005 da auditoria da empresa aonde ela cobrava a atitude da Diretoria Comercial na fiscalização desse contrato desde março de 2005. Então logo no dia 29 eu propus ao Presidente a troca, substituição do restante da Comissão de Fiscalização, colocamos novos fiscais e buscamos cumprir de acordo com as orientações da auditoria as suas recomendações.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Então V.S^a. mandava fazer fiscalização efetiva. E antes de V.S^a. como é que era feito isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não posso afirmar porque eu desconhecia o sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas não havia. Se V.S^a. modificou é porque não estava sendo feito.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Nós consideramos que o correto seria cumprir com as determinações da auditoria, fazendo a fiscalização através de documentos e não só através do sistema. Porque só através do sistema não era possível.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então antes de V.S^a. que se fazia antes do sistema. Antes de V.S^a. se fazia...?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Só pelo sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Só pelo sistema. E após V.S^a. exigiu...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Exigi o cumprimento de apresentação de documentação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Quando V.S^a. assumiu a Diretoria Comercial da INFRAERO, as Sr^{as}. Márcia Chaves e Mariângela Russo foram substituídas nas funções que ocupavam na Diretoria Comercial. Quais os motivos dessas substituições?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A Mariângela Russo eu já era conhecida pela INFRAERO, uma funcionária antiga, logo nos primeiros dias, se não me engano no primeiro ou segundo dia que eu assumi eu fiz a sua substituição porque ela era gestora do contrato do Advantagem em São Paulo. E eu fiz isso para que colocasse uma pessoa de maior confiança da Diretoria Comercial...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – O Sr. Carlos Alberto Fonseca que trabalhava já em São Paulo, ele era Gerente Comercial e ele assumiu então a gestão desse contrato. E a Márcia Chaves ela assumiu, ela deixou a Superintendência Mercadológica ao final do mês de setembro quando eu trouxe de São Paulo o Sr. Roberto Spinelli para assumir essa posição.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então essas substituições estão relacionadas com a gestão do contrato da FS3 que V.S^a. considerava que não tinha sido devidamente fiscalizada. É isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu diria para o senhor que foi uma questão de confiança, já que os cargos eram comissionados, eu preferi colocar pessoas da minha maior confiança para fazer a gestão do contrato e assumir a posição da Superintendência Mercadológica.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais eram os fiscais do contrato anteriormente à entrada de V.S^a.?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não me lembro de todos aqui, mas eu me lembro da Sr^a. Rutilene, Sr. Luciano... Não me recordo mais dos outros nomes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais as pessoas que V.S^a. designou como gestor e como fiscais?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sr. André de Barros, que não é parente, o Sr. André, o senhor... A Sr^a. Sandra, o Sr. Carlos Alberto e a Sofia, de São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esses fiscais relataram o quê a V.S^a.? Qual a impressão deles em relação à execução do contrato anteriormente à entrada de V.S^a. lá? O que disseram esses fiscais e mesmo o gestor do contrato a V.S^a.?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Bom, com relação à fiscalização, nós percebemos que a fiscalização ela teve uma mudança. E essa mudança foi muito positiva para a INFRAERO. Porque com a fiscalização mais rígida, nós constatamos pagamento em duplicata, a apresentação em duplicata de notas fiscais...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E foram pagas?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Foram glosadas. Notas que já haviam sido pagas estavam sendo apresentadas novamente, e o principal ponto era a execução de serviços aonde a FS3 fazia cobrança, mas não fazia a comprovação. Então nós só pagávamos essas notas se houvesse a comprovação de execução do serviço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pode dizer que anteriormente serviços foram pagos sem a devida comprovação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não posso dizer isso para o senhor. Eu posso dizer do trabalho que nós fizemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve uma tentativa então, na época em que V.S^a. estava lá de recebimento de forma duplicada, de tentativa de apresentação de notas e faturas sem que se buscasse a comprovação. Tentaram então fazer isso na gestão de V.S^a.? A FS3 tentou fazer assim...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A FS3 como qualquer empresa ela apresenta as notas e quem é o contratante tem a obrigação de conferir.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Mas tentaram então receber em duplicata, tentaram receber por serviços não prestados...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não posso dizer se tentaram receber ou se foi um erro administrativo deles na apresentação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas isso não aconteceu.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Aconteceu efetivamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. confirma que a partir da saída do Sr. Fernando Brendaglia do cargo de Diretor Comercial da INFRAERO e a ocupação dele por V.S^a. diversas solicitações da FS3 no sentido de ir a aeroportos para efetuar as manutenções como previa o contrato eram negadas pela área comercial?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Esse é um caso que eu tenho uma única informação que é no Relatório da auditoria da CGU, onde houve uma solicitação feita para ir até São José dos Campos e o gestor do contrato, o Sr. Carlos Alberto Fonseca em São Paulo fez a negativa porque ele considerava que não havia necessidade de ir até São José dos Campos e essas autorização independia de qualquer procedimento da diretoria da Superintendência Mercadológica porque era um assunto tratado com o gestor. O gestor é que tinha autonomia para autorizar as idas aos aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então houve uma sonegativa nesse período?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Que eu tenho informação houve uma sonegativa e foi em São José dos Campos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve diminuição na quantidade de acessos ao sistema pelos empregados da INFRAERO após a saída do Sr. Fernando Brendaglia do cargo de Diretor Comercial e assunção por V.S^a. a nova equipe de fiscalização?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Como o senhor traduz esse novo acesso, diminuição de acesso?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Eles não poderiam mais verificar diretamente no sistema, eles não poderiam verificar o que V.S^a. fazia? Há uma alegação de que esses servidores eles não puderam mais buscar o acesso para checar se as vendas estavam sendo realizadas...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Nunca aconteceu. Isso nunca aconteceu. Nós não retiramos nenhuma licença de nenhum funcionário, de nenhum aeroporto da rede INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então V.S^a. não cancelou nem diminuiu o número de licenças.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Porque isso também foi dito aqui a respeito de V.S^a. Que houve cancelamento, que houve senha retirada.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso não aconteceu.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Durante a execução do contrato com a FS3, a contratada descumpriu alguma obrigação? Das obrigações impostas à FS3, a FS3 deixou de cumprir alguma obrigação que lhe foi imposta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Não deixou de cumprir nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. verificou se os pagamentos à FS3 foram realizados corretamente?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A comissão de fiscalização tinha esse trabalho e ela o fazia de uma maneira extremamente competente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. já disse, só para confirmar, foi contestada alguma nota emitida à FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A FS3 contestou várias notas e nós comprovamos pela glosa através da cobrança em duplicidade e da não execução. Isso motivou a INFRAERO, motivou a FS3 a ingressar com uma ação fazendo uma cobrança depois da minha saída, algum tempo depois, se não me engano no começo desse ano ou final do ano passado cobrança de 29 notas fiscais que tinham o recibo sido retirado e a INFRAERO fez o pagamento. E mais cento e tantas notas, 130 notas, alguma coisa assim, no valor de seiscentos e tantos mil reais, a INFRAERO não efetuou o pagamento e a FS3 ingressou com uma ação de protesto e a INFRAERO conseguiu fazer a suspensão desse protesto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Comprovando que já tinha feito...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Comprovando que o serviço não estava executado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve a intenção da INFRAERO em prorrogar o contrato com a FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sem dúvida nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E por que é que não teve essa prorrogação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Primeiro lugar, na minha gestão não houve êxito porque nós consideramos que a FS3 ela radicalizou em termos de querer

manter mesmo o item de bônus que já havia sido cancelado oficialmente pela INFRAERO em novembro de 2005, ela manteve a condição da cláusula de bônus, ela manteve a condição de cláusula de licenciamento e ela manteve a condição da cláusula de hospedagem, que custava 95 mil reais por mês à INFRAERO...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual era o preço de mercado?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Entre 10 e 15 a 20 mil reais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Então V.S^a. pode dizer que esse contrato realmente ele era muito caro. Essas licenças, quanto que elas custaram para a INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não me recordo o total, mas eu tenho a impressão que foram cerca de sete milhões, alguma coisa assim essas licenças.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E a empresa queria mais recursos para fazer renovação.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Ela queria renovar a licença. Ou seja, a INFRAERO havia adquirido. Ela chegou até a dar entrada no patrimônio, eu tenho o documento aqui. Interessa que o senhor veja o documento?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Claro. Pois não.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Aqui estão todos os documentos que se refere ao termo de licenciamento. Aqui está assinado pelo Sr. Ettore o termo de licenciamento em 26 de dezembro, aonde define licença do uso do Advantage V2, 65 aeroportos, bem como 260 licenças de acesso para usuários. Aqui está o termo de recebimento parcial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Vou ceder ao Senador. Aqui está o pagamento da primeira nota e aqui está o documento que o senhor estava me questionando. Que é a nota de entrega de bem patrimonial. Onde ela deveria estar arquivada no patrimônio da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Perfeito. Esse aqui nós podemos ficar, né?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Por favor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Consta do despacho 334/DCRC/2005 de 28/12/2005, assinado pelo Sr. Roberto Spinelli Júnior, que uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de comprovação da efetiva prestação de serviço. Despacho no dia 28/12/2005. Por sua vez, a carta formal 18641/DC/DF/2005 enviada à FS3 por

V.S^a. registra a necessidade de se promover a revisão do contrato, tendo em vista a manutenção do interesse público. Dessa forma eu pergunto: O Sr. Roberto Spinelli Júnior dava como uma das razões a falta de comprovação.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – No despacho dele. Nº. 334/DCRC/2005 de 28/12/2005. Uma das razões para a suspensão foi a falta de comprovação da efetiva prestação de serviço. Por sua vez a carta formal de V.S^a., 18641 registra a necessidade de se promover a rescisão do contrato, tendo em vista a manutenção do interesse público.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Rescisão, não. Suspensão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Revisão, perdão. Seria a revisão do contrato. Então a carta formal 18641/DC/DF/2005 enviado a FS3 por V.S^a. registra a necessidade de se promover a revisão do contrato.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – O despacho 334 ele diz seguinte, ele é datado de 28 de dezembro, véspera de vencimento. Referente ao TC 182 firmado entre a INFRAERO e a empresa FS3 com vencimento em 29 de dezembro e considerando que há interesse em transferir hospedagem do sistema de Advantage V2 para controle da INFRAERO necessitando Superintendência de Tecnologia da Informação de aproximadamente três meses para a ampliação do seu data center, pendências de aplicação, legalidade e condições contratuais questionada pelo Ministério Público, isso aqui se refere à cláusula de bônus. Falta de apresentação pela contratada de todos os comprovantes dos serviços realizados conforme...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Foi o que eu disse. Falta de comprovação de efetiva prestação de serviços.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Conforme nossa solicitação realizada por meio da CF, através da CF-16844, isso aqui se refere à fiscalização da prestação dos serviços. E falta de acordo entre as partes no tocante às bases comerciais para a renovação do referido contrato, uma vez que vínhamos buscando condições contratuais mais vantajosas para a INFRAERO. Com base na justificativa acima apresentada e visando a não usufruir do sistema de vantagem Advantage V2 sem a devida cobertura contratual, vimos sugerir a suspensão do referido contrato por um prazo máximo de 120 dias até que as partes se façam entender tendo como fundamento item 10.12.2, inciso III do § 1º do art. 57, inciso XIV do art. 78 e § 5º do art. 79 da Lei 8.666.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Então vou ler para V.S^a. o que eu li aqui. Consta do (ininteligível) 334/DCRC/2005 de 28/12/2005, assinado pelo Sr. Roberto Spinelli Júnior que uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de comprovação da efetiva prestação de serviço. Então não há divergência no que V.S^a. leu.

Agora, por sua vez, a carta formal assinada por V.S^a., assinada, melhor dizendo, 18641/DC/DF/2005, enviada à FS3 por V.S^a. registra a necessidade de se promover a revisão do contrato, tendo em vista a manutenção do interesse público. É correto isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu leio a carta para o senhor aqui.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pois não.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Foi encaminhado ao Sr. Ettore assinada por mim como Diretor Comercial e pelo Dr. Adenauher como Diretor-Financeiro, assunto: Suspensão do contrato 182. “Sr. Diretor, tendo em vista a necessidade desta administração da INFRAERO em promover a revisão dos termos de contrato com essa empresa, e por estrita manutenção dos interesses públicos, fica pela presente correspondência determinada a suspensão da execução do prazo de contratual a partir desta data até ulterior deliberação”.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Então V.S^a. defende que tem que haver uma revisão do contrato. Enquanto que o Roberto Spinelli só menciona a suspensão. V.S^a. entende que há uma divergência de fundamentos nisso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Não vejo nenhuma divergência em função disso, porque esse despacho 334 foi que motivou a elaboração dessa carta e essa aqui está retratado todo o esforço feito pela área do Dr. Roberto Spinelli e pela Comissão de negociação que foi elaborada através de um ato administrativo do presidente da empresa para que se chegasse a um acordo visando a prorrogação do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse contrato ele contrariava os interesses públicos na visão de V.S^a.. Nos termos em que com a forma pagamento que foi feito... V.S^a. entende que esse contrato naquelas cláusulas, com a manutenção dessas cláusulas, com a proposta de revisão feita pela FS3 que isso era danoso aos interesses públicos.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Veja bem, se nós não concordarmos com a cláusula de montes(F) que já havia sido vetada pelo Ministério Público Federal, se nós considerarmos que as licenças pertenciam à

INFRAERO, que nós havíamos pago por essas licenças, e que nós estávamos preparando nossa área de tecnologia da informação para receber essa hospedagem, o preço ofertado por ele realmente como Diretor Comercial não poderia jamais aceitar. E a Presidência, a Diretoria tinha...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E originalmente também V.S^a. se fosse o Diretor Comercial não teria assinado esse contrato nesse valor? Obviamente. (risos) O Sr. Ettore Casoria afirmou em depoimento a essa CPI que apresentou proposta para a renovação do contrato. Eu pergunto a V.S^a.: Qual valor dessa proposta de renovação do contrato? V.S^a. já disse. Mas só...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Tem outra proposta que vou dizer ao senhor. Ao final do mês de dezembro, quando aconteceu a última reunião no dia 26 de dezembro em São Paulo, ele fez uma proposta para nós para a empresa dizendo que prorrogaria o contrato dele por mais três meses nas bases em que estava o contrato assinado. Ou seja, queria inclusive a cláusula de bônus. E nós evidentemente não aceitamos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem essa proposta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Essa proposta foi somente em discussão de reunião.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E a outra proposta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A outra proposta dele eu tenho essa proposta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Pode nos dar uma cópia dela? Pode juntando o que V.S^a. quiser. Nós já temos esses documentos, mas é bom porque faz parte da...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Aqui tem a proposta da FS3. Ela está adaptada do dia 16 de janeiro de 2006. Mas, na realidade, ela deu entrada no protocolo da empresa que está registrado no dia 2 de fevereiro. E a proposta dela, ao final aqui lamentavelmente vai ter que ser e feito...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando se deu a suspensão?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A suspensão se deu no dia 19 de dezembro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E essa proposta é de quando? 16 de janeiro?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – 16 de janeiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E a proposta anterior, a proposta que senhor analisou?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A proposta que ele fez para nós...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sempre foi verbal.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sempre foi verbal, de renovar o contrato. Por três meses nas mesmas bases.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E a outra proposta que V.S^a. também se recusou? Mas essa foi em janeiro.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pois é, mas essa aqui foi discutida na reunião e ele queria que nós tivéssemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não, não. Vamos então... Esse documento é datado de 16 de janeiro de 2006. Ele foi efetivamente protocolizado em 2 de fevereiro de 2006. No entanto, o contrato foi suspenso no dia 29 de dezembro de 2005.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. deu vários detalhes de uma proposta que foi... Foram feitas duas propostas, segundo V.S^a.. Uma no dia 26 que é essa de renovar por três meses com base no contrato existente. E outra anterior que ele falava que a hospedagem tinha que continuar sendo cobrada sem transferir para a INFRAERO, queria cobrar o bônus... Essa proposta existiu formalmente?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Está aqui.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por favor, essa proposta é posterior à suspensão. A proposta, ela foi apresentada alguma vez por escrito antes?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sempre verbalmente?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sempre em tratativa de reuniões.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então não houve uma proposta formal anterior à suspensão do contrato? Formal? Escrita. Documentada.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Antes da suspensão do contrato? Não. Eu não me recordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essa proposta, já essa proposta, era naqueles termos que V.S^a. tinha mencionado anteriormente? Hospedagem, bônus, cobrar a licença...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – 25 milhões durante três anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mais 25 milhões?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Durante três anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi realizada a análise técnica e estudo de viabilidade econômica e financeira dessa proposta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Dessa proposta aqui nós fizemos uma solicitação. Em primeiro lugar mandamos uma comunicação à área de tecnologia da informação que analisasse essa proposta. A tecnologia de informação nos respondeu logo em seguida dizendo que precisaria que essa proposta fosse mais aberta para que ela tivesse condições de analisar. Mandamos para a FS3 e até a minha saída ela não havia respondido ainda a solicitação da tecnologia da informação. Mandamos essa mesma proposta para a área da Procuradoria Jurídica da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia mencionar os servidores, se lembrar, os servidores que analisaram.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – O servidor da área tecnologia de informação foi o Sr. Flávio Rodrigues. E para a Assessoria Jurídica encaminhamos para a Assessoria Jurídica como um todo. A chefia pertencia à Dr^a. Josefina Pinho. E essa resposta ela só chegou da Procuradoria Jurídica após a minha saída no dia 31 de março de 2006.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Veja bem, o Sr. Fernando Brendaglia declarou aqui nessa CPI que em caso de renovação do contrato a INFRAERO não teria gasto com aquisição de licença, mas apenas com a manutenção delas. V.S^a. confirma essa afirmação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não senhor. Está inclusive na proposta deles.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A proposta excluiu o valor referente as licenças. Excluía? Uma vez que já haviam sido adquiridas pela INFRAERO ou não?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Não excluía.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O valor contratado e pago das licenças representava apenas o direito de uso do Advantage V2 pelo período de 24 meses?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Desculpe.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Uma das alegações da empresa é que esse valor foi pago era só... Não era... Era só o direito de uso. Que não haviam sido adquiridas as licenças.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não posso concordar porque se tenho um documento da área

administrativa que comprova exatamente o contrário, dando entrada no patrimônio, não posso aceitar. Mesmo porque tem o registro patrimonial. Como existem de outros sistemas de tecnologia de informação que estão registrados dentro da empresa. E patrimoniados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. então reafirma que foi feita a prorrogação porque eles queria receber mais 25 milhões de reais? Por três anos.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sim, senhor. Ou uma renovação de três meses com os mesmos valores.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então, na visão de V.S.^a., a ausência de renovação não causou prejuízo financeiro à INFRAERO. Ao contrário.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sem dúvida nenhuma. Ao contrário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Causou lucro. Porque nessas bases, o que a empresa exigia então é que continuasse pagando pela licença a um título exorbitante.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Exatamente. E nós na época da negociação fizemos inclusive uma proposta à FS3 que durante o período em que o contrato estaria suspenso por um prazo de até 120 dias o sistema continuaria aberto para as negociações. A FS3 não aceitou.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. recebeu alguma ordem, orientação de superior hierárquico no sentido de suspender o contrato com a FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi oferecida alguma vantagem a V.S.^a. para que suspendesse o contrato?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Após a suspensão desse contrato, como a INFRAERO passou a comercializar os espaços de mídia aeroportuária?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Evidentemente com o contrato suspenso, em fase de negociação inclusive pela outra Diretoria, as negociações voltaram ao sistema antigo. Ou seja, oferecendo os espaços através dos aeroportos pelo planejamento da programação de mídia aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E houve um incremento de receita? A receita melhorou?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Houve um incremento de receita. Eu tenho...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então V.S.^a. poderia dizer que além de tudo essa aquisição do Advantage V2, esse contrato, mesmo que tivesse sido a um preço de mercado ele ainda assim teria causado prejuízo à INFRAERO porque durante o período que ele esteve implantado ele diminuiu a receita.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não diria ao senhor que ele daria prejuízo. Porque todo sistema ele necessita de renovações, de atualizações, de aperfeiçoamento. E era isso que nós estávamos buscando. Porque na nossa visão ele era um sistema mais de simplesmente uma visualização daquilo que existia nos aeroportos do que propriamente dificultar, para facilitar a comercialização.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em síntese, na visão de V.S.^a. o sistema de qualquer forma não era bom. Porque como V.S.^a. disse, era mais para visualização do que para facilitar a comercialização. Portanto, não haveria lucro para a empresa.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Mas se nós fizéssemos um aperfeiçoamento, se nós melhorássemos o sistema, nós...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que V.S.^a. percebe como melhorar o sistema?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Precisaria ser definido, por exemplo, quando um espaço interessaria a uma ou mais empresas. Porque...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Para haver licitação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Como que seria essa licitação? Se ele atenderia a necessidade de empresas internacionais, se não havia dentro do site uma demonstração da documentação.

Então, se um empresário em qualquer País tivesse interesse no aeroporto de Guarulhos ou num aeroporto qualquer por um determinado espaço ou vários espaços, quando ele soubesse que teria a licitação, eu acredito e tenho quase certeza absoluta que se ela não tivesse representação aqui no Brasil provavelmente ela não teria interesse. Por quê? A mídia de um modo geral, ela é extremamente rápida nas suas ações. As campanhas, as publicidades que são feitas elas têm o objetivo quase que momentâneo. Além do que, o contrato ele teria de qualquer maneira de ter que ser elaborado nos mesmos moldes do que acontece hoje. Ou seja, tem que apresentar a documentação, tem que passar pela Assessoria Jurídica, tem que verificar e o contrato é elaborado. Não é um contrato que sai automaticamente como se fosse dentro do sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. não estava lá, mas claro que estudou todo o problema. Quanto à celebração do contrato com a FS3, a celebração, V.S^a. tem conhecimento se a FS3 foi constituída com o fim exclusivo de contratar com a INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pelo que foi apurado na Comissão de Sindicância da CGU ela foi constituída simplesmente para fazer a negociação com a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essa empresa, V.S^a. tem conhecimento de que na realidade ela teve o incentivo do Sr. Fernando Brendaglia e do Sr. Carlos Wilson para ela ser constituída?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pode dizer se era bom o trânsito dessa empresa anteriormente à entrada de V.S^a. na Diretoria Comercial? Essas pessoas tinham contato próximo com o Sr. Fernando Brendaglia e com o Sr. Carlos Wilson ou com um ou com outro?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Desconheço. Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a., portanto, sabe que a empresa foi constituída para o ato. Então...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Eu sei através dos depoimentos que foram prestados na Comissão de Sindicância da CGU. Porque até então eu desconhecia totalmente esse assunto. Eu só ouvi falar em FS3 em 2004 quando eu estava na Superintendência da Regional da Noroeste em Manaus.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essa contratação que foi feita em relação à FS3, na opinião de V.S^a., ela prescindia de elaboração de projeto básico com definição de serviços a serem executados e estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto? Ou se fosse V.S^a., V.S^a. teria mandado fazer?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Com certeza teria buscado elaborar um... O plano. E o estudo de viabilidade econômica. Porque o contrato que foi feito com dois anos, que entra em maio faltando praticamente seis meses e meio para a sua... Seu esgotamento, a conclusão do seu prazo, automaticamente esse contrato deveria ser renovado para que tivesse condições de retorno.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse contrato então praticamente não cumpriu sua finalidade. Ou seja, se gastou com a implantação... Tirando o preço, mas o retorno dele foi pífio.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – O resultado foi muito pequeno. Porque foram muito poucos os contratos elaborados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pode dizer então que houve no mínimo falta de planejamento.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não diria falta de planejamento porque eu não estava na época lá. Eu não sei quais foram as decisões...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. não faria da mesma forma.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu teria feito um plano econômico, um estudo de viabilidade econômica para que pudesse saber em quanto tempo estaríamos retornando com esse dinheiro. Mesmo porque a receita de mídia aeroportuária da empresa ela se citava na faixa de trinta e poucos milhões de reais, então como fazer um investimento de 26 milhões em dois anos, quer dizer, seria praticamente 50% da nossa arrecadação anual dentro de um ano.

Então, esse contrato ele teria que ter uma produtividade muito grande em função de um retorno.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Para justificar o investimento.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Ou pelo menos um prazo mais adequado e que tivesse condições de proporcionar. Eu me permitiria uma observação ao senhor, de que alguns depoimentos que eu tenho lido, inclusive isso foi mencionado no depoimento do Sr. Ettore, de que o retorno por passageiros dentro da INFRAERO é um retorno muito pequeno. Em torno de cento e poucos mil reais por passageiro embarcado. Enquanto que na Europa e nos Estados Unidos, nos grandes aeroportos, situa em torno de 800 dólares, 700 dólares. Se nós fizemos uma comparação com o aeroporto de Guarulhos que é o nosso maior aeroporto comercial, ele teve o ano passado 15 milhões de passageiros. E teve 12 milhões de arrecadação com a mídia aeroportuária. Ou seja, dá em torno de 800 reais aproximadamente por passageiro. Por dólar, ele daria em torno de 400 a 500 dólares. O que não estaria muito distante. Mas acontece que a empresa ela tem cerca de 10 aeroportos que são superavitários. Podemos chegar com o interesse comercial talvez a 30 aeroportos, crescendo mais 20. Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, alguns outros aeroportos não chegaríamos a 30. Ou seja, mais de 50% eles não teriam interesse. O aeroporto, a regional, por exemplo, as duas regionais de Manaus e de Belém, a regional de Manaus tem sete aeroportos. Quais são seus aeroportos? Porto Velho. Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tabatinga, Tefé e Boa Vista. Somente o aeroporto de Manaus é superavitário.

E é superavitário em função da carga aérea, não da receita comercial e não da receita operacional. Então ele sustenta todos os outros seis aeroportos e a ele mesmo, sete, somente através da receita da carga aérea. Se nós pegarmos o aeroporto de Belém, somente o aeroporto de Belém é que tem receita, mas é uma regional deficitária. Como é o aeroporto de Recife que é dos maiores deficitários que existe dentro da rede de aeroportos do Brasil. Então esse comparativo nós teríamos que ter um foco nos principais aeroportos para que mesmo atendendo os 65, nós estaríamos focando naqueles que seriam os principais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esses estudos não foram feitos.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu desconheço esse assunto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Superintendência de Tecnologia de Informação deveria ter sido acionada para opinar sobre a possibilidade de desenvolvimento de programa semelhante pela própria INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Esse foi um assunto que foi ventilado também nos depoimentos da Comissão de Sindicância da CGU.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A viabilidade técnica e econômica do Advantage V2, V.S^a. teria chamado essa...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A empresa ela detém hoje uma fábrica de software, através de empresas que são contratadas. Como nós tivemos a dificuldade de conseguir a hospedagem logo de início, o Superintendente da Tecnologia de Informação o Sr. Flávio Rodrigues junto com sua equipe ele garantiu que em março ou abril de 2006 a INFRAERO teria condições de trazer a hospedagem da Inglaterra para o Brasil, para a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E essa hospedagem também na própria INFRAERO também não foi discutida.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pelo que eu tenho conhecimento... Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. chegou a fazer, por ocasião da renovação, um estudo ou uma estimativa para saber quanto efetivamente valia esse contrato?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Nós não chegamos a fazer esse estudo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. disse que foi exorbitante. O quanto não seria exorbitante?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – O quanto não seria exorbitante seria somente com a retirada da cláu-

sula de bônus, que já está praticamente definida pelo Ministério Público, mas a empresa FS3 insistia...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas essa não foi paga também no primeiro contrato.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, não foi paga. Mas teria o pagamento das licenças e teria o pagamento da hospedagem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sete milhões de uma... Quanto da outra?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – São 95... 95 o mês, 12 meses, novecentos e cinquenta... Um milhão e pouco... Daria dois milhões e pouco durante dois anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, V.S^a. entende que o preço de 10 milhões de reais seriam razoáveis? Ou menos que isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Muito menos que isso. Muito menos que isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quanto que V.S^a. estima que seja o preço razoável? V.S^a. deve ter feito alguma pesquisa nesse sentido.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Nós fizemos uma proposta, eles não aceitaram.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De quanto?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – De um milhão e quatrocentos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Sem a retirada... Com a retirada do bônus, com a manutenção das licenças pela INFRAERO e com a hospedagem por conta da INFRAERO. Evidentemente que essa proposta ela poderia ser negociável. Tanto que a proposta feita pelo Dr. José Wellington foi em torno de três milhões e 400. Ou seja, um pequeno ajuste entre o preço proposto por nós e o preço proposto pelo Dr. Wellington...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas jamais 20 milhões, 25 milhões.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Jamais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem conhecimento se à época da contratação existia no mercado de software similares do Advantage V2?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, não tenho esse conhecimento. Não tenho esse conhecimento, embora...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas como V.S^a. disse, até a própria INFRAERO, o serviço de Ciência e Tecnologia ou o Departamento de Tecnologia, a Superintendência garantiu a V.S^a. que poderia desenvolver isso até com prazo estipulado.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. Eu disse o seguinte, a INFRAERO ela tem uma fábrica de software. Dependendo do interesse do cliente da fábrica de software, ele pode determinar qualquer tipo de serviços que ela queira. Mesmo sendo talvez um serviço que se encontre em prateleira. Se encontre habitualmente dentro do mercado. Por exemplo, da área financeira, da área administrativa. Mas essa da área de tecnologia voltada para a exploração de mídia o cliente tem que detalhar mais o que é que lhe interessa, como é que ele quer que seja executado. E isso pode demandar um tempo para que os seus técnicos estudem, e pode demandar um custo interno. Mas esse custo está previsto também dentro do próprio contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. V.S^a. acredita que o procedimento adequado a ser adotado seria realizar licitação internacional? V.S^a. acha que se fosse feita... Se tivesse optado por comprar seria mais conveniente se fazer uma licitação internacional?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Veja bem...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou mesmo uma negociação direta com essa empresa que seria a MEDIA PLUS INTERNACIONAL?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Veja bem, há um... Uma opinião...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Se havia exclusividade do produto.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. A exclusividade do produto foi apresentada pela FS3 através de um atestado da ABES. Associação Brasileira de Empresas de Software.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso nós vamos discutir depois.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Foi ela que apresentou. Agora, uma concorrência para se fazer disso aí, às vezes o aeroporto ele é o único, às vezes, como o aeroporto de Chicago, como o aeroporto de Nova York, como o aeroporto de Charles DE Gaulle, como o aeroporto de Schiphol. Quer dizer, são aeroportos que às vezes eles têm subsidiárias em outros países com pequenos ou menores aeroportos. Ele tem seu próprio sistema. Se a INFRAERO quisesse fazer uma licitação, ela poderia ter feito uma licitação para atender a sua necessidade. Desde que ela estabele-

cesse quais seriam os critérios que ela necessitaria para que fosse atendida a sua necessidade. Qual é o seu interesse maior.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mesmo que tivesse sido feita a dispensa da licitação para adquirir o software, V.S^a. não acredita... Se tivesse feita essa opção. V.S^a. já disse que não, eu também entendo. Podia ter feito porque havia outras opções. Mas, a licitação de outros serviços, como hospedagem, por exemplo, isso não diminuiria o valor sensivelmente?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Diminuiria. Tanto que nós buscamos no mercado e encontramos aqui mesmo em Brasília através da BRASIL TELECOM que poderia fazer hospedagem para nós. A esse preço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual preço?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Entre 10 e 15 mil reais, aproximadamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quais os setores responsáveis pela análise dos documentos que instruem os contratos celebrados pela INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – São dois órgãos. Evidentemente que primeiro é aquele que solicita o contrato à Diretoria ou a Superintendência que solicita a elaboração do contrato, ela prepara, existe uma área administrativa que faz essa análise, e que submete à apreciação da Assessoria Jurídica. E antigamente ainda passava até pela própria auditoria da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia informar se a Diretoria Comercial costuma realizar consultas ao mercado de preços anteriormente à contratação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não tenho... um caso que aconteceu comigo. Mas, normalmente, a empresa quando ela vai buscar um produto ela busca sempre saber, fazer uma pesquisa dentro do mercado e saber aquilo que ela está querendo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agora já não é mais o qualitativo. O quantitativo referente a cada item do contrato. V.S^a. considerou exorbitante ou considerou normal isso... Por exemplo, mais de 400 licenças... V.S^a. considerou o quantitativo adequado ou o contrato gera grandioso no nascedouro?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu diria que o contrato ele foi grandioso no nascedouro. Porque 65 licenças para os 65 aeroportos, aí eu volto àquele questionamento de foco nos principais aeroportos da empresa. Evidentemente que o sistema ele poderia ser muito bem implantado dentro da INFRAERO se ele não

fosse como muitos agentes comerciais mencionaram nos depoimentos na CGU, que ele é muito mais um sistema para uma ferramenta de gerenciamento de visualização do que de comercialização. Nesse caso, se busca, como se buscou no passado dentro da empresa, consultas e até mesmo através de licitação. Nós temos um exemplo clássico dentro da empresa que é o sistema chamado SmartStream que é aplicado à Diretoria Financeira onde foi feita uma pesquisa de mercado e foi feita uma licitação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E quanto se contratou?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu não tenho certeza, mas eu acredito que... Eu não tenho certeza. Eu não me recordo esse valor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E era um sistema equivalente? Ou até mais grandioso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Mais grandioso. Ele era mais grandioso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então serviria como um... Uma base de comparação.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Talvez como um parâmetro de tecnologia da informação, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tomou conhecimento da inexistência no processo de contratação com a FS3 desses documentos? Prova que a MEDIA PLUS UK era criadora e licenciadora do software Advantage V2? V.S^a. tomou conhecimento que não havia essa prova de que a MEDIA PLUS era a criadora e licenciadora do software?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu só soube disso através dos depoimentos apresentados na Comissão de Sindicância da CGU. Eu não tive conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Certificado de legítima distribuidora do software Advantage V2 pela FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu só tive conhecimento depois, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A prova de existência da MEDIA PLUS UK e de registro nos órgãos competentes em Londres?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu só tive conhecimento nos depoimentos junto à Comissão de Sindicância.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Prova de que o Sr. Zeno Vaciliades representava legalmente a MEDIA PLUS UK? Se fosse na época de V.S^a., V.S^a....

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Aqui tem uma carta dirigida à INFRAERO onde tem o anexo da MEDIA PLUS onde ela faz uma declaração de serviço, ela está em inglês, que ela declara que entre outras coisas que nós declaramos e temos desde 7 de fevereiro total hospedagem ambiental na INFRAERO no website Advantage V2.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. A ausência de prova também de que o Sr. Zeno Vaciliades(F) representava legalmente a MEDIA PLUS...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A carta é assinada por ele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim, muito bem. Mas não... Nós estamos falando dos registros em Londres.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Mas eu não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Eu queria dizer justamente isso. Todo documento que foi apresentado foi tido como verdadeiro. É claro que o serviço acabou sendo prestado.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Esse documento aqui ele tem, inclusive, um... Ele tem uma peculiaridade que é... Ele tem aqui primeiro essa carta, essa declaração de serviço em inglês, e depois ele tem a mesma coisa em inglês ainda, só que ela está reconhecida a sua autenticação pelo tabelionato de notas. Mas não existe uma tradução oficial desse documento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exatamente. No Brasil se colocasse a assinatura com a pata de um cachorro se reconheceria a assinatura como oficial. Mas se fosse V.S^a....

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. teria exigido essas provas. Para garantir...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Registro no consulado do Brasil em Londres no contrato de distribuição do Advantage V2 firmado entre o Sr. Zeno Vaciliades(F) e o Sr. Ettore Casoria. Também não estava presente nessa documentação.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não tenho conhecimento disso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Contrato de licença de autorização de distribuição do Advantage V2 pelo período de 10

anos entre a FS3 e a MEDIA PLUS UK uma vez que foi apresentado à INFRAERO apenas um pré-contrato com duração de 45 dias com vigência até o início de outubro de 2003. O contrato que foi... O pré-contrato que foi apresentado, ele já não valia mais quando o contrato foi assinado. V.S^a. ficou sabendo?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não tive conhecimento porque até na época eu estava fora da empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em caso... V.S^a. só tomou conhecimento disso posteriormente, muito posteriormente, né?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu tomei conhecimento do sistema quando eu estava em Manaus.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E dessas irregularidades...?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Agora somente no depoimento da CGU.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Agora veja bem, o Sr. Ettore Casoria afirmou à CPI que os dados não ficaram instalados na INFRAERO por solicitação da própria INFRAERO.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não é verdade. Porque desde setembro nós fizemos solicitação à FS3 para que tivéssemos condições de fazer essa hospedagem. Esse assunto foi até outubro...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. documentou isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Isso foi em reunião com ele. Mas está documentado a solicitação para o Sr. Flávio Rodrigues e que foi quando ele nos deu a resposta de que até março a abril de 2006 a INFRAERO teria condições...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Anteriormente a estada de V.S^a., V.S^a. tem conhecimento de que foi a própria INFRAERO que exigiu a hospedagem fora?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os senhores Fernando Brendaglia, Márcia Chaves e Mariângela Russo declararam à CPI que os dados não ficaram hospedados na INFRAERO em razão da falta de estrutura da Tecnologia de Informação. Alegaram ainda que essa situação era rotineira. Mas que no decorrer do contrato com a FS3 foi implementada a estrutura necessária para que a hospedagem dos dados do Advantage V2 fosse transferida à INFRAERO. Eu pergunto: V.S^a. confirma essas afirmações?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, não confirmo e repito para o senhor que o Sr. Flávio Rodri-

gues, com os estudos feitos pela Superintendência de Tecnologia da Informação ele estaria fazendo uma solicitação à fábrica de software, as duas empresas que trabalham com a INFRAERO para que trabalhassem em cima do estudo dessa hospedagem e que ela fosse recebida pela INFRAERO somente em março, abril de 2006.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Então, se quisesse havia estrutura para ser instalado.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Só em março e abril de 2006. Antes não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então V.S^a. confirma o que disse o Sr. Fernando Brendaglia, Sr^a. Márcia Chaves e Mariângela Russo. Que os dados não ficaram hospedados na INFRAERO em razão da falta de estrutura.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Porque não havia sido solicitado ainda, acredito eu, a Tecnologia de Informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quando foi solicitado falaram a partir de...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eles falaram: A partir de tanto nós teríamos condições.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi contrário alguma vez a hospedagem desses dados nos sistema da INFRAERO?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Nunca.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em depoimento à CPI a Sr^a. Mariângela Russo declarou que poderia ter sido feito backup dos dados do sistema pela INFRAERO. Mas nenhum funcionário tomou essa providência. V.S^a. confirma essa informação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Para fazer o backup, Senador, há necessário que a INFRAERO tenha mesma máquina daquela que existe aonde ela estava hospedada. Não se faz backup sem que tenha coincidência de equipamento. Então não havia condições de fazer o backup. A manutenção do sistema continua da mesma maneira com que ele vinha sendo feito desde a saída da dona Mariângela. Então, não houve descontinuidade, não houve nenhum problema com relação a isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E não houve backup porque não havia desde o início previsão para isso e equipamento. E nem funcionário poderia solicitar então efetivamente o que não existia.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foram adquiridas 416 licenças de

uso ao preço unitário de 9 mil e 500 reais cada uma. Todas essas licenças foram utilizadas. Pergunto eu.

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu não tenho uma informação correta para o senhor. Mas eu posso dizer tranquilamente que vários aeroportos não tiveram oportunidade de usar. Porque não tiveram interessados na procura da mídia. E não são aeroportos pequenos como é Júlio César em Belém ou como é Cruzeiro do Sul no Acre ou como é Rubem Berta no Rio Grande do Sul. São aeroportos às vezes até intermediários, do porte de Goiânia, do porte de Cuiabá, do porte de Campo Grande, do porte de Maceió. Não foram utilizados porque não havia interesse em cima daquilo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E se pagou por isso.

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Se pagava. Que foi o contrário nosso. Dentro da nossa proposta, por exemplo, uma das grandes modificações que existia é de que no contrato estava previsto o pagamento mensal somente para o aeroporto de Guarulhos fosse feita uma visita ou não a importância de 150 mil reais. Nós na nossa proposta de um milhão e quatrocentos nós reduzimos isso para 800 reais desde que a visita fosse solicitada pela INFRAERO. Quer dizer, se houve alguma modificação dentro do espaço, nós queríamos então que a FS3 fosse lá e fizesse a atualização. Mas nós pagaríamos 800 reais por essa modificação e não 150 por mês como obrigatoriamente estava dentro do contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Por que o sistema não está disponível na versão existente na data do último pagamento da manutenção das licenças, como constava do despacho nº. 239, assinado pela Sr^a. Márcia Chaves, que é parte integrante do processo de contratação com a FS3?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – O senhor traz um pouco melhor pra mim, por favor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A Sr^a. Márcia Chaves assinou um despacho nº. 239 em que dizia...

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Qual é a data desse despacho? Tem a data dele?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Eu posso pegar para V.S^a.. Por favor, pega o despacho. Diz o seguinte. O despacho da Sr^a. Márcia Chaves. Que o sistema, na versão existente na data do último pagamento da manutenção das licenças, que esse sistema era parte integrante do processo de contratação.

Então, esse sistema ele está ou não está disponível para a INFRAERO?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Segundo o depoimento do Sr. Ettore, junto à Comissão de Sindi-

cância da CGU, ele afirmou no seu depoimento que o sistema está disponível até hoje. Mas, em maio de 2006, em maio de 2007, teve um dia aonde saiu uma informação no site da INFRAERO, da MEDIA PLUS, dizendo que estava sendo retirado do ar por falta de pagamento. Só que essa mensagem ela foi retirada no dia seguinte. Ela só apareceu uma vez.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E não foi arquivada essa mensagem. Ou seja, ela apareceu, ninguém imprimiu... Tem-se como comprovar isso?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Tem. Eu posso verificar isso aí e mandar o documento para o senhor. Da FS3.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Esse é de novembro de 2003. Despacho... Mas a Sr^a. Márcia Chaves saiu de lá quando?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Ela saiu de lá em setembro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Em novembro de 2003 ela era...

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Superintendente Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Perfeito. Tendo em vista o exorbitante valor contratual e a falta de experiência da FS3 dada a sua recente constituição. Claro que ela não tinha experiência. Que garantias a INFRAERO poderia executar na opinião de V.S^a., caso a FS3 descumprisse suas obrigações contratuais? Ela não descumpriu. Mas, se tivesse descumprido, o que é que a INFRAERO poderia cobrar da FS3? O que foi exigido como garantia?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Foi exigido como garantia uma caução.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – De quanto?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Eu não me lembro o valor. Acho que era um milhão e pouco, alguma coisa assim. Um milhão e pouco, dois milhões. Alguma coisa assim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – E essa garantia ainda está na INFRAERO? Foi mantida?

SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Quando foi em janeiro de 2006, houve uma comunicação da Gerência de Tesouraria e Gestão Financeira da INFRAERO à Superintendência de Relações Comerciais comunicando que ao final do mês estaria vencendo aquela caução. E o que é que nós iríamos fazer? Então, tem aqui a resposta feita pelo Superintendente de Relações Comerciais em exercício, o Dr. Roberto Spinelli estava em férias, dizendo o seguinte. "Tendo em vista a suspensão do contrato 182 desde 28 de

dezembro de 2005, e considerando que a garantia de execução do contrato estão sustentadas pela carta de fiança, que vigorará até a extinção de todas as obrigações da INFRAERO, informamos que a referida carta fiança ficará retida, salvo melhor entendimento”.

Então, nós retivemos essa caução durante o período que nós estivemos...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem foi que devolveu essa carta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pelo que eu tenho informação foi meu sucessor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o nome dele?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Dr. José Wellington. Foi no período dele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E na opinião de V.S^a., essa garantia poderia ter sido devolvida?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pela suspensão do contrato acredito que não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – As empresas concessionárias da mídia aeroportuária elas pressionaram V.S^a. para que suspendesse o contrato?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Em nenhuma oportunidade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E dentro da INFRAERO houve pressão?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os associados da ABMA foram contrários à explanação do Advantage.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Pelo que eu tenho conhecimento dos depoimentos da CGU, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E qual foi o motivo alegado?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A alegação deles é que eles poderiam perder mercado, alguma coisa nesse sentido. Mas não houve nenhuma pressão com relação a isso para nós.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. conhece o Sr. José de Oliveira Sobrinho?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Conheço profissionalmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o grau de relacionamento de V.S^a. com ele?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Simplesmente profissional. Em função do cargo que ocupei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ele procurou V.S^a. para conversar a respeito, aconselhá-lo ou dizer da opinião dele sobre a possibilidade de se suspender esse contrato com a FS3?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Em nenhuma oportunidade.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Segundo o Relatório da auditoria interna da INFRAERO, a estimativa de receita com o Advantage V2 em 2005 era de 39%, mas ficou apenas em 5%. V.S^a. confirma essa afirmação?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu tenho aqui algumas informações sobre a receita comercial da INFRAERO, aonde ela faz aqui... Eu trouxe um levantamento que é de 2002 até 2007. E tem 2006 aqui. Para o senhor ter uma idéia, 2002 somente com a mídia aeroportuária foi de 33 milhões, em 2003 de 32 e 300, em 2004 de 30.880, e 2005 de 31.670... 669 e o ano passado ela fechou com 35 milhões. Eu passo às mãos do senhor aqui para que o senhor faça essa análise.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A Sr^a. Sílvia Pfeiffer declarou que Superintendentes e Gerente Comerciais recebiam propinas para favorecerem concessionárias mediante a não realização de licitação dos espaços requeridos por aquelas empresas. V.S^a. poderia informar a essa CPI como é realizado o procedimento de venda de espaços publicitários nos aeroportos, esclarecendo se há padronização em todos os aeroportos? Como é feita a divulgação e quais são os funcionários responsáveis pelos atos inerentes ao procedimento de venda desses espaços. Como é realizado esse procedimento?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Esse procedimento ele é realizado dentro do Programa de Desenvolvimento Mercadológico voltado para a mídia aeroportuária. Cada aeroporto existe um trabalho que é feito de quantos espaços vazios existem dentro daquele aeroporto. Seja interno, seja externo. A INFRAERO ou ela faz a publicidade disso junto a alguns clientes, a alguns concessionários ou ela é procurada por alguma empresa, ou algum concessionário ou empresa interessada em colocar a sua publicidade ali.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quanto a INFRAERO lucra em cada contrato? Cobra quanto?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A INFRAERO cobrava um preço específico e uma garantia mínima. Hoje ela está cobrando 50% do valor do contrato que é apresentado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Anteriormente não era 50% também?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Também 50%. Chegava até 50%.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor tem notícia de contrato de gaveta?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não, senhor. Não tenho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor acha que isso seja provável?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu acredito que não. Porque se isso tivesse acontecido, o responsável pelo aeroporto, pela gerência comercial ou o Superintendente do aeroporto deveria acionar imediatamente os órgãos superiores para que fosse feita uma fiscalização em cima disso. Nós temos notícia de que em Guarulhos houve uma denúncia, a auditoria esteve presente, conferiu os contratos e não encontrou nenhuma suspensão sobre os contratos que foram fiscalizados.

Então, compete ao agente comercial e ao Superintendente do aeroporto adotarem as... O cumprimento das suas responsabilidades.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E é padrão. Todos os aeroportos onde há interesse, onde há espaço se comercializa dessa forma.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Dessa forma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os funcionários responsáveis são ligados à Diretoria comercial?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não. São ligados à Superintendência do aeroporto. Ao Gerente comercial ou agente comercial dependendo do tamanho e quem define o negócio acaba sendo o Superintendente do aeroporto junto com o Gerente comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. poderia confirmar se a obra para a construção de acesso viário ao aeroporto de Congonhas custou 23 milhões de reais?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – A obra de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – De acesso viário. Aquele pedaço que dá... V.S.^a. poderia...

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não tenho lembrança disso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a razão para que essa obra fosse incluída no contrato de concessão de uso de área?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Essa obra ela foi incluída como... Baseada no... Baseada no convê-

nio que foi assinado entre a INFRAERO e o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal, o Prefeito era o Sr. José Serra, e a única condição pela dificuldade financeira que a INFRAERO tinha porque estavam já lotados com as obras dos aeroportos, seria a empresa realizar essa obra e fazer um desconto de parte do pagamento mensal para a INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Havia respaldo legal para isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Acredito que sim. Porque o contrato desse ele passa pela Assessoria Jurídica. A Assessoria Jurídica que aprova. Se não houver respaldo a Assessoria Jurídica não vai aprovar isso aí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a. poderia dizer se... V.S.^a. já disse, só para confirmar. O procedimento de dispensa de licitação é feito com o amparo numa decisão do Tribunal de Contas da União? É isso?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – E num parecer da Assessoria Jurídica da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Eu agradeço a V.S.^a..

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa? Juntar algum documento? Tem mais uns documentos que o senhor... Teria mais algum, doutor?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Não tenho mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Alguma coisa a acrescentar?

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Eu gostaria de acrescentar uma informação. É uma opinião minha de que a INFRAERO tem estado tão ruim da mídia nos últimos tempos, eu gostaria de fazer aqui uma saudação ao corpo de funcionários da INFRAERO. Todas as suas áreas existem funcionários altamente competentes que se dedicam à empresa e não existe nenhuma área que seja mais fraca ou que seja mais forte do que a outra. Se nós pegarmos a manutenção, se nós pegarmos a navegação aérea, se nós pegarmos as operações comercial, financeira e administrativa nós veremos a dedicação de cada um dos funcionários. Eu cito para o senhor a dedicação dos funcionários da navegação aérea daqueles que trabalham na Amazônia onde eu tive a oportunidade de trabalhar por duas vezes com eles. Não é fácil fazer a manutenção em alguns dos aeroportos. Eu cito, por exemplo, o caso de Vilhena onde não existem vôos comerciais e a INFRAERO manda seu funcionário para Porto Velho e de Porto Velho ele vai de ônibus para lá para atender uma necessidade

em 12 horas de vôo num ônibus comum. Então eu quero deixar registrado aqui a minha admiração pelo corpo funcional da empresa e pela dedicação que eles detêm para que essa empresa continue sendo cada vez melhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Olha, também quero... aproveitando registrar minha admiração pelos servidores da INFRAERO. Até um servidor em São Paulo me abordou uma vez: “Olha, mas o senhor fala da INFRAERO como se todo mundo fosse igual”. Então eu quero deixar registrado que não estamos falando dos servidores da INFRAERO. Alguns maus servidores de dentro e fora acabam maculando, como acontece hoje com o Senado também. O Senado tem péssimos Senadores que infelizmente têm maculado a honra do... A imagem do Senado. Mas não é o Senado. São os Senadores. Assim como são... Assim como não é a INFRAERO. São alguns dos seus servidores.

Então, eu também aproveito, uma vez que V.Ex^a. fez essa observação para fazer também.

SR. TÉRCIO IVAN DE BARROS – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Doutor, também queria deixar registrado que em São Paulo e em Brasília os funcionários da INFRAERO são de primeira grandeza. Respeito, educação e força de trabalho. Eu vejo lá em Congonhas, fecha às 11h. Durante a madrugada inteira tomando conta da pista, vendo se não há nenhum incidente, passam a noite e no trabalho com todo respeito. Bandido é bandido. Agora trabalhador não pode ser desrespeitado. Bandido tem que ir para a cadeia. Obrigado.

(Sessão suspensa às 17h06)

(Sessão reaberta às 17h11)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Solicito a presença do Sr. Roberto Spinelli Júnior. Se o senhor quiser trazer suas coisas para cá tem lugar, doutor. Tem muito documento aí, doutor? (risos) Se o senhor gostaria de fazer uma pré-exposição do seu trabalho e da sua... Seu comportamento...

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Fique à vontade.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Boa tarde primeiro aos Senadores, senhores. Eu estou na empresa INFRAERO há quase 27 anos. Entrei na INFRAERO em dezembro de 80. Já fui do pátio de manobras, fiscal de pátio. Em 85 eu assumi um cargo de gerência, no aeroporto em São Paulo, em Congonhas, onde eu fiquei até o ano de 92. De 93 a 2000 eu assumi outro cargo de Gerente Regional lá em Guarulhos. Em 2000

eu fui para Marte, o Campo de Marte, Superintendente lá no Campo de Marte, 2001 e 2002 eu voltei a trabalhar lá em Guarulhos, 2003 e 2005 eu fui Gerente lá em Guarulhos também, empreendimentos, em outubro de 2005 eu assumi um cargo aqui na sede, em Brasília. Superintendente Comercial onde eu fiquei seis meses. Até março de 2006. A partir de abril de 2006 eu retornei a São Paulo onde estou até hoje. Fui afastado da empresa, da INFRAERO em maio, em função de uma sindicância, a CGU abriu apurar a responsabilidade em cima da suspensão do contrato com a empresa FS3. Foram quatro meses que a CGU apurou dentro dessa própria sindicância. O último dia 6 agora... no último dia 6 agora de setembro houve então o primeiro Relatório da própria... A própria... Própria CGU, a Comissão de Sindicância da CGU onde fui então... Onde eu fui... Eu saí. Excluído da própria Comissão agora em 6 de setembro último.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Foi demitido?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor. Não fui demitido não. Fui afastado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: É. Preventivamente afastado. Mas o próprio Relatório agora da própria sindicância... Então já fui excluído e já fui inocentado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não é bem assim, não.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senhor?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Hoje eu estive lá e não é bem assim, não. Houve um Relatório preliminar que foi apresentado ao Ministro, que vai à Assessoria Jurídica, e parece que a tendência é mantê-los. Houve um Relatório preliminar numa Comissão de Sindicância. Só. Mais nada. Que tem uma cópia inclusive que foi juntada pelo seu Advogado, e que eu tive a oportunidade hoje de ir com um Delegado da Polícia Federal, com a Assessoria conversar com o Superintendente Executivo, uma vez que o Ministro Jorge Hage se encontra de férias até o dia 2 de outubro, tivemos uma reunião onde podemos dizer, até ficamos de aguardar... Justamente, como eu disse, a sindicância, o relatório preliminar encaminhado ao Ministro. E fiquei de aguardar a conclusão até o dia 6 de outubro. Que é quando nós iríamos concluir no dia 7 de outubro, mas vamos concluir no dia 13 de outubro justamente para aguardar a conclusão do processo. Porque por enquanto há um relatório preliminar e nada mais.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Não estava sabendo disso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a função que V.S^a. exercia anteriormente à implantação do Advantage V2 na INFRAERO?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Antes de ter o Advantage V2, entre 2003 a 2005 eu trabalhava em São Paulo, Gerente de Obras. Aeroporto de Guarulhos. De 2003 a outubro de 2005, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Como é que funcionava o sistema de comercialização antes? De mídia aeroportuária.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Bem, eu posso dizer para o senhor quando eu trabalhei em São Paulo na área comercial entre 1993 e 2000.

Bem, as empresas interessadas em ponto, em painel procuravam a nós, a nossa empresa. Era negociado um preço e era feito um contrato com participação de 50%.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Era caso a caso.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. tem notícia do chamado contrato de gaveta? Porque 50% é para INFRAERO. Então, faziam um contrato mais barato, que era o oficial, e o que era real ficava na gaveta para se pagar menos à INFRAERO. V.S^a. teve notícia desse tipo de contrato?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Não tenho não senhor, Senador. Eu vou dizer para o senhor. Eu acho que a INFRAERO hoje ela tem os preços bons, o preço hoje que a INFRAERO faz no mercado hoje de publicidade são preços bons. São concorrentes hoje em qualquer outro segmento lá em São Paulo, principalmente. E quero dizer para o senhor o seguinte, eu acho muito difícil hoje alguns anunciantes, grandes anunciantes, vou dar o exemplo que nós temos lá em São Paulo, nos nossos aeroportos e outros aeroportos do Brasil. A Nike, sei lá, Coca-Cola, Adidas, eu acho muito difícil de que essas empresas iriam se prestar a fazer outro segundo contrato de gaveta só para iludir uma empresa pública. Eu sinceramente eu não vejo isso como uma coisa factível, partindo dessas grandes empresas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que razão se resolveu implantar o Advantage V2? Qual o motivo? Qual a alegação?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Bom, Senador. Eu não estava aqui na empresa, aqui na sede a essa época. Eu só vim para cá em outubro de 2005, faltando 90 dias para que esse contrato então terminasse. Eu não sei exatamente quais foram as razões

que as pessoas que resolveram colocar esse sistema na INFRAERO tiveram. O que eu sei é porque eu ouvi aqui na CPI, lá na empresa a alegação de que não havia, de que não havia controle, de que os preços que eram anteriormente tidos lá na empresa, praticados lá na empresa não eram bons. Essas são as alegações que eu sinceramente ouvi até hoje.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ou seja, com o Advantage V2 a empresa em tese queria arrecadar mais com mídia aeroportuária. É isso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador. Isso aí é o que foi dito. Na realidade. Agora, Senador, eu queria que ficasse muito claro. A INFRAERO é uma empresa de mais de 30 anos. Você tem um quadro muito forte gerencial, treinado, é capaz. Eu acho muito difícil a gente ter que todas as pessoas que trabalham na INFRAERO, oito mil empregados em 65 hoje aeroportos na época 67, todo mundo... hoje na empresa existe meta, todo mundo quer que a empresa tenha sempre o melhor resultado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sim, mas o que queria... Quem fez o contrato, a alegação era de que queria arrecadar mais com mídia aeroportuária. É isso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Muito bem. Foi feito... V.S^a. tem notícia se foi feito algum estudo, alguma estimativa de que haveria acréscimo de receita se implantasse um sistema como o Advantage V2?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu nunca vi isso daí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Não foi feito esse estudo.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, eu nunca vi esse estudo e nunca ouvi falar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Durante o período em que V.S^a. foi Assessor da Diretoria Comercial agora, o Advantage V2 estava em pleno funcionamento em todos os aeroportos?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Estava tudo funcionando?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, a informação que eu tenho é de que sim. Estava funcionando, sim. O tempo que eu fiquei aqui na sede de outubro de 2005 a março de 2006, mas embora tenha sido suspenso no dia 28/12/2005. Estava funcionando sim, senhor. Embora não havia resultados. Mas ele estava funcionando sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Na época o Sr. José Wellington Moura que sucedeu o Sr. Tércio Ivan de Barros, na Diretoria Comercial afirmou aqui que o atestado do recebimento dos serviços prestados pela FS3 que esse atestado era realizado no próprio sistema. Essa afirmação foi confirmada pela Sr^a. Mariângela Russo a essa CPI. Era isso mesmo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador. Algumas coisas, sim. Outras não. Eu até... Eu... Quando nós assumimos lá em outubro de 2005, foi montada uma Comissão para que pudesse se certificar as notas fiscais. Isso em função do seguinte. A auditoria interna nossa já tinha visto e verificado que o seguinte, que estava se pagando sem a efetiva comprovação de que aqueles serviços haviam sido feito e realizados.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas não época de V.S^a. lá.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor. Antes. Em função disso...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Se olhava o sistema e pagava. Ninguém ia lá verificar se tinha realmente sido feito o serviço.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Exatamente. Inclusive, Senador, em função disso, se o senhor quisesse eu posso passar para o senhor, tenho aqui alguns relatórios.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quero. Pois não.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Nesse tempo que eu estive lá, nós não pagamos mais ou menos um milhão de reais. Em função de serviços e que realmente não foram comprovados. Eu tenho esses relatórios.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Por favor, pode juntar esse Relatório.

Então, nesse período a INFRAERO deixou de pagar mais ou menos um milhão de reais que foi apresentada a fatura, a nota, mas o serviço não tinha sido realizado. É isso? Foram glosadas essas notas.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Será que era uma rotina normal anterior?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não sei, Senador. Não posso confirmar isso aí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Na época que o senhor estava lá, como é que era feito esse atestado? Esse atesto?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, em 29 de setembro de 2005 foi feita uma comissão de pessoas, de próprios funcionários específica para se fazer isso aí. Certificar notas fiscais e certificar de que aquele serviço havia sido feito. Efetivamente feito. Depois, Senador, só para completar, em 2007 a empresa FS3 entrou com protesto referente a 136 notas fiscais em que na minha época não tinha sido pagas, isso aí dava um montante de seiscentos e poucos mil reais, a INFRAERO então agora nesse ano de 2007 entrou com uma ação de cancelamento de notas, essas próprias notas fiscais, e não pagou. A INFRAERO até hoje não pagou essas notas fiscais aí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Por que é que o Sr. Tércio Ivan de Barros, quando assumiu a Diretoria Comercial da INFRAERO trocou as Sr^{as}. Márcia Chaves e Mariângela Russo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha Senador, a informação que eu tenho sobre isso que ele fez essa troca quando ele recebeu um Relatório, a auditoria fez dizendo que algumas observações anteriores de janeiro e março que a auditoria havia... Que a auditoria então tinha feito não haviam sido cumpridas. Em função disso ele pegou e trocou algumas pessoas. Inclusive foi quando eu assumi a Superintendência em outubro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Certo. Isso então estava relacionado à gestão do contrato e a fiscalização do contrato?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Esses... Os fiscais também foram trocados?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Os fiscais também.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quando o Sr. Fernando Brendaglia saiu e ocupou o lugar o Sr. Tércio Ivan de Barros, a FS3 disse aqui, seus representantes, que fizeram diversas solicitações para ir a aeroportos para efetuar as manutenções, conforme previa o contrato. Mas que essas solicitações, essas autorizações pra fazer as manutenções que elas eram negadas pela área comercial. Isso é verdade?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, eu tenho informação que isso ocorreu uma única vez, lá no aeroporto de São José, em que o aeroporto que não tem realmente, não tem nenhuma expressão, como é na área comercial. Isso foi negado. A informação que eu tenho foi negado lá em São Paulo uma única vez.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve diminuição da quantidade de acesso ao sistema pelos empregados da INFRAERO depois que o Fernando Brendaglia saiu do cargo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Desculpa, Senador, eu não entendi.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os empregados eles acessavam o sistema. Depois que o Fernando Brendaglia saiu, houve diminuição desse acesso? Houve uma restrição ou não?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não senhor, Senador. Restrição nenhuma. Até porque tinha a senha disponível.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Alguma licença ou senha foi cancelada?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Que eu saiba, que eu tenho conhecimento, foram canceladas algumas senhas da equipe que trabalhava na parte de gestão anterior. Mas isso, Senador, não vai passar de quatro ou cinco senhas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E por que é que elas foram canceladas?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Porque se mudou a gestão. E o seguinte, é o tipo de senha que aquelas pessoas que faziam a própria gestão antes, anteriormente, se dava acesso a muita informação. Então quando se trocou, se deu outras senhas para aquelas pessoas que estavam assumindo e se cancelou aquelas senhas para aquelas pessoas que estavam saindo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A FS3 durante o contrato ela deixou de cumprir alguma obrigação? Ela descumpriu alguma cláusula?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu não tenho essa informação não, senhor. Durante a minha gestão, o tempo que eu fiquei lá, não senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nesse período que V.S^a. esteve lá houve intenção da Diretoria Comercial de prorrogar o contrato com a FS3 ou de acabar com esse contrato?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, houve uma intenção muito grande, muito forte em que nós pudéssemos então renovar isso daí. Renovar esse contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E por que é que não foi feito?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não foi feito pelo seguinte, a nossa proposta é uma proposta que eu

entendo justa. Até digo assim, em termos de valores. Eu entendo que era uma proposta justa. E a empresa FS3 queria, quando o contrato estava para vencer, a proposta dele era de mais 25 milhões de reais para que a gente pudesse renovar esse contrato. Nós achávamos, entendíamos que esse valor não poderia ser. Até pelo seguinte...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – 25 milhões?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Eu tenho essa proposta aqui. Até porque, Senador, essa proposta que a empresa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quanto que vocês propuseram?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Um milhão e quatrocentos reais/ano. A proposta deles era de 25 milhões. A proposta deles, Senador...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – 25 milhões ano?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Era 8,5 milhões/ano um contrato de... três anos. Dentro desse contrato ou dentro dessa proposta deles se previa novamente o pagamento de bônus, que já havia na própria... O ofício que nós recebemos em setembro do Ministério Público Federal, aonde se pedia que a INFRAERO dizendo que não iria pagar esse bônus, não poderia se pagar, e dentro dessa proposta também de 25 milhões eles queriam que todas aquelas licenças que já haviam sido pagas em dezembro de 2003 fossem pagas outra vez.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então a renovação não aconteceu porque eles queriam mais 25 milhões.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Eu tenho esses documentos aqui, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – é aquele documento de janeiro? É o mesmo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: É.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Dia 2 de fevereiro?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O despacho que o senhor deu no dia 28 de dezembro dizia que uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de comprovação da efetiva prestação de serviço.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por sua vez, a carta do Sr. Tércio Ivan de Barros, carta formal 18641 registra a necessidade

de promover a revisão do contrato. Houve divergências de opinião entre o senhor e o Sr. Tércio?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não senhor. Não houve não senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A intenção era renovar.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Enquanto não se renovava, suspendeu.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso aconteceu por falta de...

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Falta de negociação, mesmo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Diferença de preço.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Muito grande. E de conceito, Senador, já que eles queriam que a INFRAERO pagasse novamente bônus e novas licenças.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. recebeu alguma ordem ou orientação de algum superior hierárquico para suspender o contrato com a FS3?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nem o Sr. Tércio falou “vamos suspender isso”?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Não, senhor. O que eu recebi foi um parecer técnico a nossa jurídica é que forneceu isso daí.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Alguma vantagem de alguém foi oferecida ao senhor para suspender esse contrato?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor. Absolutamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Depois que o contrato foi suspenso voltou-se a operar o sistema antigo com prevalência dos clientes da ABMA?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Se voltou a operar até hoje com esse sistema antigo aberto a todas as empresas que têm interesse em fazer esse tipo de propaganda em nossos aeroportos. Hoje se não me engano são 76 empresas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou em depoimento a essa CPI que apresentou proposta para renovar o contrato. O valor da proposta é essa?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – 25 milhões?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Foi analisada... Essa proposta recebeu uma análise técnica e um estudo de viabilidade econômico-financeira? Foi feito?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu encaminhei essa proposta, eu tenho esses documentos aqui encaminhando.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor mandou para as áreas competentes. E as áreas competentes recomendaram que não fizesse a renovação.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, não é que não fizesse. A área de informática pediu que se obtivesse outras informações. Encaminhei para a empresa, eu tenho essa carta aqui, FS3, se pedindo que ela me desse essas outras informações, mas ela não deu não. Eu acho que eles sabiam que nós estávamos... Que nós iríamos embora. Sair dali em março. Então, não houve resposta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. E a área jurídica?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: A área jurídica deu sim um parecer que foi então recebido lá na empresa em 31 de março de 2006 e eu não estava mais lá não, Senador. O número desse despacho é o despacho 110. Ele é de 31 de março de 2006.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Fernando Brendaglia declarou à CPI que em caso de renovação do contrato a INFRAERO não teria gasto com aquisição de licença, mas apenas com a manutenção. V.S^a. confirma isso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, veja bem. A proposta que eu tenho aqui que a empresa INFRAERO recebeu lá da FS3 se prevê novo pagamento referente às licenças.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Então, não se... Cobrava-se de novo a licença.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Cobrava de novo. A proposta que foi apresentada, sim senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. acha que a ausência da continuidade desse contrato causou prejuízo à INFRAERO? Era melhor que tivesse continuado? Ou o preço... Com esse preço não dava?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, eu acho que era melhor...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O sistema informatizados era melhor do que o sistema convencional?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Eu acho que esse sistema, ou outro sistema que possa hoje se possibilitar à INFRAERO verificar espaços através de computador no Brasil inteiro e para os próprios anunciantes, eu acho muito bom. O que eu acho que não dá é justamente é o preço de 25 milhões ou 26 milhões. Eu acho que isso seria uma coisa justa e aceitável, sei lá, a própria ferramenta de gestão, ela não pode custar mais de que 4 a 5% do que o sistema fatura. 35 milhões hoje de faturamento? Então não pode ter alguma coisa que custe mais que um milhão e duzentos um milhão e meio. Em nível de ferramenta.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Com esse preço dava para desenvolver um sistema semelhante? Dava para se comprar no mercado um sistema semelhante?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha Senador, eu tenho certeza disso. Tenho certeza que hoje com um valor até inferior do que isso se consegue desenvolver. Organicamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A INFRAERO tinha capacidade para desenvolver esse sistema?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, a informação que eu tenho, que eu ouvi nos próprios depoimentos lá na CPI, à época que foi feito esse contrato, não. Mas, hoje, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas poderia se fazer uma licitação internacional? Havia outros aeroportos que tinham softwares próprios ou era só esse sistema que existia no mundo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu sinceramente eu não conheço outro aeroporto que tenha esse sistema e nem o programa que seja igual. Não posso porque realmente não conheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas não se justifica esses milhões de reais pagos? Não tinha outro. Ou tinha outro?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, eu não sei, Senador. Sinceramente eu não estava lá na...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Não estou dizendo a época. Se V.S.^a. entende que se fosse feita uma licitação internacional, por exemplo, que outros poderiam aparecer com preço melhor?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não sei. Não posso informar. Honestamente eu não sei. Porque eu não conheço o sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Então como é que V.S.^a. estima em um milhão e duzentos se não existe outro sistema?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, veja bem uma coisa. O que eu falei para o senhor é o seguinte, para que se tenha alguma ferramenta de gestão de alguma coisa, o que é hoje justo é de 4 a 5% é do que aquilo hoje está faturando.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Isso em qualquer situação.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Na situação que eu entendo que é uma situação justa de gestão. O senhor tem um faturamento hoje de 30 a 35 milhões, vai precisar de 4 a 5% de gestão. Ora, o senhor tem alguma coisa que custa 80% do que se fatura, eu acho que não é...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Essa empresa ela foi constituída para trabalhar? Ou ela já existia antes? A FS3 foi constituída para trabalhar com a INFRAERO ou já existia antes?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, pelo que eu ouvi lá na CGU, sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Essa empresa era do Fernando Brendaglia?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não tenho essa informação, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Corria notícia?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Eu nunca ouvi falar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Do Carlos Wilson...

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Nunca ouvi falar, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S.^a. teve conhecimento de outras empresas que a FS3 tenha contratado?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor. Inclusive, ele falou lá na CGU, o próprio Ettore que ele não tinha outra empresa. Ele não tinha contratado com outra empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Se fosse com V.S.^a., V.S.^a. tinha exigido um projeto básico com a definição do serviço que deveriam ser executados e estudo de viabilidade econômico-financeira?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – A Superintendência de Tecnologia se fosse com V.S.^a., ela teria opinado sobre a possibilidade de desenvolvimento de programa semelhante e a

viabilidade técnica e econômica do Advantage V2 e a hospedagem desses dados na própria INFRAERO?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, Sr. Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso é usual. Quando se faz isso tem que pedir. E isso não foi feito?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Com relação ao início da implantação eu não tenho informação. Quando eu recebi a proposta dele no mês de janeiro eu encaminhei área de informática para que se fosse tomadas todas essas providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: No começo do contrato, não senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A área comercial costuma fazer cotação de preço? Vamos comprar isso e tal, vamos ver onde é mais barato...

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, vou falar para o senhor. A área comercial da empresa é uma área voltada a ganhar dinheiro. Não a gastar dinheiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas alguém na INFRAERO faz cotação de preços?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Faz. Se faz. Embora na área comercial o volume de compras ele realmente é muito pequeno. Se compra muito pouco.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Os itens adquiridos foram exorbitantes para os 65 aeroportos? Ou seja, esse número de licenças, 416 licenças para 65 aeroportos. Algumas licenças parece que não foram nem utilizadas.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Realmente não foram não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Então se comprou além do que se precisava?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não sei se foi além. Eu sei que elas não foram utilizadas, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S.^a teve conhecimento que o contrato foi celebrado sem que se comprovasse algumas coisas? Por exemplo, que a MEDIA PLUS UK era criadora e licenciadora do software Advantage V2.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não. Não tenho essa informação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essas comprovações não era nem da área do senhor, mas é comum, por exemplo, se exigir a prova. O sujeito aparece lá, quero vender isso. O

senhor tem que me provar. Vou comprar, mas tem que provar que é dono. Isso existe? É praxe?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Exclusividade, documento, se a pessoa fala que é dona da empresa, se ela é dona mesmo... Se a empresa internacional se ela é registrada no País... Isso é comum se fazer essa averiguação?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: É comum.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E essa averiguação não foi feita pelo que o senhor tem conhecimento.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Pelo que eu ouvi em alguns depoimentos, algumas coisas talvez não foi tomado aquele cuidado necessário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Sr. Ettore Casoria afirmou aqui na CPI que os dados não ficaram instalados na INFRAERO por solicitação da própria INFRAERO. É verdade isso? Essa hospedagem não aconteceu por conta da INFRAERO?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, como eu estava falando para o senhor lá no começo, a auditoria da empresa e uma das razões que houve a troca lá de pessoal era de que a auditoria se pedia se cobrava que recebesse aquele sistema. Quando nós entramos lá quando eu cheguei lá em outubro, uma das coisas que nós então fizemos foi se pedir a área própria de informática que recebesse isso daí, esse sistema. Eu tenho inclusive um documento sobre isso que é uma resposta que a área de informática nos deu, nos encaminhou. E eu soube que a INFRAERO ficou pronta para que ela pudesse receber esse sistema em março de 2006, Senador. Mas isso era uma coisa que eu achava lógico. Uma coisa que o senhor compra e depois passado 20 meses não ter recebido ainda.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E não recebeu até hoje, né?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não senhor. Não recebeu até hoje.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em depoimento à CPI a Sr.^a Mariângela Russo declarou que poderia ter sido feito backup dos dados do sistema pela INFRAERO. Mas nenhum funcionário tomou essa providência. V.S.^a confirma essa informação?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Senador, veja uma coisa, o acesso que os empregados da INFRAERO tinham ao sistema não era possível se fazer um backup dele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Não era possível fazer um backup? Por quê?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Porque o próprio sistema ficava fora. Hospedado lá em Londres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Então o que a Sr^a. Mariângela Russo disse aqui não é verdade?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Foram adquiridas 416 licenças de usuários ao preço de 9 mil 500 reais cada uma. Todas elas foram utilizadas?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não, senhor. Acho que não chegou a ser utilizado 50%.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – E hoje? A INFRAERO se quiser utilizar essa licença pode utilizar? Ela pagou.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Ela pagou. Olha, Senador, eu entendo que sim. Eu entendo que a INFRAERO tem esse sistema. Entendo que ela comprou isso daí. É um direito dela. Só não está disponível.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – A Sr^a. Márcia Chaves fez um despacho dizendo que quando acabasse o contrato que esse sistema era da INFRAERO.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Existe esse despacho?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Existe o documento e a entrada até do próprio programa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Mas a FS3 não entregou e a INFRAERO não cobrou.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Mas isso não foi entregue, não senhor, até hoje.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Se a FS3 descumprisse as obrigações contratuais com aquele valor de 26 milhões de reais, como é que a INFRAERO faria para executar essa inadimplência? Que garantia que apresentou a FS3?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Bem, existia uma caução, um seguro garantia que foi retido, inclusive, quando nós fizemos a suspensão...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Qual valor?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Eu sinceramente eu não me lembro.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Foi retido ou foi devolvido?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Quando nós estávamos lá, a suspensão do contrato aconteceu retemos a carta de garantia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Quem foi que devolveu?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Ela foi devolvida depois na gestão do Dr. Wellington Moura.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Ficou então completamente sem garantia.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Ficou depois.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – As empresas concessionárias pressionaram para voltar o sistema antigo? Para romper o contrato com a FS3?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu não recebi nenhum tipo de pressão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Os associados da ABMA eram contrários à implantação do Advantage V2?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, pelas informações que eu tive durante a própria CGU, sim. Eu não vi nenhuma manifestação sobre isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – O Sr. José de Oliveira sobrinho esteve falando com o senhor a respeito disso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Ele esteve lá na sede uma vez, aqui na sede da empresa uma vez numa reunião aqui no sexto andar onde estavam presentes diversas pessoas. Mas não era para que se pusesse um fim. Era para que tirasse, sei lá, algumas dúvidas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Ele é amigo do senhor?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, não é amigo. Mas eu o conheço bem.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Há quanto tempo?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Conheço praticamente 25 anos. Profissionalmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTOR-RES (DEM-GO) – Se relacionam, se freqüentam...

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Eu o conheci na empresa... Não, senhor. Não tenho nenhum relacionamento com ele além de nossos escritórios lá na empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Poderia perguntar quais eram essas dúvidas que se tiraram nessa reunião? Quais eram as dúvidas que ele levantou?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Sim, senhor. Nessas reuniões eram dúvidas de acesso, dúvida de contratação... Porque Senador, veja bem uma coisa, embora se tivesse um sistema que se dizia que era de... De venda, a forma de contratação era exatamente igual. Alguém escolhia um ponto no sistema, tinha que vir ao nosso escritório na INFRAERO e apresentar toda a documentação fiscal do... Então tinha dúvidas com relação a isso, a contratação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas ainda depois de dois anos quase do sistema ele ainda tinha dúvida?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, o sistema... Esse contrato começou no final de 2003, mas ele entrou em operação na INFRAERO só em maio de 2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O pagamento foi feito anterior?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Foi feito muito pagamento anterior a isso. Sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Relatório da auditoria interna da INFRAERO dizia que haveria em 2005 estimativa, um aumento de 39% da receita da mídia aeroportuária. No entanto, esse aumento ficou em 5%. V.S^a. confirma isso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, eu digo para o senhor o seguinte, se o senhor pegar o índice inflacionário que nós tivemos no ano de 2005, a receita não chegou a crescer 4%. Então o senhor tem uma receita que cresce 4%, inflação de cinco, a receita até diminuiu.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que houve esse erro?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Não sei. Erro que o senhor fala em função de quê?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – A estimativa era 39%. V.S^a. está dizendo que foi 4%, mas jogar a inflação que na realidade diminuiu. O que justifica isso? O sistema então deu um prejuízo geral na implantação, na estimativa de receita... é isso?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, vou falar para o senhor. Eu entendo que no tempo que esse sistema ficou operando entre 2004, 2005, operando que eu digo iniciou o próprio contrato, iniciou o sistema e a receita da INFRAERO... E o que se foi gasto eu entendo que a INFRAERO perdeu muito dinheiro sim, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E que era melhor ter renovado então porque o sistema começaria, poderia dar frutos a partir daí.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Senador, como eu falei para o senhor. Eu entendo que à época isso aí tem... Isso foi no final de 2005, a proposta nessa era essa. Renovar isso daí, renovar esse contrato e o preço que se fosse justo para que a INFRAERO pudesse usar aquelas informações todas do sistema que ela tivesse pago.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O que não dava era para renovar por um preço de 25 milhões, né?

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: O que não dava era para renovar realmente por um preço de 25 milhões. E eu acho ainda, Senador, que se a INFRAERO pudesse hoje, a INFRAERO deve fazer isso hoje. Ir atrás disso, se pegar esse sistema ao preço justo eu razoável e pôr ele no ar. Porque para INFRAERO isso aí hoje, o que se tem lá de informação, de fotos, de todos os pontos dos aeroportos e tal, é interessante sim senhor. É uma maneira de você tornar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É propriedade da INFRAERO.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: É propriedade, sim, senhor. Embora ela não tenha recebido ainda, Senador. Mas consta no contrato...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Olha, Senador, que eu saiba não.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Ok. Pra mim está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O senhor tem alguma coisa a mais pra acrescentar.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Por favor. Se tiver mais alguma coisa que o senhor acha que deva acrescentar esteja à vontade.

SR. ROBERTO SPINELLI JÚNIOR: Aqui os relatórios que eu falei sobre... O Senador perguntou pra mim sobre a mudança do pessoal. A gestão lá e fiscalização.

(pronunciamentos fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ele seleciona depois. Ele vai com o senhor lá e...

Solicito a presença do Sr. Adenauher Figueira Nunes. Ele está aí? (pronunciamento fora do microfone). Por favor, esteja à vontade.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, meu nome é Adenauher Figueira Nunes, sou funcionário de carreira da INFRAERO há quase 34 anos, e assumi o cargo de Diretor-Financeiro em 30 de janeiro de 2003, onde me

mantive nas funções até 11 de janeiro de 2007. Atualmente encontro-me afastado das funções em função desses procedimentos administrativos a que venho respondendo junto à CGU.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a participação de V.S^a. na celebração do contrato com a FS3?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Por uma deliberação da Diretoria Executiva, Senador, fui designado também em função de uma exigência estatutária para assinar o contrato em conjunto com o Diretor proponente no caso o Diretor Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem era?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Dr. Fernando Brendaglia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E na execução do referido contrato, V.S^a. tinha alguma participação?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Nenhuma, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Durante a execução do contrato a FS3 descumpriu alguma obrigação?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu desconheço. Não tive nenhuma participação na gestão, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. verificou se os pagamentos à FS3 foram realizados corretamente?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – De acordo com as normas da INFRAERO, cabe ao gestor a autorização para a liberação dos pagamentos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem era o gestor?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – No caso as pessoas designadas na Diretoria Comercial por força de atos administrativos específicos. No caso um fiscal e um gestor que eu desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Poderia denominá-los?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu desconheço quem eram os gestores, o gestor e o fiscal na área comercial. Como estou lhe falando eu não tinha participação na gestão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Já chegava pronto para V.S^a. fazer o pagamento e atestado.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – O processo todo iniciado pelo fiscal, pelo gestor e chega na tesouraria para que fosse feito o pagamento. E isso tudo via sistema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Algum pagamento em duplicidade foi verificado por V.S^a.?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Desconheço, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Algum pagamento sem a realização efetiva de serviço foi...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Desconheço também, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No período que o Sr. Tércio Ivan de Barros estava à frente da Diretoria Comercial, alguma nota fiscal emitida pela FS3 foi contestada pela INFRAERO?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Senador, o que eu conheço é que chegou ao meu conhecimento através da minha equipe, meu Superintendente de Finanças...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual o nome dele?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Sr. José Lino Araújo. Que havia uma solicitação para pagamento de bônus. E me informaram que pelos nossos cálculos, os nossos registros, não havia justificativa para pagar tal bônus, pois não se comprovou, não ficou demonstrado incremento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Aqui se disse que em torno de uma centena de notas não foram pagas, contestadas por não realização do serviço, duplicidade... V.S^a. confirma isso?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Isso se dava no âmbito da própria área comercial onde se dava a gestão realmente desse contrato, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – As notas que chegavam ao senhor para pagar já tinham... Passavam por esses setores?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Já passavam pelo crivo do fiscal do contrato, do gestor do contrato...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O senhor era o pagador.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – A Tesouraria, uma gerência vinculada à Diretoria Financeira, no caso a Gerência de Gestão Financeira e Tesouraria, é que efetuava esse pagamento. E esse pagamento se dava em geral em até 48 horas após a chegada da solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O senhor não tinha que autorizar.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor ficou até quando?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Até janeiro de 2007, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Houve intenção da Diretoria Comercial da INFRAERO em prorrogar o contrato com a FS3?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Foi proposto, sim. A proposta a essa prorrogação. Tive conhecimento de que o termo aditivo estava sendo negociado pelo Dr. Tércio, como Diretor Comercial, e posteriormente chegou também ao meu conhecimento um termo aditivo com a exclusão da cláusula de bônus. Inclusive, solicitaram que eu assinasse esse termo aditivo com a retirada do bônus.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – No valor de quanto o contrato?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu não me lembro, Senador. Esse termo aditivo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem solicitou foi o Dr. Tércio.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não. O Dr. Wellington Moura. Então falei: “Olha, vou conversar com o Presidente porque eu não tenho nenhuma responsabilidade formal ou material com aquisição desse software”.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. assinou o primeiro sem qualquer contestação.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Porque fui designado pela Diretoria Executiva. Então conversei com o Presidente...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – E nesse caso V.S^a. exigiu novamente que fosse designado.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não. Aí eu conversei com o Presidente, ponderei com ele. “Olha, Presidente, esse é um assunto exclusivo da área comercial que tem o Diretor, tem o Superintendente... Agora, para vir de novo para que eu assine... Outra coisa, eu estou carregado aqui de coisas que eu tenho assinado por deliberação da Diretoria – até porque eu era um dos diretores que mais permanecia na Casa – Então eu sugiro ao senhor, a substituição do meu nome até pelo próprio Superintendente da Área Comercial. Como é um termo aditivo, que se leve à reunião da Diretoria Executiva que seja designado para assinar com o Diretor ou Superintendente”.

Bem, o Presidente, nessa ocasião estava presente o Diretor Comercial, Dr. Wellington Moura, e também o auditor. Brigadeiro J. Carlos então determinou ao auditor que fosse feita uma perícia técnica no contrato.

Então, isso é o que realmente aconteceu em relação a esse último termo aditivo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Muito bem. Então o primeiro V.S^a. foi designado e assinou.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – O instrumento original.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Isso. E o segundo V.S^a. não quis assinar e sugeriu que fosse outro.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Excelência, não é bem assim. Eu ponderei com o Presidente para que eu fosse substituído, até por se tratar de um assunto exclusivamente da alçada da Diretoria Comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas também o primeiro era, não?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Era, mas acontece que o primeiro eu fui designado pela Diretoria em situações diferentes. Foi levado— (interrupção no áudio)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Som lá.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – A diferença que quando foi proposto o tema...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Houve imposição do Presidente para que o senhor assinasse?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Em absoluto. Em primeiro caso, não senhor. No caso a escolha era aleatória.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas se era fora da sua área...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Sim. Mas era aleatória. É que contratos que obriguem a empresa estatutariamente a uma exigência estatutária que seja assinado pelo Presidente e pelo Diretor proponente ou por quem o Presidente indicar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Esse contrato foi assinado pelo Sr. Carlos Wilson juntamente com...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não senhor. Foi assinado pelo Dr. Fernando Brendaglia e por mim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas por quê? O Presidente é obrigado a assinar?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não senhor. Mas ele pode também delegar. Existia à época um

ato administrativo em que nesses casos poderiam ser designados pela Diretoria Executiva dois diretores para assinar o contrato. E foi o que aconteceu. Designado o próprio Diretor proponente e mais outro Diretor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Qual a razão do Presidente não querer assinar o ato?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Desconheço, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. assinou vários outros contratos nessa situação?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu não diria vários. Assinei dois ou três nessa situação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Quais outros?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Teve um de publicidade que eu assinei.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Com qual empresa?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Acho que foi na NEW LARA(F), se não me engano. E teve outro contrato também que eu me lembre e teve mais outro contrato. Agora, o que eu gostaria de aduzir é que outros diretores também assinaram nessa mesma situação contratos que não diziam respeito às suas áreas de atuação.

Então, essa escolha era uma escolha aleatória. No momento então em que era feita a exposição do assunto...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O Sr. Wellington então quis prorrogar menos o bônus. Ou seja, 20 milhões de reais.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Ele estava sendo negociado, na verdade ele retomou as negociações que já vinham da época do Dr. Tércio, com relação a prorrogação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – Mas qual valor? Essa do Dr. Tércio era um milhão e quatrocentos por mês.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu desconheço porque eu não tive realmente participação. Então eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Essas coisas a Diretoria não sabia de nada? Só quem fazia o negócio. Era sigiloso?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não é, Senador. É que é uma Diretoria Executiva. Então o assunto realmente fica circunscrito à própria Diretoria. Por isso que eu digo, formal e materialmente em todos os seus aspectos técnicos, financeiro e tudo que pertine a esse assunto, é de responsabilidade da área proponente. No caso a área comercial.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. ingressou nos quadros da INFRAERO em fevereiro de 74.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – O cargo de Diretor-Financeiro da INFRAERO foi ocupado a partir de 30 de janeiro de 2003.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. adquiriu o imóvel situado na SQN 311, Ed. Ari Cunha, unidade 104. Correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. iniciou o pagamento do imóvel em 2002 e o quitou em 2006. Correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. despendeu a quantia de 783 mil reais nesses quatro anos para a compra do imóvel. Correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. efetuou diversos pagamentos em espécie para a aquisição do imóvel enquanto Diretor da INFRAERO. 187 mil, 849 reais e 20 centavos.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. era sócio das empresas BARC(F) MUSIC e BARC(F) TURISMO. Correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. saiu da sociedade em 2001 correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Final de 2001, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. acertou com seu sócio, o Sr. Luis Gustavo Andrade, que receberia 360 mil reais pela participação na BARC(F) MUSIC e 40 mil na BARC(F) TURISMO.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Valores principais fora atualização, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM-GO) – V.S^a. acertou com seu sócio que os

pagamentos ocorreriam na medida em que ele viabilizasse a entrada de recursos na empresas, correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. saberia nos dizer se houve alguma outra fonte de recursos que o seu sócio utilizou para pagá-lo?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Alienação de ativos de propriedade dele, titularidade dele.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. teria algum comprovante dessas operações?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Todos os documentos concretos, as provas concretas que estiveram ao meu alcance, me foi possível levantar, eu entreguei à CGU. Que comprovam de forma robusta o suporte financeiro do meu ex-sócio para fazer esses repasses financeiros efetivados, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. afirmou que os pagamentos ocorreram entre os anos 2001 e 2005 e foram sempre em espécie, correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. afirmou que esses valores não transitaram em suas contas correntes.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. afirmou que não detém nenhum recibo que comprove tais pagamentos.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Na verdade, a minha relação jurídica com o meu ex-sócio ela sempre se pautou em bases estritamente fiduciárias. Realmente há uma mútua recíproca confiança entre nós. O que me levou inclusive a aportar os meus dois imóveis, o único patrimônio que eu possuía à época para servir de garantia ao financiamento obtido para viabilizar esse negócio.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nem a existência de notas promissórias V.S^a....

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Os pagamentos eram feitos através de uma espécie de planilha que ficava... Que ficou com o meu ex-sócio. Era assim que eram feitos esses pagamentos. E o controle também, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Na INFRAERO os pagamentos eram feitos segundo a lei.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu não entendi, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Na INFRAERO os pagamentos eram feitos em espécie... Eram feitos de acordo com a lei.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Seguindo a legislação própria, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Sem esses comprovantes V.S^a. teria condições de realizar a compra do imóvel?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Sem esses pagamentos, sem esses rendimentos adicionais ficaria mais difícil para realizar. Poderia realizá-lo em forma de financiamento mais dilatado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Nos autos que nós tivemos acesso V.S^a. tem consciência de que o seu ex-sócio, pelas contas, ele não reunia condições financeiras para efetuar os pagamentos pela compra de suas participações nas empresas?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Senador, pelos documentos que levantei, me foi possível as provas concretas me foi possível levantar e que entreguei na CGU, mostra o contrário. Outra coisa, a empresa BARC(F) TURISMO, uma empresa que teve uma movimentação expressiva no período não foi considerada nessa, creio eu, nessa análise para a formação desse convencimento pessoal dos agentes públicos, senhor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. omitiu inicialmente em suas declarações de renda as vendas de suas participações nas empresas. Correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Senador, eu peço vênica a V.Ex^a. para substituir o omitiu por postergar. Na verdade houve uma postergação. Até porque os pagamentos não se deram de um só jato, instantaneamente. Mas ocorreram de forma diferida ao longo de mais de quatro anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mas V.S^a. retificou sua declaração em 4 de setembro de 2006.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – E depois também para incluir os valores referente à atualização, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Em 31 de janeiro de 2007.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Por que é que V.S^a. não declarou e ficou declarando... Teve que fazer as retificações?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Na verdade, a declaração foi feita inclusive pelo contador, os valores foram passados pelo meu ex-sócio, e ele passou o valor de 400 mil. O valor principal. Na verdade passou um valor até menos. Trezentos e poucos mil. 320 poucos mil se não me engano. Depois quando tomei conhecimento de que havia faltado então a parte relacionado à atualização, solicitei que fosse feito então o complemento.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. omitiu deliberadamente nas declarações de Imposto de Renda entregues à INFRAERO para fins de comprovação de bens os valores supostamente recebidos dos seus sócios.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Excelência, volto a afirmar. Não houve omissão, houve uma postergação até porque esses pagamentos não ocorreram de forma instantânea, de um só jato, mas diferidos ao longo de mais de quatro anos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi indiciado pela Controladoria-Geral da União?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Nesse caso, por variação patrimonial, sim. E já apresentei a minha defesa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. pode deixar uma cópia conosco?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu trouxe e solicitaria então...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a., eu perguntaria, a Controladoria-Geral da União instaurou outro processo de sindicância... A Controladoria-Geral da União instaurou outro processo de sindicância Portaria nº. 150 de 23 de janeiro de 2007 para apurar supostas irregularidades em procedimentos de indicação feitos por V.S^a. de seguradoras e corretoras para atuarem junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB, em contratos os quais a INFRAERO figura como interessada. Isso é verdadeiro?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Na verdade foram apenas corretoras, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Poderia detalhar um pouquinho essa parte do seguro?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Eu gostaria, Senador. Essa problemática de seguros é algo que já vinha se arrastando há muito tempo na empresa, após os atentados terroristas perpetrados contra a soberania dos Estados Unidos, as nossas apólices de seguro tiveram um aumento vertiginoso. Isso é comprovado por correspondências da INFRAERO desde 2001, inclusive eu trouxe aqui, pretendo juntamente com a peça de defesa fazer entregue a esta Comissão, em que é mostrada a insatisfação, diria até mesmo a irresignação da Diretoria diante desses aumentos vertiginosos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Deixa eu perguntar a V.S^a.. Esse processo de sindicância teve por motivação outra sindicância investigativa instaurada no IRB, cujo Relatório final concluiu entre outros pontos pela existência de indícios de favorecimentos irregulares na indicação de corretoras de resseguros por parte de V.S^a.. Isso é correto?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Não é correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O Relatório...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – O Relatório sim. Mas eu diria que não houve atentado algum aos princípios da motivação da impessoalidade, do interesse público. Nem favorecimento a quaisquer empresas. Houve sim...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essas corretoras seriam a ASSURÊ ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM LTDA? E a AON HOLDINGS CORRETORES DE SEGURO LTDA?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Qual a participação de V.S^a. no procedimento de indicação dessas corretoras?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Pois não. Como afirmei anteriormente, houve sim uma rígida observância às normas, em especial o princípio da eficiência. Em meados de 2003, diria creio que em maio, eu devidamente designado pela Diretoria Executiva eu tenho inclusive cópia das atas das reuniões...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia juntar? V.S^a. também já depôs lá na Controladoria-Geral da União esse...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Correto, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Poderia também juntar a cópia desse depoimento?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Em seguida farei isso aí, Senador. Mas se me permitir, eu gostaria rapidamente explicar. Então compareci devidamente autorizado pela Diretoria Executiva ao IRB, e isso investido das minhas atribuições estatutárias, porque parte de seguros...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Quem fazia parte da Diretoria? V.S^a. poderia repetir? O Sr. Carlos Wilson...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – O Sr. Carlos Wilson, o Dr. Ademar Sabino, inclusive numa das atas consta ele próprio fazendo a ressalva de que a minha ação teve conhecimento da Diretoria Executiva.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Fernando Brendaglia.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – O Dr. Fernando Brendaglia, o Dr. Brigadeiro Veiga, Dr. Nelson Ribeiro, se não me engano... Não. Já não era mais. Dr^a. Elisa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. foi indiciado já nesse procedimento lá?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Foi feito o indiciamento, sim. E também já apresentei a defesa que é essa que vou entregar a V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Mas se o senhor me permitir eu gostaria de explicar rapidamente o que aconteceu em relação a esse assunto IRB.

Então compareceu ao IRB acompanhado da minha equipe técnica, foi o Superintendente Financeiro meu Assessor e mais a Coordenadora de Seguros e de Importações...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – V.S^a. poderia dar os nomes do Assessor e da...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Alfredo Honório, Assessor, Joselino Araújo, Superintendente, e Luciene a coordenadora. Fomos então recebidos pelo Dr. Lídio Duarte. Apresentei a ele então toda a problemática, falei a situação em que me encontrava lá determinado que fui pela Diretoria Executiva, e a orientação recebida de que nós poderíamos ampliar o número de corretoras.

Então, na ocasião ele inclusive lembrou que a corretora de seguros, uma era a EIUOL(F), já estava lá credenciada pelo próprio IRB, e a outra se não me engano é PWS ou GAI CARPER(F), uma coisa assim. Eu falei para ele, mas é justamente com essa aí que o nosso seguro só tem aumentado as nossas apólices. Ele falou: Não, vocês podem ampliar o número de corretoras. Eu disse: Bem, o que é que o senhor acha dessa EIUOL(F), a EIUOL(F) que já estava. E dessa ASSURÊ...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – O senhor disse isso para quem?

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Para o Dr. Lídio Duarte. Ele disse, olha... Elogiou ambas, disse que se tratava de corretoras com tradição, isso inclusive foi testemunhado, foi... Na CGU por essas pessoas que... esses membros dessa equipe que me acompanhou, e eu digo: Então nessa linha poderiam ser essas? Ele informou que sim, que não haveria problema nenhum. Mas ressaltou que cabia ao IRB aceitar ou não a indicação. Uma vez que competia ao IRB a nomeação de corretores de resseguros. Falei: Olha, não tenho problema nenhum. A nossa única preocupação é de reduzir o custo das apólices. Retornei a Brasília, levei o assunto a Diretoria Executiva e procedemos conforme orientado. Em relação ao IRB foi isso. Posteriormente, já em 2004, recebemos uma correspondência em que estranhamente eles lembravam que a nomeação era de competência exclusiva do IRB. De pronto, no dia 16, isso é do dia 14 essa correspondência, de pronto que chegou no dia 15, dia 16 mandamos uma correspondência pedindo então para desconsiderar. Não houve nenhuma pressão, nenhuma insistência. E em seguida

no dia 17 mandamos outra correspondência historiando todo o fato. Isso 17 de dezembro de 2004, muito antes desse assunto vir à baila. Historiando todo o fato e lembrando que o que foi feito foi feito por orientação deles e com a concordância deles. Tenho cópia, está tudo aqui, vou passar também à Comissão.

E mais estranhamente, Senador, esse assunto de... Mais estranhamente é que chegou agora com data do dia 20, do dia 24 de agosto de 2007 o IRB pedindo então para que fosse feito indicações de corretores. Quer dizer, o assunto, a prática perdura, persiste até hoje. Está aqui. Inclusive eu pedi para que fosse anexo aos autos do processo.

Então, o que aconteceu em relação ao IRB foi isso. Outra coisa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Essa documentação V.S^a. também...

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Por favor. Foi uma tenaz busca pela redução dos prêmios das apólices, e respeitando no caso das indicações tiveram mais um caráter de sugestão, porque a competência legal de nomeação é do IRB que não é delegável. Não é terceirizada. E de forma que estou respondendo, nos autos do processo constam documentos fartos mostrando tudo isso.

Não conhecia o proprietário de nenhuma dessas corretoras que foram indicadas. Não mantenho nenhuma relação com eles, de forma que era isso que eu tinha a acrescentar.

Agora, eu tenho mais aqui...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Mais o quê? Por favor.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – E tem mais, nós conseguimos, mesmo no caso de riscos operacionais, que é o seguro de bens patrimoniais, mesmo com o aumento dos valores em risco nós conseguimos interromper essa curva sempre ascendente, e inclusive com redução de valores também está aqui. Cópia das atas também estão aqui. E depoimentos do próprio IRB e que é indicado que essa prática de... Demonstrado que a prática de indicação era algo corrente realmente naquele instituto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO) – Perfeito. Agradeço a V.S^a.

SR. ADENAUHER FIGUEIRA NUNES – Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nada mais a acrescentar convocamos a reunião para às 11h de amanhã... às 14h... Com a seguinte ordem do dia. Pode dizer que vai ser ouvido amanhã? Amanhã 14h... Porque tem a Comissão de Ética amanhã. Para as 11h então para oitiva de Eleuza Lores, Marco Antônio e José Wellington. Portanto, próxima reunião amanhã às 11h.

Dou por encerrada a presente Sessão e agradeço a presença de todos.

Sessão encerrada às 18h25. – Senador **Tião Viana**, Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA 2008**

(Projeto de Lei nº 30/2007-CN)

**RECIBO E ESPELHO DE
EMENDAS À RECEITA E DE
RENÚNCIA DE RECEITAS**

COMISSÃO

Presidente: Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Relator: Deputado José Pimentel (PT/CE)

25/09/2007

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA

EMENDA À RECEITA			ORIGEM	VALOR DA ALTERAÇÃO
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA		
1	98000	Outras Receitas Eventuais	Orçamento Fiscal	285.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	1
Emendas Renúncia de Receita.....	0
Total	1

AUTOR DA EMENDA

5025 - Com. Diretora Câmara dos Deputados

Autor: _____

Chave de Segurança: 86331

P.S. A. BELINZANI

CHINAGLIA

Credenciado: _____

Lote: _____

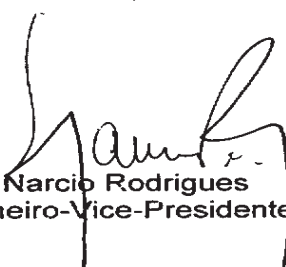
13

P. 5586

DECISÃO DA MESA

A Mesa, por seus membros abaixo assinados, decidiu aprovar, por unanimidade, proposta de emenda à receita referente ao Projeto de Lei nº 30/2007-CN - PLOA 2008, no valor de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), com o objetivo de abrigar a receita decorrente da licitação da folha de pagamento da Câmara dos Deputados, visando à construção de edificações de interesse da instituição.

Câmara dos Deputados, 24 de setembro de 2007.


Narcio Rodrigues
Primeiro-Vice-Presidente


ARLINDO CHINAGLIA
Presidente


Inocência Oliveira
Segundo-Vice-Presidente


Osmar Serraglio
Primeiro-Secretário


Ciro Nogueira
Segundo-Secretário


Waldemir Moka
Terceiro-Secretário

José Carlos Machado
Quarto-Secretário

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA**

5025 - Com. Diretora Câmara dos Deputados

EMENDA

50250001

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão Câmara dos Deputados

ESFERA

1 - Orçamento Fiscal

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro

CÓDIGO DA RECEITA 19909800 - Outras Receitas Eventuais

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)

285.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda em apreço tem por objetivo abrigar a receita decorrente da licitação da folha de pagamento da Câmara dos Deputados, visando à construção de edificações de interesse da instituição.

CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA 2008**

(Projeto de Lei nº 30/2007-CN)

**RECIBO E ESPELHO DE
EMENDAS À RECEITA E DE
RENÚNCIA DE RECEITAS**

INDIVIDUAL

Presidente: Senador José Maranhão (PMDB/PB)

Relator: Deputado José Pimentel (PT/CE)

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA				
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	IPI - Outros	Orçamento Fiscal	144.189.315

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	1
Total	1

AUTOR DA EMENDA

3534 - Armando Monteiro

Autor: _____

Chave de Segurança: 45001

Credenciado: _____

Lote: 10

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3534 - Armando Monteiro****EMENDA****35340001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOUREIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11130109 - IPI - Outros****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****144.189.315****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Câmara dos Deputados****TIPO: PL****NÚMERO: 1810/2003****AUTOR: Rogério Silva****Despesa****LOCALIDADE BENEFICIADA****Nacional - NA****ESFERA ORÇAMENTÁRIA****Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA****Presidência da República****DETALHAMENTO DA DESPESA****04.128.1004.4572.0001****Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação****Nacional****ESPECIFICAÇÃO DA META****Servidor capacitado (unidade)****QUANTIDADE****3.300****JUSTIFICATIVA**

Essa emenda de renúncia de receita mostra-se necessária para tornar orçamentaria e financeiramente compatível e adequado o Projeto de Lei 1810, de 2003, da Câmara dos Deputados, que propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição, pelos Municípios, de ambulâncias, caminhões-caçamba, coletores de lixo e as máquinas ou equipamentos de terraplanagem, cuja renúncia dele decorrente foi estimada em R\$ 144.189.315, pela Receita Federal do Brasil/MF, nos termos da Nota COPAN 29/2005, encaminhada à Presidência da Comissão de Finanças e Tributação da CD pelo Ofício SRF/Gabin 638, de 13 abril de 2005, do Sr. Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil/MF.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA À RECEITA			
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM
			VALOR DA ALTERAÇÃO
1	98000	CSLL	Orçamento da Seguridade Social
2	98000	Pessoa Física	Orçamento Fiscal
3	98000	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Orçamento Fiscal
4	98000	Retido nas Fontes-Outros Rend.	Orçamento Fiscal
5	98000	CMF	Orçamento da Seguridade Social

	Quantidade
Emendas Receita	5
Emendas Renúncia de Receita	0
Total	5

AUTORDA EMENDA

1967 - Eduardo Sciarra

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 89943

Lote:

8

150464

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA

AUTOR DA EMENDA

1967 - Eduardo Sciarra

EMENDA

19670001

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

ESFERA

2 - Orçamento da Seguridade Social

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro

CÓDIGO DA RECEITA 12103801 - CSLL

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)

4.800.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido no valor aproximado de 4 bilhões. Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 20 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5%, a reestimativa, para 2008 será de R\$ 37,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 4 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA

AUTOR DA EMENDA

1967 - Eduardo Sciarra

EMENDA

19670002

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

ESFERA

1 - Orçamento Fiscal

ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro

CÓDIGO DA RECEITA 11120410 - Pessoa Física

TIPO DE ALTERAÇÃO

Acréscimo

VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)

2.800.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda de pessoa física no valor aproximado de R\$ 2,8 bilhões. Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 8,0 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5%, a reestimativa, para 2008 será de R\$ 15,0 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,8 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1967 - Eduardo Sciarra		19670003
MODALIDADE DA EMENDA	ESFERA	
Deputado Federal	1 - Orçamento Fiscal	
ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	98000 - Rec. Tesouro	
CÓDIGO DA RECEITA	11120421 - Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	
TIPO DE ALTERAÇÃO	VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)	
Acréscimo		6.200.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda de pessoa jurídica no valor aproximado de R\$ 6,2 bilhões . Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 40,7 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5% , a reestimativa, para 2008 será de R\$ 76,2 bilhões, com acréscimo de R\$ 6,2 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA
1967 - Eduardo Sciarra		19670004
MODALIDADE DA EMENDA	ESFERA	
Deputado Federal	1 - Orçamento Fiscal	
ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	98000 - Rec. Tesouro	
CÓDIGO DA RECEITA	11120434 - Retido nas Fontes-Outros Rend.	
TIPO DE ALTERAÇÃO	VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)	
Acréscimo		3.450.000.000

JUSTIFICATIVA

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda retido na fonte no valor aproximado de R\$ 3,4 bilhões . Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 41,5 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5% , a reestimativa, para 2008 será de R\$ 77,7 bilhões, com acréscimo de R\$ 3,4 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****1967 - Eduardo Sciarra****EMENDA****19670005****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****2 - Orçamento da Seguridade Social****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12101301 - CPMF****TIPO DE ALTERAÇÃO****Decréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****38.898.789.155****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa estabelecer redução de receita decorrente da extinção da CPMF, a partir de 31/12/2007. Nesse contexto, propõe-se a indicação de fontes alternativas para compensar os atuais recursos provenientes da arrecadação da CPMF.

A seguir, enumeram-se as fontes alternativas de receitas orçamentárias sugeridas conforme artº 100, LDO 2008, para compensar a perda de receita decorrente da extinção da CPMF, para o ano de 2008: a) Cancelamento de despesas de custeio, R\$ 4,6 bilhões; b) Cancelamento proporcional em 2008 de despesas de capital, R\$ 7,8 bilhões; c) Parcela do Excesso de arrecadação, R\$ 11,5 bilhões; e d) parcela do Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, R\$ 15,0 bilhões. Note-se que o total das parcelas das fontes indicadas perfazem o montante de R\$ 38,9 bilhões, total correspondente ao valor da receita da CPMF estimado na proposta orçamentária para 2008.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1**EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA**

NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	Foros	Orçamento Fiscal	18.000.369
2	98000	Laudêmios	Orçamento Fiscal	92.434.996

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	2
Total	2

AUTORDA EMENDA**1324 - José Carlos Machado****Autor:****Credenciado:****Chave de Segurança: 20390****Lote:****4**

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****1324 - José Carlos Machado****EMENDA****13240001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 13130000 - Foros****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****18.000.369****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Senado Federal****TIPO: PL****NÚMERO: 7507/2002****AUTOR: Ricardo Santos****Despesa****LOCALIDADE BENEFICIADA****Nacional - NA****ESFERA ORÇAMENTÁRIA****Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA****Presidência da República****DETALHAMENTO DA DESPESA****04.128.1004.4572.0001****Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação****Nacional****ESPECIFICAÇÃO DA META****Servidor capacitado (unidade)****QUANTIDADE****3.300****JUSTIFICATIVA**

Apresento esta emenda à receita com base nos arts. 31 e 32 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Decorrente do Projeto de Lei nº 7.507/2002, o valor proposto para renúncia é da ordem total de R\$ 18.000.369,00 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e nove reais) para o ano de 2008, conforme estimativa proposta no PLOA 2008 encaminhado pelo Poder Executivo. Para o ano de 2009, o valor proposto para renúncia de receita é de R\$ 19.606.001,91 (dezenove milhões, seiscentos e seis mil, um real e noventa e um centavos), conforme estimativa da média de crescimento de arrecadação (8,92%) calculada com base nos últimos 9 (nove) anos. Estes valores referem-se à receita do orçamento fiscal, especificamente à estimativa da receita patrimonial de foros. De acordo com o PL 7.507/2002, a renúncia de receita decorrente da cobrança de foro será de 50% (cinquenta por cento).

O PL 7.507/2002, que propõe novos valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, foi apresentado pelo ilustre Senador Ricardo Santos, em 2002, o qual passou a tramitar como PLS nº 114/2002 em sua Casa de origem, sendo apreciado, com caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovado com base no Parecer do Senador Gerson Camata. Na Câmara dos Deputados o referido projeto passou a tramitar como PL 7.507/2002, encontrando-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), ainda pendente de parecer quando ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária.

As alterações propostas pelo PL 7.507/2002 são as seguintes:

- (A) redução do foro do valor atualizado do domínio pleno do terreno aforado, de 0,6% (seis décimos por cento) para 0,3% (três décimos por cento);
- (B) redução da taxa de ocupação, paga por ocupante de terreno da União por ano ou fração após expirado o prazo de inscrição para cadastramento, de 10 para 1% (dez para um por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno, mantida a imissão sumária da União na posse do imóvel;

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****EMENDA****1324 - José Carlos Machado****13240001**

(C) unificação do valor da taxa de ocupação de terreno da União em 1% (um por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno ocupado, independente da data de inscrição da ocupação;

(D) redução de 5 para 1% (cinco para um por cento) do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias, do laudêmio a ser previamente recolhido nos casos de transferência onerosa entre vivos do domínio útil de terreno da União ou de direito sobre benfeitorias nele construídas, bem como a cessão de direitos a ele relativos.

O PL 7.507/2002 relaciona-se com o Regime de Administração dos Bens Imóveis da União. Busca reduzir os custos do expressivo contingente de brasileiros que, mediante aforamento ou ocupação, ocupam bens imóveis da União. As quantias hoje cobradas a título de foro, taxa de ocupação e laudêmio muitas vezes alcançam valores superiores ao orçamento doméstico dos brasileiros que ocupam esses bens imóveis, além de impor uma séria restrição ao mercado imobiliário do País. Quanto à esse aspecto merece destaque o fato de o setor imobiliário ser importante agente produtivo, portanto gerador de renda e empregos. Itens estes que, sem dúvida, têm sofrido forte redução devido à inibição causada pela presença do instituto terrenos de marinha.

Ressalto que a presente emenda apenas propõe a renúncia de receita decorrente da redução dos valores arrecadados com a cobrança de foro. Não contemplamos com esta emenda a renúncia de receita visando atender à redução proposta na taxa de ocupação. O PL 7.507/2002 pretende unificar as taxas de ocupação, que hoje são de 10%, 5% e 2%, em 1%. Julgamos inadequada a presente proposta porque dispensa tratamento idêntico para situações completamente diferentes. Por isso, consideramos justo e adequado renunciar apenas às receitas patrimoniais arrecadas com a cobrança de foros.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****EMENDA****1324 - José Carlos Machado****13240002****MODALIDADE DA EMENDA****ESFERA****Deputado Federal****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 13140000 - Laudêmios**

VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)

92.434.996

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Senado Federal

TIPO: PL

NÚMERO: 7507/2002

AUTOR: Senador Ricardo Santos

Despesa

LOCALIDADE BENEFICIADA

Nacional - NA

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Presidência da República

DETALHAMENTO DA DESPESA

04.128.1004.4572.0001

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Servidor capacitado (unidade)

QUANTIDADE

3.300

JUSTIFICATIVA

Apresento esta emenda à receita com base nos arts. 31 e 32 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Decorrente do Projeto de Lei nº 7.507/2002, o valor proposto para renúncia é da ordem total de R\$ 92.434.996,80 (noventa e dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) para o ano de 2008, conforme estimativa proposta no PLOA 2008 encaminhado pelo Poder Executivo. Para o ano de 2009, o valor proposto para renúncia de receita é de R\$ 105.154.052,36 (cento e cinco milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), conforme estimativa da média de crescimento de arrecadação (13,76%) calculada com base nos últimos 9 (nove) anos. Estes valores referem-se à receita do orçamento fiscal, especificamente à estimativa da receita patrimonial de laudêmio. De acordo com o PL 7.507/2002, a renúncia de receita decorrente da cobrança de laudêmio será de 80% (oitenta por cento).

O PL 7.507/2002, que propõe novos valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, foi apresentado pelo ilustre Senador Ricardo Santos, em 2002, o qual passou a tramitar como PLS nº 114/2002 em sua Casa de origem, sendo apreciado, com caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovado com base no Parecer do Senador Gerson Camata. Na Câmara dos Deputados o referido projeto passou a tramitar como PL 7.507/2002, encontrando-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), ainda pendente de parecer quando ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária.

As alterações propostas pelo PL 7.507/2002 são as seguintes:

- (A) redução do foro do valor atualizado do domínio pleno do terreno aforado, de 0,6% (seis décimos por cento) para 0,3% (três décimos por cento);
- (B) redução da taxa de ocupação, paga por ocupante de terreno da União por ano ou fração após expirado o prazo de inscrição para cadastramento, de 10 para 1% (dez para um por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno, mantida a

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****1324 - José Carlos Machado****EMENDA****13240002**

imissão sumária da União na posse do imóvel;

(C) unificação do valor da taxa de ocupação de terreno da União em 1% (um por cento) do valor atualizado do domínio pleno do terreno ocupado, independente da data de inscrição da ocupação;

(D) redução de 5 para 1% (cinco para um por cento) do valor atualizado do domínio pleno e das benfeitorias, do laudêmio a ser previamente recolhido nos casos de transferência onerosa entre vivos do domínio útil de terreno da União ou de direito sobre benfeitorias nele construídas, bem como a cessão de direitos a ele relativos.

O PL 7.507/2002 relaciona-se com o Regime de Administração dos Bens Imóveis da União. Busca reduzir os custos do expressivo contingente de brasileiros que, mediante aforamento ou ocupação, ocupam bens imóveis da União. As quantias hoje cobradas a título de foro, taxa de ocupação e laudêmio muitas vezes alcançam valores superiores ao orçamento doméstico dos brasileiros que ocupam esses bens imóveis, além de impor uma séria restrição ao mercado imobiliário do País. Quanto a esse aspecto merece destaque o fato de o setor imobiliário ser importante agente produtivo, portanto gerador de renda e empregos. Itens estes que, sem dúvida, têm sofrido forte redução devido à inibição causada pela presença do instituto terrenos de marinha.

Ressalto que a presente emenda apenas propõe a renúncia de receita decorrente da redução dos valores arrecadados com a cobrança de laudêmio. Não contemplamos com esta emenda a renúncia de receita visando atender à redução proposta na taxa de ocupação. O PL 7.507/2002 pretende unificar as taxas de ocupação, que hoje são de 10%, 5% e 2%, em 1%. Julgamos inadequada a presente proposta porque dispensa tratamento idêntico para situações completamente diferentes. Por isso, consideramos justo e adequado renunciar apenas às receitas patrimoniais arrecadas com a cobrança de laudêmios.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1**EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA**

NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	IPI-Automóveis	Orçamento Fiscal	56.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	1
Total	1

AUTOR DA EMENDA**2367 - Manoel Junior**

Autor: _____

Chave de Segurança: **82478**

Credenciado: _____

Lote: _____

9**220295**

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2367 - Manoel Junior****EMENDA****23670001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11130103 - IPI-Automóveis****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****56.000.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Câmara dos Deputados****TIPO: PL****NÚMERO: 418/2007****AUTOR: DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11130101 - IPI - Fumo****JUSTIFICATIVA**

São atribuições do oficial de justiça "fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora e executar as ordens do juízo a que estiver subordinado".

A função importante dos oficiais de justiça torna-se praticamente inviável se não for realizada com o auxílio do automóvel. Causa espécie o fato de, em geral, os oficiais de justiça não disporem de veículo oficial para cumprimento de mandados. É fato público e notório que, o oficial de justiça para cumprir mandados, utiliza-se de veículo particular porque o Poder Público, muitas vezes, não fornece o veículo. Esta é uma categoria que investe e coloca o carro particular à serviço do Estado e só recebe a despesa do combustível.

Outro problema é o auxílio condução, verba de natureza indenizatória que deveria servir para ressarcir as despesas efetuadas em cumprimento dos Mandados.

Com isenção ou dispensa de prévio depósito da condução os quais já são 90% ou mais dos casos em trâmite nos foros - e, que na verdade acaba ressarcindo uma irrisória parcela dos custos de deslocamentos. A escalada desenfreada do ajuizamento de ações sob o pálio da assistência judiciária gratuita e outras isenções de condução, associado aos custos de locomoção, tornou inócuo o mecanismo, urgindo, pois, que se crie meios eficazes de ressarcimento do servidor público.

Cabe ao Poder Público fornecer todos os meios necessários ao cumprimento do serviço público a ser executado pelo oficial de justiça. A isenção de IPI para a compra de veículo para uso em serviço poderá reduzir sensivelmente o problema.

Quanto à renúncia fiscal, ela seria compensada pelo aumento da arrecadação proveniente da melhoria dos serviços de execução e penhora fiscais. Além disso, em alguns casos, quando se dá o uso de carro oficial para a execução de mandatos, haverá uma redução nas despesas públicas.

Além disso, a isenção, por representar um volume pequeno na queda da arrecadação do IPI, não afetará as metas de resultado fiscal estabelecidas na LDO.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

2367 - Manoel Junior

EMENDA

23670001

Segue abaixo estimativas quanto à renúncia proposta:

- 1) No ano 2005, realizamos censo de forma a apurar a quantidade de Oficiais de Justiça em atividade.
- 2) Foram enviadas correspondências a todos os Tribunais do país.
- 3) Conforme apurado, existem aproximadamente 30.000 profissionais em atividade, somando-se as esferas estaduais e federal.
- 4) Em média, as alíquotas de IPI oscilam entre 13% e 25%.
- 5) Se todos os Oficiais de Justiça do Brasil adquirissem veículos com média de valor de R\$ 30.000,00 - no curso do mesmo ano, projetando uma alíquota média de 19%, o montante de renúncia seria de R\$ 170 milhões de reais.
- 6) Importante ressaltar que, via de regra, pelo próprio PL-418, a isenção de IPI só pode ser utilizada a cada três anos. Assim, estima-se renúncia anual da ordem de R\$ 56 milhões de reais.
- 7) Considerando que os Oficiais de Justiça são responsáveis pela recuperação da dívida ativa, somando-se ainda a relevante questão social (ações de cunho criminal e de gratuidade judiciária), insignificante tal montante.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1**EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA**

NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	IPI-Automóveis	Orçamento Fiscal	56.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	1
Total	1

AUTOR DA EMENDA

2530 - Márcio França

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 16701

Lote: _____

3

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****EMENDA****2530 - Márcio França****25300001****MODALIDADE DA EMENDA****ESFERA****Deputado Federal****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOUREIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11130103 - IPI-Automóveis****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****56.000.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Câmara dos Deputados****TIPO: PL****NÚMERO: 418/2007****AUTOR: DEPUTADO MÁRCIO FRÂNÇA****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11130101 - IPI - Fumo****JUSTIFICATIVA**

São atribuições do oficial de justiça fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora e executar as ordens do juízo a que estiver subordinado.

A função importante dos oficiais de justiça torna-se praticamente inviável se não for realizada com o auxílio do automóvel. Causa espécie o fato de, em geral, os oficiais de justiça não disporem de veículo oficial para cumprimento de mandados. É fato público e notório que, o oficial de justiça para cumprir mandados, utiliza-se de veículo particular porque o Poder Público, muitas vezes, não fornece o veículo. Esta é uma categoria que investe e coloca o carro particular à serviço do Estado e só recebe a despesa do combustível.

Outro problema é o auxílio condução, verba de natureza indenizatória que deveria servir para ressarcir as despesas efetuadas em cumprimento dos Mandados.

Com isenção ou dispensa de prévio depósito da condução os quais já são 90% ou mais dos casos em trâmite nos foros - e, que na verdade acaba ressarcindo uma irrisória parcela dos custos de deslocamentos. A escalada desenfreada do ajuizamento de ações sob o pálio da assistência judiciária gratuita e outras isenções de condução, associado aos custos de locomoção, tornou inócuo o mecanismo, urgindo, pois, que se crie meios eficazes de ressarcimento do servidor público.

Cabe ao Poder Público fornecer todos os meios necessários ao cumprimento do serviço público a ser executado pelo oficial de justiça. A isenção de IPI para a compra de veículo para uso em serviço poderá reduzir sensivelmente o problema.

Quanto à renúncia fiscal, ela seria compensada pelo aumento da arrecadação proveniente da melhoria dos serviços de execução e penhora fiscais. Além disso, em alguns casos, quando se dá o uso de carro oficial para a execução de mandatos, haverá uma redução nas despesas públicas.

Além disso, a isenção, por representar um volume pequeno na queda da arrecadação do IPI, não afetará as metas de resultado fiscal estabelecidas na LDO.

Segue abaixo estimativas quanto à renúncia proposta:

1) No ano 2005, realizamos censo de forma a apurar a quantidade de Oficiais de Justiça em atividade.

2) Foram enviadas correspondências a todos os Tribunais do país.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA				
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	COFINS	Orçamento da Seguridade Social	150.000.000
2	98000	Contrib. PIS/PASEP	Orçamento da Seguridade Social	150.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	2
Total	2

AUTOR DA EMENDA

1124 - Maria Helena

Autor: Credenciado: 

Chave de Segurança: 78039

Lote: 11

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA

2530 - Márcio França

EMENDA

25300001

3) Conforme apurado (vide planilha em anexo), existem aproximadamente 30.000 profissionais em atividade, somando-se as esferas estaduais e federal.

4) Em média, as alíquotas de IPI oscilam entre 13% e 25%.

5) Se todos os Oficiais de Justiça do Brasil adquirissem veículos com média de valor de R\$ 30.000,00 - no curso do mesmo ano, projetando uma alíquota média de 19%, o montante de renúncia seria de R\$ 170 milhões de reais.

6) Importante ressaltar que, via de regra, pelo próprio PL-418, a isenção de IPI só pode ser utilizada a cada tres anos. Assim, estima-se renúncia anual da ordem de R\$ 56 milhões de reais.

7) Considerando que os Oficiais de Justiça são responsáveis pela recuperação da dívida ativa, somando-se ainda a relevante questão social (ações de cunho criminal e de gratuidade judiciária), insignificante tal montante.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA 1124 - Maria Helena		EMENDA 11240001
MODALIDADE DA EMENDA Deputado Federal	ESFERA 2 - Orçamento da Seguridade Social	
RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOIRO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro		
CÓDIGO DA RECEITA 12100101 - COFINS		
VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)		150.000.000

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados **TIPO:** PL **NÚMERO:** 5652/2005
AUTOR: DEPUTADA MARIA HELENA

Recita**ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11130101 - IPI - Fumo****JUSTIFICATIVA**

A Lei n° 10.996, de 15 de dezembro de 2004, estabelece, dentre outros dispositivos, a isenção de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS-Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização. Essa isenção refere-se, hoje, à Zona Franca de Manaus. Consideramos, no entanto, que o desenvolvimento socioeconômico da região deve ser fomentado integralmente, haja vista ser a Amazônia Ocidental uma unidade de potencial considerável para o Brasil e assim deve ser entendida. Ao mesmo tempo é uma região de extrema carência, já assim reconhecida pela SUFRAMA. Por outro lado, não se pode perceber essa área separadamente ou restrita ao que hoje chamamos Zona Franca de Manaus, sendo fundamental que o desenvolvimento da cadeia produtiva atinja-a globalmente, de forma a não se permitir disparidades na economia regional, como a que se evidencia atualmente, penalizando as economias periféricas. Pelos motivos expostos, solicito a aprovação desta emenda, que possibilitará um desenvolvimento equânime, de natureza regional e não com a disfunção hoje existente, que alastra a desigualdade econômica no Norte do país. A estimativa ora apresentada refere-se a valor anual, e deverá ser considerada para os anos de 2008, 2009 e 2010.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA

AUTOR DA EMENDA 1124 - Maria Helena		EMENDA 11240002
MODALIDADE DA EMENDA Deputado Federal	ESFERA 2 - Orçamento da Seguridade Social	
RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOIRO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro		
CÓDIGO DA RECEITA 12103700 - Contrib. PIS/PASEP		
VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)		150.000.000

PROPOSIÇÃO CORRELATA

ORIGEM: Câmara dos Deputados **TIPO:** PL **NÚMERO:** 5652/2005
AUTOR: DEPUTADA MARIA HELENA

Receita

ESFERA 1 - Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)

CÓDIGO DA RECEITA 11130101 - IPI - Fumo

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004, estabelece, dentre outros dispositivos, a isenção de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS-Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização. Essa isenção refere-se, hoje, à Zona Franca de Manaus. Consideramos, no entanto, que o desenvolvimento socioeconômico da região deve ser fomentado integralmente, haja vista ser a Amazônia Ocidental uma unidade de potencial considerável para o Brasil e assim deve ser entendida. Ao mesmo tempo é uma região de extrema carência, já assim reconhecida pela SUFRAMA. Por outro lado, não se pode perceber essa área separadamente ou restrita ao que hoje chamamos Zona Franca de Manaus, sendo fundamental que o desenvolvimento da cadeia produtiva atinja-a globalmente, de forma a não se permitir disparidades na economia regional, como a que se evidencia atualmente, penalizando as economias periféricas. Pelos motivos expostos, solicito a aprovação desta emenda, que possibilitará um desenvolvimento equânime, de natureza regional e não com a disfunção hoje existente, que alastra a desigualdade econômica no Norte do país. A estimativa ora apresentada refere-se a valor anual, e deverá ser considerada para os anos de 2008, 2009 e 2010.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA

NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	CSLL	Orçamento Fiscal	99.547.548
2	98000	IR Pessoas Jurídicas	Orçamento Fiscal	184.347.311

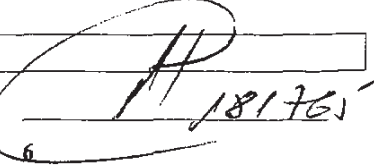
	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	2
Total	2

AUTOR DA EMENDA

2390 - Neilton Mulim

Autor: 

Chave de Segurança: 73438

Credenciado: 

Lote: 6

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2390 - Neilton Mulim****EMENDA****23900001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12103801 - CSLL****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****99.547.548****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Câmara dos Deputados****TIPO: PL****NÚMERO: 51/2007****AUTOR: Neilton Mulim****Despesa****LOCALIDADE BENEFICIADA****Nacional - NA****ESFERA ORÇAMENTÁRIA****Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA****Presidência da República****DETALHAMENTO DA DESPESA****04.128.1004.4572.0001****Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação****Nacional****ESPECIFICAÇÃO DA META****Servidor capacitado (unidade)****QUANTIDADE****3.300****JUSTIFICATIVA**

Essa emenda de renúncia de receita mostra-se necessária para tornar orçamentaria e financeiramente compatível e adequada a parte do Projeto de Lei 51, de 2007, da Câmara dos Deputados, relativa à isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre o lucro relativo à produção e à comercialização de arroz e de feijão, no mercado interno, cuja renúncia dela decorrente foi estimada em R\$ 99.547.548, pela Receita Federal do Brasil/MF, nos termos da Nota COPAN 14/2007, encaminhada à Primeira Secretaria da CD pelo Aviso 293/MF, de 2 agosto de 2007, do Sr. Ministro da Fazenda.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2390 - Neilton Mulim****EMENDA****23900002****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOUREIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120402 - IR Pessoas Jurídicas****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****184.347.311****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Câmara dos Deputados****TIPO: PL****NÚMERO: 51/2007****AUTOR: Neilton Mulim****Despesa****LOCALIDADE BENEFICIADA****Nacional - NA****ESFERA ORÇAMENTÁRIA****Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA****Presidência da República****DETALHAMENTO DA DESPESA****04.128.1004.4572.0001****Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação****Nacional****ESPECIFICAÇÃO DA META****QUANTIDADE****Servidor capacitado (unidade)****3.300****JUSTIFICATIVA**

Essa emenda de renúncia de receita mostra-se necessária para tornar orçamentaria e financeiramente compatível e adequada a parte do Projeto de Lei 51, de 2007, da Câmara dos Deputados, relativa à isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica incidente sobre o lucro relativo à produção e à comercialização de arroz e de feijão, no mercado interno, cuja renúncia dela decorrente foi estimada em R\$ 184.347.311, pela Receita Federal do Brasil/MF, nos termos da Nota COPAN 14/2007, encaminhada à Primeira Secretaria da CD pelo Aviso 293/MF, de 2 agosto de 2007, do Sr. Ministro da Fazenda.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA À RECEITA				
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA ALTERAÇÃO
1	98000	CSLL	Orçamento da Seguridade Social	4.000.000.000
2	98000	Pessoa Física	Orçamento Fiscal	2.800.000.000
3	98000	Pessoa Jurídica-Líquida de Inc	Orçamento Fiscal	6.200.000.000
4	98000	Retido nas Fontes-Outros Rend.	Orçamento Fiscal	3.450.000.000
5	98000	CMF	Orçamento da Seguridade Social	38.898.789.155

	Quantidade
Emendas Receita	5
Emendas Renúncia de Receita.....	0
Total	5

AUTOR DA EMENDA

3320 - Paulo Bornhausen

Autor: x

Chave de Segurança: 99508

Credenciado:

Lote:

7

181493

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3320 - Paulo Bornhausen****EMENDA****33200001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****2 - Orçamento da Seguridade Social****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12103801 - CSLL****TIPO DE ALTERAÇÃO****Acréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****4.000.000.000****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido no valor aproximado de 4 bilhões. Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 20 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5%, a reestimativa, para 2008 será de R\$ 37,4 bilhões, com acréscimo de R\$ 4 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3320 - Paulo Bornhausen****EMENDA****33200002****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120410 - Pessoa Física****TIPO DE ALTERAÇÃO****Acréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****2.800.000.000****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda de pessoa física no valor aproximado de R\$ 2,8 bilhões. Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 8,0 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5%, a reestimativa, para 2008 será de R\$ 15,0 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,8 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3320 - Paulo Bornhausen****EMENDA****33200003****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120421 - Pessoa Jurídica-Líquida de Inc****TIPO DE ALTERAÇÃO****Acréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****6.200.000.000****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda de pessoa jurídica no valor aproximado de R\$ 6,2 bilhões . Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 40,7 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5% , a reestimativa, para 2008 será de R\$ 76,2 bilhões, com acréscimo de R\$ 6,2 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3320 - Paulo Bornhausen****EMENDA****33200004****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120434 - Retido nas Fontes-Outros Rend.****TIPO DE ALTERAÇÃO****Acréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****3.450.000.000****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa um acréscimo na arrecadação do imposto de renda retido na fonte no valor aproximado de R\$ 3,4 bilhões . Conforme valores arrecadados até julho de 2007 (R\$ 41,5 bilhões), corrigidos pelo IPCA de 4 % e ponderado pelo crescimento do PIB de 5% , a reestimativa, para 2008 será de R\$ 77,7 bilhões, com acréscimo de R\$ 3,4 bilhões, em relação ao PLO 2008.

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****3320 - Paulo Bornhausen****EMENDA****33200005****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****2 - Orçamento da Seguridade Social****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12101301 - CMF****TIPO DE ALTERAÇÃO****Derréscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****38.898.789.155****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa estabelecer redução de receita decorrente da extinção da CPMF, a partir de 31/12/2007. Nesse contexto, propõe-se a indicação de fontes alternativas para compensar os atuais recursos provenientes da arrecadação da CPMF.

A seguir, enumeram-se as fontes alternativas de receitas orçamentárias sugeridas conforme artº 100, LDO 2008, para compensar a perda de receita decorrente da extinção da CPMF, para o ano de 2008: a) Cancelamento de despesas de custeio, R\$ 4,6 bilhões; b) Cancelamento proporcional em 2008 de despesas de capital, R\$ 7,8 bilhões; c) Parcela do Excesso de arrecadação, R\$ 11,5 bilhões; e d) parcela do Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, R\$ 15,0 bilhões. Note-se que o total das parcelas das fontes indicadas perfazem o montante de R\$ 38,9 bilhões, total correspondente ao valor da receita da CPMF estimado na proposta orçamentária para 2008.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE 1

EMENDA À RECEITA			
NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM
1	98000	CMF	Orçamento da Seguridade Social
			VALOR DA ALTERAÇÃO
			38.898.789.155

	Quantidade
Emendas Receita	1
Emendas Renúncia de Receita.....	0
Total	1

AUTOR DA EMENDA**1846 - Ronaldo Caiado****Autor:****Chave de Segurança: 49094****Credenciado:****Lote:****212012****5**

ESPELHO DE EMENDAS À RECEITA**AUTOR DA EMENDA****1846 - Ronaldo Caiado****EMENDA****18460001****MODALIDADE DA EMENDA****Deputado Federal****ESFERA****2 - Orçamento da Seguridade Social****ALTERAÇÃO EM RECEITA DO TESOUREIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12101301 - CMF****TIPO DE ALTERAÇÃO****Decretrscimo****VALOR DA ALTERAÇÃO (EM R\$ 1,00)****38.898.789.155****JUSTIFICATIVA**

A emenda visa estabelecer redução de receita decorrente da extinção da CPMF, a partir de 31/12/2007. Nesse contexto, propõe-se a indicação de fontes alternativas para compensar os atuais recursos provenientes da arrecadação da CPMF.

A seguir, enumeram-se as fontes alternativas de receitas orçamentárias sugeridas conforme art. 100, LDO 2008, para compensar a perda de receita decorrente da extinção da CPMF, para o ano de 2008: a) Cancelamento de despesas de custeio, R\$ 4,6 bilhões; b) Cancelamento proporcional em 2008 de despesas de capital, R\$ 7,8 bilhões; c) Parcela do Excesso de arrecadação, R\$ 11,5 bilhões; e d) parcela do Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, R\$ 15,0 bilhões. Note-se que o total das parcelas das fontes indicadas perfazem o montante de R\$ 38,9 bilhões, total correspondente ao valor da receita da CPMF estimado na proposta orçamentária para 2008.

RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LOA - FASE RECEITA**EMENDA RENÚNCIA DE RECEITA**

NÚMERO EMENDA	UO	RECEITA	ORIGEM	VALOR DA RENÚNCIA
1	98000	IR Pessoas Físicas	Orçamento Fiscal	34.760.000
2	98000	IR Pessoas Físicas	Orçamento Fiscal	5.000.000
3	98000	IOF -Demais Operações	Orçamento Fiscal	950.000.000
4	98000	C M F	Orçamento Fiscal	3.800.000.000

	Quantidade
Emendas Receita	0
Emendas Renúncia de Receita.....	4
Total	4

AUTOR DA EMENDA**2048 - Valdir Raupp****Autor:****Credenciado:****Chave de Segurança: 69796****Lote:****12**

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480001****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120401 - IR Pessoas Físicas****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****34.760.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Senado Federal****TIPO: PLS****NÚMERO: 7/2007****AUTOR: Senador Francisco Dorneles****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11120401 - IR Pessoas Físicas****JUSTIFICATIVA**

O PLS aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em 18/09/2007 altera a Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam a dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa física. O total da renúncia de receita esperada foi estimada considerando-se as seguintes informações:

- a) Número de nascituros: 3.000.000 (IBGE)
- b) Total de famílias : 54.000.000 (IBGE)
- c) Número de famílias com rendimento mensal acima de cinco salários mínimos: 14.000.000 (IBGE)
- d) Número de contribuintes acima do limite de isenção: 5.000.000 (IBGE)
- e) Proporção de nascituros sobre o total das famílias: $(3/54) = 5,5\%$
- g) Número de nascituros que contariam para desconto do imposto de renda: 275.000 (SRF)
- h) número de nascituros x desconto por nascituros: $275.000 \times R\$ 126,40 = R\$ 34.760.000,00$

Total da Renúncia: Trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil reais.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480002****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOURO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11120401 - IR Pessoas Físicas****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****5.000.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Senado Federal****TIPO: PLS****NÚMERO: 109/2006****AUTOR: Senador Valdir Raupp****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11120401 - IR Pessoas Físicas****JUSTIFICATIVA**

O PLS 109/2006 Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração do serviço extraordinário.

O inciso XVI do art. 7º da Constituição da República enuncia ser direito dos trabalhadores urbanos e rurais a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal. Igualmente, o § 3º do art. 39 do texto constitucional estende o mesmo direito aos servidores ocupantes de cargos públicos.

O constituinte, percebe-se claramente, pretendeu compensar o excesso de jornada dos trabalhadores e servidores, que certamente gera maior desgaste físico e mental, com uma remuneração mais digna. A proteção coaduna-se, assim, com o disposto no art. 6º da Carta Magna, que relaciona como direitos sociais, entre outros, a saúde e o lazer. Isso porque a remuneração mais elevada do serviço extraordinário tende a reparar, de certa forma, o próprio esforço suplementar realizado, bem como a troca de eventual lazer pelo trabalho. O objetivo do pagamento a maior, portanto, não é a geração de rendas ou acréscimo patrimonial de qualquer espécie. Inexistem riquezas novas disponíveis ao trabalhador, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos ou oportunidades.

Apesar disso e de toda a importância atribuída ao tema pelo constituinte, constata-se que o amparo pretendido ao trabalho extraordinário não acontece de maneira completa. Efetivamente, o Fisco federal, apoiado em entendimento jurisprudencial consolidado, faz incidir o imposto sobre a renda na remuneração pelo serviço extra. Isso significa que a verba compensatória prevista pela Constituição passa a ser qualificada pela administração tributária como aquisição de disponibilidade econômica.

A remuneração extraordinária, todavia, não gera riqueza, mas apenas indeniza o trabalhador ou o servidor pela troca de seu período de descanso ou lazer por horas de labor excepcional. E a indenização não pode ser tributada. O caráter indenizatório dessa remuneração é evidente, sobretudo porque o empregador é quem adota e exige o prolongamento da jornada. Ademais, eventual negativa do empregado em acatar a determinação pode ocasionar represália e até mesmo a sua despedida sem justa causa, se estiver trabalhando no setor privado.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480002**

Destarte, visando atribuir eficácia plena à norma constitucional que determina a remuneração superior do trabalho extraordinário e reparar grave injustiça perpetrada pelo Fisco federal, propomos esta emenda visando a renúncia de receita para para compensar as despesas com este PLS.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480003****MODALIDADE DA EMENDA****Senador****ESFERA****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOUREIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 11130309 - IOF -Demais Operações****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****950.000.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Senado Federal****TIPO: PLS****NÚMERO: 274/2007****AUTOR: Senador Valdir Raupp****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 11130309 - IOF -Demais Operações****JUSTIFICATIVA**

O PLS 274/2007 Altera a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de CPMF e IOF da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física. É patente que é muito elevada a carga tributária no Brasil. Por outro lado, também é patente que as necessidades da população são imensas, sendo necessários recursos para o justo atendimento.

Sob esse aspecto, o número de contribuintes deve ser o maior possível, para que carga tributária não seja tão elevada. Diz o ditado: "quando todos pagam, todos pagam menos".

A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) são tributos de difícil sonegação, possibilitando a tributação de um número proporcionalmente maior de contribuintes.

Desse modo, mesmo as pessoas que estão na chamada economia informal pagam esses tributos. Sob esse aspecto, a pretendida isonomia é atingida: todos que movimentam recursos ou fazem operações financeiras são tributados por meio de CPMF e IOF.

Porém, há tributos que somente são pagos pelas pessoas que estão na economia formal, entre os quais se destaca o imposto de renda.

Para as pessoas jurídicas, já existe previsão de exclusão da base de cálculo do imposto de renda quanto aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a título de CPMF e de IOF. Com efeito, nos termos do art. 41 da Lei n° 8.981, de 20 de janeiro de 1995, os tributos e contribuições são dedutíveis na determinação do lucro real, que é a base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Como se vê, as pessoas físicas que estão na economia formal sofrem uma maior pressão fiscal quando comparada com a tributação incidente sobre as pessoas que estão na economia informal ou com as pessoas jurídicas.

A título ilustrativo, essa maior pressão fiscal foi reconhecida pelo

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****EMENDA****2048 - Valdir Raupp****20480003**

Poder Executivo, por ocasião da exposição das razões de veto de determinados dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

"(...) os mesmos profissionais, quando exercem a mesma atividade como autônomos ou assalariados estão sujeitos à tributação com base na tabela do imposto de renda aplicável às pessoas físicas, portanto mais onerosa, tratando-se, portanto, de um tratamento não isonômico."

Desse modo, nada mais razoável do que deduzir da base de cálculo do imposto de renda das pessoa física os valores pagos a título de CPMF e IOF, inclusive como forma de incentivar a formalização da economia. É o que ora se propõe, como forma de ser atingida a verdadeira justiça tributária.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****EMENDA****2048 - Valdir Raupp****20480004****MODALIDADE DA EMENDA****ESFERA****Senador****1 - Orçamento Fiscal****RENÚNCIA DE RECEITA DO TESOIRO****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Rec. Tesouro****CÓDIGO DA RECEITA 12101300 - C M F****VALOR DA RENÚNCIA (EM R\$ 1,00)****3.800.000.000****PROPOSIÇÃO CORRELATA****ORIGEM: Senado Federal****TIPO: PLS****NÚMERO: 274/2007****AUTOR: Senador Valdir Raupp****Receita****ESFERA 1 - Orçamento Fiscal****UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 98000 - Receita do Tesouro da União (Rec. Tesouro)****CÓDIGO DA RECEITA 12101300 - C M F**

JUSTIFICATIVA

O PLS274 altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de CPMF e IOF da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física.

É patente que é muito elevada a carga tributária no Brasil. Por outro lado, também é patente que as necessidades da população são imensas, sendo necessários recursos para o justo atendimento.

Sob esse aspecto, o número de contribuintes deve ser o maior possível, para que carga tributária não seja tão elevada. Diz o ditado: "quando todos pagam, todos pagam menos".

A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) são tributos de difícil sonegação, possibilitando a tributação de um número proporcionalmente maior de contribuintes.

Desse modo, mesmo as pessoas que estão na chamada economia informal pagam esses tributos. Sob esse aspecto, a pretendida isonomia é atingida: todos que movimentam recursos ou fazem operações financeiras são tributados por meio de CPMF e IOF.

Porém, há tributos que somente são pagos pelas pessoas que estão na economia formal, entre os quais se destaca o imposto de renda.

Para as pessoas jurídicas, já existe previsão de exclusão da base de cálculo do imposto de renda quanto aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a título de CPMF e de IOF. Com efeito, nos termos do art. 41 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, os tributos e contribuições são dedutíveis na determinação do lucro real, que é a base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Como se vê, as pessoas físicas que estão na economia formal sofrem uma maior pressão fiscal quando comparada com a tributação incidente sobre as pessoas que estão na economia informal ou com as pessoas jurídicas.

ESPELHO DE EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**AUTOR DA EMENDA****2048 - Valdir Raupp****EMENDA****20480004**

A título ilustrativo, essa maior pressão fiscal foi reconhecida pelo Poder Executivo, por ocasião da exposição das razões de veto de determinados dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

"(...) os mesmos profissionais, quando exercem a mesma atividade como autônomos ou assalariados estão sujeitos à tributação com base na tabela do imposto de renda aplicável às pessoas físicas, portanto mais onerosa, tratando-se, portanto, de um tratamento não isonômico."

Desse modo, nada mais razoável do que deduzir da base de cálculo do imposto de renda das pessoa física os valores pagos a título de CPMF e IOF, inclusive como forma de incentivar a formalização da economia. É o que ora se propõe, como forma de ser atingida a verdadeira justiça tributária.

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e seis do mês de setembro de dois mil e sete, às 14h30 horas, na sala número 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 390**, adotada em 17 de setembro de 2007 e publicada no dia 18 do mesmo mês e ano, que “Revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 2007.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e seis de setembro de dois mil e sete, quarta-feira, às quinze horas, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 391**, adotada e publicada em 18 de setembro de 2007, que “Revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”, sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL****COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS
(Ato do Diretor-Geral nº 846/2000)****TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 1/2007**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de 2007, a Secretaria de Arquivo do Senado Federal, de acordo com o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 1/2007 e Listagens de Eliminação de Documentos nº 3, da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SIS); nº 1, da Coordenação de Transportes; nº 1, da Secretaria de Telecomunicações/Serviço de Controle Técnico; e nº 3, da Secretaria de Administração Financeiras, aprovadas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, baseada na Tabela de Temporalidade de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional, publicada no Diário do Senado Federal, de 15 de agosto de 2001, procedeu à eliminação de 462 caixas de arquivo (194, 6, 12 e 250 caixas-box de arquivo, respectivamente), o equivalente a 75,4 metros lineares de documentos relativos às listagens acima referidas, referentes ao período compreendido entre 1982 e 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2007.


FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ

*Presidente da Comissão Permanente de Avaliação
de Documentos do Senado Federal e Congresso Nacional*

ATO DO PRESIDENTE N.º 064, DE 2007

"Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao **Segundo Quadrimestre de 2007.**"

O **Presidente do Senado Federal**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea "A" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2006 a agosto/2007, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de setembro de 2007.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2006 A AGO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.082.999	9	2.083.008
Pessoal Ativo	1.401.667	0	1.401.667
Pessoal Inativo e Pensionistas	681.332	9	681.341
Outras Despesas de Pessoal decorrentes contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	424.324	9	424.333
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.224	0	7.224
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	83.578	0	83.578
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	333.509	9	333.518
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).	13	0	13
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	1.658.675	0	1.658.675
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100			0,46
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%		3.118.470
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%		2.973.425

FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 619, de 18 de setembro de 2007.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

SHALON EINSTOSS GRANADO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4759 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1999, tendo em vista o que consta no Processo nº 016415/07-8,

Resolve, fundamentado no art. 1º da Lei nº 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei nº 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a ASTREA DE MORAES E CASTRO, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia o pensionista segurado, o ex-servidor MAURO CUNHA CAMPOS DE MORAES E CASTRO, ERGON 672, a partir de 06/09/2007, dia seguinte ao óbito.


Senado Federal, 26 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4760 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, resolve ALTERAR o Ato nº 71, do Presidente do Senado Federal, publicado no DCN, Seção II, de 18-2-1994, que aposentou o servidor JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 7538, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para incluir a vantagem da Resolução do Senado Federal nº 74/94, a partir de 1º de julho de 1994.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Moraes*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
PTB - Euclides Mello ²

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

² O Senador Euclides Mello foi empossado em 30.8.2007.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 484 PÁGINAS